Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Noelle Marie Paule Lechat**

# TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Suely Kofes.

Este exemplar corresponde a versão final
da dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 20 de Dezembro de 2004.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Suely Kofes

Profa. Dra. Emilia Pietrafesa de Godoi

Profa. Dra. Lia Vargas Tiriba

Prof. Dr. Marcio Pochmann

Profa. Dra. Maria da Gloria Marcondes Gohn

Dezembro/2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
L495t
V EX
TOMBO BC/62669
PROC. 16-86-05
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 1º/3/05
Nº CPD
Bibid 343954

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**L495t**

**Lechat, Noëlle Marie Paule**
**Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil / Noëlle Marie Paule Lechat. - Campinas, SP : [s. n.], 2004.**

**Orientador: Suely Kofes.**
**Tese (doutorado ) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Economia solidária – Brasil. 2. Intelectuais – Brasil. 3. Movimentos sociais. 4. Análise de trajetoria I. Kofes, Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.**

# AGRADECIMENTOS

Expresso aqui meu agradecimento a tod@s que contribuíram para a realização desta tese.

Em especial à professora doutora Suely Kofes, minha orientadora, que me acolheu apesar de a economia solidária não fazer parte de seus temas de pesquisa e minha abordagem antropológica ser bastante diferente da dela, agradeço pelo respeito às minhas idéias, pela confiança que depositou em mim, e pela paciência que teve em escutar e responder às minhas dúvidas. Agradeço pela leitura e releitura dos meus textos, fazendo sugestões e questionamentos, o que me ajudou a tomar um certo recuo e a pensar além do familiar. Agradeço pelas instigantes orientações coletivas que proporcionou a seus divers@s orientand@s, no ano de 2003, no nosso Seminário Marcel Mauss, mesmo que minha participação foi, na maioria das vezes, virtual.

Aos professores do IFCH e em particular do departamento de antropologia da UNICAMP que acreditaram no meu projeto e que me proporcionaram matéria a reflexão para esta tese e para a vida com destaque especial para as professoras Emília Pietrafesa de Godói e Elide Rugai Bastos. Agradeço à Professora Maria da Glória Ghon pelas sugestões e pelos encorajamentos que me proporcionou por ocasião da banca de qualificação.

A meus colegas do doutorado pela riqueza dos debates e pela simpatia, aos colegas da UNICAMP de quem recebia carona todas as semanas no segundo semestre de 2002 para participar das aulas do Professor Singer na USP e, em particular ao Antônio Cruz, que me introduziu junto à Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Rio de Janeiro e me convidou a participar do II Seminário da ITCP da UNICAMP.

À Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pela liberação parcial do meu tempo, e pela ajuda financeira. A meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ, que sempre me deram força e apoio durante esses longos anos, em especial à Anne Marie Wautier, com quem a troca de idéias e de bibliografia foi constante, ao Paulo Zarth que leu a tese quase em fase de conclusão e me deu ânimo para ir até o fim.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Aos colegas da Rede UNITRABALHO, em especial aos da Regional Sul, onde encontrei um espaço de debate, de reflexão e de ação.

Agradeço de maneira toda especial, aos intelectuais sujeitos desta pesquisa, ao Professor Paul Singer, que com toda a sua sabedoria, gentileza e humildade me concedeu uma longa entrevista e me aceitou como etnógrafa nas suas aulas, a Marcos Arruda que me cedeu uma manhã inteira, pela resposta atenta a meus e-mails e pela organização de minha hospedagem no Rio de Janeiro, a Luiz Inácio Gaiger, que respondeu inúmeras vezes às minhas perguntas e me convidou para escrever na *Revista de Ciências Sociais* da UNISINOS e a participar de redes de pesquisadores.

A tod@s @s companheir@s do campo da economia solidária pela solidariedade e pela fé que colocaram nesta pesquisa, a tod@s que conversaram longamente comigo e em particular à Professora Lia Tiriba, à Professora Ana Mercedes Sarria, à Marines Besson e à Rosemary Gomes, a tod@s que responderam às minhas perguntas, que me facilitaram acesso aos dados, que tod@s se sintam aqui contemplad@s.

Ao Sérgio, companheiro de toda hora, que revisou com muita seriedade, competência e paciência cada frase que escrevi estes últimos cinco anos e nos muitos outros, pela sua constante disposição em me escutar e me encorajar.

Ao meu filho Wladimir que meu acolheu em Campinas, às minhas filhas, Cláudia que foi comigo para Campinas e Yara que me acompanhou de longe, pelo interesse e pelo apoio moral.

Agradeço a Fábio Lemes pela realização dos gráficos finais, a Jacques Wets pelo profissionalismo com o qual arrumou as fotos, e a todos que contribuíram de uma maneira ou outra para a finalização desta tese.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

# RESUMO

O objeto desta pesquisa é o processo de construção e legitimação de um novo campo de relações sociais e de sentido, identificado no Brasil sob a categoria de economia solidária ou alguma variante desta expressão. A pesquisa investiga como uma comunidade simbólica, no sentido que A. P. Cohen dá a este conceito, pode estruturar-se ao redor da economia solidária e qual o papel dos intelectuais no processo de sua formação.

O conceito de campo, definido por Barnes como um conjunto de redes de relações sociais, de práticas e de idéias, é utilizado de preferência à noção de campo de Bourdieu por ele dar ênfase tanto à estrutura quanto ao significado. A pesquisa constrói seu objeto a partir da circulação de categorias, de pessoas, de práticas e de concepções focalizando mais especificamente a trajetória de vida e os escritos de três intelectuais paradigmáticos, Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger. Para a compreensão do tema foi realizada uma etnografia multilocalizada incluindo participação em eventos, entrevistas e análise de textos.

As denominações desta economia continuam plurais; economia solidária, socioeconomia solidária e economia popular solidária, são alguns dos nomes que circulam e são analisados nesta tese juntamente com os valores e princípios que veiculam. A tese investiga de que forma intelectuais trouxeram para o campo da economia solidária a consciência de sua existência e, transcendendo a busca da solução para o desemprego e a miséria, apoiaram uma proposta de relações autogestionárias em substituição às relações de subordinação e exploração vigentes na sociedade capitalista, abriram as universidades para a discussão e reflexão dos percalços, desafios e possibilidades das formas alternativas de fazer economia, e foram ao encontro dos trabalhadores dos empreendimentos autogestionários e solidários por ocasião da pesquisa, da formação e da assessoria, mas trouxeram também suas divergências e disputas entre frações e organizações.

A pesquisa identifica quatro fases de desenvolvimento da economia solidária, e verifica que, na fase atual, ela estaria se transformando em movimento social.

# ABSTRACT

The object of this research is the process of construction and legitimation of a new field of social and meaning relations, identified in Brazil under the category of solidarity economy or some variant of this expression. The research investigates the way a symbolic community, in the sense A. P. Cohen adopts to this concept, can structuralize itself around solidarity economy and what is the intellectuals' role in the process of its formation.

The concept of field, defined by Barnes as a set of nets of social relations, of practices and ideas, is used as a preference to the notion of field by Bourdieu since he emphasizes both the structure and the meaning. The research constructs its object from the circulation of categories, people, practices and, conceptions focusing more specifically on life's trajectory and writings of three paradigmatic intellectuals, Paul Singer, Marcos Arruda and Luiz Inácio Gaiger. In order to understand the subject a multi-sited ethnography was carried including participation in events, interviews and texts analysis.

The denominations of this economy continue to be plural; solidarity economy, solidarity socioeconomy and solidarity people's economy are some of the names that circulate and are analyzed in this thesis in addition to the values and principles they propagate. The thesis investigates the way intellectuals had brought to solidarity economy field its existence conscience and, exceeding the search for unemployment and misery solution, had supported a proposal of self-conductible relations replacing the subordination and exploration relations effective in the capitalist society. They had opened the universities for debates and reflection about profits, challenges and possibilities of economy alternative forms, and had gone to the same direction as self-conductible and solidarity enterprises workers due to research, development and assessorship, but they had also brought their divergences and disputes between fractions and organizations.

The research identifies four phases of solidarity economy development, and verifies that, in the current phase, it would be transforming itself into a social movement.

## LISTA DE ESQUEMAS

1. Fase emergencial do campo da economia solidária no Brasil a partir de 1996 e localização dos intelectuais estudados ..... 388
2. Organização do campo da economia solidária no Brasil em 2001 e 2002 e localização dos intelectuais estudados ..... 389
3. Institucionalização do campo da economia solidária no Brasil a partir de 2003 e localização dos intelectuais estudados ..... 390
4. Organização do campo da economia solidária no Brasil e sua transformação em movimento social ..... 391
5. Organização da economia solidária no Brasil em 2004 ..... 392

LISTA DE EMBLEMAS

1. Emblema do *site* www.ecosol.org.br (UNISINOS) ..... 155
2. Emblema do *site* www.redesolidaria.com.br (RBSES) ..... 155
3. Emblema do *site* www.comerciosolidariobrasil.com.br (Escola 8 de Março) ..... 155

LISTA DE FOTOS

1. Participantes da reunião de preparação do livro *A outra economia*. São Leopoldo (RS) UNISINOS, 26/04/2002 ..... 159
2. Paul Singer ..... 166
3. Marcos Arruda ..... 184
4. Luiz Inácio Gaiger ..... 195
5. Paul Singer palestrando na Oficina de Economia Solidária durante o I FSM, PUC, Porto Alegre, 29/01/2001 ..... 207
6. Lançamento do Movimento pró-Fórum brasileiro de Economia Solidária. Porto Alegre – Teatro da PUC, III FSM, 26/01/2003 ..... 209

## LISTA DE TABELA

1. Alguns autores e suas citações entre 1996 e 2003 ..... 286-288

## LISTA DE SIGLAS

ABONG: Associação Brasileira de ONGs
ABPES: Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária
ACCMV: Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida
ADS: Agência de Desenvolvimento Solidário
ANAMPOS: Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASA: Ação Social Arquidiocesana (Florianópolis)
AVESOL: Associação do Voluntariado e da Solidariedade
BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BANSOL: Associação de Fomento à Economia Solidária (Bahia)
BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAESP: Centro de Apoio a Economia Popular Solidária (Passo Fundo, RS)
CAMP: Centro de Assessoria Multiprofissional (Porto Alegre)
CAMPO: Centro de Assessoria ao Movimento Popular
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPINA: Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (RJ)
CASA-RS: Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária
CCFD: Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (França)
CEADE: Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento
CEAPE: Ana Terra Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CECA: Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria. São Leopoldo (RS)
CEDAC: Centro de Ação Comunitária (RJ)
CEDOPE: Centro de Documentação e Pesquisa da UNISINOS
CEPAGRO: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CEPAL: Conferência Econômica para a América Latina
CEPAT: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (Curitiba)
CERIS: Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais
CESE: Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (BA)
CIDSE: Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica
CIRIEC: Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative
CLAI: Conselho Latino-americano de Igrejas
CLAT: Confederação Latino-americana de Trabalhadores
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM: Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CUT)
COCEARGS: Cooperativa Central dos Assentamentos do RS
CODEFAT: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COFECON: Conselho Federal de Economia
COLACOT: Confederação Latino-americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores
CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONIC: Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
CONSEA: Conselho de Segurança Alimentar
COPPE: Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da UFRJ
COPPETEC: Coordenação de Pesquisa, Projetos e Estudos Tecnológicos
COTRIMAIO: Cooperativa Tritícola de Três de Maio (RS)
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRIDA: Centre de Recherches et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DIEESE: Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
ECOSOL: Estudos e Ações em Economia Solidária (Bahia)
EGE: Equipe Gestora Estadual do Mapeamento da Economia Popular Solidária (RS)
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMES: Réseau Européen de Recherche sur l'Économie Sociale
EUA: Estados Unidos da América
FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP: Fórum de Cooperativas Populares (RJ)
FEA: Faculdade de Economia e Administração
FETRABALHO: Federação das Cooperativas de Trabalho (RS)
FETRAF: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FGV: Fundação Getúlio Vargas
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos do MCT
FLASCO: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina)

FMP: Fundo de Miniprojetos da Região Sul
FPH: Fundação para o Progresso Humano (Suíça)
FSM: Fórum Social Mundial
FURB: Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC)
GTZ: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica
GT: Grupo de Trabalho
IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICCO: Interchurch Coordination Committee for Development Projects (Holanda) Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IESAE: Instituto Superior de Estudos Avançado em Educação da FGV
IFIBE: Instituto de Filosofia Bertier (Passo Fundo)
IFIL: Instituto de Filosofia da Libertação (Curitiba)
INESC: Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISER: Instituto de Estudos da Religião (RJ)
ITCP: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JUC: Juventude Universitária Católica
LBA: Liga Brasileira de Assistência
M.A.U.S.S.: Mouvement Anti Utilitariste dans les Sciences Sociales
MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia
MEP: Movimento pela Ética na Política
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAPP: Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa
NOVIB: Netherlands Organization for International Development Cooperation.
NUPES: Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCERGS: Organização das Cooperativas do Estado do RS
ONGs: Organizações não Governamentais
ONU: Organização das Nações Unidas
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACs: Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas brasileira
PACS: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PDRA: Projetos de Desenvolvimento Regional Alternativo
PLANFOR: Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PMPA: Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PORTOSOL: Instituição Comunitária de Crédito
PROGER: Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF: Programa Nacional para a Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

PT: Partido dos Trabalhadores
PUC: Pontifícia Universidade Católica
RBSES: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
REBRIP: Rede Brasileira de Integração dos Povos
RILESS: Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria
RSM: Rede Social Mundial
SACTES: Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
SCIAF: Scottisch Catholic International Aid Fund
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETREDE: Secretaria Municipal de Assistência Social (Blumenau)
SIES: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINE: Sistema Nacional de Emprego
SMIC: Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre
UCL: Universidade Católica de Lovaina (Bélgica)
UCSal: Universidade Católica do Salvador
UCPel: Universidade Católica de Pelotas (RS)
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar: Universidade Federal São Carlos
UNESP: Universidade do Estado de São Paulo
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS: Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS)
UNISOL/Brasil: União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNITRABALHO: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USPs: Unidades Solidárias de Produção
USP: Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** ..... 01

**1. O TEMA E SUAS QUESTÕES** ..... 17

1.1. Por que uma tese sobre economia solidária ? ..... 17
1.2. A economia solidária ..... 26
1.3. Três intelectuais que nomearam a economia solidária ..... 30
1.4. Os intelectuais e a definição do campo da Economia Solidária ..... 37
1.5. Estrutura e sentidos da economia solidária ..... 49

**2. A METODOLOGIA** ..... 63
2.1. Etnografia, trajetórias e itinerários ..... 63
2.2. Eventos e construção de redes ..... 70

**3. O CONTEXTO ONDE SE CONSTRÓI A ECONOMIA SOLIDÁRIA** ..... 77
3.1. O contexto socioeconômico e político das décadas de 80 e 90,
berço do movimento da economia solidária ..... 78
3.1.1. O cenário político ..... 78
3.1.2. O contexto econômico ..... 82
3.1.3. Iniciativas da sociedade civil ..... 83
3.2. As iniciativas de geração de trabalho e renda ..... 85
3.3. O Terceiro setor ..... 96
3.4. Novos valores, novas análises ..... 102

**4. OS NOMES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA** ..... 105
4.1. Considerações preliminares ..... 105
4.2. Economia ..... 109

4.3. Os termos solidariedade e solidária ..... 113
4.4. O gênero da economia solidária ..... 124
4.5. O qualificativo popular ..... 128
4.6. O nome: economia solidária ..... 140
4.7. Socioeconomia solidária ..... 143
4.8 Os nomes da economia solidária no RS ..... 146
4.9 Os nomes em outros estados ..... 150
4.10. O emblema da economia solidária ..... 153
4.11. Qual é seu nome mesmo? ..... 156
4.12. Há uma definição de economia solidária? ..... 159

**5. TRAJETÓRIAS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA** ..... 163
5.1. Singer: do Kibutz socialista à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego ..... 166
5.1.1. O jornal *Vanguarda Socialista* e o Movimento Sionista Dror ..... 169
5.1.2. O trabalho na fábrica e a organização sindical. ..... 171
5.1.3. O Partido Socialista ..... 172
5.1.4. A formação universitária, o grupo do "Capital", a docência, a aposentadoria ..... 173
5.1.5. O CEBRAP ..... 174
5.1.6. O Partido dos Trabalhadores, a Prefeitura de São Paulo ..... 178
5.1.7. A UNITRABALHO e a ITCP ..... 180
5.2. Arruda: da Nicarágua sandinista à socioeconomia solidária ..... 184
5.2.1. Uma infância católica e conservadora ..... 185
5.2.2. A universidade, o golpe militar, a militância e a tortura ..... 186
5.2.3. Da formação como economista nos EUA, ao Instituto de Paulo Freire e as assessorias na África e Nicarágua ..... 187
5.2.4. Do IBASE ao PRIES/PACS, enquanto era professor do IESAE da FGV ..... 188
5.2.5. Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária ..... 191
5.3. Gaiger: das pastorais à economia popular solidária ..... 195
5.4. O cruzamento das trajetórias, os eventos e a formação do campo ..... 199

**6. O DITO DE TRÊS INTELECTUAIS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA** ..... 211
6.1. Produção Intelectual de Paul Singer ..... 212
6.1.1. Exclusão social e economia solidária ..... 213
6.1.2. O socialismo autogestionário ..... 215
6.1.3. Um evento: o livro organizado por Singer ..... 219
6.1.4. A contribuição científica da universidade ..... 223
6.2. Produção Intelectual de Marcos Arruda ..... 225
6.2.1. Radicalização da democracia e ética da cooperação solidária ..... 225

6.2.2. A globalização cooperativa ..... 227
6.2.3. A educação da práxis ..... 233
6.2.4. As campanhas políticas ..... 235
6.2.5. O desenvolvimento comunitário autogestionário ..... 236
6.2.6. A cultura da socioeconomia solidária ..... 239
6.2.7. A visão utópica da socioeconomia solidária ..... 240
6.2.8. O PACS e as relações internacionais ..... 243
6.2.9. A definição dos conceitos ..... 246
6.2.10. Arruda e o governo Lula ..... 252
6.2.11. O significado dos escritos e o lugar da pessoa de Arruda na economia solidária ..... 255
6.3. Produção Intelectual de Luiz Inácio Gaiger ..... 257
6.3.1. Elaboração da categoria de empreendimentos econômicos solidários ..... 258
6.3.2. Formação da categoria de Economia Popular Solidária ..... 265
6.3.3. Economia solidária e terceiro setor ..... 273
6.3.4. Economia solidária e modo de produção ..... 279
6.4. Quem cita quem? ..... 285
6.5. *A outra economia*: uma obra de referência ..... 290
6.6. Autores e projetos ..... 291

**7. CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 295

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 315

**ANEXO A** – Roteiro básico das entrevistas e entrevista com Paul Singer ..... 333
**ANEXO B** – Quadro cronológico de eventos da economia solidária no RS ..... 355
**ANEXO C** – Relação das atividades de campo de 1999 a 2004 ..... 359
**ANEXO D** – Lista das publicações de Arruda, Gaiger e Singer ..... 363
**ANEXO E** – Cartas políticas de Arruda – julho de 2002 a julho de 2003 – ..... 369
**ANEXO F** – Esquemas cronológicos do campo da economia solidária no Brasil ..... 388

# INTRODUÇÃO

Sinta-se convidad@[1] a acompanhar-me num campo de relações sociais e de sentido que vou designar de maneira genérica pela categoria "economia solidária". Vamos descobrir a urdidura e a trama que sustentam o enredo onde se encadeiam ações e falas de uma série de pessoas que, a meu ver, vão formar uma comunidade de sentido que pretendo conhecer seguindo as pegadas de três intelectuais. Investigo no Brasil como iniciativas dispersas e heterogêneas de geração de trabalho e renda foram cruzando seus caminhos, tecendo redes de relações sociais e construindo um movimento socioeconômico em busca do seu reconhecimento pela sociedade civil e pelo Estado.

No Brasil, a partir das hipóteses que os intelectuais que fizeram da economia solidária seu objeto de pesquisa e reflexão, engajaram-se muito além da compreensão científica do fenômeno, pois procuraram soluções para os desafios que os empreendimentos solidários enfrentavam, apontando deficiências e caminhos possíveis de superação. E que a reunião numa mesma categoria analítica de iniciativas frágeis e fragmentadas ajudou na revelação para seus protagonistas de que faziam parte de uma mesma comunidade em busca de alternativas socioeconômicas coletivas frente ao desemprego e à marginalização. Minha questão é como foram se tecendo relações sociais e de sentido ao redor destas iniciativas e qual foi o papel dos intelectuais nisso tudo. O objeto desta pesquisa é o processo de construção e legitimação deste novo campo de relações sociais e de sentido que vai suscitar estudos e pesquisas acadêmicas.

Não vou estudar a realidade cotidiana de empreendimentos econômicos solidários, nem as estratégias organizativas de seus assessores. Vou simplesmente desvendar o papel que alguns intelectuais tiveram e têm na construção deste campo, os processos que permitiram a aquisição por parte dele de uma certa identidade, as tendências que o atravessam e os símbolos que o unem.

---

[1] O sinal de arroba "@" é hoje uma alternativa de linguagem menos hierárquica, isto é, evita o uso do plural masculino englobando o feminino.

Para facilitar a compreensão da formação do campo da economia solidária resumo, a seguir, alguns eventos que podem ser considerados como as primeiras tentativas, às vezes até inconscientes, de construir algo novo que vai ser considerado, mais tarde, como de economia solidária. Podem ser entendidos neste sentido, certos projetos de geração de trabalho e renda como os Projetos Alternativos Comunitários da Cáritas - PACs, (desde 1982); as experiências de autogestão pelos trabalhadores de empresas falidas, como a da fábrica de calçados Makerly (1991); projetos apoiados pela Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (1993); a organização pela ANTEAG das empresas falidas e assumidas sob forma autogestionada (1994); o Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda organizado pela Cáritas e pelo CAMP em Porto Alegre (1996); o Seminário sobre economia solidária da CUT/SP (1996); certos programas públicos de financiamento, como o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDS (1996); a Criação de um Setor de Economia Popular na SMIC e de uma Instituição Comunitária de Crédito - Porto Sol, pela Prefeitura de Porto Alegre (1996); pesquisas e estudos acadêmicos como a assessoria à Cáritas Regional do RS para avaliação dos PACs por Luiz Inácio Gaiger (1992) e a apresentação da análise dos resultados desta pesquisa no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia (1995); a formação de um grupo de pesquisa "Organizações e Democracia" na UNESP, campus de Marília, para analisar experiências de autogestão (1996); a publicação na Folha de São Paulo de um artigo sobre economia solidária por Paul Singer (1996); a conferência *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, no Instituto de pesquisa da ONU proferida por Marcos Arruda (1996); a formação de um grupo de estudo e pesquisa sobre a economia solidária na UNITRABALHO. (1997). Estes são alguns dos muitos eventos que vão dar partida a um campo que intelectuais vão reconhecer como de economia solidária.

Na década de 90, a literatura brasileira de diversas ciências - sociológica, econômica, filosófica e aplicadas como a educação - enriqueceu-se com a nova categoria "economia solidária", ou alguma variante desta noção. A nomeação é nova, mas certas realidades às quais ela se refere existem, desde o final do século dezenove, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Trata-se de um certo ideal associativo ou cooperativista desenvolvido pelos próprios trabalhadores, mas com o apoio de organizações da sociedade civil. A partir de meados da década de setenta do século XX, a crise do sistema capitalista provocou a falência de muitas empresas, uma situação de desemprego crônico e estrutural, a precipitação na miséria de milhares de indivíduos e de suas famílias. Isto levou à busca de novas alternativas para a produção de renda e de trabalho. Estimulou também intelectuais[2] e ativistas a proporem um novo projeto de economia que promova o desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente a partir de relações sociais de produção alternativas e antagônicas às do sistema capitalista.

[2] No primeiro capítulo, explico o que eu entendo por intelectuais.

A proposta de economia solidária que aparece ou, melhor dito, ressurge nos anos oitenta do século XX e circula em meados da década seguinte pelo mundo inteiro, desenvolveu no Brasil um perfil muito específico dadas às circunstâncias sociopolíticas existentes. Assim, ela não se confunde com o terceiro setor[3] como em outros países, nem com o programa governamental da Comunidade Solidária, instaurado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso[4]. A categoria[5], economia solidária se refere, segundo seus intelectuais, à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal.

A pesquisa tem por objetivo a compreensão do agenciamento dos processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação – identificar e dar identidade –, nomeação e estruturação deste novo campo. Trata-se de estudar o processo de construção de uma trama de relações sociais que se estruturam a partir de um conjunto mais ou menos coerente de coisas feitas e pensadas em torno do que, no Brasil, é chamado de economia solidária. Falo em trama, pois estou referindo-me a eventos, trajetórias, redes de relações sociais, falas e sonhos compartilhados por aqueles que vão formar, como pretendo demonstrar, uma comunidade simbólica no sentido que A. P. Cohen[6] dá a este conceito.

Para fazer este resgate, identifiquei alguns intelectuais, que, por sua vez, levaram a outros atores, instituições e entidades. Partindo das constatações de que a noção de economia solidária contém um misto de ideal e de realidade e que as concepções e modelos que sustentam seu projeto são diversas, a pesquisa investiga como uma comunidade de interesses pode formar-se e estruturar-se e qual o papel dos intelectuais no processo de construção deste campo e do seu significado, quais as categorias que eles utilizam e quais os sentidos que estas vão adquirir na prática.

Muitas são as experiências, conhecidas ou não, que estão constituindo este campo. A pesquisa pretende reconstituir não somente trajetórias de vida e analisar obras de intelectuais que conduziram à preocupação com esta questão, mas também compreender o que os levou a reunirem tais experiências sob uma determinada categoria, projetando nelas a esperança de algo novo, que poderia dar alguma resposta a impasses criados a nível mundial pela aplicação das políticas neoliberais e pelo sistema capitalista em geral. Enfim, entender como, apesar de noções diferentes e às vezes divergentes, um campo tão amplo poderia transformar-se num movimento socioeconômico em busca do seu reconhecimento político, mas também acadêmico.

---

[3] Ler a este respeito no capítulo 4, seção 3.

[4] Ver informações a este respeito no capítulo 4, seção 1.

[5] Devo às observações da minha orientadora e da Professora Maria da Glória Gohn, durante a banca de qualificação, o uso do termo categoria em relação à economia solidária em vez de conceito. Trata-se de uma categoria *êmica*, que faz sentido para meus pesquisados, mas deve-se dizer que, neste caso, tanto Gaiger como Arruda, usam o termo conceito.

[6] COHEN, A. P. *The symbolic construction of community*. 6. ed. London: Routledge, 1998.

O campo da economia solidária vai ser construído no país a partir das relações sociais que agentes de diversos meios vão tecer entre si. Esta tese quer compreender como surgiram as iniciativas que formaram o campo da economia solidária, porque certos intelectuais vão estudá-las e nomeá-las, porque usaram determinadas categorias e que significados estes vão adquirir na prática. Não pretendo limitar-me ao domínio acadêmico, pois entre os diferentes níveis de atuação prática e reflexão teórica há influências recíprocas, mas vou dar uma atenção especial e redobrada para a atividade intelectual. A etnografia dos eventos e das trajetórias desvendou uma realidade polimorfa em constante transformação que tende a organizar-se em redes[7] e em fóruns a partir dos mais diversos atores da sociedade civil e do Estado. Parece que, apesar de marcada por correntes ideológicas distintas, há nela um esforço crescente por uma certa articulação do campo, tendo na base um consenso ideológico no que diz respeito a uma crítica radical do neoliberalismo e, até, do sistema capitalista, uma proposta de democracia participativa e solidária, além da busca de soluções para populações marginalizadas na perspectiva de um desenvolvimento sustentável[8].

Além do compartilhamento desses valores e objetivos, um outro aspecto importante a exigir a articulação do campo é a própria natureza das experiências que, por ser de ordem econômica, preconiza a formação de um mercado e de uma infraestrutura conjunta, tanto produtiva (em cadeias horizontais e verticais) quanto jurídica, comercial, de crédito, de marketing e também a organização dos consumidores. Acrescente-se a isto a necessidade de trocas de experiências, de saberes práticos, metodológicos e teóricos. Os intelectuais que

---

[7] Em dezembro de 2000, Euclides Mance relatava que: "Tivemos a fundação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a organização da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT e a Anteag iniciou a organização de uma rede, visando integrar um setor específico dos empreendimentos a ela vinculados. Tivemos em junho deste ano o lançamento da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, compondo empreendimentos e colaboradores participantes do Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, ocorrido em Mendes, RJ. Alguns meses depois, lançaram-se as bases para a organização da Rede Global de Socioeconomia Solidária, no I Acampamento de Economia Solidária que ocorreu no Rio Grande do Sul, envolvendo organizações do Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia e Espanha - rede essa que será lançada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no início do ano que vem, como uma possível alternativa de enfrentamento à globalização capitalista. Nos últimos meses, o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária deliberou pela organização de uma rede estadual, ao passo que o Fórum Catarinense de Economia Popular e Solidária deliberou várias ações na mesma perspectiva de integração econômica dos empreendimentos. Em Curitiba foram organizadas a Rede Solidariedade, integrando diversos sindicatos, e a Rede de Colaboração Solidária que está em processo de registro legal sob a marca Rede Sol. No Rio Grande do Sul, por sua vez, ocorreu a fundação da Central de Cooperativas e Associações de Economia Popular e Solidária que se constituiu sob a lógica de rede, tendo como um de seus empreendimentos a cooperativa de compras coletivas em Porto Alegre, a qual chega a oferecer produtos com preços até 71,4% mais baratos em relação aos preços de produtos similares no mercado, ficando as compras dos participantes em média 20% mais baratas".

[8] O fato de estar trabalhando sobre e no seio de uma realidade em plena expansão e transformação, às vezes, tornou difícil a escrita desta tese que é contemporânea aos fatos. A sua escrita levou pelo menos quatro anos e novos eventos exigiam a reformulação de certos escritos. A partir de 2003, fatos importantes como a criação de uma Secretaria de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego e a constituição do Fórum brasileiro de Economia Solidária, vão dar-lhe um novo impulso e configuração. Esta tese não pretende dar conta de todos estes novos passos na construção do campo da economia solidária.

pesquisam nesta área estão sendo instados pelas entidades de apoio à economia solidária a colocarem seu saber à disposição da comunidade diretamente interessada e que constitui o público mais assíduo de suas palestras, cursos e publicações. Tecem-se relações recíprocas entre intelectuais e ativistas estreitando assim contatos e laços, tanto conflituosos quanto cooperativos, no seio do campo.

Não se pode falar em campo nas ciências sociais sem fazer pelo menos menção à teoria de Bourdieu. Desde 1966, quando publica *Champ intellectuel et projet créateur* na revista *Les Temps Modernes,* até a sua morte em 2002, Bourdieu trabalha com uma noção de campo que pouco mudou. Aplicou-a num primeiro momento ao meio artístico, a estendeu dez anos mais tarde ao campo científico e encontra-se em toda a sua obra nas mais diversas áreas intelectuais como, por exemplo, na do jornalismo e da televisão.

Bourdieu, no seu texto, *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*[9], esclarece a origem do seu conceito de campo. Ele o utilizou para indicar uma direção à pesquisa e para escapar das duas alternativas então existentes para a análise das produções culturais, religiosas, artísticas, ou literárias, a saber, a análise interna e a explicação externa. Segundo ele, no primeiro caso as análises caem num erro que poderia ser caracterizado como formalismo e, no segundo, como reducionismo. A primeira postura vê "um alto grau de autonomia" na produção artística enquanto que a segunda relaciona "diretamente as formas artísticas com formas sociais". A estas duas práticas teórico-metodológicas Bourdieu opõe a análise do "campo de produção como espaço social de relações objetivas". Há outras alternativas para resolver o dilema das análises interna e externa como o fez, por exemplo, Skinner[10], mas a discussão nesse momento é outra, pois o que quero expor é a teoria do campo de Bourdieu.

---

[9] BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 59-73.

[10] Skinner concorda que o estudo do contexto social é decisivo para evitar e resolver muitos dos problemas de exegeta que ele assinalou e que devemos captar para qual tipo de sociedade o autor escreve na intenção de convencê-la. Mas não podemos dizer que o contexto é a causa direta de todas as idéias expressas, pois estas também podem contribuir para a mudança do contexto. Além do mais, o conhecimento das causas de uma ação não equivale à compreensão da própria ação. Como a compreensão pressupõe uma efetiva apreensão das condições causais anteriores à ação produzida, podemos também dizer que ela pressupõe uma captação do sentido desta ação para aquele que a realiza. Skinner tampouco concorda com o fato que as intenções estariam conectadas de maneira contingente com as ações, já que podemos ter a intenção de fazer algo sem que isto se realize com êxito.

Outro pressuposto, errôneo para Skinner, consiste em acreditar que significado e compreensão seriam termos correlatos. Segundo J. L. Austin, citado por Skinner, a compreensão de um enunciado pressupõe apreender não somente o significado da manifestação em questão, mas também o que ele chama da sua força *elocucionária* prevista. Ou seja, o que uma determinada pessoa pode estar fazendo ao expressar seu enunciado não se referia ao seu significado, senão à força coordenada com o significado do enunciado e cuja captação, no entanto, é fundamental para entendê-lo. Então, mesmo que o contexto social dos textos possa servir para explicá-los, isto não equivale a proporcionar os meios de compreendê-los. Resumindo, para dizer que se compreendeu um texto não é suficiente ter entendido seu enunciado, nem sequer discernir que o sentido do que foi dito pode ter mudado. "O aspecto adicional que ainda deve ser captado em qualquer enunciado dado é *como* a pessoa quis dizer o que disse e, com isto, que *relações* podem ter sido estabelecidas entre vários enunciados diferentes apesar de situarem-se no mesmo contexto geral". (SKINNER, 2000, p. 186). [Traduzido da edição espanhola por mim]. Para Skinner "a compreensão de textos pressupõe a apreensão do que estes queriam significar e como se pretendia que este significado fosse assumido. Disto se conclui que

Bourdieu trabalhou mais de três décadas com este conceito e, evidentemente, com o passar dos anos, sua definição tornou-se mais concisa. Como prova de minha afirmação, citarei, a seguir, alguns trechos de textos redigidos por Bourdieu num lapso de tempo de aproximadamente trinta anos.

> Le rapport qu'un créateur entretient avec son oeuvre et, par là, son oeuvre elle-même, sont affectés par le système des relations sociales dans lesquelles s'accomplit la création comme acte de communication ou, plus précisément, par la position du créateur dans la structure du champ intellectuel. (...) *le champ intellectuel*, à la façon d'un champ magnétique, constitue un système de lignes de force: c'est à dire que les agents ou systèmes d'agents qui en font partie peuvent être décrits comme autant de forces qui, en se posant, s'opposant et se composant, lui confèrent sa structure spécifique à un moment donné du temps. En retour chacun d'eux est déterminé par son appartenance à ce champ: il doit en effet à la position particulière qu'il y occupe des *propriétés de position* irréductibles aux propriétés intrinsèques et en particulier un type déterminé de participation au *champ culturel* comme système des relations entre les thèmes et les problèmes et, par là, un type déterminé *d'inconscient culturel*, en même temps qu'il est intrinsèquement doté de ce que l'on appellera un *poids fonctionnel*, parce que sa 'masse' propre, c'est-à-dire son pouvoir (ou mieux son autorité) dans le champ, ne peut être défini indépendamment de sa position dans le champ. (BOURDIEU, 1966, p. 865-866).

A metáfora do campo de força magnética surpreende pela assimilação das relações sociais às forças físicas. A busca de leis da natureza para explicar fenômenos humanos esteve presente desde o início das ciências sociais quando seus estudiosos tentavam revesti-las de cientificidade e adquirir assim legitimidade. Essas comparações foram, no entanto, implacavelmente criticadas. É possível que a comparação feita por Bourdieu seja simplesmente uma imagem que, como todas as demais, peca pela simplificação que opera. Aliás, não cheguei a encontrar uma referência explícita ao campo magnético nas definições seguintes deste autor, mas sempre se trata de um campo de forças onde os indivíduos ocupam lugares definidos pela sua estrutura.

Bourdieu comenta como ele teve que ultrapassar sua primeira tentativa de explicar o campo intelectual para realmente elaborar de maneira rigorosa sua noção de campo. Foi a leitura do capítulo consagrado às relações entre os agentes religiosos de Weber na sua obra *Economia e Sociedade* que lhe permitiu isto. Naquele capítulo, Weber apresenta uma visão interacionista das relações entre os agentes religiosos, visão que Bourdieu critica e substitui por "uma construção do campo religioso como estrutura de relações objetivas". (BOURDIEU, 2000, p. 66). Aplicando este instrumento de análise a diferentes domínios, ele constatou que poderia não somente destacar o que é próprio a cada campo, mas principalmente estabelecer as invariantes reveladas pelo estudo comparativo dos diversos

---

entender um texto deve ser entender tanto a intenção de ser entendido como a de que esta intenção seja compreendida, que o próprio texto enquanto ato deliberado de comunicação deve pelo menos encarnar". (SKINNER, 2000, p. 187) [Tradução da autora].

universos. Descobriu então a eficácia heurística de sua hipótese inicial segundo a qual "existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos". (idem, p. 67).

Bourdieu se defende de ter pedido emprestado ao campo econômico seu modo de pensar, apesar de reconhecer que, ao "reinterpretar numa perspectiva relacional a análise de Weber, (...), [achou-se] de repente no meio de propriedades gerais, válidas nos diferentes campos, que a teoria econômica tinha assinalado sem delas possuir o adequado fundamento teórico". (idem, p. 68). Assim, a teoria econômica não seria o modelo fundador, mas um caso particular da teoria dos campos deste autor. Ele toma o cuidado de descartar uma visão economicista "que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário" (idem, p. 69) para compreender a gênese social de um campo repleto de crenças, jogos de linguagem, bens materiais e simbólicos. A tentação, no entanto, é grande de acusar Bourdieu de ter dado ênfase a fenômenos tidos pela economia clássica como básicos, a saber, a concorrência, as lutas de poder, a dominação; penso, contudo, que se trata mais de uma visão influenciada pela razão prática (SAHLINS, 1979) do que de uma visão especificamente econômica.

Dito isto, o campo que escolhi para estudo está diretamente ligado a práticas econômicas, com a especificidade que, mesmo submersas no mercado capitalista, elas têm por particularidade e ideal de diferenciarem-se das práticas dominantes deste universo. As relações sociais tecidas entre intelectuais, que se debruçam sobre práticas econômicas solidárias, e com os agentes que as assessoram e seus protagonistas, para serem compreendidas, devem ser analisadas num quadro mais amplo do que o das lutas pelo poder quer seja ele econômico ou simbólico, pois o campo da economia solidária tem também suas regras próprias. Como Geertz ensina, não devemos perder de vista o campo específico onde o pensamento sobre a economia solidária faz sentido. Este enuncia regras e sentidos distintos e pretende estruturar-se com o sentido da solidariedade e não da competição, com o código moral que proporciona a seus membros uma certa identidade. Com referências explícitas à análise de Mauss a respeito do processo universal do dar, receber e retribuir, os intelectuais deste campo expressam a expectativa de uma real solidariedade entre si. Isto não impede que haja competição entre o campo da economia solidária e outros campos. Voltarei a esta questão mais adiante continuando, de momento, com as definições de Bourdieu referentes à noção de campo.

Para Bourdieu, então,

> O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta pela concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 122-123).

Após esta especificação do que está em jogo no campo científico, é preciso reiterar o fato que cada campo tem suas regras próprias. A citação de Bourdieu se refere ao campo científico, devo precisar mais uma vez, no entanto, que minha análise não irá tratar somente de um campo intelectual, nem muito menos das relações entre cientistas de uma determinada disciplina.

No que concerne às definições de campo de Bourdieu, há uma, mais tardia, que reafirma a definição enunciada em décadas anteriores; o campo é um campo de forças, onde dominantes e dominados mantêm relações constantes de desigualdade. Evidentemente, podemos subentender que, entre as estratégias possíveis desenvolvidas em função da posição no campo, os agentes possam lançar mão de relações de colaboração e de intercâmbio, mas parece que o objetivo final, segundo Bourdieu, continua sendo a detenção do poder e que isto só se concebe numa situação de concorrência.

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em conseqüência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Se válida, e apesar de ter mostrado inúmeras vezes ser um instrumento eficaz de análise, a noção de campo de Bourdieu me parece ter seus limites para dar conta de toda e qualquer realidade social; aliás, a complexidade do real é tão grande que nunca poderá ser totalmente explicada por uma definição teórica. É difícil achar na literatura científica alguma crítica à teoria do campo de Bourdieu. Encontramos, todavia, algo neste sentido num texto escrito por Minayo. Com o objetivo de estudar a construção da identidade da antropologia na área da saúde no Brasil, ela se apóia em alguns autores entre os quais Bourdieu. Apesar de usar a noção de campo deste autor para seu estudo, Minayo reprocha-lhe que sua análise do fenômeno da produção científica seja somente externa. Para a análise interna deste fenômeno transepistêmico, Minayo recorre a Knorr-Cetina e, de acordo com esta, considera que:

> as arenas transepistêmicas são construídas, dissolvidas e reconstruídas na cotidiana e contextualizada atividade científica, implicando sempre numa rede interativa de relações entre os vários sujeitos que dela participam, em mútua dependência de informações, recursos e tecnologias. Os interesses, os conflitos de poder e a cooperação são parte desta dinâmica dentro dos universos de produção e com todo o mundo relacional, inclusive o leigo, envolvido na construção da ciência. (1998, p. 30).

A observação de Minayo esclarece que a definição de campo de Bourdieu, por ser estrutural, dá conta principalmente da estruturação das relações sociais deixando a questão do significado de fora. O fato de compartilhar valores e de as pessoas se definirem em

função de uma certa identidade só é considerado por ele na medida em que se trata dos valores e da identidade do campo e não dos indivíduos.

Quanto ao estudo empírico aqui realizado, por tratar-se de um campo de relações sociais que tem por característica a crítica ao neoliberalismo e a seus valores entre os quais a competição, a exacerbação da individualidade e a busca do lucro máximo, pode-se pensar que encontraremos regras próprias expressas numa tentativa de colaboração entre os agentes da economia solidária, principalmente no que diz respeito à circulação do conhecimento tanto teórico como prático bem como das informações as mais diversas[11]. No tocante à elaboração de ações práticas e teóricas em vista da construção de uma economia solidária, me parece que a realidade brasileira está numa situação muito mais complexa do que simplesmente a de uma luta pelo reconhecimento, pela legitimação e pelo poder interno ao campo. Se estes aspectos existem, eles são somente uma parte da história.

Por outro lado, as premissas de um campo a ser construído situam-se em muitos lugares distintos, mais ou menos ao mesmo tempo e os protagonistas não se conhecem. Usando o conceito de Bourdieu, poderíamos dizer que os intelectuais em estudo fazem parte de campos distintos num primeiro tempo. Aliás, os campos nos quais cada um se situa são múltiplos e provocam interferências mútuas. Grandes campos possuem também seus subcampos; poderíamos dar como exemplo as alas ou tendências de um partido político, da Igreja, as diversas escolas teóricas numa mesma ciência, os diversos meios intelectuais em função da localização[12] etc. Já neste nível é preciso observar que as relações não são unicamente de busca de hegemonia, mas também de aliança e de cooperação.

Para crescer, as entidades e seus intelectuais devem tornar-se conhecidos e, para tanto, precisam da ajuda mútua; um convida o outro para um evento acadêmico, para a publicação de um livro, ou para a formação de uma rede de pesquisas, de debates e, a partir de 2004, para a formação de uma associação científica[13]. O espaço a ser conquistado e a realidade da qual é preciso dar conta são tão extensos que, num primeiro momento, mais do que fazer sombra ou ofuscar-se uns aos outros, é necessário engrossar as fileiras para serem reconhecidos. Além do mais, o campo é tão vasto e heterogêneo, que há espaço para uma série de teóricos e práticos.

Nesta pesquisa pretendo resgatar a trajetória de três intelectuais brasileiros (considerados como fazendo parte do grupo mais reconhecido, pelo menos nesta primeira fase deste campo), com suas respectivas produções teóricas, a fim de entender como um campo de relações sociais vai se formando, qual o sentido que lhe é atribuído e verificar a tese segundo a qual um campo intelectual e prático, para desenvolver-se, precisa de uma grande diversidade de agentes que trabalham tanto na colaboração e na complementaridade quanto na rivalidade e na busca de poder.

---

[11] Nos *sites* da economia solidária, seus intelectuais liberam para "download" seus textos ainda não publicados.

[12] Por exemplo, a intelectualidade paulistana ou carioca.

[13] Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária - ABPES.

No caso deste estudo, há uma outra limitação para o uso da noção de campo de Bourdieu e aqui estou me referindo à sua concepção de trajetória. Pois ao estudar as trajetórias de alguns intelectuais, afirmo a importância delas para a formação do campo e reconheço a possibilidade para os intelectuais de dar sentido às suas trajetórias. Enquanto que Bourdieu (1986), ao referir-se à história de vida, nega que seja correto dar à trajetória biográfica ou autobiográfica um sentido objetivo ou subjetivo. Só a posição ocupada pela pessoa no campo determinaria sua trajetória[14]. A circulação das noções e das idéias também seria determinada pela estrutura do campo. Ao referir-se, por exemplo, ao uso das categorias "povo" e "popular" - uma das apostas na luta entre intelectuais -, ele considera seu uso como determinado pelo lugar ocupado pelo intelectual no campo.

> O fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do "povo" ou *para* o "povo" (no duplo sentido para o "povo" e no lugar do "povo") pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico, etc. - força tanto maior quanto menor a autonomia do campo considerado. (BOURDIEU, 1990, p. 181).

E, também, "o princípio das diferentes maneiras de se situar em relação ao povo (....) situa-se ainda e *sempre na lógica da luta no seio do campo dos especialistas*[15]". (idem). Em virtude disto, ele recomenda ao pesquisador uma análise anterior da relação objetiva ao objeto afim deste escapar à alternativa do etnocentrismo de classe e do populismo, que é sua forma invertida[16].

A noção de campo que pretendo utilizar vai no sentido usado por BARNES e se apresenta como um conjunto de redes de relações sociais, de práticas e de idéias. Segundo a concepção de BOTT, existe uma clara diferença entre uma rede e um grupo organizado, pois se trata "de uma configuração social onde algumas, mas nem todas, das unidades externas componentes mantêm relações entre si". (BOTT, 1976, p. 211). A rede, entendida desta maneira, não é suficiente para formar um campo, sendo-lhe, no entanto, necessária. Pode também ser considerada como necessária para a compreensão da noção de comunidade entendida à maneira de Cohen, pois as pessoas, para fazer parte da comunidade simbólica ou do campo, não precisam se conhecer, mas apenas devem estar ligadas entre si por uma cadeia de relações físicas ou mentais.

Como anunciado acima, vou construir meu objeto de pesquisa a partir de trajetórias e da circulação de pessoas, práticas e concepções focalizando mais especificamente três intelectuais que são fundamentais para a constituição deste campo. Além da concepção de campo, vou utilizar a concepção de comunidade, pois levanto a hipótese que o campo da

---

[14] Discuto esta questão no capítulo dois, reservado à metodologia.

[15] O itálico é de autoria da autora.

[16] Sobre o adjetivo popular expresso algumas considerações e mostro a evolução do seu significado no Brasil e no seio do campo da economia solidária, bem como a sua circulação de um subcampo para outro, no capítulo quarto, reservado aos nomes da economia solidária.

economia solidária no Brasil pode ser pensado como uma comunidade de sentido que eu iria mapear e investigar.

O texto de Cohen *The symbolic construction of community* é bastante estimulante para pensar sobre isto. Após uma revisão crítica das interpretações apressadas do conceito de comunidade cunhado por Durkheim, Weber, Tönnies e Simmel, Cohen desenvolve uma compreensão diferente e atual desta categoria. Para os diferentes autores citados, clássicos da sociologia, o conceito de comunidade era estudado em paralelo com o de sociedade como se eles formassem um par de opostos. À comunidade eram atribuídas as características de ser simples, tradicional e pré-industrial enquanto que a sociedade era pensada como complexa, moderna e industrial. Segundo Tönnies, a comunidade seria formada por pessoas que mantêm relações face a face, baseadas em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações são íntimas, duradouras e multiintegradas.

Para Durkheim, os homens organizaram-se tradicionalmente em comunidades cuja coesão social se devia a uma solidariedade mecânica por semelhança; já o conceito de sociedade seria reservado na modernidade aos agrupamentos humanos complexos onde a industrialização teria provocado uma ampla divisão do trabalho criando entre seus membros uma solidariedade orgânica graças à complementaridade das profissões. Na comunidade as relações aconteceriam frente a frente, ou seja, tratar-se-ia de relações primárias, enquanto que na sociedade as relações seriam de ordem secundária e impessoal.

Weber, nos seus *Conceitos básicos de sociologia*, escreve: "Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social (...) baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes". (WEBER, 1987, p. 77). Mais adiante, ele acrescenta que a ligação pode ser afetiva também e que o tipo é encontrado mais convenientemente na relação familiar. Já o conceito de sociedade, para ele, relaciona-se com "um equilíbrio de interesses motivados por juízos racionais, quer de valores, quer de fins". (idem). O próprio Weber menciona que esta terminologia lembra a diferenciação feita por F. Tönnies em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*.

A. P. Cohen mostra que os conceitos de comunidade e modernidade não são opostos. O argumento a favor da oposição entre os termos vem do fato que os traços da vida social atribuídos à comunidade estariam supostamente ausentes na modernidade, o que vários estudos de ciências sociais demonstraram ser inexato. Estudos sobre migrantes rurais[17], mostraram, por exemplo, como relações de parentesco, de vizinhança e de compadrio recriam, no seio dos lugares de moradia urbana[18], comunidades de afeto e de ajuda mútua.

Cohen, a partir do uso que se faz do conceito, sugere que os membros de uma comunidade compartilham algo que os distingue de maneira significativa de um outro suposto grupo. Em vez de focar a questão estrutural, ele se concentra no significado. O

[17] Ler, por exemplo, DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
[18] Ver também as pesquisas de Cláudia Fonseca entre as quais: *Os caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

conceito de comunidade, segundo ele, expressa uma idéia relacional que implica simultaneamente semelhanças e diferenças. O estudo da natureza de uma comunidade nos leva a examinar suas fronteiras, que não precisam ser geograficamente definidas. Dependendo do tipo de comunidade, seus limites podem estar na cabeça dos seus observadores e podem ser percebidas de maneiras diferentes dependendo do fato destes estarem fora ou dentro do grupo. Se quisermos entender a importância da comunidade na experiência das pessoas, o principal consiste em entender o significado que estas atribuem simbolicamente a essas fronteiras construídas em grande parte pelas inter-relações pessoais. A comunidade é mais ampla do que o parentesco, mas é mais imediata do que esta abstração que chamamos de sociedade. As pessoas adquirem cultura ou aprendem a tornar-se seres sociais adquirindo símbolos que as equipam para a vida social. "Para Cohen, comunidade é uma entidade simbólica, sem parâmetros fixos, pois existe em relação e oposição a outras comunidades observadas; um sistema de VALORES e um código moral que proporcionam a seus membros um senso de IDENTIDADE". (SHORE, 1996, p. 116). A realidade da comunidade na experiência das pessoas consiste na sua afeição ou engajamento em um conjunto de símbolos comuns. Mas compartilhar símbolos, diz Cohen, não é a mesma coisa do que compartilhar significados. Os símbolos são, muitas vezes, definidos como sendo coisas colocadas no lugar de outras. Mas eles não as representam sem ambigüidade; se fosse o caso, eles seriam inúteis e redundantes. Devido a esta característica de maleabilidade, os símbolos podem satisfazer às particularidades da individualidade. Eles providenciam os meios através dos quais os indivíduos podem experimentar e expressar sua devoção para uma sociedade sem por isto comprometer sua individualidade. Desta forma, é possível que pessoas com visões radicalmente opostas encontrem seu próprio sentido em símbolos que, no entanto, permanecem comuns. (COHEN, 1998, p. 11-18).

No caso em estudo, investigo em que medida os sujeitos desta pesquisa podem ser definidos como uma comunidade, pois seus membros compartilham símbolos e valores comuns. Penso nos valores e distinções marcadas por noções tais como economia solidária, autogestão, cidadania participativa, cooperação, eqüidade, sustentabilidade etc. Quanto às fronteiras, ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil os componentes da economia solidária marcam suas diferenças, por exemplo, em relação ao terceiro setor ou ao cooperativismo tradicional.

Num primeiro momento escolhi três intelectuais para, através do estudo de suas trajetórias de vida bem como de suas produções intelectuais, mostrar a diversidade e a complexidade deste campo, os princípios e sentidos que estão na sua base e a maneira como ele foi se formando. A escolha de Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger foi efetuada tendo em vista três dimensões do campo nas quais atuam intelectuais, a saber, as pesquisas científicas, as ações de fomento e apoio a empreendimentos econômicos solidários e as ações políticas. Suas trajetórias de vida ilustram as relações que se estabelecem neste campo entre a universidade, os partidos políticos, os sindicatos, as

igrejas, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os empreendimentos da economia solidária e o Estado. Assim, Gaiger, sociólogo formado na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) foi o primeiro pesquisador no Brasil a utilizar a categoria de "empreendimentos econômicos solidários", continuando até hoje suas pesquisas nesta linha. Professor e coordenador da pesquisa na UNISINOS (São Leopoldo - RS), uma das maiores Universidades Jesuítas do mundo, ele é também um dos responsáveis pelo programa de economia solidária da Rede Brasileira de Universidades ligadas ao mundo do trabalho, a UNITRABALHO, onde coordenou uma pesquisa nacional sobre este assunto[19]. Autor da mais ampla produção em termos de pesquisa empírica sobre o assunto no Brasil, ele idealizou um *site* interativo de economia solidária na Internet[20], chamado economia popular solidária, disponibilizando uma extensa bibliografia que pode ser atualizada pelos usuários, textos para *download*, informações sobre suas pesquisas e *links* para entidades de apoio à economia solidária.

Por sua vez, Paul Singer economista formado pela USP e professor aposentado[21] desta universidade, é um autor já reconhecido na área das ciências econômicas e sociais. Ele foi coordenador do Programa de economia solidária da UNITRABALHO, coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, professor titular de uma disciplina de economia solidária na pós-graduação e é o atual Secretário Nacional da Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no Governo Lula. Esta secretaria foi implantada sob a pressão do movimento social[22] representado pelo GT brasileiro de Economia Solidária, criado durante o primeiro Fórum Social Mundial, e do qual os três intelectuais aqui pesquisados faziam parte. Singer assume neste campo uma postura polêmica quanto à sua análise sobre a possível transformação da economia solidária num novo modo de produção.

Quanto a Marcos Arruda, geólogo, com PHD em economia e doutorado em educação, trata-se de um intelectual atuante em uma ONG[23] nacional, criada por ele em 1986 no Rio de Janeiro, e que participou com Euclides Mance da fundação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Esta mantém um importante *site* na internet[24] com cadastro de empreendimentos em todo o Brasil, uma lista de debates e textos para baixar. Ele é também membro de uma ONG Internacional[25] onde anima um canteiro de socioeconomia solidária. Estes três atores vão nos introduzir no seio de subcampos muito importantes como alas progressistas da Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores, a CUT e diversos sindicatos, Universidades públicas e comunitárias e um grande número de movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais.

---

[19] Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil, 2004.
[20] O endereço é www.ecosol.org.br.
[21] A partir de 2003.
[22] Sobre o conceito de Movimento Social ver a seção1.5. *Estrutura e sentidos da economia solidária.*
[23] A ONG é o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul –PACS.
[24] O endereço: www.redesolidaria.com.br.
[25] A ONG chama-se Aliança por um Mundo Responsável e Solidário.

No decorrer da pesquisa estes três intelectuais revelaram-se um tripé crucial para a sedimentação e para a formação da identidade do campo da economia solidária no Brasil. Cada um traz uma marca específica e complementar em relação aos dois outros de tal forma que, sem um deles, o campo não seria o que ele é. Além de possuir formações acadêmicas diferentes, eles atuam em regiões diferentes, não pertencem às mesmas gerações, representam facetas diferentes da intelectualidade brasileira e, principalmente, constituem pólos distintos de irradiação teórica no campo da economia solidária. Este fato não passou desapercebido a um sociólogo uruguaio que, no primeiro capítulo de sua tese de doutorado sobre *Socioeconomía de la solidaridad,* referindo-se ao Brasil, escreve:

> Los esfuerzos de construcción teórica, en tal sentido, provienen (...) de tres principales ambientes: la Unisinos (...), los trabajos de Paul Singer (...); y los trabajos del Instituto Políticas Alternativas para el Cono Sur (PACS) (...), dirigido por Marcos Arruda, un incansable promotor de estas ideas. (GUERRA, 2002, p. 24)[26].

Guerra continua dizendo que, sem desconsiderar as diferenças existentes entre eles, todos têm em comum uma leitura muito crítica das estruturas econômicas contemporâneas e o resgate da autogestão e do associativismo nos meios populares. Ou seja, no Brasil a economia de solidariedade adquire feições mais radicais que em outros países e um discurso marcadamente mais político.

O primeiro capítulo apresenta o tema desta tese. Começo explicando o que me levou a escolher a economia solidária como objeto de pesquisa e em que medida este tema tem a ver comigo. Após estas confidências, tento mostrar como foi se constituindo o campo da economia solidária no Brasil. Reflito sobre o que são intelectuais, escrevo sobre os três intelectuais paradigmáticos que escolhi estudar nesta tese e, finalmente, apresento os sentidos que alguns deles atribuíram à economia solidária, e como ela se estrutura.

No segundo capítulo, esclareço a metodologia seguida para alcançar meus objetivos, ou seja, desvendar como veio a se formar o campo da economia solidária e qual o papel dos intelectuais no seio dele. Discuto o conceito de etnografia, caracterizando esta pesquisa como sendo uma etnografia multilocalizada em contextos descontínuos, realizada a partir da participação em eventos, entrevistas e análise de textos. Explico o que entendo por campo, evento, rede e como captá-las a partir do estudo etnográfico. Analiso também as noções de trajetórias, itinerários, e o uso que farei destas ferramentas.

O terceiro capítulo desenha o cenário em que a economia solidária vai sendo construída e o contexto sociopolítico e econômico das décadas de 80 e 90. Retrata a formação dos movimentos sociais e as sucessivas mudanças destes em relação ao Estado, a reorganização dos sindicatos após a ditadura e as novas estratégias para enfrentar o desemprego, a formação do Partido dos Trabalhadores, a expansão do fenômeno das ONGs e suas relações com os movimentos sociais. Para continuar, relato os diferentes tipos de

[26] Li pela primeira vez este texto em março de 2003, e ele veio, de certa maneira, confirmar o acerto de minha parte em escolher esses três intelectuais.

iniciativas de geração de trabalho e renda que florescem naquele período e como a associação é, geralmente, a única via possível para conseguir financiamentos. Algumas experiências são descritas a título de exemplo. Relato as discussões conceituais a respeito do terceiro setor e termino, então, com uma reflexão sobre o surgimento de novos valores e de novas análises para dar conta destas transformações.

O capítulo seguinte é dedicado aos nomes da economia solidária. Nele investigo por iniciativa de quem (grupo ou pessoa), quando e em que contexto, as noções que se referem ao que vai ser chamado genericamente de economia solidária, vieram e/ou circularam no Brasil, quais os percursos históricos e geográficos que eles tiveram e as diversas ressignificações sofridas. Pretendo também mostrar como, em determinados momentos, no seio de certos meios acadêmicos, surge a necessidade de elaborar definições e de formular conceitos. Descrevo também os diversos emblemas da economia solidária. Penso que conhecer e tentar compreender os nomes da economia solidária, é um dos elementos que levam ao desvelamento do sentido e do processo de construção e legitimação do campo da economia solidária, meu objeto de pesquisa.

O quinto capítulo investiga as trajetórias de três intelectuais paradigmáticos a fim de entender o que nas suas vidas os levou à economia solidária e às redes de relações sociais que já teceram antes e depois da descoberta da problemática da economia solidária, mostrando como estabeleceram laços entre si, mapeando assim as redes de relações sociais deste campo e descobrindo seu sentido.

O sexto capítulo acompanha, Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger nos seus itinerários intelectuais. À luz de suas produções teóricas, procuro compreender como as noções de economia popular solidária, socioeconomia solidária e economia solidária foram sendo construídas, que significados lhes foram atribuídos e como deram feição e alento ao movimento da economia solidária. Examino também brevemente a relação destes com outros intelectuais. Termino com a análise de uma obra de referência produzida por trinta deles cujo objetivo é clarificar e precisar análises relacionadas com a economia solidária na atual realidade brasileira dando legitimidade a certas categorias consideradas essenciais.

Tudo isto me leva a uma certa visão do campo da economia solidária, de sua trama formada por um conjunto de concepções, de relações e de práticas. Chego, então, às considerações finais. Tendo mapeado a trajetória das propostas, de suas nomeações e dos intelectuais que as formularam, apresento as diferentes fases de desenvolvimento do campo da economia solidária, sua transformação num movimento social com as reivindicações junto ao Estado, e a dinâmica de uma comunidade em formação com suas utopias, suas tensões, e seus valores, bem como a institucionalização da pesquisa no âmbito acadêmico.

# 1. O TEMA E SUAS QUESTÕES

## 1.1. Porque uma tese sobre economia solidária ?

> *Importa considerar não apenas a posição do antropólogo em relação aos informantes e ao local onde faz pesquisa de campo, mas também a sua inserção na sua própria sociedade. (LANNA, 1995, p. 178).*

A leitura e o contato com vários antropólogos ensinaram-me que a antropologia é uma disciplina que tem por objeto o conhecimento do outro, mas que toda viagem até o outro nos leva de volta até nós mesmos, "conhecer o outro e conhecer-se não são, afinal das contas (...), as faces de uma mesma moeda?" (OLIVEIRA, 1988, p. 14). Se toda pesquisa etnográfica nos remete a uma reflexão sobre nós mesmos, corre-se o perigo de atribuir ao outro os nossos sentimentos e pensamentos. Esta viagem torna-se particularmente difícil quando é o familiar que você estuda e que, metodologicamente, deve estranhar. Gilberto Velho, ao debruçar-se sobre a questão do familiar, mostra que a noção do familiar não diz respeito necessariamente a uma questão de distância física; o que está perto de nós, o que faz parte da nossa cultura pode nos ser distante, apesar da aparente familiaridade. Podemos falar a mesma língua que nossos sujeitos de pesquisa e, no entanto, ter dificuldades de nos entender por não compartilharmos o significado das palavras ou por não interpretá-las da mesma maneira. Assim "o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido". (VELHO, 1997, p. 126). Devo precisar, então, que meu objeto de pesquisa, a economia solidária e os autores cuja trajetória vou retraçar para penetrar neste universo, eram-me desconhecidos, mas através da pesquisa tornaram-se tão familiares que acabei sendo considerada como participante do campo. Eu não sabia exatamente do que se tratava; no início minha aproximação se fez por simpatia e me surpreendi mais de uma vez, identificando-me com "a causa". Neste caso, a familiaridade da qual eu falo aqui é mais de ordem ideológica do que de proximidade geográfica[27].

[27] Moro em Ijuí (RS), a 450 km de Porto Alegre, a capital do Estado do RS, onde residia meu "nativo intelectual" mais próximo, encontrando-se os demais em São Paulo e no Rio de Janeiro .

A auto-identificação é um problema que já encontrei na pesquisa que realizei por ocasião da dissertação do mestrado junto às mulheres assentadas e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Identifiquei-me com os sujeitos da pesquisa, por serem mulheres como eu, e com os ideais do Movimento ao qual elas pertenciam. Agora, trata-se de meus pares que vou estudar e cujos textos e ações eu vou tentar compreender e que concernem a um projeto de sociedade com o qual eu simpatizo. Para Roberto Cardoso de Oliveira, o pesquisador hermeneuta jamais anula sua posição histórica; "ao contrário, ela é resgatada como condição do conhecimento". (OLIVEIRA, 1988, p. 21). Quanto à fusão de horizonte[28] que implica "na penetração do horizonte do outro" (idem), ela não pode nos fazer abdicar do nosso, pois temos que assumir nossos preconceitos.

Por estes motivos, antes mesmo de começar formalmente a pesquisa, escrevi para um futuro leitor e para mim mesma sobre quais foram meus contatos com a economia solidária até agora. Tecnicamente, tudo começou em 1996 com a solicitação pela Intersindical de Ijuí (RS) de uma pesquisa sobre o desemprego na cidade[29]. Novamente, estava confrontada com meus fantasmas. Nasci na Bélgica e pertenço a uma geração que viveu maio de 1968, conheceu o pleno emprego e o Estado de Bem-Estar Social. Tive a experiência de vivenciar a profunda mudança que significou a instalação e, depois, o aprofundamento da crise do capitalismo em meados da década de setenta. A experiência desta crise foi extremamente concreta para mim, pois, com o diploma de graduação em sociologia escondido no bolso, trabalhava como operária de linha de montagem numa multinacional[30] e pude assistir à estocagem dos produtos por desaquecimento das vendas, seguida de paralisação das contratações, remanejamento dos trabalhadores dentro das linhas de montagem com supressão progressiva de algumas delas e, em seguida, o desemprego coletivo. Meu companheiro também esteve desempregado várias vezes. Acompanhei posteriormente as ocupações de fábricas pelos trabalhadores que se recusavam a ver suas empresas fecharem e as campanhas de solidariedade com esses trabalhadores. Trabalhei durante dois anos (1978-1980) no Ministério do Trabalho da Bélgica para a implantação regional de um plano de governo que visava a criação de empregos temporários para desempregados mediante projetos socioculturais alternativos.

Na década de noventa, o desemprego estrutural apontava para a exclusão. Tentava entender melhor o que significa a exclusão[31], pois ela vincula o econômico ao político e ao social e tem por referências a cidadania e a inserção na sociedade nacional. Mas de quê e como viviam os desempregados? Esta nova pergunta levou-me ao estudo do trabalho

[28] Tão referenciada entre os antropólogos brasileiros.

[29] No Brasil, no ano eleitoral de 1996, a Intersindical de Ijuí queria dados concretos e "sérios" sobre a percentagem de desempregados na cidade para esquentar o debate político. Realizei esta pesquisa com alguns alunos. LECHAT, Noëlle M. P. Desemprego, subemprego e discriminação étnica em Ijuí. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Org.). *Os caminhos da exclusão social.* Ijuí - RS, 1998, p. 143-192.

[30] Trabalhei na PHILIPS S. A. de 1970 a 1975 nas cidades de Lovaina e Hasselt - Bélgica.

[31] Ver: LECHAT, Noëlle Marie Paule. Desemprego, subemprego e discriminação étnica em Ijuí. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Org.). *Os caminhos da exclusão social.* Ijuí - RS, 1998. p. 143-192.

informal e, em particular, das cooperativas de trabalho e pontos de chapas[32]. O contato com parte do grupo brasileiro que já trabalhava com o tema da economia solidária aconteceu um pouco depois. Na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, um grupo de professores, do qual eu fazia parte, implementou um núcleo local da UNITRABALHO[33]. No início de 1999, na revista desta Rede saiu a proposta de um projeto intitulado *Economia Solidária*. O coordenador era o Professor Dr. Paul Singer e, no Rio Grande do Sul, o sociólogo Luiz Inácio Gaiger, da UNISINOS[34], fazia parte dela como pesquisador. Procurando inserir minha pesquisa num conjunto maior, participei de uma primeira reunião do grupo de trabalho na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) por ocasião do Encontro da Regional Sul da UNITRABALHO, em abril de 1999, e de uma segunda reunião deste mesmo grupo, na Universidade Federal do Paraná, no dia 24 de junho do mesmo ano. O projeto nacional da UNITRABALHO definia como seu objeto "aquelas organizações econômicas que fazem parte, formal ou substantivamente, da economia solidária no Brasil". As cooperativas de trabalho[35] faziam ou não parte da assim chamada economia solidária? O assunto era controvertido, alguns diziam que não; outros, mais reservados, achavam que somente pesquisas empíricas poderiam responder. Mas para obter uma resposta era necessário clarear o que era essa tal de economia solidária. Os textos eram raros, sem muita fundamentação teórica e com referências a uma literatura estrangeira. Minha formação antropológica dizia-me que solidariedade tinha a ver com o dom e, quem melhor do que Marcel Mauss para falar sobre ele? Então, um texto[36] da minha antiga professora do mestrado Alba Zaluar, que tratava da exclusão, deu-me a pista de uma interpretação moderna da obra de Mauss por um grupo francófono. Zaluar escrevia:

> É preciso definir os conceitos de reciprocidade, desinteresse e interesse para reaproximação do econômico, do político e do social. O M.A.U.S.S. tem procurado retraçar o caminho da reconstrução do laço social. Na criação de novas formas de solidariedade, o Estado seria catalisador de inúmeros circuitos de reciprocidade e solidariedade. (1997, p. 37).

Pouco depois, em julho de 1999, por ocasião de uma viagem à Bélgica, procurei conhecer as publicações do grupo do M.A.U.S.S.[37] e, através destas, a sua discussão teórica. Levantei material bibliográfico sobre este tema e elaborei um projeto para a seleção do doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. O primeiro projeto tinha como título,

---

[32] Lugar à beira de estradas ou em esquinas de ruas e avenidas, onde trabalhadores ficam à espera de trabalho, principalmente de carga e descarga de caminhões.
[33] Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.
[34] Universidade do Rio dos Sinos, situada em São Leopoldo (RS), ela pertence à Sociedade de Jesus e como tal faz parte da AUSJAL (Associação das Universidades Sociedade de Jesus da América Latina).
[35] Existe uma grande polêmica a respeito das cooperativas de trabalho, pois muitas são fraudulentas e o nome de cooperativa é uma simples fachada. Estas são chamadas, por exemplo, de coopergatos, pois fazem o aliciamento dos trabalhadores batizando-os como cooperados. Quem defende as cooperativas de trabalho como integrantes da economia solidária faz uma distinção entre as autênticas e as falsas.
[36] "Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas."
[37] Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales (Movimento AntiUtilitarista nas Ciências Sociais).

*Itinerário do saber autogestionário e solidário: Etnografia da Economia Popular Solidária na região de colonização do Rio Grande do Sul.* Sem modéstia pensava dar conta de uma questão histórica e de uma etnografia num espaço tão amplo quanto o Rio Grande do Sul. Influenciada pelas discussões da área de itinerário intelectual e etnografia do saber do Doutorado em Ciências Sociais, pensei em direcionar meu estudo para alguns intelectuais que escreviam sobre economia solidária. Através deles, achei que poderia compreender como ações isoladas e heterogêneas teriam levado à construção de um projeto comum chamado de economia popular solidária ou simplesmente economia solidária. Os autores que naquele momento mais escreviam a respeito ou cujo impacto ideológico era forte sobre esta questão eram Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger. Além do mais, eles tinham sido escolhidos pelo programa de economia solidária da UNITRABALHO, constituído por pesquisadores de várias universidades do Brasil, para coordenar uma pesquisa nacional sobre o tema. Encontrando por acaso num corredor do IFCH o professor e ex-orientador Carlos Rodrigues Brandão, comentei sobre meu projeto de tese. O professor Brandão[38] sugeriu que eu acrescentasse aos dois autores citados, a pessoa de Marcos Arruda. Mais tarde, conhecendo melhor as características e trajetórias destes três intelectuais, pude observar a importância que eles tiveram e têm na constituição prática e, sobretudo, teórica da economia solidária. Observei também que a diversidade de suas trajetórias e de seus pressupostos ilustra as distintas possibilidades de chegar a este tema e de encampá-lo.

Expliquei concretamente como tudo aconteceu, mas é preciso dizer um pouco mais da minha trajetória para o leitor entender onde se situam os ganchos[39] da identificação. Como expliquei antes, a pesquisa inicial era um estudo sobre o desemprego. A leitura que fiz desta crise foi marcada pelos movimentos da esquerda estudantil dos anos 1968 e pós 68 e a minha participação num partido marxista-leninista, o que me aproxima, de certa maneira, da militância política de Paul Singer[40]. Trabalhei cinco anos numa fábrica com o intuito de organizar os operários –de fato principalmente operárias– para uma luta de classes; este igualmente foi o caso, em contexto bastante diferente, de Singer e Arruda. A essas experiências acrescentava-se o acompanhamento ativo, mas no além-mar dos refugiados políticos das várias ditaduras latino-americanas e, em particular, da brasileira, entre os quais estava Marcos Arruda[41]. A análise ficaria incompleta se não mencionasse uma educação católica praticante e terceiro-mundista pelo menos até final dos anos sessenta o que me aproximava culturalmente de Luiz Inácio Gaiger e de Marcos Arruda. Tudo isto, me levava a ter uma sensibilização peculiar com um tema que diz respeito às novas relações de trabalho e com a utopia de construir um mundo mais fraternal de onde ditaduras

[38] Segundo José de Souza Martins, Brandão é um dos mais antigos colaboradores das pastorais sociais e dos movimentos populares. (e-mail de 30/03/2003). O que já indica o cruzamento de trajetórias com Marcos Arruda. Um outro cruzamento é com certeza o Encontro Internacional de Educação Popular para a Paz, ocorrido em 1983 na Nicarágua. Ver BRANDÃO, Carlos (Org.). *Lições da Nicarágua*. Campinas: Papirus, 1984.

[39] Em francês diríamos: "les atomes crochus".

[40] Singer nunca foi leninista.

[41] Não cheguei a conhecê-lo naquela época.

e exploração seriam banidos, e onde cada um, mas de maneira coletiva, poderia viver dignamente do fruto do seu trabalho. Minha trajetória fez uma volta completa, passei pela universidade, fui para o trabalho manual, trabalhei no Ministério do Trabalho para promover o emprego, voltei para a universidade. Após 15 anos de ensino, pesquisa e extensão, voltei ao tema do trabalho, do emprego, do papel dos intelectuais, dos seus ideais nesta área, mas desta vez como trabalhadora intelectual observando e tentando interpretar. Reconheço-me na descrição feita a seguir por François Dosse num livro intitulado *L'Empire du sens: L'humanisation des sciences humaines*.

> Uma geração marcada por maio de 68 e que apresenta duas características importantes: (...) ela afasta-se do abstracionismo estruturalista e se volta para uma compreensão privilegiada da ação dotada de sentido, reabilitando "a intencionalidade e as justificativas dos atores através de determinações recíprocas do fazer e do dizer". (Dosse, op. cit.: 12). (MARTINS, P. H., 2002, p. 8).

À luz da obra de Geertz *O saber local,* algumas questões ficaram mais nítidas. Parafraseando este autor, queria descobrir como os outros, do outro lado do corredor, organizam seu universo de significados. O que significaria economia solidária, para intelectuais brasileiros e para seus praticantes? De qual tipo de economia estão eles falando? O que permitiu que esta forma de experiências econômicas chegasse a se distinguir de outras a ponto de precisar de uma nomeação específica. O que levou certos intelectuais de simples estudiosos e pesquisadores a militantes e idealizadores? E, finalmente, como intelectuais e ativistas se articulam entre si para dar visibilidade, legitimidade, identidade e autonomia a este campo?

Pelas minhas leituras, sabia que o fenômeno da economia solidária existia há mais tempo na América Latina, na Europa e na América do Norte. Percebia também que havia diferenças entre o que se entende por economia solidária lá e aqui no Brasil. A pergunta era então, que relações existem entre essas diferentes realidades batizadas com o mesmo nome? Era patente, outrossim, que a nomeação brasileira era muito mais recente do que suas congêneres estrangeiras. Eu precisava saber como a economia solidária veio a constituir-se no Brasil, e onde seus intelectuais tinham buscado a inspiração para nomeá-la. As categorias e o referencial teórico teriam sido importados de fora ou tratar-se-ia de uma criação genuína? O texto de Dan Sperber, *Le savoir des anthropologues*, fez-me entender a minha pretensão de estudar uma epidemiologia da idéia de economia solidária, pois queria saber como esse "vírus[42]" chegou aqui, quem foram os transmissores e os receptores deste pensamento, em que condições ocorre a transmissão e quais são as características da população mais sensível à contaminação. Todo intelectual se nutre de leitura estrangeira e tivemos períodos de nossa[43] história onde se pensava que só o norte poderia produzir

[42] Concordo com a crítica que Sperber faz à figura do vírus mais adiante no seu texto. Só tomei emprestada a expressão para ilustrar o fato que o conceito está circulando.

[43] Digo nossa, pois, apesar de não ser naturalizada brasileira, minha situação de moradora no país há mais de 22 anos, proporciona-me o sentimento e a condição de fazer parte do povo brasileiro.

teorias. Ainda recentemente Maria da Glória Gohn (1997, p. 42), analisando os estudos brasileiros sobre os novos movimentos sociais, criticou uma postura servil que levou cientistas sociais brasileiros a buscarem matrizes estrangeiras, em especial franco-espanholas, para explicar "nossos" movimentos sociais. Eu sabia que Gaiger fez toda sua formação de pós-graduação na Bélgica, Arruda viveu mais de uma década como exilado político fora do Brasil. Os autores latino-americanos citados, como Razeto e Núñez, fizeram doutorado na Europa. Mas, além da influência dos pensadores, eu queria investigar uma outra influência internacional, que pode também passar pelas universidades, a influência da Igreja católica.

Além do mais, era preciso saber quais as transformações sofridas pelo "vírus". Ou seja, quais seriam as ressemantizações pelas quais a categoria de economia solidária teria passado, quais seriam as diferentes representações embutidas nele, em que medida esses significados e representações seriam diferentes das estrangeiras? As vivências históricas dos grupos engajados nestas práticas e as trajetórias dos intelectuais que as estudavam poderiam clarear esse processo de ressemantização. Mas ainda não fiquei satisfeita, não se tratava somente de categorias, de noções, mas de uma experiência socioeconômica e política que podemos observar a partir de práticas concretas, e de uma série de redes de relações sociais tudo isto formando uma trama de sustentação da economia solidária. O aparecimento destas categorias no Brasil anunciava somente, como o faz a ponta de um iceberg, uma realidade muito mais ampla e complexa a ser desvendada.

Como fazer para destrinchar o emaranhado dos contatos, dos empréstimos, das criações e dos embates que formam este campo? Partir daqueles três autores me parecia uma boa opção, pois eles ocupavam posições distintas a nível institucional, pertenciam a gerações diferentes, possuíam formação disciplinar diferenciada. Mas ainda os visualizava como organizando e participando de redes de relações sociais múltiplas que se conectam ou não, se constroem e desconstroem, dependendo do momento e do lugar.

A categoria rede permite trabalhar com diversas realidades, onde os nós de uma rede podem ser formados por pessoas ou por entidades. No primeiro caso, Caillé define a rede como "o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede em todo caso" e o autor conclui que uma rede "só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança". (1998, p. 18). Euclides Mance sustenta que,

> a idéia elementar de rede é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (2000, p. 24).

Em linhas gerais, assinala Fernando Mires, as redes são tecidas pelos atores sociais que as constituem. Isto quer dizer que na "construção de uma rede não há nenhum plano pré-concebido, ou uma lógica que a preceda, senão que são os atores, ao relacionar-se, que as vão constituindo". (MIRES, 1999, p. 5). Uma rede pode ser regida por relações formais ou informais como, por exemplo, as relações entre os núcleos universitários de economia solidária da UNITRABALHO, ou por laços interpessoais de coleguismo e de amizade que formam redes sociais, como as amizades de Arruda em cada canto do Brasil e fora dele. A idéia de rede implica segundo Scherer-Warren,

> pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de 'integração de diversidade' (Archer, 1991 -...). Distingue-se da idéias de 'unicidade' totalizadora, comum em interpretações do marxismo positivista acerca da necessidade de articulação das lutas de sociais. (1993, p. 9).

Esta noção vai ser muito útil para interpretar as práticas políticas articulatórias das ações localizadas que vão tomar a forma de redes no seio do campo da economia solidária.

Mas, para pesquisar tudo isto, precisava de um método. Seguindo toda a tradição antropológica malinowskiana e suas diversas releituras no contexto das sociedades modernas, o texto de Geertz *A caminho de uma etnografia do pensamento moderno* indicava o método etnográfico: "o pensamento (...) deve ser compreendido 'etnograficamente', ou seja, através de uma descrição daquele mundo específico onde este pensamento faz algum sentido". (1997, p. 227). A implicação mais direta e visível desta visão do pensamento é que, para estudá-lo, devemos analisar as formas simbólicas disponíveis na ou nas comunidades onde existe e se desenvolve e isto vai ser "uma parte essencial de sua interpretação". Geertz retoma aqui a visão durkheimiana do fato social afirmando: "trata-se de considerar a cognição, emoção, motivação, percepção, imaginação, memória, e outras coisas mais, como sendo, elas próprias, sem quaisquer intermediários, 'coisas sociais'". (1997, p. 228). Isto lembra o que ele já escrevia na *Interpretação das culturas:* "a concepção do pensar como sendo basicamente um ato social, que ocorre no mesmo público em que ocorrem outros atos sociais, pode desempenhar um papel muito construtivo". (GEERTZ, 1989, p. 227). E, um pouco antes, Geertz precisava que é necessário compreender tanto a organização da atividade social, suas formas institucionais e os sistemas de idéias que as animam, como a natureza das relações existentes entre elas.

Para dar conta da trama que sustenta a economia solidária, vou esboçar o contexto socioeconômico e político das décadas que antecederam os eventos de economia solidária, seguir trajetórias e a circulação de noções, vou analisar documentos e tentar compreender o significado de um conjunto de dados recolhidos através da etnografia. Tentarei captar as redes de relações sociais que se formaram a partir dos intelectuais estudados e isto em diversos momentos da construção do campo da economia solidária.

Como explicitei no início, eu estava pouco a pouco participando do próprio campo da economia solidária tecendo minhas próprias relações, participando das atividades e dos eventos. Como escreve Clifford, "Ethnography decodes and recodes, telling the grounds of

collective order and diversity, inclusion and exclusion. It describes processes of innovation and structuration, and is itself part of the process". (1986, p. 2-3). Estou descrevendo e, ao mesmo tempo, participando de um processo de reflexão, simbolização e estruturação da economia solidária, um campo extremamente heterogêneo e dinâmico integrado por atores e organizações, atravessado por uma multiplicidade de redes de relações sociais, com suas inclusões e exclusões, consensos e conflitos.

Frente ao questionamento do que é uma etnografia e de como fazer uma etnografia de nós mesmos, tendo em vista a produção de um relato que leva ao estranhamento do familiar, segundo recomendações dos mestres (DAMATTA, 1981; VELHO, 1997), fui ler etnografias contemporâneas. Deparei-me com etnografias da ciência (LATOUR; WOOLGAR, 1997), do pensamento social (GOLDMAN, 1991), ou com estudos relativos a uma certa disciplina científica (BONELLI, 1993; CORRÊA, 1987; CARVALHO, 1998; AZZAN JR., 2000). Minha primeira constatação foi, então que meu estudo não tratava de um campo disciplinar; não pretendia estudar uma disciplina científica, pois os autores que estudam a economia solidária são de formações diversas: sociólogos, economistas, educadores, filósofos; e minha pesquisa diz respeito não a uma ciência, mas a uma questão estudada por vários cientistas. Pretendo analisar, ao mesmo tempo, a produção intelectual sobre um determinado conjunto de práticas e experiências e as estreitas relações dos seus autores com as mesmas. A teoria se nutre da realidade e esta, por sua vez, é informada e formada pela assimilação e reinterpretação pelos agentes das análises produzidas pelos acadêmicos. A maioria das instituições onde se desenvolvem as pesquisas sobre economia solidária ou, pelo menos, seus pesquisadores, está formalmente vinculada ao mundo do trabalho e dos trabalhadores seja via sindicato e suas escolas de formação, seja pela incubação direta de associações e cooperativas de produtores.

Realizei observações dos autores no seio dos seus ambientes acadêmicos e de atuação externa à universidade, analisei suas produções escritas. Tentei reconstruir o universo mais amplo das relações em que estes sujeitos estão inseridos, investigando as associações das quais participam ou participaram, entrevistando colaboradores, identificando as correntes ideológicas às quais estão filiados. Como escreve Magnani, "é preciso reconhecer e reconstruir, de alguma forma, esses contextos onde se desenvolvem os processos cuja dinâmica se pretende observar e estudar". (2000, p. 29). Adotei uma metodologia pluridimensional, para me aproximar e observar os intelectuais escolhidos, para penetrar no campo da economia solidária. Em primeiro lugar, abordei-os pela leitura dos seus textos e pelas leituras de suas leituras[44], ou seja, indo atrás dos escritos mencionados nas suas referências bibliográficas, aproximei-me deles, mas ficando ainda à distância, ouvindo seus pronunciamentos, e participando com eles dos mesmos eventos, eles nos palcos e eu na platéia. Depois enviei correspondência para apresentar-me, bem como apresentar os objetivos da minha pesquisa. Finalmente encontrei-os face a face para

[44] No caso de Gaiger, que foi o primeiro autor por mim estudado, li todos os textos por ele citados, com exceção de uns poucos que realmente não consegui localizar.

entrevistá-los. A partir de uma entrevista temática, ouvi suas narrativas a respeito de suas pesquisas, atividades e trajetórias de vida. Conheci os lugares em que trabalham, assisti a reuniões de trabalho, assisti a aulas (Singer), entrevistei colaboradores. Fui convidada, então, a publicar em suas coletâneas ou *sites* eletrônicos (Gaiger), a participar de redes de pesquisa (Gaiger), sentei à mesma mesa[45] (Gaiger, Singer, Arruda), tornei-me uma intelectual do campo da ES e criei laços de amizade com seus protagonistas. Faço parte duplamente desta pesquisa, primeiro como autora e narradora, mas também como membro do campo estudado e isto antes mesmo de decidir do tema e da metodologia desta pesquisa. Tive então que recorrer à minha própria memória, às notas tomadas e aos documentos guardados para compor a base de dados de que precisava para montar e, em seguida, realizar o estudo do objeto desta tese. Isto no que diz respeito aos dados anteriores ao ano de 2000. Para os anos seguintes, a participação tornou-se mais consciente e refletida e procurei, de maneira deliberada, presenciar eventos significativos[46].

Antes de terminar esta apresentação, gostaria de sublinhar duas características da economia solidária, sua diversidade e sua unicidade. Nos painéis apresentados em seminários, a diversidade dos agentes está claramente presente, na mesma mesa falam professores universitários, secretários de Estado, sindicalistas, coordenadores de ONGs, ligados ou não a Igrejas, coordenadores de incubadoras de cooperativas e membros fundadores de cooperativas, uma mesma pessoa podendo exercer mais de uma destas funções. Heterogeneidade dos empreendimentos tidos como de economia solidária que vão desde empresas falidas, grupos de produção de assentados do MST, associados de uma padaria comunitária ligada à paróquia, catadores e recicladores de resíduos sólidos, clubes de troca e até cooperativas de psicólogos. Diversidade ideológica, uns rezam pela cartilha marxista, outros são adeptos da teologia da libertação[47], outros são ecologistas e assim por diante. Além do mais, se à primeira vista todos falam do mesmo assunto, de fato, existem divergências e, principalmente, falta de clareza sobre o próprio tema. Quanto à unidade, trata-se de um fato social total incluindo aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, filosóficos, morais. Temos um fenômeno que, ao contrário do que os arautos da modernidade e da globalização anunciaram, reúne o público e o privado, o local e o global, a economia e a moral. Além do mais entre os agentes deste campo há uma unanimidade quanto à oposição ao sistema capitalista excludente.

O meu tema tem a ver com a noção de solidariedade, mas no âmbito do econômico, da geração de emprego e renda, do comércio, da troca e do consumo. Esse tema levantado no seio de uma economia globalizada e capitalista pode parecer ingênuo ou, pelo menos, estranho, desde que se assume uma dicotomização entre sociedades e práticas tradicionais e sociedades e práticas modernas. Laburthe-Tolra escreveu a este respeito que "as sociedades

---

[45] II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Unicamp, março de 2002. Seminário Economia Solidária: *Solução ou ilusão?* UFRGS, abril de 2002.

[46] Ver anexo C.

[47] A respeito da utopia da Teologia da Libertação, ler Scherer-Warren, 1993, p. 32-48.

modernas têm,... uma prática idêntica àquela das sociedades da tradição: vivem de objetos híbridos, de objetos sociotécnicos. Mas elas o ignoram. (...) os modernos evocam, freqüentemente, a novidade para justificar comportamentos antigos". (1997, p. 23-24).

## 1.2. A economia solidária

A expressão economia solidária refere-se a um conjunto de projetos e de práticas heterogêneas. Que tipo de economia é esta? A categoria em si não oferece explicação. Há mesmo quem diga (VAINER, 2000, p. 10) que economia solidária é um oximoro, tentativa de reunir palavras contraditórias que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. Fica até difícil definir o que seria a economia solidária, pois não há consenso sobre isto e, principalmente, porque se trata, segundo os próprios autores e usuários desta expressão, de uma realidade em construção. No entanto, há publicações sobre este tema, seminários e encontros nacionais e internacionais, programas de governo, *sites* na Internet, feiras comerciais, clubes de troca, fóruns e muitas outras coisas com este rótulo. De fato, o termo é uma categoria êmica[48]. Mas é êmica para os intelectuais que criaram esta terminologia e para os agentes que assessoram esses empreendimentos. Antes de ser assim nomeada, os práticos desta economia, quer estivessem na ponta da produção e dos serviços ou na intermediação da assessoria ou ainda como financiadores, chamavam os empreendimentos, por exemplo, de projetos alternativos, projetos comunitários, microprojetos, cooperativas populares, empresas autogestionárias ou ainda clubes de troca; fazem parte também deste universo os bancos do povo, o comércio justo. Este tipo de economia era chamado academicamente de popular, de informal ou, às vezes, de não organizada[49].

Escolhi o termo economia solidária para referir-me à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável. Outros termos[50] são utilizados para designar esta realidade, mas utilizarei "economia solidária" como genérico, por ser o mais sucinto entre os mais utilizados, o que não quer dizer que ele seja restritivo pelo contrário. É igualmente o termo mais usado a nível internacional (*economía de solidaridad* e *économie solidaire)*.

A respeito da construção do objeto de pesquisa, Bourdieu adverte para não sermos objeto dos problemas que escolhemos como objeto de estudo;

> é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais. (2000, p. 37).

---

[48] Em antropologia entende-se por "êmico", significação própria dada pelos nativos estudados, em oposição a "ético" que seria um significado compartilhado por todos.

[49] Ver Pochmann. *O trabalho sob fogo cruzado*. A expressão é do economista Paulo Renato Souza.

[50] No capítulo *Os nomes da economia solidária*, faço uma discussão sobre os diversos termos em uso.

Este autor nos alerta ao mesmo tempo sobre o perigo que o sociólogo corre de ser apenas "instrumento do que ele quer pensar" (Idem, p. 36) e propõe como remédio, como instrumento para romper com essa situação fazer a história "do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social". (idem, p. 36). Bourdieu propõe igualmente ir além do resgate histórico. Para ele,

> o sociólogo digno deste nome, que faz o que é preciso fazer, (...), para ter alguma probabilidade de ser verdadeiramente o *sujeito* dos problemas, que se podem pôr a respeito do mundo social, deve tomar para objecto a construção que a sociologia, os sociólogos, quer dizer, os seus próprios colegas, dão, com toda boa fé, para a produção dos problemas oficiais. (2000, p. 38).

Para a economia solidária tornar-se uma problemática no Brasil, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Ela teve que ser nomeada e construída como objeto de pesquisa e tema de estudo. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a academia chama de economia informal ou economia popular.

Pesquisei a emergência da economia solidária no Brasil como tema de pesquisa e projeto político, mas certas descobertas me levaram a outros países e a uma época mais remota do que as leituras aqui feitas indicavam. Posso afirmar que a noção de economia solidária existia em alguns países da América Latina, na Europa, no Québec desde os anos 80, ou seja, uns quinze anos antes de ser utilizada no Brasil. Embora os significados lá e aqui não sejam idênticos, há um parentesco evidente entre eles. Várias hipóteses podem ser formuladas para explicar este fato. Uma delas seria a migração da categoria da Europa para América Latina hispanófone devido ao fato que muitos estudiosos da economia solidária fizeram seus estudos na Europa[51], ou porque muitos intelectuais europeus trabalharam em projetos de desenvolvimento naquele continente[52]. A circulação da categoria pode da mesma forma ter sido o resultado de leituras. Uma outra hipótese seria o movimento contrário.

Pode-se pensar, por outro lado, como Pablo Guerra, de que simplesmente há duas vertentes teóricas a respeito da economia solidária, a latino-americana e a européia cada uma com suas variações[53]. Segundo este autor, o maior intérprete da economia de solidariedade é o sociólogo chileno Luiz Razeto. De fato, este autor cunhou o conceito *economía de la solidaridad* num sentido específico e com fundamentos teóricos no início da década de 80 do século XX. Pesquisador e professor no Programa de Economia do Trabalho (PET) em Santiago do Chile, ele é autor de uma obra em três volumes intitulada

[51] Núñez, por exemplo, doutorou-se em economia política pela Universidade de Paris.

[52] Marthe Nyssen, professora da UCL, fez sua tese de doutorado no Chile inspirando-se dos estudos de Razeto.

[53] Mas não podemos ver estas vertentes como estanques, pois tanto latino-americanos citam autores francófonos como estes, às vezes, se apóiam em autores latino-americanos para analisar a economia solidária no Sul. É o caso, por exemplo, de Marthe Nyssen.

*Economía de la solidaridad y Mercado Democrático*, cujo primeiro livro foi publicado em 1984. No entanto em 1982, já tinha publicado o livro *Empresas de trabajadores y economía de mercado*. Este autor tem uma influência marcante no seio das organizações econômicas populares e, principalmente, junto às pastorais sociais da Igreja católica latino-americana. Esta influência foi reconhecida e reforçada pelo Papa João Paulo II que, em visita à sede da CEPAL em 1987, declarou que o motivo de sua visita era chamar para a construção de uma economia de solidariedade. (GUERRA, 2002, p. 22). Podemos pensar que a noção de solidariedade cristã foi desenvolvida pelo Concílio Vaticano II e principalmente pelas pastorais sociais que nasceram a partir de seus ensinamentos, mas foi Razeto quem cunhou e aprofundou a expressão economia de solidariedade.

Quanto à vertente francesa, segundo França Filho[54] e Laville, ela teria sido desenvolvida no Centro de Pesquisa do CRIDA:

> enquanto conceito, o termo economia solidária elabora-se, portanto, no início dos anos 90 na França, fruto sobretudo das pesquisas desenvolvidas no CRIDA (Centre de Recherches et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie), sob a coordenação de Jean Louis Laville ... (2004, p. 109).

Haveria a necessidade de uma pesquisa aprofundada para rastrear a circulação das idéias e das categorias entre a Europa[55] e a América Latina. O que é certo é que esta categoria foi utilizada em vários países da América Latina como o Chile, a Bolívia, o México, a Colômbia, a Nicarágua e são estas experiências que ficaram conhecidas no Brasil antes das européias. O que me fez pensar isto são as publicações latino-americanas tratando de economia solidária que encontrei em bibliotecas brasileiras[56] e artigos publicados em revistas e livros brasileiros como a revista da USP, *Estudos Avançados* de 1992 que publicou todo o Programa Nacional de Solidariedade do México ou o livro de Moacir GADOTTI, *Educação comunitária e economia popular* de 1993 que publicou um texto do Razeto, mas também e, principalmente, os contatos das cooperativas agrícolas brasileiras com a Confederação Latino-americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores – COLACOT– que tem sua sede em Bogotá, capital da Colômbia[57]. Assim, encontrei a categoria economia solidária no título de um projeto da Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda., do Rio Grande do Sul, Área de Educação/Comunicação datado de 1993. O título era "*Análise da questão da cooperação agrícola e da economia solidária e alternativas de cooperação para associados da Cotrimaio*". Este projeto teve sua

---

[54] Genauto França Filho participa, na Bahia, da coordenação do Bansol – Associação de Fomento à Economia Solidária, e do Ecosol – Estudos e Ações em Economia Solidária.

[55] E não se trata somente da Europa; temos, por exemplo, o movimento quebequense de economia solidária que é muito forte.

[56] Na biblioteca do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) da UNISINOS, encontrei, a título de exemplo, os livros: Schoster, Jorge. Manual de proyectos para una economía solidaria. Bogotá, 1981; Márquez Correal et alii, *Resenha histórica de la economía solidaria en Colombia*, 1981 e outros.

[57] Segundo Arruda, "Na época não havia economia popular solidária; (...) economia solidária é um negócio que estava sendo discutido lá na Colômbia". (ARRUDA, 2002a).

inspiração na proposta de economia solidária da COLACOT[58]. Seus autores eram o engenheiro agrônomo Mário Pedro Kapp e o comunicador Paulo Pizzinato. Segundo os dizeres deste último[59], a COTRIMAIO teve participação na Confederação Latino-americana de Trabalhadores – CLAT – e na COLACOT desde 1986 e associou-se a seu esforço de inserção no Brasil.

Estes são alguns exemplos, mas há muitos outros; dependendo de quem conta a história, a economia solidária tem inícios variados. Assim, para os sindicalistas da CUT, a economia solidária teve início com a iniciativa de autogestão de suas empresas pelos trabalhadores da Makerly no município de Franca em SP, em dezembro 1991[60]. Pois, apesar do seu insucesso, é desta experiência que vai sair uma das entidades promotoras da economia solidária no Brasil, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, fundada oficialmente em 1994. No entanto, a categoria economia solidária só será introduzida nos seus escritos a partir de 1998 por iniciativa de Paul Singer.

Tenho consciência, então, de que são muitas as experiências que fomentaram a chamada economia solidária, conhecidas ou não; esta pesquisa vai trazer mais uma versão desta construção, mas tentarei dar conta da maioria das versões e ir um pouco além delas. A procura das origens é parecida com a história das buscas da nascente do rio Nilo que, no século XIX, envolveu exploradores e geógrafos numa famosa polêmica[61]. De fato, o rio Nilo não possui uma nascente, mas várias, e algumas surgem nos lagos o que torna ainda mais difícil a sua localização. Assim também são os fenômenos sociais; não se pode falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que chamamos de 'novo' recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sociohistóricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas; transformam-se a partir daí em objeto de uma ação consciente articulada, atraindo financiamentos, pesquisas e divulgação através da mídia, concorrendo tudo isto para o reconhecimento público, político e, finalmente, às vezes, legal, da problemática em questão.

A minha investigação iniciou com alguns intelectuais que, até agora, fazem parte deste grupo que pesquisa e escreve sobre economia solidária. Tentei encontrar nos seus escritos a primeira aparição de uma categoria que até hoje seja entendida como tratando de

---

[58] Mário Kapp esteve na Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Governo da Frente Popular 1999-2002) onde, entre outras atividades, trabalhou no novo projeto de lei do cooperativismo; Paul Pezzinato é o diretor do Cooperjornal de Três de Maio.

[59] Entrevistei o Senhor Paulo Pizzinato por telefone no dia 23/09/2002. Nesta ocasião ele me indicou também em Santa Maria (RS) Élio Marchiori, Diretor da Cooperativa dos Estudantes como outro incentivador da economia solidária. De fato, Santa Maria é uma cidade onde um projeto de economia solidária iniciou em 1982, sem que o termo fosse utilizado.

[60] Esse mesmo início foi retomado num texto do argentino Raúl Zibechi, *"Para producir no hacen falta patrones"*, divulgado no *site* da Rede Solidária em 17 de setembro de 2002.

[61] Polêmica retratada de maneira romanesca pelo filme *Montanhas da Lua*, de Bob Rafelson (1990).

economia solidária; a seguir entrevistei-os para saber onde tinham ido buscar a categoria e as noções e procurei nos seus escritos outros dados para ir formando uma genealogia dos eventos e atividades que marcavam os passos deste processo de construção. Participei de uma série de eventos acadêmicos, políticos e comerciais que tinham por eixo a economia solidária. Finalmente, entrevistei os protagonistas de algumas destas experiências para saber mais. A partir de cada um destes intelectuais que batizaram as experiências já existentes, fui vendo com quais organizações eles se relacionavam e sobre quais se apoiavam. Este procedimento me permitiu a reconstituição das redes de relações sociais e a visualização da trama que sustenta no Brasil o campo da economia solidária, Algumas hipóteses foram se formando, como a influência de uma certa ala progressista da Igreja católica na formação da maioria das vertentes da economia solidária, principalmente as chamadas de economia popular solidária e de socioeconomia solidária e na formação de redes virtuais nacionais e internacionais do campo da economia solidária, bem como do seu financiamento. O papel dos intelectuais também ficou mais nítido.

### 1.3. Três intelectuais que nomearam a economia solidária.

Num breve lapso de tempo, Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger vão estar escrevendo sobre economia solidária ou socioeconomia solidária, sem ter conhecimento, no entanto, do que os dois outros falavam a respeito. Singer usou a categoria economia solidária para nomear uma proposta de política pública elaborada em 1996, no programa partidário do Partido dos Trabalhadores (PT) para fazer frente ao desemprego de grande parte dos moradores da cidade de São Paulo. Segundo Singer[62] precisava convocar os desempregados a organizar-se em massa visando sua reinserção na economia, mas por sua própria iniciativa. O texto resumindo a proposta foi publicado em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego*. Dois anos mais tarde, Singer usava a mesma categoria para designar o tipo de economia que as empresas falidas retomadas pelos seus empregados de forma cooperativada e autogerida, com apoio da ANTEAG, permitiam vislumbrar[63].

Marcos Arruda, que, trabalhando em ONGs, estava há tempo preocupado com a autogestão, empregou a categoria socioeconomia solidária para batizar os programas educativos na área de geração de trabalho e renda. Em dezembro de 1996, proferiu a conferência *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, na Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Nesta palestra disponível na Internet, revista e publicada em 2000[64], ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário

[62] SINGER, Paul. *Entrevista concedida*. São Paulo, 02 out. 2001.
[63] SINGER, Prefácio. In: ANTEAG. *Empresa social e globalização*: Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 1998c.
[64] ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos:* uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 49-102.

como proposta para um desenvolvimento que "reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional". (ARRUDA, [1996, p. 27], 2000a). Pode-se observar que a categoria socioeconomia já está presente neste texto, como consta a seguir.

> É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio-economia na nova era que se anuncia. (ARRUDA, [1996, p. 4] 2000a).

Em abril de 1992, Luiz Inácio Gaiger começava o seu trabalho de assessoria à Regional gaúcha da Cáritas para recadastramento e avaliação dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Ele estabeleceu uma tipologia dessas associações entre as quais umas eram provenientes de projetos de tipo assistencialista, paternalista, autoritário e clientelista e outras visavam formar organizações autônomas com relações de trabalho e de convívio mais horizontais e solidárias e que, além do mais, tentavam estabelecer sua auto-sustentação ou viabilidade econômica. Estes projetos, geralmente ditos alternativos (às formas assistencialistas ou clientelistas, e às relações de trabalho capitalistas), ele os batizou de empreendimentos econômicos solidários, inspirado numa categoria utilizada pelo filósofo chileno Luís Razeto[65]. Em setembro de 1995, no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, Gaiger vai apresentar a análise dos resultados desta pesquisa[66], e utilizar a categoria "empreendimentos solidários". Segundo ele, tais empreendimentos, com tendência à multiplicação de vínculos, permitem vislumbrar "a gênese de uma *economia popular solidária*" situada nos "interstícios da economia de mercado, e em contraposição à sua lógica mercantilista". (GAIGER, 1998, p. 57). Não se trata de um subsistema econômico, mas de:

> um conjunto policentrado de iniciativas as mais variadas no campo popular, 'que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que define uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas'. (RAZETO, citado por GAIGER, 1998, p. 57).

No título da palestra *"Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?"* é preciso observar que a categoria que aparece é a de economia popular e não ainda de economia popular solidária, mas a categoria economia solidária também é encontrada nela. Na minha análise, é esse texto que, publicado em 1996, permite a Gaiger ser projetado para a cena nacional, mas não imediatamente. O próprio Singer o conheceu a partir deste texto e no depoimento abaixo nos mostra que ele já tinha sido notado pelo grupo de pesquisadores da UNESP.

---

[65] Ver: RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

[66] Sobre os detalhes desta pesquisa, ver o capítulo: *Trajetórias e o campo da economia solidária.*

> Eu não me lembro direito, mas eu li coisas dele; eu acho que o Cândido Vietez, os dois o Newton e o Cândido [professores da UNESP] começaram a me dar material. Isto para mim era importante porque tinha inventado esse negócio na minha cabeça e descobri que eu não estava inventando a pólvora, que esta idéia já existia e que havia uma prática. Então, queria me apropriar desta prática. Me lembro que eu recebi um livro chamado *Combate à pobreza*, que é uma coletânea importante que até hoje eu uso; ele [Gaiger] organizou, aí eu soube dele. (SINGER, 2001).

Como o reconheceu o próprio Gaiger, neste texto não há ainda uma reflexão sobre a categoria[67]. Mas ele já levantava várias polêmicas, como a crítica à visão favorável à multiplicação dessas pequenas células comunitárias através das quais a sociedade gradativamente se transformaria. E Gaiger de expressar a hipótese que:

> tal imagem talvez se deva aos traços rurais do modelo católico de sociedade, inconciliável com a vida social contemporânea, de fronteiras móveis, (...) onde relações funcionais, atinentes à eficiência e à competência, preponderam sobre os laços pessoais. O comunitário é um ponto de partida não de chegada. (1996, p. 119).

Em 1997, a Fundação Unitrabalho[68] toma a decisão de criar um grupo de estudos da economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado *Economia solidária e autogestionária* em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil.

Os empreendimentos de economia solidária não existem num único lugar nem sob uma única forma. Trata-se de um projeto de economia polimorfa e multisituada, talvez seja por isto que não escolhi realizar a etnografia de um empreendimento econômico solidário particular, mas tentei captar a construção de sua representação, no duplo sentido da palavra: enquanto construção de uma representação mental e como construção material de redes de relações sociais. Por ser uma realidade definida como em construção, só posso apreendê-la como projeto – construção mental, símbolo – e como processo multilocalizado de ações de produção, serviço, comercialização e consumo, realizadas de forma associativa, passíveis de se tornarem, ou já plenamente, solidárias. Entre os artesãos desta construção estão

---

[67] "Portanto, o livro [Formas de combate e resistência à pobreza], que mencionei antes, precede a pesquisa que vai trabalhar o conceito. Essa pesquisa começa em 97, vai até 98 ou 99 talvez, porque depois ela se desdobrou; a fase na qual a gente aprofundou alguns dados, ela terminou agora, tecnicamente ela terminou no final do ano 2000". (GAIGER, 2001c).

[68] Hoje, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho.

intelectuais[69] e partirei dos três acima apresentados para compreender esse processo de construção.

É importante observar que as categorias usadas para nomear a economia solidária expressam uma dupla realidade. Por um lado, tentam dar conta de um novo olhar sobre a realidade atual e, por outro, expressam um ideal, uma proposta utópica ou simplesmente "a busca de uma reconceitualização da economia a partir de outros paradigmas, tais como o da centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade em vez de capital". (ARRUDA, 2003a, p. 232). O duplo caráter utópico e real das noções de economia solidária está claramente expresso nos textos a seguir. Segundo Gaiger,

> O próprio conceito de Economia Solidária carrega em si algo de projeção, algo de desejo. Nós percebemos coisas que nos levam a falar de Economia Solidária. Nós idealizamos, prefiguramos o que seria uma Economia Solidária e, depois, procuramos trabalhar nesse sentido. Eu acho que esses conceitos são ideais. Eles prefiguram, eles devem ter um papel heurístico. (...) Um primeiro equívoco a se evitar seria então esse: o de se confundir o que a gente deseja com a realidade, esquecendo-nos do contexto, das circunstâncias, dos problemas. (GAIGER, 2000a, p. 179).

Recentemente, em outubro de 2002, Arruda, numa carta aberta ao presidente Lula e a José Dirceu onde explicava em que consistia a economia solidária, expressou-se da seguinte forma:

> Trabalhamos com um duplo conceito de economia solidária - um, o conjunto de iniciativas populares marcadas pela autogestão e o espírito solidário que contribuem para a sobrevivência da população, sobretudo dos excluídos do mercado capitalista; o outro, o projeto de um outro sistema econômico, voltado para o desenvolvimento social e humano, que resgata a centralidade do trabalho, saber e criatividade humanos, e que tem como modos de relação a cooperação, a reciprocidade, a complementaridade do diverso (pessoas, coletividades, regiões, nações) e a solidariedade. (ARRUDA, 2002b).

Talvez seja em razão deste duplo sentido que Paul Singer, apesar de contestar o adjetivo de popular para a economia solidária, realize, enquanto coordenador da ITCP da USP, uma assessoria a alguns dos setores mais populares e marginalizados da periferia e isto em parceria com a Prefeitura petista de São Paulo em Capão Redondo. Segundo Singer, se a economia solidária é vista como um projeto político de sociedade, ela não pode limitar-se aos setores populares, o que não impede que são exatamente os setores mais desfavorecidos, excluídos ou em fase de exclusão que atualmente podem encontrar neste tipo de associação sua chance para uma reinserção econômica e social.

Em Capão Redondo, professores e estudantes tentam formar associações de produtores, isto é, trabalham numa realidade na qual as pessoas nunca ouviram falar do ideal cooperativista e participam desses grupos de formação por serem beneficiários de

[69] Explicarei logo a seguir o que entendo por intelectual.

ideal cooperativista e participam desses grupos de formação por serem beneficiários de programas emergenciais de ajuda da prefeitura. É a dura realidade que a Incubadora de Cooperativa Popular da USP (ITCP/ USP) se comprometeu a atender, educar para a autogestão, mesmo que segundo seu ideal, como Singer afirmou: "A economia solidária não tem que ser uma economia de pobre". (2000b, p. 152). A relação entre a realidade e o que se pretende realizar muito concretamente está também expressa nesta frase. "Há mais economia solidária nesse país do que a gente imagina. E pode vir a se fortalecer ainda mais se nós conseguirmos trazê-la à tona: tornar essas muitas cooperativas, associações, etc. conhecidas entre si, e criar formas de troca solidária, de comércio solidário". (SINGER, 2000b, p. 151). Mas o objetivo político, para Singer, é a construção de um modo de produção alternativo ao modo de produção capitalista.

Se, na Europa, a proposta da economia solidária renasce no máximo de um desejo de democracia e justiça social, sabemos que na sua origem ela significava muito mais. Segundo André Guélin, na França a economia social apresentava-se historicamente como uma outra maneira de fazer economia política, que se desenvolveu naquele país no primeiro terço do século dezenove. É notável que todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social. Assim como surgiam escolas de pensamento em economia política, desenvolveram-se escolas de economia social - principalmente uma socialista, uma social-cristã, uma liberal e uma solidarista[70]. Mas essa disciplina tinha as maiores dificuldades em constituir-se como ciência.

> Ou bien l'économie sociale était une pure description d'institutions sociales et elle n'avait rien de comparable avec la démarche de la science économique ou bien elle visait à intégrer le rôle du travail comme facteur de production et la dynamique dans le raisonnement économique et elle n'était plus qu'une dimension d'une pensée économique en mouvement à la fin du siècle[71]. (GUELIN, 1998, p. 2).

Ou seja, na ausência de verdadeiras teorias da economia social, esta "ciência" só tinha futuro sendo absorvida pela ciência econômica. (Idem). Mas, ao lado dos diferentes pensamentos que apreenderam a economia social em diversos momentos históricos, havia uma economia social concreta e institucional que teve seu apogeu no final do século dezenove e que era a grande esperança dos "mutualistas" e dos cooperadores da época.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX a partir dos ideais de Robert Owen (como a de William King), mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos. As numerosas experiências de

[70] O solidarismo foi desenvolvido por Charles Gide.

[71] "Ou a economia social era uma pura descrição de instituições sociais e não tinha nada de comparável com a proposta da ciência econômica ou então ela visava a integrar o papel do trabalho como fator de produção e a dinâmica no raciocínio econômico e ela se tornava apenas uma dimensão de um pensamento econômico em movimento no final do século [dezenove]".

cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês[72], após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochedale, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Longe de ignorar este passado, intelectuais brasileiros, acompanhando Singer, reivindicam esta herança e pretendem inscrever-se na linhagem dos socialistas chamados de utópicos por Marx e Engels. Trata-se, neste caso, de uma postura nitidamente política.

Mas porque há um projeto de sociedade ou de vida junto com a identificação de um "novo" fenômeno? Porque certos intelectuais brasileiros estão retomando as pretensões societárias do espírito associativo dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX, enquanto lá apenas restou deste espírito, no máximo, o desejo de uma prática democrática local. (CHANIAL, 1998). Por quais caminhos passa a ressemantização dos termos economia e solidariedade no Brasil? Em que medida os intelectuais que escrevem sobre economia solidária contribuem para a formação deste imaginário social? Como explicar que experiências tão isoladas, heterogêneas, insignificantes e fracas do ponto de vista econômico, tão problemáticas do ponto de vista da sua sobrevivência enquanto empreendimentos econômicos e solidários sejam vistas como um conjunto e apontadas como caminho para uma nova sociedade? E aqui vem um outro questionamento: o que poderia ter levado estes intelectuais a enveredarem para esta empreitada? A leitura de *Meus demônios*, de Edgar Morin, ensina muito sobre a vida e a obra dos intelectuais. Seguindo o propósito defendido nesta obra, devo perguntar-me, quais os *themata* ou idéias obsessivas dos autores que vou pesquisar e, parafraseando o autor, o que elas fazem destes autores e o que estes fazem com elas? Como elas modelam seus itinerários? Penso na idéia obsessiva de Paul Singer da construção de uma sociedade socialista, penso no socialismo humanista de Marcos Arruda. Parece impossível separar sua vida intelectual de suas vidas. Ou seja, nos seus textos eles expõem, mais do que suas idéias, suas próprias pessoas.

Tentarei responder a estas perguntas no capítulo quinto intitulado, *trajetórias e o campo da economia solidária*. Por enquanto, posso adiantar algumas considerações. Devemos considerar, em primeiro lugar, a situação brasileira que, saindo de quase 20 anos de ditadura, está numa fase de democratização renovada, com um partido de esquerda cujas realizações estão sendo acompanhadas por progressistas do mundo inteiro, devido à sua ênfase no desenvolvimento de uma democracia radical e no respeito às diferenças[73]. As lutas políticas no Brasil são travadas em torno de projetos alternativos de democracia e os movimentos sociais ocupam um papel de destaque nesta questão. Novas formas de fazer política foram criadas, como o orçamento participativo, as parcerias entre Estado e

[72] Entre os lideres se destaca John Doherty.

[73] No pretendo nesta tese discutir o caráter do Governo Lula. Isto me desviaria do meu objeto de pesquisa, mas é do conhecimento público que há muitas críticas no seio da esquerda a respeito da sua atuação.

sociedade civil, a liberdade de tendência no seio do partido dos trabalhadores. Por outro lado, a frustração das experiências revolucionárias a nível internacional, a necessidade de realizações concretas, as imposições dos organismos financiadores e as influências internacionais são certamente fatores importantes para que uma proposta de economia solidária possa ser encarada como uma resposta ao desafio de inserir no mercado[74] um número crescente de desempregados e de miseráveis.

Mas não podemos esquecer que as práticas de economia solidária existiam antes dos intelectuais falarem delas, e correspondem a práticas culturalmente valorizadas não somente pelos intelectuais sensibilizados, mas por um conjunto de pessoas pertencentes a meios sociais e culturais diferentes. É preciso ficar atentos ao conjunto de entidades propulsoras ou de apoio dos empreendimentos solidários, pois é principalmente a estes que os intelectuais se dirigem e com os quais vão tecendo redes de relações. Devemos prestar atenção às práticas culturais destas organizações e às ideologias que as sustentam. Como coloca Magnani, parafraseando Malinowski,

> idéias e crenças não existem apenas nas opiniões conscientes mas estão incorporadas em instituições e condutas, devendo 'ser extraídas, por assim dizer, de ambas as fontes'. Em outras palavras, discurso e prática não são realidades que se opõem, um operando por distorções com respeito à outra; são antes pistas diferentes e complementares para a compreensão do significado. (MAGNANI, 1988, p. 140).

A trajetória de vida dos intelectuais mostra que é justamente nestas associações que eles receberam o conjunto de valores que formaram seus *themata*. Ou seja, há uma retroalimentação destas entidades formando intelectuais e sendo formados por eles.

Muitos poderiam ser os caminhos para se chegar a uma compreensão do tema da economia solidária, mas eu escolhi partir de alguns dos seus pensadores por mim entendidos como os intelectuais do campo, pois são chamados a todo momento para se pronunciar sobre ele. Antes de discutir o que são intelectuais, é preciso esclarecer qual o lugar deles na minha pesquisa. Seriam eles informantes privilegiados? A resposta é complexa, mas posso afirmar que eles não se assemelham a informantes privilegiados, segundo o jargão da tradição etnográfica. Tradicionalmente, o informante, o 'padrinho' de iniciação, segundo DaMatta é "alguém que ensinará [ao pesquisador] os caminhos e desvios encontradiços na sociedade que pretende estudar e que deverá socializá-lo como uma criança muito especial". (1981, p. 152). O informante é a pessoa com a qual o pesquisador estabelece laços de amizade e confiança recíprocas no seio da comunidade em estudo, é a pessoa com a qual se pode estabelecer um diálogo. No meu caso, os intelectuais foram escolhidos anteriormente ao contato, o que não permitiu uma relação espontânea e informal com eles. Consegui estabelecer esse tipo de contato com pessoas situadas no entorno destes intelectuais e sem nenhuma escolha apriorística. Os contatos informais, como convites para almoço, foram da iniciativa destas pessoas e o fato de serem mulheres

[74] O termo mercado está empregado aqui num sentido genérico de relações socioeconômicas.

como eu, com certeza, favoreceu o contato amical e, às vezes, a obtenção de informações confidenciais. Recebi informações destas pessoas e até mais do que esperava. Dito isto, é inegável que os três intelectuais escolhidos o foram pelo lugar privilegiado que eles ocupam em relação à economia solidária e, como tal, pela compreensão, análise, e informações que poderiam fornecer.

Então, resumindo, não se trata de informantes privilegiados, no sentido tradicional conferido pela pesquisa de campo, mas de pessoas que ocupam lugares privilegiados no campo das relações sociais da economia solidária. O que justifica chamá-los de intelectuais e o que se entende por esse termo?

## 1.4. Os intelectuais e a definição do campo da economia solidária.

No final do século XIX, na França, o termo intelectual indicava "uma específica combinação de características psicológicas, modos, estilo de vida, status social e, acima de tudo, sistema de valores". (FREIDSON apud BONELLI, 1993, p. 16). No final do século XX, Boudon e Bourricaud, no seu *Dicionário Crítico de Sociologia*, chamam de intelectuais, "os indivíduos que, dotados de uma certa perícia ou competência na ordem cognitiva, manifestam também uma preocupação especial com os valores centrais da sociedade. Essa preocupação se manifesta tanto pelo empenho em promover valores novos quanto pela determinação em defender valores consagrados". (2000, p. 309). Estas definições, apesar de separadas por um século, convergem na visão de que os intelectuais são pessoas preocupadas com os valores e, neste sentido, apontam para questões centrais do meu objeto de pesquisa.

É interessante notar que, na França dos anos 30, do século XX, uma nova geração de intelectuais aspirava a pensar o futuro da sociedade em termos filosóficos e morais e a questionar os valores do liberalismo, com os quais se queria reconstruir a Europa depois da Primeira Guerra mundial. "Afora os jovens intelectuais ligados ao marxismo, esses adeptos da 'revolução' - uma revolução antes de tudo mental - recusavam-se a aderir a um partido político, à espera de uma terceira via, igualmente distante do capitalismo e do comunismo". (WINOCK, 2000, p. 793). Ou seja, os propósitos dos intelectuais da economia solidária não são novos, eles ressurgem em lugares e circunstâncias históricos diversos desde o século XIX. Mas na França na década de trinta, avisa Winock, com a subida do fascismo e, depois, com a Segunda Guerra mundial, estes intelectuais tiveram que ir para as ruas e a guerra demonstrou que "o imperativo moral precisa ser incorporado a uma práxis, para evitar que se degenere em angelismo". (Idem).

Winock dedicou-se a estudar o século XX, que ele chamou de *O século dos intelectuais,* e termina o capítulo intitulado *O fim dos intelectuais?* com uma resposta negativa e com uma missão para os intelectuais, a do estabelecimento da democracia.

> O poder material, entregue unicamente à lógica de seus próprios interesses, pode perder de vista todo o fundamento ético da sociedade política. Nessa perspectiva, os intelectuais têm, sobretudo, uma vocação crítica: a de lembrar os valores universais consignados, particularmente, na Declaração dos Direitos do Homem. Essa função crítica,... desdobra-se em uma função orgânica. Desde o teórico marxista Antonio Gramsci, temos o costume de opor o intelectual crítico ao intelectual orgânico. ... Se considerarmos que a perspectiva da nossa sociedade não é mais a da mítica revolução proletária, portadora da sociedade sem classes, mas o estabelecimento, em profundidade, da democracia – perpetuamente ameaçada, jamais concluída -, os intelectuais terão também um papel orgânico a desempenhar, o de operários dessa difícil democracia, regime de liberdade limitada, de igualdade aproximativa e de fraternidade intermitente. (2000, p. 800).

Mas é Bourdieu que vai trazer, em *Contrafogos*, a definição de intelectual que melhor se adéqua a meus sujeitos de pesquisa :

> Alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão, como os valores de verdade e de desinteresse, ou, em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política mas sem abandonar suas exigências e suas competências de pesquisador. (2001, p. 37).

Após acrescentar que o intelectual deve sua autoridade social "a seu suposto respeito pelas leis morais não-escritas, assim como à sua competência técnica" (idem, ibidem) ele adverte contra "a propensão a um revolucionarismo sem objeto e sem efeito". Segundo ele, no entanto, o intelectual é indispensável à luta social e deve reunir-se em coletivo para "opor uma crítica propriamente científica à autoridade com pretensões científicas dos experts, sobretudo econômicos. Mas pode também cumprir uma função positiva ao contribuir para um trabalho coletivo de criação política". (idem, ibidem p. 39-40). Ele defende a postura segundo a qual o intelectual deve "sair resolutamente do microcosmo acadêmico e entrar em interatividade com o mundo exterior (...) e inventar uma combinação improvável, mas indispensável: o conhecimento engajado". (idem, p. 43).

Quando Bourdieu fala em "intelectual coletivo" e em "produção coletiva de utopias realistas" e em "conhecimento engajado", penso que essas categorias podem aplicar-se ao grupo de intelectuais brasileiros que organizam eventos científicos sobre o tema da economia solidária. Nesta tese quero mostrar como este "intelectual coletivo" foi se formando e as tensões em relação aos projetos individuais.

Uma postura bem mais pessimista a respeito do intelectual é expressa no Brasil por Helenice Rodrigues da Silva. Apesar deste texto ter sido publicado em 2003, me parece que a autora não conseguiu enxergar algumas mudanças ocorridas na última década e das quais tratamos nesta tese. Cito, no entanto, um trecho muito claro a respeito do que seria um intelectual engajado.

> Convertido em objeto de estudo, no momento mesmo em que o modelo do intelectual engajado, na versão francesa, perde a sua eficácia, esse novo ator histórico vem suscitando debates e questionamentos. Presente na luta política ao

> longo dos três quartos do século XX, portanto, participando ativamente da História, o intelectual engajado desaparece da cena pública no início dos anos 80, em razão mesmo das mudanças de paradigmas intelectuais e das transformações conjunturais. O enfraquecimento das ideologias do progresso e a ascensão dos valores individualistas explicam, em grande parte, o final de um modelo de intelectual que buscava, através de seus atos públicos, aliar moral e política. Na verdade, o engajamento intelectual, sob a forma de combates políticos (contra as opressões e as injustiças), pretendeu reduzir a distância que separa pensamento e ação. (SILVA, 2003).

Este artigo traz também a questão de definir tipos de intelectuais e isto, às vezes, se faz com o acréscimo de um adjetivo como comenta Melucci a seguir:

> Será que o termo intelectual, devido à sua amplitude, como acabei de mostrar, dá conta do estudo proposto ou seria preciso acrescentar um adjetivo ao termo? Teríamos então que examinar o arsenal historicamente constituído. Há o já citado intelectual orgânico elaborado por Gramsci, o termo educador político que, para Paul Ricoeur, designa o intelectual que, nem sendo desengajado, nem sendo um militante submetido à disciplina de um partido político, busca exercer uma ação eficaz de educação e crítica política, pelo pensamento, pela palavra e pela escrita, intervindo nas transformações de seu tempo ou ainda o termo intelectual militante. (MELUCCI, 1994). (Apud MENDONÇA, K. 1999, p. 93).

Na sua entrevista, Gaiger se apresentou como intelectual orgânico. Não é o momento de discutir se o adjetivo orgânico convém ou não a este intelectual, mas bem de definir o que ele significa. Gramsci, no seu famoso estudo sobre *Os intelectuais e a organização da cultura,* lembra que se todos os homens são intelectuais, nem todos na sociedade desempenham esta função e, no mundo moderno, a categoria dos intelectuais ampliou-se de um modo nunca visto anteriormente. Segundo Gramsci,

> na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. (1982, p. 117).

Podemos ver que aqui, como na maioria dos países industrializados, os sindicatos formaram suas próprias escolas de dirigentes sindicais, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra criou uma escola de Cooperativismo e outras de formação para técnicos agrícolas, professores e demais atividades de formação[75]. Os intelectuais da economia solidária, além de ensinarem nestas escolas, estão sendo chamados para seminários de formação e assessoria em diversas instituições e lecionam disciplinas ou abrem cursos de pós-graduação em economia solidária nas universidades. Em outras palavras, para ser aplicada a economia solidária exige o recrutamento e a formação de técnicos em

[75] Se o MST criou suas próprias escolas é que a formação que está sendo visada é, antes de tudo, política. Todo curso tem uma metodologia própria e é acompanhado pelos rituais da mística do MST.

autogestão[76] e tem seus próprios intelectuais para a divulgação de sua proposta, e as universidades criam incubadoras de cooperativas populares autogestionárias. Existe uma nova fatia de mercado para o intelectual militante.

Uma outra consideração a respeito dos intelectuais é que, além da dicotomia entre os intelectuais críticos e os orgânicos da classe dominante, existem divergências e rivalidades, mesmo entre os intelectuais adeptos de um mesmo pensamento. Karl Mannheim, falando da intelligentsia[77] livre[78], observa a competição existente entre os mais variados modos de pensamento. "Tal competição pelos favores dos vários grupos de público foi acentuada porque os modos de experiência e pensamento de cada grupo obtiveram progressivamente expressão pública e validade". (1986a, p. 40).

Apesar das considerações de Mannheim referir-se aos intelectuais do início da modernidade, quando a Igreja perdeu seu monopólio intelectual, esta observação nos leva a uma outra mais atual abordada por Boudon e Bourricaud, a saber, que apesar de compartilharem de um mesmo campo os intelectuais disputam entre si os diversos grupos que são ou podem vir a ser seu público.

> Todo intelectual por vocação procura ser reconhecido por seus pares ou pelo público (ou por determinado setor deste público). O reconhecimento pelos pares encerra-o no círculo dos experts e especialistas. Mesmo que a *libido sciendi* esteja associada e freqüentemente seja corrompida pela *libido dominandi*, a profissionalização, ainda que mínima, do ensino e da pesquisa obriga os intelectuais que aspiram ao reconhecimento dos seus pares a uma certa moderação. Mas quando o intelectual busca o 'reconhecimento' pela consagração do público, freqüentemente está disposto a fazer concessões. As regras de boa conduta (preocupação com a análise, com a verificação, com a crítica 'imparcial') correm então o grande perigo de serem tragadas pelas exigências retóricas da persuasão. (BOUDON et al., 2000, p. 309).

Mais acima citei um texto de Pierre Bourdieu para chamar a atenção sobre a necessidade de se ficar atento à maneira pela qual os cientistas sociais criam seus instrumentos de análise. Os escritos de Bourdieu e sua revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* foram críticos em relação a todos os intelectuais mostrando como estes, consciente ou inconscientemente, lançam mão de uma série de estratégias para a defesa de seus interesses e para a aquisição de seus bens - materiais ou simbólicos.

Mas, como coloca Winock,

> o paradoxo do intelectual decorre do fato de que é sua notoriedade que lhe dá o poder de que dispõe: reciprocamente, quando o exerce em prol de uma grande

[76] Além de haver organizações para a formação em autogestão como, por exemplo, a ANTEAG ou a Coppetec, o Governo Municipal de São Paulo fez um apelo público para recrutar técnicos ou empresas especialistas em autogestão.

[77] O termo *intelligentsia*, que teve origem na Polônia em 1844, "referia-se a um estrato social que tinha em comum um grau de educação elevado, de caráter acadêmico". (BONELLI, 1993, p. 16).

[78] "Sua característica principal é a de ser recrutada, (...) em estratos e situações de vida constantemente variáveis, e de seu modo de pensamento não mais estar sujeito a ser regulado por uma organização do tipo casta.". (MANNHEIM, 1986a, p. 39).

> causa humana, ele fortalece sua reputação. Nunca escapará a essa contradição; espera-se que, pelo menos, ele a vivencie em plena consciência. (WINOCK, 2000, p. 801).[79]

Para voltar às preocupações dos intelectuais da economia solidária, desde que estudos iniciaram sobre este tema no Brasil, eles tentam responder à pergunta: "quem faz parte do campo da economia solidária" basicamente de duas maneiras; em primeiro lugar, estabelecendo critérios normativos de pertencimento para definir quem pode ser considerado como fazendo parte e, depois, realizando o levantamento empírico do que existe em cada estado ou região brasileira. Neste último caso, até há pouco tempo, a resposta era dada a partir de generalidades empíricas como as empresas falidas que foram retomadas pelos seus trabalhadores de maneira autogestionária ou os projetos comunitários da Cáritas etc. A UNITRABALHO elaborou um projeto de pesquisa com o objetivo de mapear todos os empreendimentos e organizações deste tipo de economia[80]. Devido à escassez de financiamento, esta pesquisa foi somente realizada nos estados de RS, SC, SP, MG, Distrito Federal, PE e CE. Os resultados da pesquisa foram publicados em julho de 2004; até aquela data, só existiam cadastros parciais[81].

Há entidades de apoio a certos tipos de empreendimento solidário e cada organização tem sua própria versão sobre quais são os empreendimentos que fazem parte da economia solidária, mas todas reconhecem que há uma grande heterogeneidade entre eles. As versões variam em função dos critérios estabelecidos não existindo consenso, principalmente pela dificuldade em adequar as realidades vividas com critérios e categorias abstratas.

As divergências sobre o pertencimento são de ordem diversa e já aparecem quanto à questão de quem faz parte do econômico ou não. Assim, a Cáritas teria tendência a definir de maneira mais abrangente o conjunto dos empreendimentos de economia solidária incluindo nele, por exemplo, trabalhos de alfabetização e de saúde preventiva que são serviços prestados em boa parte de forma voluntária. Em escritos recentes, Singer também reconhece essas organizações como fazendo parte da economia solidária e, ao mesmo tempo, do terceiro setor.

> Nessas condições [ao organizar estes jovens com escolaridade elevada mas sem perspectiva de emprego que se organizam em cooperativas, em alguns lugares chamados de "sociais"], a economia solidária se integra ao terceiro setor tomando a forma de organizações não-governamentais (ONGs), sustentadas primordialmente pelo poder público mediante contratos. (2003a, p. 117).

---

[79] Lévi-Strauss no seu texto *O feiticeiro e sua magia,* mostra o mesmo fenômeno a respeito de um feiticeiro chamado Quesalid (In: Antropologia Estrutural).

[80] O projeto de pesquisa intitula-se "Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil". Essa pesquisa, apoiada pela ADS/CUT foi coordenada pelo professor Luiz Inácio Germany Gaiger (UNISINOS), se desenvolveu durante três anos e representa um esforço pioneiro de levantamento de dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários. Foi publicado em 2004, sob o título: *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.*

[81] Ver nesta tese o capítulo sobre *O contexto onde se constrói a economia solidária.*

Aqui temos uma primeira distinção entre parte do terceiro setor[82], composto de voluntários prestando serviços à comunidade local, e a economia solidária que teria por objetivo a criação de trabalho e renda. Outro exemplo nesta ordem de idéias, citado por França Filho e Laville como um novo tipo de empreendimento solidário, seriam os cursinhos pré-vestibulares para alunos carentes. Estes autores consideram que uma nova característica das experiências de economia solidária é seu funcionamento, pois "reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas, com fim de produção do chamado liame social (ou laços sociais)". (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 112). Esta concepção de economia solidária que, neste caso, é chamado por alguns como Gaiger de economia social, é muito mais parecida com os serviços franceses de proximidade, protótipo da economia solidária naquele país. Uma tendência encontrada recentemente no Brasil é de falar então de economia social e solidária[83].

Então, falar da economia solidária é relativamente fácil, mas definir quais os empreendimentos que reúnem as qualidades para integrá-la é extremamente difícil. Para tal, são elaboradas longas exposições, mas o complicado é dizer em que medida os empreendimentos devem preencher todos os quesitos e com que profundidade. Entre as características enunciadas pelos intelectuais da economia solidária, podemos citar a propriedade coletiva (mas há outras possibilidades como a co-propriedade); a autogestão pelos trabalhadores ou sócios; a redistribuição das sobras entre os trabalhadores ou sócios (após reinvestimento no empreendimento ou constituição de fundos para os associados ou para a criação de novos empreendimentos); a solidariedade para com a população trabalhadora em geral e, em particular, com os mais pobres; a proteção do meio ambiente; a preocupação sociopolítica com o que se produz (produtos ou serviços eticamente aceitáveis) e para quem (produtos e serviços essenciais para a população pobre, ou para a população local) e com o resto da sociedade (desenvolvimento local e sustentável). Ou seja, trata-se de empresas coletivas, de cooperativas de consumidores ou de poupança e crédito, éticas e autogestionárias. Evidentemente, estes critérios não fazem a unanimidade; existem divergências sobre várias questões como para quem produzir, se para o mercado ou para associações e cooperativas de consumo solidário. Por ocasião da pesquisa nacional iniciada em 1999 e terminada em 2003, no entanto, a equipe de pesquisadores formulou oito princípios a serem analisados por serem considerados como aqueles

> que se espera ver internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Tais princípios por certos não esgotam o que se poderia esperar do solidarismo econômico, mas parecemos mais centrais, além de largamente suficientes para o alcance e as possibilidades de verificação da pesquisa. (GAIGER, 2004, p. 11)

[82] No capítulo *O contexto onde se constrói a economia solidária,* explico com mais detalhes a diferença entre terceiro setor e economia solidária.
[83] Ver a este respeito a UNISOL.

Se o princípio da autogestão permanece, outros se encontram dissolvidos em princípios mais gerais. A questão da propriedade dos meios de produção, por exemplo, pode ser entendida como incluída no princípio do igualitarismo, a preocupação com o meio ambiente, no de responsabilidade social etc.

De fato, as definições do que seria economia solidária foram sendo elaboradas de maneira progressiva. Em 1996, Gaiger sustentava que

> Os projetos comunitários de geração de renda, (...) tendo como característica comum a participação coletiva no trabalho, nas decisões, na posse dos bens e na repartição dos ganhos... distinguem-se de outras iniciativas no campo da economia informal porque, (...) a preocupação com a sobrevivência leva aos poucos seus integrantes a assumirem comportamentos sociais e pessoais novos, no âmbito do trabalho, da vivência comunitária e das relações com a sociedade. (1996, p. 101).
>
> Os empreendimentos econômicos solidários expressam uma síntese original entre o *espírito empresarial* – no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais - e o *espírito solidário*, de tal maneira que a própria cooperação funciona como o vetor de racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais comparativamente à ação individual. (1996, p. 114).

Trata-se aqui da descrição de um processo de efetivação de empreendimentos solidários em que não estão embutidos princípios mais gerais e de ordem normativa. Novos comportamentos são aventados, mas ainda não definidos.

Em 2002, Singer afirma,

> A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualitariamente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e por decorrência o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém.* E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos. (2002b, p. 9).

Desta vez, temos um texto normativo, muito claro, didático – no sentido que explica como fazer – e numa linguagem econômica. Apesar de sucinto, define quem faz parte: "os que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar" e quais as responsabilidades engajadas: "todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos". Os princípios são: a igualdade econômica "todos os sócios têm a mesma parcela do capital" e política, todos têm "o mesmo direito de voto em todas as decisões" e os diretores "são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles". Nesta definição não aparece

diretamente a oposição ao sistema capitalista, mas ela está presente em cada linha e está resumida na afirmação que "não há competição entre os sócios".

Já em 2003, um documento enviado pela RBSES em vista dos debates estaduais preparatórios ao Fórum Nacional de Economia Solidária detalha longamente os princípios gerais e específicos da economia solidária. O texto não é assinado – emana da Rede – mas tem a marca de Marcos Arruda. Apresento, a seguir, os princípios gerais:

> Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:
> - A valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.
> - A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
> - O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
> - A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
> - A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
> - A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul.
> - Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
> - A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.
> www.redesolidaria.com.br).

Esse texto é, de fato, uma proposta de Carta de Princípios para fundação de um Movimento Nacional de Economia Solidária e, com certeza, tem a pretensão de apresentar-se como uma Carta de Princípios a nível Mundial[84], assim é feita referência à "solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul". O texto não diz quem faz parte da economia solidária, mas enuncia princípios aos quais terão que aderir aqueles que vão participar deste Fórum. Ou seja, trata-se de apresentar de forma legítima um projeto nacional de economia

[84] No terceiro FSM, uma tentativa de organizar uma rede mundial de economia solidária não teve êxito, tendo as organizações estrangeiras avaliado que os brasileiros não estavam ainda suficientemente organizados.

solidária. O estilo propositivo-filosófico deste texto não está isento de uma postura política. A oposição ao sistema capitalista está expressa em inúmeras afirmações e dita nitidamente na frase seguinte: "evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios". O homem enquanto trabalhador é afirmado como valor central e o objetivo é a "satisfação racional das necessidades de cada um". A postura do texto quanto ao "lugar fundamental da mulher e do feminino" na economia é inusitada e fará objeto de comentários no capítulo sobre *Os nomes da economia solidária*. A afirmação quanto ao respeito da natureza está presente, como na maioria dos textos sobre economia solidária, apesar de Gaiger insistir sobre o fato tratar-se de um ideal a ser atingido gradativamente.

As práticas de economia solidária não estão especificadas de maneira prática, mas sim em seu caráter geral como "práticas fundadas em relações de colaboração solidária". Uma nova característica é avançada como projeto, "a Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução". A economia solidária é também apresentada como solução para o problema da exclusão social.

Em contraponto a estas definições, França Filho e Laville numa análise internacional da economia solidária a partir de uma linha francesa de análise afirmam que "as experiências de economia solidária supõem uma articulação específica entre esferas econômica, social e política – em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam estas experiências". (2004, p. 114). Eles emitem a hipótese que não se trata de um setor à parte da economia, mas que tem vocação

> para interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e Mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva- Por exemplo, uma dinâmica reciprocitária ou um projeto associativo. (Idem).

Tratar-se-ia então de uma economia com mercado submetido a outros valores ou "imbricado junto a outros registros de práticas". (idem, p. 118). A economia solidária viria democratizar a economia e numa participação cidadã e articular-se-ia com a esfera pública para implicar novamente a economia num projeto de integração sociocultural e isto tanto a nível local ou nacional quanto internacional.

Em 2004, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – implantou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) no intuito de cadastrar boa parte dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, fomento e assessoria a eles. Para a realização deste cadastramento os fóruns regionais e estaduais de economia solidária mobilizaram entidades de apoio e universidades; a parte técnica e o gerenciamento, no entanto, ficaram a cargo das Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs. A SENAES definiu o que ela entende por empreendimento econômico solidário num documento intitulado *Termo de referência*, mas deu como diretiva que na dúvida – se um empreendimento pode ou não ser considerado de economia solidária – deveria ser feito o

registro, pois no segundo momento da pesquisa os dados serão conferidos *in loco*. Segundo o Termo de referência da SENAES, empreendimentos econômicos solidários

> a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
> b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
> c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
> d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a "razão de ser" da organização.
> e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

A elaboração do *Termo de Referência* contou com a colaboração de Luiz Inácio Gaiger (Unitrabalho) e de Gabriel Kraychete (UCSAL). Nesta definição pragmática, o caráter econômico do empreendimento é sublinhado como devendo ser permanente ou principal. Algumas flexibilidades existem, a maioria dos que trabalham no empreendimento deve ser proprietária; em outras palavras, é possível ter assalariados – um critério sempre em discussão quanto a seu limite. As organizações coletivas devem ser suprafamiliares, ou seja, a partir de duas famílias já é possível considerar que se trata de economia solidária (para certas entidades um mínimo de 3 membros é requisitado). Empreendimentos em processo de implantação devem ser incluídos, isto é, o mapeamento quer reunir o maior número de empreendimentos, sendo um dos seus objetivos aparecer como numericamente importante mesmo que economicamente fraco ou, neste caso, o retorno financeiro ser ainda inexistente.

Quanto ao assunto que aqui me preocupa, de quem faria parte da economia solidária segundo os seus intelectuais, há uma questão bastante polêmica que diz respeito ao cooperativismo. Se todos concordam que a cooperativa é o modelo ideal de organização na economia solidária, a divergência se instala quanto à "autenticidade" de certas cooperativas. Surge a questão de saber se as velhas cooperativas e até as criadas mais recentemente fazem ou não parte da economia solidária. Mesmo se todas as cooperativas

agropecuárias tradicionais[85] não foram implantadas de cima para baixo via planos governamentais para facilitar a modernização do campo e a comercialização empresarial dos grãos para exportação, todas elas integram grandes produtores rurais, que são verdadeiros patrões, ao lado de pequenos e médios produtores familiares. Além disso, devido ao seu tamanho, tais cooperativas não praticam a autogestão e possuem um grande número de funcionários com carteira assinada. Tais características não condizem com os critérios tidos como próprios da economia solidária. No Rio Grande do Sul, a rivalidade entre os dois sistemas de cooperativas é acirrada, chegando mesmo a ocorrer, numa feira da economia popular solidária[86], um julgamento do cooperativismo tradicional por um tribunal popular. As cooperativas tradicionais estão agrupadas na OCERGS, filiada à OCB, e houve uma tentativa de impor um projeto de lei estadual segundo o qual só as cooperativas filiadas a esta instância poderiam participar de licitação pública ou que, por exemplo, excluiria todas as cooperativas do MST que são filiadas à COCEARGS[87]. O projeto de lei foi vetado, mas mostra claramente o que está em jogo. Por outro lado, esta mesma central de cooperativas organizou nos anos de 2001 e 2002 vários *Fóruns da Solidariedade* onde o tema central era *Economia Solidária na Globalização*. Nestes fóruns, além de criticar o FSM por ser excludente segundo os organizadores, e por eles não se sentirem à vontade no mesmo, propuseram a formação de cooperativas de consumo, bem como a formação de cadeias produtivas entre cooperativas. Além destas propostas, muito parecidas com as da economia solidária, a confusão ficava ainda maior em função dos palestrantes convidados, entre os quais, encontravam-se Singer, Arruda e Gaiger. Tornou-se muito evidente, por parte destes dirigentes e dos organizadores destes fóruns, o objetivo de cooptar ou de aproveitar-se da economia solidária para projetos pessoais. Apesar de, oficialmente, as datas escolhidas para a realização destes eventos serem alusivas às Comemorações do Centenário do Associativismo Rural, é certo que elas estavam relacionadas com as eleições, já que o presidente da OCERGS concorria ao cargo de deputado. Por outro lado, não podemos esquecer igualmente que, em outras ocasiões, Arruda foi palestrante de seminários e jornadas organizadas por estas cooperativas e que a maior parte das cooperativas, consideradas como fazendo parte da economia solidária, são filiadas à OCB.

---

[85] Sobre a formação de cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul e outros estados, ler: FRANTZ, Telmo R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*: o caso da COTRIJUÍ. Ijuí: FIDENE, 1982. BAGGIO, Adelar F. (Org.). *Elementos de cooperativismo e administração rural*. Ijuí: FIDENE, 1984. CORADINI, Odacir L. e FREDERICQ Antoinette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[86] Foi em julho de 2002 em Santa Maria (RS). Ver nesta tese o capítulo sobre *Os nomes da economia solidária*.

[87] A Cooperativa Regional de Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. impetrou mandado de segurança contra a Junta Comercial do Estado do RS para que esta se abstivesse de exigir o pré-certificado, conforme exige o parágrafo único do artigo 10 da Lei Estadual 11829/02, emitido pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, para puder desta forma registrar-se junto àquele órgão. O mandado foi outorgado em 28 de abril de 2003, visto que a associação à OCERGRS viola o princípio de liberdade de associação e que a OCERGS nada mais é do que um sindicato. (Processo nº 2003.71.00.006267-9).

Quanto à onda de cooperativas de terceirização de serviços que floresceu nos anos noventa, boa parte delas é considerada fraudulenta, não passando de empresas disfarçadas para a terceirização de parte da produção ou dos serviços de empresas e órgãos públicos. (ALBUQUERQUE, 1998). Nestes casos, seus trabalhadores não gozam de direito trabalhista algum e estão à mercê da mais vil exploração. Devido a estes problemas, Singer, por exemplo, propõe substituir a categoria cooperativa pelo de empresa autogestionária. Há quem rejeite em bloco as cooperativas de trabalho, assim nomeadas apesar de serem cooperativas de prestação de serviços, por acreditar que todas se apresentam com essa fachada apenas para não pagar impostos e para explorar os trabalhadores. Na oficina pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que aconteceu por ocasião do III FSM[88], essas divergências foram expostas publicamente[89].

Nas diretivas enviadas aos organizadores dos Fóruns estaduais, propostas de solução foram aventadas para essas espinhosas questões. A recomendação era, em primeiro lugar, de fazer um chamamento o mais amplo possível a todas as entidades, cooperativas e empreendimentos desejosos de participar, deixando a cada empreendimento a decisão de sua inclusão, ou não, em função da adesão à Carta de Princípios. Quanto ao Cooperativismo oficial o texto comentava:

> Como tratar o cooperativismo oficial, legalmente reconhecido, mas com sérios questionamentos frente às suas práticas e discursos desvirtuadores das origens do cooperativismo? Observação: cuidar para que a análise dos "prós" e dos "contra" permita posicionamentos os mais inclusivos possíveis. Exemplos: (...) Se as evidências do Cooperativismo Oficial não o coloca, institucionalmente no nosso campo, propor alternativas para que as cooperativas a ele legalmente vinculadas, que resgatam os princípios do cooperativismo, possam participar do Movimento. (No Fórum ou não, o Cooperativismo Oficial certamente buscará assento ou influência sobre o Conselho futuro). (www.redesolidaria.com.br).

Para apontar quem faz parte da economia solidária, além dos critérios mencionados, há um reconhecimento empírico a partir das organizações de apoio ou do tipo de empreendimento. Assim são citados como fazendo parte da economia solidária, os projetos alternativos da Cáritas; sabe-se, no entanto, e as pesquisas do Gaiger o comprovam, que nem todos eles têm esta característica. Outro exemplo é o das associações e cooperativas dos assentamentos rurais do MST; neste caso são eles que não se reconhecem como fazendo parte da economia solidária, apesar de o Movimento ter sido convidado a participar de todos os eventos nacionais de economia solidária[90]. Um outro problema é que não basta ser reconhecido como fazendo parte para sê-lo para sempre. Aliás, uma das preocupações dos assessores e intelectuais da economia solidária diz respeito ao tamanho e ao sucesso de

[88] Ver foto 6.

[89] Egeu, representante da ADS no GT brasileiro de Economia Solidária, se pronunciou contra estas cooperativas.

[90] A este respeito, ver o capítulo sobre *O contexto onde se constrói a economia solidária.*

certas cooperativas pois, neste caso, correm o risco de serem "recuperadas" pelo sistema capitalista e isto faz parte de um dos desafios da economia solidária.

Além da questão de se saber quem está incluído, a maior preocupação do campo da economia solidária é definir como superar as dificuldades e os empecilhos para a plena realização da economia solidária. Como formar associações e cooperativas que sejam autogestionárias e viáveis economicamente, como criar um mercado entre os próprios empreendimentos, ou seja, criar cadeias produtivas verticais e redes de cooperação solidária para compras coletivas. A preocupação em ganhar empreendimentos de economia popular para a causa da economia solidária ficou cada vez mais clara. Ou seja, como criar uma economia sustentável e solidária. Desde 1997, isto já era objeto das pesquisas de Luiz Inácio Gaiger em parceria com a Cáritas e a Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio de Porto Alegre.

> A primeira pesquisa, acerca das experiências de geração de renda no Estado do Rio Grande do Sul, teve dois objetivos em vista. O primeiro consistia em identificar os fatores que levam as experiências associativas de geração de renda ao patamar de empreendimentos econômicos solidários. Ou seja, como conseguem gerar acumulação, crescimento e viabilidade a médio prazo, com base nos princípios de cooperação e solidariedade entre seus membros. O segundo objetivo consistiu em aferir em que medida a multiplicação e a integração dessas experiências estariam dando lugar a uma economia popular solidária, no interior da economia de mercado, mas com uma lógica diferente da capitalista. (www.ecosol.org.br).

## 1.5. Estrutura e sentidos da economia solidária.

A meu ver, existem pelo menos três planos de estruturação das organizações que fazem parte do que é chamado o campo da economia solidária. A seguir, vou tentar expor esta estrutura com suas articulações e fragmentação e as estratégias elaboradas para a superação desta situação.

A base é constituída pelos produtores e prestadores de serviços organizados em empreendimentos econômicos solidários (associações e cooperativas) e pelos clubes de trocas. Nestes encontramos iniciativas novas como, por exemplo, as associações ou cooperativas de reciclagem de lixo. Neles as relações sociais realizam-se face a face, de maneira quotidiana, intensa e, por princípio (em função dos critérios de pertencimento), deveriam ser autogestionárias. Algumas das unidades de produção de bens ou de prestação de serviços possuem uma certa identidade entre si por compartilharem um mesmo ideal como no caso dos projetos ligados às Pastorais católicas e à Cáritas, o que não significa necessariamente que seus membros se conheçam pessoalmente, mas sabem que fazem parte de um conjunto maior e podem encontrar-se em certas ocasiões. Outras compartilham certas características como no caso de associações ou cooperativas de pequenos produtores

rurais familiares preocupados com a agroecologia[91] e organizados pela EMATER, pela FETRAF, pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, por prefeituras ou ainda, no caso de assentados, pelo MST. Outros exemplos são constituídos pelas empresas falidas autogeridas pelos seus trabalhadores, algumas delas filiadas à ANTEAG[92]. Essas experiências se filiam a dois tipos de tradição de luta social; por um lado, a de um movimento social agindo no plano da conquista de direitos e, por outro, a de um movimento de luta pela renda, mais próximo das tradições cooperativas e sindicais.

Os mediadores consideram também os clubes de troca como fazendo parte da economia solidária. Funcionando, em geral, com a ajuda de uma moeda social que vale somente na feira, eles reúnem pessoas que têm algo a oferecer: serviços, bens ou produção própria e, em contrapartida, vão gastar o dinheiro local para adquirir algo oferecido no mesmo espaço. Neste caso, trata-se de uma economia fechada, à margem do mercado capitalista, mas não sem troca com este já que os saberes ou as matérias primas usadas para produzir um bem ou prestar um serviço, na maioria das vezes, foram adquiridos no seu seio.

A mortalidade dos empreendimentos é importante, como é também o caso de qualquer pequena empresa no Brasil. Um dos objetivos dos protagonistas da economia solidária é a associação dos empreendimentos solidários em redes ou cadeias e a organização de feiras e lojas para o reforço das mesmas e o aumento de apoio de parte dos poderes públicos.

O segundo nível, muitas vezes denominado de terceiro setor[93], seria composto pelas organizações de apoio tecno-ideológico a estes empreendimentos, associações e ONGs de assessoria, formação e financiamento, nesta tese refiro-me também a elas como entidades mediadoras. A SENAES, no seu Termo de compromisso as define da maneira seguinte:

> Entende-se por Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária aquelas que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos da economia solidária. São organizações não-governamentais (ONGs), serviços e entidades ligadas a igrejas, incubadoras universitárias (tecnológicas e de cooperativas populares).

Nota-se que, para a SENAES, as entidades de financiamento e crédito não são citadas de maneira específica. Quando se trata de cooperativas de crédito ou de fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as, eles são considerados empreendimentos, ao passo que quando se trata dos fundos ligados às igrejas pode-se considerar que estão incluídos na definição acima. No caso de fundos públicos, eles não

---

[91] Hoje muitos fazem parte do movimento do MTRAF

[92] A ANTEAG, apesar de prestar serviços de assessoria a muitas empresas autogeridas, apenas uma pequena parte destas está associada a ela. A tentativa de filiação de empresas no RS durante o convênio desta com a SEDAI criou uma certa polêmica.

[93] Sobre esta questão, ver o capítulo *O contexto onde se constrói a economia solidária.*

estão incorporados na definição da SENAES, porque as entidades governamentais não estão incluídas no mapeamento, assim como as estrangeiras.

Quando se fala de entidades de apoio, é preciso considerar que algumas se dedicam exclusivamente à economia solidária ou a uma determinada parte dela, como a ANTEAG, enquanto outras trabalham em múltiplas frentes (casos da FASE, do IBASE, do PACS, da UNITRABALHO). Cada tipo de entidade forma sua própria rede de entidades podendo ter interesses mais amplos que os da economia solidária. Poderíamos citar a UNITRABALHO, uma rede de pesquisadores universitários ligados ao mundo do trabalho, congregando mais de 84 universidades brasileiras, onde pesquisadores e extensionistas estão organizados em núcleos. Entre os Programas da UNITRABALHO encontra-se o programa de economia solidária e autogestionária ao qual foi agregado, não sem conflitos[94], o programa rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, formando assim um programa único. Poderíamos considerar que uma outra rede é a formada pelos núcleos locais da Cáritas, ela própria ligada à CNBB, e tendo objetivos muito mais amplos do que a promoção da economia solidária, mas que é responsável no Brasil por boa parte das iniciativas que deram origem aos atuais empreendimentos populares de economia solidária nos meios rural e urbano.

Por outro lado, se retomarmos a definição de quem faz parte intrinsecamente da economia solidária (produtores, comerciantes, consumidores, e financiadores) e quem não faz, encontramos as duas situações[95] neste nível do campo em estudo na tese. Alguns empreendimentos fazem parte da própria economia solidária, mas com missão de formação e assessoria, como a ANTEAG. Outros estão órgãos ligados às Igrejas, movimentos sociais, sindicatos, universidades ou ainda a órgãos públicos e, neste caso, usa-se geralmente o nome de gestores públicos[96]. Em geral, estas organizações públicas e privadas formam parcerias entre si o que torna a apelação de terceiro setor bastante complicada[97].

Há intervenção de assessorias em várias áreas, como a da formação para a autogestão e os princípios democráticos do cooperativismo e da cidadania, a da formação profissional, jurídica, gerencial, contábil, comercial, financeira, de planejamento e, especificamente, tecnológica dependendo do ramo: costura, metalurgia, alimentação etc. Como podemos ver, isto envolve um grande número de profissionais das mais diversas disciplinas. O crescimento muito rápido do número de tais empreendimentos, o que não quer dizer que

---

[94] De fato, a Rede de Incubadoras é anterior à Unitrabalho e tem estatuto próprio; todos os seus membros não fazem parte da Unitrabalho, e a união se fez por motivos práticos de captação de recursos e foi rompida em 2002.

[95] A esta altura, o leitor pode achar que há alguma contradição. Anteriormente discuti sobre quem faz parte ou não da economia solidária e continuo afirmando que, para os intelectuais brasileiros deste campo, seria o caso unicamente dos empreendimentos de caráter econômico. De que forma incluir intelectuais ligados a universidades ou ONGs como fazendo parte do campo da economia solidária? Como expliquei na introdução, para mim a noção de campo se refere a um conjunto de coisas feitas e pensadas entre pessoas que estabelecem entre si relações sociais em razão de um ideal simbólico. É preciso, então, manter presente esta distinção, ao longo da leitura deste trabalho.

[96] Os gestores públicos que apóiam a economia solidária formaram uma rede própria.

[97] A este respeito, ver o capítulo três sobre *O contexto onde se constrói a economia solidária.*

todos sobrevivam (a mortandade é elevada) exige também uma formação muito rápida de formadores, monitores, assessores, levando-os a uma fragmentação em diversas especializações, alguns deles nem sequer compartilhando do "projeto da economia solidária". Os próprios órgãos tradicionais como SEBRAE, SENAC, SENAR, EMATER, participam desta formação em parceria com outras entidades encarregadas da parte mais "ideológica". Há igualmente trabalho conjunto entre entidades de apoio que são consideradas parcerias, às vezes com contratos assinados. Os intelectuais situam-se nas entidades de apoio, chamadas de mediação e muitas vezes são eles que, por seus contatos anteriores ou por contatos estabelecidos em vista da construção da economia solidária, constituem o elo entre as entidades de apoio, as universidades, os governos municipais e estaduais e os contatos com entidades internacionais. Eles estão também seguidamente na origem destas estruturas mais amplas que reúnem tais experiências. A este respeito, o leitor poderá visualizar a estrutura do campo da economia solidária de maneira esquemática no anexo F, sob o título de *Esquemas cronológicos do campo da economia solidária.*

Neste nível, há ainda um esforço para a criação de cooperativas de consumidores solidários (elas sim constitutivas da economia solidária) cujos associados, de início, seriam em sua maioria os próprios membros destas organizações, mas também os dos empreendimentos e os próprios empreendimentos (formação de cadeias verticais). Há igualmente tentativas de criação de cooperativas de crédito e bancos populares solidários constituídos pelos próprios empreendimentos ou produtores da economia solidária que integram plenamente, então, o campo da economia solidária.

Considero que há um terceiro nível no qual estão situados os organismos financiadores, mas igualmente o Comércio Justo – Fair Trade – organizado por entidades estrangeiras. O dinheiro é transferido, via programas de governo ou projetos de cooperação internacional de governos ou ONGs estrangeiras, para as organizações de apoio, fomento, pesquisa e para os empreendimentos. Nesse nível não há contato entre a base e esses organismos já que a intermediação se faz mediante relações e projetos com as entidades do segundo nível. É importante salientar que os intelectuais estabelecem contatos nesses três níveis, tendo uma visão do conjunto, o que lhes permite o exercício de um certo poder. A apresentação destes três níveis não tem, a priori, conotação hierárquica, mas, devido ao fato de existirem localizações diferenciadas na estrutura socioeconômica, é certo que estas indicam relações de poder.

Até uma época recente, as relações se teceram muito mais entre as entidades situadas em planos diferentes do que no mesmo plano. Isto é verdadeiro principalmente para os empreendimentos da base. Em geral, os empreendimentos do primeiro nível estão articulados com mais de uma organização, às vezes quatro ou até cinco, como o demonstra a Pesquisa do CAMP realizada no ano de 2001 em três regiões do Rio Grande do Sul[98]. Para remediar ao isolamento dos empreendimentos, e estruturar o campo, são tomadas numerosas iniciativas como feiras, encontros, seminários, oficinas. Estes eventos propiciam

[98] CAMP. *Economia Popular Solidária*: Pesquisa/Ação. Porto Alegre: Avangraf, 2002.

o encontro de diferentes agentes do campo, a troca de experiências, a venda dos produtos e a formação de um sentimento de pertencimento e de identidade, o que reforça de fato os laços entre as organizações de apoio, que situo no nível intermediário. Alguns empreendimentos têm suas próprias organizações como o MST e a FETRAF, já citados, mas há também, por exemplo, a organização dos catadores e recicladores de resíduos sólidos. Em 2004, os empreendimentos da economia solidária vão ser reunidos pela primeira vez a nível estadual e, depois, nacional em Brasília[99].

Redes podem formar-se no caso de participação em feiras e comercialização em lojas de economia solidária ou fóruns. Nestes casos, porém, para os empreendimentos da base geralmente só um ou dois representantes de cada entidade participam. De maneira menos freqüente, há igualmente os encontros regionais, estaduais ou até nacionais e internacionais[100]. Existem, outrossim, os fóruns e encontros acadêmicos onde se tecem as redes entre organizações de apoio e/ou entre seus membros. O primeiro encontro entre entidades da sociedade civil e gestores públicos que apóiam os empreendimentos solidários, entre os quais as universidades públicas e privadas[101], teve lugar por ocasião da formação do GT brasileiro de Economia Solidária; no entanto, isto não levou ainda a uma real unidade do movimento, cada um guardando sua autonomia. Apesar dos membros de empreendimentos da base estarem convidados a participar destes encontros, a menos que haja um incentivo para sua participação, em geral ela é inexpressiva devido a razões de ordem cultural, financeira e por falta de tempo. Por outro lado, esses mesmos intelectuais e/ou organizações tecem redes de relações sociais com partidos, governos, movimentos, organizações nacionais e internacionais.

Há, por outro lado, as redes virtuais divulgadoras desses empreendimentos assim como de seus produtos e serviços. O objetivo da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, por exemplo, é de permitir, a partir da divulgação destas listas de membros, o estabelecimento de parcerias entre empreendimentos para compras coletivas chamadas no RS de redes solidárias de colaboração (integração horizontal) ou de compras entre si pela formação de cadeias produtivas (integração vertical), mas é também uma rede de divulgação de informações e de debates político-ideológicos.

Até 2002, não havia nenhuma rede ou organização que congregasse de fato toda a economia solidária brasileira. Em dezembro de 2002, o GT de economia solidária decide formar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária que seria lançado numa oficina do III FSM em Porto Alegre; havia igualmente a intenção de formar o Fórum Mundial de Economia Solidária nessa mesma ocasião. Os encontros internacionais realizados durante o III FSM com esta finalidade não tiveram êxito e o projeto foi adiado. Quanto ao Fórum Brasileiro, os mais de 2000 participantes da oficina realizada no teatro da PUC em 26 de

[99] Nos dias 12 e 13 de junho em Porto Alegre, nos dias 13 a 16 e m Brasília.
[100] O primeiro encontro de empreendimentos da economia solidária popular aconteceu em Porto Alegre em 12 e 13 de junho de 2004 e o primeiro encontro nacional ocorreu entre 13 e 16 de agosto de 2004 em Brasília com a presença do Presidente Lula.
[101] Neste caso tratam-se de universidades comunitárias e ou confessionais.

janeiro de 2003[102], decidiram que este devia ser mais bem preparado a partir de fóruns municipais, convergindo para fóruns estaduais preparatórios ao Fórum Nacional a ser realizado em junho de 2003, em tempo para fazer propostas para o Plano Plurianual do Governo Lula. As discussões preparatórias para o Fórum Nacional de Economia Solidária tiveram por objetivos, realizar uma articulação nacional legítima frente aos órgãos públicos, mobilizar a opinião pública, delimitar e recensear os empreendimentos e as organizações mediadoras da economia solidária e criar uma identidade de princípios. Ou seja, transformar o campo simbólico num campo orgânico.

Uma seção sobre a estruturação do campo da economia solidária deve obrigatoriamente tratar do Fórum Social Mundial, pois se este poderia ser considerado o lugar de junção e encontro supranacional dos mediadores[103] e agentes de uma economia solidária mundial (cada país tem sua própria concepção de economia solidária), mas não é o único lugar internacional que congrega esses militantes; de fato, foi este evento que permitiu pela primeira vez reuni-los nacionalmente. É no primeiro Fórum Social Mundial que nasceu o GT brasileiro de Economia Solidária, embrião do Fórum Nacional e parteiro da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Além disto, o fato de o Fórum ter iniciado no Brasil e ter-se realizado aqui por três anos consecutivos, coloca os intelectuais brasileiros e suas experiências na mira do mundo. Um certo número de entidades internacionais encampou a proposta da economia solidária e alguns brasileiros estão afiliados a elas.

Na Introdução, ao falar da noção de campo de Bourdieu, que enfatiza a luta pelo reconhecimento, legitimação e poder, reconheço que estes aspectos existem, mas que eles não passam de uma parte do processo de formação do campo. A seguir, levanto quais são as forças em presença e o que está em causa. Estão em jogo bens materiais e simbólicos, carreiras políticas, acadêmicas, profissionais, prestígio e legitimação a nível nacional e internacional. Mas as lutas não se travam somente no seio do campo da economia solidária, vão muito além destas realizando-se igualmente no seio de partidos políticos, órgãos governamentais, sindicatos, universidades, igrejas e movimentos sociais. Num dos primeiros seminários nacionais (1999) a respeito da economia solidária, reunindo universitários, ONGs, órgãos governamentais, agências de financiamento e representantes de grupos populares, Gaiger desabafou:

> Quando nós criamos um conceito – por exemplo, Economia Solidária – e tudo aquilo que a ele se relaciona – neste caso, a ela – passa a ser usado como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político. Isso ocorreu em muitas situações históricas. A luta pelo poder é uma luta também pelas palavras, pelos conceitos. Eu acho que é em defesa do poder anteriormente

[102] Ver a composição da mesa desta oficina na foto n. 6, inserida no capítulo 5, *Trajetórias e o campo da economia solidária.*

[103] A categoria "mediador" é explicitada por Sherer –Warren no seu livro *Redes de movimentos sociais*, como "intelectuais, agentes de pastoral, religiosos, educadores, líderes políticos etc., portadores de experiência política e conhecimento formal trazidos 'de fora' para atuar junto ao grupo-base do movimento". (1996, p. 49).

> já instituído que há certas reticências quanto à Economia Solidária. Porque isso mexe em certos poderes, seja no campo das ONGs, seja no campo do sindicalismo, seja também, tenho para mim, no campo da academia. (2000a, p. 179-180).

No campo da academia, podemos pensar, por exemplo, nas cátedras de ensino e pesquisa sobre cooperativismo. Nelas encontramos pesquisadores seniores com fama nacional, mas sem conhecimento da economia solidária. Aliás, como comentei anteriormente, o cooperativismo é uma área sensível à luta de poderes nesta questão da economia solidária.

O projeto da economia solidária no Brasil reflete princípios humanistas e é impulsionado em boa parte por intelectuais cristãos. A título de exemplo, quero lembrar que um dos principais autores citados como fonte do conceito de economia solidária é Luis Razeto Migliaro da Academia de Humanismo Cristão de Santiago do Chile. Por outro lado, em muitos encontros que promovem a economia solidária é vendido e divulgado o material da Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores – COLACOT (e, às vezes, seus representantes são palestrantes). Esta organização preconiza um humanismo social baseado nos princípios da Igreja Católica. Um outro índice é o grande número de estudiosos da economia solidária que provêm de universidades católicas (PUCs, UCSal, UNISINOS, UCPel etc.) bem como revistas de obediência católica publicando artigos sobre a economia solidária (Cadernos do CEAS, Ciências Sociais da UNISINOS, Mundo Jovem etc.) sem falar da importância da Cáritas para boa parte dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Frente ao desgaste das ideologias neoliberal e comunista, a doutrina social da Igreja apresenta-se como uma solução intermediária[104]. Não é por acaso que as igrejas, principalmente a católica, estão presentes de maneira dominante no campo da economia solidária. Esta se constitui num dos temas caros à Igreja católica e, principalmente, à sua ala latino-americana progressista e, como tal, faz parte de um conjunto de ações dirigidas às classes trabalhadoras e aos pobres. Para ilustrar minha afirmação, tomarei como exemplo e ponto de partida a Segunda Semana Social Brasileira organizada pela CNBB, de 24 a 29 de julho de 1994 que foi precedida de Semanas Sociais Regionais e de centenas de Semanas Diocesanas, e teve por tema, *Brasil – Alternativas e Protagonistas*, chamado popularmente de *o Brasil que queremos*. Na sistematização do processo de reflexão, que foi publicado sob forma de livro pela Editora Vozes e que teve duas edições, podemos ler algumas orientações e sugestões de novas alternativas:

> Para melhorar a educação política, que deve incorporar a dimensão cultural e a formação da consciência política, sugere-se a elaboração de materiais didáticos... Dar importância aos Fóruns, ... como universidades, instituições governamentais etc....

[104] Certos católicos não concordam com esta avaliação pois consideram esta doutrina como a solução da questão. Ver a este respeito Francisco Sánchez Marco, 2000.

> Dar importância às iniciativas da chamada economia informal, vendo nelas criatividades para garantir a sobrevivência da pluralidade e a superação das formas tradicionais de poder;
> Valorizar o cooperativismo e o associativismo como possibilidade de novas relações entre tecnologia e eco-economia e como vivência da solidariedade;
> ... apostar na capacitação para que os movimentos sociais sejam mais propositivos, tanto para exigir dos responsáveis pelo bem público, quanto para intensificar a mobilização da sociedade em torno de iniciativas com propostas claras.
> (...) A tônica do processo da Semana foi um grito de participação efetiva na construção da sociedade que queremos, em oposição ao projeto neoliberal de exclusão social. (CNBB, 1994, p. 43-44).

Elaboradas, discutidas e publicadas há um decênio, essas propostas refletem de maneira programática o Movimento pró-economia solidária que se desenvolveu desde então. Junto com as ações de saúde preventiva, de educação popular, de formação política e ecológica, a economia popular solidária vem reforçando a presença da Igreja nas comunidades organizadas de fiéis.

A esperança dos adeptos da economia popular solidária é que experiências de produção que tendem a garantir somente a reprodução imediata das suas condições de vida, ou seja, a sobrevivência, possam "atingir uma reprodução ampliada da vida em sociedade de melhoria das condições mais gerais que afetam o nível de vida das pessoas como as infra-estruturas espaciais, a conquista de direitos, a participação política etc.". (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 180).

Apesar da existência de tendências e discordâncias, podemos ver no interior do campo da economia solidária que católicos e não católicos estabelecem alianças. As brigas estão muito mais no seio da esquerda entre as tendências a favor e contra a economia solidária do que no interior desta entre cristãos e não cristãos. No Brasil atual, todas as novas tendências de esquerda construíram-se com uma participação da Igreja sob a forma de suas pastorais. As pastorais e movimentos ecumênicos forneceram aos sindicatos combativos, ao Partido dos Trabalhadores, aos Movimentos Sociais e às ONGs a maior parte de seus quadros, sendo que a trajetória dos mesmos iniciou nas pastorais indo para os movimentos sociais e para o PT e, finalmente, para ONGs ou para cargos em administrações públicas petistas. É certo que vários romperam com a Igreja e as Pastorais, mas as redes de solidariedade entre os companheiros de juventude sobreviveram. Onde não existe uma Igreja progressista forte, e isto depende muito dos bispos, a economia solidária é geralmente inexistente, fraca ou incipiente.

O que está em jogo para alguns neste tipo de economia são novas formas de geração de trabalho e renda, para outros, trata-se de uma questão política, a da radicalização da democracia e, para um terceiro grupo, de uma mudança sociocultural de ordem ética. Euclides Mance chega a falar do campo da economia solidária como fazendo parte de um novo bloco histórico, retomando o conceito gramsciano.

> De fato, o movimento organizativo crescente da sociedade brasileira, marcado pelo anseio por mudanças, que desemboca na eleição do Governo Lula, é expressão da progressiva constituição de um novo bloco histórico em nosso país, que pode efetivamente promover transformações estruturais em favor das grandes maiorias, a partir do atendimento de demandas imediatas e concretas. As organizações de economia solidária são parte deste bloco histórico em organização, mas ainda não são compreendidas em seu potencial caráter estratégico por boa parte dos atores políticos integrantes deste mesmo bloco em formação, sendo vistas apenas como formas marginais de atender demandas de consumo e produção. (MANCE, 30/03/2003).

As palavras de ordem para os seminários de economia solidária, a cada Fórum Social Mundial se modificaram expressando essa diversidade de olhar. Assim, no I Fórum Social Mundial, o nome da oficina realizada nos dias 28 e 29 de janeiro de 2001 era "Economia Solidária e Autogestão: Novas formas de geração de trabalho e renda". Já no II Fórum o lema era "Economia Popular Solidária: Alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável". Enquanto que no III, a programação e os cartazes tinham por lema: "Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Humano". Não vejo esses diversos temas como uma evolução, mas como a expressão da diversidade de olhar e de postura em relação à economia solidária. A solidariedade pode ser vista sob dois ângulos, como compondo a organização social e como compondo a condição humana. Para alguns, como Arruda, a realização da solidariedade é uma necessidade ontológica. "A compreensão da solidariedade nessas duas dimensões situa este valor num patamar que não é meramente moral, mas ontológico, intrínseco à própria natureza ao mesmo tempo individual e social do ser humano". (2003a, p. 233).
Apesar das diversas expectativas que o projeto de economia solidária levanta, todos concordam de que se trata de uma rejeição do sistema neoliberal e de suas conseqüências, a injustiça e a desigualdade, e de uma ação em prol de um mundo mais fraterno, inclusivo e em simbiose com o meio ambiente.

Nesta fase de desenvolvimento do campo da economia solidária no Brasil o embate com os defensores e beneficiários das políticas e ideologias neoliberais ainda não se manifestou. Isto não é o caso na vizinha Argentina onde, no início de 2003, as moedas sociais dos clubes de troca foram proibidas e onde a manifestação de apoio aos trabalhadores, que tomaram e administram de maneira autogestionária a fábrica falida Brukman, foi drasticamente reprimida. A aparente boa vizinhança entre a economia solidária e a economia capitalista, cujas relações sociais ela rejeita e pretende substituir, levanta suspeitas numa parte da esquerda. Numerosos são os questionamentos a seu respeito; trata-se de um "controle político dos miseráveis", de uma panacéia para os males do capitalismo, ou de um emplastro sobre uma perna de pau?

As críticas são de duas ordens. A primeira acusa a economia solidária de estar facilitando para o capitalismo a superação da crise e a transformação e flexibilização das relações de trabalho, e a perda dos direitos trabalhistas. Pergunta-se, se "as cooperativas da economia solidária estão, de fato, gerando novos empregos? Ou estarão apenas articulando-

se funcionalmente ao processo de reconfiguração das relações de trabalho em alguns ramos?" (VAINER, 1999, p.58). Outra crítica diz respeito ao fato de os agentes da economia solidária estarem fazendo o trabalho que seria da responsabilidade do Estado. Em vez de criticar um Estado subordinado aos interesses do grande capital, e de exigir soluções estruturais para remediar à exclusão socioeconômica, eles estariam aliando-se ao Estado para resolver questões sociais emergenciais.

Resumindo, dependendo do lugar e do momento, muitas coisas estão em jogo nesta proposta de economia solidária. Em primeiro lugar, uma luta de paradigmas quanto a uma concepção da economia que se traduz na prática em remar contra a corrente dominante. Em vez de ver o mercado como o mandante da organização social, colocar o social como definidor do econômico. Está em jogo a abertura de uma nova frente de luta para os trabalhadores; ela exige uma mudança cultural fundamental, pois em vez da reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, estes vão ter que ser conquistados na prática do fazer econômico; em vez de executar ordens, a gestão do empreendimento vai estar na mão dos trabalhadores de forma autônoma. Para os movimentos sociais, além de fazer a denúncia, ter que organizar os trabalhadores, os consumidores, os poupadores em associações e cooperativas. Saber trabalhar com a maioria, saber congregar, fazer alianças, escutar e partilhar. Enfim, superar as divergências para realizar alianças táticas, organizar ações de impacto para mobilizar a opinião pública e conquistar políticas públicas e financiamento para a economia solidária, em todos os níveis, locais, estaduais, nacionais e internacionais. Quanto aos pesquisadores, está em jogo o fortalecimento e o reconhecimento de sua organização – a Rede Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária – de suas pesquisas, a abertura de pós-graduação nesta área, linhas de financiamento e novos espaços de trabalho.

É preciso discutir ainda uma questão que foi se desenhando no final desta pesquisa. Nos escritos de Singer e, principalmente, de Arruda encontramos a categoria movimento ao referir-se à economia solidária. O documento *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, publicado em janeiro de 2003, coloca entre os principais objetivos da Plenária brasileira de Economia Solidária "construir uma agenda comum de ações para esse conjunto do **movimento**[105] de economia solidária". Esse campo teria se transformado num Movimento Social?

Como analisou Ghon, "não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social". (1997, p. 327). Para Melucci, um movimento social, não é a réplica a uma situação de crise, mas a expressão de um conflito. Este supõe uma luta entre dois atores para apropriar-se de recursos valorizados por ambos. Um movimento social seria uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, e além de manifestar um conflito implica na ruptura dos limites de compatibilidade do sistema à qual a ação se refere. (Idem, 1991, p. 20). Portanto, para

[105] O negrito é meu.

definir analiticamente um movimento social essas três condições devem estar presentes conjuntamente.

É complexa a questão de saber se podemos considerar como um movimento social o campo da economia solidária nesta fase do seu desenvolvimento. As análises sobre movimentos sociais no Brasil nestas últimas décadas (STEIL, 2001; GOHN, 1997; SCHERRER-WAREN, 1993) apontam para uma série de transformações. Novas "formas de articulação entre o local e o global, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo" que se traduzem segundo Scherrer-Waren (p. 9-10, 1993) em redes de movimentos. Ela aponta também para as opções ética e humanista destes movimentos. E também observa que mais apropriado do que falar em novos e velhos movimentos sociais importa analisarmos novos elementos culturais emergentes nos movimentos tais como o "o comprometimento com a descentralização e autonomia, a tolerância pluralística fundada na diversidade cultural e humana, paz com justiça social e respeito à natureza, democracia mais participativa e direta". (1993, p. 24). Doimo et alii (1986) já tinham proposto romper a dicotomização entre a produção e o consumo com referência epistemológica e teórica para a valorização, classificação e tipificação dos movimentos sociais. Confrontando esta proposta com a realidade atual da economia solidária, é possível constatar que caso ela seja considerada como movimento, nele estão reunidas as duas áreas que chegaram a ser usadas como referencial para dividir os movimentos sociais em antigos e novos, pois os protagonistas se reúnem para produzir, mas em condições autogestionárias e solidárias, quando não comunitárias, possuindo muitas das características dos novos movimentos sociais como a procura do resgate da auto-estima, da cidadania, da melhoria das condições de vida e de consumo. A definição de linhas de atuação pelos movimentos na medida que o Estado vai oferecendo subvenções e financiamentos; a dispensa dos movimentos sociais como legitimadores do caráter democrático do Estado; a cultura de parceria que se instala a partir de uma participação dos movimentos e das ONGs nas políticas públicas e nos conselhos estabelecidos nos vários níveis do aparelho de Estado, são outras características sublinhadas por Gohn (1997).

Todas estas características estão ainda presentes hoje, embora um novo rol de reivindicações e novas formas de organização e de luta estejam aparecendo com a economia solidária. As reivindicações que têm por eixo o apoio à geração de renda e trabalho, pressionam para a elaboração de um novo marco legal que atende às necessidades de um setor autogestionário de produção e serviços onde os aspectos sociocultural e político precedem o econômico. A velha dicotomia entre as lutas pela produção e as lutas pela reprodução da vida estão sendo reunidas no movimento pró-economia solidária. A luta por recursos e direitos se trava em concorrência com outros setores como o cooperativo, mas também com a pequena e media empresas, cuja legitimidade e reconhecimento são adquiridos há mais tempo. A luta é pelo reconhecimento da especificidade e da legitimidade das reivindicações deste setor que permite que amplas camadas excluídas do

mercado de trabalho formal conquistem não somente a sua própria viabilidade, mas também o empoderamento de grupos sociais em vias de inclusão.

No decorrer da apresentação desta pesquisa vamos ver como o campo se estrutura e entender em que medida, a partir de um certo momento, a economia solidária pode ser considerada como movimento; por exemplo, quando organiza encontros nacionais em Brasília (2003, 2004) que têm por objetivo, além do fortalecimento do próprio movimento pela criação de um sentimento de compartilhar uma certa identidade, a sua visibilidade e a pressão sobre o Estado para atender às suas reivindicações. O novo é o fato de o Movimento reunir de maneira explícita, junto com os grupos de base, as entidades de apoio, ONGs, igrejas, universidades, movimentos sociais e redes. Em outras palavras, estão reunidos num mesmo movimento os protagonistas e os mediadores, sendo a proporção das representações regulamentada e fixada em dois empreendimentos por uma organização de apoio. A visibilidade do movimento se exerce principalmente sob a forma de feiras de comercialização nas quais busca-se o apoio da população local e de fóruns de discussão reunindo os grupos de produção e abertos a todas as organizações governamentais e não-governamentais de apoio a tais iniciativas. Além disto, já estão sendo cogitadas as táticas tradicionais de manifestação de rua para o reconhecimento do movimento junto à opinião pública.

Por outro lado, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, recém implantada, não conquistou ainda seu respectivo espaço no seio do governo Lula e precisa de um movimento social forte para afirmar sua própria legitimidade. Há uma luta no seio do Estado para a conquista de espaço, de verbas, enfim, de reconhecimento e de legitimidade. Para conseguir o reconhecimento político de um novo ator econômico, no caso o trabalhador associado autogestinário, e destinar verbas para o desenvolvimento econômico e social do setor da economia solidária não basta a instalação de uma Secretaria Nacional. Podemos observar como a participação do seu Secretário em comissões de trabalho para a elaboração de novas políticas públicas não é suficiente para a aprovação de medidas favoráveis a esta economia. Por isto, a Secretaria realiza todo o esforço para estruturar o Movimento da Economia Solidária como interlocutor do poder público e para demonstrar estatisticamente seu peso econômico e populacional e sua representatividade em termos de localização geográfica, pois está presente tanto no campo como na cidade e em todos os estados do país. As orientações recebidas para a realização do mapeamento são muito expressivas quanto à necessidade de abranger o máximo possível de empreendimentos como, por exemplo, as associações ainda em fase de formação.

apoio. A visibilidade do movimento se exerce principalmente sob a forma de feiras de comercialização nas quais busca-se o apoio da população local e de fóruns de discussão reunindo os grupos de produção e abertos a todas as organizações governamentais e não-governamentais de apoio a tais iniciativas. Além disto, já estão sendo cogitadas as táticas tradicionais de manifestação de rua para o reconhecimento do movimento junto à opinião pública.

Por outro lado, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, recém implantada, não conquistou ainda seu respectivo espaço no seio do governo Lula e precisa de um movimento social forte para afirmar sua própria legitimidade. Há uma luta no seio do Estado para a conquista de espaço, de verbas, enfim, de reconhecimento e de legitimidade. Para conseguir o reconhecimento político de um novo ator econômico, no caso o trabalhador associado autogestinário, e destinar verbas para o desenvolvimento econômico e social do setor da economia solidária não basta a instalação de uma Secretaria Nacional. Podemos observar como a participação do seu Secretário em comissões de trabalho para a elaboração de novas políticas públicas não é suficiente para a aprovação de medidas favoráveis a esta economia. Por isto, a Secretaria realiza todo o esforço para estruturar o Movimento da Economia Solidária como interlocutor do poder público e para demonstrar estatisticamente seu peso econômico e populacional e sua representatividade em termos de localização geográfica, pois está presente tanto no campo como na cidade e em todos os estados do país. As orientações recebidas para a realização do mapeamento são muito expressivas quanto à necessidade de abranger o máximo possível de empreendimentos como, por exemplo, as associações ainda em fase de formação.

# 2. METODOLOGIA

## 2.1. Etnografia, trajetórias e itinerários

No início desta pesquisa encontrei-me na situação de dúvida descrita por Paula MONTERO, isto é, "Como observar ao mesmo tempo os processos mundiais e locais? O que privilegiar, a leitura dos documentos, ou a fala dos atores e a trajetória dos personagens; as decisões institucionais globais ou a observação etnográfica de uma ação concreta num universo específico?" (1993, p. 173). Após reflexão, como mencionado mais acima, optei, entre outras coisas, por retraçar trajetórias e itinerários de intelectuais e de categorias. É preciso então especificar o que entendo por trajetória e a maneira pela qual irei obter meus dados.

Gilberto VELHO, ao tentar explicar fortes diferenças entre indivíduos pertencentes à mesma categoria social em termos de *ethos* e visão de mundo, foi procurar na trajetória destas pessoas uma "explicação ou base para seus comportamentos, preferências, aspirações". (1997, p. 106). Ele coloca a importância de ver esta trajetória como expressão de um projeto, além de observar seu sentido, ritmo e direção. Ou seja, a trajetória traz uma explicação que deve ser relativizada e dimensionada pelo que a tornou possível e não outra. Isto não quer dizer que Velho desconsidera, portanto, "a existência de processos sociais condicionando e afetando os indivíduos, (...) [nem] o caráter envolvente e até determinante da cultura de determinada época e sociedade". (Idem). Retomando a definição de Schutz, ele entende o projeto como "conduta organizada para atingir fins específicos". (citado por VELHO, 1997, p. 107). Sendo que é reconhecida uma certa margem de escolha para os indivíduos e os grupos dentro das condições sociohistóricas. Assim os símbolos e códigos culturais não são simplesmente utilizados, mas transformados e reinterpretados.

Velho enfatiza a "dimensão consciente da ação" em vista de objetivos definidos mesmo sabendo que ela depende de determinadas possibilidades socioculturais. Para existir o projeto deve expressar-se, é algo que pode ser comunicado e, como tal, é público (Idem, p. 27). A noção de projeto resgata a margem relativa de escolhas de um determinado

indivíduo e tenta vê-las como elementos importantes para a compreensão de processos de mudança social. Os projetos originais podem ser modificados pelos sujeitos e o conflito entre projetos de mudança ou de permanência pode, segundo Velho, levar a situações de drama social no sentido usado por Vitor Turner. Velho chama ainda nossa atenção sobre o fato que há relações entre projetos e que certos projetos são mais impactantes do que outros (VELHO, 1997, p. 109). Como todo projeto é sempre referido a outros projetos e condutas, Velho recomenda o estudo e a compreensão da "natureza e [d]o grau maior ou menor de abertura ou fechamento das redes sociais[106] em que se movem os atores" (Idem, p. 28) pois são os projetos e condutas de meus contemporâneos "que darão os limites dos meus". (Idem).

Esta visão não é compartilhada por Bourdieu que, no seu famoso texto *L'illusion biographique* critica a visão tradicional e romanesca segundo a qual a vida é uma história que pode ser contada como uma sucessão lógica e coerente de eventos fazendo sentido em função de um objetivo final, de um projeto. Para ele, devemos aprender com os autores do romance moderno que "o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem motivo e dos quais cada um é único, tanto mais difíceis de serem captados que surgem de maneira incessantemente imprevista, fora de propósito, aleatória". (ROBBE-GRILLET apud BOURDIEU, 1986, p. 70). Mas Bourdieu reconhece que, além do "habitus" que unifica as práticas e as representações, o mundo social dispõe de uma série de instituições de totalização que realizam a unificação do eu social. Entre elas encontramos o nome próprio que unifica os diferentes agentes sociais desempenhados por uma mesma pessoa através do tempo e dos espaços sociais e a assinatura que autentica esta identidade, permanente apesar das mudanças biológicas e sociais sofridas pelo indivíduo. Por este fato, segundo o autor, o nome próprio não descreve nenhuma propriedade do indivíduo nem veicula informação sobre aquele que ele nomeia.

A crítica de BOURDIEU se dirige, nesta mesma ordem de idéias, à construção da "noção de trajetória enquanto uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (...) em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes". (1986, p. 71). De fato, o que está sendo criticado por Bourdieu não é a trajetória em si do indivíduo, pois ela é tão real quanto a trajetória do metrô, mas o fato do pesquisador tentar explicar a sucessão dos eventos pela sua única relação com o agente sem considerar os campos de significação e poder onde ele está inserido e onde sua localização em relação aos outros agentes depende da posse e da repartição entre eles do tipo de capital valorizado naquele espaço social. Ou seja, "o sentido dos movimentos levando de uma posição a outra (...) se define evidentemente na relação objetiva entre o sentido e o valor no momento considerado destas posições no seio de um espaço orientado". (1986, p. 72). Para entender uma trajetória deve-se, então, construir anteriormente os estados do campo onde suas etapas sucessivas estão acontecendo. Em outras palavras e, mais simplesmente, para compreender um determinado evento, devemos recolocá-lo no seu devido contexto, da

[106] Abordarei a questão das redes na próxima seção.

mesma forma que nenhum texto escrito pode ser entendido unicamente a partir de sua análise interna, mas exige o conhecimento dos determinantes socioeconômicos históricos no qual ele foi produzido e do lugar que ocupa na atmosfera intelectual onde apareceu. Até aqui tudo bem; agora, afirmar que só há continuidade no indivíduo biológico pela confirmação do seu nome, mas que, na verdade, existiria um descontínuo entre os agentes sociais que este indivíduo representa em diferentes campos, como este texto dá a entender, não posso concordar[107].

Examinamos o que diz Bertaux a respeito da segmentação que opera no real da vida dos indivíduos. Ele afirma que esta irá refletir-se na narrativa de vida; a vida pública está separada da vida privada, o trabalho da vida familiar e mesmo de outras atividades paralelas de investimento pessoal. O autor chega mesmo a usar a imagem de vidas serradas em todo seu comprimento. No entanto, observa que isto não impede influências recíprocas entre uma parte e outra. Nos depoimentos dos meus entrevistados é notável que na infância e na adolescência a vida familiar e os parentes fazem parte da narrativa. Depois, a vida familiar se faz ausente a menos que ela imprima uma mudança significativa na vida do autor e, neste caso, ele a relata para se justificar. Mas a minha pesquisa não se limitou às entrevistas e, em outros momentos, ouvi desses mesmos autores relatos da vida familiar mostrando as tensões e cumplicidades que podem existir entre seus membros a respeito do trabalho profissional ou da vida militante. Como Mauss, penso que o antropólogo deve captar o "homem total" e que, para entendê-lo, devemos adotar um ponto de vista múltiplo. O fato de a modernidade ter levado à separação das diversas esferas da vida cotidiana (e o estudo da economia solidária vai justamente mostrar uma tendência contrária) não implica que esta divisão opera como tal, pelo contrário.

Há a necessidade de definir o termo projeto e suas implicações. É evidente que não podemos entender um projeto de vida como algo acabado e definido em etapas que se sucedem. Entendo o projeto de vida como uma orientação de vida a partir de valores e de um ideal genérico. Isto não quer dizer que o projeto não possa sofrer redefinições e até mudanças profundas de rumo. Sem desconsiderar totalmente as considerações de Bourdieu, aproximo-me mais da posição de Velho nesta questão[108]. O conhecimento do contexto é fundamental para interpretar uma trajetória, mas não podemos negar que as pessoas têm objetivos na vida e são guiadas por certos princípios de valor. Tratando-se de intelectuais, como no meu caso, isto é ainda mais pronunciado, o que não quer dizer que as escolhas sejam sempre da ordem da razão prática. A reflexão sobre o passado nos permite ainda observar algumas constantes em termos de atitudes, de jeitos de ser que não foram pensados sob este ângulo na hora de suas realizações, mas que podem ser descobertos depois, sem transformar isto em "desde sempre", "desde sua infância" que, aliás, é um tipo

[107] Trata-se da velha discussão se é a sociedade que determina a vida do homem (Durkheim) ou se são os homens que fazem a sociedade (Weber). Há tempo que, superando esta falsa dicotomia, certos autores viram estas problemáticas como complementares. (BACZKO, 1979, p. 306).

[108] Retomarei esta questão no capítulo referente às trajetórias.

de narrativa que se deve muito mais a terceiros do que à própria pessoa. Como escreve Kofes, é "muito difícil reconhecer muitos dos tratamentos interpretativos dados à 'história de vida' na caracterização que dela faz Bourdieu". (2001, p. 24). Além do mais, tudo depende do objetivo do pesquisador; o que ele quer estudar e compreender são os princípios objetivos ou subjetivos? Neste último caso, como observa Françoise Morin, é preciso entender "os campos semânticos próprios" dos entrevistados em vez de tentar encaixar suas falas em "categorias externas". (citado por BERTAUX, 1980).

Bourdieu coloca que "o relato de vida vai variar tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, em função da qualidade social do mercado onde ele será oferecido". (1986, p. 71). Mas este não é o único fator de variação, o relato de vida se modifica também com a idade do narrador e com o número de vezes que essa narração já foi feita[109]. Mais o entrevistado é avançado em idade, mais ele tem a necessidade da narração, pois narrar o passado é reviver para si e ficar vivo na memória dos outros[110].

Para obter os dados que vão constituir a trajetória dos intelectuais em estudo recorri a uma série de técnicas das quais as entrevistas são apenas uma parte. Iniciei pesquisando na literatura o que já tinha sido escrito a respeito de suas vidas e da mesma forma estabeleci o roteiro dos diversos temas que eles tinham abordado nos seus escritos e nas suas pesquisas; listei igualmente outros eventos importantes do ponto de vista da economia solidária, para verificar através da entrevista suas eventuais participações e os motivos de sua ausência, quando era o caso. Esses dados têm servido de espinha dorsal para a elaboração do roteiro de perguntas. Isto explica que este, apesar de possuir partes comuns, ficou diferente para cada entrevistado[111]. Esperava recolher pelo menos fragmentos de estórias de vida, principalmente os que tinham a ver com a economia solidária, mas não só.

Daniel Bertaux chama nossa atenção sobre o tipo de entrevista, que pode realizar-se em função da compreensão que temos do nosso interlocutor. Se o entrevistado for considerado como um informante sobre determinado assunto por tê-lo vivenciado, nossa abordagem será mais sociológica e se aproximará da etnografia[112]. Neste caso, segundo Bertaux, o objeto teórico pesquisado pelo cientista social diz respeito à estrutura de processos objetivos e o nível das relações observadas é socioestrutural. Se, pelo contrário, o que procuramos conhecer são suas atitudes e sua maneira de pensar, a abordagem é mais psicossociológica; o objeto teórico tem a ver com a estrutura de processos subjetivos e com

---

[109] Segundo Bertaux, para adquirir estilo uma história deve ter sido contada várias vezes. Além do mais, o tipo de narração que se faz é influenciado pela cultura. Para ouvir uma estória de vida, o estilo autobiográfico deve ter sido interiorizado. É preciso saber tomar a si mesmo como objeto, formar uma consciência reflexiva que trabalha a memória e que "a memória se torna ação". (BERTAUX, 1980, p. 216).

[110] É muito comum a autobiografia ter por destinatários os netos e netas do narrador para estes manterem acesa a chama dos antepassados. É assim que a tradição oral foi mantida ao longo dos séculos. Como Patrícia Garcia de Souza (2002) comenta no seu texto sobre *Questões de identidade em narrativas amazônicas*, "narrar, para Hatoum, significa 'não morrer', como a Sherezadade, das *Mil e uma noites*".

[111] Ver o roteiro das entrevistas no anexo A.

[112] Resta saber o que Bertaux entende por etnografia e porque a procura de processos subjetivos não faria parte dela. Não devemos esquecer que este texto foi escrito na França em 1980.

o nível sociosimbólico das relações. Em geral, uma atitude diretiva corresponde à busca de informações gerais, enquanto que, para chegar a informações de ordem simbólica (valores, representações e emoções) e ao nível do concreto particular (a história pessoal como um enjambramento específico de situações, projetos e atos), é preciso modificar o questionamento. (1980, p. 210). Neste último caso, o ideal é que o entrevistado se sinta desejoso de contar sua própria história e possa refletir sobre ela com a ajuda do entrevistador. No meu caso, busco informações socioestruturais e sociosimbólicas, pois quero saber como se formou no Brasil a economia solidária, sua nomeação e seu estudo, mas ao mesmo tempo quero investigar quem e por que razão ele estuda este tema, com quem e em que condições. Quero conhecer a particularidade destes intelectuais tanto quanto o seu perfil sociocultural. Como escreve Bertaux, dependendo do estilo da conversa, o papel do informante pode transformar-se, expressando uma ideologia particular e realizando uma função de pesquisador. A pesquisa quer entender um processo complexo que, como todo processo, é composto de elementos subjetivos e objetivos, concretos e simbólicos. Assim, minhas entrevistas foram diretivas e não diretivas, dialogando com meu interlocutor, um ser reflexivo, sobre seu passado e seu presente, fazendo com ele a análise das razões e dos eventos que o levaram ao estudo da economia solidária. Ou seja, o tema da "economia solidária" já está sendo proposto como fio condutor da memória, como estruturador da narrativa. Isto é, o passado e o presente vão ser reconstruídos ao redor deste eixo que o entrevistado pode interpretar como eixo simbólico ou, pelo contrário, prático. No momento da análise das narrativas terei que levar isto em consideração; pois, como escreve Mariza Peirano, "a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido". (2001, p. 11).

Não basta realizar entrevistas e transcrevê-las fielmente; para fazer etnografia é também imprescindível escrever. Os capítulos cinco e seis desta tese apresentam as trajetórias e as produções escritas dos intelectuais em estudo. A presença dos seus relatos e escritos não implica, entretanto, minha ausência. São minhas perguntas que permitiram que eles revelassem a concepção que têm de sua história. A escolha das passagens de seus escritos consideradas significativas é da minha responsabilidade e meus resumos são fruto de uma determinada leitura, de um olhar que reflete minhas preocupações sendo cada análise uma tradução[113]. Farei sempre citações do próprio texto para que o leitor possa realizar suas próprias interpretações e ter assim uma visão crítica da minha. Um outro antropólogo, com outras questões, e outro recorte poderia fazer uma outra análise. Malinowski recomenda, a este respeito, que o antropólogo deve relatar as condições nas quais ele realizou suas observações e coletas de informações para "permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom

[113] Segundo Geertz, a análise que o autor faz, a faz enquanto texto, através de uma tradução.

senso e intuição psicológica". (1978 , p.18). Mas há, sem dúvida, uma relação estreita entre a vivência do antropólogo a campo e seu relato etnográfico[114].

Como mencionado anteriormente, os métodos de pesquisa serão variados e é legítimo perguntar-se em que medida se trata de uma etnografia. A questão é polêmica já que há diversas versões possíveis do que se entende hoje por uma etnografia, ainda mais quando realizada num mundo globalizado e a questão se complica muito mais se o grupo estudado não for um grupo, mas indivíduos. A adequação dos métodos depende dos objetivos da pesquisa. Quais seriam os objetivos das pesquisas que escolhem a etnografia como meio de realização?

Falar em etnografia é quase que, automaticamente, evocar o trabalho de Malinowski nas Ilhas Trobriand, ele não falava a língua nativa e tinha que recorrer a intérpretes. Nestas condições ele tinha recolhido um grande número de informações, mas não conseguia captar toda a riqueza de significados que permeavam a vida social dos trobriandeses já que suas perguntas eram feitas em termos de categorias alheias ao universo cultural investigado, o que provocava distorções. Para chegar à apreensão da totalidade sociocultural destes povos, foi necessária uma familiarização do antropólogo (isto evidentemente implicava no conhecimento da língua nativa) que lhe permitisse assimilar as categorias inconscientes que ordenavam o universo cultural investigado. Mesmo se *Argonautas do Pacífico Ocidental* não é uma monografia onde toda a cultura é estudada, mas apenas a instituição chamada Kula, através dela consegue-se conhecer todos os aspectos (sociais, econômicos, políticos, religiosos, materiais, estéticos) de uma sociedade, apresentados de forma unitária. Poderíamos deduzir que uma etnografia, realizada numa ótica funcionalista, visa a compreensão da organização social e da cultura do grupo observado como um todo significativo e implicava noções de comunidade e tradição. Ou seja, a etnografia era vista como o meio para escapar de uma visão fragmentada do real e da ausência de sentido.

No meu caso, não posso falar em estudo de comunidade no sentido clássico tradicionalmente adotado pela etnografia. Pelo contrário, a minha hipótese é que o campo da economia solidária é extremamente fragmentado precisando justamente do olhar e do fazer dos intelectuais para tornar-se uma comunidade não localmente situada, mas uma comunidade simbólica no sentido que Cohen dá a este termo. É justamente esse processo de nomeação, reagrupamento, estruturação e construção de uma identidade que a pesquisa pretende reconstruir. O agrupamento parcial do que chamei de comunidade encontra-se fisicamente reunido em breves eventos; tive a oportunidade de presenciar alguns deles[115], mas não é a comunidade como tal que eu quero estudar.

---

[114] A este respeito, Gonçalves observa que: "deste modo, há uma ligação estreita entre as atividades de campo desenvolvidas pelo etnógrafo e a escrita do texto etnográfico. Isto é, as experiências de campo do etnógrafo são vitais para a estrutura narrativa de descrição e análise do texto". (2001).

[115] Ver no anexo C, a lista destes eventos presenciados.

Ao contrário da maioria dos estudos antropológicos, pelo menos, das etnografias tradicionais[116], não me proponho estudar uma comunidade no sentido clássico que foi cunhado por Durkheim, Weber, Tönnies e Simmel[117]. Não se trata de uma comunidade com relações face a face, sustentadas por laços densos de afetividade ou de parentesco.

Tampouco posso falar em tradição no estudo da economia solidária e dos seus intelectuais. Neste caso seria possível falar em etnografia? Enquanto etnografia de comunidade certamente não. Aliás, como Montero observa no seu texto *questões para uma etnografia numa sociedade mundial* a respeito dos movimentos sociais da década de 80, estes, "para serem bem compreendidos, nos obrigam a fazer 'explodir' os universos etnográficos. Fica cada vez mais evidente que a investigação antropológica não pode mais circunscrever-se a universos de observação isolados e microscópicos". (1993, p. 172). Seria possível uma etnografia do saber intelectual sobre economia solidária? O conceito de saber tem em si implicitamente a noção de tradição... Neste domínio, saber prático e intelectual parece estar em fase de construção a partir do resgate de saberes antigos, mas que devem ser adaptados às circunstâncias e objetivos atuais.

Como escreve Marcus (1998), as coisas mudaram na antropologia: a reflexão crítica, a complexidade das vozes e a posição do sujeito. As etnografias são cada vez mais multilocalizadas, estudam-se processos emergentes e desdobrados mais do que objetos parados no tempo e estes podem não ser simplesmente pessoas. Apesar disto o quadro das presunções do campo não mudou tanto assim. A meu ver, o que faz a essência de uma etnografia é a longa convivência com os sujeitos da pesquisa, é o compartilhar de suas vidas cotidianas de tal maneira que, como Malinowski observou, você acaba fazendo parte da paisagem e as pessoas não param mais de realizar suas atividades quando você as observa. Consegui esse tipo de relação com os pesquisados na maioria das ocasiões, como nas aulas do professor Singer, na participação em seminários. Se não tive a experiência do longo convívio diário com os intelectuais em estudo, não deixo de considerar a dimensão vivida como um importante meio de acesso a visões de mundo de meus entrevistados.
Devo ainda reconhecer que não escapo do complicador assinalado por KOFES:

> cada antropólogo torna única sua experiência de pesquisa. (...) E nos vemos num impasse: nenhum método há, e o pesquisador, conforme suas condições de campo, ou sua escolha e inventividade, lança mão de todos, ou alguns, dos instrumentos clássicos e modernos, tendo todos a mesma relevância. (2001a, p. 69).

A impossibilidade de me ater a um espaço físico bem delimitado de observação e a amplitude do campo fizeram com que meu estudo desse prioridade a alguns agentes – suas trajetórias, seus escritos, suas intervenções. Se etnografar consiste em olhar, ouvir e

[116] Marcus (1995), no seu artigo sobre a etnografia multilocalizada, apresenta alguns exemplos de etnografias que não têm por objeto uma comunidade, mas uma metáfora (como a do sistema de imunidade corporal), por exemplo, ou um produto de consumo (como pesquisado por Wallerstein) etc.
[117] Ver a este respeito a introdução desta tese.

escrever, segundo ensina Roberto Cardoso de Oliveira, minha pesquisa vai recolher tanto falas quanto eventos, tanto representações quanto processos empíricos. Para Mariza PEIRANO "não é possível portanto separar o dito e o feito, porque *o dito é também feito*". (2001, p. 11). A este respeito é importante lembrar o conceito de fato social total de Marcel Mauss segundo o qual não podem ser separados o físico, o psíquico e o social pois são dimensões sempre articuladas das práticas humanas que pretendemos investigar.

Meu trabalho de campo, além de situar-se no "sistema mundial", como escreve Marcus (o que me levou a recorrer a dados externos à própria pesquisa e fora do âmbito da antropologia), situa-se também no mundo da vida e está, assim, multilocalizado em contextos descontínuos. A maioria das vezes, para não dizer sempre, eu estava a campo na dupla qualidade de observadora e observada, às vezes identificada oficialmente como pesquisadora outras vezes como simples participante[118] (aluna, ouvinte, palestrante, professora, organizadora, consumidora). Mas, ao contrário de outros cientistas sociais que escolheram estudar as organizações das quais faziam parte[119], a minha inserção no campo se fez por ocasião da pesquisa e não anteriormente a ela.

Se, por um lado, minha auto-identificação com o tema se deve ao fato de pesquisar pesquisadores, por outro, se deve ao meu jeito de ser que não consegue ficar em cima do muro como observadora imparcial. Apesar de estar teoricamente ciente do perigo que este tipo de envolvimento cria, sinto-me moralmente e, talvez, psicologicamente compelida a compartilhar os valores e as aspirações desta proposta chamada de economia solidária. Apesar dos impasses aos quais esta postura pode levar, ela tem a vantagem de me permitir entender com mais facilidade os meus interlocutores e estabelecer com eles um clima de confiança e empatia, indispensável em qualquer pesquisa de campo. Posso então dizer que, entre outros métodos, fui a campo para apreender, através da observação, o tipo de relações sociais que se estabelecem entre os intelectuais e entre esses e os atores da economia solidária bem como ouvir o que uns e outros tinham a dizer sobre suas atuações recíprocas.

As pesquisas antropológicas buscam um diálogo entre teoria e etnografia, pois graças a esta última os pesquisadores se deparam com dados novos revelados geralmente nos eventos de que participam ou que eles reconhecem como significativos. A seguir, explicito o que entendo por evento.

## 2.2. Eventos e construção de redes.

Antes de comentar a técnica da construção de redes e a maneira como pretendo fazer uso dela, gostaria de falar em eventos. Segundo o antropólogo Rabinow, os eventos

---

[118] Posso fazer minhas as palavras de Marcus: "In practice, multi-sited fieldwork is thus always conducted with a keen awareness of being within the landscape, and as landscape changes across sites, the identity of the etnographer requires renegotiation". (1995, p. 112).

[119] Como foi o caso de Heloisa Pontes na sua tese de doutorado: "Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas", e tantos outros.

são acontecimentos que problematizam as conceitualizações, as práticas e as coisas. (RABINOW, 1999, p. 181). Para PEIRANO,

> Eventos consistem no acontecimento "then and there" (Peirce 1955:75). Sempre tangíveis, às vezes esperados, outras vezes meros acasos, produzindo revelações ou perplexidades, sua atualidade depende de suas relações com outros elementos existentes. (2000, p. 8).

Segundo a autora, a definição do evento só pode ser relativa, cabendo apenas ao pesquisador detectar quais são os eventos comunicativos ou críticos, especiais para os nativos. Assim, um autor como Gluckman (1987) descreve eventos como situações sociais que junto com as suas inter-relações numa dada sociedade, permitem abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições da mesma. Nas suas etnografias realizadas entre os anos 36 e 38 do século XX, ele escolhe deliberadamente certos eventos para ilustrar sua análise a respeito das relações entre africanos e brancos do norte da Zululândia.

Não devemos deduzir apressadamente, no entanto, que eventos se resumem a situações de intensas relações sociais em determinado espaço geográfico ou que eles permitiriam somente revelar estruturas. As publicações de um livro, de um documento, de um *site* na Internet, a meu ver, podem ser consideradas eventos. Eles são acontecimentos que, como os demais, fazem sentido e cujo propósito é coletivo. Segundo PEIRANO, não podemos então separar o dito do feito e, em conseqüência, "a etnografia é bem mais que um mero descrever de atos presenciados ou (re)contados". (2001, p. 11). Presenciei uma série de eventos e a etnografia dos mesmos me ajudou na compreensão e captação das redes de relações sociais do campo da economia solidária.

Logo acima mostrei as respostas de alguns intelectuais sobre quem faz parte da economia solidária e como ela se estrutura. Falei das redes de relações sociais que situei em planos diversos. A noção de rede, que foi divulgada entre cientistas sociais, inicialmente, pelo estudo de Elizabeth BOTT[120], é cada vez mais utilizada entre certos autores contemporâneos. Para Caillé, este é o caso da antropologia das ciências como nos estudos de Bruno Latour, e da sociologia econômica, no caso de Granovetter, para os quais tanto no âmbito da ciência como no da empresa o que leva à descoberta ou ao sucesso,

> não é a razão universal e impessoal em ação, mas a capacidade dos especialistas de constituir alianças, tecer redes e obter apoio de colegas, administradores, financiadores e jornalistas, e aparelhos, micróbios ou moluscos. O que faz funcionar as empresas e dá vida aos mercados econômicos não é a universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura, mas a cadeia de (inter)dependências e relações de confiança de que são feitas as redes. (1998a, p. 18).

Já Manuel Castells, por sua vez, apresenta a sociedade globalizada como em rede. Pensando nas novas tecnologias e principalmente na internet, acredito que a noção de rede deve ser repensada, pois não somente relações frente a frente, incluindo contato físico,

[120] *Família e rede social.*

devem hoje ser consideradas, mas também as relações virtuais via computador e, no caso em estudo, relações via leitura ou audição. Estes aspectos não foram considerados outrora, mas fazem sentido na difusão e no compartilhar de um projeto de economia solidária.

Quando o antropólogo diz que vai a campo, entende-se geralmente que ele vai permanecer por um certo tempo numa determinada área geográfica, por exemplo, uma aldeia indígena ou uma favela do subúrbio. Em 1956, no entanto, Robert Redfield já oferecia para os cientistas sociais a definição de um outro campo não propriamente geográfico, mas social. Para isto, apoiava-se no estudo de Barnes que tratava da pesca industrial na Noruega como um "social field". Neste caso, o campo não é definido no espaço, mas consiste num conjunto de atividades, atitudes, e relações "that belong together" (que se pertencem mutuamente) onde e quando os noruegueses fazem parte da pesca industrial. Um campo como este, pode ser estudado como um corpo mais ou menos coerente de coisas feitas e pensadas. (REDFIELD, 1956, p. 30). Barnes dividiu a rede total da sociedade de Bremnes – cidade de pescadores noruegueses - em três campos ou sistemas. O primeiro era formado pela hierarquia do grupo de base territorial, o segundo pelo campo econômico de atividades mais ou menos independentes, que ele chama de sistema industrial e, finalmente, o terceiro pela ampla rede regional de relações sociais entre pares, que se origina do parentesco, da amizade ou da vizinhança (REDFIELD, 1956, p. 34) e que Barnes chama de campo social de rede. Neste terceiro campo Barnes distinguiu uma subcategoria, a rede de classes. (BARNES, 1987, p. 184). Todas as relações de qualquer tipo dos pescadores entre si e com pessoas de qualquer outro lugar são pensadas como uma rede em que as pessoas são os nós ou pontos, e as relações de qualquer tipo são os fios ou cordas. Barnes pensa aqui, em particular, na parte da rede total que não foi incorporada nas relações de território e do sistema industrial. Ele dá a esta rede o nome de "rede da região ampliada" (the country-wide network). O simples fato que cria esta rede é que cada pessoa, através de sua parentela, dos seus amigos, conhecidos ou de algum interesse em comum, está em contato com um certo número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato entre si e outras não. Inexistem fronteiras e tampouco um jeito de definir um grupo em rede; cada pessoa parece ser ela própria o centro de uma coleção de amigos. Segundo Redfield, esses três tipos de campo não se encontram somente em sociedades rurais, mas também em sociedades primitivas, não européias e nos estados modernos.

Se marcarmos convenientemente as pessoas como pontos e desenharmos as relações sociais observadas entre eles, veremos que as linhas entrecruzam-se freqüentemente formando uma malha intricada à qual Barnes deu o nome de rede: "conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos". (Idem, p. 167). Quando este desenho "contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde" (Idem, p. 166), Barnes o chama de rede social total. Ele entende por rede parcial "qualquer extração de uma rede total, com base em algum critério que seja aplicável à rede total". (Idem). Finalmente, insiste sobre o fato que o

termo rede deve ser reservado a um campo social, sendo seu uso impróprio no caso de modelos egocêntricos – modelos construídos a partir de uma única pessoa.

A noção de campo social, em termos de conjunto de relações sociais, me parece útil para definir melhor o âmbito do meu objeto de pesquisa. A economia solidária pode ser vista como um campo formado por um conjunto de atividades, atitudes, eventos, falas e relações que se pertencem mutuamente onde e quando trabalhadores, ativistas e cientistas se preocupam com a construção e o estudo de uma proposta chamada por este mesmo nome. Um campo deste tipo pode ser estudado como um conjunto mais ou menos coerente de coisas feitas e pensadas que não estão necessariamente situadas num mesmo espaço geográfico.

Neste campo social podemos visualizar, como Redfields e Barnes, o que eu chamaria de subcampos ou redes parciais, já que se trata de um campo em construção a partir dos esforços de alguns intelectuais em reunir todas as experiências de economia solidária numa grande rede. De fato, esta reunião passa pelos intelectuais que trabalham com esta proposta nas universidades, igrejas, sindicatos, governos, movimentos sociais e ONGs. Os primeiros esforços materializaram-se em alguns eventos e publicações tais como o livro de SINGER e SOUZA, o encontro da Universidade Católica do Salvador, em novembro de 1999, que resultou na publicação do livro *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, nas oficinas e seminários de economia solidária dos Fóruns Sociais Mundiais e na Rede de colaboração solidária fundada em 25 de outubro de 1999 por Euclides Mance no *site* redesolidaria que, em setembro de 2002, contava com 298 membros. Todos esses esforços reúnem intelectuais ou até organizações de apoio à ES como no caso do Seminário internacional no II FSM, mas não diretamente os empreendimentos solidários; estes se encontram esporadicamente em Feiras Solidárias ou em encontros de suas organizações de apoio, como é o caso da Cáritas. A Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária tenta tornar visíveis e acessíveis os empreendimentos solidários, mas no seu *site*, em muitos estados, encontramos a lista das organizações de apoio e não os empreendimentos[121]. Os próprios intelectuais para chegar até os empreendimentos passam pelas organizações de apoio. Como escreve Gaiger,

> Sem retirar o caráter autenticamente popular de muitas iniciativas, a formação da economia popular solidária decorreu em grande medida dessas mediações externas e, por conseguinte, da sua influência às vezes decisiva. Por essa razão, a descrição desses setores e linhas de atuação é o melhor caminho para aprender o perfil e as tendências da economia popular solidária na região. (2002).

Todos os artigos científicos que apresentam a economia solidária no Brasil ou em algum estado, trabalham a partir das organizações de apoio. (SINGER, 2000c, p. 124-126,

[121] Nesse site no início de novembro de 2002, encontrávamos 38 associações para o CEARÁ, 47 para a Bahia, 46 para Minas Gerais, mas para o Rio Grande do Sul eram 194 empreendimentos cadastrados, sendo que tratava-se somente do sul do RS, Porto Alegre e arredores e a região de Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro, faltando cidades importantes para a ES como Santa Maria e Passo Fundo, entre outras.

GAIGER 2000c, LOPEZ, 2000). Por outro lado, a pesquisa nacional da UNITRABALHO usou o mesmo procedimento para compilar as experiências de economia solidária[122].

Apesar de haver diversos níveis na economia solidária, as redes de relações sociais atravessam os diversos níveis indo muito além dos empreendimentos. Em outras palavras, o que eu considero como o campo da economia solidária seria formado, não somente pelos empreendimentos econômicos, os clubes de troca e as redes de comercialização e consumo, mas por todas as pessoas que sustentam e defendem este projeto. Os empreendimentos de economia solidária não podem ser desvinculados da economia solidária como projeto. São várias as facetas da economia solidária, mas elas estão intrinsecamente ligadas, umas não existindo sem as outras. Os projetos ideológicos, partidários ou não, os projetos de pesquisa, as incubações de cooperativas e todas as infraestruturas administrativas, comerciais, produtivas, tecnológicas, legais, só têm sentido a partir da existência dos empreendimentos, tanto quanto estes precisam deste aparato para existir aos olhos da sociedade nacional e internacional enquanto economia solidária.

Um primeiro sistema parcial seria formado pela base econômica de atividades cujos nós são os associados dos empreendimentos solidários; outro sistema seria constituído pelos sócios das diversas entidades de apoio à economia solidária e, finalmente, o sistema mais amplo de relações que se estendem além dos componentes desses dois grupos brasileiros, tanto com parceiros de outros países como com pessoas que não fazem parte dos dois primeiros subcampos, mas que, de uma maneira ou de outra, fornecem subsídios ou comercializam com esses empreendimentos sem serem, no entanto, adeptos e defensores do projeto de economia solidária. (Por exemplo, empresas compradoras de produtos ou serviços e financiadoras tradicionais). Barnes não trabalha com modelos em três dimensões; eles seriam, porém, muito interessantes para mostrar as relações entre estes sistemas para destacar as pessoas pivôs ou mediadoras que fazem a ligação entre esses diversos níveis.

Em 1969, Barnes escreveu o artigo *Networks and Political Process*[123] com o propósito se especificar melhor algumas questões relativas ao uso deste método de pesquisa e à construção e ao significado de suas categorias. Neste texto, por exemplo, ao referir-se aos "campos" citados acima, Barnes denominou-os de sistema territorial e sistema industrial. (1987, p. 184). Como ele próprio reconheceu, as categorias utilizadas não foram sempre muito explícitas prestando-se a diversas interpretações. A seguir, pretendo definir as categorias que usarei para a pesquisa, descartando desta forma outras, bem como certas interpretações que podem aparecer nos textos de Barnes e de seus intérpretes[124].

---

[122] O mapeamento dos empreendimentos de economia solidária organizado pela SENAES em 2004 teve também o mesmo procedimento. Entrou-se em contato com entidades de apoio e fomento da economia solidária para localizar os EES.

[123] Utilizo aqui o artigo traduzido e publicado em 1987, *Redes sociais e processo político*.

[124] Descarto algumas interpretações sociológicas (Redfields, Mayer e outros) e a tradução de alguns termos para o português.

Barnes explicita como montar uma rede a partir de relações simétricas positivas[125]. "Na construção do modelo, o fato empírico crucial é que toda pessoa real impinge em outra, ou entra em contato com várias outras pessoas" (1987, p. 165) onde "se A impinge em B, então B sempre impinge em A" (ibidem, p. 164) e, neste caso, o autor chama A e B de "adjacentes". Barnes deixa a noção de impingir deliberadamente vaga, trata-se evidentemente de uma tradução, mas acho o termo complicado e prefiro então usar a noção de "entrar em contatos recíprocos[126]," apesar de reconhecer que estes termos são ainda amplos demais e, por esta razão, a cada pesquisa é preciso definir o tipo de contato para restringir a interpretação.

Ele coloca que, uma vez "dado um conjunto de fatos sobre pessoas reais e suas relações entre si, tentamos compreender estes fatos construindo um modelo que contenha pessoas, algumas das quais estão em relacionamento social com outras". (Ibidem, p. 165). Barnes avisa que se trata de um modelo, ou seja, "nenhuma relação social existe efetivamente"; contudo, através deste modelo, "tentamos o máximo de aproximação possível à realidade empírica em todas as suas particularidades relevantes, e não em alguma idéia que exista na mente de alguém". (1987, p. 165). Sua afirmação parece um tanto contraditória, e pode ser interpretada como uma abstração de primeiro grau da realidade, ou seja, oferece um pálido reflexo dela, mas que, por outro lado, esses laços foram observados e não inventados. Essa observação é importante pois a inspiração de Barnes para a construção de rede veio da concepção que Radcliffe-Brown tinha quando falava de estrutura social. Essa última concepção foi criticada, por exemplo, por Jeremy Boissevin. Ele opõe uma descrição da estrutura social a partir das inter-relações entre várias instituições formando um sistema de relações sociais permanentes e funcionais à observação de comportamentos individuais que pode revelar comportamentos excepcionais não previstos pelos modelos estruturais funcionalistas, apesar de refletirem, no entanto, importantes padrões de comportamento que, de outro modo, estariam ausentes da análise. Em outras palavras, Boissevin alerta para a diferença que existe entre construir modelos de sistemas ideais e a construção de modelos a partir da observação de relações sociais concretas e individuais independentemente de elas acontecerem ou não no seio de uma instituição. (1987, p. 206).

Barnes retoma uma discussão gerada por Mayer a respeito da distinção que ele estabelece entre rede de relações sociais e o "conjunto de ações" que acontecem num momento dado em função de um objetivo específico. A distinção estabelecida é que a rede de relações persiste através do tempo enquanto que o conjunto de ações emerge num

---

[125] O que não quer dizer que não se possa fazer análises não simétricas.

[126] Pretendo especificar o tipo de relação, ou seja, de contato que foi estabelecido entre as pessoas. Por exemplo, quais as pessoas que se declaram amigas, quem indica quem para realização de entrevistas, quem forma parceria com quem para a organização de eventos, de publicações. Quem convida quem para compor uma mesa de debate. Quem participa de um mesmo grupo de trabalho, principalmente em se tratando de grupos com a finalidade de uma produção conjunta, quem manda mensagem para quem no *site* da rede solidária, quem cita quem, quais as experiências que são relatadas nas suas publicações.

contexto específico para atingir um objetivo específico. No caso da minha pesquisa, por exemplo, posso observar o conjunto de contatos que vão ser estabelecidos pela pessoa ou grupo de pessoas que organizam um evento, uma reunião ou uma publicação coletiva e constatar ao longo do tempo as relações mais estáveis que se estabelecem. O acompanhamento diário da lista de debates da rede solidária na Internet[127], por exemplo, foi uma maneira de observar a intensidade dos laços de certas pessoas do campo.

A partir desses primeiros dados é preciso discutir da conveniência deste modelo para nosso estudo. Optamos por partir de três intelectuais e, através deles, entender como foi se constituindo o campo da economia solidária no Brasil. Como já coloquei, a meu ver, esses intelectuais são peças-chave nesta construção. A etnografia vai permitir traçar as redes de relações sociais ao redor dos mesmos, o modo pelo qual elas foram se formando, quem as integra, quais são seus agrupamentos[128] e quais são suas estrelas[129].

Pretendo esclarecer todo esse conjunto de relações a partir da narrativa dos acontecimentos, citando a fonte de minhas informações. Entrevejo, porém, muitas dificuldades; a maior delas sendo, sem dúvida, o número extremamente elevado de relações sociais estabelecidas pelos componentes do campo da economia solidária, mesmo limitando-me a três intelectuais. Há, igualmente, a dificuldade de conhecer todas essas relações já que cada pessoa pertence a mais de uma entidade, multiplicando de maneira exponencial o número de relações sociais que esta mantém com as demais. O propósito de um modelo é de simplificar a realidade para melhor entendê-la; o modelo, no caso o gráfico, deve zelar pela clareza. Como atingir este objetivo nesse caso? Outro problema diz respeito ao que o traço entre duas pessoas representa de fato, ele pode ser muito forte quando se trata de duas pessoas amigas e pode ser fraco, mesmo quando as relações forem freqüentes e regulares, por exemplo, no caso de relações unicamente profissionais.

Devo avisar que, no caso desta tese, não pretendo montar um modelo de redes na forma de uma construção gráfica, mesmo se apresento em anexo alguns esquemas do campo em épocas diferentes situando neles o lugar de alguns intelectuais. Ao expor as relações entre os intelectuais e os ativistas, pretendo mostrar como se construíram as alianças e a intensidade das mesmas no intuito de ajudar na compreensão não somente da estrutura do campo, mas também do seu sentido. O traçar das redes de relações sociais é um meio e não um fim em si.

---

[127] Este acompanhamento foi mais intensivo durante o ano de 2003, permitindo "presenciar" virtualmente certos conflitos.

[128] "Conjunto de pessoas cujas conexões entre si são comparativamente densas, sem que, necessariamente, se constituam numa clique no seu sentido estrito". (BARNES, 1987, p. 175).

[129] Uso o termo estrela, segundo a definição de Moreno, "como significando um indivíduo que, em termos comparativos, é o freqüentemente escolhido por seus companheiros em contextos específicos". (citado por BARNES, 1987, p. 168).

# 3. O CONTEXTO ONDE SE CONSTRÓI A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para uma melhor compreensão das trajetórias dos intelectuais que escolhi acompanhar e de suas produções intelectuais bem como da construção do campo da economia solidária, é preciso considerar as idéias e práticas que configuraram o projeto de sociedade brasileira no período em estudo. Apresento, a seguir, de maneira breve e esquemática, um panorama geral do quadro socioeconômico e político das décadas de oitenta e noventa no Brasil situando nele o lugar e a atuação dos movimentos sociais e ONGs para, em seguida, mostrar a diversidade das iniciativas da sociedade civil e as políticas públicas na tentativa de gerar renda e trabalho sob forma associativa. Com tal preocupação, parto do pressuposto de que todo objeto de pesquisa deve ser analisado dentro de uma totalidade maior, como parte de um processo e de uma historicidade mais amplos.

As análises teóricas a respeito das profundas transformações atuais também fazem parte do contexto em que vivem e trabalham os intelectuais. No Brasil, assistimos a mudanças significativas nestas ultimas três décadas no que diz respeito ao Estado, à sociedade civil, à situação socioeconômica e às análises decorrentes destas mudanças. A noção de trabalho foi se ampliando e não é mais sinônimo de emprego, libertando-se em alguns casos do seu conteúdo industrial-produtivista e alienador. Assistimos a uma discussão sobre a centralidade ou não do trabalho na atual sociedade pós-salarial e um questionamento do papel de vanguarda do proletariado. Ocorreu um processo de renovação teórico-política da esquerda com mudanças conceituais significativas no campo específico da relação entre cultura e política. A leitura de Gramsci pela esquerda latino-americana permitiu uma reinterpretação das relações entre a cultura e a política. Este autor teve um impacto considerável na crítica ao reducionismo econômico e ao reconhecimento de uma imbricação profunda entre cultura, política e economia. O projeto de transformação da sociedade deixou de ser encarado como necessariamente revolucionário e passou a ser entendido "como um processo, no qual a reforma intelectual e moral é parte integral". (DAGNINO, 2000, p. 67). A construção histórica da transformação não foi mais considerada como um processo predeterminado, mas como exigindo a participação dos sujeitos cuja constituição "é privilegiada em relação à dinâmica das estruturas sociais

'objetivas' e o papel atribuído a elementos 'subjetivos', tais como vontade, paixão e fé, recebeu em Gramsci uma consideração sem precedentes no marxismo". (Ibidem).

Sem dúvida, como assinala a obra *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*, entre outras[130], os movimentos sociais colocaram novas questões, como a redefinição do conceito de cidadania, e geraram novas direções para a análise teórico-política. Como escreve Yúdice, "a sociedade civil tornou-se o conceito preferido quando muitos movimentos reformistas e revolucionários foram atingidos pela expulsão do socialismo das possibilidades políticas". (2000, p. 427). Após comentar que os partidos políticos fizeram muito pouco para conter as políticas neoliberais, Yúdice observa que os movimentos de base e as ONGs nacionais e internacionais que os apóiam, tornaram-se os agentes mais inovadores em termos de políticas públicas. Esses movimentos e seus parceiros entenderam a importância da questão cultural e utilizaram-se dela como "alicerce para a resistência contra as devastações desse mesmo sistema econômico". (2000, p. 428).

Outra mudança em termos de análise é a do abandono da referência sistemática ao imperialismo "por ser um marco teórico ineficaz que não dava conta de uma série de realidades novas, tais como as ações das ONGs internacionais com agendas que compreendiam os direitos humanos, igualdade de gênero e raça, os sem-terra, as crianças de rua e o meio ambiente". (Ibidem, p. 433). O novo imaginário criado "não podia ser fielmente captado pelo marco teórico do anti-imperialismo" (ibidem) o que não quer dizer que uma visão anti-imperialista esteja totalmente ausente, mas com certeza ela não é mais o cerne da análise[131]. Em função disto, há atualmente um renascimento do interesse pela sociedade civil e pelas relações entre Estado e a sociedade em geral.

Vou desenhar, a seguir, algumas destas relações tecidas nestes últimos tempos no Brasil para compreender melhor o assunto tratado nesta tese.

## 3.1. O contexto socioeconômico e político das décadas de 80 e 90, berço do movimento da economia solidária

### 3.1.1. O cenário político

Podemos identificar três momentos distintos nos últimos trinta anos da vida política brasileira: o primeiro momento abrange até a abertura política e a volta das eleições diretas, outro até a nova Constituição, e o terceiro vai até o fim do governo FHC. Atualmente, espero poder afirmar sem engano, que a eleição de Lula e o estabelecimento do seu governo no ano de 2003 iniciam um novo período. Essa periodização é marcada por eventos

[130] Ver Ghon 1995, 1996, 1997, 1999b e Scherer-Warren 1984, 1987, 1993, 1996.

[131] Quanto às mobilizações a nível mundial, surgiu nestes últimos tempos um novo movimento, o da antiglobalização. Não há dúvida, no entanto, que os últimos eventos militares e notadamente a política agressiva dos Estados Unidos da América reavivaram a luta contra o imperialismo.

políticos nacionais e internacionais, que vão balizar mudanças importantes no Brasil em termos de organização da sociedade civil; um exemplo é a queda do muro de Berlim.

Quanto às teorias macroeconômicas, o conflito fundante do social que estava situado entre o capital e o trabalho desloca-se no primeiro período, a partir dos estudos dos novos movimentos sociais, para o conflito entre a sociedade civil e o Estado. O movimento operário começa a abrir-se para novas lutas e preocupações que ultrapassam o espaço da produção, incorporando em sua agenda reivindicações relativas ao consumo, à cidadania, às relações de gênero, ao meio ambiente.

No primeiro período, devido ao estrangulamento dos principais canais de participação civil, tais como partidos políticos e sindicatos, surgem milhares de entidades de todo tipo (movimentos de bairros, clubes de mães, comunidades eclesiais de base, entre outras). Muitos dessas associações e movimentos tiveram o apoio da Igreja católica e de partidos clandestinos, e ocorriam nos locais de moradia. Nesta época, os movimentos sociais eram vistos como os porta-vozes do povo e esperava-se deles a formação de um "consenso contra-hegemônico ao projeto militar". (STEIL, 2001, p. 12).

No seio dos sindicatos organiza-se também um movimento formado pelas Oposições Sindicais que se mobilizavam para a conquista da democracia no sindicato a partir da alteração da estrutura sindical. É dele que vai surgir a CUT, e ele constitui igualmente uma das bases sobre as quais se edificou o Partido dos Trabalhadores – PT. Da mesma forma, na fundação deste partido, é marcante a presença de militantes das CEBs, de pastorais, de movimentos sociais, de ONGs (como a FASE), ao lado de correntes marxistas, leninistas, trotskistas, anarquistas e socialistas.

Um dos numerosos acontecimentos do ano de 1980 foi a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, organizada por dirigentes sindicais e por agentes pastorais vinculados à Teologia da Libertação[132].

No segundo período, a luta pela terra e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST constituíram, com certeza, os maiores e os mais inovadores acontecimentos sociopolíticos da década de oitenta no meio rural tendo uma ampla repercussão e apoio internacionais. Nascido no Sul do Brasil, o movimento vai se alastrar pelo Brasil inteiro levantando a bandeira da Reforma Agrária e do direito à terra para nela produzir e viver[133]. Apesar do apoio decisivo da Comissão Pastoral da Terra para sua formação, a direção do movimento vai rapidamente laicizar-se sem, no entanto, abrir mão da mística. As ocupações de terra vão se manter até hoje, com momentos de grande violência e o assassinato de dezenas de lideranças.

---

[132] Sobre o Novo Sindicalismo e a CUT, ver CRUZ, Antônio. *A janela estilhaçada*. Petrópolis, Vozes, 2000.

[133] O sentimento de dívida dos assentados em relação àqueles que ainda permaneciam sem terra, e as dificuldades encontradas nos assentamentos permitiram que a liderança os mantivesse no Movimento, contribuindo assim para a manutenção do mesmo. Após tentativas malogradas de impedir a divisão das terras entre os assentados no intuito de trabalhá-la coletivamente, as lideranças do Movimento renderam-se a propostas menos radicais como a da formação de associações e cooperativas de produtores que vão ser agrupadas em Confederações a partir dos anos noventa.

Assim, a luta popular no Brasil organizou-se ao redor da reconquista de direitos civis e políticos e da construção de novos direitos sociais, essas lutas levam à formação de novos sujeitos políticos culminando na Constituinte de 1988. Esta nova Constituição é decididamente progressista e anuncia uma redemocratização do Estado. Com a abertura política e a volta das eleições diretas esperava-se uma democratização efetiva, mas logo a sociedade civil teve que se organizar para exigir ética na política e provocar o *impeachment* do presidente Collor.

Em 1989, inicia-se o terceiro período. Com a queda do muro de Berlim, o massacre da Praça da Paz Celestial em Pequim, e a derrota eleitoral do governo da Frente Sandinista na Nicarágua, completa-se o desencantamento com as experiências da nacionalização e do despotismo burocrático dos países do "bloco socialista", e em particular do socialismo soviético. A perspectiva revolucionária que norteava as ações dos movimentos sociais transforma-se em proposta de reforma do Estado.

Os movimentos sociais acumularam um certo capital político e apresentaram-se como protagonistas da luta pela transformação da sociedade. Mas a situação econômica, fruto da política neoliberal, leva a uma regressão social, o desemprego se alastra, muitos direitos adquiridos vão se perdendo, a insegurança cresce sob todas as suas formas. O Estado de direito se enfraquece, os sindicatos e os movimentos sociais vão se desmobilizando.

Frente a esta situação, em 1993, cria-se uma ampla rede de combate à miséria e de promoção da cidadania. Os atores, que agiam como mediadores na organização da sociedade civil, vêem-se na obrigação de prestar uma assistência emergencial às populações carentes sem, contudo, recair nas formas tradicionais do assistencialismo. Novos significados são dados à ação caritativa e ao voluntariado. Novas noções de cidadania, de direitos e de ética vão sendo elaboradas. A experiência do orçamento participativo na cidade de Porto Alegre[134] tornou-se um modelo de democratização do Estado a nível local. A ampliação da participação dos cidadãos no processo decisório da gestão pública leva para a construção de uma sociedade mais democrática já que resgata a auto-estima dos excluídos e fortalece um sentimento de responsabilidade coletiva pelo bem público.

> Premiada pela ONU, na Conferência Habitat II, em 1996, como uma das experiências inovadoras mais bem sucedidas do mundo, o Orçamento Participativo de Porto Alegre vem despertando a curiosidade de inúmeros observadores nacionais e internacionais e estimulando a aplicação de propostas de gestão públicas inovadoras em todo mundo. (GUGLIANO, 2002, p. 149).

Nasce então uma nova relação entre o público e o privado e uma nova noção de cidadania. Lentamente torna-se possível uma ruptura da tutela do Estado, uma desmistificação da política e uma qualificação da democracia. "A ética que se desenvolve, entendida enquanto racionalidade democrática radical, é fruto de um aprendizado político em cima de questões muito concretas". (BAIERLE, 2000, p. 212).

[134] Porto Alegre teve três gestões da Frente Popular liderada pelo PT, de 1988 a 2004.

Quanto às ONGs, no primeiro período elas não se identificavam com este nome e durante a ditadura militar situaram-se à sombra das Igrejas, principalmente a católica, e igualmente de certas universidades. Elas realizavam uma série de atividades de assessoria aos movimentos sociais, intermediando financiamentos, mas ao mesmo tempo promovendo educação popular –com destaque para a pedagogia do oprimido de Paulo Freire– através de cursos de formação política, principalmente de lideranças, e de defesa jurídica. No segundo período, muitas delas foram criadas com o apoio de outras, internacionais, e organizaram-se em redes. Dois tipos de militantes as compunham, os que permaneceram no Brasil desenvolvendo seus trabalhos numa semiclandestinidade e os exilados recém-retornados. Estes últimos traziam novas análises e uma visão crítica em relação ao marxismo. Entre os temas recorrentes encontravam-se a tensão entre o princípio universal da democracia e o direito à diferença[135].

No terceiro período, com o fim da fase da Guerra Fria, seguindo uma política neoliberal, os Estados entraram numa fase de minimização expressa por um movimento de privatizações e de desregulamentação de direitos conquistados ao longo dos anos. Isto não os impediu de intervirem de modo persistente na vida social e política. A sua função de provedores do bem-estar da população está sendo progressivamente transferida para organismos privados. Nesta fase, os movimentos sociais, ao invés de se colocarem em oposição com o Estado, dirigem-se a ele para assinar convênios de parceria. Boa parte dos movimentos sociais perde seu caráter de protagonista e as ONGs assumem o centro da cena. Elas passam, então, de assessoras a parceiras dos movimentos sociais. Nesta última fase, surgiram as ONGs, associadas especialmente aos conceitos de Terceiro Setor, de parceria e de voluntariado[136]. O próprio setor empresarial começa a envolver-se com o social. Isto pode ir desde simples doações de gêneros ou dinheiro a entidades assistenciais até a elaboração de projetos específicos na área do meio ambiente ou destinados à população vizinha da empresa e envolvendo recursos financeiros e humanos consideráveis sob a forma de voluntariado. Migra-se assim da tradicional dicotomia privado/público para limites difusos dum terreno onde entidades públicas e privadas realizam parcerias e articulam-se em vista de um objetivo comum. No entanto, há de se observar que a posição das ONGs em vista da realização de projetos nestas parcerias é assimétrica. Enquanto o Estado, as empresas ou órgãos internacionais têm o poder de dar, suspender ou retirar o dinheiro, as ONGs devem executar ou intermediar os projetos sociais, tendo que submeter-se aos ditames dos primeiros.

O final do terceiro bem como o quarto períodos não serão tratados aqui, pois estão sendo analisados nos próximos capítulos junto com as manifestações da economia solidária.

[135] A respeito desta temática, ver Pierucci, 1999 e Montero, 1999.
[136] No ponto 3.3., logo abaixo, retomo o conceito de terceiro setor.

### 3.1.2. O contexto econômico

Quanto à situação econômica, o Brasil passou por rápidas e profundas transformações, nas últimas décadas, uma das quais, sem dúvida, é a que Robert Castel chamou de fim da sociedade salarial. Mesmo se o Brasil nunca chegou a ser uma sociedade salarial, ele viu modificar-se, da mesma forma, a estrutura do emprego com carteira assinada a ponto de falar em desassalariamento (participação decrescente do emprego assalariado no total da ocupação). (POCHMANN, 1999). A este respeito os dados oficiais são eloqüentes:

> Para o Brasil os números são catastróficos. Em 1980, o país tinha a sexta população do planeta, mas ocupava a nona posição no ranking mundial da quantidade absoluta de desempregados, com 964,2 mil trabalhadores desempregados, atrás da Índia, EUA, China, Itália, Reino Unido, Espanha, França e Japão. A partir de 1990, a piora no desempenho do mercado de trabalho brasileiro trouxe repercussões imediatas, permitindo que o país passasse a ocupar a sexta posição. Em 1995, o Brasil pula para a quinta posição do mesmo ranking. Já em 2000, a população brasileira é a quinta do planeta, mas o país passou a ocupar a segunda posição no ranking mundial de desempregados, atrás apenas da Índia. (Idem, 2002).

Perdeu-se a estabilidade dos empregos regulares, assistiu-se à precarização e à sub-utilização da força de trabalho. Se o problema do emprego vem se agravando desde a década de 80, com os ajustes macroeconômicos[137] voltados para o pagamento da dívida externa, nos anos 90 aumenta a tendência de desestruturação do mercado de trabalho no país e cresce rapidamente o trabalho informal constituído principalmente por «ocupações que revelam mais uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego do que uma demanda dos capitalistas por trabalho». (Idem, 1999, p. 108).

Nos anos 90, o aumento do desemprego se deve a uma fase de baixos investimentos produtivos e estagnação das atividades, acompanhada por um crescimento populacional. O desemprego, a ausência de políticas satisfatórias de bem-estar social e a baixa remuneração da população efetivamente empregada levaram a população a taxas dramáticas de pobreza. O caso brasileiro é tão grave que teóricos europeus já cunharam a expressão "brasilianização"[138] ou barbarização do trabalho.

Ao contrário dos países que se ressentiram com a crise do Estado-Providência e procuraram na economia solidária uma forma de solução à exclusão social, o Brasil nunca teve mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade. Amplas camadas da população sempre foram privadas de acesso aos circuitos formais de emprego e sobrevivem de práticas informais de comércio, produção e prestação de serviços formando o que é chamado de economia popular (TIRIBA, 2001) ou economia dos setores populares.

---

[137] Privatização, enxugamento do aparelho de Estado, cortes nos gastos públicos, políticas monetárias redutoras da circulação da moeda etc.

[138] Segundo Cesar Sanson, do CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores) de Curitiba.

(KRAYCHETE, 2000). Mas a economia solidária vai ser uma saída tanto para os trabalhadores das firmas falimentares, como para os trabalhadores da economia popular.

### 3.1.3. Iniciativas da sociedade civil

Frente ao desemprego e à miséria crescente, foram desenvolvidos programas de combate no mundo inteiro. As agências internacionais, financiadoras de projetos sociais, mudaram também suas políticas. Como Clêyde Souza já escrevia em 1989, estas começaram a pressionar os movimentos sociais para darem mais atenção aos projetos econômicos. No caso de estes dispensarem maior importância ao fator político-educativo na formação de empreendimentos, não se alcançando a autonomia econômica, cria-se "uma série de conflitos com as agências financiadoras que apostam na rentabilidade de projetos econômicos". (SOUZA, C. 1989, p. 47). Esse novo rumo nas práticas dos movimentos sociais levou a muitas críticas. Assim, o papel de intermediário e de executor das políticas governamentais dirigidas às camadas mais pobres da população é visto como uma perda de autonomia dos movimentos sociais e, por conseqüência, da sua capacidade de crítica e de reivindicação. Por outro lado, o envolvimento nestes projetos consome muito tempo em atividades burocráticas e, em caso de fracasso, eles serão vistos como responsáveis. Além do mais, muitos destes programas pretendem trazer soluções para problemas cujas raízes não estão sendo atacadas pelos poderes públicos ou pior cujas políticas públicas trabalham justamente em sentido oposto. (Idem, p. 51-53).

A nível internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990) reconhece, a partir dos anos 90, a economia popular como um elemento importante para a luta contra a pobreza na América Latina e no Caribe. Em 1993, ele assinou um convênio com o Banco do Nordeste para a execução do Projeto BNB-PNUD que tinha por objetivo a execução do *Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais do Nordeste*. Segundo Silveira (2000), a equipe responsável pelo programa tinha adquirido uma certa experiência por ocasião do projeto INCRA-PNUD que, a partir de 1987, capacitou produtores rurais em assentamentos de reforma agrária. O projeto desenvolvido entre 93 e 95 visava a viabilização de associações e cooperativas através do fortalecimento da gestão autônoma dos produtores[139].

Em 1987, o papa João Paulo II, em visita ao Chile, lançara a proposta de desenvolver uma economia de solidariedade, apresentando-a como a grande esperança para a América Latina. Segundo o papa, uma civilização do amor seria uma civilização de solidariedade e de trabalho. A CEPAL propôs uma política explícita e descentralizada de fomento das formas associativas de produção indicando que "os estratos médios e populares urbanos e rurais deveriam constituir o sustento natural da transformação, pois

[139] A metodologia usada inicialmente foi intitulada de GESPAR. Ver, SILVEIRA, Caio M. e outros, 2000.

eles, provavelmente serão seus principais beneficiários". (citado por TIRIBA, 2001, p. 104). Alguns governos latino-americanos organizaram programas de combate à pobreza. Assim, em 1988, o Governo do México havia criado o Programa Nacional de Solidariedade - Pronasol[140]. Como analisa Tavares dos Santos, "os projetos sociais e culturais têm sido uma das modalidades inovadoras para a governança nesses tempos de mundialização". (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 176). Em março de 1995, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social promovida pelas Nações Unidas em Copenhague propôs como eixo central para o combate dos problemas sociais em escala mundial "a erradicação da pobreza, a geração de emprego produtivo e a integração social".

É neste quadro que, em fevereiro de 1993, o Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores apresentou ao então Presidente da República, Itamar Franco[141], um documento denominado « Política Nacional de Segurança Alimentar » no qual sugeria uma série de estratégias de combate à miséria que deveriam ser adotadas e administradas por um órgão interministerial ligado diretamente à Presidência da República. (GOHN, 1996, p. 29). O governo aceitou a proposta e convidou o sociólogo Herbert de Souza, diretor do IBASE, para coordenar o programa de combate à fome no país. Este, por sua vez, convidou Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, e em 8 de março de 1993 foi criada oficialmente em Brasília a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV). A idéia era de agir a partir dos comitês do Movimento pela Ética na Política – MEP, que tinham coordenado o processo do impeachment e estavam se reorganizando. Uma secretaria Executiva Nacional foi formada pela Cáritas, representando a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a CUT – Central Única dos trabalhadores, o INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, o COFECON – Conselho Federal de Economia e a ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Em cada local os comitês reuniam as entidades mais diversas dando um perfil apartidário à Campanha, mas com uma personalização ao redor do Betinho. Desde novembro de 93, além da arrecadação de alimentos, a campanha visou a geração de empregos para ultrapassar a fase assistencialista e continuar mobilizando para além do « Natal sem Fome ». Segundo Maria da Glória Gohn, boa parte dos comitês foi organizada a partir de estruturas já existentes como as CEBs, os movimentos sociais populares e não populares dos anos 70/80 e a estrutura associativa existente nas empresas, principalmente na área pública (como, por exemplo, as agências do Banco do Brasil, ou as universidades). O entusiasmo se deu pela

> forma como foi feita a interlocução com a sociedade. Foi um chamamento dirigido aos indivíduos e aos grupos organizados, baseado num apelo moral e plural, gerando também uma resposta plural, utilizando-se elementos da tradição da cultura político-religiosa do País, fundada na ética solidária. (GOHN, 1996, p. 37).

[140] GUTIÉRREZ, Carlos Rojas. O programa Nacional de Solidariedade: fatos e idéias em torno de um esforço. *Estudos Avançados*. v. 6, n. 16, p. 133-155, 1992.
[141] Itamar Franco tinha sucedido a Fernando Collor após o impeachment deste último.

É importante destacar que a Ação pela Cidadania tinha por base o valor social da solidariedade, noção chave que podia agrupar ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista[142]. Igualmente é preciso sublinhar que se tratava de um movimento apartidário e pluriclassista da sociedade civil em parceria com o Estado. Esta experiência mostrava como estava se formando uma nova concepção de sociedade civil no Brasil. Foram resgatadas estruturas de relações diretas, pessoais, baseadas em laços de solidariedade e vínculos comunitários, não apenas para resolver problemas de carências socioeconômicas, mas também para reconstruir teias e redes de solidariedade perdidas ou desativadas pela racionalidade, impersonalidade e individuação da modernidade. Nesta nova concepção de sociedade civil foram se desenvolvendo inúmeras entidades, muitas vezes ONGs, que fazem a mediação entre indivíduos e coletivos organizados, seus membros compartilhando uma certa tradição cultural, desenvolvendo processos identitários e tendo por base a solidariedade. Mas em 1995, o Governo de Fernando Henrique Cardoso criou a Comunidade Solidária e extinguiu o CONSEA, assim como a LBA e outros órgãos federais. A Ação pela Cidadania perdeu o apoio governamental e teve vários percalços sendo substituída, de certa forma, pela ação governamental, através da Comunidade Solidária.

O ano de 1996 foi um ano de eleições municipais, de elaboração e defesa de políticas públicas contra o desemprego; talvez este tenha sido um dos temas mais importantes desta campanha eleitoral, pelo menos por parte da classe trabalhadora. Foi naquele ano que Paul Singer redigiu um plano de combate ao desemprego para a candidatura de Erundina à Prefeitura de São Paulo, batizado por Mercadante de economia solidária.

### 3.2. As iniciativas de geração de trabalho e renda

Constata-se que as atividades de economia popular são anteriores à sua organização por ONGs ou por ações governamentais. (RAZETO, 1994; TIRIBA 2001; HOUTART, 2001). O que pôde permitir o surgimento de um movimento pró-economia solidária no Brasil? Sem querer entrar nas questões conceituais e teóricas que têm seu espaço em outros capítulos, é oportuno mostrar algumas iniciativas organizacionais para apoio e fomento de empreendimentos associativos e cooperativados. Essa exposição, além de apresentar facetas desta realidade extremamente heterogênea que vai ser chamada de economia solidária, deve dar pistas para a compreensão do processo que vai permitir que intelectuais utilizem novas categorias para dar conta da realidade empírica. Minha hipótese é que as mudanças sofridas no cenário internacional e nacional foram favoráveis para que no Brasil certas matrizes ideológicas pudessem formular novas soluções para velhos problemas. O momento era

[142] Ler a este respeito, no capítulo que trata dos nomes da economia solidária, o ponto 4.3. Os termos solidariedade e solidária.

propício para se atribuir um novo sentido a iniciativas populares, outrora consideradas reformistas ou sem futuro.

Luis Razeto, num debate animado por editores de duas revistas francesas e publicado posteriormente na revista brasileira *Cadernos do CEAS*, afirmou que

> a economia chamada popular não é de jeito algum fruto de ação calculada por associações de cooperação ou por supostas Organizações Não-Governamentais (ONGs) cheias de boa vontade. (...) Embora marginal, ela é de massa e responde, de fato, a diversos vazios estruturais cada vez maiores. (A CHAMADA, 1994, p. 59).

Na realidade, este setor nasce muitas vezes como o prolongamento de atividades domésticas, sem nenhum capital e oferecendo uma renda seguidamente inferior ao próprio salário mínimo. Trata-se de uma busca desesperada pela sobrevivência muito mais do que de uma procura por uma atividade rentável. Mas ele reconhece, um pouco mais adiante, que as ONGs responderam à demanda desses públicos oferecendo meios financeiros, bem como contribuindo para a "formação dos indivíduos, sem a qual os empreendimentos se frustram, e estimulam as novas formas de organização que vão surgindo nos bairros". (Idem, p. 60).

Alguns anos depois, Houtart ao referir-se ao setor informal, escreve que "sua existência provém inicialmente de causas econômicas e não de um projeto alternativo ou de considerações éticas". (2001, p. 16). Mas ele acrescenta que os desempregados e os subempregados perceberam que o poder público não solucionaria seus problemas e buscaram soluções próprias procurando a solidariedade de seus próximos (parentes e vizinhos) bem como o apoio de organizações da sociedade civil como igrejas, movimentos sociais e ONGs. Eles se deram conta que somente através da associação, de cooperativas, e de redes eles poderiam alcançar seus interesses particulares. A associação é, geralmente, a única via possível para conseguir financiamentos, lugar e rede de comercialização, cursos de formação etc.

Ao tratar-se de uma economia popular em moldes associativos e autogestionários, temos uma assessoria externa em termos de elaboração da proposta e de financiamento. Assistimos, aliás, a um crescimento numérico fantástico destas novas formas de organização econômica nestes últimos anos em função de uma melhor organização e estruturação dos movimentos sociais, religiosos e de certos órgãos públicos[143].

A seguir, pretendo apontar para algumas das práticas solidárias de geração de trabalho e renda e para as entidades de fomento ou apoio destes empreendimentos. São tão variadas as experiências que, para facilitar a apresentação, decidi agrupá-las por tipo de empreendimento, a saber, as empresas falidas e assumidas sob forma autogestionada pelos seus trabalhadores, associações e cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelos micro-projetos econômicos de produção ou serviços organizados de forma associativa no meio rural ou urbano e aqui a heterogeneidade é enorme tanto do

[143] Que eu saiba, só prefeituras ou estados da Frente Popular montaram secretarias e programas de economia popular solidária.

ponto de vista dos associados como das entidades de assessoria e apoio. Diversos são o meio, o ramo de atividade, a forma de organização, o nível de engajamento militante etc. Como essas experiências só foram registradas no caso de elas estarem ligadas a alguma entidade de apoio, assessoria ou de financiamento, é a partir dessas organizações que as apresentarei.

O agrupamento das experiências segue, de fato, o reagrupamento que os próprios intelectuais estudados fizeram posteriormente aos fatos e de maneira progressiva. Ou seja, Gaiger, por exemplo, iniciou pelo estudo de micro-projetos financiados pela Igreja católica e quando começou a utilizar a categoria de empreendimentos econômicos solidários não incluía nela as empresas cooperativadas, enquanto que Singer o fazia.

Iniciarei com alguns casos de empresas falidas que são retomadas pelos seus empregados sob forma autogestionária, cooperativada ou não. Também conhecida na Europa desde a segunda metade da década de 70, essa nova forma de organização do trabalho geralmente ocorre por iniciativa de um sindicato. Se as principais iniciativas de autogestão vão ser tomadas no Brasil a partir dos anos 90, não podemos dizer que elas não existiam anteriormente. O que ocorreu é a mudança da situação socioeconômica e política, como este capítulo tenta mostrar.

As experiências comunitárias de produção dos anos 80 tiveram o apoio de Centros de Educação Popular, de alguns sindicatos e de vários movimentos sociais e eram formadas por militantes sindicalistas que não achavam mais emprego por estarem nas "listas negras". (NASCIMENTO, 2000, p. 21). Em 1984, a FASE publica o relatório do Encontro Nacional das "Experiências Comunitárias de Produção" acontecido em 1983 (?) em Nova Iguaçu (RJ). Neste relatório já podemos perceber a diversidade das origens e apoios a este movimento. As 14 experiências são agrupadas em 5 grupos, a saber, empresas nascidas do "desemprego sindical", do combate ao desemprego estrutural com mediação da Igreja progressista, da ampliação dos movimentos de bairros, do desafio da formação técnica e política sindical e, finalmente, pelo desafio da proposta autogestionária para mostrar que trabalhadores são capazes de gerir a produção. Essas experiências fracassaram por falta de recursos financeiros (dependiam de ONGs e Igrejas a nível internacional), por falta de experiência de seus protagonistas e pela crise econômica que se alastrava pelo Brasil. Deve-se dizer também que elas não eram bem vistas pela esquerda do movimento sindical que as julgava reformistas e paliativas frente ao desemprego. Já a nova onda de empresas autogeridas da década de 90, que vai dar nascimento à ANTEAG em 1993, foi bem diferente.

Um caso típico, para ilustrar como a nomeação da economia solidária é feita de maneira retroativa, seria o livro *Operários sem patrão*, de Lorena Holzmann. Publicado em 2001 pela editora da Universidade Federal de São Carlos e apresentado por Paul Singer como « destinado a se tornar um clássico da literatura brasileira sobre economia solidária » (2ª orelha do livro), não usa em momento algum a categoria economia solidária ou qualquer outra similar. O livro tem por base a tese de doutorado da autora apresentada ao programa

de pós-graduação em Sociologia da USP em 1992 e trata da experiência de trabalho e de gestão de duas cooperativas industriais, organizadas pelos empregados da Metalúrgica Wallig de Porto Alegre, após a falência da empresa em 1984. O estudo revela que a organização dos trabalhadores sob forma cooperativada não foi uma escolha política mas, pelo contrário, « a alternativa adotada por exclusão das demais formas de organização empresarial sobretudo para evitar o pagamento de encargos trabalhistas. Aparentemente, o caráter democrático e igualitário do cooperativismo pouco pesou na decisão ». (SINGER, 2001, p. 11). No entanto, uma vez adotada a forma cooperativa,

> nasceu uma forma de gestão pouco comum, na qual os operários seriam seus próprios patrões. Mas ela não foi uma formulação da base do movimento dos trabalhadores, na qual estivesse embutida uma proposta de transformação nas relações de trabalho no sentido de sua democratização, e sim foi a eles *oferecida* pela comissão que os representava, como recurso à conquista de sua adesão. (HOLZMANN, 2001, p. 141).

O estudo de Holzmann é muito interessante e mostra que, mesmo quando é objetivamente eliminada a separação entre capital e trabalho e que o antagonismo entre os vendedores da força de trabalho e os detentores do capital não teria mais razão de existir, o exercício da democracia não estava totalmente assegurado. Holzmann pesquisou como os trabalhadores reconstruíram seu novo cotidiano nas fábricas das quais agora eram sócios e não mais assalariados. O resultado da pesquisa mostrou que

> na nova situação não havia sido superado o padrão gerencial tradicional de divisão entre uns poucos que mandam e um grande número que obedece, mas mecanismos de controle que caracterizam aquele padrão haviam sido atenuados e combinados com novas práticas que abriam alguns espaços de participação aos trabalhadores. (HOLZMANN, 2001, p. 16).

Nesta tese, em momento algum a autora ou os trabalhadores nomearam esta vivência da economia solidária, nem mesmo fizeram referência a experiências similares em outro país.

Continuando com os exemplos de empresas falidas que vão ser retomadas pelos seus trabalhadores, temos os casos da Remington no Rio de Janeiro e da Cooperminas de Criciúma (SC) em 1993. Esses casos vão ser estudados por Lia Tiriba que organiza com o PACS[144] e com a Confederação Nacional dos trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM) um Seminário de Autogestão em Criciúma (SC) em setembro de 1993. Participaram outrossim deste seminário trabalhadores da CBCA, da COOMEC, da Caraíba Mineració e da CBC. Segundo Tiriba, diversos significados de autogestão e perspectivas políticas distintas vão vir à tona neste encontro. Sua exposição é importante, pois são sintomáticos das discussões posteriores para a construção de um projeto de economia solidária.

[144] Na época, Marcos Arruda, membro do PACS, estava trabalhando em Genebra, na Suíça, e não participou do evento. Ver a este respeito, no capítulo dedicado às trajetórias, o ponto 5.2.5.

> a) la "autogestión" es una de las alternativas de trabajo frente a la explotación capitalista, siendo el socialismo el horizonte de sus luchas; las experiencias autogestionárias" ya representan el socialismo, el cual se construye cotidiana y gradualmente; c) la "autogestión" es una forma de administrar el capital, gestionando el trabajo de una forma democrática y d) en la lucha contra el desempleo, la "autogestión" es una forma de manutención de los puestos de trabajo y de garantizar los derechos del trabajador frente a la quiebra de los antiguos propietarios. (TIRIBA, 1997, p. 25).

Outra experiência de autogestão pelos trabalhadores vai ser a reabertura da fábrica de calçados Makerly no município de Franca em SP, em dezembro 1991, pelos seus trabalhadores com o apoio do sindicato e graças a um empréstimo do Banespa. Desta vez, apesar do seu insucesso, é daqui que vai nascer uma das entidades promotoras da economia solidária no Brasil. Chamada de Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, e fundada oficialmente em 1994, além de agrupar essas iniciativas, ela vai especializar-se na implantação do modelo. A categoria economia solidária, porém, só vai ser introduzida nos seus escritos a partir de 1998 por iniciativa de Paul Singer. Seus fundadores são oriundos, em grande parte, da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Na ANTEAG, destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias que participa da maioria das mesas de conferências sobre economia solidária[145]; a casa dele foi a primeira sede da ANTEAG[146] e, naquela época, os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração.

Para terminar esse pequeno retrato de empresas autogestionadas, quero mencionar o caso muito particular da BRUSCOR, estudado por Dalila Pedrini na sua tese de doutorado em serviço social na PUC de São Paulo. Quatro professores e um economista, militantes de movimentos políticos e populares perderam seus empregos por razões políticas; alguns anos depois, em 1986, eles fundaram a Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. em Brusque (SC). Trata-se do que Pedrini chama de Empresa Alternativa de Produção Socializada – EAPS – "que desenvolve um projeto social, político, econômico e de convivialidade". (PEDRINI, 1998, p. VI). Em 2000, esta empresa já tinha criado uma outra que ela ajudava a se instalar no mercado e incentivou um projeto de produção de húmus de minhoca no meio rural. Hoje sua experiência está sendo divulgada através de um vídeo e ela participa de numerosas feiras de economia solidária, inclusive no RS.

Várias iniciativas tinham sido tomadas a nível governamental em vista de apoiar a economia popular. Assim, em março de 1994, foi criado o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda[147] – numa parceria entre o Ministério do Trabalho, o Banco

[145] Seminário Internacional: Trabalho e Economia Solidária, 11/2000, POA. Oficina de Economia solidária, I Fórum Social Mundial, 01/2001, POA. Ver foto 5.

[146] Em 1999, a ANTEAG já congregava 52 empresas e 15 mil trabalhadores. (GAIGER, 2000b, p. 3).

[147] A Resolução nº 59 do CODEFAT, de 25 de março de 1994, abriu a possibilidade para que os recursos do FAT fossem canalizados para a concessão de créditos aos pequenos empreendimentos, instituindo desta forma o PROGER. (MARCELO, 2000, p. 44).

do Brasil, o SINE e as secretarias estaduais do trabalho. Este programa abria uma modalidade de crédito voltada para trabalhadores formais e informais, para cooperativas e para os pequenos e micro-empresários que não dispunham de acesso à rede bancária oficial ou privada. Ao instituir o PROGER, negociou-se no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT – a aprovação de Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego. Elas possibilitaram a organização da política pública de emprego de forma mais decentralizada e democrática. A partir de 1998, o CODEFAT vincula a transferência de recursos do FAT à existência de Comissões de Trabalho e Emprego nos Estados. O número destas crescera muito a partir de 1994 e, em novembro de 1999, elas já eram 2002 em todo Brasil, 909 das quais estavam no Sul do Brasil (350 no Paraná e 349 no RS). Entre 1998 e 1999, a CUT desenvolveu um amplo projeto de capacitação de conselheiros para fortalecer estas Comissões "como espaço público capaz de debater e gerar ações em torno dos interesses dos trabalhadores". O Programa Nacional de capacitação foi realizado principalmente nas suas sete Escolas Sindicais, com a parceria da UNITRABALHO e do DIEESE[148]. Tanto o PROGER quanto as tentativas de micro-crédito do BNDES, porém, deram poucos resultados devido às excessivas exigências de garantias, à burocracia e à incapacidade de lidar com este segmento da população. (MARCELO, 2000, p. 45).

Outra iniciativa de formação profissional para desempregados ocorreu em 1996 com o PLANFOR, Plano Nacional de Formação visando, de acordo com suas próprias palavras, "articular, fortalecer e reestruturar a capacidade de Educação Profissional no país, (...), contribuindo, de forma gradual e participativa, para construir uma política pública de trabalho e geração de renda". É interessante observar que, para sua execução, 26% dos recursos foram para a área pública enquanto que o setor privado foi contemplado com 59%. Tal fato foi veementemente criticado pela CUT porque aponta para uma crescente desobrigação do Estado com a educação tecnológica, criando as condições para sua privatização. Uma outra crítica foi sua dissociação da educação geral e, em certos casos, o fato de prescindir da educação básica em vez de complementá-la.

Em julho de 1996, o BNDS havia lançado o Programa de Crédito Produtivo Popular. Além disso, outros empreendimentos surgiram ou foram consolidados por programas oficiais dos governos federal, estaduais e municipais. Entre eles encontramos, por exemplo, o projeto PRORENDA, realizado em colaboração técnica bilateral com a Alemanha e voltado para a viabilização de espaços econômicos para pequenos agricultores, habitantes das periferias urbanas, artesãos e pequenos empreendedores em diferentes ramos de atividade.

Em 1995, o 3º Congresso da CNM/CUT decidira pela realização, no ano seguinte, de um seminário sobre o sistema de autogestão, a partir das experiências vividas pelos trabalhadores. No seminário, chamado de Empresas autogestionárias, cooperativas e

[148] Ver: CUT. *Capacitação de conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego*: A experiência da CUT de 1998 a 1999. Florianópolis: Rocha Gráfica Editora, 2000.

estratégias da CUT, relatou-se que 54,3% das iniciativas nesta área eram de responsabilidade dos sindicatos.

Em outubro de 1996, ainda no quadro das iniciativas tomadas por sindicatos, a (CNM) ligada à CUT, desenvolveu o Programa Integrar para Desempregados (PID). Não foi por acaso que o Projeto Integrar, desenvolvido pela CNM-CUT com o objetivo de discutir sobre alternativas de geração de emprego, levou aos temas da autogestão, da co-gestão e do cooperativismo. Primeiro, pelo momento no qual essas discussões ocorreram (1996) e, em segundo lugar, pelos assessores das oficinas pedagógicas ou culturais, no caso Paul Singer, Ladislaw Dawbor, Marcos Arruda, Aloísio Mercadante, Aparecido Faria e Marilena Nakato, os dois últimos fazendo parte da ANTEAG. Começara no seio do sindicato um movimento de ruptura de muralhas até então mantidas entre sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais em vista de integrar a luta econômica, a luta social e a luta política. Ele se abriu para os desempregados e buscou alternativas de emprego e renda também fora dos contratos de trabalho para assalariados ou funcionários.

Após o início do debate sobre geração de emprego e renda no programa Integrar, evoluiu para a proposta de uma economia solidária e autogestionária. Nas aulas estudava-se um texto de Paul Singer sobre cooperativismo. Em julho de 1997, os 23 núcleos do projeto INTEGRAR/SP realizaram em 19 cidades, fora do horário dos cursos, oficinas pedagógicas e reuniões sobre economia solidária formulando propostas. Os alunos elaboraram projetos de cooperativas, mas faltavam-lhes conhecimentos. Em 1° de agosto 1997, no Seminário da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM – ligada à CUT, chegaram 10 propostas apresentadas pelos trabalhadores e comentadas por Paul Singer, Aloísio Mercadante, Marilena Nakato e Marcos Arruda. Mais tarde, a CNM definirá o tipo de trabalho associativo: as Unidades Solidárias de Produção - USPs[149]. O projeto INTEGRAR continua ainda na forma de programa e faz parte dele um conjunto de cursos chamados de Economia Solidária.

No final de 1998, com a participação de membros da executiva nacional dos sindicatos mais importantes e a co-participação da Unitrabalho e do DIEESE, a CUT formou um grupo para estudar a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS. Ainda no mesmo ano, foi realizada uma série de seminários regionais sobre economia solidária que culminou num seminário nacional e, no final de 1999, nasce a ADS. Em 2000, a CUT cria a Central de Trabalho e Renda, lançada em Santo André e "visa efetivar um sistema público de emprego, integrado e articulado, *de natureza pública não estatal*". (MARCELO, 2002, p. 61). O Conselho de Gestão desta Central é composto por representantes do movimento sindical, do poder público municipal e da Comissão de Trabalho e Renda. A crítica emitida em relação ao Estado, e que se procura superar aqui, é que, no Brasil, "o fato de ser Estado não significa necessariamente ser público e muito

[149] No ano 2000, o programa Integrar/SP da CUT teve o maior número de atividades desenvolvidas em 73 municípios (4.149). Entre as publicações da CUT, encontramos os cadernos *O cooperativismo autêntico e a Economia Solidária* e *Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar*, publicado com a ADS, CUT/PE e com o apoio da FASE/INTERMÓN.

menos democrático". (Idem). Como apareceu no quadro das experiências de economia solidária ligadas às empresas e ao sindicalismo, Paul Singer teve um papel de destaque e houve igualmente uma certa participação de Marcos Arruda.

Há uma relação forte entre a crise do Estado, a emergência de novos atores na sociedade civil e as novas condições de gestão da coisa pública. Segundo Cláudio Nascimento, "a mudança na relação Estado/sociedade civil indica uma crise das formas de representação, em que os setores populares se inserem ativamente nas políticas de participação democrática, sobretudo onde temos administrações populares". (NASCIMENTO, 2000, p. 69). Vera Telles, em 1994, já escrevia: "é na articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos, que se pode ver registros de uma sociedade civil em formação. E é por esse ângulo que se pode repensar e redefinir as relações entre Estado e sociedade".

Entre as iniciativas de geração de renda e trabalho é importante destacar ainda iniciativas municipais, algumas das quais bastante difundidas e com certos resultados, como a organização dos catadores de material reciclável. A título de exemplo, poderíamos citar os casos dos Galpões dos Recicladores e das Cooperativas dos Catadores de Lixo que tiveram origem a partir de 1983 em Porto Alegre (RS). Em 1998, formou-se a Federação Estadual dos Recicladores e, no ano de 2000, já havia dez galpões na capital e dezenas no Estado. Na capital deste mesmo Estado e administrada pela Frente Popular, podemos citar a criação pela Prefeitura de Porto Alegre, de um Setor de Economia Popular na Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio que abriu o primeiro banco de Crédito Popular do Brasil em 1996, com o nome de Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol.

Outro tipo de empreendimentos é o das associações e cooperativas dos assentamentos do MST. Criado no início da década de oitenta (1983), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra mobiliza e organiza milhares de famílias camponesas em vista da Reforma Agrária. Os assentados estão organizados em associações e grupos coletivos de produção para os quais é publicado em 1989 o primeiro manual[150]. Nesta época, começam também a ser organizadas as primeiras cooperativas de comercialização e, mais tarde, as de produção, principalmente de produtos agrícolas industrializados. Rejeitando a tutela da OCB, órgão oficial que tradicionalmente agrupa todas as cooperativas, o MST criou no RS a COCEARGRS[151] e, a nível nacional, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – que, em março de 2002, totalizava 32 cooperativas de produção. Elenor Ferreira, membro do MST, na sua exposição no II Seminário de ITCP na

[150] Manual para estruturação, organização e administração dos grupos coletivos. MST, Secretaria Regional do Nordeste. Set. 1989.

[151] É difícil citar números exatos, pois o próprio Gaiger, apresenta cifras diferentes para a mesma data. Só o número de agricultores envolvidos permaneceu idêntico. "Em 1998, contavam-se 17 cooperativas agropecuárias, além de inúmeros grupos semicoletivos de produção e uniões informais de agricultores, envolvendo cerca de 3.500 indivíduos" (2000 b). "A Cooperativa Central dos Assentamentos do RS agrupava 26 cooperativas agropecuárias em 1998, além de 10 associações, totalizando ao redor de 3.500 membros. A essas cifras somam-se inúmeros grupos de produção e uniões informais de agricultores assentados" (Idem, 1999 a).

UNICAMP, colocava que organizar cooperativas é uma forma de resistir ao modelo dominante, mas ela é insuficiente. O sistema capitalista expulsa do campo muito mais pessoas (2 milhões) do que a reforma agrária conseguiu assentar em todo o país. A concentração de renda impede a descentralização dos meios de produção e a redistribuição dos recursos financeiros. Mas, do ponto de vista da economia solidária, a produção associada dos assentados representa um volume importante e, em estados como Santa Catarina, representa a base a partir da qual foi organizado o comércio solidário. O MST fez parte do grupo de entidades que organizaram o Seminário Internacional sobre Economia Solidária no II Fórum Social Mundial (01-02/02/2002); no entanto, não participou das mesas, nem apresentou textos na publicação conjunta preparatória ao Seminário. A razão desta ausência se deve ao fato deste Movimento priorizar outros combates e outras questões durante o FSM. Segundo Gaiger, nos assentamentos rurais

> há registros de resultados estimulantes no plano sócio-econômico e educativo (Vela, 1995), embora persistam graves dificuldades, em razão das carências materiais, do despreparo técnico e de visões coletivistas, bancadas pela direção do MST, questionáveis e às vezes pouco condizentes com os fatos (Navarro, 1995). (GAIGER, 2000b, p. 7).

Outra crítica a respeito da política do MST veio de Lisboa que escreve em 2000: "a Concrab e suas cooperativas em geral, ao invés de exercer uma postura ativa na construção de redes com os demais atores da EPS[152], comporta-se conforme a racionalidade de uma grande empresa rural, o que é aparentemente paradoxal". (LISBOA, 2000, p. 56). Tem que ficar claro que, se as cooperativas e as associações do MST são consideradas como fazendo parte da economia solidária pelos defensores desta, se seus dirigentes são convidados e participam em seminários de economia solidária para expor sua prática e, se estão presentes nas feiras de comercialização da economia popular solidária, eles não se apresentam como fazendo parte dela. Aliás, percebe-se neles um certo descrédito quanto às possibilidades reais desta economia resolver os problemas dos agricultores familiares.

Um terceiro grupo de empreendimentos, muito mais heterogêneo, agruparia todas as iniciativas de geração de trabalho e renda, desde que sejam pelo menos associativas e, além disso, podendo ter uma série de outras exigências, de acordo com a agência de fomento ou apoio. Já na Bahia dos anos oitenta, a agência alemã GTZ financiou vários projetos econômicos, onde as organizações de base tinham o papel de intermediárias entre as pessoas beneficiadas e os órgãos públicos. Desenvolveram-se ainda, através do trabalho de pastoral e sob a égide da Cáritas as mais diversas formas de atividade econômica. A título de exemplo, podemos citar desde a produção de acolchoados com retalhos para consumo das famílias das próprias produtoras, onde o trabalho voluntário é importante na organização desses grupos, até a produção familiar e domiciliar de doces cujos produtores se associam para poderem participar de feiras.

[152] Economia Popular Solidária.

A maioria destes empreendimentos é, certamente, promovida direta ou indiretamente pela Igreja católica através de financiamentos internacionais para ONGs brasileiras. Fundada em 1956, a Cáritas mantém desde 1986 um fundo de mini-projetos que, até 1999, tinha financiado 954 empreendimentos no Rio Grande do Sul. Como ela está presente em todo Brasil, temos uma idéia de sua importância[153]. Também presente em todo o Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, devemos mencionar o Serviço de Projetos de Desenvolvimento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - SPD/IECLB -, criado em 1966. Ele oferece apoio técnico-financeiro a projetos popular-comunitários de geração de renda. (LISBOA, 2000, p. 54). É importante assinalar que existem várias linhas de ação nas igrejas, mas tratando-se de uma crítica à economia de mercado, a maior reação foi expressa sem dúvida pela Teologia da Libertação, como foi popularmente chamada e divulgada na América Latina.

Boa parte das agências internacionais de cooperação é de origem eclesial tais como ECLOF (Suiça), CEBEMO (Holanda), Entraide et Fraternité (Bélgica), MISEREOR (Alemanha) Christian Aid (Inglaterra), TROCAIRE (Irlanda), CCFD (França) e muitas outras.

Pouco a pouco, as noções de trabalho e emprego começam a diferenciar-se de tal maneira que, frente ao desemprego, os organismos públicos procuram propiciar à população carente não mais empregos assalariados, mas trabalho e renda.

Além de programas e projetos de apoio à produção associada, existem no país várias tentativas de registrar e catalogar essas iniciativas. Os primeiros registros conhecidos não faziam a diferença entre empreendimentos da economia popular e empreendimentos populares solidários. Assim, em 1990, com apoio da Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica e Social – GTZ – o IBASE tinha constituído um primeiro banco de dados que foi retomado e ampliado pela FASE, em parceria com técnicos do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social - SACTES e do Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa - NAPP. A técnica é utilizada até hoje para a formação destes bancos de dados e para o contato com as agências de fomento. A FASE iniciou este trabalho em 1994 e o mantém atualizado. Seus questionários foram enviados a três grandes grupos: agências internacionais, órgãos governamentais e outras entidades (ONGs, agências privadas/empresariais, associações, comitês da cidadania etc.). (SILVEIRA, 1995, p. 12). Uma outra iniciativa da FASE foi o recenseamento e análise das metodologias de capacitação[154]. Além disso, temos o registro e a avaliação destas iniciativas agrupadas em função da agência de fomento. Esse é o caso dos trabalhos de Gaiger ou de Ademar

[153] Segundo Gaiger, "a Cáritas atua em todas as regiões do Estado [do RS] e constitui o programa de economia solidária mais antigo e consolidado. Em 1993, teve 349 projetos recadastrados" (GAIGER, 1994). No triênio 1996-98, 164 iniciativas receberam apoio. Os 12 anos de existência do programa totalizam cerca de 1.000 empreendimentos. Destes, 570 permanecem em sua carteira ativa. De modo geral, as atividades propriamente econômicas conjugam-se com ações em outros planos, reforçando a inserção social e comunitária dos grupos beneficiários. No conjunto, estima-se em 40.000 a soma de pessoas beneficiadas".

[154] SILVEIRA, C.; MELLO, R.; GOMES, R. *Metodologias de capacitação*. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

Bertucci (2003) sobre os projetos promovidos pela Cáritas, das análises de Ildes de Oliveira (1988) sobre os micro-projetos econômicos comunitários assessorados pelo Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana (BA) e da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia -APAEB.

Entre as publicações mais recentes podemos citar, a título de exemplo, o *Catálogo de comercialização, construindo um comércio justo*, redigido pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Além de uma ficha por empreendimento, quer se trate de uma entidade de apoio ou de uma associação de produção, encontramos nele um repertório de demandas e ofertas de produtos e serviços. A pesquisa/ação do CAMP de Porto Alegre[155], que atingiu 192 empreendimentos repartidos em três regiões do RS representando um total de 8.635 sócios, teve seus resultados publicados, além de uma ficha informativa sobre cada empreendimento. Esse Centro de Educação Popular deu ênfase à formação de Coletivos Regionais, grupos informais que reúnem o movimento sindical rural e urbano, a Cáritas e pastorais, Cooperativas, o Partido dos Trabalhadores, Secretarias municipais, universidades e ONGs para, além de propor alternativas de desenvolvimento regional, participar da pesquisa desde a formulação da proposta, metodologia e cronograma. Além de estabelecer um diagnóstico dos Projetos de Desenvolvimento Regional Alternativo (PDRAs) e da situação de cada região, tinha o propósito de promover o intercâmbio entre os empreendimentos, as entidades e as regiões. Enfim, a rede solidária tem um *site* na Internet onde todos os empreendimentos associativos e solidários podem cadastrar-se colocando seus produtos ou serviços à disposição, organizando-se para realizar compras coletivas, trocando experiências, transferindo tecnologia, receitas, software, catálogos para venda dos produtos, realização de cursos, além de uma lista de debates sobre a economia solidária com mais de 300 membros. Em 2004, a SENAES organiza um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)[156] que visa mapear todos os empreendimentos e entidades de apoio e fomento de economia solidária do Brasil. Um dos objetivos do cadastramento, além de permitir a elaboração de políticas públicas para este setor, é "fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização".

Estas iniciativas de fomento de trabalho e renda mostram que, na grande maioria dos casos, elas representam muito mais uma acomodação ou um ajuste do que uma recusa propriamente dita das regras do jogo dominante.

É importante reconhecer que a proposta de economia solidária se quer extremamente global, respondendo a vários problemas, expressando preocupações com[157]:

- as novas necessidades materiais: geração de trabalho e geração de renda;

---

[155] ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. *Pesquisa/Ação*. Regiões: Alto da Serra – Grande Porto Alegre – Sul/RS. Porto Alegre: CAMP, 2002.

[156] Gaiger é um dos autores deste instrumento de pesquisa e coleta de dados em vista do mapeamento dos empreendimentos e entidades de apoio à economia solidária.

[157] A lista a seguir inspirou-se em duas listas elaboradas por Tavares dos Santos a respeito da implementação de projetos sociais e culturais. (2001, p. 177-179).

- as necessidades de conhecimento: educação fundamental e formação profissional;
- as necessidades sociais: superar a fragmentação social e o individualismo exacerbado mediante a potencialização das relações de sociabilidade;
- as necessidades simbólicas: desenvolver ações para construir a auto-estima individual e de grupo;
- a expansão da cidadania e a participação na vida política;
- a implementação de ações sociais em vista do desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente.

A crise do mundo do trabalho se aprofunda e, em 2003, os trabalhadores com carteira assinada não chegavam a cinqüenta por cento da População Economicamente Ativa brasileira; há uma redução da massa salarial e do emprego. As formas de enfrentamento deste quadro não estão dadas, mas estão sendo construídas.

Aparece na cena política do país um novo sujeito econômico que precisa de um estatuto jurídico específico, o trabalhador associado da economia solidária. São pouco expressivos seus meios de pressão sobre o Estado para que este incorpore na sua agenda a economia solidária. Em certos lugares, seus representantes (intelectuais, sindicalistas) participam de forma tímida, mas convicta, dos Fóruns do Trabalho para reivindicar uma legislação específica adaptada às suas condições de trabalho, produção e comercialização. Como trabalhadores, eles precisam receber proteção do Estado e exigem incentivos e leis compatíveis com sua real situação para os respectivos empreendimentos; é o que está sendo chamado de um novo marco legal. Em 2004, as Delegacias Regionais do Trabalho são chamadas a mapear e cadastrar os empreendimentos da economia solidária, mesmo os informais. Isto vai contra toda a filosofia aplicada em décadas passadas pelos inspetores do trabalho no combate à informalidade e à exploração dos trabalhadores arregimentados nestas empresas.

Torna-se imperiosa a criação de uma nova legislação para resgatar a cidadania dos trabalhadores da economia solidária. Existe uma legislação para os autônomos e os associados de cooperativas, mas ela não responde, em muitos casos, às possibilidades e às necessidades de trabalhadores informais que trabalham de forma associada. É essa figura jurídica de um novo tipo de trabalhador, o trabalhador associado, que está sendo reivindicada e pensada a partir do campo da economia solidária. Um Conselho de Economia Solidária está sendo implementado; a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem como proposta a elaboração do Estatuto do Trabalhador Associado, como ocorreu na década de sessenta com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

### 3.3. O Terceiro Setor

Os anos noventa foram marcados por mudanças na organização da sociedade civil e isto se reflete numa nova terminologia. Fala-se em ONGs, terceiro setor e economia

solidária. As organizações não governamentais não são recentes; além de adquirirem a categorização de ONGs, contudo, nesta fase de sedimentação dos movimentos sociais, de organização da sociedade civil e de desengajamento progressivo do Estado em relação a seus compromissos com o bem-estar da população, elas transformam seus perfis. A lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, que lhes permite de receber subsídios públicos, fez seu número aumentar muito. Essas transformações não passaram desapercebidas e elas se tornam objeto de pesquisas. A multiplicidade das formas associativas, seus propósitos os mais diversos e a importância que começaram a ter na vida social, política e econômica no Brasil levaram certos intelectuais a reuni-las na categoria de terceiro setor, a exemplo do que já se fazia alhures. Não existe consenso a respeito do significado desta categoria e há divergências entre os intelectuais quanto ao fato da economia solidária fazer parte ou não deste terceiro setor. Por isto vou deter-me um pouco no esclarecimento desta noção.

Se a categoria é nova - pouco mais de uma década apenas -, o universo que ela quer representar, o das organizações sem fins lucrativos, já existe há muito tempo. Segundo esta concepção a sociedade se dividiria em três setores; o primeiro, composto pelas organizações estatais, isto é, o Estado, o segundo pelas organizações que visam o lucro, ou seja, o Mercado, e o terceiro pelas organizações privadas mas que têm por finalidade o bem público conforme a expressão *Privado, porém público,* título do livro, publicado no Brasil em 1994, por Fernandes[158].

[158] É neste livro que aparece pela primeira vez no Brasil a categoria "Terceiro Setor".

Emil SOBOTTKA faz a crítica da categoria de *terceiro setor* que ele apresenta como uma palavra mágica para abrir as portas do financiamento, para chamar o público, vender livros, ajudar no reconhecimento da comunidade acadêmica e para não preocupar-se com definições. (2002, p. 81). Como a categoria ONG, a de terceiro setor se define pelo que ele não é, nem estatal, nem lucrativo. Após lembrar que a divisão da ordem social em três partes é antiga, iniciando já com os gregos, o autor se refere à diferenciação feita por Weber, na sua obra *Classe, estamento e partido*, para responder à pergunta como o poder era distribuído na sociedade. Segundo Sobottka, as Ciências Sociais captaram desta obra "a diferenciação de esferas de valor e ordens de vida em economia, política e cultura. A ação social em cada uma tem um contexto específico que influencia a referência de sentido do agente". (2002, p. 83). Esta concepção weberiana influenciou, por sua vez, o conceito de sociedade de Habermas que concentrou sua atenção sobre a reprodução cultural que ele chama de "mundo da vida". Sobottka faz então uma crítica deste conceito sublinhando que Cohen e Arato[159] aprofundaram-no diferenciando no mundo da vida uma esfera privada e outra pública. Etzioni e, especialmente, Levitt seriam os pais do conceito de terceiro setor e lhe atribuíram uma função complementar à economia de mercado e ao Estado.

De fato, existem várias terminologias para referir-se a esse possível conjunto de organizações: setor voluntário, setor não-lucrativo ou ainda setor independente, todas traduzidas do inglês, mas a mais usada no Brasil é sem dúvida a de terceiro setor. Nos países francófonos fala-se de *Économie Sociale*. Defourny, Develtere e Fonteneau (1999) resumem assim as várias terminologias afirmando que a expressão terceiro setor, mesmo imperfeita, é a que recebe o maior consenso a nível internacional. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. (idem, p. 11). Mas se olharmos para regiões geográficas específicas - observam eles - outros termos são preferidos[160]. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector*[161] ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations* ou ainda, com certas ressalva, de *Économie Sociale*[162] na França. Além disso, na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft* [163] e na Suécia, *folkrörelse* ou *association ideel*[164].

Segundo os mesmos autores, as apelações que adquiriram uma vocação internacional, senão universal e que receberam um tratamento teórico mais acurado, são as

---

[159] COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

[160] Esses autores associam também a noção de terceiro setor à de economia solidária e à apelação *organizaciones de economia popular* que, segundo eles, é mais comum na América hispânica. É difícil no Brasil concordar em incluir a economia popular no que se entende como terceiro setor, pois ela não tem finalidade pública.

[161] No Brasil, seguidamente é feita referência ao Johns Hopkins Comparative Non Profit Sector Project, do qual Leilah Landim participou.

[162] A Economia Social que, apesar de recobrir uma gama mais ampla de instituições, já que envolve as cooperativas, é traduzida por alguns como Defourny, por *third sector*.

[163] Que é muito problemática e não é bem aceita.

[164] Sobre este assunto ver: LECHAT (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?

de economia social (ou solidária) e as de *non-profit sector*[165]. Para eles, a noção de economia social é a mais ampla das duas; além das associações sem fins lucrativos, ela inclui um tipo de empresa difundido no mundo inteiro, as cooperativas, que, há mais de 150 anos, encarnam muitas vezes a busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Essa noção incorpora também um outro tipo de organização, as *mutualidades* que, igualmente muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Na França e na Bélgica, usa-se mais a categoria de economia social, em voga desde o século dezenove, do que a de terceiro setor. Ali ela é vista como sendo constituída por três grandes componentes: cooperativas, organizações mutualistas e organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações). Evidentemente, europeus e norte-americanos abordam o terceiro setor de maneira diferente. Se os primeiros enfatizam mais "o caráter não estatal, porquanto vêem nele um complemento ao estado de bem-estar que enfrenta determinadas limitações para universalizar a garantia de direitos" (THOMPSON, citado por SOBOTTKA 2002, p. 87), os segundos enfatizam mais a referência ao mercado onde é o caráter voluntário e não lucrativo que é colocado em destaque.

O que se sublinha hoje é a parte crescente que este terceiro setor representa na economia e o novo tipo de relações que ele estabelece com o Estado. Impressiona o seu rápido crescimento, a sua importância para a criação de novos empregos e para suprir as deficiências do Estado numa extensa gama de serviços sociais, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Para melhor visualizar a heterogeneidade que representa o chamado terceiro setor, e a realidade que ele pretende recobrir no Brasil, retomo-o dividido nas três categorias identificadas por Léo Voigt (2001). A primeira reuniria as organizações não governamentais (ONGs) que, por sua vez, podem ser divididas em associações comunitárias, movimentos, organizações temáticas e entidades assistenciais tradicionais. As associações comunitárias atuam num espaço geográfico delimitado como bairros, paróquias etc. Os movimentos mobilizam seus militantes em torno de um objetivo e extinguem-se quando o objetivo é alcançado. As organizações temáticas existem a nível internacional, como as organizações de defesa do meio ambiente ou pelo apoio a aidéticos etc. Em geral, elas conseguem financiamentos facilmente. Temos, em seguida, as entidades assistenciais, boa parte das quais são de cunho religioso.

A segunda categoria - mais recente - comporta as fundações, institutos e ONGs sustentados por empresas. Aqui encontramos as fundações corporativas, fundações diretamente ligadas às empresas mantenedoras, e os projetos sociais cujo abrigo jurídico ainda residem na própria empresa. Entre o primeiro conjunto destas fundações, as entidades filiadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, seguem um código de ética

[165] Agradeço à Nanci Valadares e à Adelia Miglievich pelas observações segundo as quais a categoria de *non-profit* deve ser entendida como a não exploração da mais-valia e não no sentido de ausência de lucro. Mesmo assim, vejo que os adeptos do conceito de economia social, não entendem tais categorias enquanto sinônimos.

e têm grandes impactos nos setores sociais e culturais do Brasil, devido ao importante volume de dinheiro envolvido[166]. (VOIGT, 2001, p. 77).

A última categoria agrupa todas as associações sem fins lucrativos que são de interesse público, têm função social, mas não se enquadram nos dois primeiros grupos, pois são destituídas de caráter público. Entre elas encontram-se as organizações corporativistas que só beneficiam seus sócios, as entidades mutuais como cooperativas de crédito e de consumo, fundações de funcionários, clubes recreativos, escolas, universidades e hospitais privados que, apesar de se reclamarem da filantropia, vendem seus serviços.

Essa definição, se assim podemos chamá-la - já que não define nada -, é uma das mais abrangentes que encontrei; as demais estabelecem, em geral, uma série de critérios restritivos. No entanto, ela é interessante sob dois pontos de vista. Primeiro, ela reflete uma percepção "êmica" de quem trabalha numa destas organizações[167]; em segundo lugar, ela alerta sobre o processo de aproximação dos movimentos sociais de uma série de organizações apolíticas. Além do mais, no Brasil há uma "lei do terceiro setor", assim popularmente chamada, que define legalmente as organizações que podem ser designadas como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, estando habilitadas dessa forma a celebrar "Termos de Parceria com o Poder Público". Assim sendo, lhes é retirado qualquer aspecto de contestação ou de crítica do Estado, descaracterizando o caráter político reivindicativo que estas tinham anteriormente. Isto nos remete aos medos dos agentes da economia solidária de assimilação numa mesma categoria de entidades politicamente opostas e da perda de combatividade e questionamento deste setor, o que os leva, sem dúvida, a rejeitar *a priori* sua incorporação nele.

Sobottka faz uma crítica muito interessante a quem define o terceiro setor como um espaço entre o Estado e o Mercado e não entre a política e a economia. Para este autor,

> "terceiro setor" é uma denominação que é originalmente promovida conjuntamente por aqueles segmentos sociais que, tanto na economia como na política, estão impulsionando formas bem determinadas de gestão da economia e da administração pública e que são adeptos ostensivos de um liberalismo seletivamente regulado. (SOBOTTKA, 2002, p. 88).

Ele mostra como este setor, ao contrário dos movimentos sociais, não tem por característica predominante a mobilização, mas a formalização. A linguagem, a lógica de gestão, a profissionalização dos seus agentes estão muito mais informadas pela eficiência empresarial do que pelos princípios de cidadania e solidariedade que seus dirigentes invocam.

Sobottka, na busca de classificar organizações da sociedade civil com base em critérios sociológicos, procura então subsídios junto a autores como Habermas, Friedhard Hegner, Jean Cohen e Andrew Arato. A partir do modelo habermasiano de sociedade, ele

---

[166] Entre 1997 e 2000, elas representam um investimento de R$ 1,7 bilhões.

[167] Léo Voigt trabalha na Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Ver sua relação com Luiz Inácio Gaiger no capítulo dedicado às trajetórias.

estabelece três mecanismos de coordenação da ação humana. No sugbsistema econômico o meio é o dinheiro, no subsistema político seria o poder e no mundo da vida, a solidariedade. Mas Sobottka vê a análise de Habermas, por demais tributária da situação européia de crise do Estado de bem-estar social onde as ações coletivas dos cidadãos seriam principalmente defensivas. Para então apreender conceitualmente as ações coletivas propositivas dos cidadãos em vista da ampliação de seus direitos, ele busca subsídios junto a Cohen e Arato, e principalmente Hegner. Retomando os três tipos de organizações, ele observa que nos dois primeiros "há uma sincronia entre o mecanismo de coordenação das ações e os objetivos" (SOBOTTKA, 2002, p. 92), ao passo que no terceiro é a forma que a solidariedade assume que vai definir o tipo de organização.

Assim, o altruísmo se caracteriza pela ajuda a pessoas externas ao grupo e pode ser materialmente apoiado por terceiros. Um exemplo seria o das associações que recolhem donativos para populações carentes ou para instituições que acolhem diversos tipos de pessoas carentes. Por sua vez, a lealdade é a coordenação de ações tipicamente orientadas para o coletivo na busca de soluções conjuntas, "tidas como mais promissoras do que a quebra da confiança do grupo em favor de possíveis ganhos imediatos" (Idem). Finalmente, a reciprocidade é uma forma de solidariedade na qual espera-se a troca. A cada uma das formas de solidariedade corresponde, segundo o autor, um tipo de organização civil. Estes critérios de classificação são interessantes; no entanto, levam novamente a agrupar organizações ideologicamente opostas. Assim, por exemplo, no primeiro e segundo grupos encontramos movimentos sociais ao lado da filantropia empresarial.

Dito isto, como situar as diferentes organizações da economia solidária em relação a este pretenso terceiro setor? O campo da economia solidária perpassa as esferas da economia, da política e da sociedade civil. Nascida de preocupações de ordem socioeconômica, ela se distingue da economia dominante da qual seus agentes foram excluídos ou da qual querem distanciar-se. O projeto de economia solidária é uma proposta política de reorganização da economia e da sociedade a partir da autogestão dos trabalhadores e da solidariedade da sociedade. Esta proposta alternativa de produção, comercialização, consumo e poupança solidária, nascida no seio da sociedade civil, onde procura articulação e apoio, busca respaldo junto aos aparatos legislativos e redistributivos do Estado. Por estas razões, segundo seus intelectuais, a economia solidária não pode ser entendida como fazendo parte do terceiro setor, apesar de a maioria das organizações de apoio terem-na incluído nele.

Segundo França Filho e Laville, a ótica liberal, que interpreta a economia solidária como um terceiro setor vindo justapor-se aos outros dois (Estado e mercado), é uma "visão funcionalista que limita a ação da economia solidária à idéia de uma *démarche* funcional. Ela viria, nestes termos, preencher uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas ...". (2004, p. 114).

### 3.4. Novos valores, novas análises

Em épocas de crise, intensifica-se a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, proliferam representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente. (BACZKO, 1989, p. 310). As palavras de ordem mudam e não por acaso. Passou-se do anticolonialismo, antiimperialismo, anticapitalismo para a antiglobalização. Além de uma postura de rejeição contra algo, no entanto, hoje também reivindicam-se alternativas. Parece que não existem mais modelos, há uma maior consciência da diversidade, uma rejeição da imposição, da hierarquia, que se contrapõe não somente ao sistema capitalista, mas também à proposta de nacionalização da economia como o sublinha Aníbal Quijano[168]. O ideal anárquico reaparece com mais força. Os fóruns sociais mundiais são uma boa demonstração deste novo espírito. As alternativas vão sendo construídas nos planos da prática e do discurso, mas ninguém mais tem o monopólio delas. Pelo contrário, os novos símbolos exaltam as funções criadoras da imaginação, afirma-se que: "uma outra economia", "uma outra educação", "uma outra humanidade", "um outro mundo" "são possíveis[169]". São reações às afirmações anteriores que anunciavam "o fim da história".

Renascem o socialismo utópico e o anarquismo, mas transformados. A solidariedade é a palavra de ordem que ganhou mais adeptos nestas duas últimas décadas, tanto à direita quanto à esquerda, o que enfraqueceu muito o seu poder subversivo. Talvez este seja o motivo pelo qual a encontramos cada vez mais adjetivada. Solidariedade popular, solidariedade autogestionária. Mas há pouca discussão na literatura acadêmica brasileira a respeito desta categoria[170].

A pergunta entre intelectuais engajados é "como construir caminhos intelectuais para construir a utopia". (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 163). Os cientistas sociais estão convidados a construir utopias já que, como escreve Sousa Santos, não há soluções modernas para os problemas que a modernidade criou ao invés de cumprir suas promessas. Quais são os caminhos que intelectuais brasileiros vão trilhar para a formação da utopia de uma economia solidária?

Os estudiosos da economia solidária situam-se no campo daqueles que defendem a centralidade do trabalho na vida econômica e na vida das pessoas. Está presente a concepção de que o trabalho dignifica, resgata a auto-estima das pessoas, participa na gestação de um processo identitário. Por oposição, entende-se que a assistência a pessoas carentes pode levar a uma "contra-identidade"[171]. Tal pensamento nos remete ao surgimento do capitalismo no ocidente e à sua análise por cientistas sociais no século XIX. Durkheim e a solidariedade orgânica fruto da divisão do trabalho, Marx e a contradição

---

[168] QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512.

[169] É preciso assinalar que, a partir de 2004, o slogan da economia solidária é "uma outra economia está acontecendo".

[170] Voltarei a esta discussão no capítulo 4, *Os nomes da economia solidária*.

[171] Sobre a noção de contra-identidade, ver Gaulejac, *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

entre o capital e o trabalho, Weber com a visão de trabalho da ética protestante e com o espírito do capitalismo. Em vez das afirmações pós-modernas sobre a sociedade do consumo, da comunicação, do lazer, o acento não está sobre uma sociedade sem trabalho, mas uma sociedade que volta a procurar formas de trabalho não assalariadas. Está se tentando aproveitar a crise do trabalho assalariado para substituí-lo por outras formas de organização da produção, da distribuição e do consumo que sejam autogeridas, solidárias e harmônicas com o meio ambiente. A proposta não tem nada de revolucionário na sua forma, mas sim no seu conteúdo. As iniciativas consideradas embriões da economia solidária são iniciativas da economia popular. As pessoas procuram, a partir de sua sabedoria acumulada nas experiências próprias e alheias, presentes e passadas, soluções imediatas a seus problemas. Brotam então inúmeras formas alternativas de geração de trabalho e renda divergentes da organização rígida, hierárquica e racional da firma capitalista. Segundo Boaventura de Sousa Santos, "Esta produção não capitalista é hoje uma das formas centrais de resistência à globalização não capitalista". (SANTOS, 2002, p. 16).

Resumindo: a situação socioeconômica e política mudou radicalmente no mundo e no Brasil nestas últimas décadas. Por um lado, a crise do sistema capitalista levou a uma série de medidas tais como a volta da ideologia liberal enfraquecendo os estados nacionais e desmontando os ganhos adquiridos pela classe trabalhadora e suas organizações durante o século XX; o desenvolvimento da informática e das novas tecnologias comunicacionais permitiu a implantação de uma reestruturação produtiva e um desassalariamento a nível mundial. Por outro lado, os desempregados, os excluídos do mercado de trabalho, os sindicatos em perda de membros, as igrejas e inúmeras associações civis tentaram achar novas formas de produção de renda e trabalho a partir de um outro modelo de sociedade. O crescimento da exclusão e da miséria e o aumento da violência levaram organizações internacionais a buscar novas formas de intervenção tanto a nível socioeconômico quanto cultural. A sociedade civil foi chamada para encontrar soluções para estes problemas em parceria com os governos locais e regionais, criando novas formas associativas e muitas ONGs deslocaram ou ampliaram suas atividades de educação e de formação política para o fomento e o apoio de empreendimentos produtivos. Os movimentos sociais transformaram suas ações reivindicativas em propositivas.

São essas novas formas de produção que chamaram a atenção de intelectuais progressistas que viram nessas experiências a possibilidade de promover novas relações de trabalho e uma crítica ao sistema capitalista. Foram também relembradas as experiências associativistas e cooperativistas do século XIX e os pensadores que as defendiam. As análises, que eram principalmente de cunho social, político e macro-econômico, alargaram-se para estudos de micro-economia, administração e gestão de empresas, e para mudanças culturais.

# 4. OS NOMES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

## 4.1. Considerações preliminares

Podemos ler no texto *De quelques formes primitives de classification,* de Émile Durkheim e Marcel Mauss, que toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível, nem nossa consciência oferecem o modelo. É preciso, então, acrescentam os autores, perguntar-se onde fomos procurar as classificações. Para responder a esta questão, eles investigaram quais eram delas eram mais rudimentares e com que elementos os homens as tinham construído.

Há realidades e categorias usadas para expressá-las e elas recobrem uma série de noções mais ou menos explícitas, guardando sentidos internos, "êmicos" e plurívocos. Uma mesma categoria pode possuir vários significados, dependendo do lugar ou da época. Certas categorias são neologismos e, com alguma chance, podemos identificar seus inspiradores; algumas, mais antigas, deixaram registros o que facilita para clarear alguns episódios de sua história. Todas elas vêm marcadas pela historicidade e o sentido que lhes é atribuído se modifica com a transformação das análises e das realidades investigadas. Por isso, a reflexão sobre o seu uso e a sua circulação é importante. Ela esclarece um conjunto de significados latentes, e permite assim a compreensão das suas implicações contemporâneas[172].

[172] Ver a este respeito, por exemplo, o texto, *Cultura, comunicação e massa*, de Renato Ortiz (1995, p. 91-92).

A seguir, este capítulo investiga por iniciativa de quem (grupo ou pessoa), quando e em que contexto, as noções que se referem ao que vai ser chamado genericamente[173] de economia solidária, vieram e/ou circularam no Brasil. Pretendo também mostrar como, em determinados momentos, em alguns meios acadêmicos, surge a necessidade de elaborar definições e de formular conceitos. Vou fazer uma arqueologia de certas noções e/ou retraçar o seu percurso, bem como levantar os eventos que permitiram a formação de certas concepções que considero uma fase decisiva para o desenvolvimento do campo em estudo. Toda conceituação apresenta-se como uma tentativa de sistematizar, estabelecendo fronteiras e definindo quem faz parte do campo ou não.

O livro *A outra economia,* uma obra de referência lançada em janeiro de 2003 por ocasião do III FSM, tenta normatizar ou, pelo menos, problematizar o uso destes nomes. Este acontecimento, do qual participei como convidada, é muito sintomático para a compreensão do meu objeto de pesquisa. Vou tentar rastrear aqui, mesmo que minimamente, junto com as noções e os conceitos, os contextos no seio dos quais estes florescem, os intelectuais que os resgatam, os nomeiam e, eventualmente, vão ser autorizados, por uma "comissão de peritos" a definir os termos. Para fazer tal resgate, identifiquei algumas tramas, que, por sua vez, apontaram para outras. Falo em trama e não em rede, já que estou me referindo a eventos, instituições, movimentos sociais, autores, isto é, um certo contexto no qual identifiquei o uso da noção de economia solidária. Mais adiante poderemos observar como certas redes de relações sociais vão tecer-se com o apoio destas tramas. Penso que conhecer e tentar compreender os nomes do que poderia ser chamado de maneira genérica de economia solidária é um dos elementos que leva ao desvelamento do processo de aliança, disputa, construção e legitimação do campo da economia solidária, meu objeto de pesquisa.

Para início de conversa preciso enumerar os diversos nomes dados para o que identifiquei genericamente como economia solidária e, para tanto, vou apenas listá-los por ordem alfabética. Trata-se de cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã[174], economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, economia social[175], economia solidária, economia solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário, socioeconomia popular e solidária, socioeconomia solidária. É preciso, também lembrar

[173] Escolhi o termo economia solidária como genérico, por ser, entre os mais utilizados, o mais sucinto e o mais usado a nível internacional. Hoje, ele foi adotado publicamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego.

[174] O termo economia cidadã apareceu pela primeira vez no Brasil no final de 2002 como tradução do título do livro de Henri Rouillé d'Orfeuil: "économie citoyenne".

[175] De fato, o termo economia social, entendido como economia solidária, é uma tradução literal do francês: "économie sociale"; em português ele possui um outro significado.

que esses nomes expressam coletivos, cujos componentes possuem, por sua vez, outras apelações como, por exemplo, projetos alternativos comunitários[176].

A esta lista deve ser também acrescentado o termo terceiro setor, mas desta vez como um conjunto mais amplo do qual a economia solidária faria parte ou não. Todos estes nomes não são usados com a mesma freqüência e alguns deles têm seu uso restrito a poucas pessoas, enquanto outros são de uso geral ou são compartilhados por um grande número de pessoas. Alguns são antigos, outros mais recentes e alguns deles foram traduzidos de outras línguas. Neste capítulo, optei por tratar somente de alguns nomes que apareceram de maneira freqüente de forma pública e notória[177] por ocasião de encontros acadêmicos, de feiras e fóruns ou de publicações.

Se foi a partir de 1996 que as noções de economia solidária ou de economia de solidariedade começaram a aparecer nos escritos de brasileiros, a realidade a que os autores se referem com elas é bem anterior, recebendo, na época do seu surgimento, as mais diversas apelações. A este respeito, Tiriba escreve:

> ... ainda são poucos os estudos sobre a diversidade e complexidade da dinâmica interna dos empreendimentos populares. Os conceitos e denominações utilizadas para fazer referência às experiências de pequena escala têm sido os mais diversos, dependendo das diferentes perspectivas políticas e enfoques teóricos e da diversidade das práticas econômicas populares: além de economia informal, subterrânea, invisível, submergida, surgem novos termos, como economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. (TIRIBA, 2001, p. 104).

Entre os termos sob os quais a noção de economia solidária se escondeu, um dos mais antigos talvez tenha sido o de economia informal, criado na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho - OIT. As concepções a respeito da economia informal foram modificando-se no decorrer dos anos. Se outrora os analistas consideravam-na um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, hoje é uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e economistas do mundo inteiro pela sua persistência e crescimento. O fenômeno chamado de economia informal, no entanto, não pode ser corretamente representado por um setor ou por um *continuum*, mas por setores qualitativamente distintos. Entre eles podemos identificar alguns como o da economia familiar, ou o dos micro-negócios e, nestes, associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços realizados com pouquíssimo ou até nenhum capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros, começaram a demonstrar um certo interesse por certas atividades do setor informal, retirando-as do anonimato destes conjuntos amplos e heterogêneos denominados de economia popular ou economia informal. Esses empreendimentos econômicos que foram

[176] É o caso da Cáritas que reúne os PACs sob o nome de Economia Popular Solidária.

[177] Entendo como notório fazer parte do título do evento, estar no cartaz, no folheto de divulgação ou ainda na capa da publicação.

colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela solidariedade existente entre seus sócios, para com a sociedade e com a natureza à sua volta vão receber novas nomeações; isto não os impede de continuar fazendo parte da economia informal ou da chamada economia popular. França Filho e Laville estabelecem uma oposição contrastante entre economia popular e economia informal. Para eles a primeira teria por base a solidariedade preexistente nos grupos sociais e supõe uma articulação entre as necessidades e os saberes locais enquanto que a segunda assumiria "na maioria dos casos a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, não apresentando uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral". (2004, p. 179).

Embora a questão tenha sido tratada por muitos autores, as categorias de economia popular (A CHAMADA, 1994; SINGER, 2000b) e de economia informal (TOKMAN, 1987; CACCIAMALI, 1999) continuam sendo categorias mal definidas e problemáticas, mas isto não é o que pretendo discutir por hora. O que me importa aqui é o processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico.

O que a pesquisa percebeu foi o estabelecimento de um novo recorte, de um novo enfoque que permitiu destacar certas experiências já conhecidas entre as diversas formas econômicas de geração de emprego e renda. Por exemplo, não se trata simplesmente de uma economia popular, mas de uma economia popular solidária. Não simplesmente do trabalho informal, mas de um determinado tipo de trabalho informal que vai ser destacado e retirado do anonimato do trabalho informal por possuir certas características. Não se trata simplesmente de cooperativismo, mas de um cooperativismo autogestionário. Retirar certos fenômenos do anonimato significa dar-lhes visibilidade, estabelecer fronteiras e contornos apropriados. E é só a partir deste processo de reconhecimento e de nomeação que tais fenômenos tornam-se públicos e chamam a atenção da sociedade civil que, por sua vez, interpela os órgãos públicos em vista da elaboração de políticas públicas de apoio a esta nova realidade. Quando a questão demanda uma legislação, o Estado volta a exigir dos intelectuais definições precisas e critérios para definir quem faz parte ou não do universo em estudo. É esse processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico, de reconhecimento de novos agentes sociopolíticos que é preciso compreender. Em outras palavras, como se agenciam os processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação, nomeação e estruturação de um novo campo de ação e de teorização.

Sobre esta questão Lisboa escreve:

> Apesar de recentemente descobertas por intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à EPS são muito antigas, e somente não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão econômico-social iluminista. (...)
> Mas há que distinguir. Os experimentos em curso exigem uma conceituação adequada (desafio conceitual): não podemos confundir o setor da economia informal (...), mera 'sombra' da economia de mercado, com o conjunto de pessoas que se dedica a atividades econômicas sem a presença, muitas vezes, de relação de assalariamento, e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução (cfr. Coraggio, 1999). Estas últimas,

> denominadas de EPS, são atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas (ou seja, nelas têm grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e, muitas vezes, realizadas por grupos de mulheres (eis a perspectiva de gênero da EPS), não motivada pela idéia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente), não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagindo com o mesmo) e a controles burocráticos, por meio dos quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável (sem depender das redes de filantropia). (LISBOA, 2000, p. 53-54).

Como relatei acima, a noção de economia solidária chegou no Brasil através do conhecimento de experiências da América hispânica[178], recebendo aqui uma ressemantização. Quanto à categoria de socioeconomia solidária, ela teria sido escolhida coletivamente por uma equipe internacional da qual Marcos Arruda fazia parte. Considero importante partir da nomeação do campo, pois, como Sabbaghi expressou muito simplesmente, "só se vê aquilo de que se tem um conceito. Tudo o mais permanece 'invisível'". (Apud ARRUDA, 1998, p. 5). De fato, uma coisa é o uso dos conceitos como cooperativismo ou autogestão, utilizados há muito tempo, e outra é o seu uso recolocado num conjunto maior chamado de economia solidária.

Para simplificar a exposição desta pesquisa, utilizarei a expressão economia solidária entendida num sentido genérico, ou seja, como sinônimo ou substituto de todas as outras nomeações. De fato, como explicado acima, é o termo que reúne todos os outros nomes, no caso de coletâneas de textos, seminários e outros eventos acadêmicos nacionais e internacionais. É também o nome oficial que lhe foi atribuído pelo governo Lula a partir de 2003[179]. Quando me referir a uma das vertentes, utilizarei o termo específico.

Mas antes de entrar nas denominações, vou fazer um breve esboço de termos mais gerais, a saber, economia e depois solidariedade.

## 4.2. Economia

Mas qual é o significado da noção de economia solidária? Como interpretar o termo economia? O dicionário Aurélio[180] apresenta nove definições do verbete economia. Em primeiro lugar, "é a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens". De fato, a economia solidária é geralmente entendida, no Brasil, como constituída por associações de produtores de bens e serviços, associações de comercialização e associações de consumidores desde que dentro das características já nomeadas, ou seja, a produção de bens necessários à maioria da população, produzidos sem

[178] Ver o capítulo 1. *O tema e suas questões*.

[179] O fato de Paul Singer ser o secretário desta Secretaria foi certamente decisivo para sua escolha, mas este era também o nome do GT brasileiro que enviou a carta ao Governo Lula propondo "a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária". (GT, 2003a, p. 68).

[180] Dicionário eletrônico Aurélio do Século XXI.

agredir a natureza, de forma autogestionária, solidária e com eqüidade. De início, as experiências têm, geralmente, muitas dificuldades para sair do isolamento e a proposta dos agentes da economia solidária é pela articulação dos diferentes empreendimentos, a formação de cadeias produtivas, a formação de redes de consumidores para tornar os empreendimentos mais rentáveis e criar uma economia alternativa. A preocupação quanto à comercialização é muito grande, pois, geralmente, é naquele nível que aparece o ponto de estrangulamento dos empreendimentos, uma solução sendo a possibilidade destes empreendimentos participarem de licitações públicas para receber encomendas públicas. Até o final de 2003, a maioria dos empreendimentos solidários não consegue participar destas licitações em função de problemas legais e/ou de volume de produção.

Outras definições seriam:

- "A arte de bem administrar uma casa". Esta definição expressa o sentido que os adeptos da economia solidária querem recuperar e que vai ser comentada logo a seguir.
- "O conjunto dos conhecimentos relativos à economia, ou que têm implicações com ela, ministrados nas respectivas faculdades; ciências econômicas". O termo economia solidária quer expressar uma realidade concreta ou, pelo menos, a ser construída. Ele também está se tornando a expressão de um conjunto de conhecimentos que estão sendo ministrados em algumas universidades brasileiras, num primeiro momento ao nível da pós-graduação e, atualmente, também na graduação (USP, UNISINOS, UNIJUÍ etc.).

As definições restantes não se aplicam à economia solidária :

- "Sistema produtivo de um país ou região". Não se aplica à economia solidária já que não existem ainda regiões caracterizadas por este tipo de economia, apesar de termos que reconhecer que certas regiões são mais propícias a este tipo de economia do que outras.
- "Contenção ou moderação nos gastos; poupança".
- "Bom uso que se faz de qualquer coisa".
- "Contenção, moderação ou ausência de desperdício em qualquer atividade".

Estas últimas definições subentendem a escassez de bens e a economia seria, então, o aproveitamento otimizado desses recursos. É evidente que estas noções vão aparecer na prática da economia solidária, mas não constituem em si características específicas suas.

Voltando, porém, à definição segundo a qual a economia é "a arte de bem administrar uma casa", existe uma compreensão consensual nas publicações produzidas pelos defensores da economia solidária segundo a qual desde Aristóteles existe uma distinção entre dois tipos de economia. Uma - "crematística" - consiste na forma mercantil de adquirir os bens em vista da ganância e a outra - "oikonomia" - diz respeito ao abastecimento e ao cuidado material da casa e da cidade, sendo que é neste ultimo sentido que vários autores (Arruda, Lisboa, Cáritas) entendem a economia solidária; dessa forma ela se afasta declaradamente da economia neoliberal. O campo da economia é aqui alargado fazendo surgir a questão da ética e dos valores socioculturais. A primazia do econômico, entendido como capital financeiro dominando o político e o social, é profundamente criticada pelos adeptos da economia solidária e vista como um contra-senso. O limite do

discurso econômico é estabelecido a partir do momento em que a economia deixa de ser servidora da sociedade, e que o seu fim não é mais a satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Segundo Amartya Sen (1992), a economia tem duas origens, ambas ligadas à política. Uma diz respeito à ética e a outra à "engenharia". A primeira, já desenvolvida por Aristóteles, vincula a economia ao tema das finalidades humanas e à resposta a duas questões fundamentais: "como se deve viver" e "o que é desejável socialmente". Segundo tal visão, a política, arte mestra, engloba todas as outras ciências, pois ela legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer. Ao passo que a "engenharia" é a ciência econômica que se preocupa com questões logísticas e não com os fins últimos. A importância do enfoque ético enfraqueceu-se substancialmente no processo de desenvolvimento da economia moderna empobrecendo assim a própria economia, segundo Sen. É este enfoque ético que a economia solidária pretende recuperar. Em vista disto, é ressentida a necessidade de distinguir esta noção de economia da noção desenvolvida pelos economistas clássicos do século 19. Chamada de economia liberal, esta última é adepta do princípio do *laissez-faire, laissez-passer* e é considerada obra de Adam Smith. De fato, seu livro *A riqueza das nações* (1776) é o ponto de partida e de convergência de muitas discussões, mas, conforme E. P. Thompson, a revogação da legislação paternalista contra as vendas antecipadas de grãos ocorreu quatro anos antes da sua publicação. Para este autor, não se trataria de um novo modelo, mas de um antimodelo negando as políticas referentes às Leis dos Cereais. Essa economia pretendia-se ainda moral, mas "limpa de imperativos morais importunos". De fato nesta nova teoria, "questões sobre a organização política moral do mercado não têm vez, a não ser como preâmbulo e epílogo". (THOMPSON, 1998, p. 161). Segundo o novo modelo econômico, a lei da oferta e da demanda no mercado livre permitiria sua regulação sem intervenção do Estado. Em caso de penúria, a alta dos preços era considerada um meio eficaz de racionamento. Segundo esta teoria, a auto-regulação do mercado somente entraria em colapso se o Estado ou "o preconceito popular" interviessem. Mas, como faz observar Thompson, o modelo de Adam Smith não é comprovado na prática, pois a demanda de grãos e de pão não é elástica; as pessoas devem comer todos os dias. A diferença entre os dois modelos (o paternalista e o liberal) é que o primeiro "apela a uma norma moral - ao que devem ser as obrigações recíprocas dos homens -, o segundo parece dizer: 'é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse'". (THOMPSON, 1998, p. 162)[181].

Voltando à definição de economia como gestão da casa, podem ser citados como prova disto a Cáritas, que insiste sobre a necessidade de "recuperar o significado de 'economia' enquanto gestão da vida cotidiana" (DIOCESE, 2002, p. 18), o texto de Marcos Arruda, que explicita que "a casa é nosso corpo, é o nosso lar, é a terra ou outro espaço em que trabalhamos, é a nossa comunidade, bairro, cidade, estado, Nação. É também, e num sentido muito real, o nosso Planeta e todo o Cosmos" (A CULTURA, 2000, p. 10), ou

[181] Sobre este tema ler LECHAT, 2001 e 2003.

ainda, o documento do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias de 1998; este definiu que a finalidade da economia "é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano". (CONSTRUINDO, 2000, p. 05). De fato, a economia solidária quer se opor e ser uma alternativa à economia capitalista neoliberal cuja mola propulsora é o lucro. Essa distinção, ao mesmo tempo política e teórica, na verdade torna possível falar do sentido inovador da economia solidária.

Segundo Wautier (2003), a interpretação dada por certos autores franceses, por exemplo Laville, vai no mesmo sentido.

> A uma análise estritamente econômica, precisa-se substituir uma análise política (idem). Laville confirma o caráter fundamentalmente político da economia solidária: se 'a economia social acentuou a pluralidade das formas de propriedade [...], a economia solidária acentuou o modelo de desenvolvimento (durável) e a participação cidadã (democracia participativa)'. A economia solidária questiona a relação entre o econômico e o social, colocando à frente a dimensão política de uma outra economia (Chanial e Laville, 2002, p. 19-20). (WAUTIER, 2003, p. 112-113).

Pode ser citada também a visão de um uruguaio, Pablo GUERRA. Na contracapa do seu livro sobre *Socioeconomía de la solidaridad* (2002), lê-se:

> En medio de las crisis que tipifican nuestro mundo actual, innumerables experiencias de economías alternativas y solidarias emergen como respuesta. Paralelamente se da una elaboración teórica que va delineando un nuevo paradigma - sustento de los proyectos alternativos concretos - basado en una concepción "comprensiva" de la economía, opuesta al mundo globalizado que promueve valores egoístas y una competitividad desenfrenada. La socioeconomía de la solidaridad, como alternativa a los modelos de desarrollo capitalistas que están al origen de las amenazas que sufren tanto la sociedad como la naturaleza. Desde esta perspectiva la economía se define como el conjunto de actividades que tienden a satisfacer las necesidades humanas en el marco de la vida social y cultural que la contienen. Una economía que se distancia de los modelos economicistas imperantes para basarse en la solidaridad y la cooperación.

As definições de economia solidária no Brasil insistem também sobre o cunho político e democrático da economia solidária, indo até a uma exigência de autogestão do empreendimento econômico. A título de exemplo, podemos citar o texto de GAIGER (1996), segundo o qual, os empreendimentos econômicos solidários com tendência à multiplicação de vínculos permitem vislumbrar a gênese de uma economia popular solidária situada nos "interstícios da economia de mercado, e em contraposição à sua lógica mercantilista". Não se trata de um subsistema econômico, mas de

> um conjunto policentrado de iniciativas as mais variadas no campo popular, 'que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que define uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas'. (RAZETO, citado por GAIGER, 1998, p. 57).

### 4.3. Os termos solidariedade e solidária

Recorrendo, mais uma vez ao dicionário acima citado[182], podemos ler no verbete *solidariedade*, as definições seguintes:

> 1. Qualidade de solidário.
> 2. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes.
> 3. Adesão ou apoio à causa, empresa, princípio, etc., de outrem.
> 4. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade.
> 5. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe.
> 6. Sentimento de quem é solidário.
> 7. Dependência recíproca.
> 8. *Jur.* Vínculo jurídico entre os credores (ou entre os devedores) duma mesma obrigação, cada um deles com direito (ou compromisso) ao total da dívida, de sorte que cada credor pode exigir (ou cada devedor é obrigado a pagar) integralmente a prestação objeto daquela obrigação.

Etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os jurisconsultos romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum).* Ou seja, na sua origem o termo tinha um sentido jurídico de obrigação, que ele ainda possui como o comprova a oitava definição acima. Historicamente, todavia, esta palavra foi ganhando novos sentidos.

Sistematizando as definições do dicionário, pode-se dizer que a solidariedade tem por característica a formação de um laço ou vínculo entre duas ou mais pessoas; sendo que este laço poderá revestir a forma de um sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca, dependendo da situação.

Segundo a revista francesa RECMA, no seu editorial de janeiro 2001, intitulado *La solidarité en question*, antes de ser um valor, a solidariedade é um fato e designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade uma realidade possível de constatar, como a definia Durkheim nas suas modalidades mecânica e orgânica. O editorial, ao comentar uma destas outras concepções, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral).

O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade. Deste ponto de vista, ainda segundo o editorial da revista RECMA (2001), a economia solidária apóia-se sobre uma economia de sujeitos desiguais, enquanto que *l'économie sociale*[183] é, pelos seus princípios e regras, uma economia de

---

[182] Trata-se do dicionário eletrônico Aurélio do Século XXI.

[183] Na França, quando se fala de economia social se trata das associações, das cooperativas e das mutualidades.

iguais. Nesse editorial podemos perceber as diferenças entre a França e o Brasil, pois neste, a economia solidária é entendida como formada de associações entre iguais, enquanto que o terceiro setor[184] estabeleceria relações entre desiguais. E o editorial continua colocando que, se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, ela não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira e que, por outro lado, *l'économie sociale* não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos "beneficiários" da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. E o editorial termina afirmando que estas duas economias podem ser consideradas como complementares e que seus méritos respectivos poderiam fortalecer-se mutuamente.

Em 1998, Alfredo Gugliano escreve a respeito do tema da solidariedade no contexto da economia solidária:

> Entretanto, este solidarismo ou solidariedade não pode ser confundido com outros tipos de ações comunitárias dirigidas por interesses filantrópicos ou caritativos. Como afirma Touraine (1998, p. 3), 'Solidariedade não é a mesma coisa que ação humanitária. Esta quer ajudar os excluídos e os pobres a sobreviver, ao passo que a primeira tem por objetivo reintroduzi-los na sociedade, seja nos escritos limites das leis e das normas, seja por meio do amparo direto às famílias.'
> Nesta perspectiva, a solidariedade não pode ser identificada simplesmente com uma atitude de auxílio ao próximo, de amparo aos desamparados, mas desenvolve uma postura de *empatia* entre indivíduos e atores sociais que *a priori* não compartilham nem os mesmos códigos culturais nem habitam um mesmo espaço territorial. (...) Neste sentido, não deixa de ser tentador sugerir que hoje poderia estar se consolidando uma nova contraposição entre dois modelos de mudança social: um baseado no tradicional conceito de luta de classes e o outro na difusão de organizações e mobilizações solidárias. (p. 93-94).

Contudo, não ficou claro o que se entende por solidariedade. A meu ver, é preciso clarear as diferentes formas de solidariedade. Para tal, retomando a colocação de Hegner[185] (1986), o termo solidariedade pode ser decomposto a partir de suas formas que são definidas como reciprocidade, lealdade e altruísmo. Só nos dois primeiros casos temos uma dependência recíproca de fato. Nestes casos não se comprova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca. É este sentido que o adjetivo "solidário" parece assumir na literatura brasileira quando anda associado ao substantivo economia.

Já que uma das formas da solidariedade é a reciprocidade, é preciso definir melhor o seu significado. Falando em reciprocidade pensamos de imediato em Marcel Mauss e nos

---

[184] Não se pode, a meu ver, traduzir *économie sociale* por terceiro setor, como alguns autores (por exemplo Defourny e Monzón) o fazem; mas o termo economia social ressemantizado tampouco serve como tradução. Refiro-me aqui, no entanto, ao terceiro setor, pois neste caso, permite explicar alguns diferenciais ao colocar esses dois tipos de organização em paralelo.

[185] Encontrei esta referência no texto de Emil SOBOTTKA, 2002.

autores que foram inspirados pelo seu texto seminal *O ensaio sobre o dom*. Neste ensaio, ele estuda práticas realizadas por povos em épocas diferentes (sendo um dos mais famosos o Kula estudado por Malinowski, por exemplo), implicando doações de festas, de crianças ou de bens simbólicos e se pergunta porque os presentes dados, aparentemente de graça, de fato não são gratuitos e esperam por uma retribuição. Ele encontra uma resposta entre os nativos, o espírito do dono (Hau) acompanha o presente e incomoda aquele que recebeu o presente até voltar para seu dono junto com outro presente. Esta explicação nativa (dos Maori da Nova Zelândia) vai ser interpretada por Lévi-Strauss como sendo uma necessidade inconsciente. Na sua *Introdução à obra de Marcel Mauss,* ele escreve que este texto demonstra existir uma ordem lógica nas trocas. Estas são o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si. Existe um sistema universal que podemos resumir nas três obrigações seguintes: dar - receber - retribuir. Este sistema está na base do laço social de qualquer sociedade.

No Brasil, a discussão dos teóricos e ativistas da economia solidária a respeito da solidariedade é ainda bastante tímida apesar de suscitar bastante interesse[186]. Em 2004, França Filho e Laville escrevem que, segundo Leroux, a solidariedade "se compreende pelo sentimento presente em cada indivíduo de pertencimento à humanidade e de uma singularidade a preservar". (P. 51-52). De acordo com este e Durkheim, depois dele, o estabelecimento de uma comunicação entre o Estado e a sociedade deve ser estabelecido por grupos intermediários "para escapar de um individualismo concorrencial, assim como de um estatismo autoritário". (Idem, p. 52).

Como mencionado anteriormente, é feita uma declaração de princípios sobre a viabilidade de uma economia que não teria por base a busca de lucro nem a concorrência. Já que a economia solidária define sua identidade por oposição aos princípios que regem a economia capitalista, apesar de viver no seio dela e de ter que submeter-se, muitas vezes, a seus ditames para sobreviver, seus defensores precisam afirmar na prática como na teoria que ela é realmente possível. O paradigma da dádiva, e a discussão do grupo do M.A.U.S.S. sobre a existência do dom nas sociedades contemporâneas são, a este respeito, de grande ajuda. Mauss concebeu os dons como fatos sociais totais e universais. Os dons não são entendidos como fatos isolados dependendo de sentimentos de compaixão ou das circunstâncias, mas são compreendidos como um momento dentro de um sistema que implica obrigatoriamente dois outros. O dom, como demonstrou Marcel Mauss, não é uma escolha, mas uma obrigação, é um dever. Ele não é "um gesto, mas uma estrutura que inclui e que organiza os seus elementos". (TAROT, 1999, p. 603). Tarot compreende os ensinamentos do *Ensaio sobre o dom* da mesma maneira que Caillé e o grupo do

[186] O artigo intitulado: *Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária?* (2001) publicado na Revistas de Ciências Sociais da UNISINOS foi minha resposta a uma demanda de Gaiger de escrever sobre o paradigma da dádiva e a economia solidária. A solicitação foi motivada pela audição de uma comunicação intitulada *O paradigma da dádiva e as cooperativas de trabalho* que fiz no IX CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA realizado em Porto Alegre em 1999. Nela tratei do dom e do paradigma da dádiva segundo Caillé. Recebi vários comentários sobre a originalidade desta questão.

M.A.U.S.S. Ele escreve que Mauss, ao interpretar o dom como um fato social fundamental, limpa o terreno dos dois mitos de origem da economia que, desde o século dezoito, levaram a um "potlach"[187] de argumentos entre liberais e seus adversários socialistas ou comunistas/comunitaristas. (TAROT, 1999, p. 604). Mauss, no seu *Manual de etnografia*, refuta a tese do comunismo primitivo, pois "a reciprocidade é total, (...), mas isto se pratica entre indivíduos. (...) Desde a origem, o *commercium* acompanha o *connubium*, o casamento segue o comércio e o comércio segue o casamento. (...) O erro fundamental consiste em opor comunismo e individualismo"[188]. (MAUSS, 1967, p. 129). Ele critica também a tese da economia natural dos liberais utilitaristas segundo a qual a troca seria a forma natural elementar e primitiva da economia. No *Ensaio sobre o dom*, Mauss expõe que, nas sociedades tradicionais, não são os indivíduos isolados e sem laços sociais que realizam a troca, mas indivíduos presos a laços sociais, ou seja, eles agem conforme a função social que lhes é atribuída no seio do grupo. As trocas não são realizadas em função de puros interesses individuais e econômicos, mas em função de uma estrutura social regulada ou para refazer o laço social. Neste caso, o social antecede o econômico e o inclui, não tendo este autonomia própria. A relação recíproca entre o social e o individual, e a primazia do social sobre o econômico permitem entender a realidade de uma economia social e solidária neste final de século XX e início do XXI. Parece, então, enganosa a afirmação, nestes últimos séculos, da primazia do econômico e do individual sobre o social!

Lygia SIGAUD, no seu artigo intitulado *As vicissitudes do "Ensaio sobre o Dom"*[189], chama nossa atenção sobre o fato que existem diversas interpretações deste texto. Retomando algumas delas de maneira cronológica ela observa que se os contemporâneos de Mauss retiraram do seu ensaio uma contribuição para o estudo "relativo ao direito, às obrigações e às prestações totais" (1999, p. 89), a partir dos anos 60, ele foi considerado como "uma teoria da troca, que atribui à identificação entre a coisa dada e o espírito do doador o princípio de explicação das transações". (Idem). No exame destas interpretações, a autora observa que em 1936, Richard Thurnwald, interessado em explicar a "origem da reciprocidade" percebida como relações simétricas, não se refere a Mauss pois "formulava questões estranhas às preocupações [deste]". (1999, p. 102). É de fato na introdução à obra *Sociologia e Antropologia*, coletânea de artigos e conferências de Mauss, que Lévi-Strauss vai referir-se a uma teoria da troca como se esta fosse elaborada por Mauss. (SIGAUD,

[187] Potlatch: Mauss reserva o nome *potlatch* ao gênero de instituição existente entre as tribos que vivem nas ilhas ou na costa, ou entre os Montes Rochosos e a costa (termo corrente entre os brancos e os índios de Vancouver ao Alaska). Essas tribos riquíssimas passam o inverno em perpétua festa onde se realizam o que Mauss chama de prestações sociais totais de tipo agonístico. "O que é notável nessas tribos, porém, é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. (...) Mas esta prestação reveste, da parte do chefe, um cunho agonístico muito acentuado. É essencialmente usuária e suntuária, e assiste-se, antes de mais nada, a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que resultará em proveito de seus clãs". (MAUSS, 1974, p. 46-47).

[188] A tradução é nossa.

[189] A reflexão de Sigaud sobre como se constituem e se reproduzem as representações acerca de um texto é inovadora e muito oportuna para questionar a minha interpretação da produção escrita dos três autores analisados nesta tese.

1999, p. 106). Uma outra transformação operada por Lévi-Strauss é a noção de "fatos sociais totais" de Mauss que agora aparece como "fato social total". "O que em Mauss apareceria como um recurso de método (tratar como 'fatos sociais totais') e sempre no plural, em Lévi-Strauss torna-se um conceito a designar uma totalidade, no singular". (SIGAUD, 1999, p. 105). Sigaud, após afirmar que a inflexão na leitura do Ensaio sobre o dom se deu a partir da introdução de Lévi-Strauss, ressalva que "seria equivocado, no entanto, atribuí-la à sua intervenção a respeito das trocas". (1999, p. 114).

Sigaud não menciona Caillé nem Godbout, mas é certo que a interpretação destes a respeito do que eles chamaram o paradigma da dádiva, está marcando atualmente uma geração de antropólogos e sociólogos, influência que me atingiu também[190].

Mas, volto à reciprocidade na economia solidária. Segundo Odile CASTEL (2003), que se apóia em Kolm e Polanyi,

> La réciprocité est le principe par lequel la production est donnée à d'autres dans un esprit de solidarité, c'est-à-dire dans le cadre d'une relation entre personnes ayant conscience d'une communauté d'intérêts qui entraîne l'obligation morale de ne pas desservir les autres. Pour cela, "on ne donne pas pour recevoir, on donne pour que l'autre donne" (Kolm, 1984) et on recherche à établir une relation entre plusieurs personnes ou groupes de personnes par une suite durable de dons. Ainsi, "la réciprocité sous-tend des mouvements entre points de corrélation de groupes symétriques" (K. Polanyi, (1957) 1975), c'est-à-dire que la réciprocité repose toujours sur des formes symétriques de l'organisation sociale de base. Au travers de la suite durable de dons entre personnes ou formes symétriques de l'organisation sociale, la production donnée est valorisée à sa valeur d'usage ou symbolique.

Nesta citação podemos notar várias questões importantes. Em primeiro lugar, Odile Castel afirma que a reciprocidade é um princípio que leva a uma obrigação moral e que esta acontece no caso de uma relação entre pessoas que têm consciência de pertencerem a uma comunidade de interesses. Tudo indica que saímos do mercado impessoal e concorrencial, estamos numa comunidade, no sentido de um compartilhar interesses e, com certeza, também valores já que se trata de um dever moral.

Por outro lado, o dom seria realizado não para receber, conforme o esquema tradicional da troca, mas para que o outro dê por sua vez, ou seja, para criar uma corrente de dons e contra-dons entre pessoas e grupos. Citando Polanyi, a autora afirma que a reciprocidade serve de base para movimentos entre pontos de correlação de grupos simétricos. E ela comenta que a reciprocidade se apóia sempre sobre formas simétricas da organização social de base. A comunidade de interesses seria entendida neste caso como uma organização social de base, composta de pessoas, mas também de grupos simétricos.

Retomando os textos de Hegner citados acima, a solidariedade na sua forma de reciprocidade acontece entre iguais lá onde existe um laço social. Não haveria

---

[190] Ver a este respeito: LECHAT, N. Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária? *Ciências Sociais Unisinos* - São Leopoldo, v. 37, n. Jul - Dez, p. 59-102, 2001.

necessariamente uma obrigação moral, aparecendo esta somente quando os grupos ou pessoas em relação são desiguais. Se tentarmos aplicar estas grades de análise à realidade brasileira e ao que os intelectuais e militantes ou mediadores consideram economia solidária, a coisa se complica. De fato, na realidade empírica que compõe a chamada economia solidária, encontramos formas diversas de solidariedade, umas de reciprocidade, outras de lealdade e ainda várias de altruísmo, onde uma certa caridade paternalista subsiste mesmo se ela não é reconhecida como tal. Às vezes, estas diferentes formas estão presentes ao longo de uma mesma cadeia produtiva que vai da transformação ou produção da matéria prima, até a comercialização do produto. Se pensarmos, por exemplo, numa confecção de produtos artesanais realizados a partir de retalhos industriais ou de roupas usadas, a origem da matéria é um dom altruísta, e se a produção for para os próprios usuários, sua partilha acontece a partir da reciprocidade entre iguais. Quando houver comercialização para fora do grupo, ela acontece na base da reciprocidade, do altruísmo ou mesmo por simples interesse individual (compro porque preciso e gostei do produto). Por conseqüência, as três formas de solidariedade podem ser encontradas na economia solidária.

Volto ao texto de Odile Castel. Ela declara, finalmente, que, através da seqüência dos dons entre pessoas e/ou formas simétricas de organização social, a produção oferecida é valorizada pelo seu valor de uso ou simbólico. Temos a certeza, uma vez mais, de não estar falando de relações capitalistas, pois segundo a teoria marxista, todo produto tem valor de uso e valor de troca; no entanto, é este último que caracteriza a relação capitalista, quando o interesse não está na qualidade intrínseca da mercadoria, mas na possibilidade de extrair mais-valia mediante a exploração da mão-de-obra que a produz.

No final da década de 70, o nome Solidariedade apareceu na imprensa internacional quando a Polônia viveu uma grave crise econômica e se desencadeou uma onda de greves, sendo a mais importante a dos estaleiros de Gdansk, organizada por Lech Walesa[191], líder do sindicato livre Solidariedade. Em seguida, outros movimentos foram sendo chamados de solidários e, com o passar do tempo, o adjetivo solidário tanto quanto o substantivo solidariedade estão sofrendo uma crescente banalização a ponto de perder muito de sua força de expressão, pois ambos são utilizados de maneira intensiva na mídia. É conhecida a visão de Durkheim, segundo a qual toda sociedade existe em virtude do fato que ela é formada por relações sociais solidárias mecânicas ou orgânicas. Mas agora é como se, de repente, todas as ações tanto da área privada como pública se tornassem solidárias. Hoje essa solidariedade está, muitas vezes, associada com o voluntariado, este também muito em moda, a tal ponto que 2002 foi considerado o ano internacional do voluntariado. Este fenômeno manifesta-se no mundo inteiro e, no Brasil, sua publicidade é feita na mídia, principalmente na televisão, onde programas semanais[192] lhe são consagrados. A pesquisa de Landim e Scalon (2000) comprova também o crescimento exponencial do número de

[191] Este anticomunista contava com a simpatia do Vaticano, na figura do próprio Papa João Paulo II, também polonês.
[192] Ver, por exemplo, no sábado de manhã, na rede Globo, o programa "ação solidária".

voluntários no Brasil. Para saber qual o tipo de solidariedade que é efetivamente realizado pelo voluntário ou, ainda, se em vez de solidariedade sua ação for de auto-interesse, isto é uma outra questão. Em principio, no Brasil, os empreendimentos de economia solidária não comportam voluntários, pois o objetivo dos empreendimentos é, além do resgate da auto-estima, a produção de renda, mesmo no caso desta ficar abaixo do salário mínimo. Quanto aos voluntários, eles se situam geralmente entre os ativistas. A maioria deles, no entanto, pertence a ONGs ou universidades, como explicitei no capítulo sobre o contexto dos anos noventa. É verdade, no entanto, que esses profissionais da educação popular gastam nesta atividade muito mais do que seu tempo "remunerado" e ocupam boa parte dos seus fins de semana a estas atividades.

Volto, entretanto, aos países e regiões de língua francesa, onde encontramos uma certa reflexão sobre o significado histórico do termo solidariedade. Segundo WAUTIER, "desde 1985, ressurge o conceito de solidariedade, não no sentido anglo-saxônico de caridade, mas numa perspectiva tipicamente francesa, numa dimensão política e republicana de meio de conciliação entre direitos individuais e responsabilidade do Estado[193]". (2003, p. 111). Os protagonistas de uma economia humana, preocupados com o social e com a natureza, retomaram o terceiro termo do lema democrático da revolução francesa "fraternidade", expresso de maneira mais moderna pela categoria "solidariedade". Arruda também observa que o termo solidariedade pode ser concebido como fraternidade ou, melhor, irmandade (que inclui irmã e irmão) e, neste sentido, visa conciliar a liberdade com a igualdade. (ARRUDA, 2003, p. 233). E, de acordo com SINGER, "para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva". (2002b, p. 9). E ele acrescenta que "a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualitariamente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais". (Idem, ibidem).

Para ARRUDA, existe uma solidariedade ontológica entre seres da mesma espécie morando no planeta terra; mas esta não é suficiente "para fazer predominar a responsabilidade comum uns com os outros e de todos com o planeta". (2003, p. 233). Por isto ele recomenda um trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente. Por solidariedade consciente, ele entende "o reconhecimento, o acolhimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo". (2003, p. 234). Por conseguinte, há uma co-responsabilidade que define leis, contratos, garantindo o convívio dos pares. Mas a solidariedade consciente vai além dos deveres e direitos. "Ela refere-se à postura

[193] Segundo J. L. Laville, Pierre Leroux, antigo discípulo de Saint-Simon, teria se autoproclamado inventor do termo solidariedade na primeira metade do século 19, insistindo «sobre a criação entre o Estado e a sociedade de uma comunicação através de grupos intermediários (...) redes de solidariedade para cultivar o espírito público indispensável à democracia» (CHANIAL e LAVILLE, 2002, p. 13).

ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente e, portanto, complementar, a si próprio". (Ibidem).

A partir desta dupla compreensão, Arruda entende a solidariedade como um valor não meramente moral, mas "intrínseco do ser humano, ainda que o conservadorismo neoliberal oculte isso com a afirmação totalitária do individualismo e do egoísmo". (CONSTRUINDO, 2000, p.11). Destas premissas, ele deduz que "as formas solidárias de organização social e econômica, mais do que resultantes de opções morais, tornam-se um imperativo racional". (ARRUDA, 2003, p. 234).

Pensando o lema da revolução francesa e fazendo uma rápida retrospectiva histórica, pode-se dizer que as doutrinas filosóficas e econômicas destes últimos dois séculos expressaram o que seria a liberdade a partir de uma Declaração dos Direitos do Homem, e preconizaram a liberdade de propriedade, de empreendimento, de comércio etc. Quanto à igualdade, todas as constituições garantem de maneira ideal que todos os homens são iguais perante a lei, apesar de a igualdade de oportunidades ser de fato inexistente. Mas a fraternidade quem a garante? A sociedade moderna demonstrou ser uma selva onde a lei do mais forte rege as relações e onde a fraternidade, quando ainda existe, estaria reservada aos círculos privados como a família e os amigos. Observou-se também que liberdade e igualdade têm problemas de afinidade e o liberalismo, ao acentuar o princípio da liberdade, criou talvez as maiores desigualdades que a história humana jamais conheceu. Por outro lado, as experiências do socialismo real, ao enfatizarem a igualdade e os mecanismos estatais para alcançá-la, acabaram colocando a liberdade no cativeiro. Destes dois termos, talvez seja o da igualdade o que mais combina com a fraternidade e, principalmente, com a sua forma pós-moderna, a solidariedade. Mas o que fez ressurgir a fraternidade/ solidariedade com tanto vigor?

Com a crise do capitalismo, a partir de 1974, a situação muda nos países ocidentais e três aspectos são, a meu ver, fundamentais para o movimento que vai desenvolver a economia solidária. São eles o desemprego estrutural, provocado pela reestruturação produtiva do sistema capitalista, a crise do Estado de bem-estar social, provocado pelo modelo neoliberal e a busca internacional de alternativas frente à exclusão social crescente. Tais alternativas constituem críticas aos excessos do capitalismo e do socialismo real.

A nova Revolução Industrial ocorrida nas últimas décadas do século XX, em meio à globalização financeira (que favorece a especulação em detrimento do investimento e do crescimento econômico) e à desregulamentação econômica e social pela aplicação de políticas neoliberais (retraimento da política intervencionista por parte do Estado e privatização), provocou a transformação das relações de produção pela terceirização, a volta à micro-empresa e à empresa familiar, ao subemprego, ao desemprego e à precarização das condições de trabalho[194]. Mas os Estados, desta vez, mostraram-se resignados e declararam-se economicamente falidos e politicamente impotentes perante a

[194] David Harvey já fazia esta análise em 1989 na sua obra, *The condition of Postmodernity*.

situação. É neste quadro que trabalhadores buscaram, na solidariedade, saídas para seus problemas de sobrevivência.

Segundo QUIJANO, se a reciprocidade, que ele define como "intermediação de força de trabalho e de trabalho (produtos tangíveis e intangíveis), sem a intervenção do mercado" (2002, p. 486), nunca esteve completamente ausente do capitalismo, ela tinha fortemente diminuído até que voltou a crescer rapidamente nestas últimas décadas, devido às tendências de "desocupação estrutural". A redescoberta desta forma de organização da produção, não se deve num primeiro momento, segundo ele, a uma consciência crítica e explícita do capitalismo. Ela seria "uma conduta social resultante das próprias tendências do capitalismo, em especial do seu crescente desinteresse na mercantilização da força viva de trabalho individual". (Ibidem). Setores de trabalhadores sem carteira assinada "tiveram de recorrer mais, ou sobretudo, à reciprocidade, não só com a finalidade de trocar força de trabalho e trabalho entre eles, mas para enfrentarem com menor desvantagem as inevitáveis e indispensáveis relações com o mercado". (Ibidem). Essas práticas de reciprocidade podem até encontrar-se envolvidas com ideologias políticas conservadoras, mas, segundo Quijano, esta prática social "produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo". (QUIJANO, 2002, p. 487). Disto Quijano tira como conclusão que "não é mera coincidência que a resistência ao capitalismo e à sua 'globalização' tenha se tornado um fluxo mundial apenas na última década e que este movimento procura, agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade". (Ibidem).

Apesar da grande influência que a França exerceu e ainda exerce sobre as ciências sociais no Brasil, é provável que, em termos culturais, a força do termo solidariedade não venha tanto da sua identidade com a fraternidade, via lema da revolução francesa. Como vimos anteriormente, existem vários tipos de solidariedade. A solidariedade no Brasil, em muitos casos mantém proximidade com a caridade e o amor cristão, a fraternidade cristã ou "irmandade no Cristo".

Vai ser com o Papa João XXIII que, ao chamar para o concílio Vaticano II, o conceito de solidariedade começa a circular. Um dos capítulos da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual, *Gaudium et Spes*, é intitulado *O verbo encarnado e a solidariedade humana*. Na encíclica *Mater et Magistra* (1961) o conceito de solidariedade vai ser amplamente desenvolvido. É importante lembrar que a questão da solidariedade foi trazida ao Brasil também pelo padre Lebret. Este religioso liderou o movimento Economia e Humanismo que aqui teve seus adeptos e cuja revista pode ser encontrada nas bibliotecas brasileiras. O próprio Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA, publicou em 1967, uma apostila intitulada *LEBRET. Necessidade de incorporar a população ao desenvolvimento*. Nesta pode-se ler, que segundo Lebret, "desenvolvimento é a passagem de uma população determinada de uma fase menos humana a uma mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano o menos elevado possível, tendo em vista a solidariedade entre todas as populações". (Apud SOUZA, M. L. de, 1991). O

humanismo cristão é uma das vertentes que sustentam a economia solidária hoje, como mostrarei nos próximos capítulos.

Voltando aos papas, Paulo VI, na sua encíclica *Populorum Progressio* (1967) continua, neste sentido, afirmando que a solidariedade é um valor indispensável na busca de um verdadeiro desenvolvimento para os povos. Escrevendo sobre a visão cristã do desenvolvimento, o Papa afirmou que a solidariedade universal que é um fato e um benefício para todos é também um dever (nº 7). A segunda parte desta encíclica tem por título *Até o desenvolvimento solidário da Humanidade.*

O Papa João Paulo II vai utilizar publicamente o termo "economia de solidariedade". Assim, em 1987, num discurso na CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em Santiago do Chile, ele apresentou a economia de solidariedade como a grande esperança para a América Latina[195]. Ele lançou a proposta de desenvolver uma economia de solidariedade afirmando que uma civilização do amor seria uma civilização de solidariedade e de trabalho. (ERRÁZURIZ, 1993, p. 6-7). Naquele mesmo ano, por ocasião do vigésimo aniversário de *Populorum Progressio,* fazendo uma análise do panorama do mundo contemporâneo, o Papa enuncia entre os aspectos positivos "a crescente consciência de solidariedade dos pobres entre si, bem como suas iniciativas de ajuda mútua" (nº 39).

No Brasil, a *Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* já tinha por base, em 1993, o valor social da solidariedade, noção chave que podia agrupar, como mencionado anteriormente, ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista. Outro exemplo é o das Campanhas anuais da CNBB por ocasião da Quaresma, chamadas de Campanhas da Fraternidade. Assim em 1999, o tema da Campanha foi "*A fraternidade e os desempregados*" com o lema *Sem trabalho... por quê?* Entre os quatro objetivos do texto-base da Campanha encontramos, segundo NEUTZLING, assessor da comissão de redação do texto, a vontade de "abrir perspectivas sobre novas relações e novas formas de trabalho". (1999, p. 155). Os objetivos da Campanha eram, em primeiro lugar, sensibilizar a comunidade eclesial e a sociedade pela grave situação dos desempregados; em segundo lugar, denunciar o neoliberalismo que causa o desemprego; em seguida, anunciar uma nova sociedade baseada em novos paradigmas, onde o ser humano seria o centro e, finalmente, "abrir perspectivas sobre relações e novas formas de trabalho prenunciadas para o novo Milênio". (Idem). Desta forma, o texto base da Campanha, insiste nas possibilidades de uma economia solidária[196], do terceiro setor, da auto e da co-gestão. Temos aqui uma clara declaração da Igreja brasileira, através da CNBB, de apoio à economia solidária, aliás, muitas das iniciativas de

[195] Esta informação está no site www.economiasolidaria.net com a data de 1986, mas Pablo Guerra e Errázuriz falam em 1987.

[196] No texto, no entanto, aparece uma certa confusão entre economia solidária e terceiro setor. Neutzling afirma, por exemplo, que "as atividades características desse setor respondem a necessidades que não são rentáveis para a economia de mercado". (NEUTZLING, 1999, p. 166).

empreendimentos solidários têm por base as Comissões Eclesiais de Base - CEBs e a Cáritas[197].

A caridade traduz-se politicamente no chamado assistencialismo ou paternalismo que, no Brasil, tem a sua versão perversa no clientelismo, no apadrinhamento e na compra de votos. Falando de economia solidária, França Filho e Laville observam que a sociedade brasileira "apresenta redes de sociabilidade abundantes, principalmente nos meios populares, e [que] o aspecto da convivialidade tende a destacar-se quase que como um traço cultural forte". (2004, p. 176). Porém, se "existe grande facilidade para instalação de uma relação social entre desconhecidos, haja vista o grau de informalidade das relações, em geral" (idem), essa solidariedade pode, subitamente, transformar-se em violência. A hierarquização e o autoritarismo estão submersos nas relações sociais, mas podem emergir subitamente ao menor sinal de instauração de um conflito. É contra estas tendências que o movimento da teologia da libertação e outros movimentos leigos reagiram exigindo ética na política, participação popular e autogestão. Uma parte da economia solidária aparece no país como uma das ações destes movimentos. Neste caso, a solidariedade se quer associada a uma democratização radical como se afirma em quase todos os textos de economia solidária aqui publicados.

No início deste capítulo mencionei a aparente divergência existente entre as noções de economia e de solidariedade. Quanto a isso, Luiz Razeto comentou o aparecimento da noção de economia solidária na América Latina e a surpresa que provocou a reunião de duas noções tão distintas, consideradas geralmente como pertencentes a áreas diferentes.

> **Economía de solidaridad** es un concepto nuevo, que si bien apareció hace pocos años está ya formando parte de la cultura latinoamericana. Cuando empecé a usar esta expresión y en 1984 publiqué el libro primero de **Economía de solidaridad y mercado democrático**, pude observar la sorpresa que provocaba asociar en una sola expresión los dos términos. Las palabras "economía" y "solidaridad", siendo habituales tanto en el lenguaje común como en el pensamiento culto, formaban parte de "discursos" separados. "Economía", inserta en un lenguaje fáctico y en un discurso científico; "solidaridad", en un lenguaje valórico y un discurso ético. Rara vez aparecían los dos términos en un mismo texto, menos aún en un solo juicio o razonamiento. Resultaba, pues, extraño verlos unidos en un mismo concepto. (RAZETO, 1993, p. 11).

Esse paradoxo provocador de estranheza é formado pela reunião dos dois termos e deve-se ao uso do termo economia no sentido que lhe dá hoje a visão neoliberal, segundo Razeto. Quando se entende a realidade econômica no sentido de concorrência acirrada, de guerra para conquistar e galgar os melhores espaços, ocupar um novo nicho, o que exige passar por cima dos outros, derrotá-los, vencê-los, esmagá-los, temos tudo menos uma atitude de solidariedade. Mas o sentido dado aqui é outro; trata-se de uma economia

[197] Não poderia deixar passar em branco o nome Cáritas que, em latim, significa caridade. No entanto, devemos reconhecer que esta instituição no Brasil, sob a influência da Teologia da Libertação está há vários anos tentando assumir uma postura menos assistencialista.

entendida como partilha social da riqueza, do poder e do saber, na qual "os trabalhadores explorados e alienados dos seus melhores atributos se juntam para buscar formas de organizar a produção a serviço da satisfação das suas necessidades, e não a serviço do lucro apenas, como a economia do capital e a relação competitiva e objetificada (sic) que lhe é peculiar". (ARRUDA, 2003, p. 234).

## 4.4. O gênero da economia solidária

Sem ser um adjetivo qualificativo da economia solidária, é importante ressaltar que, entre os valores e representações que acompanham a apresentação da economia solidária, há a questão do feminino. A economia solidária é, muitas vezes, apresentada como uma economia do feminino, da doação, principalmente em Arruda[198] e Singer[199]. Gaiger[200] e Lisboa (2000)[201] referem-se a ela de forma mais factual, como um setor onde as mulheres são maioria.

Na publicação do GT de Economia Solidária para o lançamento do debate sobre os cinco temas do primeiro eixo das conferências do II Fórum Social Mundial, intitulado "Produção das Riquezas e Reprodução Social", pode-se ler: "a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado" (2002, p. 10). Este texto exprime, de fato, as idéias de Marcos Arruda divulgadas pelos cadernos do PACS. Foi também o caso de um dos textos preparatórios para o Fórum Nacional de Economia Solidária, divulgado no primeiro semestre de 2003. Sob a rubrica origem e cenário atual pode-se ler:

> Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (GT, 2003b).

---

[198] ARRUDA, Marcos. O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na ANPED, setembro de 1998.

[199] Singer coloca isto mais nas suas falas do que nos seus escritos.

[200] Gaiger classifica os empreendimentos solidários pelas suas características tais como o número de participantes, o setor de produção ou serviços e o predomínio do gênero dos seus membros; esta última estando associada na pesquisa ao número de participantes (até 10, predomínio feminino; mais de 50 participantes, predomínio masculino). Seu comentário a respeito é o seguinte: "Alguns aspectos relacionados aos perfis não causam surpresa; sabe-se, por exemplo, que projetos de confecção são tipicamente femininos e habitualmente urbanos. Outros, no entanto, parecem menos óbvios, como o predomínio masculino dentro das cooperativas ou o caráter multifamiliar dos empreendimentos rurais". (GAIGER,1999, p. 22).

[201] Segundo Lisboa, as atividades de economia solidária são "muitas vezes, realizadas por grupos de mulheres (eis a perspectiva de gênero da EPS)". (2000, p. 53).

O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino é apontado neste texto como de aceitação geral, como ponto de convergência, além da diversidade das práticas e das interpretações.

A escolha de uma noção de economia enquanto gestão da casa teria levado a uma assimilação desta à sua administradora tradicional, a mulher? Tal noção tem, neste sentido, uma visão tradicional da mulher e de suas atribuições, mas, ao contrário do que tradicionalmente se fez nas sociedades ocidentais, ela valoriza as tarefas consideradas como femininas e os valores considerados apanágio das mulheres. Isto se apresenta como uma profunda mudança cultural, pois, como explica Michelle Zimbalist Rosaldo, "o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dêem poder e valor aos papéis e atividades dos homens". (ROSALDO, 1979, p. 15). Relembrando que a noção de economia vai ser associada à de solidariedade, outros autores tendo a mesma visão que Rosaldo, afirmam, a exemplo de Godbout e Caillé no livro *L'esprit du don* (1992, p. 54-59), que a mulher em todas as sociedades sempre encarnou o símbolo do dom. Pode-se pensar então que o lado não mercantil e solidário deste tipo de economia seria visto, pelo senso comum, como característica preferencialmente feminina. Esta afirmação não é compartilhada por todos os autores como veremos a seguir em se tratando de Stathern.

Um outro aspecto da questão feminina, o da história da luta das mulheres pelos seus direitos e pelo seu reconhecimento, também é apontado por Paul Singer como um dos fatores que favorecem a adoção de práticas autogestionárias no seio da economia solidária.

> Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual (...). Da mesma forma, um número crescente de instituições civis também estão se democratizando (...).
> Tudo isso provavelmente está por detrás do atual surto de autogestão em quase todos os campos de interação social. (SINGER, 2002, p. 22-23).

Vejamos: estamos diante de três interpretações diferentes quanto à associação entre a economia solidária e o gênero feminino. Uma seria factual, a segunda de senso comum e a terceira histórica. Segundo a primeira, há mais mulheres envolvidas na economia solidária do que homens. Só a publicação dos dados de pesquisa vai permitir a verificação desta afirmação. A partir destes dados poderíamos levantar algumas hipóteses explicativas, tais como:

- As atividades de economia solidária são, na sua maioria, atividades tradicionais e femininas, como alimentação, costura e artesanato decorativo;



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- São principalmente as mulheres que procuram formas alternativas de renda, pois devem conciliar trabalho doméstico e atividades que proporcionam renda[202].
- Os movimentos católicos são grandes fomentadores de empreendimentos econômicos solidários e têm tradicionalmente uma clientela, na sua maioria, feminina.
- Culturalmente, a mulher estaria mais preparada para trabalhar de maneira solidária.

Uma segunda interpretação insiste sobre uma "essência feminina" da economia solidária, mas desta vez invertendo o sinal, pois lhe é atribuído um valor positivo. Esta postura, presente nos textos de Arruda, é bastante discutível e não encontra respaldo na antropologia que interpreta o gênero como uma questão cultural e não de essência. Strathern, no seu livro *The gender of the gift*, afirma que o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. No caso em estudo é a economia solidária que é considerada como feminina. Segundo Heilborn, a função feminina, determinada pela especialização biológica dos corpos, ou seja, a da reprodução, é estendida a outros campos, por intermediário de mecanismos ideológicos. Assim, "seu caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino", como é o caso das tarefas domésticas e de cuidado à prole. Já que estas tarefas são desenvolvidas em geral na esfera da economia de não mercado e da economia não monetária[203], onde a solidariedade tende a ser mais importante do que a concorrência[204], esta característica vem a ser conceituada culturalmente como feminina.

Na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária o tema do feminino aparece em vários documentos. Quando associado à ecologia, ele é visto como a força que vai combater o capitalismo. "Queremos atacar o capitalismo, que degrada a natureza, sendo uma grande ameaça. O ecofeminismo é uma fortaleza para combatê-lo". A associação da mulher e do feminino com a natureza e o reforço desta associação pela afirmação do gênero feminino como defensor da natureza contida no termo ecofeminismo[205] reaviva a discussão sobre o paralelo da mulher com a natureza, do homem com a cultura ou da mulher com a paz e do homem com a guerra, que povoam um certo imaginário.

Finalmente com Singer, são lembradas as conquistas das mulheres nestas últimas décadas tais como uma democratização maior das relações sociais em geral e entre os gêneros. A economia solidária pretende incluir estes valores em sua ética. Joan Scott

---

[202] No seu site de "economía de solidaridad", Razeto escreve a este respeito: "- La situación desmedrada en que en muchos países se encuentra la mujer en el ámbito del trabajo y de la economía, dificultada de acceder y de participar de manera protagónica en las actividades y organizaciones económicas, sociales y culturales. La economía solidaria ha demostrado ser una de las formas en que la mujer y la familia encuentran nuevas y amplias posibilidades de participación, desarrollo y potenciamiento de sus búsquedas basadas en la identidad de género."

[203] A respeito da economia de não mercado e não monetária, ver o texto de LAVILLE, 1994, p. 13-73.

[204] Kofes mostrou que, mesmo nesta área, pode existir concorrência como, por exemplo, entre patroas e empregadas.

[205] Este termo aparece numa carta enviada por Euclides Mance à Rede na qual ele retoma as propostas referentes à questão de gênero expressas nos documentos de referência da RBSES e, mais especificamente, na Carta de Mendes, de junho de 2000.

lembra, no seu artigo *gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que os anarquistas europeus não somente recusavam o casamento burguês como também uma visão de mundo na qual a diferença sexual implicaria hierarquia. A própria autora termina seu texto afirmando que:

> a nova história abrirá possibilidade para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p. 95).

O livro de referência *A outra economia* foi escrito por 21 homens e 10 mulheres. Um dos seus verbetes é dedicado a *Mulheres na Economia Solidária*. Miriam NOBRE, autora do verbete, inicia escrevendo, "Este é o único verbete neste livro que tem no seu título o sujeito da ação. Talvez por ainda estarmos num momento de quebrar a invisibilidade das mulheres na economia de um modo geral e, mesmo, na economia solidária". (2003, p. 205). Ela analisa as relações sociais de gênero em suas contradições e vê o feminismo como pensamento e como movimento social organizado interpelando a economia solidária. Após citar algumas experiências ou programas com forte presença de mulheres, ela propõe temas a serem pesquisados como, por exemplo, uma análise de gênero sobre gestão e organização do trabalho de empreendimentos solidários mistos e outros somente masculinos. Nobre chama também a atenção sobre as representações sexuadas a respeito da economia solidária. Assim, a identidade do homem das classes trabalhadoras está ligada ao trabalho assalariado formal. A mulher, por sua vez, é mais identificada como mãe, esposa, dona-de-casa. Apesar destas identidades estarem se modificando, elas levam os homens a considerarem sua inserção na economia solidária como provisória, a menos que eles façam parte de uma cooperativa montada a partir de uma empresa falida, ao passo que as mulheres estão mais inclinadas a reunir-se na vizinhança em grupos de produção que agem com lógica e valores que lhe são mais familiares. Finalmente, Nobre cita uma série de questões para "reconceituar a economia, e a economia solidária a partir da teoria econômica feminista" (NOBRE, 2003, p. 207), para isto, ela retoma o texto do Canteiro Mulheres e Economia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário[206].

Mas todo este discurso sobre as pretensas tendências das mulheres à solidariedade e ao caráter feminino da economia solidária, é questionado pela pouca presença de mulheres entre os intelectuais que participam deste campo. Atualmente as mulheres são mais numerosas do que os homens nas faculdades de educação e de saúde e na quase totalidade nos cursos de nutrição, mas isto não é o caso das faculdades de economia. É sabido que isto se deve ao fato que tradicionalmente na sociedade ocidental, educação, alimentação e saúde foram o apanágio das mulheres. Constatei que os pesquisadores de destaque do campo da economia solidária são na sua maioria homens[207], que razão poderíamos atribuir a este fato? Não vou me atrever a responder, pois isto necessitaria outras pesquisas.

---

[206] Esta organização conta o Marcos Arruda entre seus fundadores.

[207] Ver a este respeito a tabela 1: Alguns autores no capítulo 6. Ver também as fotos 1, 2, 5 e 6 desta tese.

No III Fórum Social Mundial, por insistência, principalmente de Arruda, me parece, um esforço foi feito para que no painel e nas mesas do seminário internacional de economia solidária haja paridade entre homens e mulheres, mas os homens foram majoritários na mesa de relatórios deste seminário. Devemos, então, constatar que, mesmo se as mulheres são maioria no seio dos empreendimentos econômicos, entre os ativistas e os intelectuais que participam da economia solidária os homens ainda são majoritários.

## 4.5. O qualificativo popular

Apesar de palestras e textos estarem muitas vezes agrupados sob o vocábulo de economia solidária em eventos e publicações, as nomeações são diversas. Atualmente, as apelações mais freqüentes parecem ser, além de economia solidária, economia popular solidária, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. A algumas delas, muitas vezes, acrescenta-se "e autogestionário", principalmente pelos grupos mais afinados com o sindicalismo, como acabamos de ver. A seguir, analisarei os significados que o termo popular pode carregar.

O adjetivo popular está sendo empregado para designar realidades diversas e há compreensões distintas quanto ao seu significado, pois nele estão implicados interesses, valores e motivações variadas. Para entender a significação atual do adjetivo popular, deve-se fazer um rápido histórico das condições do seu uso e sentido no Brasil. A nível político, o Brasil conheceu concepções e práticas populistas desde os anos trinta do século XX e o adjetivo popular remete diretamente a elas, mas novas práticas a nível sociocultural vão ser adjetivadas de populares a partir dos anos sessenta. O populismo e as práticas populares vão ser analisados de maneira crítica; a noção de popular vai sofrer uma ressemantização e há uma multiplicação do seu uso a partir dos anos oitenta.

No Brasil, na década de sessenta, o termo era utilizado para qualificar um certo tipo de educação e de cultura. As experiências mais citadas são os Centros Populares de Cultura (CPCs), criados por organizações estudantis e artísticas, o método Paulo Freire de "educação popular"[208] e o trabalho desenvolvido pela Ação Popular (AP). Como coloca DOIMO, a leitura de Gramsci teve uma influência decisiva para a "releitura que se fez do populismo e pela reelaboração teórica sobre a cultura popular". (1995, p. 76).

A respeito do debate sobre a noção de cultura popular, gostaria de lembrar o texto bastante pertinente de Paula Montero, a saber, a introdução do seu livro *Da doença à desordem*. Em vista de "analisar a lógica da produção do discurso popular sobre a doença" (MONTERO, 1985, p. 5), a autora aborda a questão de saber como as camadas populares

[208] Carlos Brandão, referindo-se ao Movimento de Educação de Base, informa que "entregue aos cuidados de uma maioria de 'leigos cristãos', quase todos originados dos quadros inquietos e contestadores da *Ação Católica*, não faltou ao MEB a crítica de que ele foi uma instituição originalmente de 'Igreja', mas na prática dominado por intelectuais 'esquerdistas'; alguns deles depois militantes da *Ação Popular*"(1985, p. 51).

seriam capazes de produzir um sistema cultural próprio, já que elas se definem pela sua situação de exclusão em relação aos meios de produção e "dos meios de apropriação simbólica veiculados principalmente pela escola". (Idem, p. 1). Para responder a esta questão, ela examina três autores cujas posturas são bastante distintas e até opostas. O primeiro, o folclorista Sartriani ilustra a concepção dos defensores da existência de culturas populares originais e autônomas. Por sua vez, Gramsci situa a cultura popular em contraposição à cultura hegemônica, mas observa que seu caráter heteróclito e assistemático não lhe permitem opor-se como um todo à cultura hegemônica. Quanto a Bourdieu, seus escritos apontam para o fato que a cultura popular reflete sempre um reconhecimento da cultura dominante, nem que fosse pela ausência dos seus valores. Para este autor, a alienação cultural consistiria na "disparidade dos meios culturais e econômicos que cada classe tem à sua disposição para realizar a 'intenção objetiva do seu meio de vida'". (MONTERO, 1985, p. 3). Montero, no entanto, acha que a abordagem de Bourdieu é bastante limitada para entender as classes populares em países cuja sociedade não se situa ainda numa fase pós-industrial, pois nela a distância entre as classes é tão grande que dificulta consideravelmente para as classes trabalhadoras o acesso aos bens possuídos pela classe dominante. Esta busca seria mais característica das classes médias urbanas mesmo se os produtos que almejam são simples imitações. Isto não impede que a televisão desempenhe um papel importante na difusão do estilo de vida da classe hegemônica.

Montero concorda com a análise de Gramsci, segundo a qual em vez de entender a posição de subalternidade desta cultura como provocando uma dupla alienação - pelo seu conteúdo e função -, o pensamento do povo, por emanar de suas experiências de vida, fica em contradição ou simplesmente difere das opiniões e crenças da classe dominante. Isto permite uma dinâmica própria das concepções populares e uma continua recriação das mesmas. O senso comum pode ser entendido como bom senso quando corresponde às condições reais de vida do povo, o que não impede que a seu lado sobrevivam concepções reacionárias fossilizadas herdadas do passado. Esse conjunto de conhecimentos diferentes pode oferecer uma certa resistência ou até oposição à cultura hegemônica, mas isto vai depender das circunstâncias históricas.

Antes deste texto, Néstor CANCLINI no seu livro *Las culturas populares em el capitalismo,* já tinha discutido as teorias destes mesmos três autores, mas a partir de um ponto de vista um pouco diferente. Considerando que "*a partir de Gramsci lo popular conquista un nuevo lugar científico e político*", mas que suas idéias só foram desenvolvidas e aplicadas a pesquisas concretas recentemente[209], Canclini discute as teorias dos seus seguidores, a saber, Cirese e Lombardi Satriani. Ele reconhece que a aproximação da cultura com o processo de hegemonia, feita por Gramsci, foi uma contribuição fundamental como também a concepção dialética das relações sociais de Cirese, segundo a qual, "*la popularidad de cualquier fenómeno debe ser establecida por su uso y no por su origen 'como hecho y no como esencia, como posición relacional y no como substancia'*".

[209] O livro de Canclini foi escrito em 1982, temos que entender este "recentemente" a partir daquela data.

(CANCLINI, 1982, p. 69). Assim uma cultura não seria popular em si, mas bem pela relação conflituosa que seus protagonistas mantêm com a classe hegemônica. A crítica que Canclini formula em relação à orientação gramsciana e principalmente a Sartriani, no entanto, é a concepção das culturas popular e hegemônica como dois sistemas exteriores um em relação ao outro. Para CANCLINI,

> Las culturas populares (más que la cultura popular) se configuran por un proceso de apropiación desigual de los bienes económicos y culturales de una nación o etnia por parte de sus sectores subalternos, y por la comprensión, reproducción y transformación, real y simbólica, de las condiciones generales y propias de trabajo y de vida. (1982, p. 62).

Esta discussão é extremamente pertinente no que diz respeito à economia solidária, pois vários de seus autores[210] vão tratar da importância da transformação cultural neste campo e para isto se apóiam em Gramsci.

Não pretendo aqui retomar as várias análises que foram feitas das experiências de cultura popular (VALLE, 1979; CHAUÍ, 1982; BRANDÃO, 1985; PAOLO E SADER, 1986; DOIMO, 1995), mas deve-se ter presentes as mudanças de sentido que este adjetivo já teve. Podemos imaginar que a recuperação do adjetivo popular nos anos noventa para qualificar a economia solidária segue esta mesma tradição, passando pelo uso que os movimentos sociais fizeram dele. Ao nível da política partidária, o adjetivo popular serviu para qualificar uma série de novos fenômenos como a aliança entre partidos para formar a Frente Popular. Mas no que diz respeito ao uso feito pelas pastorais católicas, popular tende a significar dos pobres, ele se refere à opção feita pelos pobres.

O termo popular já fez correr muita tinta entre cientistas sociais e filósofos, pois ela é uma noção ambígua. Em 1979, Beisiegel escrevia, "O uso do adjetivo 'popular' enquanto instrumento de qualificação de uma certa cultura ou de um particular processo educativo é reconhecidamente problemático. O termo envolve alto teor de indefinição, apenas sugere, mais do que esclarece, tanto a natureza quanto a extensão dos fenômenos que procura especificar". (1979, p. 41). Para Chauí (1982, p. 43), o adjetivo popular tende a deslizar para nacional, o que encobre a contradição e a luta. Weffort, referindo-se ao populismo, o entende da mesma forma. "Importa, porém, observar que nesta ilusão de pura comunidade do povo não há, nem pode haver, contradições antagônicas entre as classes. O povo é percebido essencialmente como um conglomerado de indivíduos que comungam este puro sentimento de 'ser brasileiro'". (1980, p. 38).

Mas as mudanças ocorridas desde o final da década de setenta apresentam uma nova realidade exigindo novas categorias por parte dos cientistas sociais e, como o colocam muito bem Sader e Paoli:

> Não é, pois, por acaso, que o termo "classes populares", com toda a sua imprecisão, venha se insinuando no lugar do antigo rigor com que se pretendia

[210] Arruda, Gaiger e Tiriba referem-se explicitamente a Gramsci, ver no capitulo 6 desta tese.

> delimitar as fronteiras de cada classe (...). É que em boa parte dos movimentos sociais, o que seria sua 'composição de classe' (referida a uma posição dada na estrutura produtiva) não aparece homogênea ou nítida. A noção de classes populares está aí portanto indicando um problema não resolvido. Mas indica mais que isso: que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento. (1986, p. 59).

Esta análise é fruto duma pesquisa realizada pelos autores sobre a representação dos trabalhadores como classe social na produção das ciências sociais. Nesta, eles mostram como a produção sociológica do início da década de oitenta, ao pesquisar os trabalhadores e seus movimentos sociais questionaram profundamente o "conceito de classe social como paradigma teórico instituído e adquirido pelas ciências sociais". (SADER; PAOLI, 1986, p. 39). Houve, segundo eles, uma ruptura interpretativa com determinadas representações adquiridas sobre a sociedade brasileira, mas eles não discutem especificamente o conceito de classes populares. Contudo, observam que "o que parece estar saindo como um novo modo de entender os trabalhadores e os movimentos populares como um conjunto de pessoas e grupos que têm algo em comum" resulta da observação das várias lutas que surgiram a partir de 1978 (idem, 1986, p. 60). A noção de classes populares era mais apropriada do que, por exemplo, classe operária ou proletariado para dar conta de uma nova situação muito mais heterogênea, situada, na maioria das vezes, fora do local de produção, na qual as lutas reivindicativas dirigiam-se muito mais ao Estado do que ao Capital. Nesta nova situação, o adjetivo popular adquire, com certeza, um novo significado diametralmente oposto àquele que tinha na visão populista. Ruth Cardoso faz o mesmo exercício de dar uma explicação para o aparecimento nos escritos das ciências sociais do conceito de classes populares. Segundo a autora, o conceito veio dar conta das reações à dominação, no Brasil a partir dos anos 70, por parte de novos atores que não eram vistas como expressando estritos interesses de classe. A noção de classes populares por ser mais abrangente substituiu o conceito de proletariado apesar de ser bastante mais imprecisa. (CARDOSO, 1984, p. 223). Podemos, então, considerar que o adjetivo popular neste novo contexto perdeu o sentido que ele tinha quando associado ao Populismo, pois agora se trata de agentes sociais que irrompem no cenário político não mais como massa de manobra, mas como atores.

No entanto, como observa Alba ZALUAR[211], se falar em classes populares implica considerar o conjunto dos trabalhadores pobres como um "ator político dotado de certa autonomia no campo das disputas políticas" (1984, p. 34), e não é o que se observa. "As classes populares apresentam uma multiplicidade de atitudes e comportamentos" (Idem) como, por exemplo, durante as eleições. Segundo a autora, devido ao fato dos trabalhadores pobres apresentarem "uma certa homogeneidade nas condições de vida" e a mesma

[211] Alba Zaluar dedica o capítulo II da sua tese de doutorado intitulada *A máquina e a revolta*, a debater de que forma as teorias sociais apreenderam os pobres como objeto de pesquisa.

exclusão nos campos educacional e político, pensa-se que eles compartilham "de alternativas culturais, religiosas e políticas cuja unidade está na presença de um mesmo conjunto heterogêneo mas limitado de práticas e projetos que podem ser utilizados de modo alternado, sucessivo ou simultâneo". (Idem, p. 34-35). Os perigos situam-se, então, na passagem apressada das condições materiais de vida para as manifestações culturais, os valores morais e as práticas políticas.

O termo popular não vai ser associado unicamente à educação ou às classes, mas vai ser aplicado às frentes políticas, aos governos e, no caso aqui tratado, à economia. Voltando então, à apelação de economia popular solidária, a justificativa do uso do adjetivo popular neste caso vem do fato que se trata de uma economia praticada por pessoas das classes populares. O sentido dado a popular é semelhante ao dado por SADER e PAOLI (1986) quando afirmam que "o esforço de rigor do analista desloca-se (...) para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento" ou, como escreveu Cardoso, para dar conta de novos agentes sociais.

Doimo, Doxsey e Beling Neto (1986), no texto *Os novos movimentos sociais- teoria e prática*, observam que os protagonistas de movimentos sociais se auto-reconhecem como pertencendo ao Movimento Popular o que cria um certo mal-estar para os teóricos, o que se deve à conotação populista que estaria embutida nesta categoria. Após ter retomado a análise de Weffort sobre o conceito de classes populares, os autores afirmam que, para os movimentos sociais, classes populares significam os dominados, os oprimidos e os explorados. Então, apesar da resistência dos teóricos "à absorção deste novo significado, ele cumpre importante papel como um dos fatores geradores da identidade da base social dos movimentos sociais". (1986, p, 22). Trata-se então de uma categoria êmica de sujeitos políticos que se situam na esfera cultural e funciona como gerador e reforçador de identidades grupais. Como mostrarei a seguir é ainda com este significado que a categoria popular é hoje assimilada à economia solidária.

Tratando-se de uma economia das classes populares, onde os empreendimentos são "autônomos" no sentido de não chefiados por um patrão capitalista, os membros dos projetos alternativos poderiam dificilmente ser chamados de proletários ou de classe operária apesar de viver do seu trabalho. Parece bastante lógico que estes projetos por terem sido elaborados na década de oitenta do século XX e por estarem ligados, na maioria das vezes, aos movimentos sociais, foram chamados de populares por alguns de seus estudiosos. Assim vemos que Gaiger, desde 1995, usa este adjetivo para caracterizar esse novo fenômeno[212]. Na revista *Tempo e Presença*, ele pergunta: *As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social?* E, finalmente em 1999, no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, ele usa no título do seu artigo o termo economia popular solidária que ele vai mais adiante abreviar sob a sigla EPS. É também com esse nome que ele vai apresentar, em julho de 2000 em Dublin, na ISTR'S Fourth International Conference, *A*

[212] Reencontramos nos escritos de Gaiger, a citação do texto de Doimo, *A vez e a voz do Popular*, transparecendo um compartilhar da análise desta autora no que diz respeito à categoria popular.

*economia popular solidária no horizonte do terceiro setor*. O caderno que divulga sua "conversa" com o Conselho de Escolas de Trabalhadores do Rio de Janeiro, Nova Pesquisa e Assessoria em educação (2001), traz o mesmo nome, mas não foi batizado por ele. De fato, dependendo do público, Gaiger fala de economia solidária ou de economia popular solidária. Economia solidária é mais usado em certos meios sindicais, principalmente de São Paulo e na UNITRABALHO. Aliás, em 1996, GAIGER, insistindo sobre a necessidade de apropriação por parte dos empreendimentos de novos instrumentos, já escrevia: "A sutileza está, portanto, menos em revalorizar o popular do que em respeitar a receptividade e a desenvoltura dos beneficiários frente a propostas inovadoras, ampliando-as gradativamente com base nos resultados atingidos passo a passo". (1996, p. 120-121). Mas a categoria popular vai adquirir, no Rio Grande do Sul, um significativo especificamente político com a formação e a eleição do Governo da Frente Popular[213] de Porto Alegre em 1989.

Com a constituição da Frente Popular durante as eleições no Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (nome que lembra outras memoráveis frentes, como a francesa dos anos 30, a espanhola contra a ditadura de Franco na Espanha, ou ainda a do Chile para a eleição do Presidente Allende em 1971) redimiu-se o adjetivo popular entre os marxistas[214].

No Rio Grande do Sul, o maior articulador de experiências de ES é, sem dúvida, a Cáritas – RS, especialmente em quatro cidades, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Porto Alegre. Segundo Marinês Besson[215],

> começamos a nos dar por conta, além da nossa relação, de repente a gente deveria também motivar relações nossas com outras entidades que estiverem com uma coisa semelhante aí. Foi aí que em 95, por aí a gente, aqui mesmo, se desafiava a buscar entidades que atuassem com isso. De repente, formar um espaço de discussão e - eu me lembro bem - foi com o MST, a IECLB, SMIC que estava iniciando com isto, o CAMP, a gente chamou. Acabamos formando o dito Fórum das experiências aonde nasceram grandes propostas. Uma foi um grande Encontrão. (...) Isto foi realizado na UFRGS. (...) Como esse fórum já era mais amplo, entrou a COCEARGS porque representaria organizações do movimento popular, prefeitura porque representaria então o poder público e a Cáritas representando uma entidade ligada à Igreja. (BESSON, 2001).

Em 1999, o Governo da Frente Popular, na época recentemente eleito no RS, criou no seio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) o Programa Economia Popular Solidária[216], montado em março de 2001 e ratificado pelo

---

[213] O adjetivo trabalhista não poderia ser usado já que pertencia ao PDT. Em 1998, nas eleições para governador do Estado do RS, ao lado da Frente Popular (PC do B, PSB, PCB) havia a Frente Trabalhista. Ambas uniram-se no segundo turno contra a candidatura de Britto (PMDB).

[214] Para os marxista–leninistas, um outro exemplo de peso do uso do adjetivo popular seria o nome da República Popular da China.

[215] Segundo suas próprias palavras, ela é, na Cáritas - RS, "a pessoa de referência da área" de economia solidária.

[216] Familiarmente chamado de Ecopopsol.

Decreto Nº 41.062, de 21 de setembro de 2001, e, para a implementação de suas políticas, estabeleceu 14 Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda que assinaram convênio com a ANTEAG até fins de 2001 e depois com a COPPE do Rio de Janeiro.

Paulo Leboutte, que integrou a equipe de coordenação da ANTEAG escreveu um livro onde registrou a experiência do Programa estadual de Economia Popular Solidária. Nele o autor esclarece o significado do adjetivo popular:

> O popular, para definir um conteúdo de classe, não porque é de "pobre", de miserável, de "coitadinho", de excluído pela sociedade capitalista. Popular porque é do povo, é das pessoas desprovidas dos meios de produção, é dos trabalhadores e trabalhadoras, que compõem uma classe social bem delimitada pelo sistema capitalista. Quaisquer elaborações que não levem em conta a sociedade de classes em que vivemos não podem jamais reivindicar-se transformadora (sic). (LEBOUTTE, 2003, p. 32).

Ainda, a respeito do uso do adjetivo popular, é interessante notar a mudança de terminologia entre a publicação do Caderno de formação número 14 da Cáritas Brasileira – Regional do Rio Grande do Sul e a reedição do mesmo. Na sua primeira edição, em 10 de março de 1998 (a apresentação é de dezembro de 1997), o título é *Economia solidária e as novas relações*, por ocasião de sua reedição em julho de 2001, o título passa a ser: *Economia Popular Solidária e as novas relações.* A primeira tiragem foi de 2.500 exemplares, a segunda de um milheiro, o que mostra uma certa amplitude. Uma explicação por esta mudança poderia ser o alinhamento com o nome do Programa do governo da Frente Popular. De fato, a Cáritas integrou-se ao Conselho Estadual de Assistência Social, participando assim da construção de políticas públicas para o RS entre as quais o Programa de Economia Popular Solidária. Um documento da Cáritas Regional do RS, sem data, mas posterior a novembro de 2000, intitula-se *Sistematização da caminhada da Cáritas no Rio Grande do Sul na Economia Popular Solidária*. Parece que este documento padronizou e determinou, no seio da Cáritas, o nome Economia Popular Solidária[217]. Em 2002, a Cáritas Regional – RS explicitou o que ela entendia pelo conceito de "popular".

> Em nossa concepção, o conceito de "popular" destaca o processo de organização solidária *com* e *a partir* dos excluídos, já que os "grandes" também são solidários entre eles. No bojo do popular está uma opção político-pedagógica. Sob esta ótica, os 56,42% da população gaúcha que vive em situação de pobreza e de indigência são os alvos da EPS, buscando integrar o processo de assistência social como parte do desenvolvimento solidário. Para nós, deveria estar superada a concepção de um desenvolvimento centrado na dimensão econômica. O economicismo tem que dar lugar a uma nova visão onde todas as dimensões da vida pessoal, familiar, comunitária e social devem estar integradas.
>
> O popular, contudo, não significa desprezar a tecnologia socialmente acumulada. Também não significa produto sem qualidade, coisa pequena,

[217] Devo até reconhecer a influência direta, mas até certo ponto inconsciente, que esta nomeação exerceu sobre minha própria trajetória, já que o meu primeiro projeto de pesquisa tinha por subtítulo *Etnografia da Economia Popular Solidária na região de colonização do Rio Grande do Sul.* Foi ao deslocar meu olhar para a questão nacional que optei pelo termo genérico de economia solidária.

> isolada... A produção econômica com tecnologia adequada deve garantir a realização da pessoa-ser-solidário: a *com-cidadania*. (DIOCESE, 2002, p. 16).

Este texto ensina muito a respeito da noção de popular e de economia popular solidária tal como é oficialmente entendida pela regional sul-rio-grandense da Cáritas. Primeiro, afirma que o termo popular designa esta parte da população que é excluída economicamente vivendo em situação de pobreza e indigência. Essas categorias são definidas quantitativamente pelo Plano Estadual de Assistência Social do RS "23,02% da população vivem em situação de indigência (0 a 2 SM) e 33,42% estão em situação de pobreza (recebem de 2 a 5 SM)". (Diocese, 2002, p. 16). A economia popular solidária é vista aqui como parte integrante do processo de assistência social. Essas afirmações confirmam as críticas feitas fora e dentro do movimento pró-economia solidária segundo as quais essa proposta é reformista, uma panacéia para os males da exploração que tenta compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o que mudou é que saímos das práticas assistencialistas próprias da Igreja e de governos anteriores afirmando a necessidade de organização a partir dos próprios interessados numa dimensão político-pedagógica já antiga segundo a qual é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe. Aliás, em 2003, este ditado vai ser ampliado no *Mutirão para a superação da miséria e da fome* da CNBB. No folheto *Alimento, dom de Deus, direito de todos*, a metodologia libertadora proposta diz inspirar-se do seguinte ditado:

> Em vez de simplesmente dar o peixe, é preciso organizar o povo para que ele conquiste os instrumentos de pesca, garanta o acesso ao rio, aprenda a cuidar do rio, possa tratar os peixes, pescar juntos, festejar o resultado da pescaria e repartir os frutos com os/as participantes. (CNBB, 2003).

A referência à metodologia libertadora lembra que as ações da CNBB continuam influenciadas pela teologia da libertação que procurava "reagrupar em torno da imagem do pobre oprimido a diversidade das demandas políticas". (MONTERO, 1999, p. 52). E aqui temos mais uma pista para interpretar a insistência, de diversos agentes da economia solidária do RS, em defender que a economia solidária tem que ser popular. Para a Cáritas e as pastorais católicas o adjetivo popular é fundamental e sempre reafirmado de maneira até obstinada. Que visão haveria por traz deste adjetivo? É certo que não se trata de uma mera descrição quantitativa e estatística. A visão que passa é de uma sociedade dividida em dois blocos, o bloco popular e o bloco dos ricos ou ainda o bloco dos excluídos e o dos incluídos. Isto passa, como escreve Alba Zaluar, "a imagem da sociedade dividida entre os 'grandes', que controlam o sistema em benefício próprio, e os 'pequenos', que sofrem injustiças". (ZALUAR, 1984, p. 53). A proposta político-pedagógica não seria de integrar os excluídos no bloco dos ricos, mas de construir com eles uma sociedade diferente, pois na missão da Cáritas lê-se: "participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para

a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do Reino de Deus". (CÁRITAS, 2002).

Voltando à análise do texto da Diocese, ele contém uma crítica ao economicismo, pois este "tem que dar lugar a uma nova visão onde todas as dimensões da vida pessoal, familiar, comunitária e social devem estar integradas". Aqui, trata-se de uma proposta moral. Aliás, no que diz respeito ao consumo, existe uma proposta da Cáritas que foi incluída como o nono mandamento do *Mutirão contra a Miséria e a Fome*: "Devemos unir-nos para promover um tipo de vida simples, frugal e solidária, a fim de vencer o apego aos bens materiais e ao consumismo". Essa concepção de vida simples e frugal está também presente nos ideais da economia popular solidária divulgada por este órgão.

A afirmação da Cáritas segundo a qual ser popular não significa desprezar a tecnologia parece uma resposta a preocupações expressas por Gaiger em diferentes oportunidades. E a negação de que popular quer dizer coisa pequena, sem qualidade, responde às críticas de Singer para quem popular é coisa pobre, feita pelos pobres e para os pobres. Quanto à dimensão política revolucionária, no sentido de mudança radical de um novo modo de produção, como afirma Singer, a meu ver, está descartada. Mesmo se a Cáritas é uma das instituições que estão na origem do programa do Governo do Rio Grande do Sul como o escreveu Olívio DUTRA: "o Programa de Economia Popular Solidária não é um projeto imposto pelo Executivo, mas o reconhecimento pelo Governo de propostas formuladas por entidades representativas dos movimentos sociais como a Cáritas e o MST". (2003, p. 12). No entanto, deu para perceber que o significado de popular não tem o mesmo significado para ambos. Se a Cáritas se refere aos excluídos, para a SEDAI, popular tem um teor de classe social, pois significa os trabalhadores que não possuem os meios de produção, numa definição inspirada em Marx.

O Governo de Estado do RS organizou no salão de Atos da Reitoria da UFRGS o Seminário Internacional, intitulado *Trabalho e Economia Solidária*, entre os dias 21 a 23 de novembro de 2000, embora, numa das publicações do SEDAI, infelizmente não datada, intitulada *O desenvolvimento e a geração de emprego e renda*, o nome de um dos projetos é "Economia Popular e Solidária" e pode-se ler esta definição:

> Economia Popular e Solidária são todas as formas de organização criadas e administradas pelos próprios trabalhadores, e que tem a finalidade de gerar trabalho e renda. Exemplos disso são as cooperativas e associações de trabalhadores autogestionárias. O Rio Grande do Sul tem várias experiências bem sucedidas como cooperativas de costureiras, de recicladores de lixo, de panificação e trabalhadores que assumiram a administração de frigoríficos. (SEDAI).

Para completar esta análise, devemos dizer que em 2001 foi criado um Fórum Metropolitano de entidades de apoio à Economia Solidária, composto pela SMIC/POA, STAS/Cachoeirinha, Compras Coletivas, UNISINOS, UFRGS, CAMP, SEDAI, SESC, SDE/Cachoeirinha, Ana Terra e outros. Ou seja, o Fórum é formado por secretarias dos municípios de Porto Alegre e da área metropolitana onde a Frente Popular venceu as

eleições, por ONGs, universidades e órgãos associativos como, por exemplo, o Serviço Social do Comércio. O Fórum organizado em grupos de trabalho não tem se reunido regularmente. O que eu queria sublinhar é que, apesar do uso do nome economia popular solidária ser majoritário neste grupo, foi o de economia solidária que ficou registrado em certos documentos[218], talvez por influência da CUT, enquanto que em outros ele é nomeado de Fórum Metropolitano de Economia Popular Solidária. Esta ida e volta de uma apelação para outra apareceu também no Fórum Social Mundial. Se no primeiro Fórum, de 28 a 29 de janeiro de 2001, foi organizada a oficina *Economia Solidária e Autogestão: Novas formas de geração de Trabalho e Renda*[219], no segundo Fórum Social Mundial, há um exemplo muito concreto da rivalidade ou da convivência pacífica entre as duas apelações. A economia solidária constituía um dos cinco temas do primeiro eixo das conferências do Fórum, mas o documento divulgado nesta ocasião com os textos escritos pelas entidades organizadoras do Seminário Internacional sobre Economia Solidária, que aconteceu nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2002, tem na capa e no rodapé de todas as páginas a inscrição Economia Popular Solidária. Enfim, é importante ressaltar que no livro de referência *A outra economia*, a categoria economia popular solidária, não consta como verbete, marcando assim a rejeição desta nominação como academicamente aceitável.

É interessante observar que o *site* www.ecosol.org.br, montado na UNISINOS por Gaiger, é intitulado Economia Popular Solidária. Sendo o *site* mantido em parceria com a Cáritas e a SMIC que usam esta denominação, podemos ver neste título "política de boa vizinhança", mas é mais do que isto, pois Gaiger utiliza também esta nominação nos seus artigos científicos.

No Rio Grande do Sul é este apelido que predomina. Assim, em junho de 2004, o primeiro encontro dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários do Rio Grande do Sul, teve por nome: *I Encontro Estadual de Empreendimentos da Economia Popular Solidária*[220], um outro nome também apareceu nos cartazes alusivos ao evento, *I Encontro dos Trabalhadores da Economia Popular e Solidária do Rio Grande do Sul*. O cartaz tinha o patrocínio da Cáritas - RS, da Associação do Voluntariado e da Solidariedade - Avesol, do Fundo de Miniprojetos da Região Sul - FMP, do CAMP, de Moradia e Cidadania e da Caixa Econômica Federal. Esta última apelação se presta a interpretações diversas; a primeira é que aqui estão reunidos os empreendimentos da economia popular e os da economia solidária, ou seja, neste primeiro evento reunindo trabalhadores, o objetivo seria de ter uma abertura tal que seriam aceitos trabalhadores da economia popular mesmo que ainda não fizessem parte da economia popular solidária. A segunda interpretação

[218] Trata-se do relatório da reunião de 13/06/2001, do GT sobre crédito que se realizou na SMIC.
[219] Ver foto n. 5.
[220] O encontro aconteceu em Porto Alegre, nos dias 12 e 13 de junho de 2004 com a participação de 374 trabalhadores representando 140 empreendimentos do meio urbano e rural, dos setores da produção agrícola, da agroindústria, da pesca, da agricultura familiar, da confecção e vestuário, do artesanato, da reciclagem de resíduos sólidos, do metal-mecânico, da alimentação, da prestação de serviços e dos movimentos sociais (rurais e urbanos).

poderia ser um compromisso entre os partidários da economia popular solidária e os da economia solidária e, finalmente, poderia ser uma constatação que existem dois tipos de empreendimentos, os de economia popular solidária e outros, não populares, de economia solidária (tese do Singer). De toda maneira, posso afirmar, com toda certeza, que nesta fase de organização do Movimento, esforços são feitos para juntar, para somar forças e não para excluir. A peneira e as discussões sobre a identidade do movimento e seus limites estão sendo deixadas para uma etapa posterior.

Como comentado anteriormente, antes de se falar de economia solidária, falava-se em economia popular. Autores como Tiriba, mesmo estudando a economia solidária, continuam usando esta categoria. Adverte ela, no entanto, que não concebe "o popular como algo 'puro', 'bom' e tampouco necessariamente 'liberador'". (2001, p. 130). E acrescenta:

> Em nosso ponto de vista, o termo 'popular' não carrega uma conotação ideológica no que diz respeito à pertinência dos atores desse subsetor da economia a este ou aquele [sic] projeto de vida, de mundo e de sociedade. De qualquer maneira, como assinala Razeto, embora o termo 'popular' possa ser posto em questão, 'o que ocorre é que na América Latina não temos tanto problema para empregá-lo, pois bem sabemos o que é uma realidade popular e tampouco fechamos os olhos diante da divisão em classes sociais, das crises econômicas, das injustiças que produzem as favelas etc.' (RAZETO, 1993a, p. 36). (TIRIBA 2001, p. 132).

Aproveito esta citação de Razeto para lembrar que o termo popular é defendido por latino-americanos como o argentino Coraggio e o próprio Razeto que é chileno, ambos com grande influência no Brasil.

Franceses como Odile CASTEL (2003) interpretam o adjetivo popular da expressão economia popular solidária, como uma economia que não recebe ajuda do Estado.

> Elle est dite populaire dans les pays du Sud, car elle est réalisée par les populations elles-mêmes sans aucune intervention des pouvoirs publics. Alors qu'il n'est pas rare que, dans les pays du Nord, les activités d'économie solidaire bénéficient de politiques de soutien de la part des pouvoirs publics, ceci est très rare pour les activités d'économie populaire solidaire dans les pays du Sud.

Finalizando, no seio da economia solidária encontramos mais um uso do adjetivo popular; trata-se do cooperativismo popular, das cooperativas populares. Neste caso, o adjetivo popular indica claramente que não se trata do cooperativismo tradicional, nem do cooperativismo de fachada que esconde empresas de terceirização. No *site* da Rede de colaboração solidária foi publicada uma carta de princípios do cooperativismo popular. Nela podemos ler:

> Infelizmente, ainda hoje, parte do cooperativismo vem sendo praticado por grupos econômicos cujo o [sic] interesse principal é escapar de suas responsabilidades fiscais e trabalhistas e cuja a [sic] conseqüência imediata é o

> agravamento da crise do desemprego e precarização das relações de trabalho. (www.redesolidaria.com.br).

A crítica às falsas cooperativas é nítida. Quanto à crítica ao cooperativismo tradicional, ela é mais velada e está embutida na proposta de administração autogestionária, como se pode ler a seguir.

> Assim, o ***cooperativismo popular***, surge como alternativa baseada em valores comprometidos com outra cultura econômica e com a formação integral da cidadã e do cidadão, para que busque sua inserção no mercado de trabalho e/ou outras formas emancipadas de relações econômicas.
> Dessa forma, não admitirmos [sic] a reprodução de práticas de administração que não estejam coadunadas com os princípios de autogestão. Compreendemos autogestão como a capacidade de tomar decisões e manejar o próprio desenvolvimento, como pessoa, iniciativa e sociedade.
> Devemos sim, assumir uma conduta crítica ao capitalismo, que promove uma produção maior de bens pela simples concentração de renda, ao contrário de uma globalização possível e desejável, findada [sic] na ética, na solidariedade e na participação. (www.redesolidaria.com.br)

A questão da autogestão é fundamental para caracterizar este novo tipo de cooperativismo e é revelador de uma nova concepção de democracia e de cidadania. Este aspecto mostra uma transformação radical quanto à maneira como são tratadas as questões da fome, da miséria e da exclusão. Não se trata mais simplesmente de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais. Não basta considerar as desigualdades como simples questões econômicas, mas esta proposta engloba questões políticas, sociais e culturais.

Podemos interpretar "outra cultura econômica", acima citada, como sinônimo de socioeconomia solidária ou economia solidária, pois é consensual que a cooperativa "autêntica" é a forma ideal para os empreendimentos econômicos solidários não sendo sempre a forma de fato encontrada na realidade por causa das exigências da legislação brasileira[221]. O movimento do cooperativismo popular é anterior à nomeação da economia solidária e foi *a posteriori* que esta expressão veio a representá-lo.

Tanto a Cáritas como o Governo de Estado do RS escolheram a expressão Economia Popular Solidária (EPS) para nomear esta realidade. Tudo indica que o adjetivo popular dá um cunho mais social do que político à economia solidária, mas só um estudo mais aprofundado permitiria dizer o sentido preciso que esta apelação tem para cada uma destas entidades. Quando se trata de eventos mais científicos e internacionais, é o nome de Economia Solidária que é preferido. O nome economia solidária no Brasil esteve no início mais associado às empresas autogeridas, apoiadas por certos sindicatos. O movimento sindical, contudo, não se faz muito presente nestas feiras e encontros de experiências alternativas. Ele está presente nos eventos organizados pelos núcleos universitários da

[221] Exigência de no mínimo 20 sócios, pagamento de uma série de impostos, uma estrutura rígida, uma sede etc.

UNITRABALHO, pelos órgãos públicos ou em eventos internacionais como o Fórum Social Mundial. Por outro lado, quando o PACS do Rio de Janeiro organiza algo, mesmo que seja no RS, é o nome de socioeconomia solidária que é escolhido.

Segundo Bourdieu, no seu texto, *Les usages du "peuple"*, o uso dos termos, "povo" e "popular", é uma das apostas na luta entre intelectuais. O fato de sentir-se autorizado a falar do povo é em si mesmo uma força nas lutas internas nos diferentes campos. E acrescenta ainda que esta força está em seu grau máximo no campo político, onde este termo é ambíguo (classes populares, proletariado, nação); ela é mínima no literário e intermediária no religioso. "A maioria dos discursos que são proferidos ou são feitos em favor do 'povo' são o fato de produtores ocupando posições dominadas no campo da produção". (BOURDIEU, 1987, p. 178-179). Aqui, Bourdieu se refere principalmente à produção literária, mas certamente, devido a suas considerações anteriores, podemos estendê-la ao campo das ciências sociais. No caso da política, ele considera o uso do "popular" como rentável para aqueles que podem reivindicar uma certa proximidade com os dominados e colocar-se como detentores de um tipo de direito de preempção sobre o "povo" e, por isso, de uma missão exclusiva. Para Bourdieu, "o princípio das diferentes maneiras de se situar em relação ao povo (....) situa-se ainda e sempre na lógica da luta no seio do campo dos especialistas". (BOURDIEU, 1987, p. 181). Em virtude disto, ele recomenda ao pesquisador uma análise anterior da relação objetiva com o objeto a fim de escapar à alternativa do etnocentrismo de classe e do populismo, que é sua forma invertida.

Se o adjetivo popular é criticado, seus usuários, por sua vez, criticam o nome economia solidária. Pelo que parece, no seio do campo da economia solidária, apesar de não se poder desconhecer o fato de existir um discurso proferido em favor e em nome dos pobres, a reivindicação do adjetivo popular por assessores e intelectuais diz respeito mais a uma questão de identidade, de marcar fronteiras com os outros "não populares", por exemplo, as entidades do terceiro setor, criadas por empresas. Por ocasião da III Plenária do GT Brasileiro de Economia Solidária, reunido para a formação do Fórum Nacional de Economia Solidária (Brasília, junho de 2003), este nome e a concepção que ele abriga foram criticados por delegados do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária. Estes últimos entendem que o nome economia solidária é tão amplo que permitiria a entrada de oportunistas tais como micro-empresas com assalariados ou cooperativas tradicionais de comercialização formadas por grandes proprietários rurais. A questão em jogo está na "pureza" ideológica das entidades participantes.

### 4.6. O nome economia solidária

É preciso agora discutir o nome economia solidária não somente enquanto nome genérico e, nesse caso, semanticamente neutro, em relação a outras apelações, ou como uma apelação adotada por consenso nos eventos internacionais, mas como um termo

revestido de um determinado significado, identificando um conjunto de entidades que se alinham no essencial sobre os princípios definidos por Paul Singer.

O termo economia solidária foi divulgado por Singer e foi adotado pela CUT e pelas organizações que se originaram nos sindicatos como a ANTEAG, a ADS, os núcleos universitários da Unitrabalho do Estado de São Paulo como a USP, a UNESP, a UFSCar, e a UNITRABALHO nacional. Esta apelação aparece, geralmente, como portadora de uma certa oposição ao adjetivo popular e à sua ótica restritiva. A crítica do adjetivo popular foi feita por Singer que, desde o início, sempre usou o nome de Economia Solidária. Para ele, a questão é de saber quais os setores da população que estão incluídos na categoria popular e quais os critérios de inclusão. Por ocasião do seminário "Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia", realizado entre os dias 8 e 9 de novembro de 1999 na Universidade Católica do Salvador, Singer expressou-se da maneira seguinte: "A minha grande dificuldade conceitual,..., é a Economia Popular". (2000b, p. 143). Referindo-se à convenção de Kraychete, segundo a qual a economia dos setores populares designa "as formas de reprodução da vida que não se situam estritamente na lógica da economia capitalista" (citado por SINGER, 2000b, p. 144), Singer objeta que se trata de uma definição pela negação. "É difícil, é complicado tentar entender algo meramente pelo fato de não ser uma outra coisa; é muito vago" (idem). Para ele, a categoria setores populares tem um significado histórico. Há trinta anos que estes termos designam classes de baixa renda, o que não é a mesma coisa do que assalariados - como Coraggio o fez entender neste seminário - pois entre estes últimos encontram-se também dirigentes das grandes empresas capitalistas. A proposta de Singer é, então, em vez de falar de economia não capitalista, falar de uma economia caracterizada basicamente por princípios socialistas ou cooperativistas[222], o que não impede que universitários, por exemplo, participem desta economia. A este respeito, Singer cita sempre a cooperativa de psicólogos *Verso*, fundada por um de seus alunos do doutorado. Apesar de ser autogestionária e solidária, ela não é exatamente popular.

Para Singer, segundo comentário feito em 1998,

> A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção. (SINGER, 1998a, p. 125).

Para precisar o caráter da economia solidária seguidamente acrescenta-se-lhe o adjetivo "autogestionária". Singer sempre insistiu sobre este aspecto. Assim, um projeto de pesquisa de âmbito nacional, bem como um dos programas da UNITRABALHO, são

[222] E aqui Singer afirma a identidade dos termos, referindo-se a Marx e Lenin para provar isto.

intitulados Economia solidária e autogestionária[223]. Este acréscimo denota o afastamento de qualquer "economia solidária" patronal, paternalista ou caritativa e dá uma conotação política que tem repercussão pedagógica e cultural. Parece que, antigamente, a autogestão só era pensada como fazendo parte de práticas em vigor nos países socialistas. No dicionário francês, *Nouveau Petit Larousse* de 1968, pode-se ler no verbete autogestão, "Em alguns países socialistas, gestão de uma empresa por uma comissão de trabalhadores[224]", ou seja, quem escreveu o verbete nem imaginava que esta forma de gestão pudesse existir no sistema capitalista. Já no dicionário Houaiss da língua portuguesa, está escrito: "gerenciamento de uma empresa pelos próprios empregados que são representados por uma direção ou por um conselho gestor". O dicionário Aurélio do Século XXI, de maneira mais lacônica, define autogestão como: "Gerência de uma empresa pelos próprios trabalhadores". Todas estas definições limitam a aplicação da autogestão à empresa. Mas, segundo Albuquerque, não se trata simplesmente de uma modalidade de gestão. A autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois "deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem". (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção que dão mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições "para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização". (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20-21). Quanto ao aspecto técnico, ele permite pensar numa outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Para Nascimento, historicamente no Brasil, a idéia de autogestão

> esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século. O movimento trotskista defendia a autogestão, sobretudo em torno dos conselhos operários. (...) Na segunda metade dos anos 40, no clima de renovação do pós-guerra, alguns socialistas oriundos do PCB e do trotskismo, colocaram em pauta o debate da alternativa autogestionária. O principal exemplo é o do grupo reunido em torno do jornal *Vanguarda Socialista* dirigido por Mário Pedrosa, egresso do trotskismo, influenciado por Rosa Luxemburgo e pela dissidência da IV Internacional formada nos EUA. (NASCIMENTO, 2000, p. 13).

Singer fazia parte deste grupo e vai retomar a defesa da autogestão, junto aos sindicatos. A CUT, com a assessoria, entre outras, de Singer e Arruda, fez vários estudos e

[223] Atualmente, o nome é, de fato, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Economia Solidária e Autogestionária, mas isto é uma outra história que será tratada numa outra parte da tese.
[224] Tradução da autora.

organizou cursos neste sentido. Segundo os próprios dizeres da ANTEAG[225], esta foi criada para coordenar projetos de autogestão. A primeira empresa deve sua origem a alguns técnicos do DIEESE que, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca - SP, iniciaram, em 1991, um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão na empresa de Calçados Makerly. Mais recentemente, a Agência de Desenvolvimento Social – ADS, criada em 1998 por iniciativa da CUT em parceria com a Unitrabalho e o Dieese, assessora cooperativas rurais e urbana na tentativa de criar complexos cooperativados com o objetivo de implementar cadeias produtivas, constituindo um plano conjunto de produção e comercialização entre os diversos empreendimentos da cadeia de produtores, interligando os empreendimentos de forma a fortalecê-los para que possam competir no mercado com seus produtos. No seu *site* podemos ler: "Todas as atividades serão orientadas metodologicamente para a promoção de projetos coerentes com os princípios da autogestão, da economia solidária e do desenvolvimento sustentável". Esta frase chama atenção sobre o fato que não se entende a economia solidária automaticamente como autogestionária. A autogestão, ao que todas as pesquisas indicam, é a meta mais difícil de ser atingida.

## 4.7. Socioeconomia solidária

A socioeconomia é uma disciplina recente, desenvolvida por pesquisadores europeus e norte-americanos que desejavam dar conta da complexidade comportamental das diferentes práticas socioeconômicas, pois entendiam que estas não eram simples respostas de cunho instrumental e utilitarista. Por outro lado estes pesquisadores têm a intenção, não somente de descrever a realidade, mas de melhorá-la. Esta corrente, apadrinhada pela Sociedade Mundial de Socioeconomia – SASE – foi fundada por Amitai Etzioni em Harvard em 1989. Ela manteve vários congressos internacionais e tem seções em várias universidades. Segundo Guerra (2002, p. 17), a socioeconomia está vinculada ao movimento comunitarista principalmente o comunitarismo sensível que se reconhece como herdeira de Mounier e de Buber.

No primeiro caderno da coleção *Semeando socioeconomia*[226], publicado pelo PACS, resumindo o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, acontecido em Porto Alegre em agosto de 1998, podemos ler:

> A socioeconomia solidária, em suas mais diversas formas, é um modo de viver que abarca a integralidade do ser humano. Adotamos este termo porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano. O valor central da socioeconomia é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda

[225] Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária.
[226] Marcos Arruda, Sandra Quintela e Ruth Espinola Soriano compõem a equipe técnica do PACS.

> a coletividade, a socioeconomia resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado. A referência da socioeconomia é cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito. Portanto, a eficiência econômica não se deixa limitar pelos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. (A CULTURA, 2000, p. 5).

Durante a entrevista que Arruda me concedeu, ele explicou o sentido do nome socioeconomia solidária da forma seguinte.

> Ele foi criado como uma maneira da gente contrapor a noção de economia solidária à noção de economia dominante que é totalmente divorciada do social. A gente pensou: economia social não é suficiente porque você pode ter uma economia social dentro do capitalismo e as socialdemocracias tentaram isto, de uma certa maneira. Então, o projeto de economia social que eu leio nos europeus não me convence de que eles estão propondo um outro sistema; é uma maneira de reorganizar a economia dentro do sistema. Não é suficiente. Tem um outro autor muito interessante que criou o conceito de Humanoeconomia, se chama Eugen Loebl. Ele é checo. Um economista que tem um livro com este título, humanoeconomia ou como transformar a economia em instrumento na mão da gente, uma coisa assim. Um nome muito bonito. E nós paramos para pensar; humanoeconomia é muito rica, mas arrisca a deixar de fora a dimensão social e pensar na economia com um viés só individual, humano no sentido do ser humano. É preciso haver uma coisa que articula o social com o individual e que dê um toque no valor central. E foi nesta discussão que chegamos ao conceito de socioeconomia solidária. (ARRUDA, 2002b).

Apesar da ressalva segundo a qual o termo humanoeconomia correria o risco de deixar de fora a dimensão social, não é por acaso que este termo foi pensado por Arruda, pois ele exprime uma das facetas do seu pensamento, a importância dada ao indivíduo e a sua autonomia no seio da socioeconomia solidária. Entre todas, a postura de Arruda é a mais filosófica e abrangente. Ela foi adotada também pelo filósofo Euclides Mance, mentor da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, mas em data posterior ao seu livro *A revolução das redes*, publicado em início de 1999.

A postura de Arruda é muito nítida. O nome representa um projeto, um projeto distinto dos outros. O nome socioeconomia deixa claras duas coisas que são marcas características da economia solidária. Em primeiro lugar, que as atividades deste setor são muito mais abrangentes do que o aspecto econômico, envolvendo educação, cidadania, qualidade de vida etc. e, em segundo lugar, de maneira correlata, que a avaliação destes empreendimentos não pode ser feita unicamente do ponto de vista dos seus resultados financeiros. Todos os projetos e organizações de apoio à economia solidária insistem sobre vantagens não-materiais oferecidas por ela, sendo citado, em primeiro lugar, o resgate da auto-estima. Não podemos esquecer que a maioria dos empreendimentos é composta por desempregados e excluídos do mercado formal que acham nestes projetos uma forma de reinserção social e um sentido para as suas vidas. É o que justifica que grupos, cuja produção não alcança o salário mínimo mensal, continuam existindo. O convívio, a

solidariedade, o reconhecimento e uma série de condições de trabalho como a flexibilidade dos horários de trabalho, são muitas vezes considerados como valendo a pena em si mesmos. A questão social está à frente da questão econômica apesar desta ser premente.

Em 2003, na obra *A outra economia*, Arruda precisa mais uma vez o significado da noção de socioeconomia solidária. Desta vez, ele afirma que o termo é equivalente ao de economia solidária com a ressalva de dar ênfase ao sentido social. Mais adiante escreve que a "*economia solidária* é uma forma simplificada de referência à socioeconomia solidária". (ARRUDA, 2003a, p. 235). Por trás da diversidade de conceitos utilizados para dar conta da economia solidária, ele vê uma mesma procura de recuperação do sentido original do termo economia. Portanto, não haveria divergência - muito menos oposição - entre as diversas denominações, mas apenas maior precisão. Reconhecendo a diversidade das formas concretas tomadas por esta economia, ele as vê todas como "informadas por valores comuns". (Ibidem). Ele reivindica, para o conceito de socioeconomia solidária, as mesmas raízes históricas já enunciadas por Singer (2002b): as origens socialistas, marxistas, anarquistas, solidaristas, principalmente francesas e inglesas, acrescentando algumas à lista: Gramsci e contemporâneos como Landauer e Vanek.

Voltando à especificidade da expressão, afirma:

> os que adotam a expressão socioeconomia solidária propõem esta noção abrangente como a melhor para identificar o objetivo maior da atividade econômica, e acrescentam o adjetivo a partir da necessidade que sentem de identificar o valor central que identifica o conceito e informa sua prática. (ARRUDA, 2003a, p. 235).

De fato, além do PACS, o grupo que utiliza este termo é a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES. A rede, criada por Euclides André Mance[227] do Instituto de Filosofia da Libertação de Curitiba, adotou esta terminologia e, entrando na rede, "recebe" junto o sobrenome. Como a rede possui uma lista eletrônica de debates[228], ela é muito freqüentada, tendo em média umas trezentas pessoas, repartidas em todas as regiões do Brasil, recebendo diariamente uma dezena de mensagens. Nela Marcos Arruda divulga suas análises econômicas e políticas, bem como suas cartas ao Presidente Lula e ao Dirceu. A lista se divide entre os simples leitores[229], os usuários assíduos que enviam mensagens semanais, às vezes diárias, e os participantes ocasionais, geralmente novatos à procura de uma informação.

Após fazer referência aos significados dados à economia solidária pelos autores latino-americanos como Razeto, Verano Paez e Coraggio e pelo brasileiro Mance e ele

---

[227] Nesta rede, além de Mance como moderador, há a Rosemary da FASE; com Arruda, eles formam o núcleo articulador da rede.

[228] Esta lista, apesar das demandas insistentes e reiteradas de certos membros e dos seus moderadores, está repleta de mensagens que são de natureza política e de temas estranhos à economia solidária e também, muitas vezes, veicula mensagens particulares.

[229] Por exemplo, sei que Singer e Gaiger lêem as mensagens, mas quase nunca se manifestam e isto é também meu caso.

próprio, Arruda acrescenta que a socioeconomia é "um sistema alternativo ao capitalismo construindo-se através do florescimento de redes horizontais e verticais de produção e intercâmbio de bens e serviços, mediados por moedas diversas e por relações solidárias entre as partes". (ARRUDA, 2003a, p. 237).

Conseqüentemente, o PACS coordenado por Arruda, Mance do IFIL de Curitiba e Rosemary Gomes da FASE - esses dois últimos após 1999 -, empregam o termo socioeconomia solidária que também integra o nome da rede que criaram, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES. Quem se incorpora à Rede vai reproduzindo os nomes utilizados por esta. No Rio Grande do Sul, Jandir Pauli de Passo Fundo integra a rede; contudo, o Seminário organizado em agosto de 2004 naquela cidade e do qual Arruda era o palestrante de destaque, chamou-se de economia solidária e políticas públicas. Talvez, mais uma vez a expressão economia solidária pode ter sido usada como genérica, frente às duas outras presentes em Passo Fundo, Economia Popular Solidária e Socioeconomia Solidária.

## 4.8. Os nomes da economia solidária no RS[230]

Para compreender cada uma destas apelações, pretendo situá-las, a seguir, no contexto sócio-histórico onde aparecem, circulam e se transformam. Com este propósito, inicio com uma apresentação do Rio Grande do Sul, região que conheço melhor[231], berço do cooperativismo no Brasil desde o final do século XIX e destaque nacional em termos de economia popular solidária.

Na região da mata sul-rio-grandense, atualmente rural e agrícola, há uma longa tradição de associativismo e cooperativismo, além das solidariedades e sociabilidades tradicionais. Ela surgiu com a colonização européia não ibérica (alemães, austríacos, italianos, poloneses, russos etc.) do século XIX nesta região que se diferencia muito do pampa onde reinou e ainda predomina o latifúndio pastoril. Nesta região colonizada por famílias de pequenos produtores rurais, podemos distinguir algumas institucionalizações dessas sociabilidades. Assim, Lúcio Kreutz, no seu livro *O professor paroquial* sobre magistério e imigração alemã, escreve a respeito do associativismo:

> Reputo como uma das grandes habilidades manifestadas pelos jesuítas na coordenação do Projeto Católico junto aos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul a instauração de uma ampla rede de organizações econômico-sociais, recreativas e culturais, postas sob a 'primazia do espiritual'. (KREUTZ, 1991, p. 67).

[230] Para acompanhar melhor a sucessão dos eventos no RS, consultar no anexo B, a lista dos eventos de economia solidária no RS.
[231] Moro em Ijuí (RS), desde fevereiro de 1980.

Se, como comenta Kreutz, a forte tendência dos teuto-brasileiros para o associativismo foi habilmente explorada pelos jesuítas[232] para fins do Projeto Católico (a partir da década de 1870). Jean Roche, por sua vez, atribui também aos Brummer[233] (militares, mercenários) o incentivo inicial ao associativismo entre esses imigrantes. Além da tradição ligada em sua origem à influência das igrejas católica e evangélica, teríamos outras, totalmente diversas, como as de tradição anarcossindicalista, por exemplo, que intervêm entre os operários no meio urbano. Ainda menos estudadas, teríamos as práticas de economia popular entre índios e caboclos desta região de mata que foram totalmente desconsideradas senão descartadas pelo movimento modernizador que, iniciando com a chegada dos imigrantes europeus, implantou-se de maneira decisiva com a mecanização do meio rural a partir da segunda metade do século XX.

O movimento cooperativo tem suas raízes num projeto social utópico que se desenvolve no século XIX na Europa, principalmente na Inglaterra, na França e na Alemanha onde, não somente toma forma o projeto cooperativo, mas, de maneira mais ampla, o próprio projeto de um socialismo científico e de uma ciência social presos ainda a esta mesma matriz utópica. Segundo Henri Desroche, no entanto, não podemos afirmar que as práticas cooperativas sejam uma aplicação das utopias escritas, pois se caracterizaram muito mais por um distanciamento, por uma dissidência destas o que, evidentemente, ainda é uma forma de relacionar-se com elas. Sabemos que as experiências cooperativas não se limitaram à Europa, mas, rapidamente, foram implantadas nos Estados Unidos e em outras partes do planeta. O próprio Desroche, citando de memória inúmeros casos espalhados pelo mundo, refere-se aos "alemães emigrados - com seu vírus raiffeiseniano - no Rio Grande do Sul". (DESROCHE, 1976, p. 277-279). É notável que é, principalmente, entre os imigrantes alemães e seus descendentes que o movimento associacionista e cooperativo começou, desenvolveu-se e permanece. Ao passo que as diferentes tentativas feitas pela Igreja católica entre os italianos, no início da colonização, notadamente pelo padre missionário Stefano Paterno[234], não tiveram muito êxito, talvez por conta de uma certa desconfiança entre estes imigrantes.

No Rio Grande do Sul houve um crescimento constante do cooperativismo nas décadas de 1940 a 1970, principalmente agrícola e de crédito. Com o incentivo do Governo para transformar estas cooperativas em propagandistas da "revolução verde", elas foram tomando feições empresariais, ficando cada vez mais na mão de grandes e médios

---

[232] Em se falando dos Jesuítas, devem ser lembradas as Missões Jesuíticas que organizavam de maneira coletiva a vida e os trabalhos dos guaranis na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul até serem expulsos em 1760.

[233] Os Brummer eram intelectuais e políticos alemães que tinham participado em 1845 das revoluções liberais na Europa. Cerca de 1.800 foram contratados por D. Pedro II, em 1852, como lanceiros para combater Rosas, da Argentina. Após sua desmobilização, tendo um nível intelectual superior à maioria dos imigrantes alemães, fundaram jornais, como o *Deutsche Zeitung* de 1862 e trabalharam como professores.

[234] Informação recebida do Prof. Walter Frantz, Ijuí, em 25 de outubro de 1999.

empresários[235]. A partir dos anos 80, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra, da EMATER, de várias ONGs e da formação do MST, formaram-se miríades de associações nos assentamentos de reforma agrária e entre pequenos produtores rurais familiares.

A Igreja católica no RS sempre teve muita influência no meio rural, principalmente nas regiões de colonização européia não ibérica onde foram sendo criados seminários e conventos de religiosas, para onde se dirigiam filhos de agricultores familiares sem outros recursos para continuar a sua formação escolar.

Em agosto de 1996, a Cáritas - RS, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vão organizar o Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda na UFRGS. Vinte e uma entidades e organizações participaram de sua preparação durante um ano. Esse evento[236] que, a meu ver, é o embrião da organização do campo da Economia Solidária no Estado do RS, teve como observador convidado Luiz Inácio Gaiger. Durante este encontro, falou-se em organização popular e solidariedade, procurou-se a troca de experiências e divulgação dos trabalhos alternativos populares nas áreas econômicas e sociais e foram levantadas propostas para os organismos públicos e para as futuras administrações municipais. (ENCONTRÃO, 1996, p. 3). Naquele mesmo ano, a Prefeitura de Porto Alegre, administrada pela Frente Popular, criou um Setor de Economia Popular na Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio – SMIC – este teve a iniciativa de fundar o primeiro banco de Crédito Popular do Brasil com o nome de Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol.

Em outubro de 2000 aconteceu a Primeira Feira Metropolitana de Economia Popular Solidária e, em julho do mesmo ano, em Santa Maria o Primeiro Acampamento Internacional de Socioeconomia Solidária[237] e a Sétima Feira Estadual do Cooperativismo Autogestionário. Já em Passo Fundo, nos dias 16-17 de dezembro deste mesmo ano, a Cáritas da diocese de Passo Fundo e a Universidade de Passo Fundo organizaram a Primeira Feira Regional de Economia Popular Solidária e a Primeira Mostra de Biodiversidade. Todas estas feiras são anuais, mas realizam-se em geral no mesmo lugar e sempre com mais expositores.

Em maio de 2002, aconteceu em Porto Alegre a Quarta Feira Estadual de Economia Popular Solidária, sendo os organizadores a Cáritas, o Fórum Metropolitano de Economia Popular (desta vez) Solidária, a TVE-RS, a FM Cultura 107.7, o CAMP, a CPT, a Pastoral Operária, a ANTEAG, a Prefeitura municipal de Porto Alegre – Administração Popular, e o Governo do Rio Grande do Sul – Frente de Participação Popular.

---

[235] As imposições do governo a seu respeito são em parte responsáveis pelos seus grandes problemas financeiros, como no caso da COTRIJUÍ. Ver a este respeito as pesquisa de Argemiro Jacob Brum, DCS, UNIJUÍ, 2003.

[236] Ver no capítulo 2, as concepções de RABINOW (1999) e PEIRANO (2001) a respeito da noção de eventos.

[237] Arruda e Mance lançaram a Rede Global de Socioeconomia solidária durante este acampamento, junto com espanhóis, chilenos, uruguaios e colombianos.

Neste mesmo ano, em Santa Maria, realizou-se no mês de julho, como todos os anos, a (nona) Feira do Cooperativismo; seguramente tratava-se do cooperativismo autogestionário, mas desta vez o adjetivo não estava presente. O folheto avisava: "O maior evento do Cooperativismo Alternativo do RS". No evento teve lugar um tribunal para condenar o Cooperativismo tradicional! Ou seja, está se consolidando no RS uma luta aberta entre o sistema cooperativo tradicional, formado principalmente pelas cooperativas agropecuárias, e este novo cooperativismo que se apresenta como o cooperativismo autêntico. Ao contrário do que aconteceu nos anos 80, quando despontava o novo sindicalismo que desbancou o sindicalismo pelego, atrelado ao governo, desta vez, a luta não se desenvolve a partir do interior das antigas cooperativas, mas por fora e com base nas novas cooperativas. Também não há, por enquanto, uma única central que reagrupa o cooperativismo alternativo. A mais antiga central de oposição à OCERGS é a Central dos assentados do MST (COCEARGS). Devido ao problema que suscita a apelação cooperativa (pois agrupa tanto as empresas quanto os empreendimentos de economia solidária), Singer, por exemplo, propõe substituir este termo pelo de empresa autogestionária.

Durante o mesmo evento, realizou-se a primeira feira Nacional da Economia Solidária e Cooperativa, (6 e 7 de julho de 2002 em Santa Maria - RS), e foi comemorado o Centenário da primeira Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul, fundada em Nova Petrópolis (RS) pelo padre jesuíta Teodoro Amstad[238]. Na parte inferior do folheto informativo deste evento, foram mencionadas várias datas uma ao lado da outra. Além do Centenário, um selo representava os 25 anos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); em seguida, havia o símbolo da Economia Popular Solidária no RS com a inscrição "20 anos" e, finalmente, o selo do Projeto Esperança – Cooesperança de Santa Maria, tendo escrita embaixo a menção "15 anos". Naquele dia, aconteceram também a 9ª Feira Estadual do Cooperativismo, a 2ª Mostra Estadual da Biodiversidade e o primeiro Encontro dos ex-alunos do Curso de Cooperativismo da UFSM. A grande organizadora de tal conjunto de eventos foi a Irmã Lurdes Dill, membro da Coordenação Colegiada da Cáritas RS, fundadora e coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança. Os promotores eram a Diocese de Santa Maria, a Cooesperança, o Banco Esperança, da Mitra diocesana de Santa Maria, a EMATER, a ASCAR, a Cáritas Brasileira Regional do RS e a prefeitura de Santa Maria (governo municipal da Frente Popular). As organizações de apoio, em número de 56, contavam com inúmeros meios de comunicação, cooperativas, movimentos sociais, colégios, universidades e firmas comerciais, uma ONG estrangeira, MISEREOR, e uma associação uruguaia. Finalmente, o folheto proclamava: Santa Maria, capital do cooperativismo alternativo. Só neste folheto são muitos os nomes da economia solidária, mas como apresentei anteriormente, o mais usado neste meio é o de "Economia Popular Solidária". Em Santa Maria, há uns 20 anos que a irmã Lurdes Dill organiza, com o apoio

[238] Nascido na Suíça em 1851, e tendo o alemão como língua materna, Amstad veio como missionário para o Rio Grande do Sul, onde faleceu em São Leopoldo em 7 de novembro de 1938.

do bispo Dom José Ivo Lorscheiter[239], o que hoje é denominado de economia popular solidária. Como o indicam os inúmeros títulos dados ao evento que acontece todos os anos em Santa Maria, dele participam diversas correntes da economia solidária. Convém lembrar que é nos cursos de Tecnólogos em Cooperativismo e de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Maria que a Coppe da UFRJ foi buscar assessoria para a criação da primeira ITCP. É também nesta cidade que Marcos Arruda e o pessoal do PACS realizaram, em julho de 2000, o primeiro acampamento internacional de socioeconomia solidária. Na feira de Santa Maria, como em outras, também encontramos, com uma freqüência cada vez maior, os produtores familiares hoje organizados pela FETRAF e os produtores agroecológicos. Ou seja, na prática todos os grupos se reúnem para reforçar-se mutuamente. Só a união permite um grande evento que hoje atrai participantes não somente dos outros estados do Brasil, mas também de vizinhos argentinos e uruguaios. Isto reforça minha tese segundo a qual no campo da economia solidária não existe só competição, mas uma necessária ajuda mútua[240].

### 4.9. Os nomes em outros estados

Foi em Criciúma, Santa Catarina, que aconteceu uma experiência seminal de autogestão. Trata-se da Cooperminas (ex-CBCA[241]), uma cooperativa autogestionária de extração de carvão. Foi lá que, em agosto de 1993, o PACS na pessoa de Lia Tiriba e outras entidades entre os quais o Sindicato dos Mineiros, articularam o primeiro seminário sobre autogestão. Esta experiência foi apresentada no primeiro Fórum Social Mundial[242] e nas publicações da ANTEAG. Em Florianópolis, houve a formação de uma Cooperativa de Consumo das Comunidades, que surgiu a partir do programa das feiras e armazéns comunitários gestados nos bairros populares. O Fundo de mini-projetos Alternativos da CNBB também se faz presente[243]. Nesta capital encontramos também a Agência de Desenvolvimento Solidário junto à Escola Sul da CUT (ADS/CUT), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, o Centro Vianey, a Ação Social Arquidiocesana - ASA, e um escritório da ANTEAG. Na UFSC, foram montados um núcleo da UNITRABALHO e uma ITCP.

---

[239] Antigo diretor da CNBB.

[240] Claro que os arranjos solidários são às vezes forçados. Quando em 2002 a chuva forte obrigou os produtores agroecológicos a abrigarem no seu espaço coberto os produtores dos miniprojetos da Cáritas (que estavam debaixo de lonas), isto não aconteceu sem alguns desentendimentos. Na Feira de EPS de Porto Alegre, em maio de 2003, cada estande já tinha que ser dividido entre vários empreendimentos, por falta de espaço. Como era previsto de antemão, isto aconteceu de maneira tranqüila.

[241] Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA.

[242] Ver foto n. 5.

[243] O Fundo de Miniprojetos é um programa gerenciado por ONG desde 1992, objetivando dar suporte financeiro a movimentos sociais e pastorais sociais. Os projetos econômicos perfazem 50% da carteira do Fundo. (Gaiger, 2000b: 13).

Nos escritos do professor Armando Lisboa da UFSC encontramos de maneira indiferente os termos economia solidária, economia popular solidária[244] e, a partir de 2001, o de socioeconomia solidária[245]. Nesta universidade, o Núcleo de Estudos em Sócio-Economia Solidária - NESSOP - também assessora empreendimentos de economia solidária e organizou, em maio de 2000, a Jornada Catarinense de Economia Popular e Solidária, junto com o CEPAGRO e com o Fundo de Mini-projetos. No meio rural, existem inúmeras formas associativas na agricultura familiar, cooperativas populares principalmente nos assentamentos do MST e uma interessante experiência de rede de cooperativas de crédito, o sistema CRESOL.

Em Curitiba, no Paraná, Euclides Mance, coordenador do Instituto de Filosofia da Liberdade - IFIL, autor do livro *A Revolução das Redes* é criador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária[246] com ramificações em vários estados brasileiros e um *site* importante e muito dinâmico na Internet, a Rede de Colaboração Solidária (www.redesolidaria.com.br), existe desde o dia 25 de outubro de 1999, e tem parceria com Marcos Arruda[247]. Este *site* abriga uma lista de debates com mais de 300 membros (298 em 09/2002). Mance, além disto, organizou uma Cooperativa de compras coletivas com produtos dos assentamentos do MST.

Nos estados de Santa Catarina e do Paraná, ocorre a circulação dos nomes economia solidária, economia popular solidária e socioeconomia solidária, de uma forma extremamente parecida com a do Rio Grande do Sul. Cláudio Nascimento, da Escola Sul da CUT, publicou o ensaio *Autogestão e economia solidária*. O lançamento do número da revista *Outros Valores*, onde o texto foi publicado, ocorreu em maio de 2000, por ocasião da *Jornada Catarinense de Economia Popular e Solidária*. Este evento foi promovido pelo Núcleo de Estudos em Sócio-Economia Solidária – NESSOP, em parceria com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO e com o Fundo de Mini-projetos da CNBB. Apenas neste acontecimento encontramos as três nomenclaturas reunidas, a economia solidária na pessoa de um sindicalista, a economia popular e solidária, título que exige um pouco mais de cuidado para ser interpretado, pois a conjunção "e" pode simplesmente indicar a amplitude do evento e não necessariamente a adoção do nome economia popular solidária e, finalmente, a apelação socioeconomia solidária para o núcleo universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Este último nome marca, sem dúvida, a ligação dos professores com Marcos Arruda e/ou com Euclides Mance e a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES.

Na Universidade Regional de Blumenau (FURB) há um núcleo muito ativo da UNITRABALHO que, fundado em 1997, criou em novembro de 1999 uma ITCP. Este núcleo organiza, desde 1999, cursos de Economia Solidária para Assessores,

---

[244] *Economia solidária: Similia, similibus curentur*, 1998; *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social*, 1998; *Os desafios da economia popular solidária*, 2000.
[245] *A socioeconomia solidária diante da grande transformação*, 2001.
[246] Desde 2002, é com a Rose Mary Gomes da FASE, moderador da Rede.
[247] Arruda é coordenador do PACS no Rio de Janeiro.

principalmente para funcionários das prefeituras de Blumenau, Gaspar, Indaial, Luiz Alves e Chapecó[248]. Segundo pesquisa desta universidade, o Estado de Santa Catarina possui 27 organizações ou redes e 3 núcleos de pesquisa a respeito da temática da economia solidária. Entre elas o CEPAGRO e o GT de socioeconomia solidária atuam como rede de Redes, no caso do GT ele reúne 17 Redes no Estado, ou seja, quase os 2/3 destas. A estrutura em rede e o nome socioeconomia solidária indicam a filiação dos empreendimentos a RBSES. Por outro lado, a ITCP/FURB criou em 2002 uma Rede de Economia Solidária que tem "como objetivo principal aplicar uma metodologia de apoio à capacitação, tendo por finalidade desenvolver a interação constante entre os empreendimentos e também a participação dos mesmos no processo de formação da Rede". (UNITRABALHO, 2002, p. 22). Aqui, é o nome economia solidária que prevalece, talvez para diferenciar-se do GT de socioeconomia solidária, talvez por influência do programa de economia solidária da UNITRABALHO cujos fundadores sempre estiveram ligados aos sindicatos, em especial à CUT, provavelmente pelas duas razões.

Desde 1996 a Secretaria Municipal de Assistência Social - SETREDE de Blumenau assessorou na sua constituição vários empreendimentos de Economia Solidária. Em Brusque SC encontramos uma experiência modelo de economia solidária a BRUSCOR[249] criada em 1986; é uma fábrica autogestionária de cordas que já ajudou a montar outras com o mesmo espírito, como a Fio Nobre, em Itajaí. Podemos também citar um trabalho de organização da população carente em Chapecó e um núcleo da UNITRABALHO na UNOESC.

Como já mencionei, por influência da CUT, da ANTEAG e, nelas, de Paul Singer, em São Paulo o termo mais comum é economia solidária ou economia solidária e autogestionária. Quanto ao Rio de Janeiro, onde a influência do PACS e do seu coordenador, Marcos Arruda, é forte, encontramos o termo socioeconomia solidária, mas nas entidades ligadas a ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro é preferido o termo cooperativismo popular.

Nos outros estados, os nomes vão sendo adotados conforme as organizações que ali propagam a economia solidária. Não é meu propósito mapear as organizações ou pessoas que divulgam a economia solidária pelo Brasil, isto está sendo feito por outros pesquisadores e ONGs[250] e, em 2004, a SENAES iniciou este trabalho a nível nacional; a meu ver, contudo, os nomes são interessantes para se observar a influência exercida por certas organizações ou intelectuais. É preciso observar que, excetuadas as organizações que trabalham há mais tempo com a economia solidária, são implantadas novas iniciativas que podem até estar ideologicamente mais distantes da proposta inicial. Penso, notadamente,

[248] As informações sobre a FURB provêm de uma entrevista realizada com a Prof. Dalila Pedrini em 2001.
[249] Sobre esta experiência ler a tese de doutorado de Dalila Pedrini. *Entre laços e nós.*
[250] A este respeito ver a pesquisa nacional da UNITRABALHO e os fichários da FASE, ou ainda o mapeamento da RBSES no site www.redesolidaria.com.br.

em iniciativas de governos como o da Bahia[251] ou, ainda, a da OCERGS no Rio Grande do Sul.

A título de exemplo, citarei algumas entidades que trabalham em vários lugares do Brasil com a economia solidária. Por ordem alfabética podemos citar, a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, a ANTEAG e a Cáritas. A ADS usa o termo economia solidária, ela tem escritórios regionais para a Região Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas. No entanto em 2004, por ocasião da formação da UNISOL/Brasil, o termo cooperativa é o que aparece no título. A justificativa dada para manter "o termo 'Cooperativas' no nome da Unisol é para explicitar o maior prestígio que se procura atribuir a esta forma de organização dos variados empreendimentos, por ser a mais democrática, simples e eficiente para os trabalhadores". (Proposta de estatuto enviado por e-mail em julho de 2004).

Quanto à ANTEAG, que trabalha para a formação de empresas autogeridas, ela usa a expressão economia solidária e autogerida; seus secretariados estão situados no Nordeste (Olinda), Sul (Porto Alegre), Minas Gerais (Belo Horizonte), Rio de Janeiro, São Paulo e Amapá (Macapá). Finalmente, a Cáritas, coordenada por Ademar Bertucci, que mantém também ligação com a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, mas usa o nome economia popular solidária. Segundo a carta de maio de 2002, enviada ao PACS por Bertucci, a Cáritas está presente e constitui fóruns/redes locais nos estados do RS, CE, MG e PB.

## 4.10. O emblema da economia solidária

Baczko, no seu estudo da formação dos imaginários sociais durante a Revolução Francesa, mostra quanto a transformação das estruturas políticas e sociais, dos modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais estimulam a produção acelerada dos sentidos. A geração de símbolos e ritos revolucionários é uma parte da produção destes imaginários.

> Os sonhos e as esperanças sociais, freqüentemente vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e andam em busca de uma linguagem e de modos de expressão que os tornam comunicáveis. Os princípios e conceitos abstractos só se transformam em idéias-força quando são capazes de se constituir como polos em torno dos quais a imaginação coletiva se organiza. (BACZKO, 1989, p. 321).

No Brasil, a emergência de novos movimentos sociais viu a criação de novos símbolos e rituais bem como a prática do que é chamado de mística. O MST foi, sem dúvida, um dos primeiros movimentos a estabelecer esses rituais, chamando-os de mística.

[251] O governo da Bahia organizou um seminário sobre a Economia Solidária e um número especial com o título, *Socioeconomia e solidariedade*: aspectos conceituais e contextuais, foi publicado na Revista: *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, jun. 2002.

No seio da economia solidária, durante o segundo e terceiro FSM, foram realizados rituais de abertura com simbolização da participação dos cinco continentes sob forma de elementos naturais, água, luz, terra, flores e frutas e a leitura de uma lenda ilustrando a necessidade da solidariedade[252]. Apareceram também certos emblemas.

Anthony Cohen sublinha que os símbolos nos oferecem, muito mais, a possibilidade de produzir sentido do que simplesmente expressar sentido (1998, p. 15), pois estes não dizem o que eles significam, mas nos oferecem a possibilidade de atribuir-lhes sentido. Se os símbolos são definidos como algo colocado no lugar de outra coisa, eles não a representam sem ambigüidade, pois se assim fosse eles seriam supérfluos e redundantes. Antes disto, eles exprimem outra coisa que permite que eles sejam assumidos e compartilhados por diversas pessoas sem que isto represente a imposição de um significado uniforme. (COHEN, A. P. 1998, p. 18).

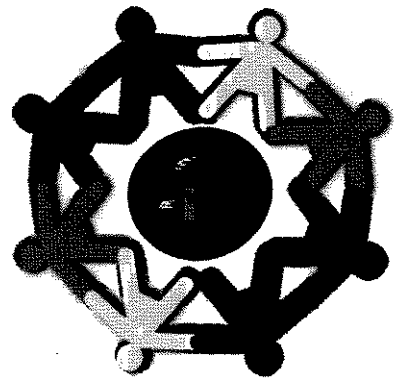
Uma categoria social como solidariedade - já vimos isto - é muito difícil de ser definida e toda tentativa é frustrante, mas seu extenso significado pode ser expresso num símbolo, pois neste cada um pode sentir a sua própria definição como contemplada. As pessoas compartilham símbolos, mas não lhes atribuem necessariamente o mesmo significado. Devido à variabilidade dos significados, só a manipulação destes símbolos mantém viva a consciência da existência de uma comunidade. A experiência de compartilhar afetivamente do engajamento num mesmo conjunto de símbolos cria a base de uma comunidade efetiva e é bem disto que se trata aqui.

No *site* da Ecosol, produzido na UNISINOS e tendo por idealizador L. I. Gaiger, encontra-se um emblema que representa a economia (popular) solidária. Com formato circular, tem no centro uma bola que poderia ser a terra e, ao seu redor, oito homenzinhos estilizados que podemos imaginar dando-se a mão[253]. Cada um tem uma cor diferente, mas todos são iguais em tamanho. Certamente representam a igualdade na diferença e a solidariedade. Não encontrei explicação escrita deste símbolo que é também usado pela Cáritas (RS), pelo CAMP e está na *homepage* da Redesolidária. Como não há nada escrito ao seu redor, ainda era neutro lingüisticamente, até que, em 2002, este logotipo figura no papel timbrado do programa Economia Popular Solidária da SEDAI com a menção "economia popular solidária", repetida três vezes, ao redor do símbolo. Como pode ser visto à seguir.

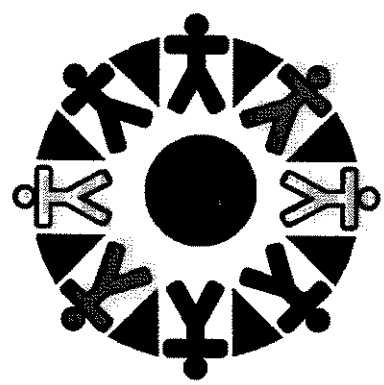
[252] Trata-se da lenda dos porcos-espinho que, passando frio, tentaram aproximar-se para se aquecer, mas nesta tentativa machucavam uns aos outros com seus espinhos.

[253] De fato, cada espaço entre eles é preenchido por um triângulo cujo ângulo mais agudo está virado para baixo. Em outubro de 2002, o desenho foi modificado. Aparece só uma parte do desenho, só que agora é nítido que se trata do globo terrestre e os "bonecos" estão se dando claramente as mãos; só três aparecem e parecem estar de saia, simbolizando a mulher.

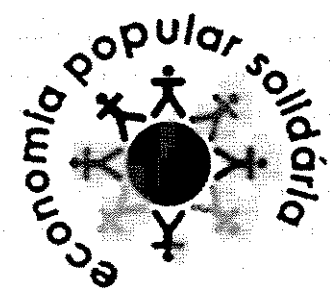
## SÍMBOLOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



1. Emblema do *site* www.ecosol.org.br (UNISINOS)



2. Emblema do *site* www.redesolidaria.com.br (RBSES)




3. Emblema do *site* www.comerciosolidariobrasil.com.br (Escola 8 de Março)

Numa publicação do PACS[254], há um desenho em preto e branco, muito parecido, representando o globo terrestre rodeado por 10 homens (?) e 5 mulheres. Podem ser identificados africanos e indígenas, além de uma maioria de brancos. As ilustrações neste caderno, publicado em junho de 2000, são de André Brito, mas não indicam de onde veio a inspiração. No mesmo ano[255], na mesma coleção, foi publicado o caderno *Construindo a rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*. Na capa, encontram-se os mesmos personagens, mas, desta vez, ao redor de uma casa onde as janelas são constituídas por rodas dentadas, representando certamente o trabalho; na janela há flores e, saindo da casa, há sete corações expressando o amor. A ilustração é do mesmo desenhista. Todos estes emblemas devem ter a mesma fonte de inspiração. Então, apesar de os nomes serem diferentes, não podemos dizer que haja um verdadeiro corte entre eles; parecem mais diversas vertentes de uma mesma fonte.

### 4.11. Qual é seu nome mesmo?

A cristalização de certos termos e seu uso repetitivo aconteceu pouco a pouco. Assim em 1998, por exemplo, no *II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação*, realizado na UNESP, fala-se ainda muito em economia social e nos novos sujeitos da economia social, para dar conta da especificidade da economia solidária (DAL RI, 1999, p. 18). No *Seminário Economia dos setores populares*, realizado na Universidade Católica do Salvador em 1999, é a denominação economia dos setores populares que marcou os debates, mesmo se Gaiger usou o termo economia solidária[256] e Coraggio economia do trabalho. Talvez seja o livro organizado por Singer e Souza em 2000, *A economia solidária no Brasil*, que firmou o nome economia solidária. Fixação que os diferentes fóruns sociais mundiais reforçaram e confirmaram. Finalmente, o nome foi coroado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Nacional de Economia Solidária que reúne todas as tendências e denominações.

Os nomes da economia solidária possuem, de fato, duplo significado; por um lado, evocam o ideal, a proposta de seus criadores e utilizadores; por outro, expressam uma certa realidade, evocam uma certa identidade. A expressão "economia popular solidária" lembra miniprojetos, reunindo pessoas carentes em torno de atividades de cunho artesanal de pouco valor agregado, e sustentados por ONGs e, principalmente, por igrejas. A categoria de "cooperativas populares" traz a imagem das incubadoras universitárias lideradas pela COOPPE da UFRJ. Tudo o que tem no seu nome a palavra autogestão lembra os sindicatos e a ANTEAG. A expressão economia solidária dá uma impressão de generalização, uma

[254] Semeando Socioeconomia, n. 3, Histórias de Socioeconomia Solidária, 2000.
[255] Este caderno foi publicado anteriormente, apesar de ser o número 4 da série Semeando Socioeconomia.
[256] Singer também vai usar o termo economia solidária no seu texto, mas ele insiste mais sobre a questão da autogestão.

expressão aglutinadora de milhares de experiências as mais diversas possíveis. E o nome socioeconomia solidária lembra Arruda, o PACS e a Rede Brasileira. É, então, o único nome ligado a um determinado autor ou grupo; é o único personalizado, apesar do veemente desmentido do próprio Arruda,

> Olha, Noëlle, eu acho importante te dizer isto: esse processo não é de ninguém, nós não temos autoria de nada. Também não é só dos espanhóis, também não é só dos franceses, também não é só dos latino-americanos, colombianos e argentinos. É de todo mundo ao mesmo tempo e o fato de esta idéia, qualquer que seja o nome, estar emergindo simultaneamente em diversas partes do mundo é a prova de que ela está sendo chamada pela realidade. Ela é uma imposição, uma demanda que se coloca para o mundo inteiro hoje; nós somos um grão de areia, uma gota no oceano dos que estamos buscando juntos um caminho alternativo. Não temos a menor pretensão de marca registrada.
> *Não, mas é para entender...*
> Claro, eu sei, mas eu quero te dizer isto para você não se enganar com qualquer pretensão que eu pudesse ter. Ah! Vocês criaram o termo. Não, a gente foi uma das sínteses. Foi assim: eu não me amarro ao termo de jeito nenhum. Lá no Fórum Social Mundial, eu trabalhava com o termo economia solidária, porque eu tenho uma certa posição crítica à economia popular solidária. Tenho sim, porque? Porque ela aprisiona o projeto de uma outra economia aos setores populares, e eu não acho que ela é só dos setores populares. Ela é um outro projeto de economia que pretende envolver o setor privado e o Estado, num processo gradual. Mas ela vai envolver todos os atores numa outra maneira de fazer economia ... Por isto que eu tenho recusado usar o termo popular, mas não que eu não possa trabalhar com os companheiros da EPS; de jeito nenhum. A gente colabora, vamos continuar discutindo. Quem sabe esteja eu errado e são eles que estão certos; vamos trabalhar juntos e, no caminho, a gente vai descobrir as respostas melhores. Cada um fazendo sua parte e compartilhando transparentemente na forma de diálogo e não de imposição mútua, um ao outro..., respeitando os caminhos de cada um para aprender junto das experiências que a gente vai levando. Então, talvez seja esta a resposta à tua pergunta. Socioeconomia solidária é um nome comprido, chato, complicado, mas por hora está sendo aquele que melhor representa este projeto que a gente está falando. (ARRUDA, 2002a).

Assim uma maneira de pensar as afinidades entre entidades é de prestar atenção nas categorias com as quais elas trabalham; assim ficou claro que a Cáritas, por exemplo, adotou o termo Economia Popular Solidária, caso igualmente dos governos municipais e estadual da Frente Popular do Rio Grande do Sul e de alguns intelectuais de universidades dos estados do Rio Grande do Sul (como o de Luiz Inácio Gaiger da Unisinos) e de Santa Catarina (como Armando Lisboa da UFSC) e dos professores e pesquisadores da FURB (Dalila Pedrini e os professores ligados à incubadora tecnológica de cooperativas populares), todos eles ligados de uma maneira ou outra à Igreja católica.

Pensando nos nomes usados por cada um, me parece que eles indicam mais uma identidade de grupo do que realmente o compartilhar de um sentido específico. Se Arruda concede que socioeconomia solidária é no fundo a mesma coisa que economia solidária, os nomes servem para delimitar esferas de influência e poder, mais do que compreensões específicas. Por outro lado, se os nomes definem mais ou menos a qual grupo do campo da

economia solidária as entidades e as pessoas que os usam pertencem, eles não dão garantia de expressarem noções unívocas. Pelo contrário, como comentei na introdução desta tese, eles devem ser entendidos mais como símbolos (no sentido usado por A. Cohen) do que como conceitos. Isto não impede que intelectuais tentem cunhar conceitos e tenham a seu respeito compreensões bem definidas mesmo se podem, às vezes, modificá-las ou torná-las mais precisas. Estamos numa situação de circulação entre a teoria e a prática, os conceitos e as noções, podendo um mesmo termo possuir *n* significações, mas dentro de certos limites que são seus atributos mínimos.

## 4.12. Há uma definição de Economia solidária?

Cada vez mais esforços são feitos para tentar definir melhor o que seria a Economia Solidária e também o que seriam empreendimentos de Economia Solidária. Já me referi ao livro *A outra economia* que é o primeiro dicionário sobre esta temática. Traduzido para o espanhol e para o francês com um acréscimo de novos verbetes ele é um evento importante.

**FOTO 1. Participantes da reunião de preparação do livro *A outra economia*. São Leopoldo (RS) UNISINOS, 26/04/2002.**



A partir da esquerda: Francisco Milanez, Lia Tiriba, Euclides A. Mance, Paulo P. de Albuquerque, Paulo de Jesus, Antonio D. Cattani, Ana Mercedes Sarria Icaza, Luiz Inácio Gaiger, Domingos A. Donida, Noëlle Lechat, Armando de Melo Lisboa (sentado), Marcos Arruda, Valmor Schiochet, Dárnis Corbellini.

Nele Luiz Inácio Gaiger define o que são empreendimentos econômicos solidários, Singer o que é economia solidária e Arruda o que é socioeconomia solidária. Examino estes textos no sexto capítulo consagrado à análise da produção dos três intelectuais aqui em estudo. Mas existem outros autores que fizeram este exercício.

França Filho e Laville (2004) definem, no livro *A economia solidária: uma abordagem internacional*, cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária. São eles: a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade multidimensional. Comparando estes critérios com os apontados por Gaiger e, em geral, pelos três autores estudados, percebe-se que as óticas são um pouco diferentes.

O primeiro critério é puramente descritivo e refere-se às fontes de recursos que podem ter origens diversas e combinadas num mesmo empreendimento. Trata-se da renda, oriunda do mercado como produto da venda ou da prestação de serviços, de subsídios oferecidos por poderes públicos ou entidades da sociedade civil e de dons que se originam das práticas solidárias, como o voluntariado ou a dádiva. O autor observa que existe uma tensão entre essas três fontes de recursos e, segundo ele, os empreendimentos cujos recursos provêm essencialmente das duas primeiras fontes "indicam uma tendência à descaracterização enquanto economia solidária". (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167). Uma exceção a esta primeira característica é representada pelos clubes de troca, já que eles se fundam numa relação essencialmente de reciprocidade, as outras fontes de recursos estando ausentes. Este critério é bastante discutível, já que existem exceções. Além do mais, muitas empresas do setor capitalista obtêm também recursos tanto do mercado quanto do setor público. Quanto a recursos oriundos das práticas de reciprocidade, se em princípio, eles não estão presentes, isto não impede que em pequenas empresas possa ocorrer uma ajuda ocasional de parentes e isto sem remuneração, na base da ajuda mútua.

A segunda característica diz respeito à autonomia institucional, ou seja, que o empreendimento seja independente de todo controle externo principalmente no que diz respeito à gestão o que não impede, aos olhos de França Filho e Laville, "sua interdependência em relação a outras organizações sob a forma de parcerias ou arranjos institucionais de cooperação que preservam sua autonomia". (Idem, p. 168). Mais uma vez, não vejo neste critério algo que o distinga das empresas capitalistas.

Quanto à característica da democratização dos processos decisórios, ela faz o consenso dos autores que tratam da economia solidária. Ela diz respeito às decisões tomadas coletivamente ou baseadas no princípio da participação democrática. O caráter seguinte é o da sociabilidade comunitário-pública. A expressão é inabitual e expressa uma mistura de "padrões comunitários de organizações e relações sociais com práticas profissionais" (idem). A economia solidária se caracteriza por relações sociais informais e práticas comunitárias que não podem, no entanto, fechar o grupo sobre si mesmo; Gaiger (1995c) já fazia esta advertência.

Como última característica, França Filho e Laville apontam a finalidade multidimensional, esta sim mencionada por todos os estudiosos da economia solidária. Ela indica que, ao lado dos objetivos econômicos, existem outros de ordem social, política, cultural e ou ecológica. Ou seja, o empreendimento está preocupado com questões de cidadania e de bem-estar da população como um todo. Aqui podemos ver realmente uma

diferenciação com as empresas capitalistas tradicionais e, até, com um certo cooperativismo corporativista cujas práticas são justamente criticadas pelo movimento da economia solidária.

Podemos concluir que não existe critérios e definições unânimes a respeito da economia solidária. As visões são plurais, bem como as realidades que este termo evoca.

# 5. TRAJETÓRIAS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

> *O que sempre foi considerado tecnicamente difícil, transformar* suas vidas *em nossos trabalhos, torna-se* moralmente, politicamente, *e até* epistemologicamente, *delicado. (GEERTZ, apud AZZAN JR. 1993, p. 111).*

Neste capítulo retraço a trajetória de três intelectuais, de várias gerações, e com formação acadêmica e inserção profissionais distintas. Quero compreender o que essas trajetórias nos dizem. Elas falam de diversas épocas e locais, que levavam a oportunidades e a leituras variadas da realidade e a diferentes opções de vida. A experiência do nazismo fez Singer buscar na utopia socialista uma maneira de impedir que esses fatos viessem a se reproduzir; para Arruda a trauma da tortura sob a ditadura militar levou-o à busca de uma sociedade civil mais forte numa visão teilhardiana[257].

Ambos são portadores de uma opção pedagógica de contribuir para a mudança das pessoas através do ensino, e do mundo mediante análises macro-econômicas e o engajamento partidário. Gaiger, por sua vez, parece perseguir a realização de um projeto pessoal inserido num projeto social-cristão progressista e mediante a pesquisa em ciências sociais.

A trajetória de Arruda lembra, não por acaso, o modo de ser transnacional[258] da Igreja Católica, indo de instituição em instituição, muitas vezes mais de uma ao mesmo tempo e, de preferência, em países ou até continentes distintos. Uma trajetória de destaque e de muitas articulações, geralmente como liderança ou como assessor de detentores do poder político. Singer tem uma trajetória acadêmica e política, exercendo liderança, mas sempre em São Paulo, onde conseguiu um lugar de destaque; o que não impede seu reconhecimento a nível nacional. A partir de sua entrada na universidade, a trajetória de Singer é bastante consistente e permanente. A de Arruda é extremamente dinâmica; esteve

[257] Relativa a Teilhard de Chardin, padre jesuíta francês nascido em Orcines (1881-1955). Insigne filósofo e paleontologista de mérito, autor de importantes obras de caráter científico e teológico.
[258] A este respeito, ver Montero, 1993, p. 172.

sempre atento para ocupar novos espaços, um pé no nacional outro no internacional. A trajetória de Gaiger parece prudente, mas segura, como as suas análises[259].

Singer entra no campo da economia solidária pela via de sua militância em partido político; num primeiro momento ele vê esta economia como solução para o desemprego, para a miséria, como uma medida compensatória. Depois, ao contato com outros estudiosos, vai mudar a sua maneira de pensar. Em busca da utopia socialista, pensa que ela é a resposta tão sonhada. Preocupa-se com a formação das jovens gerações; está rodeado por intelectuais que organizam seminários e encontros onde lhe será reservado lugar de destaque, ele comparece com muita simplicidade, nunca com pretensão de ser o melhor, mas porque seu nome vai dar peso ao evento. Fornece assessoria a sindicatos e às suas organizações, principalmente a CUT, mas também, desde a sua gestação, à ADS e à ANTEAG que se originaram no movimento sindical. Participa ativamente da criação e assessora o Partido dos Trabalhadores e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Escreve, mensalmente, nos jornais, dá inúmeras entrevistas nos meios de comunicação.

Gaiger anda mais só, diretor da pesquisa na UNISINOS, é também chefe de uma equipe de investigação, mas sabe articular parcerias. No caso de assessoria, é convidado nos primeiros anos principalmente por ONGs ligadas à Igreja Católica, mas também por entidades públicas e sindicatos. Arruda, por sua vez, trabalha desde 2001 em estreita relação com Euclides Mance com quem anima a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES[260], da qual compartilha uma visão bastante transcendental e filosófica. Ele trabalha também no PACS com uma equipe composta por umas dezesseis pessoas e com Rosemary Gomes, atuante no Programa Nacional de Trabalho e Socioeconomia Solidária da FASE, e na RBSES. Realiza palestras de norte a sul do país e presta serviços de assessoria a gestores públicos, sindicatos, ONGs e entidades religiosas.

Finalmente, apesar das inúmeras diferenças, podemos notar muitas semelhanças na trajetória destes três autores. Assessoria a governos (Singer, Arruda), assessoria à CUT nacional, cursos de formação da CUT, incluída a Escola Sul (Singer, Arruda, Gaiger), cursos em universidades sobre Economia Solidária (Singer, Arruda, Gaiger), organização de livros coletivos (Singer, Gaiger). Mas só Gaiger está trabalhando diretamente com a pesquisa sistemática da realidade empírica. Finalmente, podemos ver a influência sobre eles dos autores latino-americanos José Luis Coraggio (Argentino), Luis Razeto (Chileno), Orlando Núñez (Nicaragüense) e Humberto Ortiz (Peruano)[261].

Na relação entre os três autores, é interessante notar que, apesar da notoriedade de Paul Singer, são Gaiger e Arruda que tentam influenciá-lo e modificar-lhe certas posturas

[259] Estas trajetórias seriam passíveis de uma interpretação psicanalítica, mas não tenho competência para isto e não é meu propósito. Minha busca de compreensão é outra.
[260] A rede foi lançada em junho de 2000. Ela é composta pelos empreendimentos e colaboradores do Encontro de Mendes.
[261] Ver Tabela dos autores citados no capítulo 6.

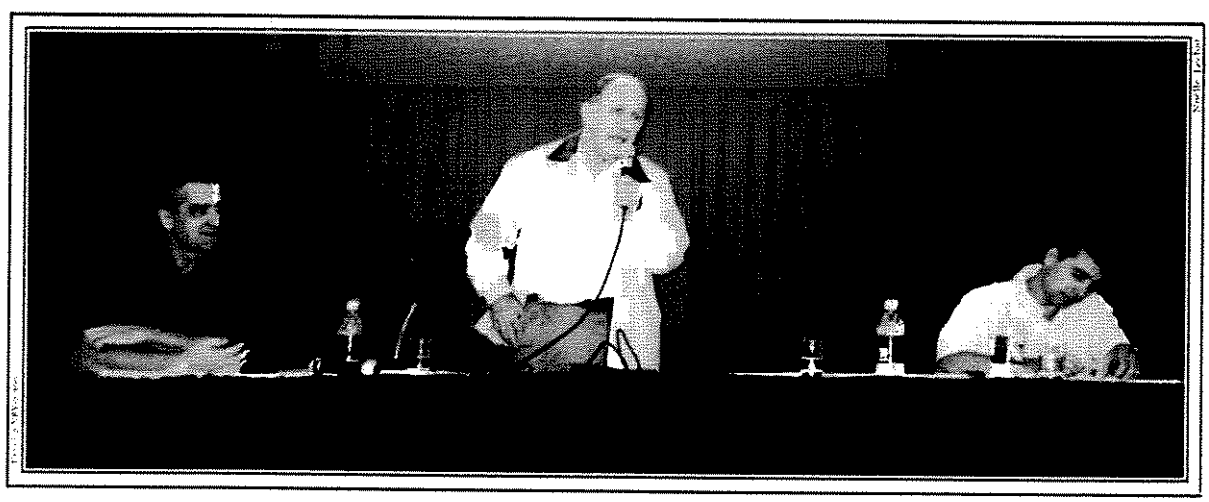
teóricas. A seguir, apresento a narração das narrativas destes três intelectuais e um pouco mais.

## 5.1. Singer: do Kibutz socialista à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Paul Singer defende uma economia solidária autogestionária. A idéia de autogestão, informa Nascimento, é muito antiga, faz parte das lutas dos operários no século XIX, a Comuna de Paris já tinha por meta a autogestão, e depois dela, houve muitas outras iniciativas neste sentido. No Brasil, "muitos intelectuais socialistas foram influenciados por *Vanguarda Socialista*, entre eles: (...), Paul Singer, (...) No mínimo, estes socialistas desenvolveram uma 'sensibilidade' às questões da autogestão" (NASCIMENTO, 2000, p. 15) que foi introduzida via trotskismo. Vamos ver, a seguir, como os princípios desta economia solidária e autogestionária aparecem muito cedo na trajetória político-ideológica de Paul Singer.

No caso específico de Paul Singer, tive a possibilidade de ouvir por duas vezes a sua estória[1] de vida e acrescentei, a estas narrativas, dados oriundos de outras fontes para retraçar a trajetória deste intelectual até o que estou chamando de campo da economia solidária. O objetivo final, o artifício utilizado e a metodologia de coleta das fontes devem ser explicitados.

**FOTO 2. Paul Singer no Seminário Economia Solidária: solução ou ilusão? Porto Alegre, 25/04/2002.**



Seminário Economia Solidária: *Solução ou ilusão?* organizado pela UFRGS, UNITRABALHO, Governo do Estado do RS. Porto Alegre, 25/04/2002.
A partir da esquerda: Antônio Cattani - UFRGS, Paul Singer - USP, Luiz Inácio Gaiger - UNISINOS.

[1] Bertaux, já em 1969, alertava para a diferença entre *récits de vie* (*life stories*) e *histoires de vie* (*life histories*). Essa discussão é também feita por Eckert (1996-97) e Kofes (1994; 2001b).

Em primeiro lugar, a estória de vida; qual é o sentido dado por Singer à sua narrativa? Para responder a esta questão, várias considerações anteriores devem ser feitas. Minha entrevista não tinha por objetivo obter uma história de vida, composta de uma trinta e poucas perguntas, ela permitia, no entanto que o entrevistado falasse livremente sobre o assunto proposto. O questionário foi construído em boa parte segundo um roteiro cronológico a partir de dados coletados anteriormente à entrevista, em boa parte tratava-se de eventos vivenciados pelos entrevistados o que levou às vezes ao ajuste ou até a perguntas específicas para cada um deles. Singer falou, quase que espontaneamente, sobre sua vida após a primeira pergunta da entrevista. A pergunta era: "*Gostaria, para iniciar esta entrevista, perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida acadêmica enquanto estudioso da economia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais e indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?*". Esta pergunta[263], levaria a esperar uma resposta de tipo autobiográfica, mas não era garantida. Foi o que aconteceu com Gaiger que deu uma resposta de estilo mais acadêmico[264].

Singer estava, se podemos nos expressar assim, na aurora de um novo período de seu ciclo de vida, prestes a fazer 70 anos[265]. Como ele mesmo informou, durante a entrevista, tinha sido avisado que no início de 2002 teria que assinar sua aposentadoria compulsória na USP; isto não iria significar a sua retirada da sala de aula ou da Incubadora, só que suas prestações iam se tornar inteiramente gratuitas. Singer se situa com certeza numa fase da vida na qual o sujeito reflete sobre seu passado, faz um balanço, tentando dar um sentido e explicações pelos rumos que ela tomou. O eixo das duas narrativas, que tive a oportunidade de escutar e recolher, foi fornecido pelo seu projeto atual, a construção de uma economia solidária. Ao ser entrevistado no quadro desta pesquisa (2001b) e no caso do seu segundo relato, no âmbito da disciplina de economia solidária III (2001c), o eixo da narrativa já estava sendo dado. E, pelo dizer do próprio Singer, ele mesmo já tinha se perguntado o que na sua vida o tinha levado a engajar-se numa proposta de economia solidária [266].

---

[263] A formulação do início da pergunta é inspirada diretamente de uma entrevista realizada com Alberto Melucci por Leonardo Avritzer e Timo Lyyra (Novos Estudos, n. 40, nov. 1994).

[264] *Resposta de Gaiger:Bom, o tema economia solidária, que é hoje bem conhecido e, digamos, até é objeto de uma concorrência aí, de uma afluência, ele é muito mais recente do que, diria assim, as pesquisas e a reflexão que a gente começou a fazer aqui na UNISINOS, que começaram em 93, 94; e isto em função de uma demanda de uma instituição que faz trabalhos importantes com projetos comunitárias que é a Cáritas aqui no estado e que queria fazer um trabalho de levantamento dos seus projetos, saber o que havia transcorrido com esses projetos comunitários que já beiravam em torno de 500 na época e dos quais muitas vezes não se tinha notícias; então, o objetivo do Cáritas era muito concreto e até, de certa forma, modesto. Mas foi a pesquisa que levou a uma linha de trabalho...*

[265] Dia 23 de março de 2002.

[266] Início da resposta do Singer à primeira pergunta: Nunca ninguém me fez esta pergunta; eu já me fiz, mas ela é de caráter um pouco psicanalítico, no sentido que você vai procurar dentro de você mesmo certas origens de certas idéias.

A estas duas narrativas paralelas, acrescentei algumas informações coletadas em teses de doutorado, em artigos e em depoimentos a respeito do campo da economia solidária.

O relato de vida de Paul Singer é o relato de experiências históricas, de parte de sua vida pública; com exceção de uma referência à sua família na sua infância e juventude, não falou de eventos da vida privada como do seu casamento ou dos seus filhos, mas nos apresenta uma trajetória que passa por várias experiências socialmente marcantes e algumas dramáticas, nas quais a solidariedade de grupo é sempre ressaltada como a solução para reorganizar a vida, como ponto de partida para uma nova experiência. Através de sua narrativa é um pouco da história da intelectualidade paulistana que vamos conhecer. Suas tomadas de posições são evidenciadas como as de um agente histórico e sua autonomia nas decisões é sublinhada, mas sempre explicada. Os atos são apresentados como resultados de uma reflexão e estão sujeitos a uma avaliação no presente.

No caso em estudo não podemos esquecer que um dos relatos foi feito em sala de aula, é o professor que fala e através da fala ensina. A diferença geracional também é importante nesta interação, pois o narrador foi ator de eventos históricos que nenhum aluno vivenciou, nem mesmo presenciou, tampouco a entrevistadora, como no caso do regime nazista ou do Movimento sionista Dror ou, ainda, o partido socialista anterior a 64, ou uma das maiores greves da história do Brasil ocorrida em São Paulo em 1953[267].

Estamos frente a uma narrativa política, de um militante e isto é importante para situar a narrativa. Bem diferentes foram as narrativas dos entrevistados por Gilberto Velho. No seu livro *Subjetividade e sociedade uma experiência de geração*, o autor intitulou um de seus capítulos de *subjetividade e política*. Nele reflete sobre como se elabora a subjetividade em função da própria percepção política. Apesar de que o grupo entrevistado por Velho, pode ter algumas semelhanças com Singer e muito mais com Arruda, pois são intelectuais das camadas médias superiores da Zona Sul do Rio, professores universitários, economistas etc. que nasceram entre os anos 40 e 55, há uma diferença fundamental situada no fato dos entrevistados de Velho não acreditarem mais na possibilidade de implementar um regime democrático no Brasil e têm uma visão muito negativa da atividade política. Os depoimentos foram realizados em 1985, época na qual tanto Singer como Arruda eram militantes do PT. Os informantes de Velho valorizam a esfera privada em detrimento da esfera pública. A análise, feita por Velho considera, então, os limites de ser sujeito no mundo. Segundo ele, "O desencontro diante do domínio do público está, obviamente relacionado com a sensação de impotência, expressão de experiências frustrantes na trajetória do universo em pauta". (VELHO, 1986, p. 86). Mas a comparação de interpretações divergentes para os mesmos fatos históricos é elucidativa. Podemos assim dizer que, ao contrário da avaliação feita por Velho das falas dos seus entrevistados, no

[267] Como escreve CARVALHO (1996/97: 136), durante um relato há mais do que informações, há comunicação que, para este autor, significa "uma relação interativa entre sujeitos capaz de provocar modificações no pensar, na produção de conhecimento, na prática dos sujeitos, e não a simples verbalização de conhecimentos, pensamentos, idéias, etc.".

meu caso, a política aparece não como antagônica aos projetos de realização e felicidade individuais, mas como componente fundamental desses projetos. Velho retira dos depoimentos a certeza de que "a identidade dos indivíduos passa, quase sempre, por uma forte vinculação a um grupo de pares que, de diversas formas, reforça certas crenças e valores". (VELHO, 1986, p. 88). A experiência que tive de participar das aulas do Singer reafirmou isto. Singer cita no seu depoimento várias vezes nominalmente seus companheiros de estudos, de trabalho, de partido, de governo, todas são pessoas notáveis.

### 5.1.1. O jornal *Vanguarda Socialista* e o Movimento Sionista Dror

Singer inicia seu relato com a perseguição dos judeus pelo nazismo, o falecimento do seu pai é mencionado, mas ele não fez nenhum comentário a este respeito[268]. Vai ser graças à luta de sua família, da sua mãe e da ajuda dos tios brasileiros que ele, e parte de sua família, vão poder sair da Áustria e vir para o Brasil em 1940. É nesse complexo de tramas que, na adolescência, devido à sua simpatia pelo Partido Socialista Brasileiro e pela sua participação no Movimento Sionista Dror, de tendência socialista, tem inicio a trajetória que vai um dia fazê-lo aportar ao campo da economia solidária.

Como ele mesmo contou nos dois depoimentos a seguir, Paul Singer entra em contato com a imprensa socialista e com colegas comunistas, desde os 15 anos. Logo depois entra para o Movimento sionista Dror.

> Em 1945, eu tinha 13 anos, foi a abertura do Getúlio. Acabou de repente a censura à imprensa, e o partido comunista reatou.(...) Meus colegas já eram comunistas, a família era do PC. Aí começamos, foi um processo de politização que veio através da escola e que desembocou... Eu comecei a freqüentar a sede do partido [socialista] para ler o jornal aos 15 anos de idade. Fui logo em seguida para o Dror.
>
> .....
>
> Minha militância vem desde os dezesseis anos. Nunca parei porque isto é meu projeto de vida. Eu voltei à economia solidária em 96, aos 64 anos de idade. Fui marxista sem adjetivo durante todo este longo período, desde que eu fui lá para o Dror até os anos 90. Claro, com críticas e revisões das coisas do Marx. Crítica ao socialismo real no livro *O que é socialismo hoje* para dar uma certa alternativa, isto deu uma certa repercussão. E depois no PT, escrevi vários documentos, o que é o socialismo para nós, o socialismo democrático, [coisas] desta natureza. (SINGER 2001c).

Da conjunção destas duas influências, os partidos de esquerda e o Movimento Sionista, temos as raízes de um ideal para uma economia solidária autogestionária. O ideal de autogestão, como já comentei "esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário" (NASCIMENTO 2000), e foi divulgada pelo jornal *Vanguarda Socialista* no

[268] A estória de Singer não é uma história íntima. De vez em quando, somos informados sobre a postura da sua família, mas as evocações são mínimas, não é este relato que ele escolheu fazer. Algumas informações mais pessoais foram dadas também por solicitação dos alunos.

qual escreviam Antônio Cândido, Paulo Emílio, Paul Singer e Sérgio Buarque de Holanda. Uma primeira rede de relações sociais se desenha, a do Partido Socialista brasileiro das décadas de 40 e 50. Uma outra rede, na qual encontramos o Paul Singer muito cedo, é o movimento juvenil sionista chamado Dror[269].

> Eu pertenci como jovem, dos 16 aos 20 anos de idade, ao movimento sionista socialista de judeus aqui no Brasil que pretendiam criar um kibutz em Israel. Eu pertencia, aqui no Brasil, a um movimento que tinha um kibutz experimental aqui em São Paulo, Hachshará, era um período que as pessoas passavam um ano tentando viver uma vida comunitária e comunista e depois acabavam indo para Israel.
>
> - *Em que ano?*
>
> Isso foi entre 48 e 52. Eu não fui para Israel, mas meus companheiros foram e criaram um kibutz que existe até hoje em Israel, Bror Chail. É o nome deste kibutz, ele existe agora. Cheguei a visitá-lo agora, recentemente. Eu saí do movimento em 52, mas acho que alguma coisa ficou no sentido de valorizar enfim... vida comunitária e democracia no trabalho, essas coisas. Porque o Kibutz é um modelo, eu diria até, muito avançado - hoje menos -, mas no passado certamente foi, de economia solidária. Depois disto, me envolvi em outras coisas. Mas sempre ficou um interesse muito grande na questão da democracia no trabalho, a democracia, digamos, na empresa, nas atividades econômicas. (SINGER, 2001b).

Segundo Pinsky[270], para os jovens judeus havia outras alternativas ao Dror, "mas, naquele momento, por causa do impacto do Holocausto e da recente criação do Estado judaico, as opções sionistas drenaram um importante contingente de jovens judeus para suas fileiras". (PINSKY, 1999, p. 32). Ela observa também que, com o tempo, muitos destes jovens passaram a militar em grupos não judaicos de esquerda. A "pedagogia" do Movimento consistia em dar autonomia para os jovens fazerem sua própria organização e formação. A este respeito Singer lembra: "Entramos em conjunto na descoberta de um mundo político e, por extensão, social e econômico e de forma totalmente autônoma. Não havia adultos para nos ensinar e enquadrar. (...) Era a primeira vez na minha vida que eu tomava parte numa organização política partidária, com princípios, programas, disciplina e tudo mais. Eu estava maravilhado". (Citado por PINSKY, 1999, p. 32).

Se o Movimento Dror tinha uma linha socialista e sionista, em contrapartida ele se colocava contra os comunistas. Pinsky informa a este respeito: "Para o Movimento, as posições da União Soviética e dos partidos comunistas contrários a Israel e o sionismo não deixavam dúvidas quanto à impossibilidade de qualquer aliança ou simpatia por eles". (PINSKY, 1999, p. 26). Segundo Singer: "Enquanto movimento político, a gente dava apoio ao partido socialista no Brasil. Mas nossa atividade básica era educação. Queríamos educar-nos para uma vida coletiva". (SINGER, 2001c).

---

[269] "A palavra dror, em hebraico, pode significar liberdade, libertação ou andorinha, o 'pássaro da liberdade', pois não sobrevive aprisionado. Dror foi também o nome escolhido para um movimento juvenil pioneiro de idéias sionistas socialistas estabelecido na Polônia no final dos anos 20 e na década de 1930" (Pinsky, 1999, p. 27).

[270] Carla S. B. Bassanezi Pinsky, *Pássaros da Liberdade*.

Paul Singer participou do Kibutz Hachshará Ein Dorot[271] (Fonte das Gerações); lá os jovens passavam um ano participando das atividades produtivas, aprendendo a viver coletivamente (sem a circulação de dinheiro, sem propriedade privada), falando hebraico e estudando o sionismo e a cultura judaica com a finalidade de preparar-se para a vida coletiva do kibutz em Israel. Hoje, Singer analisa essa fase de sua vida como sua iniciação a uma vivência socialista e solidária. "Isto foi o início da economia solidária. Não tinha este nome, mas a idéia era fazer um socialismo. Um socialismo na prática através do que chamaríamos hoje de uma cooperativa integral". (SINGER, 2001c).

Para completar sua escolaridade, ele estudou eletrotécnica. A escolha foi em parte imposta por seus familiares que temiam a formação universitária, tida como subversiva e sem muito futuro, e por influência do Movimento Dror que preferia que os jovens estudassem profissões manuais ou do tipo técnico para, supostamente, ter mais aplicação no kibutz.

No entanto, Singer não foi para Israel, decidiu ficar no Brasil e convidou os outros jovens a entrarem com ele para o Partido Socialista.

> E eu cheguei à conclusão que era melhor ficar no Brasil e lutar aqui pelo socialismo do que reunir um pequeno número de judeus em Israel. O que pesou na minha mudança de opinião é que ficou claro de que um grande número, - sei lá – oitenta porcento de judeus ficariam onde estão nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, não iriam para Israel. Então o sentido de subtrair os judeus da ameaça de haver um novo holocausto não fazia sentido indo para Israel. Tinha que lutar contra o anti-semitismo, o fascismo, o que fosse, onde você está vivendo. E eu apresentei isso ao movimento. Foi um momento fantástico. Estava tudo preparado para ir para lá. Sou secretário geral, reuni o grupo inteiro. Disse, "olha lá eu mudei de opinião. Vou ficar no Brasil, eu convido vocês, quem quiser, a entrar no partido socialista onde for, e começar uma luta pelo socialismo no Brasil". (SINGER 2001c).

### 5.1.2. O trabalho na fábrica e a organização sindical

Como Singer estudava eletrotécnica, ele começou a trabalhar na indústria metalúrgica e entrou para o sindicato dos metalúrgicos, em 1952. Ele tinha, então 20 anos, e em 1953 surgiu uma das maiores greves da história do Brasil, a greve dos 600.000[272] numa cidade como São Paulo que tinha 2 milhões de habitantes. Era uma greve de cinco categorias: metalúrgicos, tecelões, gráficos, marceneiros e vidreiros. Singer, apesar de sua idade, foi um dos líderes. Ele ficou no sindicato até os 24 anos, quando decidiu entrar na universidade e cursar economia.

> A cidade quase parou, as maiores indústrias pararam. Uma greve longa, cerca de dez semanas. Eu fui um dos líderes desta greve aos 20 anos de idade. Para mim, foi uma grande experiência. Sair do movimento juvenil meio alienado para ir para

[271] O kibutz estava situado a 16 km da cidade de Jundiaí.
[272] Ou 450.000, dependendo dos relatos.

> o Oriente Médio, para a luta operária. Mas eram as circunstâncias, era a história concreta. Eu continuei militando um tempo no sindicato, até que eu me convenci que eu queria ser economista porque estudar era importante, tinha vocação para professor. Estudava por conta própria nos fins de semana. Mas com toda a militância e trabalho oito horas, o tempo era totalmente insuficiente. (SINGER 2001c).

A militância do Singer num sindicato operário lhe deu, com certeza, além de uma experiência de vida única, o respeito e a consideração dos sindicalistas combativos do período pós-ditadura. Sabe-se que, a CUT, por exemplo, não abre facilmente suas portas a qualquer intelectual, mas Singer vai trabalhar como assessor desta central e introduzir nela a proposta da co-gestão e do cooperativismo.

### 5.1.3. O Partido Socialista

Em 1954, assim que conseguiu a naturalização, Paul Singer se filiou ao Partido Socialista que ele freqüentava há uns sete anos já. Ele ficou no partido até seu fechamento pelo regime militar em 1965.

Por ocasião da comemoração dos oitenta anos de Antonio Candido, Paul Singer fez um pronunciamento retraçando brevemente a história política do Partido Socialista do Brasil. Nesta narrativa podemos captar os valores e princípios caros ao Singer. Pensamos também que a rememoração desta história no momento político atual vem carregada de significados. Para Singer, a corrente política de esquerda criada por Antonio Candido, Febus e Paulo Emílio, em 1945, "proclamava-se como democrática e, portanto, oposta ao 'comunismo' do PCB e ao getulismo". (SINGER, 1999, p. 171). Nesta época, o movimento operário era muito influenciado pelo getulismo e suas lideranças eram geralmente simpatizantes ou filiadas ao PCB. O Partido Socialista Brasileiro era um partido pequeno com um eleitorado restrito recrutado principalmente entre estudantes e intelectuais. Mas, segundo Singer, ao longo da década de 50, os movimentos operários e camponeses passaram por uma fase de amadurecimento e lideranças importantes abandonaram os partidos populistas filiando-se ao partido socialista, o único partido de esquerda legalizado com atuação pública e com divulgação de seus posicionamentos. Em 1956, o desmascaramento dos crimes cometidos por Stalin "favoreceu partidos como o PSB, que jamais transigiu com práticas autoritárias no seio da esquerda". (SINGER, 1999, p. 174). Essa frase é um indicativo de qualidades altamente valorizadas por Singer, o antiautoritarismo e o respeito pela individualidade. Uma outra qualidade destacada por ele foi a da retidão do grupo fundador do partido socialista que era contrário a qualquer tipo de oportunismo.

Singer cita como seus mestres, em termos de educação política: Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo, Antônio Costa Corrêa. A seu respeito escreve: "As gerações que se envolveram nas lutas democráticas e sociais, a partir

dos anos 50, educaram-se politicamente por meio dos seus textos e se inspiraram em seus exemplos". (SINGER, 1999, p. 175).

Mas o PSB foi fechado em 1965, pelo regime militar. Naquela época, Singer, já professor na USP, era o secretário geral do Partido em São Paulo. Segundo suas próprias palavras, depois de fechado o partido, ficou sem atividade política. Só filiou-se novamente num partido em 1980 por ocasião da fundação do PT.

### 5.1.4. A formação universitária, o grupo do "Capital", a docência, a aposentadoria

Em 1956, Singer começa seus estudos de economia na USP. Ele milita um tempo no movimento estudantil, candidata-se ao grêmio da FEE, mas não é eleito. Ele se forma em 1959 e logo em seguida foi convidado a ser professor. Como ele mesmo explicou:

> Na época, não havia canal, você ficava por convite, era o único jeito de você ser professor universitário. (...) Não era por concurso, era por escolha. Nós tínhamos um professor que tinha posições de esquerda, o professor Mário Wagner, ele escolheu a Lenina Pomeranz e a mim, da mesma turma, para que fôssemos assistentes dele. Me tornei professor universitário em 1960. (SINGER, 2001c).

Em 1966, doutorou-se em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Em 1968, recebe o título de Livre Docente em Demografia pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. Mas antes disto, ainda quando estava estudando, Singer integrou o grupo do "Capital". Este grupo de estudo foi uma iniciativa do Professor Artur Gianotti. Segundo Singer:

> Gianotti tinha voltado da França, estava entusiasmadíssimo com a idéia de fazer um grupo interdisciplinar para estudar "*O Capital*". Aí ele convidou o Fernando Henrique, a Ruth, Otávio Ianni, Fernando Novaes, que tinha sido meu professor de história e faltava um economista. Eu era estudante de economia, mas me convidaram e esse grupo durou 7 anos, de 1958 a 65. Depois que eu me formei, que eu virei professor, nós continuávamos a estudar "*O Capital*", Rosa Luxemburgo, vários autores. Eu traduzi *"O Capital"* para a editora Abril, junto com duas pessoas. Até que, com o golpe militar de 64, Fernando Henrique foi obrigado a se exilar, tinha uma ordem de prisão contra ele, ele não quis se deixar prender. Ele foi para o Chile, depois a Ruth também foi. O grupo continuou ainda se reunindo por algum tempo. Depois acabou. (SINGER 2001c).

O grupo do *"O Capital"* representa no Brasil um evento importante, o estudo e a tradução da mais famosa obra de Karl Marx. Trata-se certamente aqui, de um aprofundamento teórico e de uma maior divulgação das obras de Marx e de outros autores como Rosa Luxemburgo.

Graças ao livro *Cursos de introdução à economia política*, publicado em 1975 por Paul Singer, temos acesso às aulas que este proferiu em 1968[273], no Teatro de Arena, a convite de entidades estudantis da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. As aulas eram dadas aos sábados de manhã; o país estava sob o jugo da ditadura o que não impedia que professores e alunos se arriscassem para estudar. Singer não perdeu este costume de dar aula aos sábados para estudantes e trabalhadores. Na década de 90, retomou este hábito para estudar e ensinar com estes a economia solidária. A originalidade de Singer nestas aulas de economia política consistia numa exposição comparativa e crítica das correntes tanto marginalistas-keynesianas quanto marxistas. Mais uma postura que vamos reencontrar no seu atual posicionamento, em relação à economia solidária. Por enquanto, gostaria de deixar a palavra ao professor, para ele nos fazer reviver um pouco aqueles anos.

> Em 1968, houve um momento assim fantástico. Um levante estudantil e magisterial; as universidades brasileiras se levantaram de norte a sul. Fizemos uma greve a partir da morte de um estudante no Rio de Janeiro. Isto foi um estopim, na verdade estávamos tentando nos contrapor ao regime militar e, ao mesmo tempo, democratizar a universidade. O que, aliás, é uma luta que falta ainda para ser feita. Sobretudo nesta aqui. Parou a universidade inteira por meses. Os alunos e professores se reuniam para discutir aonde vai a universidade. O que é a universidade e o que queremos, tudo, os objetivos, os métodos de ensino, a relação aluno-professor, a relação de poder na universidade, o modelo de universidade etc. Foi ali que aprendi e desenvolvi com outros colegas de fazer um ensino permanente, para a vida inteira. Em vez de pensar que a universidade devia ser de 5 anos, na vida das pessoas, você devia criar um sistema escolar que estivesse se realimentando com a experiência dos seus alunos. Voltando periodicamente.
> Em 1969, então com o Ato Institucional nº 5, o grupo de pessoas com o qual eu estava muito ligado, foi aposentado. (SINGER 2001c).

### 5.1.5. O CEBRAP.

A noção de intelectual, delineada no início desta tese, deve ser aqui lembrada. O intelectual comprometido com valores universais, mas com certa autonomia de pensamento e ação em relação aos partidos e agremiações políticas. Singer faz parte de um conjunto de

[273] O Movimento Estudantil de maio de 1968, mundialmente conhecido, não aconteceu somente na França, mas também em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na Bélgica, e também no Brasil. É certo que aqui, devido à ditadura militar, este movimento tomou uma feição muito específica.

intelectuais que, apesar de perseguido pelo regime militar, não se exilou e nem tampouco entrou na clandestinidade. A respeito desta escolha ele mesmo se explica.

> Mas, depois de fechado o partido, fiquei sem atividade política. Tive convite, mas eu não quis ir para a luta armada. Basicamente porque eu achava que não havia nenhum apoio popular. Foi um momento complicado na vida. Uma decisão a tomar. Todo o meu grupo, meus amigos do grupo do "O Capital", meus companheiros de partido, ninguém foi para a luta armada. Nós não combinamos isto. Não era uma coisa que... Tínhamos todo um projeto de democracia, de disputar eleições etc., que estava fechado naquele momento, mas poderia se reabrir a qualquer momento e a idéia de luta armada nos parecia uma coisa de pequenos grupos muito afastados do conjunto da população. Depois era pouco democrata. Acho que foi o que mais nos motivou. Houve pessoas que estavam na luta armada, que eu conheço. Digamos que do meu círculo de gente, foram muito poucos. Estou pensando agora que talvez eu esteja velho demais para isto. Eu tinha trinta e dois, trinta e três, a luta armada pegou mesmo em 73 depois que estouraram aquele congresso da UNE em Ibiúna. É a partir daí que a luta armada realmente começou e já era nessa altura professor de trinta e tantos anos. Talvez se eu tivesse feito parte..., mas enfim, eu não fui para a luta armada e fui aposentado em 69. (SINGER 2001c).

Então, com o golpe militar, vem a repressão e Singer faz parte do grupo de professores que vai ser aposentado pelo Ato Institucional número 5. Ele e alguns outros professores decidem ficar no Brasil e fundaram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. Singer vai trabalhar neste Centro de 1969 a 1988 como economista. Somente, a partir de 1978, ele recomeça a trabalhar como professor, mas num primeiro tempo na PUC de São Paulo.

A experiência do CEBRAP vai ser para Singer muito mais do que podemos imaginar lendo as ricas publicações desta revista.

> E aí criamos o CEBRAP, foi algo importante na minha vida. É o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que existe até hoje. Nós tínhamos decidido, "nós", significa o Fernando Henrique, o Gianotti, o Cândido Procópio e eu, depois o Otávio Ianni; tínhamos decidido não ir para o exterior, nós as pessoas aposentadas. Os militares escolheram os que eles consideravam os líderes. Eles não tentaram destruir a esquerda na universidade, senão teriam que ter aposentado muito mais gente. Eles escolheram a dedo as figuras mais prestigiosas. Para a gente foi um gradão. Muita gente ficou muito triste porque não tinha sido aposentada. Era o Artiga, era o Florestan Fernandes, eram realmente figuras queridas na universidade, estou falando aqui de São Paulo. Mas no Rio, em vários lugares do Brasil, um grande número de pessoas estava disposto a se demitir contra nossa aposentadoria. Pedimos, pelo amor de Deus, que não se demitissem. Que ia ficar muito pior a universidade. Era um espaço de resistência. Quem pudesse devia ficar, conseguimos isto. Foi uma grande vitória. Que não somente não se demitissem, mas não se fizessem demitir. Que passassem um manifesto um pouco mais ríspido e estariam na rua. Era muito difícil;... quem se lembra do ambiente do Médicis. (SINGER 2001c).

É pouco conhecida, com certeza, a forma como foi montado, organizado e vivenciado o CEBRAP. Segundo as declarações de Singer, tratar-se-ia de uma cooperativa

ou, a meu ver, de uma associação cujos sócios contribuíam para uma caixa coletiva na medida dos seus ganhos e cujas retiradas individuais seriam conforme as necessidades, independentemente do montante de sua própria contribuição. Nos anos sessenta, influenciadas por visões comunistas e/ou comunitaristas, tais coletividades existiram em vários lugares. Mais importante do que este aspecto comunitário, fruto das circunstâncias, porém, vai ser o trabalho de equipe, uma equipe interdisciplinar bastante ampla, contando até 50 membros. Em plena ditadura, esta equipe realizava estudos da realidade e os divulgava. Dada a importância das revelações, vou me permitir transcrever um longo trecho do relato feito por Paul Singer a este respeito:

> Nós criamos o CEBRAP com a ajuda da Fundação Ford. E então tivemos a grande experiência interdisciplinar. Tinha tido uma com o estudo de "*O Capital*", mas ali era a cada quinze dias, no sábado à tarde. Agora não, trabalhávamos juntos. Isto foi a coisa mais próxima à cooperativa que eu tive na minha vida. Não chamávamos de cooperativas. Éramos refugiados internos. Exilados internos no país que tinham um recurso da Ford e o resto nós tínhamos que ganhar. Quando fui convidado pelo Verso, cooperativa de psicólogos, fundada em 2001, eu me lembrei da experiência do CEBRAP. Os problemas que vocês têm, nós também tínhamos. Éramos profissionais liberais e podíamos ganhar dinheiro trabalhando. Eu podia ganhar muito mais dinheiro do que o Gianotti, por razões óbvias, que não é preciso explicar. Não que eu fosse mais brilhante do que ele, antes pelo contrário. Mas porque não tinha mercado. Depois, mais tarde abriu. Começou a se fazer a coleção de "Os Pensadores". Daí o Gianotti e todo mundo puderam trabalhar e ajudar e nós criamos esta solidariedade que Egeu (membro do Verso) falou. Criamos uma caixa comum e todo mundo ganhava a mesma coisa, quer ganhando ou não. Porque não dependia das pessoas, dependia da sua especialidade, os economistas e os demógrafos e um pouco os sociólogos tínhamos trabalho no planejamento. Um monte de coisas. Nós tínhamos a vantagem que nossos alunos estavam trabalhando e precisavam contratar. Éramos contratados pelos ex-alunos. Apesar de todas as dificuldades políticas, era proibido contratar "caçados". Havia entidades como a do Sérgio Motta, a Hidro Brasileira, que serviam de canal. Contratava a Hidro Brasileira e ia trabalhar para a Hidro Brasileira levando dinheiro para o CEBRAP. Como uma grande aventura, como vocês quiserem, enfim. Começamos a publicar sem nenhuma garantia, na época do Médicis, em 1972, nós publicávamos nossos escritos internos, mais tarde nos publicamos a revista, em editoras como a Brasiliense, a Vozes. Acho que nós exercemos mais influência do que teríamos exercido se tivéssemos ficado na universidade. Porque cada um teria ficado na sua cadeira. Claro, éramos professores com algum grau de influência, não estou negando isto. Agora juntos, fazendo seminários o tempo todo, Elza Berquó ensinando estatística, eu ensinando economia keynesiana. Fernando Henrique ensinando Weber, era uma coisa pela qual... era muita coisa interessante a trocar entre nós. Foi um momento extremamente interessante. Tinha gente mais jovem, éramos mais ou menos cinqüenta pessoas. Era realmente um centro profissional, não era um centro político. (SINGER 2001c).

Para falar um pouco desta época e acompanhar a trajetória do Singer durante estes anos, escolhi apresentar, a seguir, uma seleção de suas pesquisas e publicações. Só guardei, os temas que me pareciam mais afinados com a problemática da economia solidária. A primeira pesquisa realizada no CEBRAP diz respeito à *Força de trabalho e emprego no*

*Brasil 1920 - 1969,* publicada em 1971. A este trabalho se sucede outro, intimamente ligado ao primeiro, e realizado em colaboração com Felícia R. Madeira, intitulado *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920 – 1970,* publicado em 1973 pela Editora Brasiliense[274]. A questão em estudo é fundamentalmente a evolução do "trabalho e do emprego" a partir do processo de industrialização e correspondentes formação de uma burguesia e classe operária brasileira, a partir de 1920. Tratava-se de saber, o que representa proporcionalmente a classe trabalhadora no Brasil e sua variação entre os diferentes setores de atividades econômicas, bem como as transformações sofridas e suas conseqüências, em particular para a mão-de-obra feminina, tanto no campo como na cidade, na produção e nos serviços. Nas conclusões do estudo sobre a estrutura do emprego e trabalho feminino, podemos ver uma preocupação com um desemprego crescente, mas ainda oculto entre as mulheres que vivem nas cidades. Singer e Madeira escreveram: "As transformações trazidas pelo desenvolvimento, portanto, tiveram conseqüências contraditórias para o estatuto econômico e social da mulher". (1973, p. 41). A preocupação do Singer com as mulheres do meio popular, com a sua dupla jornada, com os obstáculos ante a conquista de sua cidadania, está nas entrelinhas desta pesquisa.

Singer publicou em 1975 a pesquisa *Urbanização e emprego no Brasil*, ainda ligada ao emprego. No mesmo ano participou da redação de um livro chamado *São Paulo, crescimento e pobreza, 1975*. Desta vez, o livro foi escrito, a pedido do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Segundo Singer, "O livro saiu em 76 e foi um livro importante, muito lido". (2001b). Neste depoimento podemos perceber a rede de relações que vão se estabelecer entre Paul Singer e a Igreja Católica progressista. Aliás, em 1978, com as primeiras manifestações da abertura política no Brasil, Singer começa a dar aula na PUC de São Paulo e, em 1980, o Cardeal solicitou novamente a escrita de um livro semelhante. O pedido foi feito ao Vinícius Caldeira Brandt: "agora mais dirigido, não ao que estava acontecendo na cidade, mas à ação da população, uma reação à crise social que já estava havendo etc.". (2001b). Singer aceitou coorientar, o livro. Fernando Henrique Cardoso, escreveu também um capítulo, enfim é uma coletânea, exatamente como o anterior, também era. Perguntei ao Singer, porque ele tinha escrito a parte sobre Movimentos Sociais – um dos primeiros textos escritos no Brasil sobre os Novos Movimentos Sociais. Para Singer, foram as circunstâncias, pois este tema não lhe era familiar, suas preocupações como economista não o predestinava a isto. Curiosamente foi o Singer que realizou a entrevista com Lula, (era a primeira vez que conversavam pessoalmente) para o artigo sobre os sindicatos, mas foi Vinícius Brandt que redigiu o artigo.

> Eu estava trabalhando na época, não me lembro direito, mas eu estava trabalhando basicamente a questão do desemprego. Eu tinha escrito já um livro chamado *A economia política do trabalho* e, eu acho que, estava bastante envolvido nisto e também no tema da globalização. Eu tenho um livro inédito,

[274] Lembro-me muito bem desta última pesquisa cujos dados eu usava em sala de aula, desde os primeiro anos de minha docência no Brasil em 1980. Para tal usava uma fotocópia do caderno 13 do CEBRAP, de 1975 que ainda possuo e consulto.

> nunca publiquei sobre os processos de crise internacionais e da transformação neoliberal. Na época estava trabalhando mais sobre isto.
> Depois da Anistia eu voltei para a USP. Ia voltar para a Higiene, mas como a Economia também me convidou, eu sou economista, eu escolhi voltar para cá. Continuava no CEBRAP, fazendo as duas coisas; era perfeitamente possível. (SINGER, 2001b).

### 5.1.6. O Partido dos Trabalhadores, a Prefeitura de São Paulo.

Singer fez parte da primeira direção nacional do PT, e isto durante mais de quatro anos. Ele participou da redação do primeiro programa do PT quando Lula foi candidato a governador e durante quatro anos foi secretário municipal de planejamento na gestão da Luiza Erundina. (1989-1992). A participação no Partido dos Trabalhadores e a participação no governo de uma prefeitura como a de São Paulo deram a Singer a possibilidade de colocar seus ideais em prática, bem como de divulgar um certo modo de ser e de pensar que vão lhe trazer muita simpatia e respeito no seio da esquerda brasileira.

> Estamos em 1980 e se dá alguma coisa fundamental na minha vida que é a fundação do PT. (...). E a partir daí uma grande parte da minha vida foi o PT. Ajudei a formar o PT, boa parte do CEBRAP, principalmente o Vinícius, o Chico de Oliveira, o Gianotti estavam presentes na fundação do PT. Eu fiz parte da primeira direção nacional do PT por vários anos, quatro anos, cinco. Fiz o primeiro programa do PT quando Lula foi candidato a governador. (SINGER 2001c).

Singer faz parte de um grupo de intelectuais socialistas que se destacam pela sua probidade e humildade. Assim no texto de Luiz Dulci *Os intelectuais e a criação do PT*, escrito por ocasião da homenagem ao Antonio Candido pelos seus 80 anos, encontram-se não somente dados a respeito do Singer, mas uma fina análise da atuação de um certo tipo de intelectuais no seio do PT, entre os quais Paul Singer. Esses textos permitem vislumbrar que as características do Singer, jeito de ser e agir, foram compartilhadas por um certo grupo de intelectuais de esquerda.

> Os intelectuais que participaram da fundação do PT, ou que nele ingressaram em seus primórdios, já eram quase todos abertamente refratários ao dogmatismo da esquerda tradicional. (...) Assumidamente esquerdistas, radicais, eram ao mesmo tempo - e o eram, em alguns casos, havia décadas - críticos severos da degeneração teórica e prática dos partidos autoproclamados revolucionários. (...) Nada mais oposto às suas convicções que um aparato partidário profissional e monolítico, acima dos sentimentos e movimentos populares, com a pretensão de governar toda e qualquer iniciativa de mudança social. (DULCI, 1999, p. 186-187).
> A maior contribuição desses intelectuais -...- foi sua própria atitude militante, sua modalidade peculiar de ser e estar no partido, de presença humana e política, naquele sentido do testemunho visceral que traduz princípios éticos em comportamentos cotidianos e convicções gerais em atos particulares os mais singelos... (DULCI, 1999, p. 188).

Mas não é somente sua atitude que chama a atenção, várias de suas publicações vão provocar um intenso debate. Assim, em 1980, Singer faz a crítica do socialismo real, no livro *O que é socialismo hoje*. Antes da queda do muro de Berlim, Singer já estava fazendo uma proposta de socialismo alternativo. E depois no PT, escreveu vários documentos, *O que é o socialismo para nós, O socialismo democrata,* textos desta natureza. Dezoito anos depois, ele publica, *Uma utopia militante: repensando o socialismo* e, em 2000, com João Machado *Economia socialista*, texto fruto dos Seminários, intitulados *Socialismo e Democracia,* realizados no mesmo ano.

Como comentei nos capítulos anteriores, foi por ocasião deste confronto com a realidade social e tendo a possibilidade de nela intervir através de políticas públicas que Paul Singer vai chegar à economia solidária. Num primeiro tempo, Singer não estava ligado às iniciativas que mais tarde vão ser consideradas como de economia solidária.

> Então, na época que eu fui secretário de Planejamento e que havia uma crise social muito forte em São Paulo, nós tentamos mobilizar a sociedade civil e eu estive muito ao lado de Luiza nisso; nós criamos o Foro de São Paulo por minha proposta e conseguimos que enfim os diferentes atores sociais de São Paulo, centrais sindicais e entidades empresariais e a gente discutiu a questão do desemprego, lá no Foro. Mas economia solidária nesta época não veio à minha cabeça. Lembro-me que na secretaria de... (chamava-se de assistência social, não, de bem-estar social, uma coisa assim), já estavam se formando coisas que hoje eu chamaria de economia solidária, inclusive uma importante cooperativa de catadores de lixo foi criada nesta época e persiste até hoje. É uma das boas realizações, mas eu não estava ciente disto. Na época, nem percebi que esta cooperativa tinha sido formada e que havia outras tentativas para enfrentar a crise social mediante criação de cooperativas ou associações comunitárias, eu me lembro de hortas comunitárias, padarias comunitárias, era mais uma ação dos mutirões e da secretaria, essa de bem-estar social. (SINGER, 2001c).

Depois, por ocasião da elaboração de uma proposta de política pública do programa partidário do Partido dos Trabalhadores (PT) para as eleições municipais de 1996, em São Paulo, Singer fez uma proposta de organização dos desempregados que recebe de Aloísio Mercadante o nome de economia solidária. Luiza Erundina não foi reeleita, mas Singer publicou a proposta na Folha de São Paulo. A construção de um pensamento sobre economia solidária se fez lentamente e com a participação de outros intelectuais. No depoimento de Paul Singer podemos observar, mais uma vez, que os campos de ação e reflexão não nascem de uma iniciativa, mas de muitas, de início sem conexão entre si.

> Isto foi muito importante, esse artigo que eu publiquei na Folha porque a economia solidária já estava em pleno andamento desde 93, promovida pelo Betinho. Só que eu não tinha a menor idéia, acredite ou não. Eu conto isto, eu não consigo acreditar em mim. Ele no Rio e eu aqui, eu assisti evidentemente a Ação pela Cidadania com o maior entusiasmo. Levei lá meu pacote de macarrão etc. Mas nunca me engajei, houve chance, ele me chamou. Eu estava ocupado com mil e outras coisas e, num certo momento, eu me lembro de ter lido, ele convocou o Movimento da Cidadania para gerar trabalho e renda. Mas nunca ficou claro de que modo gerar trabalho e renda? Aquilo ficou, o jornalista não foi muito explícito. Bom, acontece que a ANTEAG já existia, por decorrência desse

> movimento do Betinho e a incubadora do Rio já existia. Eu não sabia de nada. Eu estou falando a verdade, mas não estou acreditando nela. Em dezembro de 96 a CUT chamou um Seminário sobre economia solidária. E me convidou. (...) E estava lá um sujeito que eu nunca tinha visto na minha vida, chamado Cido Farias que se apresentou como diretor da ANTEAG e eu não tinha a mínima idéia do que a ANTEAG fosse. Ele foi descrevendo o que era ANTEAG. "Puxa, mas era isto que eu queria que acontecesse!" A ANTEAG veio falar comigo, eu dei curso para a ANTEAG, fiz parte do Conselho Nacional. Sou um grande admirador e apoiador da ANTEAG. É assim que aconteceu. Descobri a incubadora [da UFRJ]. (SINGER, 2001c).

### 5.1.7. A UNITRABALHO e a ITCP.

O primeiro grupo de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária se forma na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília em 1996 com o nome de "Organizações e Democracia" e é coordenado por Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri. Faziam parte deste grupo também Gustavo Gutierrez[275] que pesquisava desde o início da década de 80 questões ligadas à autogestão, tema de sua dissertação de mestrado, tese de doutorado e pós-doutorado[276] e a Mariza Galvão, coordenadora deste Seminário[277]. A primeira publicação do grupo, *A empresa sem patrão,* é resultado do I° Simpósio realizado em junho de 1996. Esses professores estavam participando duma iniciativa nova, uma rede de pesquisadores universitários ligados ao mundo do trabalho, chamada UNITRABALHO. Não é a primeira vez que me refiro à UNITRABALHO nesta tese, é preciso explicitar melhor os propósitos desta Rede de pesquisadores e extensionistas de universidades tanto públicas quanto particulares (neste caso confessionais ou comunitárias). A rede UNITRABALHO, como seu nome indica, está centrada no mundo do trabalho. Sua missão visa a integração entre

> a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Ela busca a síntese do saber produzido na academia com o saber dos trabalhadores, para qualificar a organização e a ação social. (www.unitrabalho.org.br).

Em 1997, Singer foi chamado para participar deste movimento de reflexão e construção da economia solidária iniciado na UNITRABALHO; ele se identificou com a proposta e se engajou nela.

---

[275] Gustavo Gutierrez é professor no Instituto de Educação Física, Departamento de Estudos do Lazer da UNICAMP desde 1997; ele foi meu primeiro informante em 16 de novembro de 2000.

[276] Tese: Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, (EAESP-FGV) 1989. Dissertação: Autogestão e Condições Modernas de Produção (PUC-SP)1983.

[277] Mariza Nunes Galvão defendeu, na Faculdade de Educação da UNICAMP em 2004, a tese de doutorado: *Os fios da esperança? Cooperação, gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores.*

> Newton Lima me telefonou e começou a me explicar o que era a UNITRABALHO que eu não conhecia nada. É impressionante como a gente desconhece coisas que acontecem ao lado da gente. Então ele explicou o que era UNITRABALHO etc. E marcamos um encontro. Fui encontrá-lo e aí ele me disse: tem dois professores que estão nesta de economia solidária, eu sei que você também está. O que você acha de fazer um programa aqui na UNITRABALHO? Eu aceitei com muito entusiasmo. Conheci os dois em seguida, o Cândido Vietiez e o Newton [Brian, profesor na UNICAMP]. Daí, começamos a fazer uma série de seminários. Isto foi o início da história. (SINGER, 2001b).

Falando do mesmo assunto em sala de aula, Singer comentou: "eu imediatamente topei, eu me entusiasmei, aquilo que eu queria inventar, já estava andando. Ninguém me segurava mais". (SINGER, 2001c).

Em novembro de 1998 realiza-se no campus de Marília o *II° Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação.* O livro *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*[278], organizado por Neusa Dal Ri, reúne oito artigos, quatro dos quais são os textos das conferências proferidas neste segundo Simpósio. Desses Simpósios participaram representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas. O grupo de pesquisa tinha contatos com o MST, com a CONCRAB, mas foi com a ANTEAG[279] que a colaboração mais avançou. Paul Singer vai ser convidado para participar deste segundo Simpósio e nesta ocasião integrou-se ao grupo de pesquisas e estudos da UNESP. Mais tarde, ele e a professora Marilena Nakato, integrante deste grupo, atuaram junto à ANTEAG, Singer no Conselho Nacional e Nakato no apoio técnico e educacional.

O grupo de estudos, iniciado em Marília, foi se ampliando. Singer recebeu toda uma literatura anglo-saxônica sobre autogestão e sobre clubes de troca no Canadá. Grupos de estudos foram criados na USP, mas também pela CUT sobre cooperativismo autogerido e no seio da UNITRABALHO. Em setembro de 1997, o grupo de estudos sobre economia solidária da UNITRABALHO vai convocar na PUC/SP um certo número de pesquisadores de todo o país. Neste, pela primeira vez, vão ser reunidos Singer e Luiz Inácio Gaiger da UNISINOS (RS). E o grupo vai se transformar num Programa de Pesquisa sobre economia solidária e autogestão da UNITRABALHO. A este respeito, Singer comentou:

> Nós não tínhamos nenhum apoio, vamos dizer, financeiro, nenhum tostão. A UNITRABALHO estava nos ajudando, dando o espaço e as ligações; nós conseguimos, em cima disso, só com as ligações, os endereços; a Unitrabalho fez uma espécie de chamamento geral, fez esta reunião na PUC, que devia ter umas 20 a 30 pessoas, vindas dos mais diferentes lugares do Brasil. A gente se conhecia naquele momento. Tinha gente do MST, tinha pessoas da ANTEAG

[278] Este livro é o primeiro no Brasil a contar o nome economia solidária no seu título, ele foi publicado em 1999 pela editora Arte Ciência, uma editora muito difícil de ser localizada a pesar de situar-se em São Paulo.

[279] A ANTEAG foi fundada em São Paulo em 1994 e seus fundadores são oriundos, em grande parte, da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e no início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Na ANTEAG destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias (Cido); a casa dele foi a primeira sede e naquela época os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração.

> (esses eu conhecia bem), tinha também este pessoal do Rio que eu não conhecia, o pessoal da FASE, o Gonçalo da Incubadora de Cooperativas lá do Rio e, então, o Gaiger vindo do Rio Grande do Sul. Eu não lembro de todos. Foi uma reunião muito interessante, em que a gente começou a estabelecer ligações mais permanentes. (SINGER, 2001b).

Em outubro de 1998, é criada na USP uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) a exemplo da ITCP da UFRJ, pioneira nesta área e que Paul Singer visitou naquele mesmo ano. O professor Gonçalo Guimarães realizou na USP um seminário sobre metodologia da incubação e expôs a experiência que havia no Rio. O Gonçalo, que era o coordenador da ITCP do Rio, ajudou a criar diretamente cada uma das novas incubadoras. Por ordem de criação foram, Rio de Janeiro na UFRJ[280], Fortaleza na UF do Ceará, Juiz de Fora (MG) na Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei (FUNREI), que é uma instituição federal, em São Paulo na USP, em Salvador na UFBA e em Recife na UFPE[281]. Desde a sua criação, Singer é o coordenador acadêmico da ITCP; foi também coordenador da Rede de ITCP para o Centro-Leste do Brasil.

> A formalização da rede de incubadoras dentro da Unitrabalho se fez em Curitiba, quando se inaugurou a Incubadora da Universidade Federal do Paraná. Então, nesta ocasião, acho que havia oito incubadoras e se criou formalmente uma rede de incubadoras com Estatuto, e com uma direção colegiada na qual eu participei; o Gonçalo, como coordenador geral, eu pelo Centro-Leste, aqui Rio/São Paulo/Minas (Juiz de Fora era a incubadora), a Marlene Poppe pelo Sul e o Osmar, do Ceará, pelo Nordeste. (SINGER, 2001c).

A Incubadora da USP está situada num galpão do Campus, de 40 a 50 estudantes ou formados participam desta e recebem uma bolsa da USP; eles estão organizados em Grupos de Estudos Pesquisas e Extensão Multidisciplinar (GEPEM) compostos por professores, funcionários e alunos. O estudo é realizado de maneira intensiva durante uma semana ou aos sábados durante três meses. Fazem parte dele cursos sobre a origem do cooperativismo, a história das mudanças nas relações de trabalho, o panorama atual do mundo do trabalho e aspectos específicos do cooperativismo como, por exemplo, sua legislação e viabilidade econômica. O curso compõe-se de vários módulos intitulados de Curso de formação em cooperativismo ou Curso de Extensão universitária e cultura em Economia Solidária. Os diversos temas trabalhados por Paul Singer nestes cursos estão diretamente em relação com a autogestão. Há, por exemplo, a autogestão no socialismo, a autogestão nas cooperativas, ou a cooperativa como luta pelo socialismo. Cada grupo de incubação é um GEPEM que assessora grupos populares. O espaço fundamental é de formação; todas as sextas-feiras os formadores se reúnem. Os diferentes projetos têm coordenadores eleitos e um coordenador geral. Em 2002, a incubadora atendia a 23 entidades reunindo mais de mil pessoas; há

[280] A primeira iniciativa foi da FIOCRUZ, para montar uma cooperativa de limpeza com trabalhadores dos morros de Manguinhos, a COOTRAM.

[281] Hoje existe uma dezena de ITCP, tanto em universidades públicas como em universidades comunitárias. O número é variável, pois algumas foram extintas enquanto novas surgem. Foi sugerido no III FSM que o Governo Federal incentivasse a criação de ITCP em todas as universidades federais.

convênios com as prefeituras de São Paulo e de Guarulhos. O trabalho da incubadora é, na sua essência, uma formação para a autogestão na qual inserem-se capacitações mais técnicas como contabilidade, administração e legislação cooperativa.

A partir de 1999, Paul Singer ministra uma disciplina no programa de pós-graduação da FEA intitulada Economia Solidária como resposta à crise do trabalho. Nos anos seguintes, ela terá o nome de Economia Solidária II e III[282] e contará com muitos ouvintes, a começar pelos alunos da graduação que participam da ITCP. A partir desta época, as trajetórias de Singer, Arruda e Gaiger vão cruzar-se e culminar no Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. Reservo a análise destes caminhos cruzados para o fim deste capítulo. Gostaria de encerrar a trajetória do Paul Singer com um depoimento do mesmo.

> Esses últimos cinco anos foram muito emocionantes. Estou realizando um pouco o que escrevi no *O que é socialismo hoje*. Estou tentando pensar numa nova proposta socialista. É por isto que esse livro [El Manifiesto Asociativo y Autogestionario] é muito próximo ao que estou pensando e acho fascinante que Orlando Núñez, que eu não sei quem é, mas me contam que é o principal teórico dos sandinistas, é um pensador revolucionário importante; pelo caminho dele escreve uma coisa como esta. Quem sabe, em outros lugares também tem mais pessoas fazendo uma trajetória destas? Há hoje um movimento mundial de economia solidária, estou absolutamente convencido. Vai provavelmente ser polarizado enquanto movimento mundial pelo Fórum Social Mundial. (SINGER, 2001c).

Pelo menos uns três depoimentos de Singer, registrados logo acima, expressam a importância que o projeto de economia solidária representa para ele nesta época de sua vida. Sua nomeação como Secretário Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no governo Lula em 2003 vem confirmar e coroar seu empenho pela construção de uma economia solidária autogestionária no Brasil.

Já se discutiu muito para saber se a história é linear ou circular. A meu ver, não é nem uma coisa nem outra, mas a figura da espiral pode servir de metáfora no caso da trajetória de Paul Singer. A espiral forma mola, é dinâmica, vai ocupando novos espaços, mas sua trajetória está ancorada numa base que dá a energia e a direção. O movimento foi dado desde o início; o projeto de Paul Singer é socialista, comunitário e libertário; ele se modifica em função das condições políticas do país, mas o espírito do projeto permanece.

[282] Acompanhei estas aulas durante o segundo semestre de 2001.

## 5.2. Arruda: da Nicarágua sandinista à socioeconomia solidária.

**FOTO 3. MARCOS ARRUDA**




Seminário de Economia Solidária no II Fórum Social Mundial, PUC, Porto Alegre, 26/01/2002. Brandindo a *Agenda Libertária,* caderno do PACS.

A entrevista que Marcos Arruda me concedeu no PACS, ONG da qual é fundador e coordenador, teve a duração de três horas, tendo sido interrompida apenas por um pequeno intervalo. Consegui uma longa história de vida, desta vez a partir de certas perguntas às quais com muita gentileza Arruda respondeu longamente. Dos três intelectuais foi o último a ser entrevistado[283], e a data da entrevista foi planejada com sete meses de antecedência, e duas mudanças de data. A vida de Marcos Arruda é extremamente movimentada e se caracteriza pela participação em muitas entidades ao mesmo tempo. Talvez a maneira de eu fazer as perguntas tenha provocado esse excesso de informações, mas isto não deixa de fazer parte do seu jeito de ser. Devido à simultaneidade de suas atuações, ficou difícil de traçar uma trajetória em termos de instituições; para explicitá-la, veio à mente a imagem de uma teia que se amplia cada vez mais.

### 5.2.1. Uma infância católica e conservadora

Marcos Penna Sattamini de Arruda nasceu numa família tradicional e conservadora do Rio de Janeiro. Fez o primário no Colégio Coração Eucarístico mantido por freiras belgas e depois disto realizou o secundário no Colégio Santo Antônio Maria Zacharrias, junto a padres italianos que, segundo as próprias palavras de Arruda, eram "muito atrasados, muito conservadores". Os dois colégios estavam situados no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Em seguida, tendo decidido de ser padre, contra a vontade de sua mãe, foi para um seminário menor em Nova Friburgo. Esta decisão, muito conforme ao espírito do tempo, ele explicou: "meus pais tinham se separado e isso era o grande desastre da minha vida e a maneira que eu tinha que ajudar a salvar suas almas em perigo era me sacrificar[284], então daí eu fui ser padre e me privar de tudo que era bom na vida (risos)". (ARRUDA, 2002a). Lá, ele estudou letras clássicas, como seu pai que era professor de latim e grego. Mas, devido à insistência e ao desafio de sua mãe, fez um concurso e ganhou uma bolsa para estudar um ano nos Estados-Unidos onde ela trabalhava como intérprete simultânea. Não foi ainda o momento da virada, como ele mesmo explicou.

> Não tive nenhum grande avanço de consciência social, ao contrário tive uma lavagem cerebral americana e voltei mais reacionário do que nunca. Já tinha uma herança da família; daí voltei ainda mais anticomunista do que nunca de lá. Mas foi humanamente uma linda experiência e me abriu os horizontes para o que é que eram os Estados Unidos, uma outra cultura, um outro povo que a gente tomava como um espelho do que nós queríamos ser em última instância e também serviu como lastro para uma crise que veio, alguns anos depois quando

[283] Com as entrevistas anteriores, aprendi a elaborar melhor minhas perguntas.

[284] Como escreve Edgard Morin, "Na universal e milenar tradição, o herói, ..., redentor e mártir, fica sobre si (sic), às vezes até a morte, a infelicidade e o sofrimento. Ele expia as faltas do outro, o pecado original de sua família ... A grande tradição precisa não só de castigo dos maus, mas do sacrifício dos inocentes, dos puros, dos generosos" (MORIN, Cultura de Massas no século XX. O espírito do tempo – I. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 93).

saí do seminário, já com quatro anos de letras clássicas, desde 56 até 60. (ARRUDA, 2002a).

### 5.2.2. A universidade, o golpe militar, a militância e a tortura

Após quatro anos de Seminário, Arruda desistiu da sua opção pelo sacerdócio e começou a estudar geologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A conscientização, pelos problemas sociais e políticos, veio com a defesa da profissão e das riquezas minerais do Brasil. A organização que o levou a refletir foi a JUC da qual fez parte desde 1961.

Singer ouviu falar pela primeira vez em democracia no colégio em 1945 por ocasião da abertura do Getúlio Vargas. Arruda viu-se confrontado com os princípios democráticos quando Jânio Quadros renunciou e que, pela constituição, o Jango devia tomar posse. Naquela época, parte do exército e reacionários, entre os quais seus familiares, foram contra a posse do Jango.

> Neste momento rompi com a minha família que continuou golpista, pró Carlos Lacerda, pró-golpe militar, anti-Getúlio, anti-Jango e anti-sindicalismo e tudo mais. E eu tive que dizer, eu não posso conscientemente aceitar o caminho do golpe. Aí comecei a fazer campanha pela constituição e pela liberdade do Brasil e tal. E aí comecei a ver, caramba, a miséria, a pobreza não são um dado da história; eles cresceram às custas de políticas, de decisões políticas, da maneira como se organiza o país. Só aí, com vinte anos de idade, foi que eu comecei a abrir os olhos, entender e me comprometer com uma luta social. De modo que isto foi o divisor de águas, foi a entrada para a universidade, a saída do seminário, aonde cheguei até, em 59, a rezar contra o comunismo em Cuba e pela liberdade. Em 61, eu estava num outro caminho. Neste outro caminho se incluiu uma crítica radical do que eram os Estados Unidos no mundo. (ARRUDA, 2002a).

Arruda se forma em 64, no ano do golpe militar. Mas devido à sua atuação como fundador e presidente da executiva nacional da associação dos estudantes de geologia, estava marcado e teve muita dificuldade em encontrar emprego. Perseguido pela polícia em 1966, teve que ir para São Paulo onde lecionou numa escola secundária, o Colégio Santa Cruz, e dava também aulas particulares. Sem conseguir trabalho como geólogo, trabalhou na revista *Realidade* da Editora Abril e terminou indo para a fábrica. Perguntado sobre as razões que o levou a trabalhar como operário, Arruda respondeu:

> Porque eu era alfabetizador de operários; então, à parte meu trabalho profissional, eu estava sempre trabalhando com operários e pessoas da periferia, ajudando a alfabetizar usando a metodologia do Paulo Freire. (...) Tinha conexão com o meu trabalho na JUC e depois como uma pessoa próxima da Ação Popular (AP), que na época buscava organizar politicamente aquilo que antes era mais um trabalho de apostolado, um trabalho um pouco ligado à religião, a Igreja como JUC - Juventude Universitária Católica. Aí eu vou dar um salto porque eu fui preso, passei nove meses na prisão. Depois que saí, então procurei caminhos para permanecer no Brasil e fui obrigado, forçado a ir embora. (ARRUDA, 2002a).

Com a ditadura militar, boa parte da juventude ligada à Igreja católica vai radicalizar suas posições políticas. Como falamos no capítulo quatro sobre *Os Nomes da Economia Solidária*, a Ação Popular tinha entre seus membros intelectuais "esquerdistas" originários da Ação Católica. É nessas circunstâncias que Arruda vai ser preso e barbaramente torturado durante nove meses. Deixado quase morto, foi salvo pelas intervenções de sua avó materna e de sua mãe junto a militares de alta patente[285] e denúncias a organismos internacionais.

### 5.2.3. Da formação como economista nos EUA, ao Instituto de Paulo Freire e as assessorias na África e Nicarágua

Em maio de 1971, ameaçado de ser novamente preso, Marcos Arruda se muda para os USA onde cursa economia e realiza mestrado. Em 1976, foi convidado para trabalhar com a equipe do Paulo Freire em Genebra no Instituto de Ação Cultural. Chegou ao Instituto um convite da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que acabavam de se libertar do colonialismo português, para construir um programa de educação de jovens. Marcos Arruda, participou da equipe que realizou assessoria aos Ministérios da educação durante quatro anos naqueles países. Segundo a sua avaliação, foi neste período que entrou em contato com o desafio de repensar a economia.

> Não se tratava mais daquela solução fácil de que tudo devia vir do Estado. Então que o grande objetivo era tomar o poder. Uma vez tomado o Estado, tudo se resolvia por si. Eu percebi que agora que nós éramos Estado, "nós", entre aspas, éramos consultor do governo e tínhamos o poder de formular políticas e de construir na prática essas políticas através dos quadros locais. Apareceu bem claro que o desafio vai bem além do Estado; de que quem leva para prática a política de desenvolvimento tem que ser a população. Ela é o sujeito principal. O Estado é um estimulador, um financiador, um orquestrador, mas é a sociedade que é determinante. Então, eu cheguei a esta primeira grande lição da minha vida política, social. O grande sujeito de uma reconstrução humanizadora da economia é a sociedade civil. (ARRUDA, 2002a).

Em 1978, Marcos Arruda foi convidado pelo Conselho Mundial das Igrejas em Genebra para trabalhar como responsável do programa de Empresas transnacionais. Este trabalho era muito mais como consultor econômico do que como educador e durou até 1982. Mas, em 1979, no seu primeiro ano no Conselho, ele realizou uma visita à Nicarágua recém libertada.

> Era novembro de 79 e o triunfo da revolução foi em junho-julho de 79. Então, cheguei bem no momento que o padre Fernando Cardenal, que tinha sido escolhido como grande organizador da campanha nacional de alfabetização do

[285] O relato do seqüestro, da prisão e das torturas sofridas por Marcos Arruda, foi publicado pela sua mãe no ano de 2000. SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer? Nunca mais...* Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2000.

> governo sandinista, que ao mesmo tempo era presidente da juventude sandinista da frente (...) tinha organizado (...) uma reunião entre cubanos, nicaragüenses e eu, trazendo a experiência da Guiné, Cabo Verde, Brasil, para a gente discutir uma estratégia de administração. Essa foi a minha primeira ocasião de começar uma assessoria ao governo da Nicarágua que durou 10 anos ao todo. (ARRUDA, 2002a).

Nos primeiros anos da revolução sandinista, a Igreja católica, na figura de alguns padres progressistas, como o padre Cardenal, teve um espaço importante. O cônego belga François Houtart realizou também várias missões na Nicarágua o que levou certos nicaragüenses a realizarem estudos superiores na Universidade Católica de Lovaina - UCL. É preciso observar que Luiz Inácio Gaiger vai fazer parte de uma missão latino-americana que vai visitar a Nicarágua com o incentivo de Marcos Arruda. Hoje, no campo brasileiro da economia solidária, além de Gaiger, antigo orientando de Houtart, encontramos também Ana Mercedes Sarria Icaza, nicaragüense e ex-aluna da UCL[286].

Marcos publicou alguns artigos sobre estas experiências, alguns deles publicados na Revista Vozes, durante a década de 1980.

### 5.2.4. Do IBASE ao PRIES/PACS, enquanto era professor do IESAE da FGV

Em 1982, Marcos Arruda volta ao Brasil, e vai trabalhar no IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas[287] - que ele, segundo suas próprias palavras, ajudou a montar junto com o Betinho[288] e o Carlos Afonso. Só que Herbert de Souza tinha voltado em 80 e o Carlos Afonso em 81. Arruda ficou por quatro anos no IBASE sem por isto abandonar a assessoria ao governo sandinista. Segundo ele, a experiência da Nicarágua, foi decisiva para enveredar no caminho da construção de uma economia solidária. É evidente que seus estudos, seus trabalhos e toda a sua vivência anterior, foram indispensáveis para que esta nova experiência tomasse a importância que teve. Transcrevo, a seguir, a fala de Arruda sobre esta questão.

> Agora vem a resposta mais objetiva e imediata à sua pergunta. Foi aí que eu fui diretamente conscientizado sobre o caminho de uma economia solidária como eixo central da reconstrução de um país. E eixo central de um desenvolvimento autogestionário deste país. Porque eu digo isto? Porque eu fui obrigado a encontrar saídas criativas para o desafio da educação. (...). Nós criamos, uma equipe multiministerial que iria pensar o desenvolvimento do país em todos os

[286] Estes dois pesquisadores estão na mesma equipe de pesquisa e integram o corpo professoral da UNISINOS, universidade mantida pela Companhia de Jesus.

[287] Segundo o *site* do IBASE, este foi "criado em 1981 por exilados políticos que retornavam ao país, o objetivo inicial do Ibase foi democratizar a informação" (www.ibase.org.br).

[288] Segundo informe colhido no *site* do IBASE, "a JEC logo se politizou e se transformou na JUC - Juventude Universitária Católica -, na qual o pacato mineiro [Herbert de Souza] iniciou sua trajetória de liderança nacional, viajando pelo Brasil com o Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE - União Nacional dos Estudantes -, convocando assembléias estudantis em inúmeras faculdades ou disputando a direção da entidade com a Ação Popular (AP) que, na época, dominava o movimento estudantil".

> seus campos. Incluindo o campo educativo, a partir não da lógica do governo, a lógica de olhar pro conjunto de cima para baixo, mas a partir da lógica das realidades locais, das regiões e, portanto, mobilizando gente das regiões. Indo às regiões fazer pesquisas nas comunidades, na região para mapear as demandas, as necessidades, os recursos disponíveis, humanos e materiais e os desafios, obstáculos, dificuldades que se colocavam em cada região para o desenvolvimento próprio da região e, ao mesmo tempo, solidário com as outras regiões. (...) Então esse é o grande desafio que eu aprendi lá e foi aí que vieram as experiências de cooperativas como tão importantes. Porque? Porque a Nicarágua criou três setores econômicos, o Estatal, o privado, que já existia, e o de propriedade social. Hoje, na Colômbia, no Equador, você tem o setor de economia solidária, já na Constituição, já na legislação. Na Nicarágua era do setor de propriedade social, que era diferente da propriedade privada e da propriedade estatal. Eram os trabalhadores, donos e gestores dos empreendimentos.
>
> Então, eu passei a descobrir essa realidade, esse setor de propriedade social; percebi que estava aí um veio importantíssimo para a gente reconstruir a economia; não mais no Estado, nem no setor privado. Era o que eu precisava, o que estava me faltando para eu fechar a equação de um novo projeto, de uma economia autogestionária. Fui descobrindo toda a experiência do cooperativismo. Então, foi esse o momento, o tempo que me abriu para esta perspectiva e abriu com uma riqueza especial. Não foi uma descoberta de livro, não foi intelectual, foi emocional e foi de terreno. (ARRUDA, 2002a).

Esta última frase, além de confirmar a sensibilidade de Arruda, mostra a profundidade e a amplitude da mudança provocada. Arruda como economista adquiriu uma visão macro das questões do desenvolvimento socioeconômico, mas sua experiência de terreno, local e ao mesmo tempo nacional, como educador e administrador de políticas públicas, lhe deu uma visão mais humana e mais completa do processo. Essa dupla capacidade é, sem dúvida, uma característica que vai lhe abrir o leque de suas realizações profissionais.

Arruda não vai permanecer muitos anos no IBASE, pois um desentendimento entre ele e Herbert de Souza faz que ele se demita, criando então sua própria ONG. Quando faltavam dois meses para deixar o IBASE, ele foi procurado por um amigo argentino que vivia em Paris e queria parceiros para criar um Instituto que faria pesquisas macroeconômicas no Cone Sul. Era preciso uma entidade que servisse de guarda chuva para acolher o novo instituto que seria descentralizado em quatro países, Argentina, Chile, Brasil e Uruguai. Este Instituto demorou a organizar-se e Arruda já tinha montado o PACS. Houve uma discussão a respeito do termo 'políticas alternativas', pois segundo Arruda o novo instituto não poderia limitar-se a pesquisar unicamente, ele teria que responder às demandas dos movimentos sociais e estes precisavam também de alternativas. Então ficou combinado que o PACS seria a parte brasileira do PRIES Cone Sul - *Programa Regional de Investigaciones Económicas y Sociales del Cono Sur*. Este Programa se desmanchou a partir de 1992[289], por divergências ideológicas e pela ida à Europa de alguns de seus membros.

[289] 1992 é a data que Arruda citou durante a entrevista, mas no artigo Economia do coração (2000g) é a ano de 1995 que é citado.

O PACS/PRIES foi montado com a ajuda financeira da Fundação para o Progresso Humano, situada em Paris. Além de trabalhar no IBASE, Arruda vai ser professor de filosofia da educação no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getulio Vargas de 1983 até 1992. Dez anos exatamente como professor. Na época, existia uma grande liberdade de ensinar no campo da educação popular, mas em 1992, o Instituto foi fechado. Segundo suas palavras, ele ajudou "a formar uma quantidade de educador que hoje estão em postos importantes aí pelo Brasil afora, inclusive em governos municipais e tudo mais". (2002a).

Durante a década de 80, Arruda deu assessoria para os movimentos católicos e ecumênicos no Brasil inteiro. É nestas ocasiões que Arruda e Gaiger vão se encontrar pela primeira vez, como relatou este último.

> Então eu o conheci nestes eventos do CECA, antes até de eu ser quadro, enfim, assessor do CECA. Já tinha notícias dele por ele ter sido também uma pessoa importante no IBASE; no IBASE antes, o Betinho mesmo, Humberto Souza, mais tarde o Cândido Grzybowski, que veio a assumir depois a direção do IBASE, essas pessoas tinham bastante relacionamento com o CECA. Marcos era da equipe de base, depois houve uma cisão e ele saiu do IBASE, mas o vínculo com ele permaneceu e até se intensificou posteriormente. O Marcos também foi o estimulador de viagens, de missões para América Central, para a Nicarágua. Ele trabalhou na assessoria lá ao governo sandinista. Eu fui também chefe de uma delegação para a América Central na época, e ele tinha sido antes uma pessoa importante para o CECA neste trabalho. Tudo isto fez com que a gente foi estreitando relações. (GAIGER, 2001c).

A assessoria de Arruda estende-se também aos sindicatos. Ele tinha sido sócio fundador do Instituto Cajamar[290], onde volta a dar cursos. Este Instituto, desde 86, foi muito importante na formação de toda uma geração de sindicalistas que começaram a pensar a questão econômica também e principalmente a questão da metodologia da práxis. A assessoria de Arruda se estende à CUT, inclusive a escola Sul da CUT.

Uma outra questão importante para entender as redes de relações e as estratégias é a questão do partido político. Arruda, apesar de ter participado na Bélgica e na França de reuniões preparatórias à formação do Partido dos Trabalhadores, não vai se filiar imediatamente. A razão invocada foi seu pertencimento ao IBASE, um movimento amplo e apartidário. Mas podemos pensar que o trauma provocado pelo sectarismo dos partidos marxistas e pela repressão sofrida podem explicar também uma certa cautela. Assim, Arruda só filiou-se ao PT em 1987 como ele mesmo explicou:

> Então entrei por essa via, participei dos debates e só não pude ser um dos fundadores porque eu estava no Conselho Mundial de Igrejas, morando no exterior, não daria para estar fazendo isto aqui no Brasil. Quando voltei, passei a colaborar com o PT, mas não entrei para o PT formalmente. As razões eram porque eu estava no IBASE que procurava fazer um trabalho muito aberto. Não podia ser do PT, eu achava, e estar colaborando com o governo do PDT, fazer a campanha do Brizola. Não, não ajudei a fazer a campanha, na verdade em 82 eu

[290] Instituto criado em 1986.

> fiz a campanha do PT, mas tentei ajudar numa frente com o PDT e, afinal das contas, até 86 quando eu saí (...) do IBASE e criei o PACS, eu não me sentia livre junto com o Betinho, trabalhando com o Betinho, de ser militante do PT. Foi em 87 que eu virei militante do PT e até hoje. Eu sempre tive o trabalho de garantir ao PT um perfil de partido de massas não dogmático, não de quadros, aberto que procura ser uma alternativa de organização para todo mundo, que busca um caminho plural e aberto no Brasil. Portanto, um partido bem diferente do que conheci e ajudei a fazer no passado. E eu estou lutando até hoje nesta perspectiva. Trabalho como economista do PT e crítico do que está sendo discutido no programa do governo. (ARRUDA, 2002a).

Se Arruda se declara hoje não confessional, ele tem uma preocupação declarada, no entanto, com a espiritualidade; e suas ligações com o mundo católico vão continuar extremamente estreitas, como o demonstra a trajetória de sua vida. Em 1989, Frei Beto organiza o grupo *Fé e Política* do qual Arruda faz parte até hoje. Segundo este:

> Em 1989, vários de nós, católicos, protestantes, e não confessionais, como eu, nos reunimos e decidimos criar um Movimento aberto, não confessional que acolhesse todo mundo que gostaria de pensar e compartilhar a busca de articular a política com a fé, a política com a espiritualidade. Qual é a dimensão política da minha espiritualidade e como é que eu vejo a política a partir da minha espiritualidade? São as duas coisas articuladas. Como é que eu, como pessoa de fé, não posso fazer outra coisa senão ter um compromisso político? (ARRUDA, 2002a).

### 5.2.5 Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária

No final da década de oitenta, o PACS produz análises sobre vários temas como o da Dívida e do Ajuste, do Comércio Internacional, tudo isto com a questão ambiental envolvida. Na preparação do Fórum Rio 92, é o tema do desenvolvimento sustentável, visto pelo ângulo do socioeconômico que se torna dominante. Segundo Arruda, o PACS teve "uma participação intensíssima no Fórum Social sobre o Desenvolvimento Sustentável".
Por ocasião deste Fórum, a trajetória de Arruda vai se modificar, pois nesta ocasião estabeleceu contatos internacionais e aceitou o convite de trabalhar como coordenador de uma rede internacional de organizações sociais sobre o Banco Mundial situada em Genebra, e ficou de 92 até 95, dois anos e meio nessa função. Continuou ligado ao PACS, mas sem uma atividade cotidiana e nem mesmo intensa, pois vivia na Suíça, onde moram os familiares de sua esposa. Antes de voltar ao Brasil, passou um mês e meio no norte da Espanha. Parece que esta experiência foi decisiva para sua opção pelo trabalho no campo da socioeconomia solidária.

> e aí eu tenho um momento, que foi muito importante para mim, o de ter passado um mês e meio trabalhando na Espanha fazendo palestras pelo país inteiro. Em três grandes regiões do país e, principalmente, aprendendo a experiência espanhola de cooperativismo, debatendo com o pessoal, aprendendo os erros e os acertos, os limites. (ARRUDA, 2002a).

Segundo Arruda, foi só depois de sua volta ao Brasil que a ONG por ele coordenada, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS encampou realmente a proposta de socioeconomia solidária.

> Então foi essencialmente a partir de 95/96 que o PACS se tornou um ator direto do processo de construção desta economia solidária. Não mais apenas como projeto de empreendimentos cooperativos e associativos, mas como um projeto de uma outra economia que é também uma outra política e uma outra cultura. Um projeto integral de uma nova sociedade que tem uma dimensão econômica marcante. (ARRUDA, 2002a).

É preciso dizer, no entanto, que o PACS, já realizava antes disto um trabalho junto à Federação dos Trabalhadores da Mineração com o qual levou a efeito um seminário sobre a autogestão, em 1993, em Criciúma - Santa Catarina. O encontro foi nesta região, porque no final da década de 80 houve um conflito muito grave naquele lugar. Os mineiros da CBCA chegaram a ocupar a mina de carvão, envolvendo seus corpos com dinamite, ameaçando explodir tudo se o governo não aceitasse que a cooperativa dos trabalhadores pudesse administrar a massa falida. Naquela época, Arruda estava na Europa. No PACS, Sérgio Schlesinger, que era o coordenador geral da ONG, Lia Tiriba[291] e o economista Reinaldo Gonçalves trabalhavam a questão da autogestão e todos participaram do Seminário.

A respeito deste evento, Arruda fez a declaração a seguir:

> O mais importante é que esse foi o encontro gerador do que hoje é a ANTEAG. E nós estivemos na origem da ANTEAG porque nós, que estávamos trabalhando com a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Mineração, ajudamos a organizar esse encontro com essa Federação. E os hospedeiros eram os trabalhadores do carvão em Criciúma. (ARRUDA, 2002a).

Por sua vez Singer, ao expressar-se a respeito do surgimento da ANTEAG escreveu, "a reação começou pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que teve na ANTEAG um dos desdobramentos mais significativos". (SINGER, 2000a, p. 40). É claro que é comum uma entidade ou iniciativa ter vários pais, principalmente quando ela é bem sucedida.

A Fundação para o Progresso Humano (FPH) vai apoiar a criação de uma rede "informal" constituída por pessoas, instituições e movimentos que, procuram mudanças para agir sobre o futuro[292], a *Aliança por um Mundo Responsável e Solidário*. A adesão a esta rede passa pela assinatura da Plataforma da Aliança que foi redigida em 1993. No fim de 2002, a Aliança contava com a participação de milhares de pessoas vivendo em mais de 115 países. Os membros se organizam no quadro de canteiros temáticos onde formam grupos de reflexão e de elaboração de propostas. Existem grupos geoculturais,

[291] Os dados me foram fornecidos por Lia Tiriba. Mais informações podem ser encontradas no I Jornal da Autogestão, publicado pelo PACS com a Federação dos Metalúrgicos.
[292] Esta definição é inspirada pelo folheto distribuído, em francês, pela Aliança no III FSM.

socioprofissionais e temáticos agrupados em quatro "pólos": valores e cultura, governança[293] e cidadania, humanidade e biosfera e socioeconomia solidária. Este último pólo (chamado também no Brasil de canteiro), em meados de 97, tem Arruda como animador global a convite da FPH. O PACS faz parte da Aliança e uma parte de sua equipe está mais diretamente ligada à animação deste canteiro que se subdivide, por sua vez, em 15 temáticas[294]. Desde 2001, funcionam sob forma de fóruns eletrônicos, reunindo umas 600 pessoas, e organizaram quinze encontros nos quais foram redigidos cadernos de propostas para o século XXI, divulgados no FSM de Porto Alegre. O pólo participou da organização dos eventos de economia solidária nos Fóruns Social Europeu e Mundial, onde seus participantes ocuparam várias mesas de debates, painéis e seminários. Arruda realiza várias vezes por ano viagens internacionais, algumas delas ligadas à sua responsabilidade com a Aliança.

Em 1997, frente à impossibilidade de tornar-se professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apesar do convite, devido ao fato de não possuir graduação ou mestrado em educação, Arruda decide fazer um doutorado nesta área. Ele teve a possibilidade de obter um doutorado de notável saber, mas preferiu realizar um doutorado convencional. As razões invocadas para isso foram que, além de não querer passar por privilegiado, conseguiu, desta maneira, uma bolsa CAPES durante quase quatro anos.

Em maio de 2001, obteve o título de doutor em educação pela Universidade Federal Fluminense. A tese de mais de quinhentas páginas está dividida em três partes, um pouco como sua formação ao longo de sua vida. A primeira parte é filosófica e tem por tema central o homem[295], a segunda é econômica e a terceira trata da educação todas elas estão interligadas e a tese está sendo publicada pela Editora Vozes, na forma de três livros. O primeiro livro deveria ter tido por título *A formação do ser humano integral: economia solidária e o futuro do trabalho*[296], e o segundo livro vai provavelmente se chamar *A formação do ser humano integral: educação da práxis e o futuro do trabalho.* Os autores citados na tese são muitos, mas alguns podem ser destacados, conforme depoimento do próprio autor. Entre os contemporâneos

---

[293] A governança é um antigo conceito retomado, no final da década de 80 pelo Banco Mundial para designar: o conjunto das condições políticas, envolvendo ao mesmo tempo a legitimidade do funcionamento político, as relações com a administração e as relações entre este pólo dirigente e o resto da sociedade (em particular os empreendedores).

[294] As 15 temáticas para 2003 são: Visão de uma socioeconomia solidária integrada; Valorização plural da riqueza e indicadores sócio-econômicos; Projetos integrados de economia solidária; Ferramentas pedagógicas para uma economia solidária; Regulação e instituições internacionais; Economia Estado e Territórios; Responsabilidade social dos atores econômicos; Produção, tecnologia e investimento; Finanças solidárias; Rumo a uma finança durável; Moeda social; Comércio justo e consumo ético; Comércio internacional; Dívida ecológica e justiça ambiental; Mulheres e economia.

[295] A primeira parte já foi publicada pela Editora Vozes com o título, *Humanizar o infra-humano*. A formação do ser humano integral: Homo Evolutivo, Práxis e Economia Solidária.

[296] Como mencionado na nota anterior o título mudou.

> que são companheiros, [temos] Orlando Núñez, da Nicarágua, o Paul Singer, o José Luis Coraggio, o Luís Inácio Gaiger, o Jean Louis Laville, a Lia Tiriba (...), o Euclides Mance. Todos nós que temos escritos, temos nos ajudado mutuamente, neste sentido. Há os autores do cooperativismo, mais antigos, que são vários e que têm feitos históricos, têm produzido livros muito ricos, publicações na Espanha, na França, na Itália. E, depois, há os autores que eu chamaria de subsidiários dessa abordagem, que eu uso na minha tese; por exemplo, Teilhard de Chardin, Rudolf Steiner, Sri Aurobindo, Karl Marx, o Gramsci, são esses autores, o Humberto Maturana, o Francisco Varela, são os autores que tenho usado mais para essa parte filosófica e científica. (ARRUDA, 2002a).

Entre os contemporâneos, destacam-se os latino-americanos geralmente encontrados na literatura brasileira de economia solidária; desta vez não há citação de Luís Razeto, apesar da bibliografia final da sua tese conter uma obra dele. Entre os brasileiros, além de Singer e Gaiger[297], aparecem o Mance, fiel companheiro na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e a Lia Tiriba, do Rio de Janeiro, que se formou no IESAE da FGV e trabalhou por algum tempo no PACS. Em outro momento da entrevista, Arruda coloca que no Brasil quem realmente faz pesquisa em economia solidária são Gaiger e Tiriba.

O PACS cita, no seu Balanço geral de 2000 (p. 21), como sendo seus parceiros bilaterais a CUT, a CNBB, o CLAI, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), a ABONG, alguns sindicatos e federações e, como parceiros multilaterais no contexto das redes o Rebrip, a Aliança Social Intercontinental. Nesta mesma revista, em vários outros lugares, são citadas inúmeras outras parcerias. Entre as entidades mais conhecidas listamos: Capina, CEDAC, FASE, Secretarias do Município do Rio de Janeiro, diversas Secretarias de Educação e de Governo de outros municípios, CASA-RS, UFRJ, UNISINOS, UFSC, UNITRABALHO, Cáritas RS, Fundação para o Progresso Humano, Christian Aid, Ação Quaresmal Suíça, Trocaire[298], Fundação Samuel Rubin, CCFD (França), Fundação Ford. Em 2004, encontramos também como entidades de apoio: SCIAF (Escócia), E-Changer (Suíça), DKA (Áustria) e o Instituto Marista de Solidariedade (Brasil).

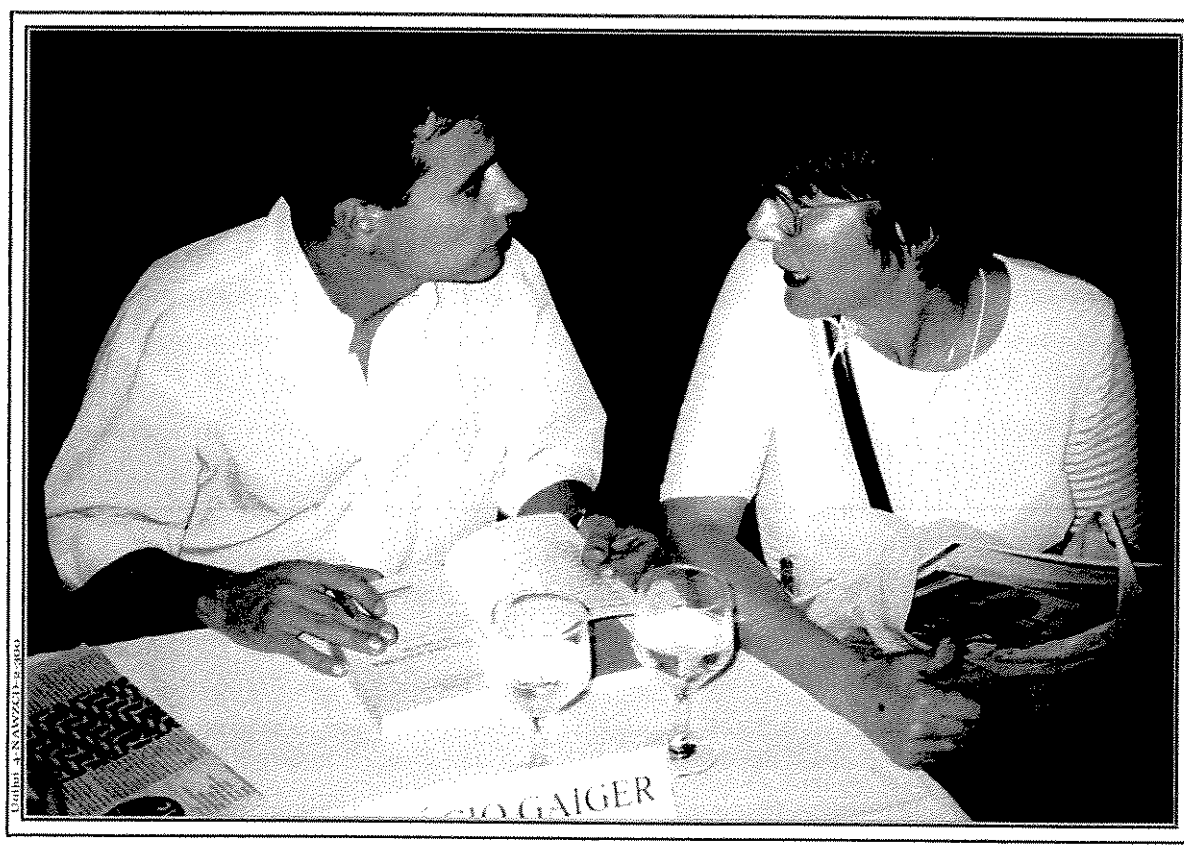
[297] Apesar de ter sido citado, nenhum livro do Gaiger figura nas referências bibliográficas da tese.

[298] Organização católica irlandesa de apoio a projetos de desenvolvimentos, membro da Cáritas Internacional e de CIDSE.

## 5.3. Gaiger : das pastorais à economia popular solidária

Como comentado no início deste capítulo, a trajetória de Gaiger, a partir dos dados colhidos na entrevista, é quase totalmente acadêmica. Sobre sua vida antes de sua entrada na universidade, sobre a sua família, ele não falou nada. Luiz Inácio Germany Gaiger nasceu no final da década de cinqüenta, sua juventude se desenrolou sob a ditadura militar, mas numa família católica progressista. Seu pai, Dr. Celso L. F. Gaiger foi o primeiro presidente leigo do Centro de Evangelização e Catequese[299] (CECA) na década de oitenta. Um de seus irmãos é um brilhante advogado da causa indígena em Brasília.

**Foto 4 . LUIZ INÁCIO GAIGER**



Sessão de autógrafos do livro: *A economia solidária no Brasil* durante o Seminário Internacional, Trabalho e economia solidária. Porto Alegre – UFRGS, 22/11/2000, também na foto a autora da tese.

[299] Hoje, o nome é Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, o CECA é uma entidade civil de cunho religioso. No início da década de 90, seus programas formativos estavam organizados em dois campos: o teológico – pastoral e o dos movimentos sociais e populares. O CECA realiza principalmente cursos e assessorias e coordena o programa do Fundo de Miniprojetos.

Luiz Inácio entrou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde cursou um ano de engenharia, no final da década de 70; depois disto, fez um segundo vestibular para área de humanas, segundo ele, "sem saber bem se seria minha área profissional, acabou sendo depois" e cursou história formando-se em 1981. Naquela época, ele participou do movimento estudantil e do movimento de jovens. Uma organização em particular vai marcar a trajetória dele, trata-se do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA, onde ele realiza cursos de formação. Como ele mesmo comentou, neste curso formaram-se outras pessoas que hoje têm uma certa visibilidade social, política, e que eram seus colegas naquela época. Entre essas pessoas segundo a sua fala havia Paulo Ferreira, que foi secretário geral do Partido dos Trabalhadores no Estado do RS em 2001 e candidato à presidência do Estado, Silvino Heck, que foi deputado estadual e em 2001 era da diretiva do PT, bem como Leo Voigt, presidente da Fundação Mário Sirotsky sobrinho e Ricardo Balestreri, que foi quadro e presidente da Anistia brasileira e da Anistia internacional seção brasileira. É também no CECA que ele conheceu Marcos Arruda, como um instrutor e, mais tarde, foram colegas.

No ano de 1980, o Rio Grande do Sul foi agitado pelas ocupações de terra e pela formação de um gigantesco acampamento em beira de estrada na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta[300]. Este movimento de início teve por organizador o pároco de Ronda Alta, o Padre Arnildo e, depois, a Comissão Pastoral da Terra. Gaiger vai fazer parte de um Comitê de Apoio aos Acampados[301]. Este movimento mobilizou organizações não somente de todo o Brasil, mas também a nível internacional e, em particular, da França. Foi certamente um momento rico em contatos e formação de laços com intelectuais atuando com Movimentos Sociais e em especial organizações ligadas a grupos progressistas de igrejas. A situação levou também à reflexão sobre o papel dos agentes de pastoral frente aos movimentos sociais e, principalmente, frente ao Movimento Sem Terra em formação. O tema de sua pesquisa de mestrado dizia respeito à ação desenvolvida pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra junto ao MST do RS. É com esta problemática de sociologia religiosa que Luiz Inácio vai começar sua carreira de pesquisador, mas situando-a no seio da temática dominante nas ciências sociais nos anos oitenta, a dos novos Movimentos Sociais.

De 1983 a 84, Gaiger realiza um curso de especialização na Universidade Católica de Lovaina – UCL, na Bélgica a pedido do CECA e, de 1984 a 86, inicia um mestrado em sociologia da religião, sob a orientação do Dr. François Houtart.

O objetivo desta pós-graduação era qualificar-se para atuar no CECA, onde trabalhou de 1986 a 1988 como assessor na área de análise social. Naquela época, começou também a dar aulas na UNISINOS. No segundo semestre de 88, retorna à Bélgica para realizar o doutorado com o mesmo orientador. De volta ao Brasil em 1991, Luiz Inácio

---

[300] Ler a este respeito, LECHAT, Noëlle. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), p. 39-43.

[301] Este comitê lançou, em maio de 1981, o primeiro boletim "Sem Terra". Uma antiga aluna do curso de religião ministrado por Gaiger, no Colégio Sevigné de Porto Alegre, mantido por religiosas beneditinas, relatou que ele convidou as alunas a solidarizar-se com os Sem-Terra. Ele atuou também, na Pastoral da Juventude do Estado.

entra como professor em tempo integral na UNISINOS. Neste mesmo ano filia-se ao Partido dos Trabalhadores, mas não vai ser um militante "de carteirinha". Como ele mesmo revelou, sua participação é, na verdade, sazonal. Somente em épocas de campanha, se envolve um pouco mais. Fez uma escolha pela carreira acadêmica e de pesquisador, como ele mesmo explica:

> Mas eu, por falta de tempo, (...) não tenho condições de ser um bom pesquisador e um bom militante e, ainda aqui, ser um bom gestor na Universidade. Então, eu tive que optar. Acho que optar não significa uma coisa excludente, totalmente excludente nem definitiva, mas eu acho que uma contribuição que eu posso dar é aquela que advém de uma análise mais sistemática, mais metódica, que chamamos de pesquisa, porque acho que há um menor número de pessoas que faria isto, pois se exigem certas condições pessoais que são restritas, enquanto que o trabalho de mobilização social, de liderança política e ideológica requer um outro perfil. (GAIGER, 2001c).

Em termos institucionais, Luiz Inácio continua até hoje na UNISINOS, onde é professor com dedicação exclusiva desde 1994; nesse mesmo ano será relator da Comissão da Reforma Curricular. A partir de 1995, ele faz parte da coordenação e direção do Centro de Documentação e Pesquisa - CEDOPE. Foi também Coordenador do Fórum Universidade e Alternativas Sociais. Mas sua carreira acadêmica alcança um novo patamar a partir do ano de 1996, quando se torna professor titular com dedicação exclusiva na UNISINOS. Em 1997, obteve uma bolsa e foi realizar pós-doutorado na Bélgica. Desde 2000, é Diretor de Pesquisa, junto à Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UNISINOS. Como pesquisador balcão CNPq, ele dispõe de uma equipe de pesquisa significativa e não só com professores e alunos, mas também com membros das entidades associadas à pesquisa.

Um fato muito importante para a trajetória de Gaiger na economia solidária vai ser sua participação no seminário nacional de economia solidária da UNITRABALHO[302] como representante da região sul. Até então, somente faziam parte do GT da UNITRABALHO representantes de universidades e do mundo do trabalho dos estados de SP, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Participavam também alguns pesquisadores convidados a título individual. Nesta condição participava Dalila Pedrini, doutoranda em Serviço Social da USP de SP. Mais tarde, integraram-se ao grupo Valmor Schiochet[303] da FURB (como Dalila) e Armando Lisboa da UFSC. Esses três pesquisadores sugeriram, então, que o GT fosse ampliado com a participação de membros de outros estados e apresentaram o nome do pesquisador Luiz Inácio Gaiger da UNISINOS/RS. Por sua vez, como ele mesmo colocou na sua entrevista, Gaiger não conhecia pessoalmente nenhum dos integrantes a não ser Dalila Pedrini[304], da FURB.

---

[302] Para mais detalhes ver o capítulo 6 sobre as produções intelectuais.

[303] Valmor Schiochet integra desde a sua fundação a equipe da SENAES no MTE.

[304] Não cheguei a investigar como se conheciam, mas sem dúvida o fato de os dois estarem ligados a movimentos da Igreja católica pode ser a explicação.

O primeiro seminário nacional foi extremamente polêmico. Ocorreu nele talvez um dos primeiros confrontos a nível nacional para saber que tipo de experiências podem ou não fazer parte da economia solidária. O grupo de São Paulo associava a economia solidária às experiências de empresas autogestionárias ligadas à CUT ou às cooperativas do MST; não aceitava o que ele qualificava – e aqui vai minha interpretação a partir de entrevistas realizadas em *off* – de economia de pobres, organizada pela Igreja numa visão reformista. Tratava-se, no fundo, de uma crítica à corrente que até hoje usa o termo de economia popular solidária e que é dominante no RS[305]. Essa corrente liderada pela Cáritas brasileira foi também incorporada pelas políticas públicas do governo de Estado do RS (gestão 1999-2002, da Frente Popular liderada pelo PT).

A respeito de sua entrada no GT de economia solidária, Gaiger comentou que, a partir daquele momento, ele pôde acompanhar a discussão da UNITRABALHO. Segundo ele, não estava muito claro se o objetivo seria fazer um projeto de pesquisa ou um grupo de discussão teórica, um grupo de troca de idéias, quando evoluiu para a idéia de fazer um projeto; este passou por duas, três versões e Gaiger se dispôs a colaborar para redigir e ajudar numa série de questões de natureza conceitual e metodológica. Num certo momento, ele assumiu o cargo de relator das discussões do grupo e acabou sendo o redator do projeto que passou por uma nova reformulação. Finalmente, foi convidado a assumir a coordenação do projeto, segundo ele, por falta de disposição dos outros membros. "Foi até uma coisa assim: Fulano? Não, não posso; sicrano? Não, também não quero, e aí que acabou que..., acho que eu não seria o candidato natural a assumir naquele momento esta tarefa, mas acabou sendo assim". (GAIGER, 2001c). O projeto se torna um programa da UNITRABALHO e, num primeiro tempo, tem ainda o nome do Professor Paul Singer como coordenador, junto com Luiz Inácio Gaiger. Em 2002, por ocasião de um projeto financiado pela ONG holandesa NOVIB, a equipe de coordenação nacional deste programa se reforça com Farid Eid (UFSCar), Jorge Lorenzetti (UFSC) coordenador de Relações Internacionais da UNITRABALHO, Francisco J. C. Mazzeu (UNESP) Diretor Executivo da UNITRABALHO, além de Luiz Inácio Gaiger que continua como coordenador nacional da pesquisa *Significado e tendências da economia solidária no Brasil*. Ele representou também a UNITRABALHO no GT brasileiro de Economia Solidária. Pela importância das pessoas da equipe, podemos imaginar que este programa se tornou preponderante no seio da UNITRABALHO.

Em novembro de 1997, Gaiger participou do *I Congreso Internacional sobre Economía Social y Solidaria y Descentralización Comunal na Universidade Nacional* – Mar del Plata, na Argentina, com a palestra "*A economia solidária: uma reflexão desde o*

[305] Um exemplo muito concreto da rivalidade entre as duas apelações pode ser percebido no documento divulgado no II Fórum Social Mundial com os textos escritos pelas entidades organizadoras do Seminário Internacional sobre Economia Solidária ocorrido durante o Fórum nos dias 01 e 02 de fevereiro. A economia solidária constituía um dos cinco temas do primeiro eixo das conferências do Fórum, mas o documento tem na capa e no rodapé de todas as páginas a inscrição Economia Popular Solidária.

*Brasil*". Assim, a partir de 97, os resultados da pesquisa coordenada por Gaiger e sua análise, vão ser conhecidos a nível nacional e internacional.

A partir de 2001, Gaiger fará parte de todos os GTs de Economia Solidária que organizaram os Seminários de Economia Solidária nos diversos Fóruns Sociais Mundiais (2001, 2002, 2003) e das Plenárias Nacionais do Fórum de Economia Solidária como representante da UNITRABALHO. (2003, 2004).

Em 2003, Gaiger integra o corpo professoral da *Maestría en Economía Social* (MAES) do Instituto Del Conurbano de la Universidad de General Sarmiento cujo diretor acadêmico é José Luis Coraggio. Ele também faz parte da *Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria*[306] – RILESS, criada por Coraggio e cujo Comitê organizador ele integra com este e com Jean-Louis Laville. A rede prevê sua extensão ao FLASCO, à UNITRABALHO e ao EMES. A rede tem por função construir um espaço de produção científica cooperativa e de reflexão coletiva sobre os desafios que colocam as práticas da nova economia. Ela se propõe a manter um contato permanente e colocar-se ao serviço das redes de ativistas em vista de uma outra economia na América Latina. Em 2004, Gaiger integra a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária e participa do Painel *O desafio da pesquisa e da atividade profissional em economia solidária*, organizado por esta associação em 28 de agosto de 2004 na UNICAMP.

A trajetória de Gaiger em termos de reconhecimento faz-se, por enquanto, a partir da participação em colóquios, em publicações, em formação de redes de pesquisadores tanto a nível nacional quanto internacional. Ele se aproxima principalmente, como acabamos de ver, de Luis Coraggio e de Jean-Louis Laville.

### 5.4. O cruzamento das trajetórias, os eventos e a formação do campo

As trajetórias iniciam em épocas e locais distintos e em meios sociais muito diferentes. A trajetória de Paul Singer começa no seio de uma família de imigrantes austro-judaicos radicada em São Paulo, a de Marcos Arruda, numa família conservadora e tradicional do Rio de Janeiro e a de Luiz Inácio numa família progressista e católica do Sul do Brasil. Suas entradas na vida adulta também foram diversas, mas caracterizadas por escolhas marcantes. Paul Singer viveu num kibutz e escolheu uma profissão técnica, apesar de seu desejo de cursar uma faculdade; Marcos Arruda trabalhou e militou na fábrica quando já era geólogo formado; Luiz Inácio Gaiger apoiou o MST e realizou um mestrado na Bélgica para voltar a trabalhar para uma ONG. Claro que, neste último caso, a escolha

[306] Esta red es un proyecto conjunto de la Maestría en Economía Social (MAES) y URBARED, del Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), del Grupo de Investigación sobre Economía Solidaria de la Cátedra UNESCO/UNISINOS, y del Programa de Posgrado en Economía Social (PES)/FLACSO-Ecuador. Se alojará en el servidor de URBARED, un emprendimiento conjunto del Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento y el Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacioal Autónoma de México (UNAM).

não foi tão extrema. Há um compromisso destes três intelectuais que aponta também para uma crítica à ordem vigente, ao sistema em vigor. Há uma rejeição de uma solução individual em proveito de uma busca de solução coletiva. Os ideais de juventude reaparecem ou, dependendo do caso, se prolongam com a economia solidária, com a diferença que, desta vez, eles podem continuar sendo o que eles gostam de ser, professor, consultor, pesquisador e podem ficar nas instituições das quais já faziam parte.

As redes de relações sociais ao redor da economia solidária vão ter suportes sólidos vários, como as universidades, os sindicatos, principalmente a CUT, a Cáritas e os meios progressistas da Igreja católica, no seio dos quais há ativistas de várias correntes petistas. A seguir, vou tentar desenhar a formação destes laços.

Em 1995, quando Luiz Inácio Gaiger apresentou suas análises, primeiro no sétimo Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e, depois, no momento da publicação do livro síntese *Formas de combate e de resistência à pobreza,* nem Singer, nem Arruda participaram destes dois eventos. No entanto, já se iniciava entre as linhas um debate com Singer. Na apresentação do livro, Gaiger escreveu: "O cenário dos anos 90, por certo, não condiz com a imagem de uma *sociedade em movimento* rumo a um patamar superior de civilidade...". (1996, p. 7). Estes termos em itálico lembram o título do livro de Singer e Brandt, publicado em 1980, *São Paulo, o povo em movimento*; texto, aliás, já citado por Gaiger em 1994 na sua avaliação dos miniprojetos do PACs.

Entre os integrantes do livro, Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn são sociólogas que trabalhavam há tempo com os movimentos sociais e continuaram nesta linha. Os outros autores são ligados à Cáritas ou, como no caso de Léo Voigt, são antigos colegas do Gaiger. Entre eles encontramos, como pessoa de destaque na economia solidária hoje, Ademar Bertucci, coordenador da Cáritas nacional e integrante a este título do GT brasileiro de Economia Solidária, pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária[307] (isto em inícios de 2003).

Como já foi contado acima, Singer começou a estudar a economia solidária a convite da UNITRABALHO e, em especial, de um grupo de professores da UNESP. Em setembro de 1997, o grupo de estudos da UNITRABALHO sobre economia solidária vai convocar na PUC/SP um certo número de pesquisadores de todo o país. Os convites, pelo menos na região sul foram feitos por sugestão dos participantes. Assim Dalila Pedrini da FURB (Blumenau, SC) participava na qualidade de doutoranda da PUC – SP e tinha sido convidada por Cláudio Nascimento que participava enquanto membro da CUT-SP. Mais tarde, eles convidaram Valmor Schiochet e Armando Lisboa da UFSC e, finalmente, sugeriram a incorporação ao grupo de um maior número de integrantes entre os quais Luiz Inácio Gaiger. É a partir da UNITRABALHO que Singer e Gaiger vão se conhecer e fazer parcerias na coordenação do grupo e que Singer vai ouvir falar de Marcos Arruda.

[307] Ver foto n. 6.

> Nós aqui do Sul, sugerimos que o GT fosse integrado também por membros de outros estados porque, até então, somente faziam parte os estados de SP, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Naquela ocasião, eu ainda morava em SP, não representava SC no GT. Assim, a partir daquele seminário, a região Sul passou a ser representada pelo Prof. Luiz Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, sendo que seu nome foi indicado pela nossa equipe de SC que participou do referido seminário. (PEDRINI, 2001).

Pelos relatos que me fez um dos integrantes do grupo[308], esta reunião foi muito polêmica e levou à ruptura do grupo. De um lado, "os paulistas" com uma visão da economia solidária mais empresarial onde a autogestão é uma forma alternativa num mundo competitivo. É a linha mais espanhola. Por outro, a linha cristã de combate à miséria, tachada pelos primeiros de assistencialista. Percebe-se, por trás da postura que vê nas empresas autogeridas a ponta de lança e o modelo para a economia solidária, uma análise marxista segundo a qual a classe operária assume o papel de vanguarda e que suas lutas são fundamentais, enquanto que a dos trabalhadores que não foram forjados nas lutas sindicais só podem levar a combates secundários. Pelo relato deste informante, Gaiger, que participava pela primeira vez, mostrou-se resoluto e incisivo. Mais tarde, no entanto, o professor Singer procurou os diversos integrantes e propôs manter o grupo apesar das divergências.

Podemos perceber então que não foi fácil reunir as diversas concepções de economia solidária. Havia e continuam existindo divergências a respeito do tipo de economia solidária que deve ser construído, em função do objetivo procurado. Poderíamos situar estas propostas num continuum que iria da criação de renda e trabalho, simplesmente para uma parte significativa da população marginalizada até a proposta de um novo modo de produção que se apresente como uma alternativa ao capitalismo. Quanto à sua efetivação, as opções são múltiplas; para uns, tratar-se-ia de uma economia fechada e paralela à economia capitalista, enquanto para outros seria uma economia que poderia pretender entrar em concorrência contra esta e até substituir seu modo de produção, ou ainda, seria uma economia mista inserida e em relação com o mercado capitalista, mas com características distintas.

Quais destas fórmulas são teoricamente sustentáveis, quais estão ocorrendo na realidade e quais são desejadas, são algumas das questões debatidas entre os intelectuais. No sexto capítulo veremos os argumentos teóricos que Gaiger avança sobre estas questões ao longo de suas publicações. Assim, ele vai criticar a postura que defende que a economia solidária seja um projeto que pode substituir o sistema capitalista o que não impede que, em

[308] A entrevista me foi concedida em "off". Por esta razão não revelarei o nome do informante. Nos relatos que recolhi dos outros participantes, essa briga foi omitida. Insisti, no entanto, sobre o fato e recebi de Gaiger a resposta seguinte: "diria que essas pessoas que brigam dentro deste campo, brigariam se fosse em outro campo. Não é porque é economia solidária que brigam, é porque têm uma propensão ou dificuldade de estabelecerem acordos e convergirem nas suas instituições". Singer, por sua vez, respondeu: "Hoje, infelizmente, não existe só polêmica, existem divergências políticas a respeito disto".

julho de 2003, ele a considera; "como ensaio de um novo projeto de sociedade, calcado na democratização da economia e na cidadania". (Gaiger, 2003c).

Há outras divergências em relação às qualidades exigidas para considerar que um empreendimento faça parte ou não do campo da economia solidária, como no caso das cooperativas tradicionais ou de trabalho, estas criadas mais recentemente. Arruda, apesar de mostrar-se muito crítico a respeito de certas posturas políticas é bastante flexível nos seus contatos com estes ramos do cooperativismo para os quais realiza palestras e assessorias.

Voltando ao primeiro programa nacional de pesquisa elaborado pela UNITRABALHO, após o encontro conflituoso entre os pesquisadores, pode-se dizer que seu título *Programa de Pesquisa sobre economia solidária e autogestão* mostra a hegemonia do grupo que naquele momento se concentrava a redor do princípio da autogestão. Além de problemas de relacionamento pessoal, outra divisão no seio do campo da economia solidária, e mais especificamente no seio das universidades, foi provocada pela reunião num único programa[309] da Rede de Incubadoras[310] e do grupo de pesquisa de economia solidária, já que ela interferiu na autonomia da Rede, criada antes do GT e, principalmente, pela ingerência nos projetos de financiamento internacional[311]. Os antagonismos foram tantos que, desde 2003, a UNITRABALHO não reconhece mais a Rede de ITCP como parceira e criou uma nova sigla para as Incubadoras de Empreendimentos Solidários ligadas aos núcleos da UNITRABALHO, a ponto de colocar em situação muito delicada as ITCPs, já constituídas há mais tempo com esse nome e que desejam ficar ligadas à UNITRABALHO.

A realização efetiva de uma pesquisa nacional para mapear a economia solidária pode ter sido um fator de estreitamento dos contatos e de ampliação das equipes de pesquisa nas diversas universidades ligadas à UNITRABALHO, mas a publicação dos resultados, em 2004, não esconde que, apesar de um planejamento unificador, cada grupo de pesquisa trabalhou de maneira autônoma a partir dos seus referências teóricos e metodológicos. Os dados apresentados formam uma verdadeira colcha de retalhos. Iniciada em 1999, esta pesquisa contou com a participação de universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina[312], São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, e o Distrito Federal; parece que havia previsão de incluir os estados do Pará e do Amazonas, mas ela não se efetivou.

Uma terceira iniciativa de aproximação dos pesquisadores da UNITRABALHO teve lugar em 2002. Antonio Cattani e Luiz Inácio Gaiger, membros da regional sul, tomaram a iniciativa de reunir intelectuais para pensar, elaborar e realizar um livro de referência sobre

[309] O programa passou a chamar-se: Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Economia Solidária e Autogestionária

[310] A primeira Incubadora de cooperativas populares foi criada na COPPE da UFRJ com assessoria da UFSM (RS).

[311] A Rede de Incubadoras, por não possuir estatuto jurídico, teve que pedir à UNITRABALHO, de realizar o pedido de financiamento; houve um remanejo do projeto, a pedido dos financiadores, mas sem consulta à Rede.

[312] Na região Sul, participam da pesquisa a UNISINOS e a FURB, duas universidades particulares.

*A outra economia*. Para preparação desta obra foram organizados dois encontros de dois dias, um dos quais de palestras e grupos de trabalho[313], o outro reservado às discussões dos autores. Todos os participantes puderam dar suas sugestões sobre os verbetes que deveriam constar e, em seguida, esta lista foi estabelecida em conjunto e os verbetes distribuídos entre os participantes ou foram dadas sugestões de convite para que outros intelectuais os redigissem[314]. Caso existissem vários especialistas no assunto, a elaboração foi conjunta. Tudo isto levou a novos contatos e conhecimento mútuo entre pelo menos dezenove dos trinta autores[315]. Além de professores universitários, participaram membros do governo do RS, e de ONGs. Uma vez elaborados, os verbetes circularam de maneira espontânea entre alguns participantes para sugestões e críticas.

Atualmente, a economia solidária é um dos quatro programas prioritários da UNITRABALHO. Os pesquisadores se reúnem, regional e nacionalmente, em seminários anuais[316] para debater suas pesquisas e atividades de extensão. E é a título de entidade nacional de apoio à economia solidária que ela participou do GT Brasileiro de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Esta rede, presente em quase todos os estados brasileiros[317], tem contribuído, sem dúvida, para o sucesso da economia solidária como tema de estudos e pesquisas no seio das universidades de norte a sul do país.

Voltando, no entanto, a agosto de 1993, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Mineração articularam, por iniciativa de Lia Tiriba, o primeiro seminário sobre autogestão em Criciumal intitulado "*Autogestão, realização de um sonho*[318]". Deste encontro participou também a recém-nascida ANTEAG. Esta entidade teve o apoio de diversas organizações. Segundo o diretor técnico do DIEESE, Sérgio Mendonça,

> o DIEESE foi fonte de modelo institucional para a Anteag, (...). O formato estrutural do DIEESE teve forte influência tanto na direção técnica, quanto na linha política. Além de assistir tecnicamente a gestão das empresas assumidas pelos trabalhadores, o órgão inspirou a abertura de escritórios regionais da

[313] O primeiro aconteceu em Porto Alegre em abril de 2002, o segundo na UNISINOS em novembro do mesmo ano.

[314] Na foto nº 1, na parede atrás dos autores do livro reunidos na UNISINOS, podem ser vistos os cartazes com os verbetes escolhidos.

[315] Entre os 30 autores do dicionário encontram-se Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger, a autora desta tese (esses dois últimos trabalhando no RS), bem como dois pesquisadores da UFRGS, seis professores da UNISINOS, outra professora da UNIJUÍ (RS) e dois integrantes da SEDAI (RS), ou seja, quase a metade deles é gaúcha (13). Os demais são das universidades federais de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro (UFF, UFRJ), Minas Gerais, Pernambuco (UFRPE), da FURB (SC), dois autores peruanos, um argentino, uma chilena vivendo na França e uma brasileira vivendo na Argentina. Os estrangeiros, bem como Singer não estiveram presentes. Os que se fizeram presentes a esta reunião podem ser vistos na foto nº 1.

[316] Por exemplo, Região Sul RS, SC, PR.

[317] Em 2004, noventa universidades brasileiras estavam filiadas à UNITRABALHO e ela possuía Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários em 22 estados da Federação.

[318] Para Paulo Leboutte, no seu livro Economia Popular Solidária e Políticas Públicas, o evento teria acontecido em 1992 com a participação da ANTEAG. A data, no entanto não é correta pois a ANTEAG só existe como tal a partir de 1994.

> Anteag, buscando atuar junto à educação, no sentido de estimular uma nova cultura no trabalhador – a de comandar empresas. (MENDONÇA, 2000, p. 49).

De início, a ANTEAG teve a ajuda da Ação pela Cidadania e, principalmente, do Betinho que realizou o primeiro contato com a Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho. Destes contatos, resultou o projeto de formação dos dirigentes das empresas, o Master Business of Administration em autogestão, que foi ministrado em São Paulo. Também foi assinado o convênio com a UNITRABALHO para realização de um curso de autogestão em 10 módulos em 1997. No seio do governo várias pessoas trouxeram seu apoio, como Ana Peliano da então Comunidade Solidária que, depois, tornou-se conselheira da ANTEAG. O apoio financeiro da FINEP foi fundamental para a sobrevivência da organização. Esta instituição liberou o financiamento do custeio do corpo técnico, permitindo que a ANTEAG construísse seu modelo de assessoria às empresas autogestionárias. Como já foi mencionado, Paul Singer tornou-se conselheiro da ANTEAG substituindo o Betinho "no processo de reflexão, nos debates e nos conflitos que necessariamente envolvem nosso cotidiano". (ANTEAG, 2000, p. 138-139).

A ANTEAG vem ampliando suas atividades nas diversas regiões do país, organizando trabalhadores através da constituição de empreendimentos coletivos que possam tanto garantir os que estão na iminência do desemprego quanto criar perspectivas concretas de inclusão no mercado dos que foram excluídos e marginalizados. Em 2000, já assessorava 140 projetos e 30 mil postos de trabalho tinham sido recriados. O primeiro governo estadual a contratar seus serviços foi o do Rio Grande do Sul, com um convênio assinado em 15 de dezembro de 1999, que terminaria no final de 2001. Segundo seu técnico responsável no RS[319], o convênio foi encerrado[320] para a "realização de convênios também com instituições do próprio Estado". (LEBOUTTE, 2003, p. 48). De fato, vão se envolver no programa universidades, sindicatos e ONGs, embora a coordenação seja confiada à ITCP da COPPE/UFRJ, que já vinha assessorando a SEDAI neste campo desde o início do governo. Em 2002, a ANTEAG tinha escritórios no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Amapá.

Um outro suporte para a proliferação de iniciativas de economia solidária foi a CUT. No dia 1º de agosto 1997, no Seminário da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) ligados à CUT, chegaram dez propostas apresentadas pelos trabalhadores e comentadas por Paul Singer, Aloísio Mercadante, Marilena Nakato e Marcos Arruda. Mais tarde, a CNM definirá o tipo de trabalho associativo: as USPs (Unidades Solidárias de Produção). Se Singer tinha ouvido falar de Marcos Arruda e, por ocasião de uma passagem no Rio, foi visitar o PACS para conhecê-lo, desta vez eles vão trabalhar juntos.

---

[319] Paul Leboutte, que estava até 1999 na direção dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas e Afins de Triunfo –SINDIPOLO- e na direção da CUT Regional Metropolitana de Porto Alegre, integrou, desde o início do convênio, a equipe de coordenação da ANTEAG. Após o fim do contrato, integrou por sua vez a ITCP da COPPE/UFRJ.

[320] A prática da ANTEAG concerne às empresas urbanas; no caso de assessoria a cooperativas ou associações rurais, observou-se que sua metodologia não estava satisfatoriamente adaptada.

A CUT passou a criar sua própria entidade de apoio à economia solidária, a ADS/CUT, da qual Singer também foi assessor.

O primeiro evento importante para a formação do campo da economia solidária foi o Seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, organizado na Universidade Católica de Salvador, na Bahia e teve lugar antes mesmo do primeiro Fórum Social Mundial. É a primeira vez que o tema da economia solidária constituiu o assunto central de um seminário acadêmico no país. Intelectuais conceituados como Francisco de Oliveira e Paul Singer figuraram entre os palestrantes, mas também e pela primeira vez estiveram com eles Gaiger e Arruda, com suas especificidades e divergências. Deste encontro participaram também outros autores entre os quais José Luis Coraggio, José Luís Fiori, Luiz Alberto Gómez de Souza e Gabriel Kraychete[321]. Este último era um dos organizadores do evento e do livro que, com o mesmo título, reuniu os textos das intervenções[322]. O encontro consistiu numa das atividades do programa de pesquisa e extensão denominado "economia dos setores populares". O Seminário reuniu cerca de 120 pessoas procedentes de 10 estados. O público variado era composto não somente de professores e alunos, mas também de representantes de grupos populares e ONGs, entre as quais a Cooperação e Apoio a Projeto de Inspiração Alternativa – CAPINA do Rio de Janeiro, o CERIS Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, órgãos governamentais e agências de cooperação. As questões debatidas depois de cada palestra foram elas também publicadas. Pelo número de estados representados, pela diversidade dos agentes e pela natureza dos debates, podemos avaliar que se tratou de um evento importante para a formação de laços entre participantes e suas entidades. Reunir pesquisadores e ativistas na academia é uma iniciativa notável e indica o quanto este campo tem suas lógicas e especificidades próprias. O fato de o Seminário não ter acontecido nem em São Paulo, nem no Rio, nem mesmo em Porto Alegre exige reflexão; ocorreu, contudo em meio católico, o que reforça minha análise da importância da Igreja católica progressista como um dos fios da trama que sustenta o campo da economia solidária. O Seminário trata dos setores populares, alvos das atenções da Igreja como já comentamos no capítulo sobre os nomes. A presença de Coraggio, um pesquisador argentino, é também um indicativo dos laços entre latino-americanos na questão da economia solidária.

Esse título dualista "entre a realidade e a utopia" vai reaparecer em outros eventos como em 2002 em Porto Alegre: *Economia solidária, solução ou ilusão?* E, alguns meses depois, mas com outro tipo de dualidade, *Economia solidária, teoria e prática.* Esses dois eventos, já mencionados anteriormente, foram organizados pela UNITRABALHO.

---

[321] A ausência de Lia Tiriba, especialista nesta questão é, sem dúvida, explicada pela sua estada na Espanha naquela época para a realização de um doutorado.

[322] Em 07/08/2002 na cidade de Salvador da Bahia, Marcos Arruda, Paul Singer, José Luis Coraggio, Gabriel Kraychete e Jean Louis Laville participaram também do Seminário Internacional sobre *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*, realizado na Fundação Luis Eduardo Magalhães. Palestras e entrevistas foram publicadas na revista Bahia Análises & Dados, v. 12, n. 1, 2002.

Um segundo evento que tratou de reunir o campo foi a obra *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, organizada por Paul Singer e André de Souza[323], na qual mais uma vez os três autores estiveram reunidos; além disso, ela contém análises de experiências práticas. Desta vez, é apresentado publicamente com toda a sua diversidade o conjunto do campo da economia solidária. Além do prólogo e da exposição da tese de Singer sobre a economia solidária como modo de produção e distribuição, o livro está dividido em sete partes. Nas duas primeiras há relatos ou análise de experiências de cooperativas industriais e de empreendimentos autogestionários como as do MST ou de sindicatos. A terceira apresenta agências de fomento da economia solidária como as incubadoras universitárias e o projeto da CUT; a quarta, sistemas de crédito solidário, a quinta, projetos comunitários, a sexta, experiências alternativas de comércio, habitação e crédito e a sétima, organizações econômicas fundamentadas em princípios éticos, mas que não fazem necessariamente parte da economia solidária, como a Economia de Comunhão.

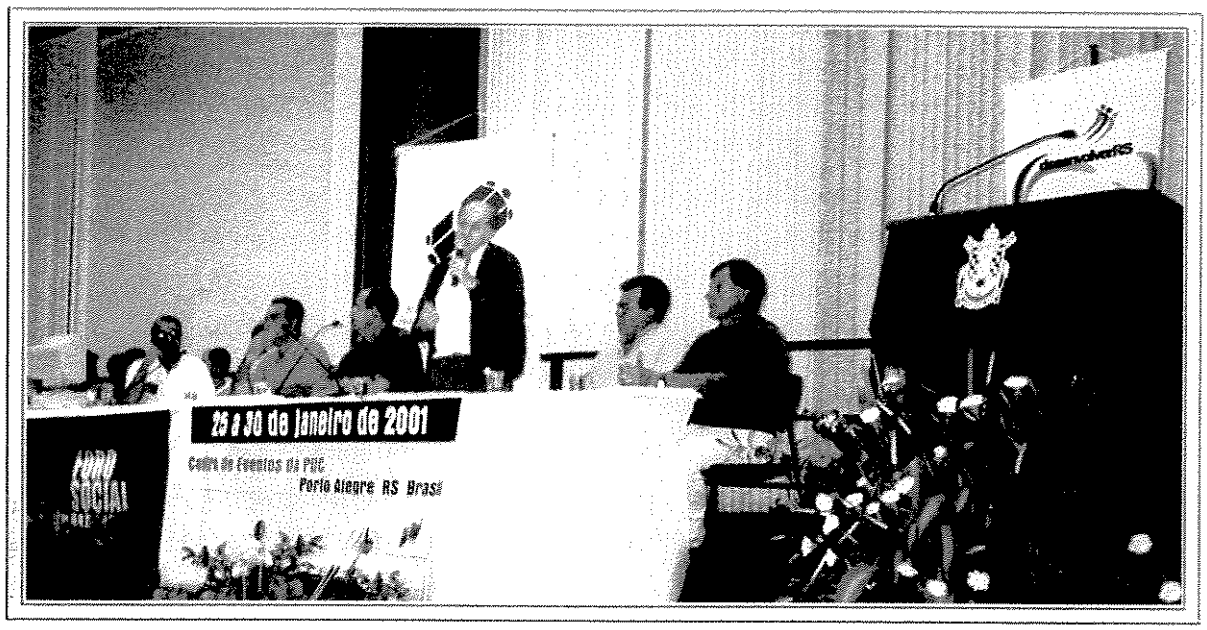
O livro teve seu lançamento em novembro de 2000 por ocasião do Seminário Internacional – *Trabalho e Economia Solidária: políticas públicas para o desenvolvimento*, organizado pelo Governo do Estado do RS em Porto Alegre[324]. Participaram dele representantes do Ministério francês das Questões Sociais, do Trabalho e da Solidariedade, o diretor do DIEESE, representantes dos poderes públicos da Toscana (Itália), o representante da COLACOT, o diretor da ANTEAG, representantes das federações de cooperativas da França e da Espanha, do Canada, a ADS/CUT, a Cáritas, uma representante da Rede de socioeconomia solidária, representantes do BNDES, do Banrisul, da FINEP e do Governo de Porto Alegre. Vários convênios foram assinados na ocasião com entidades internacionais. Além do lançamento do livro organizado por SINGER, houve também o lançamento[325] do livro de Euclides Mance *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Este segundo Seminário Internacional organizado pelo Governo da Frente Popular do Rio Grande do Sul, representou um passo importante para a consolidação das relações internacionais na área da economia solidária e foi sem dúvida uma etapa preparatória ao Seminário de Economia Solidária que ia acontecer dois meses depois durante o Primeiro Fórum Social Mundial.

Finalmente, quero lembrar os eventos de economia solidária que ocorreram por ocasião dos três primeiros Fóruns Sociais Mundiais. No primeiro deles, realizou-se a oficina *Economia Popular Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda*, com a duração de dois dias (28 e 29/01/2001), sendo que a participação foi de 1.500 pessoas, número limitado por falta de espaço físico. Nesta oficina foram apresentadas experiências e agentes da economia solidária da França e do Brasil, tais como a experiência da Cooperminas (SC), da ANTEAG, da ADS/CUT, da Rede de ITCP, da USP, da Cáritas

[323] Na época, André de Souza era mestrando em sociologia na USP, integrante do NUPES e autor da idéia da coletânea.
[324] O evento aconteceu no Salão da Reitoria da UFRGS. Ver foto n. 4.
[325] De fato, o livro já estava em circulação há quase um ano.

Diocesana, da Prefeitura Municipal de Belém (PA), da SEDAI (Governo do RS) e da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França. Houve também o lançamento da Rede Global para intercâmbio entre diferentes redes e organizações nacionais e internacionais.

**FOTO 5. Paul Singer palestrando na Oficina de Economia Solidária durante o I FSM, PUC, Porto Alegre, 29/01/2001.**




A partir da esquerda: Cido Farias - ANTEAG; Marines Besson – Cáritas (não aparece); Edmilson Brito Rodrigues: Prefeito de Belém do Pará; Paul Singer – USP; Remígio Todeschini, ADS/CUT Nacional; Valério Preis da Cooperminas.

Resultou também do I Fórum a criação do Grupo de Trabalho (GT) brasileiro de economia solidária reunindo entidades nacionais (ANTEAG, ADS/CUT, FASE, Cáritas, PACS, IBASE, e CONCRAB, com apoio do Governo Estadual do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre). Este GT preparou as atividades para o II FSM, onde a economia solidária já fez parte do eixo1 – Produção de Riqueza e Reprodução Social -, e um conjunto de textos preparatórios foi divulgado pela internet e distribuído sob a forma de caderno durante o Seminário[326]. Este foi dividido em quatro eixos, 1. Economia solidária e autogestão como radicalização da democracia, 2. Contribuições da economia solidária e da autogestão a projetos nacionais de desenvolvimento sustentável, 3. Por uma cultura do trabalho e desenvolvimento humano, e 4. Redes de economia solidária e sustentabilidade.

[326] O caderno tem 82 páginas e textos produzidos por todas as entidades organizadoras menos da CONCRAB, que não participou do Seminário. A explicação dada foi que o MST estava priorizando outros temas no Fórum Social Mundial.

Este mesmo Grupo cresceu, incorporando-se a ele a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Micro-Crédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares, o PACS, a RBSES, a Rede Universitária de ITCP, a UNITRABALHO, e promoveu, em dezembro de 2002 em São Paulo, o Encontro Nacional de Economia Solidária para elaborar propostas de Políticas Públicas para o futuro governo do Presidente Lula. O GT da Economia Solidária enviou então, no mesmo mês, uma carta ao futuro Presidente com diversas propostas de políticas públicas em prol da economia solidária e sugeriu a criação de uma Secretaria. A proposta foi acatada e Lula convidou o professor Paul Singer para montar e coordenar a Secretaria de Economia Solidária, recém-criada no Ministério do Trabalho e Emprego. Isto foi uma vitória do Movimento, pois a Presidência só havia previsto a criação de um setor de economia solidária no BNDES.

No III FSM, no teatro da PUC, pequeno para receber todo o público desejoso de participar, foi lançado o movimento pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária para que a interlocução da sociedade civil com esta Secretaria fosse a mais representativa possível e em vista de unir os diversos empreendimentos de economia solidária e os órgãos de apoio a estas iniciativas tais como organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, igrejas, sindicatos, universidades, gestores públicos e instituições operadoras com micro-créditos.

As atividades ligadas à economia solidária foram muito numerosas e diversas neste Fórum. Além de um painel e de um seminário internacional formado por quatro mesas redondas, mais de 123 oficinas de economia solidária, e uma feira de economia solidária reuniram milhares de pessoas de quatro continentes, principalmente da América Latina, mas também do Canadá e dos EUA, da Europa, de africanos de língua francesa e inglesa, e alguns orientais. Certas atividades se desenvolveram durante todo o Fórum inspiradas pela economia solidária como, por exemplo, o acampamento da juventude que foi organizado de maneira autogestionária. As praças de alimentação do Estádio Beira Rio, e a feira de artesanato e confecções tiveram a participação dos empreendimentos populares da economia solidária bem como lhes foram confiados pela organização do Fórum a fabricação das camisetas, das bolsas e a impressão do material entregue aos delegados.

**FOTO 6. Lançamento do movimento pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Porto Alegre – Teatro da PUC, 26/01/2003.**




A partir da esquerda: Marcos Arruda – RBSES; Egeu Gómez Esteves - ADS/CUT; Luiz Inácio Gaiger - UNITRABALHO; Luigi Verardo - ANTEAG; Ademar Bertucci - Cáritas; Sônia Kruppa - Rede de ITCP; Paul Singer (de pé) - SENAES; Rosemary Gomes - FASE; João Roberto Lopes - Alzira Medeiros - Fórum dos Gestores de Políticas Públicas; Sérgio Kapron - SEDAI (gestão 99/2002).

Os fóruns foram eventos fundamentais para a formação do campo da economia solidária, mas nada aconteceria nestes momentos-chave sem as centenas de contatos, encontros, atividades conjuntas que aconteceram entre um fórum e outro. Os FSMs são momentos densos e ricos de contatos durante os quais firmam-se acordos e o resultado do trabalho anterior é mostrado publicamente. Isto não quer dizer que as coisas se realizem sempre como certas entidades o desejam, nem com a velocidade almejada. Assim, no terceiro FSM não foi possível constituir nem o Fórum Mundial de Economia Solidária, nem tornar oficial o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. No primeiro caso, as conversas demonstraram que as organizações a nível internacional não falam ainda totalmente a mesma linguagem. A nível nacional, algumas divergências impediram a oficialização do Fórum nacional e a tarefa ficou marcada para junho de 2003. Contudo, está se configurando uma estruturação do campo e a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária vai, sem dúvida, facilitar esse processo. Com a Secretaria, podemos esperar uma coordenação a nível nacional das iniciativas de fomento da economia solidária dentro de um marco maior e muito mais integrado a outras ações nas áreas de educação, tecnologias

alternativas, saúde, ecologia[327]. A SENAES vai dar um impulso aos fóruns de economia solidária e à organização dos trabalhadores desta economia com a realização em 2003 e 2004 de uma série de eventos estaduais e nacionais subvencionados e graças a um mapeamento a nível nacional de todos os empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento da sociedade civil para a constituição de um banco de dados. Esta última iniciativa conta com a participação de Luiz Inácio Gaiger que trabalha há alguns anos, entre outras coisas, na organização de pesquisas com o objetivo de orientar a elaboração de políticas públicas. Uma outra ajuda diz respeito a financiamentos públicos da FINEP e da Fundação Banco do Brasil às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e às incubadoras de economia solidária.

[327] A Rede UNITRABALHO, solicitou financiamento para suas incubadoras de economia solidária no Brasil inteiro, a fim de realizar apoio e fomento para associações e cooperativas formadas por participantes das políticas sociais do governo (Fome Zero, Alfabetização, famílias dos programas Bolsa-Escola e Primeiro Emprego), entre outros. Convênios para financiamentos foram assinados com a FINEP e a Fundação Banco do Brasil no segundo semestre de 2004. A Rede de ITCPs também introduziu solicitações e os recursos foram repartidos entre as duas redes (ITCP e UNITRABALHO).

# 6. O DITO DE TRÊS INTELECTUAIS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Il est impossible de bien décrire un phénomène culturel, (...) sans tenir compte de l'idée que s'en font ceux qui y participent; or on n'observe pas les idées, on les comprend intuitivement, et on ne les décrit pas, on les interprète. (DAN SPERBER, 1982, p.15)*

No capítulo anterior esbocei a trajetória de vida pessoal, acadêmica e militante de três intelectuais até eles chegarem ao estudo, à pesquisa e à divulgação de certas práticas reunidas sob os termos de economia solidária. No terceiro capítulo, pintei o quadro socioeconômico e político das décadas de oitenta e noventa, época durante a qual foi pouco a pouco se formando o campo da economia solidária. Relatei diversas ações em vista da produção de renda e trabalho para populações carentes ou excluídas e certas experiências de ocupação de fábricas, formação de associações e cooperativas no meio rural e urbano de norte ao sul do Brasil. Mostrei, após, os significados atribuídos aos diversos nomes e adjetivos com os quais esses projetos e essas realidades foram designados, sua circulação e as diversas entidades e pessoas que os veiculam e divulgam. A trama que sustenta a economia solidária está montada. Este sexto capítulo é dedicado mais especificamente à análise da produção dos três intelectuais escolhidos para assim completar a interpretação do conjunto de coisas feitas e ditas. Com certeza, os escritos vão tornar a trama mais evidente, clareando diversos aspectos da construção deste campo, de suas tensões, debates e também de sua solidariedade.

Não passou desapercebido o fato de intelectuais criarem uma nova terminologia para o que chamei genericamente de economia solidária, pois o objetivo era justamente ser notado, chamar a atenção e "reunir as tropas". A título de exemplo, apresento a citação do economista Armando de Melo Lisboa, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que enfatiza o papel e, até, a missão dos intelectuais na construção de uma economia popular solidária.

> Constatar a relevância das quase incontáveis experiências econômicas associativas, que pululam com freqüência no plano municipal, não deve levar a ficar restrito a um culto do localismo, mas nos desafia a pensar seu significado mais amplo. Como as iniciativas surgem a partir do local e do micro-econômico (o que é imposto pela própria urgência dos problemas da sobrevivência), um dos principais desafios é o de gestar uma visão/utopia global (desafio utópico); caso contrário, se elas se prenderem ao localismo das pequenas soluções isoladas, entregar-se-á às forças neoliberais o governo do mundo. (...) Face ao atual império do Mercado desumanizado, como construir um outro Mercado, socializado? Diante do vácuo gerado pelo não cumprimento das promessas das velhas ideologias, as experiências solidárias alternativas estão desafiadas a assumirem um protagonismo maior, a demonstrarem que uma outra humanidade é possível. (LISBOA, 2000, p. 51) (...)
> Entretanto, no momento se coloca o desafio de conjugar estes caminhos (do comércio justo, de moeda social e das redes da EPS[328]): esta é uma forte possibilidade em debate e já em construção. (LISBOA, 2000, p. 52).

Se foi a partir de 1996 que as categorias de economia solidária ou de solidariedade começaram a aparecer nos escritos de brasileiros, a realidade à qual os autores se referem com estas categorias é bem anterior, recebendo as mais diversas apelações na época do seu surgimento, como já mencionei anteriormente.

O presente capítulo acompanha Luis Inácio Gaiger, Marcos Arruda e Paul Singer nos seus itinerários intelectuais em busca da construção das noções de economia popular solidária, socioeconomia solidária e economia solidária para sua efetivação e compreensão. Este estudo é necessário para a compreensão do campo da economia solidária como um conjunto de concepções, de relações e de práticas. É preciso também observar o contexto que dá significado e inteligibilidade ao discurso destes intelectuais, compreender como estes intelectuais constroem seus significados, representam seus sistemas de valores e emitem publicamente um código simbólico sobre a realidade na qual estão envolvidos.

## 6.1. Produção de Paul Singer

Paul Singer foi fundador e coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP -, da USP, de 1998 a 2002. Se por vezes ele evita a palavra cooperativismo por causa do seu desgaste, vê porém a economia solidária como um cooperativismo autogestionário. Ao nomear o conjunto de experiências de economia solidária, ele pretende diferenciar suas práticas de práticas anteriores, implicitamente do cooperativismo empresarial que degenerou, abandonando sua proposta anticapitalista. Portanto, não se trata de "fundar" do nada, novas práticas sociais e, conseqüentemente, um novo discurso, mas de dialogar com as práticas anteriores fazendo-lhes a crítica e ao fazê-lo, errando e acertando, criar algo novo que seja ao mesmo tempo a continuidade de um projeto de sociedade socialista, mas num novo contexto e com novos agentes. A produção

[328] Economia Popular Solidária.

intelectual de Paul Singer a respeito da economia solidária vai sofrer mudanças importantes à medida que ele amplia seu conhecimento da realidade brasileira e que o debate se acirra.

### 6.1.1. Exclusão social e economia solidária

Um dos seus primeiros textos sobre a economia solidária foi publicado na revista *Proposta* da FASE , sob o título, *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. (1997). Este texto trata didaticamente da questão do emprego e dos seus incentivadores, mostrando num primeiro momento que tanto o Estado quanto a empresa capitalista estão, na fase atual, restringindo drasticamente os postos de trabalho e que os únicos fornecedores de emprego são os autônomos situados em nichos de riscos ou de pouca lucratividade. Como tal eles tampouco podem absorver a grande massa dos desempregados. A partir de uma análise econômica e política, ele alerta sobre a necessidade de quebrar o isolamento social dos desempregados e das iniciativas coletivas de produção.

> Cada posto de trabalho, (...), exige uma acumulação prévia de 'capital' no sentido vulgar de meios de produção e de subsistência (...) e dinheiro para se sustentar até que o trabalho renda o suficiente para promover o sustento do trabalhador e seus dependentes. (...). O isolamento social e a falta de organizações de suporte à auto-acumulação explicam a grande e crescente proporção de pessoas aptas e desejosas de trabalhar que ficam relegadas ao limbo do 'desemprego'". (SINGER, 1997, p. 7).

A solução proposta então por Singer é a da associação solidária de várias pequenas ou micro-empresas como "formas de quebrar o isolamento da pequena e micro-empresa e oferecer-lhe a possibilidade de cooperação e intercâmbio, que aumentam suas probabilidades de êxito". (SINGER, 1997, p. 10). É esta nova forma de organização econômica[329] que, naquele artigo, o Singer chama de economia solidária. Esta visão vai ser criticada por Euclides Mance (1999) e Marcos Arruda (2002a) entre outros, pois nada assegura que as relações de produção no seio destas unidades não sejam de exploração. Aliás o próprio Singer, no livro *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, admite a possibilidade de alguns empreendedores possuírem assalariados, bem como a possibilidade de a economia solidária receber o apoio das entidades empresariais progressistas. (1998a, p. 123).

Quanto à questão do mercado, para a compra e venda dos produtos destas empresas, Singer propõe a experiência canadense dos LETS (Local Employment and Trading System), inventado no início dos anos oitenta, em British Columbia. Este sistema reagrupa produtores locais que trocam entre eles seus produtos mediante crédito mútuo. Esses LETS existem em vários países de língua inglesa. Após explicação de como funcionam, Singer

[329] Esta proposta foi implantada pelo governo petista do RS na gestão 1999-2002, com o nome de redes de cooperações solidárias.

levanta alguns problemas como a possível permanência por longos períodos de saldos negativos e positivos, sobre os quais atualmente os Lets não cobram nem pagam juros. (1997, p. 11).

Outro tema ligado ao anterior que já faz parte das preocupações de Singer é a moeda social. Singer deu aulas de economia na USP sobre bancos e finanças, é uma questão que ele domina muito bem. Suas leituras são principalmente anglo-saxônicas e assim ele divulga também na revista da FASE, além dos LETS, outras experiências em que a moeda comunitária é o papel-moeda. Uma das mais interessantes é a de Paul Glover, que emite uma moeda social chamada Ithaca, no estado de Nova York (onde se encontra a Universidade Cornell). No livro *Globalização e desemprego*, Singer propõe uma moeda própria a ser usada entre os cooperados brasileiros que poderia ser chamada de "Sol" (de solidariedade). Sabe-se que, logo depois, estabeleceram-se no Brasil feiras de trocas usando moeda social. Uma das experiências iniciou no Rio de Janeiro com a participação de Marcos Arruda e do PACS.

Neste primeiro escrito[330], a proposta da economia solidária fica ainda no plano socioeconômico, o de buscar uma solução para a exclusão social. Singer tinha elaborado um programa de combate ao desemprego para o programa da então candidata Luisa Erundina à prefeitura de São Paulo, mas esta não foi eleita. É neste contexto histórico que devemos ler o parágrafo seguinte:

> A luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas formas de economia solidária. Mas, antes, será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social. (SINGER, 1997, p. 11).

A questão da visibilidade e do apoio da sociedade civil à economia solidária é a tarefa prioritária, tarefa que ele vai cumprir realizando palestras, cursos e publicações referentes ao tema; e isto, até início de 2003, quando vai se tornar o Secretário nacional da economia solidária no Ministério do Trabalho.

Há, no entanto, uma ressalva quanto à possibilidade destas experiências econômicas interagirem com a luta política e, como prova disto, Singer cita as empresas autogeridas formadoras da ANTEAG que, assessorada por ele desde 1996, escolheu também um modelo anglo-saxão para sua organização. Trata-se dos ESOPs (Employee stock ownership plans – Planos de participação dos empregados no capital das empresas). (SINGER, 1997, p. 11).

[330] De fato, é o segundo escrito, pois em 1996 Singer publicou na *Folha de São Paulo* um artigo sobre o desemprego e a economia solidária.

### 6.1.2. O socialismo autogestionário

Um outro traço constante nas análises de Singer é a referência histórica ao movimento cooperativo do século XIX. Para ele, a economia solidária é uma retomada dos ideais cooperativos que nasceram na Inglaterra no início do capitalismo industrial em reação à pobreza, desemprego e exploração. Em 1998, no seu livro *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*, a segunda, a terceira e o início da quarta partes são dedicadas à análise da formação da sociedade capitalista e às formas de resistência da classe trabalhadora inglesa a seus ditames. Uma das formas de resistência apresentadas por ele, ao lado ou conjuntamente com a organização dos sindicatos e com a militância partidária, é o cooperativismo. A história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, para o autor, "demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas ... que, ..., devem ser denominadas socialistas". (1998b, p. 112).

Analisando a época presente, e escrevendo sobre as ocupações de fábricas e de fazendas, ele as define como "formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias". (SINGER, 1998b, p. 181). Ele sublinha então que, isoladas, estas formas são de "pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário - sindicatos e partidos - apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo". (Ibidem, p. 182). O apoio social à economia solidária nestes primeiros anos é visto como essencialmente sindical e partidário. Não estão sendo citados como apoio nem os movimentos sociais, nem a Igreja, nem as ONGs progressistas, nem tampouco as universidades[331], mas é almejado o financiamento público. "Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar". (SINGER, 1998b, p. 182).

Neste livro é anunciada a possibilidade de um novo modo de produção, "este capaz de competir com o modo de produção capitalista". (Ibidem). Esta mesma afirmação já tinha sido feita no livro *Globalização e desemprego*: "Se estas formas organizacionais [da economia solidária] forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção". (SINGER, 1998a, p. 125). Esta análise se estende às cooperativas que Singer considera "sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo". (SINGER, 1998b, p. 122). Quanto às cooperativas do movimento kibutziano israelense, ele as considera "ainda mais coletivistas". (SINGER, 1997, p. 9). Uma outra

[331] Em 1998, ele escrevia no livro *Globalização e desemprego*, no entanto: "Seria importante que a cooperativa de economia solidária contasse desde o início com apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares". (SINGER, 1998a, p. 123).

lição é que "não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção". (1998b, p. 112).

A questão central, finalmente, é repensar o projeto socialista, conceber uma nova forma de socialismo aprendendo com os erros do socialismo real. Na maioria dos seus escritos, Singer trata desta questão e as formas autogestionárias de produção são vistas como um elemento importante para a preparação de um novo modo de produção que seria "capaz de competir com o modo de produção capitalista". (1998b, p. 182). A economia solidária é, então, vislumbrada como a formação de um novo modo de produção socialista, mas um tanto diferente do socialismo real que vigorou até agora. Para Singer, é preciso admitir que é necessário conservar o mercado, regulado e dirigido por entidades extra-mercado, mas isto depende da radicalização da experiência democrática. A experiência, segundo ele, comprovou que "o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição no mercado". (1998a, p. 73). Nestas condições, não se pode esperar a ausência total de exclusão, já que as pessoas terão a possibilidade de escolha e que existiria uma certa competição. No entanto, esta exclusão social deverá ser minimizada e as desigualdades econômicas corrigidas de maneira regular. Sua postura a respeito da manutenção do mercado numa sociedade socialista, como relato a seguir, sofreu muitas críticas no seio do PT.

Com a perspectiva de que as cooperativas autogestionárias são "instituições anticapitalistas[332]", consideradas "sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo", a preocupação teórica de Singer é de examinar que "conseqüências seu eventual desenvolvimento poderia produzir". (1998b, p. 114).

No primeiro semestre do ano 2000, Paul Singer como expositor e João Machado como debatedor, participaram do Seminário Socialismo e Democracia promovido pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT. Nesta ocasião, o tema foi Economia socialista[333]. Na exposição, muitas das questões tratadas na *Utopia militante* foram retomadas, a crítica da visão clássica do socialismo, a questão do mercado, da liberdade do trabalhador, do cooperativismo, da autogestão versus centralização planejada e dos implantes socialistas no capitalismo. Já, no ano anterior, no Seminário da Bahia, Singer disse que o socialismo está sendo ensaiado no Brasil, mas em condições difíceis, e que, no entanto, ele não perde esperanças.

> Acho que há razões - científicas, teóricas - de peso, que nos permitem ter esperanças racionais. Isso é mais do que ativismo social. Acho que tem um significado maior, desde que ligado à luta política, desde que ligado às mudanças nas políticas econômicas. Mas (...) [todas essas lutas], são todas, a meu ver, lutas pelo socialismo. (2000b, p. 159).

---

[332] Singer justifica esta apelação dizendo: "Os princípios do cooperativismo são opostos aos do capitalismo, porque elas [cooperativas] invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e os seus trabalhadores". (1998b, p. 122).

[333] O debate foi publicado sob o título *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jun. 2000d.

Mas antes disto, a grande preocupação consiste em analisar as lições que devem ser tiradas da experiência histórica do cooperativismo. É necessário estabelecer "um corpo teórico que explique por que determinadas cooperativas puderam crescer e se multiplicar, enquanto outras cooperativas enfrentam dificuldades muito grandes". (1998b, p. 125-126).

Referindo-se a Marx, e apoiando-se num texto de *O Capital,* Singer afirma que este "reconhece tanto na cooperativa operária quanto na sociedade anônima 'formas de transição' do capitalismo ao socialismo". (1998b, p. 129). No entanto, mostra a fragilidade desta forma de transição, pois se ela supera positivamente a contradição entre capital e trabalho, ela enfrenta "problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios". (1998b, p. 129). Um dos problemas enfrentados pelos cooperados é de ordem cultural. Singer sublinha a necessidade de uma educação cooperativa, pois "o desejo de participar, que é a forma concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é freqüentemente reprimido quando se manifesta". (1998b, p. 130). "O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente". (1998b, p. 131). Já em 1997, numa entrevista concedida a Fernando Haddad, ele dizia: "o problema não é criar um fundo para dar direitos aos trabalhadores de mandarem na empresa; é criar uma consciência nos trabalhadores para que eles queiram mandar na empresa". (1998, p. 116).

Abordando esta questão no Seminário, *Economia dos setores populares*, Singer criticou as escolas que foram criadas para formar assalariados, pois nestas, "as pessoas são muito disciplinadas, muito condicionadas a receber diretrizes e muito pouco condicionadas a tomar iniciativas, a serem críticas etc". (2000a, p. 160). E ele comenta: "isto é muito ruim para nós que queremos fazer economia solidária". (Ibidem). Por outro lado, Singer afirma que as formas de organização solidária são espontâneas devido à crise dos empregos enfrentada pelos trabalhadores. "Estamos levando valores que, a meu ver, são absolutamente naturais para a condição a que o capitalismo reduziu uma parcela extremamente importante da classe trabalhadora. Por isso, eu acredito que nossa proposta tem validade". (2000b, p. 153). Então a associação é um valor compartilhado pela classe que vive do seu trabalho, mas os princípios do cooperativismo não são comuns e devem ser ensinados. Este tema vai ser retomado seguidamente e o fato de Singer ter organizado na USP uma ITCP está ligado de maneira dialética a esta discussão. A prática vai alimentando a teoria e vice-versa.

Durante o ano de 1999, falando para o movimento sindical e em específico para a CUT, Singer insiste para que o novo cooperativismo seja aceito pelos sindicatos e para que estes se identifiquem com sua causa[334]. Ele afirma que este novo cooperativismo "constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais

[334] No ano seguinte, ele comenta: "A CUT está nesta batalha. Houve enormes incompreensões e muita resistência dentro da Cut, mas foram superadas. Hoje a Cut está montando uma Agência de Desenvolvimento Solidário. (...) Quer dizer, o próprio sindicato está incubando cooperativas". (2000b, p. 154).

pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social". (1999a). Ele revela que sua origem no país se deve em grande medida às novas formas de luta do sindicalismo mais combativo, à retomada das empresas falidas pelos seus próprios trabalhadores e isto já desde os anos 80. Mas tudo está para ser inventado, os cooperados aprendem com acertos e erros. Hoje algumas destas cooperativas autogeridas formaram uma entidade de fomento e de apoio, trata-se da ANTEAG. Singer mostra como este movimento é favorável para a classe trabalhadora e para seus sindicatos e que estes devem além de divulgar a economia solidária, abrir suas portas para a sindicalização dos cooperados.

> Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas. Os sindicatos têm uma importante contribuição que já é uma realidade para a difusão do novo cooperativismo. Ampliar esta contribuição é urgente para reforçar o combate comum ao neo-liberalismo, à perda de emprego formal e dos direitos conquistados. (SINGER, 1999a, p. 28).

Singer faz parte agora da UNITRABALHO, como foi visto no capítulo das trajetórias,; ele tomou conhecimento das outras formas de economia solidária existentes no Brasil e ele as divulga. Além de falar nas empresas autogeridas, se refere também às pequenas e médias associações ou cooperativas de produção ou de comercialização sustentadas pela Cáritas, chamados PACs, às cooperativas agropecuárias formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, às cooperativas de serviços formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, às cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupada nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais. Ele exprime o desejo de que venha a se formar "uma frente político-parlamentar de apoio ao novo cooperativismo no Brasil". (SINGER, 1999a. p. 23-28). O tema da diversidade das experiências é seguidamente reafirmado e há uma crítica aos grupos políticos fechados. Referindo-se às experiências feitas pelas incubadoras universitárias, pela ANTEAG ou pelas secretarias municipais, ele diz no encontro de Salvador da Bahia: "para mim, a proposta da economia solidária é para todos, não é para uma minoria seleta que pelo seu exemplo, exclusivamente, vai ajudar a transformar a humanidade". (SINGER, 2000b, p. 150).

Se o problema da falta de cultura cooperativa no Brasil dificulta a formação de empreendimentos solidários, um problema em sentido inverso aparece quando a cooperativa autogestionária cresce demais e é bem sucedida. Neste caso, ela pode perder seu ideal e transformar-se numa empresa capitalista. "Devo dizer que a história das grandes empresas cooperativistas levanta temores. Estou pensando muito na experiência de Mandragón[335]. (...) Ela ainda mantém formalmente todos os princípios, mas os vive gradativamente menos". (SINGER, 2000b, p. 148).

Se Singer fala seguidamente em cooperativismo, isto não quer dizer que seja o termo teoricamente mais apropriado para falar da atual economia solidária. Primeiro porque,

[335] Singer faz referência ao grande Complexo Cooperativo de Mondragón, criado em 1956, no país basco espanhol, e ainda em funcionamento.

como já comentado em outros capítulos, há falsas cooperativas que usurpam este título para não pagar os direitos trabalhistas, mas que no fundo são verdadeiras empresas capitalistas, e segundo, porque muitas cooperativas no Brasil traíram o ideal cooperativo. Singer admite que "a palavra 'cooperativa', em nosso país, é muito controversa... Então, só para não perder tempo, vamos falar em empresas autogestionárias". (2000b, p. 151).

Nos anos seguintes, as mesmas questões são retomadas. No seu livro *Introdução à economia solidária* (2002b), ele fala em reinvenção da economia solidária enquanto que no livro organizado por Boaventura de Souza Santos (2002a), Singer fala em ressurreição da economia solidária no Brasil. Este reviver é sempre apresentado como uma nova fase do ideal cooperativista do século XIX. Na *Introdução*, a obra de Owen e dos seus seguidores é novamente analisada e um capítulo inteiro é dedicado às diferentes formas de cooperativas, citando exemplos concretos de experiências cooperativas no passado e no presente no mundo inteiro.

### 6.1.3. Um evento: o livro organizado por Singer

Um livro que se tornou um marco na história da economia solidária é a *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Dividida em sete partes, trata-se de uma coletânea de textos escritos por teóricos e práticos da economia solidária. A primeira trata de relatos de cooperativas industriais, a segunda de empreendimentos autogestionários, a terceira de agências de fomento à economia solidária, a quarta de sistemas de crédito solidário, a quinta de redes de projetos comunitários, a sexta de experiências alternativas de comércio, habitação e crédito e a última de organizações econômicas com atuação fundamentada em princípios éticos. Pela primeira vez, no Brasil, uma publicação apresenta de maneira concreta, mas também teórica, as diversas facetas do que começa a ser chamado de economia solidária. Não se trata mais de um debate sobre as propostas e desafios (Singer), sobre o sentido e as possibilidades (Gaiger) da economia solidária como no seminário da Bahia. Trata-se de afirmar a existência da economia solidária e refletir sobre contribuições, limites e obstáculos encontrados nas experiências atuais e nas entidades de apoio para o fomento de uma nova economia. Paul Singer introduz o livro com um texto teórico intitulado, *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. Seu argumento é que "a economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)". (SINGER, 2000c, p. 13). Neste texto, o novo modo de cooperação não é mais chamado de cooperativo, mas solidário. Sua unidade típica, entretanto, seria a cooperativa de produção. É admitido que à primeira vista este modo de produção parece um híbrido de capitalismo e de pequena produção de mercadorias, "mas [que] na realidade ele constitui uma síntese que supera ambos". (Ibidem). Singer analisa as bases ideológicas da economia solidária, suas formas

degeneradas e, finalmente, a questão da competência necessária para administrar uma empresa e sua suposta incompatibilidade com as práticas de autogestão. O artigo termina com um pequeno histórico da formação do campo[336] da economia solidária no Brasil.

Singer não vê a economia solidária como a criação intelectual de alguém, apesar de reconhecer as contribuições dadas pelos socialistas utópicos do século XIX, mas como um "processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo". (Ibidem). A crítica do capitalismo se realiza em primeiro lugar na empresa onde reina a ditadura do capital. A economia solidária condena "o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona aos donos dos meios de produção". (2000c, p. 14). Em segundo lugar, ela condena a "crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho... (Ibidem). Além disto, a tendência do capitalismo atualmente é "de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora". (Ibidem). Ele conclui que é um projeto que há dois séculos os "trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando" (ibidem), ou seja, o que ele mesmo está fazendo. Estes trabalhadores pertencem a duas classes, aquela que depende da venda dos seus produtos e aquela que depende da venda da sua força de trabalho. Eles se associam de forma solidária para produzir, comprar e vender ou consumir. Resta a questão de saber se a solidariedade é fruto de um cálculo racional ou de uma consciência de classe. Não são todos que procedem assim, pois a miséria "não torna suas vítimas *imanentemente* solidárias". (SINGER, 2000c, p. 15). Há muita solidariedade entre os pobres, mas esta se limita em geral aos mais próximos.

Em seguida, Singer retoma algumas das críticas feitas por socialistas e comunistas que afirmam a impossibilidade das cooperativas de produção de estarem fadadas a fracassar ou degenerar. Ele se estende a refutar os argumentos de Rosa Luxemburg, pois estes reaparecem hoje a respeito da economia solidária e, principalmente, aquele segundo o qual o cooperativismo não pode eliminar o capitalismo. Os argumentos de Singer são que, para poder eliminar o capitalismo, é preciso em primeiro lugar que os trabalhadores sejam capazes de praticar a autogestão, e que isto se aprende praticando-a; em segundo lugar, que a economia solidária melhora de muito as condições de trabalho dos trabalhadores e, em terceiro, que o surgimento e o desenvolvimento desta fortalece a luta dos trabalhadores assalariados, pois diminui o desemprego.

Singer questiona também em que medida as cooperativas existentes no mundo de hoje podem ou não ser consideradas como economia solidária. Não há dados para poder dar uma resposta, mas os princípios gerais do cooperativismo continuam sendo proclamados pela Aliança Cooperativa Internacional, o que permite esperar que a maioria das cooperativas se mantenha fiel a eles.

---

[336] O termo campo não aparece no texto de Singer.

Após isto, Singer examina o argumento segundo o qual trabalhadores não teriam a competência de administrar uma empresa, pois isto é uma ciência que se ensina nas universidades. Na opinião dele é uma arte e não uma ciência, pois se trata de um exercício de liderança. A liderança é seguidamente contestada nas empresas e existem conflitos não somente internos, mas com os concorrentes, os clientes, os fornecedores etc. Numa empresa solidária a autogestão é um processo administrativo diferenciado. Os conflitos devem ser abertos e resolvidos de maneira coletiva.

De fato, para administrar é preciso possuir experiência. Na empresa autogerida, diz Singer, a situação é bem diferente. Os participantes são ou ex-operários, ou companheiros de lutas sindicais ou de movimentos sociais; o objetivo não é a busca de lucro, mas se trata de uma "luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica". (SINGER, 2000c, p. 21). Todo novo empreendimento solidário precisa de um apoio externo e de uma preparação dos seus associados antes do seu inicio. É preciso realizar cursos de cooperativismo, preparação profissional e organizar o grupo politicamente. Além disso, Singer acrescenta que a contratação de especialista é imprescindível e que sua ausência nos empreendimentos solidários já foi diagnosticada como responsável pela debilidade dos mesmos.

Na tentativa de descrever a economia solidária, Singer lista todos os tipos de cooperativas e associações que dela podem fazer parte, inclusive aquelas que, mediante modificações, poderiam também integrá-la. Visto a diversidade dos ramos onde ela aparece, Singer levanta a hipótese que poderia estar presente em todos os ramos de atividade. Mas, para isto, é preciso bases de sustentação, tais como: "fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais". (SINGER, 2000c, p. 23). Enquanto as unidades da economia solidária se encontram isoladas, permanecem extremamente fragilizadas. Já existem, no mundo, complexos integrados de empreendimentos solidários como no país Basco, no Quebec ou no norte da Itália, o que prova que isto é possível. Mas a construção de um setor integrado é indispensável para a sobrevivência destes empreendimentos como solidários. Quanto à necessidade de um apoio governamental a este setor, Singer não se define. Ele lembra que governos socialdemocratas na Europa estatizaram setores importantes da economia, mas guardando o modelo capitalista de gestão, e nunca houve apoio à autogestão. Para que a economia solidária continue fiel a seus princípios, é necessário que salvaguarde sua democracia interna e sua autonomia externa, ou seja, uma intervenção direta de autoridades governamentais talvez não seja recomendável. Esta discussão feita por Singer em 2000, toma toda sua importância a partir de 2003 quando ele mesmo, no governo federal, coordena uma secretaria de economia solidária. Sua preocupação vai ser de reforçar as bases da economia solidária e estabelecer uma base permanente de interlocução com a sociedade civil, na forma dos fóruns estaduais e nacional de economia solidária.

O texto termina por um histórico recente e um mapeamento da economia solidária no Brasil. Mais uma vez, Singer cita as diversas experiências, partindo desta vez, das experiências de empresas autogeridas da década de 80. A meu ver, este mapeamento do campo é muito importante para criar um sentimento de pertencimento a algo maior, para formar uma nova identidade que ultrapassa as identidades particulares. Mais uma vez, nomear, citar, é fazer existir, é dar vida a um conjunto que, de outra maneira, só existiria sob forma de fragmentos idiossincráticos. É aqui que a importância de Singer como intelectual do campo da economia solidária toma toda sua importância. Ele é aquele que reúne, oferece perspectivas, mas também que aponta as dificuldades e as fraquezas e, junto com elas, os remédios, mesmo se estes devem ainda ser construídos. Ele demonstrou ser um batalhador incansável nesta área à qual ele dedica toda sua energia e seu tempo. A economia solidária é a missão da fase atual de sua vida.

No segundo texto do mesmo livro que trata das incubadoras universitárias de cooperativas, a partir da ITCP da USP, Singer fala, e isto me parece ser um fato novo no Brasil, do *Movimento* pela economia solidária; ainda não é o movimento da economia solidária no sentido que este vai tomar a partir de 2003 quando reivindica do futuro governo uma secretaria própria; no entanto, a idéia está lançada. Neste artigo, Singer mais uma vez retoma o histórico da economia solidária no Brasil, só que desta vez apontando momentos decisivos de encontro entre as diversas entidades de apoio. É brevemente relatada a criação do grupo de trabalhado (GT) de Economia Solidária[337] e sua iniciativa de realização de uma primeira reunião plenária nacional onde foram convidados e compareceram, a ANTEAG, a ITCP/UFJ, o MST, a FASE e outras entidades que ele não chega a citar. Os fatos são transcritos três anos depois sem local e data exata. Mas, parece que se trata do evento que relatei na seção 3.1.7. (A UNITRABALHO e a ITCP) e 3.3. (Gaiger: das pastorais à economia popular solidária). Pelos relatos orais, que recolhi durante minhas entrevistas, poderia tratar-se da reunião nacional que cristalizou uma divergência ideológica dos participantes em dois campos. Divisão que, pouco depois, foi superada graças aos esforços do próprio Singer. Este nunca fez menção destes atritos; pelo contrário, é a aproximação das partes do movimento que é sublinhada no artigo. Foi registrado o trabalho desenvolvido com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e, pouco depois, com a CUT, culminando em 1998 com a criação da ADS. Depois disto, segue o relato da criação e da organização posterior da ITCP da USP, cujo coordenador científico é ele mesmo. O artigo termina com a narrativa da formação da rede de incubadoras universitárias e de sua filiação à UNITRABALHO integrando seu programa de economia solidária. Sabemos que as relações entre as duas entidades foram se desgastando no ano de 2001 até o rompimento da integração e o conseqüente dilema para as ITCPs

[337] O nome GT de Economia Solidária, que aqui designa um grupo de estudos e, mais tarde, de pesquisas da UNITRABALHO, vai ser utilizado a partir de 2000 para designar a associação das entidades nacionais de apoio à economia solidária que se formou para, a cada ano, organizar os seminários de economia solidária no Fórum Social Mundial. Este último GT dissolveu-se para dar lugar ao Fórum Nacional de Economia Solidária em junho de 2003, enquanto que o GT de economia solidária da UNITRABALHO continua existindo.

formadas por membros da UNITRABALHO: de que lado ficar? Sendo a separação fato consumado, a UNITRABALHO teve que procurar, em 2003, um novo nome para suas incubadoras que passaram a ser chamadas de Incubadoras de Economia Solidária[338].

É afirmada de maneira concreta uma questão de princípio, ponto de divergência entre os representantes da economia popular solidária e Singer. A USP incubou, ao lado de cooperativas formadas por pessoas humildes, cooperativas de profissionais liberais e outras de profissionais técnicos, considerando o fato como de grande avanço qualitativo.

No fim do texto, ele escreve: "A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é a contribuição brasileira para o campo em expansão da economia solidária". (2000c, p. 133). O termo campo da economia solidária tem aqui um significado mundial, pois logo a seguir é feita menção à rede pan-americana de universidades para o cooperativismo, mas ele possui o mesmo significado que lhe atribuímos nesta tese.

### 6.1.4. A contribuição científica da universidade

Por sugestão de Paul Singer, em 2001, a Universidade Federal de São Carlos publicou a tese de doutorado de Lorena Holzmann, *Operários sem patrões: gestão cooperativa e dilemas da democracia.* Ao apresentar o livro, Singer explica que esta tese, defendida em 1992 na USP, foi descoberta pelos seus alunos de ciências sociais e estudada no Seminário de economia solidária em 1997. Esta tese é, a seu ver, o início de um "filão de estudos científicos sobre as organizações solidárias" (2001a, p. 11) e uma prova concreta de que a cooperativa de produção "é muito mais do que um paliativo para a solução da crise do trabalho. Este tipo de empresa apresenta uma racionalidade diferente da sua congênere capitalista". (SINGER, 2001a, p. 12). Singer termina a apresentação com a declaração de que, além da democracia participativa, a economia solidária constitui "uma cabeça de ponte de um modo de produção que: a) está por vir e b) se destina a colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do trabalhador". (Ibidem). Desta vez, ele amplia ideologicamente a caracterização deste modo de produção que foi, segundo ele, "teorizado como socialismo, comunismo ou anarquismo". (Ibidem). Referência explícita é feita ao anarquismo[339]; nesta doutrina encontramos a rejeição do Estado e a afirmação da autogestão. Esta é uma das discussões no seio do campo, até onde pode ir a intervenção do Estado?

[338] Quando em 2003, houve a possibilidade de financiamento das incubadoras via FINEP, as duas redes fizeram solicitações. Para não caracterizar o favoritismo de uma em detrimento de outra, foi solicitado que as universidades fizessem suas solicitações individualmente e não pela UNITRABALHO ou pela Rede de ITCP.

[339] A evocação do anarquismo remete ao fato de Porto Alegre ter sido um dos centros do anarcossindicalismo no Brasil.

Boaventura de Sousa Santos organizou a publicação dos principais resultados de um projeto de pesquisa internacional[340] intitulado *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. Singer participou do segundo volume que trata dos sistemas alternativos de produção. Ele inicia seu escrito por uma breve introdução conceitual. Nela, a economia solidária é vista como uma prática antiga dos trabalhadores, iniciada como resistência ao capitalismo industrial, e que ressuscitou recentemente. Os princípios do cooperativismo são explicitados e são definidas as diferentes modalidades de produção, de consumo e de crédito. Em seguida, são explicitados, igualmente, os riscos de estas empresas deixarem de ser solidárias, assalariando seus trabalhadores e diretores, ou seja, deixando de ser autogestionadas. Por isto, se a economia solidária cresce em função das crises sociais,

> ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é do seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (SINGER, 2002a, p. 87).

Mas sempre reafirma que:

> A economia solidária constitui um modo de produção que ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses. (SINGER, 2002a, p. 86).

Uma vez esses princípios afirmados, segue-se um estudo da economia solidária no país. Os dados empíricos citados por Singer são extraídos de duas dissertações de mestrado e de uma tese de doutorado, defendidas entre 1998 e 2001[341] e de uma publicação da CONCRAB. Esses estudos de caso são geralmente inéditos e mostram as múltiplas dificuldades às quais tanto cooperativas industriais quanto agrícolas de produção estão confrontadas. No segundo caso, a falta total de uma cultura do trabalho coletivo, associada aos magros retornos econômicos nos primeiros anos, levou ao quase total abandono destas formas coletivas de produção, voltando a formas mais tradicionais de cooperativas de comercialização e de consumo. No entanto, perspectivas futuras de aceitação do coletivo são apontadas entre os jovens do MST.

Há, em seguida, a apresentação da Cáritas, da Ação da Cidadania e das incubadoras como incentivadores de iniciativas de autogestão para a superação da miséria. Para estes estudos, os dados e análises são fornecidos pelos artigos de Bertucci e Gaiger a respeito da

---

[340] As pesquisas foram realizadas em vários países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal.

[341] ODA, N., Tadashi. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção*: dilemas e alternativas à participação. Mestrado em engenharia. USP, 2001.
SIZANOSKI, Raquel. *O novo dentro do velho*. Mestrado. UFSC, 1998.
SOUZA, Maria Antônia. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Doutorado. UNICAMP, 1999.

Cáritas, por Gohn para a Ação da cidadania[342] e pelo próprio Singer para as incubadoras universitárias. Finalmente, a evolução da postura da CUT em relação à economia solidária, suas oposições iniciais e, finalmente, a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário com seu projeto de rede de financiamento das cooperativas autogestionárias.

Na conclusão Singer afirma que o que hoje impulsiona o desenvolvimento da economia solidária não é mais somente, como nas décadas de 80 e início dos 90, o desemprego e a exclusão social, mas "a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária". (2002a, p. 126). Segundo ele, "a economia solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional". (2002a, p. 127). E, como sempre, reafirma que um novo modo de produção alternativo ao capitalismo já iniciou no Brasil, pois "passos cruciais foram dados, etapas vitais foram vencidas". (Ibidem).

## 6.2. Produção intelectual de Marcos Arruda

Nos escritos de Marcos Arruda há uma nítida influência do pensamento evolucionista. Assim na sua tese de doutorado em educação são citadas nada menos do que quinze obras de Pierre TEILHARD DE CHARDIN[343], *A origem das espécies* de Charles DARWIN, e três obras de Richard LEAKEY e Roger LEWIN. Apesar de ser geólogo e economista de formação, seus textos refletem uma grande preocupação filosófica, talvez em conseqüência de sua formação seminarística.

### 6.2.1. Radicalização da democracia e ética da cooperação solidária

Em *A nova ordem global: crise da ética e da racionalidade*, conferência pronunciada em 1994, num painel da XV Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, Arruda discute as transformações provocadas pela "globalização das relações produtivas e sociais sob a égide do mercado e do capital tornados planetários". (2000a, p. 35). Ele propõe um outro processo de organização das relações produtivas e afirma que está ocorrendo um movimento de globalização da consciência humana; sendo ambos "sinais de esperança e carregam em si a força irradiante de uma ética superior". (2000a, p. 43). Após avisar que existe "de um lado, o risco de cairmos no voluntarismo utópico, do outro o de patinarmos no conformismo fatalista, e só aparentemente pragmático" (ibidem), Arruda afirma que dentro do mundo atual "encontram-se em potencial as sementes de uma outra realidade (...).

[342] Os dados sobre a economia solidária no Brasil são retirados das coletâneas organizadas, a primeira por Gaiger (1996) e a segunda por Singer (2000c); outros dados provêm de publicações da ANTEAG.
[343] Marcos Arruda traduziu vários livros de Teilhard de Chardin publicados em português no Brasil.

[E que] cada um de nós tem (...) a co-responsabilidade de ajudá-la a vir à luz e a desabrochar". (Ibidem).

O objetivo de Arruda é a reintegração a longo prazo da "economia no ecossistema social nacional e global, convertendo-a de fim em meio de gerar bem-estar a cada um e a todos os cidadãos". (Ibidem). Isto não significa a abolição total do mercado nem o fortalecimento absoluto do Estado, mas uma participação ativa enquanto sujeitos de todos no mercado, o que implica na democratização deste Estado. (Ibidem). O mercado deve ser recriado sob o controle da sociedade civil e de um Estado democratizado, subordinando os interesses privados às prioridades do desenvolvimento humano. Para isto uma mudança cultural deve ocorrer, rompendo com os valores e a racionalidade centrada no mercado e adotando novos valores e conceitos. A partir destes, ele afirma que:

> [*o ser humano*] passa a ser visto como um ser-em-relação, consciente dos desafios comuns a enfrentar e de uma existência comum a compartilhar. *O mercado* passa a ser visto como uma relação entre agentes sociais conscientes, que deve ter seu espaço limitado pelo interesse público e precisa ser regulado a fim de servir aos objetivos maiores do desenvolvimento social e humano. (...) *O trabalho* (...) seria libertado da prisão salarial e passaria a ser valorizado, enquanto práxis comunicativa e criativa, como o núcleo do desenvolvimento humano, inaugurando não uma sociedade livre do trabalho, mas *uma sociedade do trabalho livre*. (ARRUDA, 2000a, p. 44).

Um dos objetivos é, então, "libertar o trabalho da cadeia salarial a fim de que este modo de relação vital para o desenvolvimento do ser humano cumpra plenamente a sua função relacional (ética da cooperação solidária)". (ARRUDA, 2000a, p. 45). Disto decorre uma série de exigências a nível mundial entre as quais, por exemplo:

> refrear a sobre-competitividade mundial; gerir com justiça e eqüidade os fluxos migratórios; proteger o desenvolvimento planetário sustentável; superar a hegemonia do Hemisfério Norte sobre o Sul; estabelecer em nível das relações internacionais *uma ética da co-responsabilidade, da colaboração e da solidariedade*. (ARRUDA, 2000a, p. 45).

Todas estas propostas têm por base uma fé muito forte na visão teilhardista segundo a qual

> ocorre uma sobredeterminação irreversível, que faz com que a humanidade se aglomere irresistivelmente sobre si própria, num movimento planetário ao mesmo tempo personalizante e socializante. É um movimento progressivo, que corresponde ao avanço da onda evolutiva que começou com a vitalização, se desdobrou com a hominização e individuação, e se consuma com a socialização e a globalização da consciência humana. (ARRUDA, 2000a, p. 45).

Ele termina o texto concluindo que "a única forma racional de interdependência é a que se baseia em direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez da competição, e no respeito pelos limites da natureza e pelos direitos das gerações futuras". (ARRUDA, 2000a, p. 46). Não são feitas referências a experiências históricas de

cooperativismo como em Singer, mas a uma evolução crescente nos EUA de passagem de empresas privadas para uma nova forma de propriedade social.

Trata-se de uma palestra feita para membros da OAB, em 1994, naquela época a economia solidária não existia ainda como proposta no Brasil, só havia experiências sindicais de empresas autogeridas e projetos comunitários de produção, da Cáritas. Mas as noções de socioeconomia solidária já estão presentes neste texto. A questão da subordinação da economia ao social, a libertação do trabalho assalariado, a radicalização da democracia, a ética da cooperação solidária, o respeito pelo meio ambiente e a dimensão mundial desta proposta. O mito fundante do qual Arruda é o profeta já está construído e, como todo mito, é narrado. Na seqüência dos textos posteriores este mito vai aparecer inúmeras vezes, contado e recontado. Chamo o discurso filosófico de Arruda de mito por possuir, além de uma proposta de ação que pode ser pensada como ideologia, uma visão cosmológica.

### 6.2.2. A globalização cooperativa

Na *Conferência sobre Globalização e Cidadania* do Instituto de Pesquisa da ONU para o Desenvolvimento Social em dezembro de 1996, Arruda legitima sua fala no fato desta ter por base suas práticas de trabalho local de desenvolvimento e educação integrais em diversos movimentos sociais brasileiros e internacionais, associadas à pesquisa sobre temas macroeconômicos e sociais.

No texto *Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa*[344], Arruda aponta para uma globalização cooperativa, construída por indivíduos e sociedades que se "agreguem em redes de colaboração e intercâmbio que respeitem a individualidade de cada um e conectem o singular de maneira complementar e criativa, em processos plurais, autogestionários e solidários". (2000a, p. 50). Ele argumenta que o setor privado não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos, o que provoca uma busca de identidade e de sentido para a existência humana, bem como "de formas de organizar a economia e as trocas nacionais e internacionais que promovam o ser humano". (ARRUDA, 2000b, p. 51). Faz uma crítica aos Estados centralizadores, ou seja, ao socialismo real, que tentou possuir o controle total da economia e da sociedade. Os meios propostos para a reestruturação da socioeconomia são o "associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projetos estratégicos" (ARRUDA, 2000a, p. 53) para ir construindo, do micro ao macro, uma globalização cooperativa e solidária ancorada na práxis de uma cidadania ativa e plena também no campo econômico e financeiro.

Arruda cria uma série de novos conceitos como o de empresa-comunidade humana, ecossociedade, ecoeconomia. Outros, como a noodiversidade, a noohistória, ele os toma

[344] O texto da conferência foi revisto em junho de 1999, para sua publicação em livro.

emprestados de Teilhard de Chardin, sem dúvida para marcar, no primeiro caso, a novidade de suas propostas, no segundo sua empatia com as concepções filosóficas deste autor.

Arruda insiste na necessidade de um processo educativo que eleva a consciência para a crescente autonomia do indivíduo e da coletividade. Esta formação deve ser dada usando a metodologia de Paulo Freire que "valoriza o conhecimento de cada pessoa e de cada coletividade, articula teoria e prática e orquestra a promoção da autoconsciência individual com o processo coletivo de visualizar e de construir o novo". (Ibidem, p. 54).

O autor vislumbra três estágios para a construção de uma cidadania mundial:

> Um período de oposição e persistente pressão por mudanças e melhoramento das condições opressivas da maioria trabalhadora; segundo um período de desenvolvimento da consciência de que os trabalhadores podem articular oposição, advocacia e interação no interior do mercado capitalista, com uma estratégia ativa de trabalhar coletivamente para ganhar espaços próprios na economia do capital; e terceiro, um lento, mas –se aquelas precondições forem preenchidas - seguro nascimento de uma ecossociedade cooperativa na qual a cidadania ativa se torne uma realidade para cada um... (ARRUDA, 2000a, p. 60).

O que está em jogo para ele é uma transformação cultural envolvendo mudanças de valores, de comportamentos, de modo de relações, aspirações e paixões. Se o desafio mais premente está na área socioeconômica, o principal, no entanto, está na transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Os agentes mais importantes para esta mudança são as organizações da sociedade civil. E a proposta do cooperativismo popular é apresentada "como um caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores em nível local, nacional e internacional". (ARRUDA, 2000a, p. 61).

Após analisar os males da globalização competitiva, ele apresenta a alternativa da globalização cooperativa e do autodesenvolvimento. Ela pode ser pensada de cima para baixo e de fora para dentro ou ao contrário. O primeiro caminho já foi tentado pelo socialismo real, e demonstrou "que o predomínio do Estado não corresponde necessária nem automaticamente à criação de uma ordem justa nem genuinamente socialista e democrática". (ARRUDA, 2000a, p. 67). O segundo poderia "impulsar o desenvolvimento, concebido não mais somente como crescimento econômico, mas como o desabrochar de todos os potenciais do ser individual e coletivo". (ARRUDA, 2000a, p. 69).

Seguindo a visão de Teilhard de Chardin, Arruda vê o ponto de partida do autodesenvolvimento da comunidade

> na diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é coloca-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. (ARRUDA, 2000a, p. 71).

A prática democrática teria por essência a partilha da propriedade e da gestão dos bens comunitários como essência mesma da prática democrática. Quanto ao amor, é ele que

permite "respeito e aceitação do outro, compreensão da alteridade como prolongamento e complementaridade de mim próprio (*self*), busca cotidiana de superação da tensão entre eu e o outro". (Ibidem). Neste caso, o mercado deve ser pensado como uma relação social entre seres humanos, e as empresas e instituições como comunidades humanas. Ele está confiante de que esta globalização, de caráter essencialmente cooperativo já está em gestação, e consiste no começo da organização do mundo em torno das necessidades superiores do ser humano, entre as quais ele cita o equilíbrio dinâmico entre seu lado masculino e feminino. Para ele, o masculino "tem a ver com a exterioridade, a ação, a conquista, e o feminino, com a interioridade, o cuidado e o respeito à vida e ao mistério do mundo". (ARRUDA, 2000a, p. 73). As primeiras características são estereótipos culturais, dicotomizados que lembram "a casa" e "a rua"; quanto à última característica, segundo a qual o feminino tem a ver com o respeito ao mistério do mundo, seria preciso ler Teilhard de Chardin para entender do que se trata. Na falta desta interpretação, ela fica por conta de cada um. Tratando-se de mistério, é possível fazer uma leitura do lado do sagrado e da religião. Não vou fazer aqui a crítica da visão essencialista do masculino e do feminino, pois já comentei esta questão no capítulo quarto, *Os nomes da economia solidária.*

Ao criticar o extremismo coletivista do socialismo real, Arruda acrescenta que sua crítica não se limita aos países socialistas estatistas, mas esta prática e concepções "contaminaram também as esquerdas e os movimentos sociais e populares de todos os países". (ARRUDA, 2000a, p. 75). Sua crítica é que eles ficam numa postura simplesmente de oposição e de reivindicação com vistas a conquistar o Estado.

Refere-se, em seguida, à cultura dominante no Brasil, citando como características a cultura colonizadora e escravista, colonizada e escravizada, a atitude reivindicatória e delegadora de poderes que "dá amplo espaço para a manipulação, o clientelismo, a corrupção, e que não promove pessoas, comunidades nem povos a sujeitos do seu próprio desenvolvimento". (ARRUDA, 2000a, p. 77). Para ele, a superação desta cultura, "não é apenas uma tarefa cultural, mas essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento". (ARRUDA, 2000a, p. 78).

Segundo Arruda, para gerar o ambiente propício e o empoderamento do mundo do trabalho, é preciso ocupar o espaço econômico mediante uma gradual apropriação dos bens produtivos, através da co-propriedade e da co-gestão das empresas, da constituição de novas empresas cooperativas, do desenvolvimento de competência empreendedora e profissional, da construção de um movimento cooperativo autogestionário, solidário e popular, do estabelecimento de um sólido e permanente processo de educação dos trabalhadores. Como Singer, Arruda se refere à formação de um movimento de economia solidária. É preciso também ocupar o espaço a nível político. Para tanto, o sindicato deve "ganhar o controle da economia para constituir-se na principal força política e cultural". (ARRUDA, 2000b, p. 79). No trabalho sindical é necessário incluir as famílias dos trabalhadores, incluir os trabalhadores desempregados, introduzir "questões políticas que servem de contexto para as reivindicações; e as questões de políticas macroeconômicas que

afetam diretamente os trabalhadores". (ARRUDA, 2000a, p. 80). Em colaboração com outras forças populares, é necessário estabelecer uma estratégia de luta pela democratização do Estado. E, finalmente, usando a linguagem de Gramsci, "operar uma revolução não somente política e socioeconômica, mas também uma revolução intelectual e moral". (Ibidem). Em outras palavras, ocupar o espaço informativo, comunicativo e cultural.

Na segunda parte do artigo, o autor analisa os êxitos e fracassos do cooperativismo, que apresenta vantagens sobre os demais caminhos já tentados anteriormente. De acordo com a sua análise, o cooperativismo apresentou-se sob diferentes formas em diversos países, ocorrendo a atomização do movimento, "tem-lhe faltado visão estratégica e projeto político, e não apenas econômico". (ARRUDA, 2000a, p. 85). Isto se deve talvez ao fato que, situando-se nos limites permitidos pelo sistema capitalista, ele não teve a ousadia de elaborar um projeto novo de economia e de sociedade. Porisso, no Brasil está "emergindo um cooperativismo de caráter popular, que busca organizar trabalhadores ou consumidores em empresas associativas ou cooperativas autogestionárias". (Ibidem). Os elementos filosóficos que o sustentam são

> a primazia do ser humano (seja ele trabalhador, consumidor, tomador de crédito etc.); a busca do 'justo preço'; as relações solidárias e cooperativas nas transações; a proposta de abolição do trabalho assalariado; e a construção de uma ecossociedade cooperativa, gestora de um projeto próprio de desenvolvimento e capaz de estabelecer laços *ao mesmo tempo* comerciais e solidários entre si e com os outros povos. (ARRUDA, 2000a, p. 85).

Esses diferentes pontos vão ser retomados em detalhes logo mais.

Arruda, numa seção intitulada *Novas perspectivas da sociedade civil*, comenta o que ele chama de dois acontecimentos brasileiros, um no Rio Grande do Sul e o outro no Rio de Janeiro. O primeiro é a formação de um Fórum do Cooperativismo Autogestionário e Popular[345]. Formado por cooperativas de habitação e de trabalhadores rurais e urbanos, este Fórum tem por propósito aprofundar a discussão estratégica para estabelecer laços entre as cooperativas e estabelecer redes e ocupação de cadeias produtivas. Ele teve o apoio da prefeitura de Porto Alegre e de uma parte do movimento sindical sendo, no entanto, autônomo. Em 1996, o Fórum organizou um encontro do qual participaram cooperativas autogestionárias da Espanha, com as quais Arruda tinha entrado em contato no ano anterior[346] e do Uruguai. Em 1997, ele se transformou em Rede Gaúcha de Socioeconomia Solidária e participou em 1998 do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias. O segundo acontecimento citado por Arruda é a formação do Fórum para o Desenvolvimento do Cooperativismo Popular no Rio de Janeiro. Sabe-se que o PACS, coordenado pelo próprio Arruda, é membro ativo deste Fórum, assumindo até seu secretariado. Este Fórum promoveu o I° Encontro Estadual do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

---

[345] A este respeito, ver o anexo B.

[346] Ver 5.2.5 Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária.

Se o texto foi originalmente escrito em 1997, esta parte deve ter sido acrescida, pois os fatos citados são posteriores àquela data; aliás, nas referências bibliográficas são citadas três publicações de 1999. É curioso observar, no entanto, o total silêncio sobre a ANTEAG que era conhecida por Arruda, sobre a ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro que também usa o nome de "cooperativa popular" e atua na mesma cidade e sobre os projetos alternativos da Cáritas no RS, que tampouco podiam ser desconhecidos por ele. Comparando este escrito com os de Singer, que fala da ANTEAG desde 1997, da ITCP do Rio desde 98, e dos PACs da Cáritas desde 1999. Há visivelmente uma escolha restritiva e parcial dos exemplos citados, o que não condiz com o discurso de unificação, redes e fóruns.

Mais adiante no mesmo artigo, Arruda cita cooperativas autogestonárias da Espanha e dos EUA, o fundo de investimento "ético", que só trabalha com "empresas que não produzem armas, fumo ou bebidas e mantêm boas relações com os trabalhadores". (ARRUDA, 2000a, p. 88). Não fica muito claro o que vem fazer aqui o fundo de investimentos éticos. As empresas nas quais ele investe assalariam trabalhadores e, como tais, extraem deles mais-valia, o que vai no sentido contrário ao que é pregado por ele. Aliás, os exemplos norte-americanos são em geral surpreendentes, como no caso do texto de 1994, comentado acima.

Finalmente, ainda no Brasil, Arruda cita uma rede formada, em 1995, por ONGs e organizações de trabalhadores que estabeleceram uma interação sistemática com o governo brasileiro e as agências multilaterais (Banco Mundial, FMI e BID). Um dos resultados destas negociações seria a proposta feita pelo PNUD "de políticas que garantam o acesso dos setores pobres a terra e crédito". (Ibidem). Este é outro exemplo que surpreende, pois é mais parecido com a cultura reivindicativa que ele critica do que com o autodesenvolvoimento por ele proposto.

O último, oitavo ponto, trata dos desafios do cooperativismo autogestionário e solidário. "O primeiro problema comum às cooperativas é o desafio de abolir a mais valia". (ARRUDA, 2000b, p. 89). Na prática, muitas cooperativas empregam assalariados, a solução seria de incorporar a longo prazo esses trabalhadores à cooperativa como sócios.

A segunda dificuldade consiste em conceber a cooperativa como uma comunidade humana. A cooperativa deve se preocupar com o bem-estar dos seus sócios e de suas famílias, com a diminuição dos custos para elas e aumento das receitas, mas também com a educação integral de cada sócio e de seus familiares.

O terceiro desafio "é o enfrentamento da competição em mercados dominados pelas relações capitalistas de produção". (ARRUDA, 2000a, p. 91). Para poder competir com as empresas capitalistas, as cooperativas devem achar vantagens comparativas. O problema é que, às vezes, elas acabam competindo entre si em vez de se unirem para complementar-se e fortalecer-se. Segundo Arruda, para não ser aprisionado pelo jogo da competição capitalista, a cooperativa deve adotar uma ética do suficiente e da co-responsabilidade e não a racionalidade do crescimento ilimitado. Para isto, além de respeitar o meio ambiente, é

preciso desenvolver, no espaço da economia popular[347], relações comerciais e solidárias. Para construir um mercado solidário, é necessário estabelecer o justo preço e isto vai além da relação entre o capital e o trabalho, no seio da empresa.

> O objetivo da cooperação solidária é tecer redes cooperativas, nas quais prevaleçam relações cooperativas e solidárias desde o processo de produção até o de comercialização. O objetivo é também gerar espaços cooperativos cada vez mais amplos no interior do mercado capitalista. (...) As cooperativas devem convencer-se de que não podem existir sozinhas ou isoladas entre si. (ARRUDA, 2000a, p. 92-93).

O objetivo maior está em construir uma socioeconomia cooperativa e solidária, o que significa

> uma economia orientada para as necessidades da sociedade de trabalhadores, controlada por elas/eles, e cujas relações estejam fundadas na propriedade social e no controle e gestão pelos próprios trabalhadores que as constituem, desde o nível da empresa cooperativa até os níveis da comunidade nacional e global. (ARRUDA, 2000a, p. 93).

Alguns outros problemas são a legislação sobre o cooperativismo, em particular no Brasil, a questão do crédito e do financiamento e, neste caso, "a *descentralização financeira* é o caminho mais desejável, para que grupos de cooperativas e comunidades populares ganhem controle sobre a gestão e o uso da sua própria poupança e o pleno acesso ao crédito". (ARRUDA, 2000b, p. 95). Finalmente, é levantado o problema do Estado nesta perspectiva de uma sociedade cooperativa. "Trata-se de um projeto político mediante o qual a sociedade organizada venha a ocupar democraticamente a economia, o Estado e a cultura". (ARRUDA, 2000a, p. 96). O Estado teria um papel de articulador e de regulador, gerador de consensos ativos.

> Tem que haver gestão de políticas públicas com relação à socioeconomia, às finanças e ao comercio interior e exterior, mas que tenha por função orquestrar da forma mais harmônica e orgânica possível as unidades organizativas da economia social, cuja autonomia e modo autogestionário de administração devem ser respeitadas. (ARRUDA, 2000a, p. 97).

Fiz um resumo relativamente extenso deste texto, pois ele é bastante paradigmático. Este ensaio é um condensado das idéias do autor e nos dá, parece-me, um apanhado do que ele trata na sua tese de doutorado. Passamos de uma visão filosófica ontológica que trata da evolução do ser humano e de sua consciência, para os desafios que a ética cooperativa encontra numa sociedade capitalista, até uma proposta de uma ecossociedade ideal onde os trabalhadores se organizam de maneira autônoma e onde o Estado organiza o bem comum sob a vigilância ativa dos mesmos. A amplitude dos assuntos é tal que a passagem de

[347] Economia popular é o termo usado aqui. Não fica muito claro porque, de repente, as relações se constroem neste espaço do qual até agora não se falou.

considerações filosóficas de âmbito universal para exemplos concretos extremamente tênues e contraditórios nos deixa perplexos. Se algumas propostas encontram as de Singer, como, por exemplo, a transformação das cooperativas em comunidades humanas – o exemplo do kibutz no caso de Singer –, o papel do sindicato no controle da economia e da política, seu ponto de partida é bastante distinto. Singer se apóia numa tradição de lutas que se formou no século XIX, ao passo que Arruda parte de uma visão evolucionista da espécie humana, do princípio de autodesenvolvimento.

### 6.2.3. A educação da práxis

Em *O "feminino criador"*, apresentado na Reunião anual da ANPED em setembro de 1998, Arruda retoma várias questões abordadas anteriormente em *Globalização e sociedade civil.* Na parte descritiva sobre a socioeconomia solidária no RS e no RJ, temos algumas datas mais precisas, mas também algumas diferenças no nome dos eventos ou na participação de algumas entidades. Pode ser que se trate de detalhes, mas é necessário notificá-los. Se, no texto publicado em 2000, uma entidade como a ANTEG não é mais nomeada, o que isto significa? Necessidade de resumir o texto, hipótese pouco provável, já que retirar uma frase não chega a diminuir o texto de maneira significativa. Algum desentendimento, nada abertamente declarado e, mesmo se tivesse, justificaria a retirada da entidade?

A parte original deste texto trata da educação que ele denomina educação da Práxis que tem por objetivo a "construção de sujeitos – individuais e coletivos – do seu próprio desenvolvimento e educação, buscando o grau maior possível de autonomia em relação a seus mestres e a toda figura hierarquicamente superior". (ARRUDA, [1998b, p. 10], 2000a). Ela deve ser de caráter permanente, onilateral e onidimensional "desde o corpo e seus sentimentos até a mente, a psique e o espírito com seus múltiplos atributos". (Ibidem). Isto implica que cada um, agente educativo ou educando deve reconhecer o outro como sujeito e centro de criação de conhecimento e de transformação do mundo e estabelecer com ele uma articulação e integração sinergética de conhecimentos. Por outro lado, no plano político, é necessária a partilha do poder e do saber e isto desde a sala de aula até "as relações macro culturais e macro socioeconômicas". Arruda acrescenta também a "aprendizagem da complementaridade das faces masculina e feminina de si próprios e do mundo, da diversidade e unidade do concreto, da individualidade e coletividade da pessoa humana, da materialidade e espiritualidade da Matéria". (ARRUDA, [1998b, p. 11] 2000a).

Arruda afirma que este tipo de educação está florescendo num número cada vez maior de cursos e seminários de educação cooperativa. Uma das experiências mais relevantes para ele é a do MST. É certo que o MST desenvolveu várias experiências de formação de crianças nas escolas, de técnicos agrícolas ou de professores e educadores, ou mesmo de lideranças. Se há aspectos extremamente positivos, várias análises de seus

métodos trouxeram, no entanto, críticas graves no que diz respeito ao doutrinamento sofrido pelos participantes, o que é totalmente contrário ao que recomenda o próprio Arruda. No livro *Metodologias de capacitações* de SILVEIRA, MELLO e GOMES, o capítulo a respeito do *Método de Capacitação Massiva* (sic) *através de Laboratórios Organizacionais*, que foi amplamente usado pelo MST, termina com esta frase:

> A investigação realizada permite atestar que, a partir do processo de capacitação, os sinais de mudança psicossocial são nítidos e reconhecidos. Mas não inequívocos: mesmo do ponto de vista comportamental, pessoas mexidas e revolvidas, a partir de uma vivência nova e intensa, não é o mesmo que pessoas em processo de transformação autônoma e continuada. (SILVEIRA, 2000, p. 66).

Quanto às críticas de Navarro, elas são muito mais duras ainda.

> A prática política do Movimento, ao longo dos anos, obedecendo à ortodoxa preferência leninista de sua direção principal, tem sido essencialmente não-democrática, como antes enfatizado. (...) Os dirigentes não são eleitos, em nenhum momento público, mas escolhidos cuidadosamente pelos quadros mais altos, sob o critério principal da lealdade e submissão às diretrizes principais, que são obedecidas rigidamente, sob pena de perda da posição na estrutura da organização. (NAVARRO, 2002, p. 217).

E mais:

> O resultado final, em todas as regiões agrárias brasileiras, tem sido a significativa materialização de uma capacidade de mobilização empreendida pelo MST, (...), mas também a incapacidade, por outro lado, de produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida. (NAVARRO, 2002, p. 228).

Finalmente, Arruda acrescenta uma outra abordagem da Educação da práxis, complementar a esta, a educação Zen. De acordo com ela, a habilidade se espiritualiza e a tarefa do educador é ajudar seus educandos "a libertar-se de si mesmos, a identificar-se plenamente com os outros e o mundo como parceiros do conhecimento, até o ponto de 'desprender-se do próprio Eu' e adotar uma intencionalidade 'sem intenção'". (ARRUDA, [1998b, p. 12] 2000a). Estamos em plena filosofia oriental que parece aplicar-se melhor a monges budistas do que a trabalhadores de um empreendimento autogestionário às voltas com os desafios e contradições do dia-a-dia.

A conclusão deste texto traz uma metáfora de cunho bíblico, "as forças das sombras são enormes, potentes, onipresentes. (...) As forças da luz começam a fazer sentir-se com maior potência do que antes". (Ibidem). E não é um combate que a profecia anuncia, mas "num tempo não tão longo quanto se teme, as sombras ficam contaminadas pela luz e todo o ambiente se ilumina". (Ibidem). Estamos em pleno conto de fadas, e "eles viveram felizes para sempre", poderíamos acrescentar. Novamente a impressão que fica é de um grande idealismo, um sonho que embala e dá alento *envers et contre tout*.

### 6.2.4. As campanhas políticas

Em setembro de 1998, Arruda pronunciou uma palestra para o IX Congresso Luterano Latino-Americano, no Estado de Santa Catarina. Nela, sob o título de *Globalização e América Latina: oportunidades e desafios*, além da análise já conhecida sobre a globalização competitiva e a proposta de uma globalização cooperativa ou socioeconomia solidária, Arruda aborda os desafios que esta apresenta para os movimentos sociais e as Igrejas. Lembrando que as Igrejas têm responsabilidades enquanto autoridade moral frente à sociedade composta pelos explorados, pelo Estado e pelos exploradores, ele define sua missão como um projeto libertador em relação a todo tipo de opressão e alienação. Para realização desta missão, duas atitudes complementares devem ser tomadas: a profética e a diacônica.

O primeiro desafio é denunciar a injustiça e a alienação, e não basta fazê-lo em palavras, mas também em atos. Ou seja, as Igrejas devem agir em conformidade com o que elas pregam. Elas devem provar que um outro mundo é possível. Os valores pregados devem ser os da partilha e da co-responsabilidade, que estão sendo implantados aos poucos nos movimentos sociais e que as igrejas podem ajudar a desenvolver.

O segundo desafio "envolve o serviço e o apoio às causas libertadoras dos explorados, oprimidos e excluídos. Envolve a persuasão e a motivação a que os exploradores, opressores e alienadores se convertam". (ARRUDA, 2000a, p. 157). Arruda apresenta então ações políticas nas quais ele mesmo está implicado, a saber, a Campanha Jubileu 2000, a Campanha contra o Acordo Multilateral de Investimento e o Acordo do Brasil com o FMI. O tema da conversão pela persuasão vai no mesmo sentido que a metáfora das "sombras [que] ficam contaminadas pela luz". Novamente é uma proposta bastante voluntarista, que contrasta com as análises marxistas às quais Arruda, às vezes, se refere.

Arruda comenta a Campanha Jubileu 2000, coordenada no Brasil pelo CONIC-CNBB-CESE. Trata-se de uma reivindicação junto aos Bancos, governos e credores para anular ou pelo menos renegociar as dívidas interna e externa; trata-se de uma moratória soberana. A campanha visa também a redistribuição das terras, a supressão de relações de trabalho opressivas e a participação dos trabalhadores na organização da produção. O movimento se inspirou numa tradição judaica segundo a qual nos Jubileus cancelavam-se as dívidas, libertavam-se os escravos para permitir a todos de recomeçar suas vidas com dignidade.

A Segunda Campanha visa a regulação dos fluxos internacionais de investimentos, impedindo que estes tenham liberdade absoluta para circular sem o menor controle dos governos nacionais.

A última Campanha é contra a assinatura de acordos com o FMI, pois este recomenda cortes de gastos internos principalmente na área social a fim de cumprir os compromissos de pagamento da dívida externa. Este tipo de política leva à recessão, ao desemprego

crescente, à falência de empresas, à descapitalização interna e à perda da soberania nas questões macroeconômicas.

O texto foi escrito em 1998; depois disto, Arruda se envolveu em outras campanhas como contra a ALCA, e a Campanha do Jubileu teve continuidade recolhendo assinaturas no Brasil inteiro. Estas campanhas são sempre coordenadas pela CNBB, mas também pelos sindicatos e diversos movimentos sociais e ONGs, entre as quais o PACS.

### 6.2.5. O desenvolvimento comunitário autogestionário

O texto intitulado *Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário* é um ensaio que foi escrito em dezembro de 1998 para a Rede de Ação Comunitária da Irlanda. Nele, Arruda comenta que governos e agências multilaterais tiveram como meta o desenvolvimento comunitário para atenuar os efeitos desastrosos das reformas neoliberais sobre a força de trabalho.

> A persistência de desigualdade, porém, convenceu a muitos de que as comunidades locais devem comprometer-se na solução de alguns de seus problemas de sobrevivência, que o mercado é incapaz de resolver. Fundos do Estado são necessários, mas o objetivo principal é envolver as comunidades na superação dos seus problemas socioeconômicos, deixando os setores mais rentáveis para o grande capital privado e evitando a instabilidade social. (ARRUDA, 2000a, p. 162).

O desafio proposto por ele é então "reinventar a economia de forma que ela se adapte aos seres humanos que somos: seres amorosos". (Ibidem).

Ele define o termo comunidade como "conjunto de pessoas que compartilham um projeto em comum, valores, ideais e práxis em comum" (ibidem), mas acrescenta que um destes valores consiste em desenvolver esses laços também com outras comunidades. O desenvolvimento emancipatório seria aquele que permite construir relações solidárias dentro e com as outras comunidades.

Após afirmar que nem o capitalismo liberal, nem o capitalismo estatista, ou mesmo socialdemocrata, que redistribuem parte do excedente, são conciliáveis com a cooperação (pois no capitalismo, o capital compete com o trabalho), o autor retoma o tema da globalização cooperativa, como em textos anteriores, e explica que crescimento e desenvolvimento, não são a mesma coisa. Segundo sua visão, após atingido um crescimento econômico considerado suficiente para satisfazer as necessidades básicas, nós deveríamos preocupar-nos com o desabrochar das qualidades e potenciais superiores dos seres humanos. Por esta razão, o desenvolvimento de comunidade "não pode ser visto isoladamente do desenvolvimento de outras comunidades, da nação e da espécie humana". (ARRUDA, 2000a, p. 165). A postura de mostrar que é possível estabelecer relações

econômicas não redutíveis às dimensões estatais e mercantis aproxima-o do pensamento crítico da escola antiutilitarista do M.A.U.S.S., apesar dele nunca se referir a ela.

O desenvolvimento de comunidade exige o seu empoderamento e, para ter democracia plena, é necessário que os trabalhadores tenham "o controle e a gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho; acesso aos mercados, ao crédito, a uma ocupação útil, em suma, a todos os direitos socioeconômicos". (ARRUDA, 2000a, p. 166). Os principais agentes de desenvolvimento devem ser os próprios interessados e suas comunidades. A ajuda exterior deve ser um simples complemento dos recursos próprios de cada sujeito. A cooperação a nível local deve ser articulada em rede com as solidariedades cooperativas de troca de bens, serviços, idéias, energias no espaço regional, nacional e internacional.

Arruda reafirma que só a educação e o empoderamento permitem o autodesenvolvimento. Para isto é necessário vencer a cultura da dependência e da delegação de responsabilidades. Como motivar as pessoas e suas comunidades para responsabilizar-se pelo seu próprio desenvolvimento? Há uma série de obstáculos objetivos e subjetivos, sendo estes talvez os mais difíceis de serem superados. Entre os primeiros, a fragmentação de interesses, a falta de recursos, a falta de agências intermediárias e o controle social. Entre os subjetivos, "o medo, o individualismo enraizado, a falta de auto-estima, a falta de confiança nos outros, a falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente, a falta de uma identidade coletiva enquanto comunidade". (ARRUDA, 2000a, p. 168). Para motivar as pessoas e suas comunidades, segundo ele, é preciso, respeitando as especificidades culturais de cada lugar, diálogo e ações concretas, para aprender na prática a compartilhar idéias, a realizar escolhas e atividades.

As reflexões de Arruda sobre a importância de uma identidade compartilhada pelo grupo para seu autodesenvolvimento foram confirmadas pelas observações de diversos teóricos da economia solidária como Defourny e Gaiger, que citam exemplos de empreendimentos bem sucedidos onde existe um ideal compartilhado seja ele religioso, étnico[348], de gênero ou ainda onde estas diversas características estão reunidas.

Arruda argumenta, em seguida, que, se a exclusão social é um fenômeno intrínseco ao capitalismo, tentar a inclusão social via reinserção no mercado de trabalho assalariado dos excluídos não é uma solução durável. Só a emancipação do trabalho humano permitirá a superação da exclusão. O autor tem uma postura essencialmente normativa, muito menos investigativa do que Singer ou Gaiger, não se pergunta como as coisas estão se desenvolvendo em tais e tais circunstâncias ou porque elas assim acontecem, mas afirma como as coisas devem acontecer ou como devemos agir.

Sua caminhada é uma caminhada pedagógica, faz propostas, mas tudo parece simples e exeqüível. Assim, ensina que, para desenvolver uma comunidade, é preciso num primeiro momento mapear as necessidades e os recursos disponíveis; colocando-as lado a lado, percebe-se que a maioria das necessidades pode ser satisfeita na própria comunidade

[348] O caso de Mondragón, no país basco, é um exemplo de identidade étnica.

mediante trocas, com ou sem a mediação de dinheiro, ou ainda, criando uma moeda própria. Se fundos externos são geralmente necessários num primeiro momento, é importante que fontes locais de financiamento sejam mobilizadas para reduzir a dependência em relação àqueles.

O ensaio afirma então a existência de experiências em que os trabalhadores reorganizaram "a produção, as finanças, o crédito, o comércio, o consumo e os serviços na base da cooperação e da solidariedade". (ARRUDA, 2000a, p. 170). E que a formação de redes cooperativas traz a seus parceiros uma percepção do todo no qual eles estão inseridos e de necessidades que vão além dos bens materiais. Assim, em cada comunidade é possível organizar formas cooperativas de trabalho que proporcionam renda e trabalho, devolvendo auto-estima e confiança a seus participantes. Na medida em que vão tomando o controle de sua economia, tornam-se capazes de lidar com agências externas e grandes firmas, gerando tudo isto um sentimento de identidade e devolvendo "o ethos da solidariedade e da reciprocidade". (Ibidem, p. 171).

Quanto à questão do Estado, Arruda não vê problemas no fato de os governos, a nível municipal, estadual ou nacional, tomarem a iniciativa, contanto que o objetivo não seja alienador (tornar os trabalhadores mais competitivos ou reinseri-los no trabalho assalariado). O Estado precisa catalisar recursos e conselho à medida que a comunidade os solicita para que esta possa superar sua dependência e desenvolver de maneira crescente a autogestão cooperativa. Somente assim as comunidades deixarão de esperar uma ajuda paternalista e assistencialista tradicional.

Arruda distingue as comunidades, que ele chama de "naturais", das verdadeiras. Para falar em comunidade, é preciso uma "decisão consciente dos seus membros de dividir entre si a responsabilidade pelo seu destino comum". (Ibidem, p. 173). Ou seja, deve existir um processo intencional e um certo contrato firmado entre seus membros para realizar determinadas tarefas em co-responsabilidade. Como foi mencionado anteriormente, é a metodologia da práxis que é proposta e explicada. Ela articula prática e teoria, ação e conhecimento. O texto detalha os vários passos desta metodologia, que consiste em estabelecer objetivos gerais, pesquisar e mapear o terreno e os participantes, definir objetivos específicos, planejar ações, realizá-las, avaliar os resultados e retomar o processo.

O ensaio termina fazendo considerações a respeito de uma filosofia do conflito, decorrente da diversidade da realidade humana e que deve ser estudado para entender suas raízes e fatores determinantes e para definir a forma de se lidar com ele. Sua superação leva a uma unidade criativa. Arruda apresenta, em seguida, um diagrama representando conjuntos de opostos, situando de um lado os aspectos individuais e de outro os sociais. O segredo do sucesso, para ele, é caminhar entre os dois, conectando os dois aspectos, articulando de maneira dinâmica os dois pólos[349].

[349] Essa apresentação binária de opostos e a procura de um intermediário lembram a questão do mito, que abordarei mais adiante.

O maior obstáculo ao desenvolvimento cooperativo é o ambiente competitivo, que tem por base "um conceito de ser humano como indivíduo absoluto e abstrato, retirado de qualquer contexto e afirmado como um ser isolado. O mesmo conceito é estendido aos coletivos humanos". (Ibidem, p. 181). Nesta perspectiva, os outros são vistos como inimigos contra quem devemos competir e lutar a fim de não sermos destruídos.

A respeito dos valores que fundamentam a cooperação, o autor volta a reafirmar que suas características são qualidades do feminino. Mais uma vez, também, ele expressa sua esperança no processo evolutivo natural do cosmos e da humanidade conforme visão de Teilhard de Chardin e de Sri Aurobindo, um sábio indiano. Em cada texto, ele reafirma o "mito de origem"[350] e fazendo dele um guia para o futuro. Quando nota que, além deste processo evolutivo natural, existem áreas potenciais de desenvolvimento que pertencem ao âmbito da consciência e da responsabilidade humana, podemos pensar nos rituais de atualização do mito, que o reafirmam.

### 6.2.6. A cultura da socioeconomia solidária

Os textos produzidos após *Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário*, quando tratam da cooperação e da socioeconomia solidária ou amorosa, vão retomando as mesmas idéias. Passamos, então, ao texto *A cultura da socioeconomia solidária,* publicado em 2000 no segundo caderno da série *Semeando socioeconomia solidária: construindo a democracia econômica.* Ele foi dado como leitura preparatória ao encontro brasileiro de socioeconomia solidária, realizado em Mendes, Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano. O discurso é bastante similar aos anteriores, só que dá mais ênfase à cultura entendida por Arruda como "conjunto dos valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação característicos de um determinado estágio de evolução de uma sociedade". (2000b, p. 9). Nesta visão evolucionista, o autor vai fazer referência à velha e à nova cultura, a primeira sendo o berço e a matriz da outra. Ele faz também referências ao biólogo chileno Maturana, segundo o qual a competição é anti-social e "a origem antropológica do *Homo Sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação, e a cooperação só pode se dar como uma atividade espontânea através da aceitação mútua, isto é, através do amor". (MATURANA, apud ARRUDA, 2000b, p. 10).

É na questão da economia amorosa que Arruda vê o encontro entre a cultura e a economia. Ele faz aqui a conhecida distinção[351] estabelecida por Aristóteles entre a economia crematística, atividade de acumular riqueza material, e a oikonomos ou administração e gestão da casa. Esta última é, para ele, a visão da cultura humanista, a economia dedicada ao bem estar social e humano. Os valores da cultura da solidariedade

[350] Chamo aqui de mito de origem à visão evolucionista que ele desenvolve nos seus textos.
[351] Tratei esta questão no capítulo sobre *Os nomes da economia solidária.*

são também mencionados, a saber, a reciprocidade, a cooperação, a compaixão, o respeito pela diversidade, a complementaridade, a comunidade e o amor.

### 6.2.7. A visão utópica da socioeconomia solidária

Como Singer e Gaiger, Arruda participa do *Seminário sobre Economia dos Setores Populares* na Universidade Católica do Salvador. Através do tema *Um novo humanismo para uma nova economia*, a missão é "levar cada um a se conectar com seu próprio sentimento a respeito de quem somos, do que estamos fazendo nesta existência terrena, para onde tendemos enquanto espécie e o que, portanto significa o mundo que nós temos hoje". (ARRUDA, 2000c, p. 199). Uma tal afirmação deixa-nos pensativos e coloca o autor numa categoria muito especial de intelectual. Com o propósito de discutir qual é a natureza do ser humano, ele fez a proposta de "nos situarmos no campo da utopia que seria o referencial". (Ibidem). Para realizar um projeto de Socioeconomia Solidária, temos que mudar o paradigma dominante de ver o mundo. Não é só com o cérebro que devemos pensar e trabalhar, mas também com o coração, devemos ter a fé de que podemos fazer de forma diferente.

A respeito da prática e do concreto, ele colocou que preferia não começar pelo empírico e se justificou a partir da concepção de concreto de Marx. No objeto empírico que observamos há muito mais do que vemos. Há uma concepção anterior, um trabalho prático, matérias primas, relações de trabalho etc. Da mesma forma, a definição de ser humano "vai ser um lastro sobre o qual vamos construir um conceito de Socioeconomia Solidária". (Ibidem, p. 202).

Critica, portanto, a visão neoliberal de indivíduo que faz deste um absoluto ao redor do qual tudo gira, tema que vai ser retomado no verbete sobre socioeconomia solidária. Também aborda o tema das duas concepções de economia segundo Aristóteles, questões que comentei no capítulo quatro sobre os nomes da economia solidária (*4.2. Economia*). Arruda volta a falar de noodiversidade que se refere a uma visão multicêntrica do mundo e afirma a necessidade de "retomar a visão do ser humano a partir da diversidade". (ARRUDA, 2000c, p. 203). Ou seja, sair da visão do "eu sem nós", bem como do "nós sem eu" e buscar uma concepção do "eu e nós".

Partindo de Marx e Teilhard de Chardin, ele propõe uma nova concepção de economia, discute a análise que aquele faz do trabalho alienado e sublinha que a superação da alienação não se resume à emancipação do trabalho, mas comporta a superação de várias alienações. A primeira, é superar a "alienação em relação à complexidade que nós somos" (ibidem, p. 204), isto é, o homem deve educar-se, fazer um trabalho sobre ele mesmo; a segunda diz respeito à nossa relação com a natureza, a começar por "nosso corpo que é pura natureza", devemos restabelecer uma relação harmoniosa com ela. Tendo isto em vista, "a discussão sobre outros modelos e modos de produção é fundamental". (Ibidem, p.

Quanto às ONGs, no primeiro período elas não se identificavam com este nome e durante a ditadura militar situaram-se à sombra das Igrejas, principalmente a católica, e igualmente de certas universidades. Elas realizavam uma série de atividades de assessoria aos movimentos sociais, intermediando financiamentos, mas ao mesmo tempo promovendo educação popular –com destaque para a pedagogia do oprimido de Paulo Freire– através de cursos de formação política, principalmente de lideranças, e de defesa jurídica. No segundo período, muitas delas foram criadas com o apoio de outras, internacionais, e organizaram-se em redes. Dois tipos de militantes as compunham, os que permaneceram no Brasil desenvolvendo seus trabalhos numa semiclandestinidade e os exilados recém-retornados. Estes últimos traziam novas análises e uma visão crítica em relação ao marxismo. Entre os temas recorrentes encontravam-se a tensão entre o princípio universal da democracia e o direito à diferença[135].

No terceiro período, com o fim da fase da Guerra Fria, seguindo uma política neoliberal, os Estados entraram numa fase de minimização expressa por um movimento de privatizações e de desregulamentação de direitos conquistados ao longo dos anos. Isto não os impediu de intervirem de modo persistente na vida social e política. A sua função de provedores do bem-estar da população está sendo progressivamente transferida para organismos privados. Nesta fase, os movimentos sociais, ao invés de se colocarem em oposição com o Estado, dirigem-se a ele para assinar convênios de parceria. Boa parte dos movimentos sociais perde seu caráter de protagonista e as ONGs assumem o centro da cena. Elas passam, então, de assessoras a parceiras dos movimentos sociais. Nesta última fase, surgiram as ONGs, associadas especialmente aos conceitos de Terceiro Setor, de parceria e de voluntariado[136]. O próprio setor empresarial começa a envolver-se com o social. Isto pode ir desde simples doações de gêneros ou dinheiro a entidades assistenciais até a elaboração de projetos específicos na área do meio ambiente ou destinados à população vizinha da empresa e envolvendo recursos financeiros e humanos consideráveis sob a forma de voluntariado. Migra-se assim da tradicional dicotomia privado/público para limites difusos dum terreno onde entidades públicas e privadas realizam parcerias e articulam-se em vista de um objetivo comum. No entanto, há de se observar que a posição das ONGs em vista da realização de projetos nestas parcerias é assimétrica. Enquanto o Estado, as empresas ou órgãos internacionais têm o poder de dar, suspender ou retirar o dinheiro, as ONGs devem executar ou intermediar os projetos sociais, tendo que submeter-se aos ditames dos primeiros.

O final do terceiro bem como o quarto períodos não serão tratados aqui, pois estão sendo analisados nos próximos capítulos junto com as manifestações da economia solidária.

[135] A respeito desta temática, ver Pierucci, 1999 e Montero, 1999.
[136] No ponto 3.3., logo abaixo, retomo o conceito de terceiro setor.

### 3.1.2. O contexto econômico

Quanto à situação econômica, o Brasil passou por rápidas e profundas transformações, nas últimas décadas, uma das quais, sem dúvida, é a que Robert Castel chamou de fim da sociedade salarial. Mesmo se o Brasil nunca chegou a ser uma sociedade salarial, ele viu modificar-se, da mesma forma, a estrutura do emprego com carteira assinada a ponto de falar em desassalariamento (participação decrescente do emprego assalariado no total da ocupação). (POCHMANN, 1999). A este respeito os dados oficiais são eloqüentes:

> Para o Brasil os números são catastróficos. Em 1980, o país tinha a sexta população do planeta, mas ocupava a nona posição no ranking mundial da quantidade absoluta de desempregados, com 964,2 mil trabalhadores desempregados, atrás da Índia, EUA, China, Itália, Reino Unido, Espanha, França e Japão. A partir de 1990, a piora no desempenho do mercado de trabalho brasileiro trouxe repercussões imediatas, permitindo que o país passasse a ocupar a sexta posição. Em 1995, o Brasil pula para a quinta posição do mesmo ranking. Já em 2000, a população brasileira é a quinta do planeta, mas o país passou a ocupar a segunda posição no ranking mundial de desempregados, atrás apenas da Índia. (Idem, 2002).

Perdeu-se a estabilidade dos empregos regulares, assistiu-se à precarização e à sub-utilização da força de trabalho. Se o problema do emprego vem se agravando desde a década de 80, com os ajustes macroeconômicos[137] voltados para o pagamento da dívida externa, nos anos 90 aumenta a tendência de desestruturação do mercado de trabalho no país e cresce rapidamente o trabalho informal constituído principalmente por «ocupações que revelam mais uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego do que uma demanda dos capitalistas por trabalho». (Idem, 1999, p. 108).

Nos anos 90, o aumento do desemprego se deve a uma fase de baixos investimentos produtivos e estagnação das atividades, acompanhada por um crescimento populacional. O desemprego, a ausência de políticas satisfatórias de bem-estar social e a baixa remuneração da população efetivamente empregada levaram a população a taxas dramáticas de pobreza. O caso brasileiro é tão grave que teóricos europeus já cunharam a expressão "brasilianização"[138] ou barbarização do trabalho.

Ao contrário dos países que se ressentiram com a crise do Estado-Providência e procuraram na economia solidária uma forma de solução à exclusão social, o Brasil nunca teve mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade. Amplas camadas da população sempre foram privadas de acesso aos circuitos formais de emprego e sobrevivem de práticas informais de comércio, produção e prestação de serviços formando o que é chamado de economia popular (TIRIBA, 2001) ou economia dos setores populares.

---

[137] Privatização, enxugamento do aparelho de Estado, cortes nos gastos públicos, políticas monetárias redutoras da circulação da moeda etc.

[138] Segundo Cesar Sanson, do CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores) de Curitiba.

(KRAYCHETE, 2000). Mas a economia solidária vai ser uma saída tanto para os trabalhadores das firmas falimentares, como para os trabalhadores da economia popular.

### 3.1.3. Iniciativas da sociedade civil

Frente ao desemprego e à miséria crescente, foram desenvolvidos programas de combate no mundo inteiro. As agências internacionais, financiadoras de projetos sociais, mudaram também suas políticas. Como Clêyde Souza já escrevia em 1989, estas começaram a pressionar os movimentos sociais para darem mais atenção aos projetos econômicos. No caso de estes dispensarem maior importância ao fator político-educativo na formação de empreendimentos, não se alcançando a autonomia econômica, cria-se "uma série de conflitos com as agências financiadoras que apostam na rentabilidade de projetos econômicos". (SOUZA, C. 1989, p. 47). Esse novo rumo nas práticas dos movimentos sociais levou a muitas críticas. Assim, o papel de intermediário e de executor das políticas governamentais dirigidas às camadas mais pobres da população é visto como uma perda de autonomia dos movimentos sociais e, por conseqüência, da sua capacidade de crítica e de reivindicação. Por outro lado, o envolvimento nestes projetos consome muito tempo em atividades burocráticas e, em caso de fracasso, eles serão vistos como responsáveis. Além do mais, muitos destes programas pretendem trazer soluções para problemas cujas raízes não estão sendo atacadas pelos poderes públicos ou pior cujas políticas públicas trabalham justamente em sentido oposto. (Idem, p. 51-53).

A nível internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990) reconhece, a partir dos anos 90, a economia popular como um elemento importante para a luta contra a pobreza na América Latina e no Caribe. Em 1993, ele assinou um convênio com o Banco do Nordeste para a execução do Projeto BNB-PNUD que tinha por objetivo a execução do *Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais do Nordeste*. Segundo Silveira (2000), a equipe responsável pelo programa tinha adquirido uma certa experiência por ocasião do projeto INCRA-PNUD que, a partir de 1987, capacitou produtores rurais em assentamentos de reforma agrária. O projeto desenvolvido entre 93 e 95 visava a viabilização de associações e cooperativas através do fortalecimento da gestão autônoma dos produtores[139].

Em 1987, o papa João Paulo II, em visita ao Chile, lançara a proposta de desenvolver uma economia de solidariedade, apresentando-a como a grande esperança para a América Latina. Segundo o papa, uma civilização do amor seria uma civilização de solidariedade e de trabalho. A CEPAL propôs uma política explícita e descentralizada de fomento das formas associativas de produção indicando que "os estratos médios e populares urbanos e rurais deveriam constituir o sustento natural da transformação, pois

[139] A metodologia usada inicialmente foi intitulada de GESPAR. Ver, SILVEIRA, Caio M. e outros, 2000.

eles, provavelmente serão seus principais beneficiários". (citado por TIRIBA, 2001, p. 104). Alguns governos latino-americanos organizaram programas de combate à pobreza. Assim, em 1988, o Governo do México havia criado o Programa Nacional de Solidariedade - Pronasol[140]. Como analisa Tavares dos Santos, "os projetos sociais e culturais têm sido uma das modalidades inovadoras para a governança nesses tempos de mundialização". (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 176). Em março de 1995, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social promovida pelas Nações Unidas em Copenhague propôs como eixo central para o combate dos problemas sociais em escala mundial "a erradicação da pobreza, a geração de emprego produtivo e a integração social".

É neste quadro que, em fevereiro de 1993, o Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores apresentou ao então Presidente da República, Itamar Franco[141], um documento denominado « Política Nacional de Segurança Alimentar » no qual sugeria uma série de estratégias de combate à miséria que deveriam ser adotadas e administradas por um órgão interministerial ligado diretamente à Presidência da República. (GOHN, 1996, p. 29). O governo aceitou a proposta e convidou o sociólogo Herbert de Souza, diretor do IBASE, para coordenar o programa de combate à fome no país. Este, por sua vez, convidou Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, e em 8 de março de 1993 foi criada oficialmente em Brasília a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (ACCMV). A idéia era de agir a partir dos comitês do Movimento pela Ética na Política – MEP, que tinham coordenado o processo do impeachment e estavam se reorganizando. Uma secretaria Executiva Nacional foi formada pela Cáritas, representando a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a CUT – Central Única dos trabalhadores, o INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, o COFECON – Conselho Federal de Economia e a ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. Em cada local os comitês reuniam as entidades mais diversas dando um perfil apartidário à Campanha, mas com uma personalização ao redor do Betinho. Desde novembro de 93, além da arrecadação de alimentos, a campanha visou a geração de empregos para ultrapassar a fase assistencialista e continuar mobilizando para além do « Natal sem Fome ». Segundo Maria da Glória Gohn, boa parte dos comitês foi organizada a partir de estruturas já existentes como as CEBs, os movimentos sociais populares e não populares dos anos 70/80 e a estrutura associativa existente nas empresas, principalmente na área pública (como, por exemplo, as agências do Banco do Brasil, ou as universidades). O entusiasmo se deu pela

> forma como foi feita a interlocução com a sociedade. Foi um chamamento dirigido aos indivíduos e aos grupos organizados, baseado num apelo moral e plural, gerando também uma resposta plural, utilizando-se elementos da tradição da cultura político-religiosa do País, fundada na ética solidária. (GOHN, 1996, p. 37).

[140] GUTIÉRREZ, Carlos Rojas. O programa Nacional de Solidariedade: fatos e idéias em torno de um esforço. *Estudos Avançados*. v. 6, n. 16, p. 133-155, 1992.
[141] Itamar Franco tinha sucedido a Fernando Collor após o impeachment deste último.

É importante destacar que a Ação pela Cidadania tinha por base o valor social da solidariedade, noção chave que podia agrupar ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista[142]. Igualmente é preciso sublinhar que se tratava de um movimento apartidário e pluriclassista da sociedade civil em parceria com o Estado. Esta experiência mostrava como estava se formando uma nova concepção de sociedade civil no Brasil. Foram resgatadas estruturas de relações diretas, pessoais, baseadas em laços de solidariedade e vínculos comunitários, não apenas para resolver problemas de carências socioeconômicas, mas também para reconstruir teias e redes de solidariedade perdidas ou desativadas pela racionalidade, impersonalidade e individuação da modernidade. Nesta nova concepção de sociedade civil foram se desenvolvendo inúmeras entidades, muitas vezes ONGs, que fazem a mediação entre indivíduos e coletivos organizados, seus membros compartilhando uma certa tradição cultural, desenvolvendo processos identitários e tendo por base a solidariedade. Mas em 1995, o Governo de Fernando Henrique Cardoso criou a Comunidade Solidária e extinguiu o CONSEA, assim como a LBA e outros órgãos federais. A Ação pela Cidadania perdeu o apoio governamental e teve vários percalços sendo substituída, de certa forma, pela ação governamental, através da Comunidade Solidária.

O ano de 1996 foi um ano de eleições municipais, de elaboração e defesa de políticas públicas contra o desemprego; talvez este tenha sido um dos temas mais importantes desta campanha eleitoral, pelo menos por parte da classe trabalhadora. Foi naquele ano que Paul Singer redigiu um plano de combate ao desemprego para a candidatura de Erundina à Prefeitura de São Paulo, batizado por Mercadante de economia solidária.

### 3.2. As iniciativas de geração de trabalho e renda

Constata-se que as atividades de economia popular são anteriores à sua organização por ONGs ou por ações governamentais. (RAZETO, 1994; TIRIBA 2001; HOUTART, 2001). O que pôde permitir o surgimento de um movimento pró-economia solidária no Brasil? Sem querer entrar nas questões conceituais e teóricas que têm seu espaço em outros capítulos, é oportuno mostrar algumas iniciativas organizacionais para apoio e fomento de empreendimentos associativos e cooperativados. Essa exposição, além de apresentar facetas desta realidade extremamente heterogênea que vai ser chamada de economia solidária, deve dar pistas para a compreensão do processo que vai permitir que intelectuais utilizem novas categorias para dar conta da realidade empírica. Minha hipótese é que as mudanças sofridas no cenário internacional e nacional foram favoráveis para que no Brasil certas matrizes ideológicas pudessem formular novas soluções para velhos problemas. O momento era

[142] Ler a este respeito, no capítulo que trata dos nomes da economia solidária, o ponto 4.3. Os termos solidariedade e solidária.

propício para se atribuir um novo sentido a iniciativas populares, outrora consideradas reformistas ou sem futuro.

Luis Razeto, num debate animado por editores de duas revistas francesas e publicado posteriormente na revista brasileira *Cadernos do CEAS*, afirmou que

> a economia chamada popular não é de jeito algum fruto de ação calculada por associações de cooperação ou por supostas Organizações Não-Governamentais (ONGs) cheias de boa vontade. (...) Embora marginal, ela é de massa e responde, de fato, a diversos vazios estruturais cada vez maiores. (A CHAMADA, 1994, p. 59).

Na realidade, este setor nasce muitas vezes como o prolongamento de atividades domésticas, sem nenhum capital e oferecendo uma renda seguidamente inferior ao próprio salário mínimo. Trata-se de uma busca desesperada pela sobrevivência muito mais do que de uma procura por uma atividade rentável. Mas ele reconhece, um pouco mais adiante, que as ONGs responderam à demanda desses públicos oferecendo meios financeiros, bem como contribuindo para a "formação dos indivíduos, sem a qual os empreendimentos se frustram, e estimulam as novas formas de organização que vão surgindo nos bairros". (Idem, p. 60).

Alguns anos depois, Houtart ao referir-se ao setor informal, escreve que "sua existência provém inicialmente de causas econômicas e não de um projeto alternativo ou de considerações éticas". (2001, p. 16). Mas ele acrescenta que os desempregados e os subempregados perceberam que o poder público não solucionaria seus problemas e buscaram soluções próprias procurando a solidariedade de seus próximos (parentes e vizinhos) bem como o apoio de organizações da sociedade civil como igrejas, movimentos sociais e ONGs. Eles se deram conta que somente através da associação, de cooperativas, e de redes eles poderiam alcançar seus interesses particulares. A associação é, geralmente, a única via possível para conseguir financiamentos, lugar e rede de comercialização, cursos de formação etc.

Ao tratar-se de uma economia popular em moldes associativos e autogestionários, temos uma assessoria externa em termos de elaboração da proposta e de financiamento. Assistimos, aliás, a um crescimento numérico fantástico destas novas formas de organização econômica nestes últimos anos em função de uma melhor organização e estruturação dos movimentos sociais, religiosos e de certos órgãos públicos[143].

A seguir, pretendo apontar para algumas das práticas solidárias de geração de trabalho e renda e para as entidades de fomento ou apoio destes empreendimentos. São tão variadas as experiências que, para facilitar a apresentação, decidi agrupá-las por tipo de empreendimento, a saber, as empresas falidas e assumidas sob forma autogestionada pelos seus trabalhadores, associações e cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelos micro-projetos econômicos de produção ou serviços organizados de forma associativa no meio rural ou urbano e aqui a heterogeneidade é enorme tanto do

[143] Que eu saiba, só prefeituras ou estados da Frente Popular montaram secretarias e programas de economia popular solidária.

ponto de vista dos associados como das entidades de assessoria e apoio. Diversos são o meio, o ramo de atividade, a forma de organização, o nível de engajamento militante etc. Como essas experiências só foram registradas no caso de elas estarem ligadas a alguma entidade de apoio, assessoria ou de financiamento, é a partir dessas organizações que as apresentarei.

O agrupamento das experiências segue, de fato, o reagrupamento que os próprios intelectuais estudados fizeram posteriormente aos fatos e de maneira progressiva. Ou seja, Gaiger, por exemplo, iniciou pelo estudo de micro-projetos financiados pela Igreja católica e quando começou a utilizar a categoria de empreendimentos econômicos solidários não incluía nela as empresas cooperativadas, enquanto que Singer o fazia.

Iniciarei com alguns casos de empresas falidas que são retomadas pelos seus empregados sob forma autogestionária, cooperativada ou não. Também conhecida na Europa desde a segunda metade da década de 70, essa nova forma de organização do trabalho geralmente ocorre por iniciativa de um sindicato. Se as principais iniciativas de autogestão vão ser tomadas no Brasil a partir dos anos 90, não podemos dizer que elas não existiam anteriormente. O que ocorreu é a mudança da situação socioeconômica e política, como este capítulo tenta mostrar.

As experiências comunitárias de produção dos anos 80 tiveram o apoio de Centros de Educação Popular, de alguns sindicatos e de vários movimentos sociais e eram formadas por militantes sindicalistas que não achavam mais emprego por estarem nas "listas negras". (NASCIMENTO, 2000, p. 21). Em 1984, a FASE publica o relatório do Encontro Nacional das "Experiências Comunitárias de Produção" acontecido em 1983 (?) em Nova Iguaçu (RJ). Neste relatório já podemos perceber a diversidade das origens e apoios a este movimento. As 14 experiências são agrupadas em 5 grupos, a saber, empresas nascidas do "desemprego sindical", do combate ao desemprego estrutural com mediação da Igreja progressista, da ampliação dos movimentos de bairros, do desafio da formação técnica e política sindical e, finalmente, pelo desafio da proposta autogestionária para mostrar que trabalhadores são capazes de gerir a produção. Essas experiências fracassaram por falta de recursos financeiros (dependiam de ONGs e Igrejas a nível internacional), por falta de experiência de seus protagonistas e pela crise econômica que se alastrava pelo Brasil. Deve-se dizer também que elas não eram bem vistas pela esquerda do movimento sindical que as julgava reformistas e paliativas frente ao desemprego. Já a nova onda de empresas autogeridas da década de 90, que vai dar nascimento à ANTEAG em 1993, foi bem diferente.

Um caso típico, para ilustrar como a nomeação da economia solidária é feita de maneira retroativa, seria o livro *Operários sem patrão*, de Lorena Holzmann. Publicado em 2001 pela editora da Universidade Federal de São Carlos e apresentado por Paul Singer como « destinado a se tornar um clássico da literatura brasileira sobre economia solidária » (2ª orelha do livro), não usa em momento algum a categoria economia solidária ou qualquer outra similar. O livro tem por base a tese de doutorado da autora apresentada ao programa

de pós-graduação em Sociologia da USP em 1992 e trata da experiência de trabalho e de gestão de duas cooperativas industriais, organizadas pelos empregados da Metalúrgica Wallig de Porto Alegre, após a falência da empresa em 1984. O estudo revela que a organização dos trabalhadores sob forma cooperativada não foi uma escolha política mas, pelo contrário, « a alternativa adotada por exclusão das demais formas de organização empresarial sobretudo para evitar o pagamento de encargos trabalhistas. Aparentemente, o caráter democrático e igualitário do cooperativismo pouco pesou na decisão ». (SINGER, 2001, p. 11). No entanto, uma vez adotada a forma cooperativa,

> nasceu uma forma de gestão pouco comum, na qual os operários seriam seus próprios patrões. Mas ela não foi uma formulação da base do movimento dos trabalhadores, na qual estivesse embutida uma proposta de transformação nas relações de trabalho no sentido de sua democratização, e sim foi a eles *oferecida* pela comissão que os representava, como recurso à conquista de sua adesão. (HOLZMANN, 2001, p. 141).

O estudo de Holzmann é muito interessante e mostra que, mesmo quando é objetivamente eliminada a separação entre capital e trabalho e que o antagonismo entre os vendedores da força de trabalho e os detentores do capital não teria mais razão de existir, o exercício da democracia não estava totalmente assegurado. Holzmann pesquisou como os trabalhadores reconstruíram seu novo cotidiano nas fábricas das quais agora eram sócios e não mais assalariados. O resultado da pesquisa mostrou que

> na nova situação não havia sido superado o padrão gerencial tradicional de divisão entre uns poucos que mandam e um grande número que obedece, mas mecanismos de controle que caracterizam aquele padrão haviam sido atenuados e combinados com novas práticas que abriam alguns espaços de participação aos trabalhadores. (HOLZMANN, 2001, p. 16).

Nesta tese, em momento algum a autora ou os trabalhadores nomearam esta vivência da economia solidária, nem mesmo fizeram referência a experiências similares em outro país.

Continuando com os exemplos de empresas falidas que vão ser retomadas pelos seus trabalhadores, temos os casos da Remington no Rio de Janeiro e da Cooperminas de Criciúma (SC) em 1993. Esses casos vão ser estudados por Lia Tiriba que organiza com o PACS[144] e com a Confederação Nacional dos trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM) um Seminário de Autogestão em Criciúma (SC) em setembro de 1993. Participaram outrossim deste seminário trabalhadores da CBCA, da COOMEC, da Caraíba Mineració e da CBC. Segundo Tiriba, diversos significados de autogestão e perspectivas políticas distintas vão vir à tona neste encontro. Sua exposição é importante, pois são sintomáticos das discussões posteriores para a construção de um projeto de economia solidária.

[144] Na época, Marcos Arruda, membro do PACS, estava trabalhando em Genebra, na Suíça, e não participou do evento. Ver a este respeito, no capítulo dedicado às trajetórias, o ponto 5.2.5.

> a) la "autogestión" es una de las alternativas de trabajo frente a la explotación capitalista, siendo el socialismo el horizonte de sus luchas; las experiencias autogestionárias" ya representan el socialismo, el cual se construye cotidiana y gradualmente; c) la "autogestión" es una forma de administrar el capital, gestionando el trabajo de una forma democrática y d) en la lucha contra el desempleo, la "autogestión" es una forma de manutención de los puestos de trabajo y de garantizar los derechos del trabajador frente a la quiebra de los antiguos propietarios. (TIRIBA, 1997, p. 25).

Outra experiência de autogestão pelos trabalhadores vai ser a reabertura da fábrica de calçados Makerly no município de Franca em SP, em dezembro 1991, pelos seus trabalhadores com o apoio do sindicato e graças a um empréstimo do Banespa. Desta vez, apesar do seu insucesso, é daqui que vai nascer uma das entidades promotoras da economia solidária no Brasil. Chamada de Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, e fundada oficialmente em 1994, além de agrupar essas iniciativas, ela vai especializar-se na implantação do modelo. A categoria economia solidária, porém, só vai ser introduzida nos seus escritos a partir de 1998 por iniciativa de Paul Singer. Seus fundadores são oriundos, em grande parte, da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Na ANTEAG, destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias que participa da maioria das mesas de conferências sobre economia solidária[145]; a casa dele foi a primeira sede da ANTEAG[146] e, naquela época, os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração.

Para terminar esse pequeno retrato de empresas autogestionadas, quero mencionar o caso muito particular da BRUSCOR, estudado por Dalila Pedrini na sua tese de doutorado em serviço social na PUC de São Paulo. Quatro professores e um economista, militantes de movimentos políticos e populares perderam seus empregos por razões políticas; alguns anos depois, em 1986, eles fundaram a Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. em Brusque (SC). Trata-se do que Pedrini chama de Empresa Alternativa de Produção Socializada – EAPS – "que desenvolve um projeto social, político, econômico e de convivialidade". (PEDRINI, 1998, p. VI). Em 2000, esta empresa já tinha criado uma outra que ela ajudava a se instalar no mercado e incentivou um projeto de produção de húmus de minhoca no meio rural. Hoje sua experiência está sendo divulgada através de um vídeo e ela participa de numerosas feiras de economia solidária, inclusive no RS.

Várias iniciativas tinham sido tomadas a nível governamental em vista de apoiar a economia popular. Assim, em março de 1994, foi criado o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda[147] – numa parceria entre o Ministério do Trabalho, o Banco

[145] Seminário Internacional: Trabalho e Economia Solidária, 11/2000, POA. Oficina de Economia solidária, I Fórum Social Mundial, 01/2001, POA. Ver foto 5.

[146] Em 1999, a ANTEAG já congregava 52 empresas e 15 mil trabalhadores. (GAIGER, 2000b, p. 3).

[147] A Resolução nº 59 do CODEFAT, de 25 de março de 1994, abriu a possibilidade para que os recursos do FAT fossem canalizados para a concessão de créditos aos pequenos empreendimentos, instituindo desta forma o PROGER. (MARCELO, 2000, p. 44).

do Brasil, o SINE e as secretarias estaduais do trabalho. Este programa abria uma modalidade de crédito voltada para trabalhadores formais e informais, para cooperativas e para os pequenos e micro-empresários que não dispunham de acesso à rede bancária oficial ou privada. Ao instituir o PROGER, negociou-se no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT – a aprovação de Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego. Elas possibilitaram a organização da política pública de emprego de forma mais decentralizada e democrática. A partir de 1998, o CODEFAT vincula a transferência de recursos do FAT à existência de Comissões de Trabalho e Emprego nos Estados. O número destas crescera muito a partir de 1994 e, em novembro de 1999, elas já eram 2002 em todo Brasil, 909 das quais estavam no Sul do Brasil (350 no Paraná e 349 no RS). Entre 1998 e 1999, a CUT desenvolveu um amplo projeto de capacitação de conselheiros para fortalecer estas Comissões "como espaço público capaz de debater e gerar ações em torno dos interesses dos trabalhadores". O Programa Nacional de capacitação foi realizado principalmente nas suas sete Escolas Sindicais, com a parceria da UNITRABALHO e do DIEESE[148]. Tanto o PROGER quanto as tentativas de micro-crédito do BNDES, porém, deram poucos resultados devido às excessivas exigências de garantias, à burocracia e à incapacidade de lidar com este segmento da população. (MARCELO, 2000, p. 45).

Outra iniciativa de formação profissional para desempregados ocorreu em 1996 com o PLANFOR, Plano Nacional de Formação visando, de acordo com suas próprias palavras, "articular, fortalecer e reestruturar a capacidade de Educação Profissional no país, (...), contribuindo, de forma gradual e participativa, para construir uma política pública de trabalho e geração de renda". É interessante observar que, para sua execução, 26% dos recursos foram para a área pública enquanto que o setor privado foi contemplado com 59%. Tal fato foi veementemente criticado pela CUT porque aponta para uma crescente desobrigação do Estado com a educação tecnológica, criando as condições para sua privatização. Uma outra crítica foi sua dissociação da educação geral e, em certos casos, o fato de prescindir da educação básica em vez de complementá-la.

Em julho de 1996, o BNDS havia lançado o Programa de Crédito Produtivo Popular. Além disso, outros empreendimentos surgiram ou foram consolidados por programas oficiais dos governos federal, estaduais e municipais. Entre eles encontramos, por exemplo, o projeto PRORENDA, realizado em colaboração técnica bilateral com a Alemanha e voltado para a viabilização de espaços econômicos para pequenos agricultores, habitantes das periferias urbanas, artesãos e pequenos empreendedores em diferentes ramos de atividade.

Em 1995, o 3º Congresso da CNM/CUT decidira pela realização, no ano seguinte, de um seminário sobre o sistema de autogestão, a partir das experiências vividas pelos trabalhadores. No seminário, chamado de Empresas autogestionárias, cooperativas e

[148] Ver: CUT. *Capacitação de conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego*: A experiência da CUT de 1998 a 1999. Florianópolis: Rocha Gráfica Editora, 2000.

estratégias da CUT, relatou-se que 54,3% das iniciativas nesta área eram de responsabilidade dos sindicatos.

Em outubro de 1996, ainda no quadro das iniciativas tomadas por sindicatos, a (CNM) ligada à CUT, desenvolveu o Programa Integrar para Desempregados (PID). Não foi por acaso que o Projeto Integrar, desenvolvido pela CNM-CUT com o objetivo de discutir sobre alternativas de geração de emprego, levou aos temas da autogestão, da co-gestão e do cooperativismo. Primeiro, pelo momento no qual essas discussões ocorreram (1996) e, em segundo lugar, pelos assessores das oficinas pedagógicas ou culturais, no caso Paul Singer, Ladislaw Dawbor, Marcos Arruda, Aloísio Mercadante, Aparecido Faria e Marilena Nakato, os dois últimos fazendo parte da ANTEAG. Começara no seio do sindicato um movimento de ruptura de muralhas até então mantidas entre sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais em vista de integrar a luta econômica, a luta social e a luta política. Ele se abriu para os desempregados e buscou alternativas de emprego e renda também fora dos contratos de trabalho para assalariados ou funcionários.

Após o início do debate sobre geração de emprego e renda no programa Integrar, evoluiu para a proposta de uma economia solidária e autogestionária. Nas aulas estudava-se um texto de Paul Singer sobre cooperativismo. Em julho de 1997, os 23 núcleos do projeto INTEGRAR/SP realizaram em 19 cidades, fora do horário dos cursos, oficinas pedagógicas e reuniões sobre economia solidária formulando propostas. Os alunos elaboraram projetos de cooperativas, mas faltavam-lhes conhecimentos. Em 1° de agosto 1997, no Seminário da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM – ligada à CUT, chegaram 10 propostas apresentadas pelos trabalhadores e comentadas por Paul Singer, Aloísio Mercadante, Marilena Nakato e Marcos Arruda. Mais tarde, a CNM definirá o tipo de trabalho associativo: as Unidades Solidárias de Produção - USPs[149]. O projeto INTEGRAR continua ainda na forma de programa e faz parte dele um conjunto de cursos chamados de Economia Solidária.

No final de 1998, com a participação de membros da executiva nacional dos sindicatos mais importantes e a co-participação da Unitrabalho e do DIEESE, a CUT formou um grupo para estudar a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS. Ainda no mesmo ano, foi realizada uma série de seminários regionais sobre economia solidária que culminou num seminário nacional e, no final de 1999, nasce a ADS. Em 2000, a CUT cria a Central de Trabalho e Renda, lançada em Santo André e "visa efetivar um sistema público de emprego, integrado e articulado, *de natureza pública não estatal*". (MARCELO, 2002, p. 61). O Conselho de Gestão desta Central é composto por representantes do movimento sindical, do poder público municipal e da Comissão de Trabalho e Renda. A crítica emitida em relação ao Estado, e que se procura superar aqui, é que, no Brasil, "o fato de ser Estado não significa necessariamente ser público e muito

[149] No ano 2000, o programa Integrar/SP da CUT teve o maior número de atividades desenvolvidas em 73 municípios (4.149). Entre as publicações da CUT, encontramos os cadernos *O cooperativismo autêntico e a Economia Solidária* e *Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar*, publicado com a ADS, CUT/PE e com o apoio da FASE/INTERMÓN.

menos democrático". (Idem). Como apareceu no quadro das experiências de economia solidária ligadas às empresas e ao sindicalismo, Paul Singer teve um papel de destaque e houve igualmente uma certa participação de Marcos Arruda.

Há uma relação forte entre a crise do Estado, a emergência de novos atores na sociedade civil e as novas condições de gestão da coisa pública. Segundo Cláudio Nascimento, "a mudança na relação Estado/sociedade civil indica uma crise das formas de representação, em que os setores populares se inserem ativamente nas políticas de participação democrática, sobretudo onde temos administrações populares". (NASCIMENTO, 2000, p. 69). Vera Telles, em 1994, já escrevia: "é na articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos, que se pode ver registros de uma sociedade civil em formação. E é por esse ângulo que se pode repensar e redefinir as relações entre Estado e sociedade".

Entre as iniciativas de geração de renda e trabalho é importante destacar ainda iniciativas municipais, algumas das quais bastante difundidas e com certos resultados, como a organização dos catadores de material reciclável. A título de exemplo, poderíamos citar os casos dos Galpões dos Recicladores e das Cooperativas dos Catadores de Lixo que tiveram origem a partir de 1983 em Porto Alegre (RS). Em 1998, formou-se a Federação Estadual dos Recicladores e, no ano de 2000, já havia dez galpões na capital e dezenas no Estado. Na capital deste mesmo Estado e administrada pela Frente Popular, podemos citar a criação pela Prefeitura de Porto Alegre, de um Setor de Economia Popular na Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio que abriu o primeiro banco de Crédito Popular do Brasil em 1996, com o nome de Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol.

Outro tipo de empreendimentos é o das associações e cooperativas dos assentamentos do MST. Criado no início da década de oitenta (1983), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra mobiliza e organiza milhares de famílias camponesas em vista da Reforma Agrária. Os assentados estão organizados em associações e grupos coletivos de produção para os quais é publicado em 1989 o primeiro manual[150]. Nesta época, começam também a ser organizadas as primeiras cooperativas de comercialização e, mais tarde, as de produção, principalmente de produtos agrícolas industrializados. Rejeitando a tutela da OCB, órgão oficial que tradicionalmente agrupa todas as cooperativas, o MST criou no RS a COCEARGRS[151] e, a nível nacional, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – que, em março de 2002, totalizava 32 cooperativas de produção. Elenor Ferreira, membro do MST, na sua exposição no II Seminário de ITCP na

[150] Manual para estruturação, organização e administração dos grupos coletivos. MST, Secretaria Regional do Nordeste. Set. 1989.

[151] É difícil citar números exatos, pois o próprio Gaiger, apresenta cifras diferentes para a mesma data. Só o número de agricultores envolvidos permaneceu idêntico. "Em 1998, contavam-se 17 cooperativas agropecuárias, além de inúmeros grupos semicoletivos de produção e uniões informais de agricultores, envolvendo cerca de 3.500 indivíduos" (2000 b). "A Cooperativa Central dos Assentamentos do RS agrupava 26 cooperativas agropecuárias em 1998, além de 10 associações, totalizando ao redor de 3.500 membros. A essas cifras somam-se inúmeros grupos de produção e uniões informais de agricultores assentados" (Idem, 1999 a).

UNICAMP, colocava que organizar cooperativas é uma forma de resistir ao modelo dominante, mas ela é insuficiente. O sistema capitalista expulsa do campo muito mais pessoas (2 milhões) do que a reforma agrária conseguiu assentar em todo o país. A concentração de renda impede a descentralização dos meios de produção e a redistribuição dos recursos financeiros. Mas, do ponto de vista da economia solidária, a produção associada dos assentados representa um volume importante e, em estados como Santa Catarina, representa a base a partir da qual foi organizado o comércio solidário. O MST fez parte do grupo de entidades que organizaram o Seminário Internacional sobre Economia Solidária no II Fórum Social Mundial (01-02/02/2002); no entanto, não participou das mesas, nem apresentou textos na publicação conjunta preparatória ao Seminário. A razão desta ausência se deve ao fato deste Movimento priorizar outros combates e outras questões durante o FSM. Segundo Gaiger, nos assentamentos rurais

> há registros de resultados estimulantes no plano sócio-econômico e educativo (Vela, 1995), embora persistam graves dificuldades, em razão das carências materiais, do despreparo técnico e de visões coletivistas, bancadas pela direção do MST, questionáveis e às vezes pouco condizentes com os fatos (Navarro, 1995). (GAIGER, 2000b, p. 7).

Outra crítica a respeito da política do MST veio de Lisboa que escreve em 2000: "a Concrab e suas cooperativas em geral, ao invés de exercer uma postura ativa na construção de redes com os demais atores da EPS[152], comporta-se conforme a racionalidade de uma grande empresa rural, o que é aparentemente paradoxal". (LISBOA, 2000, p. 56). Tem que ficar claro que, se as cooperativas e as associações do MST são consideradas como fazendo parte da economia solidária pelos defensores desta, se seus dirigentes são convidados e participam em seminários de economia solidária para expor sua prática e, se estão presentes nas feiras de comercialização da economia popular solidária, eles não se apresentam como fazendo parte dela. Aliás, percebe-se neles um certo descrédito quanto às possibilidades reais desta economia resolver os problemas dos agricultores familiares.

Um terceiro grupo de empreendimentos, muito mais heterogêneo, agruparia todas as iniciativas de geração de trabalho e renda, desde que sejam pelo menos associativas e, além disso, podendo ter uma série de outras exigências, de acordo com a agência de fomento ou apoio. Já na Bahia dos anos oitenta, a agência alemã GTZ financiou vários projetos econômicos, onde as organizações de base tinham o papel de intermediárias entre as pessoas beneficiadas e os órgãos públicos. Desenvolveram-se ainda, através do trabalho de pastoral e sob a égide da Cáritas as mais diversas formas de atividade econômica. A título de exemplo, podemos citar desde a produção de acolchoados com retalhos para consumo das famílias das próprias produtoras, onde o trabalho voluntário é importante na organização desses grupos, até a produção familiar e domiciliar de doces cujos produtores se associam para poderem participar de feiras.

[152] Economia Popular Solidária.

A maioria destes empreendimentos é, certamente, promovida direta ou indiretamente pela Igreja católica através de financiamentos internacionais para ONGs brasileiras. Fundada em 1956, a Cáritas mantém desde 1986 um fundo de mini-projetos que, até 1999, tinha financiado 954 empreendimentos no Rio Grande do Sul. Como ela está presente em todo Brasil, temos uma idéia de sua importância[153]. Também presente em todo o Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, devemos mencionar o Serviço de Projetos de Desenvolvimento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - SPD/IECLB -, criado em 1966. Ele oferece apoio técnico-financeiro a projetos popular-comunitários de geração de renda. (LISBOA, 2000, p. 54). É importante assinalar que existem várias linhas de ação nas igrejas, mas tratando-se de uma crítica à economia de mercado, a maior reação foi expressa sem dúvida pela Teologia da Libertação, como foi popularmente chamada e divulgada na América Latina.

Boa parte das agências internacionais de cooperação é de origem eclesial tais como ECLOF (Suiça), CEBEMO (Holanda), Entraide et Fraternité (Bélgica), MISEREOR (Alemanha) Christian Aid (Inglaterra), TROCAIRE (Irlanda), CCFD (França) e muitas outras.

Pouco a pouco, as noções de trabalho e emprego começam a diferenciar-se de tal maneira que, frente ao desemprego, os organismos públicos procuram propiciar à população carente não mais empregos assalariados, mas trabalho e renda.

Além de programas e projetos de apoio à produção associada, existem no país várias tentativas de registrar e catalogar essas iniciativas. Os primeiros registros conhecidos não faziam a diferença entre empreendimentos da economia popular e empreendimentos populares solidários. Assim, em 1990, com apoio da Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica e Social – GTZ – o IBASE tinha constituído um primeiro banco de dados que foi retomado e ampliado pela FASE, em parceria com técnicos do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social - SACTES e do Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa - NAPP. A técnica é utilizada até hoje para a formação destes bancos de dados e para o contato com as agências de fomento. A FASE iniciou este trabalho em 1994 e o mantém atualizado. Seus questionários foram enviados a três grandes grupos: agências internacionais, órgãos governamentais e outras entidades (ONGs, agências privadas/empresariais, associações, comitês da cidadania etc.). (SILVEIRA, 1995, p. 12). Uma outra iniciativa da FASE foi o recenseamento e análise das metodologias de capacitação[154]. Além disso, temos o registro e a avaliação destas iniciativas agrupadas em função da agência de fomento. Esse é o caso dos trabalhos de Gaiger ou de Ademar

[153] Segundo Gaiger, "a Cáritas atua em todas as regiões do Estado [do RS] e constitui o programa de economia solidária mais antigo e consolidado. Em 1993, teve 349 projetos recadastrados" (GAIGER, 1994). No triênio 1996-98, 164 iniciativas receberam apoio. Os 12 anos de existência do programa totalizam cerca de 1.000 empreendimentos. Destes, 570 permanecem em sua carteira ativa. De modo geral, as atividades propriamente econômicas conjugam-se com ações em outros planos, reforçando a inserção social e comunitária dos grupos beneficiários. No conjunto, estima-se em 40.000 a soma de pessoas beneficiadas".

[154] SILVEIRA, C.; MELLO, R.; GOMES, R. *Metodologias de capacitação*. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

Bertucci (2003) sobre os projetos promovidos pela Cáritas, das análises de Ildes de Oliveira (1988) sobre os micro-projetos econômicos comunitários assessorados pelo Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana (BA) e da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia -APAEB.

Entre as publicações mais recentes podemos citar, a título de exemplo, o *Catálogo de comercialização, construindo um comércio justo*, redigido pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Além de uma ficha por empreendimento, quer se trate de uma entidade de apoio ou de uma associação de produção, encontramos nele um repertório de demandas e ofertas de produtos e serviços. A pesquisa/ação do CAMP de Porto Alegre[155], que atingiu 192 empreendimentos repartidos em três regiões do RS representando um total de 8.635 sócios, teve seus resultados publicados, além de uma ficha informativa sobre cada empreendimento. Esse Centro de Educação Popular deu ênfase à formação de Coletivos Regionais, grupos informais que reúnem o movimento sindical rural e urbano, a Cáritas e pastorais, Cooperativas, o Partido dos Trabalhadores, Secretarias municipais, universidades e ONGs para, além de propor alternativas de desenvolvimento regional, participar da pesquisa desde a formulação da proposta, metodologia e cronograma. Além de estabelecer um diagnóstico dos Projetos de Desenvolvimento Regional Alternativo (PDRAs) e da situação de cada região, tinha o propósito de promover o intercâmbio entre os empreendimentos, as entidades e as regiões. Enfim, a rede solidária tem um *site* na Internet onde todos os empreendimentos associativos e solidários podem cadastrar-se colocando seus produtos ou serviços à disposição, organizando-se para realizar compras coletivas, trocando experiências, transferindo tecnologia, receitas, software, catálogos para venda dos produtos, realização de cursos, além de uma lista de debates sobre a economia solidária com mais de 300 membros. Em 2004, a SENAES organiza um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)[156] que visa mapear todos os empreendimentos e entidades de apoio e fomento de economia solidária do Brasil. Um dos objetivos do cadastramento, além de permitir a elaboração de políticas públicas para este setor, é "fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização".

Estas iniciativas de fomento de trabalho e renda mostram que, na grande maioria dos casos, elas representam muito mais uma acomodação ou um ajuste do que uma recusa propriamente dita das regras do jogo dominante.

É importante reconhecer que a proposta de economia solidária se quer extremamente global, respondendo a vários problemas, expressando preocupações com[157]:

- as novas necessidades materiais: geração de trabalho e geração de renda;

---

[155] ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. *Pesquisa/Ação*. Regiões: Alto da Serra – Grande Porto Alegre – Sul/RS. Porto Alegre: CAMP, 2002.

[156] Gaiger é um dos autores deste instrumento de pesquisa e coleta de dados em vista do mapeamento dos empreendimentos e entidades de apoio à economia solidária.

[157] A lista a seguir inspirou-se em duas listas elaboradas por Tavares dos Santos a respeito da implementação de projetos sociais e culturais. (2001, p. 177-179).

- as necessidades de conhecimento: educação fundamental e formação profissional;
- as necessidades sociais: superar a fragmentação social e o individualismo exacerbado mediante a potencialização das relações de sociabilidade;
- as necessidades simbólicas: desenvolver ações para construir a auto-estima individual e de grupo;
- a expansão da cidadania e a participação na vida política;
- a implementação de ações sociais em vista do desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente.

A crise do mundo do trabalho se aprofunda e, em 2003, os trabalhadores com carteira assinada não chegavam a cinqüenta por cento da População Economicamente Ativa brasileira; há uma redução da massa salarial e do emprego. As formas de enfrentamento deste quadro não estão dadas, mas estão sendo construídas.

Aparece na cena política do país um novo sujeito econômico que precisa de um estatuto jurídico específico, o trabalhador associado da economia solidária. São pouco expressivos seus meios de pressão sobre o Estado para que este incorpore na sua agenda a economia solidária. Em certos lugares, seus representantes (intelectuais, sindicalistas) participam de forma tímida, mas convicta, dos Fóruns do Trabalho para reivindicar uma legislação específica adaptada às suas condições de trabalho, produção e comercialização. Como trabalhadores, eles precisam receber proteção do Estado e exigem incentivos e leis compatíveis com sua real situação para os respectivos empreendimentos; é o que está sendo chamado de um novo marco legal. Em 2004, as Delegacias Regionais do Trabalho são chamadas a mapear e cadastrar os empreendimentos da economia solidária, mesmo os informais. Isto vai contra toda a filosofia aplicada em décadas passadas pelos inspetores do trabalho no combate à informalidade e à exploração dos trabalhadores arregimentados nestas empresas.

Torna-se imperiosa a criação de uma nova legislação para resgatar a cidadania dos trabalhadores da economia solidária. Existe uma legislação para os autônomos e os associados de cooperativas, mas ela não responde, em muitos casos, às possibilidades e às necessidades de trabalhadores informais que trabalham de forma associada. É essa figura jurídica de um novo tipo de trabalhador, o trabalhador associado, que está sendo reivindicada e pensada a partir do campo da economia solidária. Um Conselho de Economia Solidária está sendo implementado; a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem como proposta a elaboração do Estatuto do Trabalhador Associado, como ocorreu na década de sessenta com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

### 3.3. O Terceiro Setor

Os anos noventa foram marcados por mudanças na organização da sociedade civil e isto se reflete numa nova terminologia. Fala-se em ONGs, terceiro setor e economia

solidária. As organizações não governamentais não são recentes; além de adquirirem a categorização de ONGs, contudo, nesta fase de sedimentação dos movimentos sociais, de organização da sociedade civil e de desengajamento progressivo do Estado em relação a seus compromissos com o bem-estar da população, elas transformam seus perfis. A lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, que lhes permite de receber subsídios públicos, fez seu número aumentar muito. Essas transformações não passaram desapercebidas e elas se tornam objeto de pesquisas. A multiplicidade das formas associativas, seus propósitos os mais diversos e a importância que começaram a ter na vida social, política e econômica no Brasil levaram certos intelectuais a reuni-las na categoria de terceiro setor, a exemplo do que já se fazia alhures. Não existe consenso a respeito do significado desta categoria e há divergências entre os intelectuais quanto ao fato da economia solidária fazer parte ou não deste terceiro setor. Por isto vou deter-me um pouco no esclarecimento desta noção.

Se a categoria é nova - pouco mais de uma década apenas -, o universo que ela quer representar, o das organizações sem fins lucrativos, já existe há muito tempo. Segundo esta concepção a sociedade se dividiria em três setores; o primeiro, composto pelas organizações estatais, isto é, o Estado, o segundo pelas organizações que visam o lucro, ou seja, o Mercado, e o terceiro pelas organizações privadas mas que têm por finalidade o bem público conforme a expressão *Privado, porém público,* título do livro, publicado no Brasil em 1994, por Fernandes[158].

[158] É neste livro que aparece pela primeira vez no Brasil a categoria "Terceiro Setor".

Emil SOBOTTKA faz a crítica da categoria de *terceiro setor* que ele apresenta como uma palavra mágica para abrir as portas do financiamento, para chamar o público, vender livros, ajudar no reconhecimento da comunidade acadêmica e para não preocupar-se com definições. (2002, p. 81). Como a categoria ONG, a de terceiro setor se define pelo que ele não é, nem estatal, nem lucrativo. Após lembrar que a divisão da ordem social em três partes é antiga, iniciando já com os gregos, o autor se refere à diferenciação feita por Weber, na sua obra *Classe, estamento e partido*, para responder à pergunta como o poder era distribuído na sociedade. Segundo Sobottka, as Ciências Sociais captaram desta obra "a diferenciação de esferas de valor e ordens de vida em economia, política e cultura. A ação social em cada uma tem um contexto específico que influencia a referência de sentido do agente". (2002, p. 83). Esta concepção weberiana influenciou, por sua vez, o conceito de sociedade de Habermas que concentrou sua atenção sobre a reprodução cultural que ele chama de "mundo da vida". Sobottka faz então uma crítica deste conceito sublinhando que Cohen e Arato[159] aprofundaram-no diferenciando no mundo da vida uma esfera privada e outra pública. Etzioni e, especialmente, Levitt seriam os pais do conceito de terceiro setor e lhe atribuíram uma função complementar à economia de mercado e ao Estado.

De fato, existem várias terminologias para referir-se a esse possível conjunto de organizações: setor voluntário, setor não-lucrativo ou ainda setor independente, todas traduzidas do inglês, mas a mais usada no Brasil é sem dúvida a de terceiro setor. Nos países francófonos fala-se de *Économie Sociale*. Defourny, Develtere e Fonteneau (1999) resumem assim as várias terminologias afirmando que a expressão terceiro setor, mesmo imperfeita, é a que recebe o maior consenso a nível internacional. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. (idem, p. 11). Mas se olharmos para regiões geográficas específicas - observam eles - outros termos são preferidos[160]. Assim nos EUA fala-se em *non-profit sector*[161] ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations* ou ainda, com certas ressalva, de *Économie Sociale*[162] na França. Além disso, na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft* [163] e na Suécia, *folkrörelse* ou *association ideel*[164].

Segundo os mesmos autores, as apelações que adquiriram uma vocação internacional, senão universal e que receberam um tratamento teórico mais acurado, são as

---

[159] COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

[160] Esses autores associam também a noção de terceiro setor à de economia solidária e à apelação *organizaciones de economia popular* que, segundo eles, é mais comum na América hispânica. É difícil no Brasil concordar em incluir a economia popular no que se entende como terceiro setor, pois ela não tem finalidade pública.

[161] No Brasil, seguidamente é feita referência ao Johns Hopkins Comparative Non Profit Sector Project, do qual Leilah Landim participou.

[162] A Economia Social que, apesar de recobrir uma gama mais ampla de instituições, já que envolve as cooperativas, é traduzida por alguns como Defourny, por *third sector*.

[163] Que é muito problemática e não é bem aceita.

[164] Sobre este assunto ver: LECHAT (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?

de economia social (ou solidária) e as de *non-profit sector*[165]. Para eles, a noção de economia social é a mais ampla das duas; além das associações sem fins lucrativos, ela inclui um tipo de empresa difundido no mundo inteiro, as cooperativas, que, há mais de 150 anos, encarnam muitas vezes a busca de uma terceira via entre o capitalismo e o centralismo de Estado. Essa noção incorpora também um outro tipo de organização, as *mutualidades* que, igualmente muito presentes em vários países, desempenham ou vão desempenhar um papel central na organização da saúde e da previdência social. Na França e na Bélgica, usa-se mais a categoria de economia social, em voga desde o século dezenove, do que a de terceiro setor. Ali ela é vista como sendo constituída por três grandes componentes: cooperativas, organizações mutualistas e organizações sem fins lucrativos (essencialmente associações). Evidentemente, europeus e norte-americanos abordam o terceiro setor de maneira diferente. Se os primeiros enfatizam mais "o caráter não estatal, porquanto vêem nele um complemento ao estado de bem-estar que enfrenta determinadas limitações para universalizar a garantia de direitos" (THOMPSON, citado por SOBOTTKA 2002, p. 87), os segundos enfatizam mais a referência ao mercado onde é o caráter voluntário e não lucrativo que é colocado em destaque.

O que se sublinha hoje é a parte crescente que este terceiro setor representa na economia e o novo tipo de relações que ele estabelece com o Estado. Impressiona o seu rápido crescimento, a sua importância para a criação de novos empregos e para suprir as deficiências do Estado numa extensa gama de serviços sociais, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Para melhor visualizar a heterogeneidade que representa o chamado terceiro setor, e a realidade que ele pretende recobrir no Brasil, retomo-o dividido nas três categorias identificadas por Léo Voigt (2001). A primeira reuniria as organizações não governamentais (ONGs) que, por sua vez, podem ser divididas em associações comunitárias, movimentos, organizações temáticas e entidades assistenciais tradicionais. As associações comunitárias atuam num espaço geográfico delimitado como bairros, paróquias etc. Os movimentos mobilizam seus militantes em torno de um objetivo e extinguem-se quando o objetivo é alcançado. As organizações temáticas existem a nível internacional, como as organizações de defesa do meio ambiente ou pelo apoio a aidéticos etc. Em geral, elas conseguem financiamentos facilmente. Temos, em seguida, as entidades assistenciais, boa parte das quais são de cunho religioso.

A segunda categoria - mais recente - comporta as fundações, institutos e ONGs sustentados por empresas. Aqui encontramos as fundações corporativas, fundações diretamente ligadas às empresas mantenedoras, e os projetos sociais cujo abrigo jurídico ainda residem na própria empresa. Entre o primeiro conjunto destas fundações, as entidades filiadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, seguem um código de ética

[165] Agradeço à Nanci Valadares e à Adelia Miglievich pelas observações segundo as quais a categoria de *non-profit* deve ser entendida como a não exploração da mais-valia e não no sentido de ausência de lucro. Mesmo assim, vejo que os adeptos do conceito de economia social, não entendem tais categorias enquanto sinônimos.

e têm grandes impactos nos setores sociais e culturais do Brasil, devido ao importante volume de dinheiro envolvido[166]. (VOIGT, 2001, p. 77).

A última categoria agrupa todas as associações sem fins lucrativos que são de interesse público, têm função social, mas não se enquadram nos dois primeiros grupos, pois são destituídas de caráter público. Entre elas encontram-se as organizações corporativistas que só beneficiam seus sócios, as entidades mutuais como cooperativas de crédito e de consumo, fundações de funcionários, clubes recreativos, escolas, universidades e hospitais privados que, apesar de se reclamarem da filantropia, vendem seus serviços.

Essa definição, se assim podemos chamá-la - já que não define nada -, é uma das mais abrangentes que encontrei; as demais estabelecem, em geral, uma série de critérios restritivos. No entanto, ela é interessante sob dois pontos de vista. Primeiro, ela reflete uma percepção "êmica" de quem trabalha numa destas organizações[167]; em segundo lugar, ela alerta sobre o processo de aproximação dos movimentos sociais de uma série de organizações apolíticas. Além do mais, no Brasil há uma "lei do terceiro setor", assim popularmente chamada, que define legalmente as organizações que podem ser designadas como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, estando habilitadas dessa forma a celebrar "Termos de Parceria com o Poder Público". Assim sendo, lhes é retirado qualquer aspecto de contestação ou de crítica do Estado, descaracterizando o caráter político reivindicativo que estas tinham anteriormente. Isto nos remete aos medos dos agentes da economia solidária de assimilação numa mesma categoria de entidades politicamente opostas e da perda de combatividade e questionamento deste setor, o que os leva, sem dúvida, a rejeitar *a priori* sua incorporação nele.

Sobottka faz uma crítica muito interessante a quem define o terceiro setor como um espaço entre o Estado e o Mercado e não entre a política e a economia. Para este autor,

> "terceiro setor" é uma denominação que é originalmente promovida conjuntamente por aqueles segmentos sociais que, tanto na economia como na política, estão impulsionando formas bem determinadas de gestão da economia e da administração pública e que são adeptos ostensivos de um liberalismo seletivamente regulado. (SOBOTTKA, 2002, p. 88).

Ele mostra como este setor, ao contrário dos movimentos sociais, não tem por característica predominante a mobilização, mas a formalização. A linguagem, a lógica de gestão, a profissionalização dos seus agentes estão muito mais informadas pela eficiência empresarial do que pelos princípios de cidadania e solidariedade que seus dirigentes invocam.

Sobottka, na busca de classificar organizações da sociedade civil com base em critérios sociológicos, procura então subsídios junto a autores como Habermas, Friedhard Hegner, Jean Cohen e Andrew Arato. A partir do modelo habermasiano de sociedade, ele

---

[166] Entre 1997 e 2000, elas representam um investimento de R$ 1,7 bilhões.

[167] Léo Voigt trabalha na Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Ver sua relação com Luiz Inácio Gaiger no capítulo dedicado às trajetórias.

estabelece três mecanismos de coordenação da ação humana. No sugbsistema econômico o meio é o dinheiro, no subsistema político seria o poder e no mundo da vida, a solidariedade. Mas Sobottka vê a análise de Habermas, por demais tributária da situação européia de crise do Estado de bem-estar social onde as ações coletivas dos cidadãos seriam principalmente defensivas. Para então apreender conceitualmente as ações coletivas propositivas dos cidadãos em vista da ampliação de seus direitos, ele busca subsídios junto a Cohen e Arato, e principalmente Hegner. Retomando os três tipos de organizações, ele observa que nos dois primeiros "há uma sincronia entre o mecanismo de coordenação das ações e os objetivos" (SOBOTTKA, 2002, p. 92), ao passo que no terceiro é a forma que a solidariedade assume que vai definir o tipo de organização.

Assim, o altruísmo se caracteriza pela ajuda a pessoas externas ao grupo e pode ser materialmente apoiado por terceiros. Um exemplo seria o das associações que recolhem donativos para populações carentes ou para instituições que acolhem diversos tipos de pessoas carentes. Por sua vez, a lealdade é a coordenação de ações tipicamente orientadas para o coletivo na busca de soluções conjuntas, "tidas como mais promissoras do que a quebra da confiança do grupo em favor de possíveis ganhos imediatos" (Idem). Finalmente, a reciprocidade é uma forma de solidariedade na qual espera-se a troca. A cada uma das formas de solidariedade corresponde, segundo o autor, um tipo de organização civil. Estes critérios de classificação são interessantes; no entanto, levam novamente a agrupar organizações ideologicamente opostas. Assim, por exemplo, no primeiro e segundo grupos encontramos movimentos sociais ao lado da filantropia empresarial.

Dito isto, como situar as diferentes organizações da economia solidária em relação a este pretenso terceiro setor? O campo da economia solidária perpassa as esferas da economia, da política e da sociedade civil. Nascida de preocupações de ordem socioeconômica, ela se distingue da economia dominante da qual seus agentes foram excluídos ou da qual querem distanciar-se. O projeto de economia solidária é uma proposta política de reorganização da economia e da sociedade a partir da autogestão dos trabalhadores e da solidariedade da sociedade. Esta proposta alternativa de produção, comercialização, consumo e poupança solidária, nascida no seio da sociedade civil, onde procura articulação e apoio, busca respaldo junto aos aparatos legislativos e redistributivos do Estado. Por estas razões, segundo seus intelectuais, a economia solidária não pode ser entendida como fazendo parte do terceiro setor, apesar de a maioria das organizações de apoio terem-na incluído nele.

Segundo França Filho e Laville, a ótica liberal, que interpreta a economia solidária como um terceiro setor vindo justapor-se aos outros dois (Estado e mercado), é uma "visão funcionalista que limita a ação da economia solidária à idéia de uma *démarche* funcional. Ela viria, nestes termos, preencher uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas ...". (2004, p. 114).

### 3.4. Novos valores, novas análises

Em épocas de crise, intensifica-se a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, proliferam representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente. (BACZKO, 1989, p. 310). As palavras de ordem mudam e não por acaso. Passou-se do anticolonialismo, antiimperialismo, anticapitalismo para a antiglobalização. Além de uma postura de rejeição contra algo, no entanto, hoje também reivindicam-se alternativas. Parece que não existem mais modelos, há uma maior consciência da diversidade, uma rejeição da imposição, da hierarquia, que se contrapõe não somente ao sistema capitalista, mas também à proposta de nacionalização da economia como o sublinha Aníbal Quijano[168]. O ideal anárquico reaparece com mais força. Os fóruns sociais mundiais são uma boa demonstração deste novo espírito. As alternativas vão sendo construídas nos planos da prática e do discurso, mas ninguém mais tem o monopólio delas. Pelo contrário, os novos símbolos exaltam as funções criadoras da imaginação, afirma-se que: "uma outra economia", "uma outra educação", "uma outra humanidade", "um outro mundo" "são possíveis[169]". São reações às afirmações anteriores que anunciavam "o fim da história".

Renascem o socialismo utópico e o anarquismo, mas transformados. A solidariedade é a palavra de ordem que ganhou mais adeptos nestas duas últimas décadas, tanto à direita quanto à esquerda, o que enfraqueceu muito o seu poder subversivo. Talvez este seja o motivo pelo qual a encontramos cada vez mais adjetivada. Solidariedade popular, solidariedade autogestionária. Mas há pouca discussão na literatura acadêmica brasileira a respeito desta categoria[170].

A pergunta entre intelectuais engajados é "como construir caminhos intelectuais para construir a utopia". (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 163). Os cientistas sociais estão convidados a construir utopias já que, como escreve Sousa Santos, não há soluções modernas para os problemas que a modernidade criou ao invés de cumprir suas promessas. Quais são os caminhos que intelectuais brasileiros vão trilhar para a formação da utopia de uma economia solidária?

Os estudiosos da economia solidária situam-se no campo daqueles que defendem a centralidade do trabalho na vida econômica e na vida das pessoas. Está presente a concepção de que o trabalho dignifica, resgata a auto-estima das pessoas, participa na gestação de um processo identitário. Por oposição, entende-se que a assistência a pessoas carentes pode levar a uma "contra-identidade"[171]. Tal pensamento nos remete ao surgimento do capitalismo no ocidente e à sua análise por cientistas sociais no século XIX. Durkheim e a solidariedade orgânica fruto da divisão do trabalho, Marx e a contradição

---

[168] QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512.

[169] É preciso assinalar que, a partir de 2004, o slogan da economia solidária é "uma outra economia está acontecendo".

[170] Voltarei a esta discussão no capítulo 4, *Os nomes da economia solidária*.

[171] Sobre a noção de contra-identidade, ver Gaulejac, *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

entre o capital e o trabalho, Weber com a visão de trabalho da ética protestante e com o espírito do capitalismo. Em vez das afirmações pós-modernas sobre a sociedade do consumo, da comunicação, do lazer, o acento não está sobre uma sociedade sem trabalho, mas uma sociedade que volta a procurar formas de trabalho não assalariadas. Está se tentando aproveitar a crise do trabalho assalariado para substituí-lo por outras formas de organização da produção, da distribuição e do consumo que sejam autogeridas, solidárias e harmônicas com o meio ambiente. A proposta não tem nada de revolucionário na sua forma, mas sim no seu conteúdo. As iniciativas consideradas embriões da economia solidária são iniciativas da economia popular. As pessoas procuram, a partir de sua sabedoria acumulada nas experiências próprias e alheias, presentes e passadas, soluções imediatas a seus problemas. Brotam então inúmeras formas alternativas de geração de trabalho e renda divergentes da organização rígida, hierárquica e racional da firma capitalista. Segundo Boaventura de Sousa Santos, "Esta produção não capitalista é hoje uma das formas centrais de resistência à globalização não capitalista". (SANTOS, 2002, p. 16).

Resumindo: a situação socioeconômica e política mudou radicalmente no mundo e no Brasil nestas últimas décadas. Por um lado, a crise do sistema capitalista levou a uma série de medidas tais como a volta da ideologia liberal enfraquecendo os estados nacionais e desmontando os ganhos adquiridos pela classe trabalhadora e suas organizações durante o século XX; o desenvolvimento da informática e das novas tecnologias comunicacionais permitiu a implantação de uma reestruturação produtiva e um desassalariamento a nível mundial. Por outro lado, os desempregados, os excluídos do mercado de trabalho, os sindicatos em perda de membros, as igrejas e inúmeras associações civis tentaram achar novas formas de produção de renda e trabalho a partir de um outro modelo de sociedade. O crescimento da exclusão e da miséria e o aumento da violência levaram organizações internacionais a buscar novas formas de intervenção tanto a nível socioeconômico quanto cultural. A sociedade civil foi chamada para encontrar soluções para estes problemas em parceria com os governos locais e regionais, criando novas formas associativas e muitas ONGs deslocaram ou ampliaram suas atividades de educação e de formação política para o fomento e o apoio de empreendimentos produtivos. Os movimentos sociais transformaram suas ações reivindicativas em propositivas.

São essas novas formas de produção que chamaram a atenção de intelectuais progressistas que viram nessas experiências a possibilidade de promover novas relações de trabalho e uma crítica ao sistema capitalista. Foram também relembradas as experiências associativistas e cooperativistas do século XIX e os pensadores que as defendiam. As análises, que eram principalmente de cunho social, político e macro-econômico, alargaram-se para estudos de micro-economia, administração e gestão de empresas, e para mudanças culturais.

# 4. OS NOMES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

## 4.1. Considerações preliminares

Podemos ler no texto *De quelques formes primitives de classification,* de Émile Durkheim e Marcel Mauss, que toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível, nem nossa consciência oferecem o modelo. É preciso, então, acrescentam os autores, perguntar-se onde fomos procurar as classificações. Para responder a esta questão, eles investigaram quais eram delas eram mais rudimentares e com que elementos os homens as tinham construído.

Há realidades e categorias usadas para expressá-las e elas recobrem uma série de noções mais ou menos explícitas, guardando sentidos internos, "êmicos" e plurívocos. Uma mesma categoria pode possuir vários significados, dependendo do lugar ou da época. Certas categorias são neologismos e, com alguma chance, podemos identificar seus inspiradores; algumas, mais antigas, deixaram registros o que facilita para clarear alguns episódios de sua história. Todas elas vêm marcadas pela historicidade e o sentido que lhes é atribuído se modifica com a transformação das análises e das realidades investigadas. Por isso, a reflexão sobre o seu uso e a sua circulação é importante. Ela esclarece um conjunto de significados latentes, e permite assim a compreensão das suas implicações contemporâneas[172].

[172] Ver a este respeito, por exemplo, o texto, *Cultura, comunicação e massa*, de Renato Ortiz (1995, p. 91-92).

A seguir, este capítulo investiga por iniciativa de quem (grupo ou pessoa), quando e em que contexto, as noções que se referem ao que vai ser chamado genericamente[173] de economia solidária, vieram e/ou circularam no Brasil. Pretendo também mostrar como, em determinados momentos, em alguns meios acadêmicos, surge a necessidade de elaborar definições e de formular conceitos. Vou fazer uma arqueologia de certas noções e/ou retraçar o seu percurso, bem como levantar os eventos que permitiram a formação de certas concepções que considero uma fase decisiva para o desenvolvimento do campo em estudo. Toda conceituação apresenta-se como uma tentativa de sistematizar, estabelecendo fronteiras e definindo quem faz parte do campo ou não.

O livro *A outra economia,* uma obra de referência lançada em janeiro de 2003 por ocasião do III FSM, tenta normatizar ou, pelo menos, problematizar o uso destes nomes. Este acontecimento, do qual participei como convidada, é muito sintomático para a compreensão do meu objeto de pesquisa. Vou tentar rastrear aqui, mesmo que minimamente, junto com as noções e os conceitos, os contextos no seio dos quais estes florescem, os intelectuais que os resgatam, os nomeiam e, eventualmente, vão ser autorizados, por uma "comissão de peritos" a definir os termos. Para fazer tal resgate, identifiquei algumas tramas, que, por sua vez, apontaram para outras. Falo em trama e não em rede, já que estou me referindo a eventos, instituições, movimentos sociais, autores, isto é, um certo contexto no qual identifiquei o uso da noção de economia solidária. Mais adiante poderemos observar como certas redes de relações sociais vão tecer-se com o apoio destas tramas. Penso que conhecer e tentar compreender os nomes do que poderia ser chamado de maneira genérica de economia solidária é um dos elementos que leva ao desvelamento do processo de aliança, disputa, construção e legitimação do campo da economia solidária, meu objeto de pesquisa.

Para início de conversa preciso enumerar os diversos nomes dados para o que identifiquei genericamente como economia solidária e, para tanto, vou apenas listá-los por ordem alfabética. Trata-se de cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã[174], economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, economia social[175], economia solidária, economia solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário, socioeconomia popular e solidária, socioeconomia solidária. É preciso, também lembrar

[173] Escolhi o termo economia solidária como genérico, por ser, entre os mais utilizados, o mais sucinto e o mais usado a nível internacional. Hoje, ele foi adotado publicamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego.

[174] O termo economia cidadã apareceu pela primeira vez no Brasil no final de 2002 como tradução do título do livro de Henri Rouillé d'Orfeuil: "économie citoyenne".

[175] De fato, o termo economia social, entendido como economia solidária, é uma tradução literal do francês: "économie sociale"; em português ele possui um outro significado.

que esses nomes expressam coletivos, cujos componentes possuem, por sua vez, outras apelações como, por exemplo, projetos alternativos comunitários[176].

A esta lista deve ser também acrescentado o termo terceiro setor, mas desta vez como um conjunto mais amplo do qual a economia solidária faria parte ou não. Todos estes nomes não são usados com a mesma freqüência e alguns deles têm seu uso restrito a poucas pessoas, enquanto outros são de uso geral ou são compartilhados por um grande número de pessoas. Alguns são antigos, outros mais recentes e alguns deles foram traduzidos de outras línguas. Neste capítulo, optei por tratar somente de alguns nomes que apareceram de maneira freqüente de forma pública e notória[177] por ocasião de encontros acadêmicos, de feiras e fóruns ou de publicações.

Se foi a partir de 1996 que as noções de economia solidária ou de economia de solidariedade começaram a aparecer nos escritos de brasileiros, a realidade a que os autores se referem com elas é bem anterior, recebendo, na época do seu surgimento, as mais diversas apelações. A este respeito, Tiriba escreve:

> ... ainda são poucos os estudos sobre a diversidade e complexidade da dinâmica interna dos empreendimentos populares. Os conceitos e denominações utilizadas para fazer referência às experiências de pequena escala têm sido os mais diversos, dependendo das diferentes perspectivas políticas e enfoques teóricos e da diversidade das práticas econômicas populares: além de economia informal, subterrânea, invisível, submergida, surgem novos termos, como economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. (TIRIBA, 2001, p. 104).

Entre os termos sob os quais a noção de economia solidária se escondeu, um dos mais antigos talvez tenha sido o de economia informal, criado na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho - OIT. As concepções a respeito da economia informal foram modificando-se no decorrer dos anos. Se outrora os analistas consideravam-na um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, hoje é uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e economistas do mundo inteiro pela sua persistência e crescimento. O fenômeno chamado de economia informal, no entanto, não pode ser corretamente representado por um setor ou por um *continuum*, mas por setores qualitativamente distintos. Entre eles podemos identificar alguns como o da economia familiar, ou o dos micro-negócios e, nestes, associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços realizados com pouquíssimo ou até nenhum capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros, começaram a demonstrar um certo interesse por certas atividades do setor informal, retirando-as do anonimato destes conjuntos amplos e heterogêneos denominados de economia popular ou economia informal. Esses empreendimentos econômicos que foram

[176] É o caso da Cáritas que reúne os PACs sob o nome de Economia Popular Solidária.

[177] Entendo como notório fazer parte do título do evento, estar no cartaz, no folheto de divulgação ou ainda na capa da publicação.

colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela solidariedade existente entre seus sócios, para com a sociedade e com a natureza à sua volta vão receber novas nomeações; isto não os impede de continuar fazendo parte da economia informal ou da chamada economia popular. França Filho e Laville estabelecem uma oposição contrastante entre economia popular e economia informal. Para eles a primeira teria por base a solidariedade preexistente nos grupos sociais e supõe uma articulação entre as necessidades e os saberes locais enquanto que a segunda assumiria "na maioria dos casos a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, não apresentando uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral". (2004, p. 179).

Embora a questão tenha sido tratada por muitos autores, as categorias de economia popular (A CHAMADA, 1994; SINGER, 2000b) e de economia informal (TOKMAN, 1987; CACCIAMALI, 1999) continuam sendo categorias mal definidas e problemáticas, mas isto não é o que pretendo discutir por hora. O que me importa aqui é o processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico.

O que a pesquisa percebeu foi o estabelecimento de um novo recorte, de um novo enfoque que permitiu destacar certas experiências já conhecidas entre as diversas formas econômicas de geração de emprego e renda. Por exemplo, não se trata simplesmente de uma economia popular, mas de uma economia popular solidária. Não simplesmente do trabalho informal, mas de um determinado tipo de trabalho informal que vai ser destacado e retirado do anonimato do trabalho informal por possuir certas características. Não se trata simplesmente de cooperativismo, mas de um cooperativismo autogestionário. Retirar certos fenômenos do anonimato significa dar-lhes visibilidade, estabelecer fronteiras e contornos apropriados. E é só a partir deste processo de reconhecimento e de nomeação que tais fenômenos tornam-se públicos e chamam a atenção da sociedade civil que, por sua vez, interpela os órgãos públicos em vista da elaboração de políticas públicas de apoio a esta nova realidade. Quando a questão demanda uma legislação, o Estado volta a exigir dos intelectuais definições precisas e critérios para definir quem faz parte ou não do universo em estudo. É esse processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico, de reconhecimento de novos agentes sociopolíticos que é preciso compreender. Em outras palavras, como se agenciam os processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação, nomeação e estruturação de um novo campo de ação e de teorização.

Sobre esta questão Lisboa escreve:

> Apesar de recentemente descobertas por intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à EPS são muito antigas, e somente não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão econômico-social iluminista. (...)
> Mas há que distinguir. Os experimentos em curso exigem uma conceituação adequada (desafio conceitual): não podemos confundir o setor da economia informal (...), mera 'sombra' da economia de mercado, com o conjunto de pessoas que se dedica a atividades econômicas sem a presença, muitas vezes, de relação de assalariamento, e que dependem da contínua realização do seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução (cfr. Coraggio, 1999). Estas últimas,

> denominadas de EPS, são atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas (ou seja, nelas têm grande peso os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas) e, muitas vezes, realizadas por grupos de mulheres (eis a perspectiva de gênero da EPS), não motivada pela idéia de maximização do lucro (o que não significa que este não esteja presente), não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagindo com o mesmo) e a controles burocráticos, por meio dos quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável (sem depender das redes de filantropia). (LISBOA, 2000, p. 53-54).

Como relatei acima, a noção de economia solidária chegou no Brasil através do conhecimento de experiências da América hispânica[178], recebendo aqui uma ressemantização. Quanto à categoria de socioeconomia solidária, ela teria sido escolhida coletivamente por uma equipe internacional da qual Marcos Arruda fazia parte. Considero importante partir da nomeação do campo, pois, como Sabbaghi expressou muito simplesmente, "só se vê aquilo de que se tem um conceito. Tudo o mais permanece 'invisível'". (Apud ARRUDA, 1998, p. 5). De fato, uma coisa é o uso dos conceitos como cooperativismo ou autogestão, utilizados há muito tempo, e outra é o seu uso recolocado num conjunto maior chamado de economia solidária.

Para simplificar a exposição desta pesquisa, utilizarei a expressão economia solidária entendida num sentido genérico, ou seja, como sinônimo ou substituto de todas as outras nomeações. De fato, como explicado acima, é o termo que reúne todos os outros nomes, no caso de coletâneas de textos, seminários e outros eventos acadêmicos nacionais e internacionais. É também o nome oficial que lhe foi atribuído pelo governo Lula a partir de 2003[179]. Quando me referir a uma das vertentes, utilizarei o termo específico.

Mas antes de entrar nas denominações, vou fazer um breve esboço de termos mais gerais, a saber, economia e depois solidariedade.

## 4.2. Economia

Mas qual é o significado da noção de economia solidária? Como interpretar o termo economia? O dicionário Aurélio[180] apresenta nove definições do verbete economia. Em primeiro lugar, "é a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens". De fato, a economia solidária é geralmente entendida, no Brasil, como constituída por associações de produtores de bens e serviços, associações de comercialização e associações de consumidores desde que dentro das características já nomeadas, ou seja, a produção de bens necessários à maioria da população, produzidos sem

[178] Ver o capítulo 1. *O tema e suas questões*.

[179] O fato de Paul Singer ser o secretário desta Secretaria foi certamente decisivo para sua escolha, mas este era também o nome do GT brasileiro que enviou a carta ao Governo Lula propondo "a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária". (GT, 2003a, p. 68).

[180] Dicionário eletrônico Aurélio do Século XXI.

agredir a natureza, de forma autogestionária, solidária e com eqüidade. De início, as experiências têm, geralmente, muitas dificuldades para sair do isolamento e a proposta dos agentes da economia solidária é pela articulação dos diferentes empreendimentos, a formação de cadeias produtivas, a formação de redes de consumidores para tornar os empreendimentos mais rentáveis e criar uma economia alternativa. A preocupação quanto à comercialização é muito grande, pois, geralmente, é naquele nível que aparece o ponto de estrangulamento dos empreendimentos, uma solução sendo a possibilidade destes empreendimentos participarem de licitações públicas para receber encomendas públicas. Até o final de 2003, a maioria dos empreendimentos solidários não consegue participar destas licitações em função de problemas legais e/ou de volume de produção.

Outras definições seriam:

- "A arte de bem administrar uma casa". Esta definição expressa o sentido que os adeptos da economia solidária querem recuperar e que vai ser comentada logo a seguir.
- "O conjunto dos conhecimentos relativos à economia, ou que têm implicações com ela, ministrados nas respectivas faculdades; ciências econômicas". O termo economia solidária quer expressar uma realidade concreta ou, pelo menos, a ser construída. Ele também está se tornando a expressão de um conjunto de conhecimentos que estão sendo ministrados em algumas universidades brasileiras, num primeiro momento ao nível da pós-graduação e, atualmente, também na graduação (USP, UNISINOS, UNIJUÍ etc.).

As definições restantes não se aplicam à economia solidária :

- "Sistema produtivo de um país ou região". Não se aplica à economia solidária já que não existem ainda regiões caracterizadas por este tipo de economia, apesar de termos que reconhecer que certas regiões são mais propícias a este tipo de economia do que outras.
- "Contenção ou moderação nos gastos; poupança".
- "Bom uso que se faz de qualquer coisa".
- "Contenção, moderação ou ausência de desperdício em qualquer atividade".

Estas últimas definições subentendem a escassez de bens e a economia seria, então, o aproveitamento otimizado desses recursos. É evidente que estas noções vão aparecer na prática da economia solidária, mas não constituem em si características específicas suas.

Voltando, porém, à definição segundo a qual a economia é "a arte de bem administrar uma casa", existe uma compreensão consensual nas publicações produzidas pelos defensores da economia solidária segundo a qual desde Aristóteles existe uma distinção entre dois tipos de economia. Uma - "crematística" - consiste na forma mercantil de adquirir os bens em vista da ganância e a outra - "oikonomia" - diz respeito ao abastecimento e ao cuidado material da casa e da cidade, sendo que é neste ultimo sentido que vários autores (Arruda, Lisboa, Cáritas) entendem a economia solidária; dessa forma ela se afasta declaradamente da economia neoliberal. O campo da economia é aqui alargado fazendo surgir a questão da ética e dos valores socioculturais. A primazia do econômico, entendido como capital financeiro dominando o político e o social, é profundamente criticada pelos adeptos da economia solidária e vista como um contra-senso. O limite do

discurso econômico é estabelecido a partir do momento em que a economia deixa de ser servidora da sociedade, e que o seu fim não é mais a satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Segundo Amartya Sen (1992), a economia tem duas origens, ambas ligadas à política. Uma diz respeito à ética e a outra à "engenharia". A primeira, já desenvolvida por Aristóteles, vincula a economia ao tema das finalidades humanas e à resposta a duas questões fundamentais: "como se deve viver" e "o que é desejável socialmente". Segundo tal visão, a política, arte mestra, engloba todas as outras ciências, pois ela legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer. Ao passo que a "engenharia" é a ciência econômica que se preocupa com questões logísticas e não com os fins últimos. A importância do enfoque ético enfraqueceu-se substancialmente no processo de desenvolvimento da economia moderna empobrecendo assim a própria economia, segundo Sen. É este enfoque ético que a economia solidária pretende recuperar. Em vista disto, é ressentida a necessidade de distinguir esta noção de economia da noção desenvolvida pelos economistas clássicos do século 19. Chamada de economia liberal, esta última é adepta do princípio do *laissez-faire, laissez-passer* e é considerada obra de Adam Smith. De fato, seu livro *A riqueza das nações* (1776) é o ponto de partida e de convergência de muitas discussões, mas, conforme E. P. Thompson, a revogação da legislação paternalista contra as vendas antecipadas de grãos ocorreu quatro anos antes da sua publicação. Para este autor, não se trataria de um novo modelo, mas de um antimodelo negando as políticas referentes às Leis dos Cereais. Essa economia pretendia-se ainda moral, mas "limpa de imperativos morais importunos". De fato nesta nova teoria, "questões sobre a organização política moral do mercado não têm vez, a não ser como preâmbulo e epílogo". (THOMPSON, 1998, p. 161). Segundo o novo modelo econômico, a lei da oferta e da demanda no mercado livre permitiria sua regulação sem intervenção do Estado. Em caso de penúria, a alta dos preços era considerada um meio eficaz de racionamento. Segundo esta teoria, a auto-regulação do mercado somente entraria em colapso se o Estado ou "o preconceito popular" interviessem. Mas, como faz observar Thompson, o modelo de Adam Smith não é comprovado na prática, pois a demanda de grãos e de pão não é elástica; as pessoas devem comer todos os dias. A diferença entre os dois modelos (o paternalista e o liberal) é que o primeiro "apela a uma norma moral - ao que devem ser as obrigações recíprocas dos homens -, o segundo parece dizer: 'é assim que as coisas funcionam, ou funcionariam se o Estado não interferisse'". (THOMPSON, 1998, p. 162)[181].

Voltando à definição de economia como gestão da casa, podem ser citados como prova disto a Cáritas, que insiste sobre a necessidade de "recuperar o significado de 'economia' enquanto gestão da vida cotidiana" (DIOCESE, 2002, p. 18), o texto de Marcos Arruda, que explicita que "a casa é nosso corpo, é o nosso lar, é a terra ou outro espaço em que trabalhamos, é a nossa comunidade, bairro, cidade, estado, Nação. É também, e num sentido muito real, o nosso Planeta e todo o Cosmos" (A CULTURA, 2000, p. 10), ou

[181] Sobre este tema ler LECHAT, 2001 e 2003.

ainda, o documento do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias de 1998; este definiu que a finalidade da economia "é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano". (CONSTRUINDO, 2000, p. 05). De fato, a economia solidária quer se opor e ser uma alternativa à economia capitalista neoliberal cuja mola propulsora é o lucro. Essa distinção, ao mesmo tempo política e teórica, na verdade torna possível falar do sentido inovador da economia solidária.

Segundo Wautier (2003), a interpretação dada por certos autores franceses, por exemplo Laville, vai no mesmo sentido.

> A uma análise estritamente econômica, precisa-se substituir uma análise política (idem). Laville confirma o caráter fundamentalmente político da economia solidária: se 'a economia social acentuou a pluralidade das formas de propriedade [...], a economia solidária acentuou o modelo de desenvolvimento (durável) e a participação cidadã (democracia participativa)'. A economia solidária questiona a relação entre o econômico e o social, colocando à frente a dimensão política de uma outra economia (Chanial e Laville, 2002, p. 19-20). (WAUTIER, 2003, p. 112-113).

Pode ser citada também a visão de um uruguaio, Pablo GUERRA. Na contracapa do seu livro sobre *Socioeconomía de la solidaridad* (2002), lê-se:

> En medio de las crisis que tipifican nuestro mundo actual, innumerables experiencias de economías alternativas y solidarias emergen como respuesta. Paralelamente se da una elaboración teórica que va delineando un nuevo paradigma - sustento de los proyectos alternativos concretos - basado en una concepción "comprensiva" de la economía, opuesta al mundo globalizado que promueve valores egoístas y una competitividad desenfrenada. La socioeconomía de la solidaridad, como alternativa a los modelos de desarrollo capitalistas que están al origen de las amenazas que sufren tanto la sociedad como la naturaleza. Desde esta perspectiva la economía se define como el conjunto de actividades que tienden a satisfacer las necesidades humanas en el marco de la vida social y cultural que la contienen. Una economía que se distancia de los modelos economicistas imperantes para basarse en la solidaridad y la cooperación.

As definições de economia solidária no Brasil insistem também sobre o cunho político e democrático da economia solidária, indo até a uma exigência de autogestão do empreendimento econômico. A título de exemplo, podemos citar o texto de GAIGER (1996), segundo o qual, os empreendimentos econômicos solidários com tendência à multiplicação de vínculos permitem vislumbrar a gênese de uma economia popular solidária situada nos "interstícios da economia de mercado, e em contraposição à sua lógica mercantilista". Não se trata de um subsistema econômico, mas de

> um conjunto policentrado de iniciativas as mais variadas no campo popular, 'que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que define uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas'. (RAZETO, citado por GAIGER, 1998, p. 57).

### 4.3. Os termos solidariedade e solidária

Recorrendo, mais uma vez ao dicionário acima citado[182], podemos ler no verbete *solidariedade*, as definições seguintes:

> 1. Qualidade de solidário.
> 2. Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes.
> 3. Adesão ou apoio à causa, empresa, princípio, etc., de outrem.
> 4. Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade.
> 5. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe.
> 6. Sentimento de quem é solidário.
> 7. Dependência recíproca.
> 8. *Jur.* Vínculo jurídico entre os credores (ou entre os devedores) duma mesma obrigação, cada um deles com direito (ou compromisso) ao total da dívida, de sorte que cada credor pode exigir (ou cada devedor é obrigado a pagar) integralmente a prestação objeto daquela obrigação.

Etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os jurisconsultos romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo (*in solidum).* Ou seja, na sua origem o termo tinha um sentido jurídico de obrigação, que ele ainda possui como o comprova a oitava definição acima. Historicamente, todavia, esta palavra foi ganhando novos sentidos.

Sistematizando as definições do dicionário, pode-se dizer que a solidariedade tem por característica a formação de um laço ou vínculo entre duas ou mais pessoas; sendo que este laço poderá revestir a forma de um sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca, dependendo da situação.

Segundo a revista francesa RECMA, no seu editorial de janeiro 2001, intitulado *La solidarité en question*, antes de ser um valor, a solidariedade é um fato e designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade uma realidade possível de constatar, como a definia Durkheim nas suas modalidades mecânica e orgânica. O editorial, ao comentar uma destas outras concepções, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral).

O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma situação de desigualdade. Deste ponto de vista, ainda segundo o editorial da revista RECMA (2001), a economia solidária apóia-se sobre uma economia de sujeitos desiguais, enquanto que *l'économie sociale*[183] é, pelos seus princípios e regras, uma economia de

---

[182] Trata-se do dicionário eletrônico Aurélio do Século XXI.

[183] Na França, quando se fala de economia social se trata das associações, das cooperativas e das mutualidades.

iguais. Nesse editorial podemos perceber as diferenças entre a França e o Brasil, pois neste, a economia solidária é entendida como formada de associações entre iguais, enquanto que o terceiro setor[184] estabeleceria relações entre desiguais. E o editorial continua colocando que, se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, ela não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira e que, por outro lado, *l'économie sociale* não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades; mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da economia solidária, uma forma de permitir aos "beneficiários" da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente. E o editorial termina afirmando que estas duas economias podem ser consideradas como complementares e que seus méritos respectivos poderiam fortalecer-se mutuamente.

Em 1998, Alfredo Gugliano escreve a respeito do tema da solidariedade no contexto da economia solidária:

> Entretanto, este solidarismo ou solidariedade não pode ser confundido com outros tipos de ações comunitárias dirigidas por interesses filantrópicos ou caritativos. Como afirma Touraine (1998, p. 3), 'Solidariedade não é a mesma coisa que ação humanitária. Esta quer ajudar os excluídos e os pobres a sobreviver, ao passo que a primeira tem por objetivo reintroduzi-los na sociedade, seja nos escritos limites das leis e das normas, seja por meio do amparo direto às famílias.'
> Nesta perspectiva, a solidariedade não pode ser identificada simplesmente com uma atitude de auxílio ao próximo, de amparo aos desamparados, mas desenvolve uma postura de *empatia* entre indivíduos e atores sociais que *a priori* não compartilham nem os mesmos códigos culturais nem habitam um mesmo espaço territorial. (...) Neste sentido, não deixa de ser tentador sugerir que hoje poderia estar se consolidando uma nova contraposição entre dois modelos de mudança social: um baseado no tradicional conceito de luta de classes e o outro na difusão de organizações e mobilizações solidárias. (p. 93-94).

Contudo, não ficou claro o que se entende por solidariedade. A meu ver, é preciso clarear as diferentes formas de solidariedade. Para tal, retomando a colocação de Hegner[185] (1986), o termo solidariedade pode ser decomposto a partir de suas formas que são definidas como reciprocidade, lealdade e altruísmo. Só nos dois primeiros casos temos uma dependência recíproca de fato. Nestes casos não se comprova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca. É este sentido que o adjetivo "solidário" parece assumir na literatura brasileira quando anda associado ao substantivo economia.

Já que uma das formas da solidariedade é a reciprocidade, é preciso definir melhor o seu significado. Falando em reciprocidade pensamos de imediato em Marcel Mauss e nos

---

[184] Não se pode, a meu ver, traduzir *économie sociale* por terceiro setor, como alguns autores (por exemplo Defourny e Monzón) o fazem; mas o termo economia social ressemantizado tampouco serve como tradução. Refiro-me aqui, no entanto, ao terceiro setor, pois neste caso, permite explicar alguns diferenciais ao colocar esses dois tipos de organização em paralelo.

[185] Encontrei esta referência no texto de Emil SOBOTTKA, 2002.

autores que foram inspirados pelo seu texto seminal *O ensaio sobre o dom*. Neste ensaio, ele estuda práticas realizadas por povos em épocas diferentes (sendo um dos mais famosos o Kula estudado por Malinowski, por exemplo), implicando doações de festas, de crianças ou de bens simbólicos e se pergunta porque os presentes dados, aparentemente de graça, de fato não são gratuitos e esperam por uma retribuição. Ele encontra uma resposta entre os nativos, o espírito do dono (Hau) acompanha o presente e incomoda aquele que recebeu o presente até voltar para seu dono junto com outro presente. Esta explicação nativa (dos Maori da Nova Zelândia) vai ser interpretada por Lévi-Strauss como sendo uma necessidade inconsciente. Na sua *Introdução à obra de Marcel Mauss,* ele escreve que este texto demonstra existir uma ordem lógica nas trocas. Estas são o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si. Existe um sistema universal que podemos resumir nas três obrigações seguintes: dar - receber - retribuir. Este sistema está na base do laço social de qualquer sociedade.

No Brasil, a discussão dos teóricos e ativistas da economia solidária a respeito da solidariedade é ainda bastante tímida apesar de suscitar bastante interesse[186]. Em 2004, França Filho e Laville escrevem que, segundo Leroux, a solidariedade "se compreende pelo sentimento presente em cada indivíduo de pertencimento à humanidade e de uma singularidade a preservar". (P. 51-52). De acordo com este e Durkheim, depois dele, o estabelecimento de uma comunicação entre o Estado e a sociedade deve ser estabelecido por grupos intermediários "para escapar de um individualismo concorrencial, assim como de um estatismo autoritário". (Idem, p. 52).

Como mencionado anteriormente, é feita uma declaração de princípios sobre a viabilidade de uma economia que não teria por base a busca de lucro nem a concorrência. Já que a economia solidária define sua identidade por oposição aos princípios que regem a economia capitalista, apesar de viver no seio dela e de ter que submeter-se, muitas vezes, a seus ditames para sobreviver, seus defensores precisam afirmar na prática como na teoria que ela é realmente possível. O paradigma da dádiva, e a discussão do grupo do M.A.U.S.S. sobre a existência do dom nas sociedades contemporâneas são, a este respeito, de grande ajuda. Mauss concebeu os dons como fatos sociais totais e universais. Os dons não são entendidos como fatos isolados dependendo de sentimentos de compaixão ou das circunstâncias, mas são compreendidos como um momento dentro de um sistema que implica obrigatoriamente dois outros. O dom, como demonstrou Marcel Mauss, não é uma escolha, mas uma obrigação, é um dever. Ele não é "um gesto, mas uma estrutura que inclui e que organiza os seus elementos". (TAROT, 1999, p. 603). Tarot compreende os ensinamentos do *Ensaio sobre o dom* da mesma maneira que Caillé e o grupo do

[186] O artigo intitulado: *Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária?* (2001) publicado na Revistas de Ciências Sociais da UNISINOS foi minha resposta a uma demanda de Gaiger de escrever sobre o paradigma da dádiva e a economia solidária. A solicitação foi motivada pela audição de uma comunicação intitulada *O paradigma da dádiva e as cooperativas de trabalho* que fiz no IX CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA realizado em Porto Alegre em 1999. Nela tratei do dom e do paradigma da dádiva segundo Caillé. Recebi vários comentários sobre a originalidade desta questão.

M.A.U.S.S. Ele escreve que Mauss, ao interpretar o dom como um fato social fundamental, limpa o terreno dos dois mitos de origem da economia que, desde o século dezoito, levaram a um "potlach"[187] de argumentos entre liberais e seus adversários socialistas ou comunistas/comunitaristas. (TAROT, 1999, p. 604). Mauss, no seu *Manual de etnografia*, refuta a tese do comunismo primitivo, pois "a reciprocidade é total, (...), mas isto se pratica entre indivíduos. (...) Desde a origem, o *commercium* acompanha o *connubium*, o casamento segue o comércio e o comércio segue o casamento. (...) O erro fundamental consiste em opor comunismo e individualismo"[188]. (MAUSS, 1967, p. 129). Ele critica também a tese da economia natural dos liberais utilitaristas segundo a qual a troca seria a forma natural elementar e primitiva da economia. No *Ensaio sobre o dom*, Mauss expõe que, nas sociedades tradicionais, não são os indivíduos isolados e sem laços sociais que realizam a troca, mas indivíduos presos a laços sociais, ou seja, eles agem conforme a função social que lhes é atribuída no seio do grupo. As trocas não são realizadas em função de puros interesses individuais e econômicos, mas em função de uma estrutura social regulada ou para refazer o laço social. Neste caso, o social antecede o econômico e o inclui, não tendo este autonomia própria. A relação recíproca entre o social e o individual, e a primazia do social sobre o econômico permitem entender a realidade de uma economia social e solidária neste final de século XX e início do XXI. Parece, então, enganosa a afirmação, nestes últimos séculos, da primazia do econômico e do individual sobre o social!

Lygia SIGAUD, no seu artigo intitulado *As vicissitudes do "Ensaio sobre o Dom"*[189], chama nossa atenção sobre o fato que existem diversas interpretações deste texto. Retomando algumas delas de maneira cronológica ela observa que se os contemporâneos de Mauss retiraram do seu ensaio uma contribuição para o estudo "relativo ao direito, às obrigações e às prestações totais" (1999, p. 89), a partir dos anos 60, ele foi considerado como "uma teoria da troca, que atribui à identificação entre a coisa dada e o espírito do doador o princípio de explicação das transações". (Idem). No exame destas interpretações, a autora observa que em 1936, Richard Thurnwald, interessado em explicar a "origem da reciprocidade" percebida como relações simétricas, não se refere a Mauss pois "formulava questões estranhas às preocupações [deste]". (1999, p. 102). É de fato na introdução à obra *Sociologia e Antropologia*, coletânea de artigos e conferências de Mauss, que Lévi-Strauss vai referir-se a uma teoria da troca como se esta fosse elaborada por Mauss. (SIGAUD,

[187] Potlatch: Mauss reserva o nome *potlatch* ao gênero de instituição existente entre as tribos que vivem nas ilhas ou na costa, ou entre os Montes Rochosos e a costa (termo corrente entre os brancos e os índios de Vancouver ao Alaska). Essas tribos riquíssimas passam o inverno em perpétua festa onde se realizam o que Mauss chama de prestações sociais totais de tipo agonístico. "O que é notável nessas tribos, porém, é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. (...) Mas esta prestação reveste, da parte do chefe, um cunho agonístico muito acentuado. É essencialmente usuária e suntuária, e assiste-se, antes de mais nada, a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que resultará em proveito de seus clãs". (MAUSS, 1974, p. 46-47).

[188] A tradução é nossa.

[189] A reflexão de Sigaud sobre como se constituem e se reproduzem as representações acerca de um texto é inovadora e muito oportuna para questionar a minha interpretação da produção escrita dos três autores analisados nesta tese.

1999, p. 106). Uma outra transformação operada por Lévi-Strauss é a noção de "fatos sociais totais" de Mauss que agora aparece como "fato social total". "O que em Mauss apareceria como um recurso de método (tratar como 'fatos sociais totais') e sempre no plural, em Lévi-Strauss torna-se um conceito a designar uma totalidade, no singular". (SIGAUD, 1999, p. 105). Sigaud, após afirmar que a inflexão na leitura do Ensaio sobre o dom se deu a partir da introdução de Lévi-Strauss, ressalva que "seria equivocado, no entanto, atribuí-la à sua intervenção a respeito das trocas". (1999, p. 114).

Sigaud não menciona Caillé nem Godbout, mas é certo que a interpretação destes a respeito do que eles chamaram o paradigma da dádiva, está marcando atualmente uma geração de antropólogos e sociólogos, influência que me atingiu também[190].

Mas, volto à reciprocidade na economia solidária. Segundo Odile CASTEL (2003), que se apóia em Kolm e Polanyi,

> La réciprocité est le principe par lequel la production est donnée à d'autres dans un esprit de solidarité, c'est-à-dire dans le cadre d'une relation entre personnes ayant conscience d'une communauté d'intérêts qui entraîne l'obligation morale de ne pas desservir les autres. Pour cela, "on ne donne pas pour recevoir, on donne pour que l'autre donne" (Kolm, 1984) et on recherche à établir une relation entre plusieurs personnes ou groupes de personnes par une suite durable de dons. Ainsi, "la réciprocité sous-tend des mouvements entre points de corrélation de groupes symétriques" (K. Polanyi, (1957) 1975), c'est-à-dire que la réciprocité repose toujours sur des formes symétriques de l'organisation sociale de base. Au travers de la suite durable de dons entre personnes ou formes symétriques de l'organisation sociale, la production donnée est valorisée à sa valeur d'usage ou symbolique.

Nesta citação podemos notar várias questões importantes. Em primeiro lugar, Odile Castel afirma que a reciprocidade é um princípio que leva a uma obrigação moral e que esta acontece no caso de uma relação entre pessoas que têm consciência de pertencerem a uma comunidade de interesses. Tudo indica que saímos do mercado impessoal e concorrencial, estamos numa comunidade, no sentido de um compartilhar interesses e, com certeza, também valores já que se trata de um dever moral.

Por outro lado, o dom seria realizado não para receber, conforme o esquema tradicional da troca, mas para que o outro dê por sua vez, ou seja, para criar uma corrente de dons e contra-dons entre pessoas e grupos. Citando Polanyi, a autora afirma que a reciprocidade serve de base para movimentos entre pontos de correlação de grupos simétricos. E ela comenta que a reciprocidade se apóia sempre sobre formas simétricas da organização social de base. A comunidade de interesses seria entendida neste caso como uma organização social de base, composta de pessoas, mas também de grupos simétricos.

Retomando os textos de Hegner citados acima, a solidariedade na sua forma de reciprocidade acontece entre iguais lá onde existe um laço social. Não haveria

---

[190] Ver a este respeito: LECHAT, N. Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária? *Ciências Sociais Unisinos* - São Leopoldo, v. 37, n. Jul - Dez, p. 59-102, 2001.

necessariamente uma obrigação moral, aparecendo esta somente quando os grupos ou pessoas em relação são desiguais. Se tentarmos aplicar estas grades de análise à realidade brasileira e ao que os intelectuais e militantes ou mediadores consideram economia solidária, a coisa se complica. De fato, na realidade empírica que compõe a chamada economia solidária, encontramos formas diversas de solidariedade, umas de reciprocidade, outras de lealdade e ainda várias de altruísmo, onde uma certa caridade paternalista subsiste mesmo se ela não é reconhecida como tal. Às vezes, estas diferentes formas estão presentes ao longo de uma mesma cadeia produtiva que vai da transformação ou produção da matéria prima, até a comercialização do produto. Se pensarmos, por exemplo, numa confecção de produtos artesanais realizados a partir de retalhos industriais ou de roupas usadas, a origem da matéria é um dom altruísta, e se a produção for para os próprios usuários, sua partilha acontece a partir da reciprocidade entre iguais. Quando houver comercialização para fora do grupo, ela acontece na base da reciprocidade, do altruísmo ou mesmo por simples interesse individual (compro porque preciso e gostei do produto). Por conseqüência, as três formas de solidariedade podem ser encontradas na economia solidária.

Volto ao texto de Odile Castel. Ela declara, finalmente, que, através da seqüência dos dons entre pessoas e/ou formas simétricas de organização social, a produção oferecida é valorizada pelo seu valor de uso ou simbólico. Temos a certeza, uma vez mais, de não estar falando de relações capitalistas, pois segundo a teoria marxista, todo produto tem valor de uso e valor de troca; no entanto, é este último que caracteriza a relação capitalista, quando o interesse não está na qualidade intrínseca da mercadoria, mas na possibilidade de extrair mais-valia mediante a exploração da mão-de-obra que a produz.

No final da década de 70, o nome Solidariedade apareceu na imprensa internacional quando a Polônia viveu uma grave crise econômica e se desencadeou uma onda de greves, sendo a mais importante a dos estaleiros de Gdansk, organizada por Lech Walesa[191], líder do sindicato livre Solidariedade. Em seguida, outros movimentos foram sendo chamados de solidários e, com o passar do tempo, o adjetivo solidário tanto quanto o substantivo solidariedade estão sofrendo uma crescente banalização a ponto de perder muito de sua força de expressão, pois ambos são utilizados de maneira intensiva na mídia. É conhecida a visão de Durkheim, segundo a qual toda sociedade existe em virtude do fato que ela é formada por relações sociais solidárias mecânicas ou orgânicas. Mas agora é como se, de repente, todas as ações tanto da área privada como pública se tornassem solidárias. Hoje essa solidariedade está, muitas vezes, associada com o voluntariado, este também muito em moda, a tal ponto que 2002 foi considerado o ano internacional do voluntariado. Este fenômeno manifesta-se no mundo inteiro e, no Brasil, sua publicidade é feita na mídia, principalmente na televisão, onde programas semanais[192] lhe são consagrados. A pesquisa de Landim e Scalon (2000) comprova também o crescimento exponencial do número de

[191] Este anticomunista contava com a simpatia do Vaticano, na figura do próprio Papa João Paulo II, também polonês.
[192] Ver, por exemplo, no sábado de manhã, na rede Globo, o programa "ação solidária".

voluntários no Brasil. Para saber qual o tipo de solidariedade que é efetivamente realizado pelo voluntário ou, ainda, se em vez de solidariedade sua ação for de auto-interesse, isto é uma outra questão. Em principio, no Brasil, os empreendimentos de economia solidária não comportam voluntários, pois o objetivo dos empreendimentos é, além do resgate da auto-estima, a produção de renda, mesmo no caso desta ficar abaixo do salário mínimo. Quanto aos voluntários, eles se situam geralmente entre os ativistas. A maioria deles, no entanto, pertence a ONGs ou universidades, como explicitei no capítulo sobre o contexto dos anos noventa. É verdade, no entanto, que esses profissionais da educação popular gastam nesta atividade muito mais do que seu tempo "remunerado" e ocupam boa parte dos seus fins de semana a estas atividades.

Volto, entretanto, aos países e regiões de língua francesa, onde encontramos uma certa reflexão sobre o significado histórico do termo solidariedade. Segundo WAUTIER, "desde 1985, ressurge o conceito de solidariedade, não no sentido anglo-saxônico de caridade, mas numa perspectiva tipicamente francesa, numa dimensão política e republicana de meio de conciliação entre direitos individuais e responsabilidade do Estado[193]". (2003, p. 111). Os protagonistas de uma economia humana, preocupados com o social e com a natureza, retomaram o terceiro termo do lema democrático da revolução francesa "fraternidade", expresso de maneira mais moderna pela categoria "solidariedade". Arruda também observa que o termo solidariedade pode ser concebido como fraternidade ou, melhor, irmandade (que inclui irmã e irmão) e, neste sentido, visa conciliar a liberdade com a igualdade. (ARRUDA, 2003, p. 233). E, de acordo com SINGER, "para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva". (2002b, p. 9). E ele acrescenta que "a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualitariamente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave desta proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais". (Idem, ibidem).

Para ARRUDA, existe uma solidariedade ontológica entre seres da mesma espécie morando no planeta terra; mas esta não é suficiente "para fazer predominar a responsabilidade comum uns com os outros e de todos com o planeta". (2003, p. 233). Por isto ele recomenda um trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente. Por solidariedade consciente, ele entende "o reconhecimento, o acolhimento e o respeito pelo outro como parte intrínseca do mundo de cada indivíduo". (2003, p. 234). Por conseguinte, há uma co-responsabilidade que define leis, contratos, garantindo o convívio dos pares. Mas a solidariedade consciente vai além dos deveres e direitos. "Ela refere-se à postura

[193] Segundo J. L. Laville, Pierre Leroux, antigo discípulo de Saint-Simon, teria se autoproclamado inventor do termo solidariedade na primeira metade do século 19, insistindo «sobre a criação entre o Estado e a sociedade de uma comunicação através de grupos intermediários (...) redes de solidariedade para cultivar o espírito público indispensável à democracia» (CHANIAL e LAVILLE, 2002, p. 13).

ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente e, portanto, complementar, a si próprio". (Ibidem).

A partir desta dupla compreensão, Arruda entende a solidariedade como um valor não meramente moral, mas "intrínseco do ser humano, ainda que o conservadorismo neoliberal oculte isso com a afirmação totalitária do individualismo e do egoísmo". (CONSTRUINDO, 2000, p.11). Destas premissas, ele deduz que "as formas solidárias de organização social e econômica, mais do que resultantes de opções morais, tornam-se um imperativo racional". (ARRUDA, 2003, p. 234).

Pensando o lema da revolução francesa e fazendo uma rápida retrospectiva histórica, pode-se dizer que as doutrinas filosóficas e econômicas destes últimos dois séculos expressaram o que seria a liberdade a partir de uma Declaração dos Direitos do Homem, e preconizaram a liberdade de propriedade, de empreendimento, de comércio etc. Quanto à igualdade, todas as constituições garantem de maneira ideal que todos os homens são iguais perante a lei, apesar de a igualdade de oportunidades ser de fato inexistente. Mas a fraternidade quem a garante? A sociedade moderna demonstrou ser uma selva onde a lei do mais forte rege as relações e onde a fraternidade, quando ainda existe, estaria reservada aos círculos privados como a família e os amigos. Observou-se também que liberdade e igualdade têm problemas de afinidade e o liberalismo, ao acentuar o princípio da liberdade, criou talvez as maiores desigualdades que a história humana jamais conheceu. Por outro lado, as experiências do socialismo real, ao enfatizarem a igualdade e os mecanismos estatais para alcançá-la, acabaram colocando a liberdade no cativeiro. Destes dois termos, talvez seja o da igualdade o que mais combina com a fraternidade e, principalmente, com a sua forma pós-moderna, a solidariedade. Mas o que fez ressurgir a fraternidade/ solidariedade com tanto vigor?

Com a crise do capitalismo, a partir de 1974, a situação muda nos países ocidentais e três aspectos são, a meu ver, fundamentais para o movimento que vai desenvolver a economia solidária. São eles o desemprego estrutural, provocado pela reestruturação produtiva do sistema capitalista, a crise do Estado de bem-estar social, provocado pelo modelo neoliberal e a busca internacional de alternativas frente à exclusão social crescente. Tais alternativas constituem críticas aos excessos do capitalismo e do socialismo real.

A nova Revolução Industrial ocorrida nas últimas décadas do século XX, em meio à globalização financeira (que favorece a especulação em detrimento do investimento e do crescimento econômico) e à desregulamentação econômica e social pela aplicação de políticas neoliberais (retraimento da política intervencionista por parte do Estado e privatização), provocou a transformação das relações de produção pela terceirização, a volta à micro-empresa e à empresa familiar, ao subemprego, ao desemprego e à precarização das condições de trabalho[194]. Mas os Estados, desta vez, mostraram-se resignados e declararam-se economicamente falidos e politicamente impotentes perante a

[194] David Harvey já fazia esta análise em 1989 na sua obra, *The condition of Postmodernity*.

situação. É neste quadro que trabalhadores buscaram, na solidariedade, saídas para seus problemas de sobrevivência.

Segundo QUIJANO, se a reciprocidade, que ele define como "intermediação de força de trabalho e de trabalho (produtos tangíveis e intangíveis), sem a intervenção do mercado" (2002, p. 486), nunca esteve completamente ausente do capitalismo, ela tinha fortemente diminuído até que voltou a crescer rapidamente nestas últimas décadas, devido às tendências de "desocupação estrutural". A redescoberta desta forma de organização da produção, não se deve num primeiro momento, segundo ele, a uma consciência crítica e explícita do capitalismo. Ela seria "uma conduta social resultante das próprias tendências do capitalismo, em especial do seu crescente desinteresse na mercantilização da força viva de trabalho individual". (Ibidem). Setores de trabalhadores sem carteira assinada "tiveram de recorrer mais, ou sobretudo, à reciprocidade, não só com a finalidade de trocar força de trabalho e trabalho entre eles, mas para enfrentarem com menor desvantagem as inevitáveis e indispensáveis relações com o mercado". (Ibidem). Essas práticas de reciprocidade podem até encontrar-se envolvidas com ideologias políticas conservadoras, mas, segundo Quijano, esta prática social "produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo". (QUIJANO, 2002, p. 487). Disto Quijano tira como conclusão que "não é mera coincidência que a resistência ao capitalismo e à sua 'globalização' tenha se tornado um fluxo mundial apenas na última década e que este movimento procura, agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade". (Ibidem).

Apesar da grande influência que a França exerceu e ainda exerce sobre as ciências sociais no Brasil, é provável que, em termos culturais, a força do termo solidariedade não venha tanto da sua identidade com a fraternidade, via lema da revolução francesa. Como vimos anteriormente, existem vários tipos de solidariedade. A solidariedade no Brasil, em muitos casos mantém proximidade com a caridade e o amor cristão, a fraternidade cristã ou "irmandade no Cristo".

Vai ser com o Papa João XXIII que, ao chamar para o concílio Vaticano II, o conceito de solidariedade começa a circular. Um dos capítulos da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual, *Gaudium et Spes*, é intitulado *O verbo encarnado e a solidariedade humana*. Na encíclica *Mater et Magistra* (1961) o conceito de solidariedade vai ser amplamente desenvolvido. É importante lembrar que a questão da solidariedade foi trazida ao Brasil também pelo padre Lebret. Este religioso liderou o movimento Economia e Humanismo que aqui teve seus adeptos e cuja revista pode ser encontrada nas bibliotecas brasileiras. O próprio Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA, publicou em 1967, uma apostila intitulada *LEBRET. Necessidade de incorporar a população ao desenvolvimento*. Nesta pode-se ler, que segundo Lebret, "desenvolvimento é a passagem de uma população determinada de uma fase menos humana a uma mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano o menos elevado possível, tendo em vista a solidariedade entre todas as populações". (Apud SOUZA, M. L. de, 1991). O

humanismo cristão é uma das vertentes que sustentam a economia solidária hoje, como mostrarei nos próximos capítulos.

Voltando aos papas, Paulo VI, na sua encíclica *Populorum Progressio* (1967) continua, neste sentido, afirmando que a solidariedade é um valor indispensável na busca de um verdadeiro desenvolvimento para os povos. Escrevendo sobre a visão cristã do desenvolvimento, o Papa afirmou que a solidariedade universal que é um fato e um benefício para todos é também um dever (nº 7). A segunda parte desta encíclica tem por título *Até o desenvolvimento solidário da Humanidade.*

O Papa João Paulo II vai utilizar publicamente o termo "economia de solidariedade". Assim, em 1987, num discurso na CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em Santiago do Chile, ele apresentou a economia de solidariedade como a grande esperança para a América Latina[195]. Ele lançou a proposta de desenvolver uma economia de solidariedade afirmando que uma civilização do amor seria uma civilização de solidariedade e de trabalho. (ERRÁZURIZ, 1993, p. 6-7). Naquele mesmo ano, por ocasião do vigésimo aniversário de *Populorum Progressio,* fazendo uma análise do panorama do mundo contemporâneo, o Papa enuncia entre os aspectos positivos "a crescente consciência de solidariedade dos pobres entre si, bem como suas iniciativas de ajuda mútua" (nº 39).

No Brasil, a *Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* já tinha por base, em 1993, o valor social da solidariedade, noção chave que podia agrupar, como mencionado anteriormente, ideologias tão diversas como o humanismo cristão, o ideal iluminista da fraternidade e até a ética marxista. Outro exemplo é o das Campanhas anuais da CNBB por ocasião da Quaresma, chamadas de Campanhas da Fraternidade. Assim em 1999, o tema da Campanha foi "*A fraternidade e os desempregados*" com o lema *Sem trabalho... por quê?* Entre os quatro objetivos do texto-base da Campanha encontramos, segundo NEUTZLING, assessor da comissão de redação do texto, a vontade de "abrir perspectivas sobre novas relações e novas formas de trabalho". (1999, p. 155). Os objetivos da Campanha eram, em primeiro lugar, sensibilizar a comunidade eclesial e a sociedade pela grave situação dos desempregados; em segundo lugar, denunciar o neoliberalismo que causa o desemprego; em seguida, anunciar uma nova sociedade baseada em novos paradigmas, onde o ser humano seria o centro e, finalmente, "abrir perspectivas sobre relações e novas formas de trabalho prenunciadas para o novo Milênio". (Idem). Desta forma, o texto base da Campanha, insiste nas possibilidades de uma economia solidária[196], do terceiro setor, da auto e da co-gestão. Temos aqui uma clara declaração da Igreja brasileira, através da CNBB, de apoio à economia solidária, aliás, muitas das iniciativas de

[195] Esta informação está no site www.economiasolidaria.net com a data de 1986, mas Pablo Guerra e Errázuriz falam em 1987.

[196] No texto, no entanto, aparece uma certa confusão entre economia solidária e terceiro setor. Neutzling afirma, por exemplo, que "as atividades características desse setor respondem a necessidades que não são rentáveis para a economia de mercado". (NEUTZLING, 1999, p. 166).

empreendimentos solidários têm por base as Comissões Eclesiais de Base - CEBs e a Cáritas[197].

A caridade traduz-se politicamente no chamado assistencialismo ou paternalismo que, no Brasil, tem a sua versão perversa no clientelismo, no apadrinhamento e na compra de votos. Falando de economia solidária, França Filho e Laville observam que a sociedade brasileira "apresenta redes de sociabilidade abundantes, principalmente nos meios populares, e [que] o aspecto da convivialidade tende a destacar-se quase que como um traço cultural forte". (2004, p. 176). Porém, se "existe grande facilidade para instalação de uma relação social entre desconhecidos, haja vista o grau de informalidade das relações, em geral" (idem), essa solidariedade pode, subitamente, transformar-se em violência. A hierarquização e o autoritarismo estão submersos nas relações sociais, mas podem emergir subitamente ao menor sinal de instauração de um conflito. É contra estas tendências que o movimento da teologia da libertação e outros movimentos leigos reagiram exigindo ética na política, participação popular e autogestão. Uma parte da economia solidária aparece no país como uma das ações destes movimentos. Neste caso, a solidariedade se quer associada a uma democratização radical como se afirma em quase todos os textos de economia solidária aqui publicados.

No início deste capítulo mencionei a aparente divergência existente entre as noções de economia e de solidariedade. Quanto a isso, Luiz Razeto comentou o aparecimento da noção de economia solidária na América Latina e a surpresa que provocou a reunião de duas noções tão distintas, consideradas geralmente como pertencentes a áreas diferentes.

> **Economía de solidaridad** es un concepto nuevo, que si bien apareció hace pocos años está ya formando parte de la cultura latinoamericana. Cuando empecé a usar esta expresión y en 1984 publiqué el libro primero de **Economía de solidaridad y mercado democrático**, pude observar la sorpresa que provocaba asociar en una sola expresión los dos términos. Las palabras "economía" y "solidaridad", siendo habituales tanto en el lenguaje común como en el pensamiento culto, formaban parte de "discursos" separados. "Economía", inserta en un lenguaje fáctico y en un discurso científico; "solidaridad", en un lenguaje valórico y un discurso ético. Rara vez aparecían los dos términos en un mismo texto, menos aún en un solo juicio o razonamiento. Resultaba, pues, extraño verlos unidos en un mismo concepto. (RAZETO, 1993, p. 11).

Esse paradoxo provocador de estranheza é formado pela reunião dos dois termos e deve-se ao uso do termo economia no sentido que lhe dá hoje a visão neoliberal, segundo Razeto. Quando se entende a realidade econômica no sentido de concorrência acirrada, de guerra para conquistar e galgar os melhores espaços, ocupar um novo nicho, o que exige passar por cima dos outros, derrotá-los, vencê-los, esmagá-los, temos tudo menos uma atitude de solidariedade. Mas o sentido dado aqui é outro; trata-se de uma economia

[197] Não poderia deixar passar em branco o nome Cáritas que, em latim, significa caridade. No entanto, devemos reconhecer que esta instituição no Brasil, sob a influência da Teologia da Libertação está há vários anos tentando assumir uma postura menos assistencialista.

entendida como partilha social da riqueza, do poder e do saber, na qual "os trabalhadores explorados e alienados dos seus melhores atributos se juntam para buscar formas de organizar a produção a serviço da satisfação das suas necessidades, e não a serviço do lucro apenas, como a economia do capital e a relação competitiva e objetificada (sic) que lhe é peculiar". (ARRUDA, 2003, p. 234).

## 4.4. O gênero da economia solidária

Sem ser um adjetivo qualificativo da economia solidária, é importante ressaltar que, entre os valores e representações que acompanham a apresentação da economia solidária, há a questão do feminino. A economia solidária é, muitas vezes, apresentada como uma economia do feminino, da doação, principalmente em Arruda[198] e Singer[199]. Gaiger[200] e Lisboa (2000)[201] referem-se a ela de forma mais factual, como um setor onde as mulheres são maioria.

Na publicação do GT de Economia Solidária para o lançamento do debate sobre os cinco temas do primeiro eixo das conferências do II Fórum Social Mundial, intitulado "Produção das Riquezas e Reprodução Social", pode-se ler: "a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado" (2002, p. 10). Este texto exprime, de fato, as idéias de Marcos Arruda divulgadas pelos cadernos do PACS. Foi também o caso de um dos textos preparatórios para o Fórum Nacional de Economia Solidária, divulgado no primeiro semestre de 2003. Sob a rubrica origem e cenário atual pode-se ler:

> Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (GT, 2003b).

---

[198] ARRUDA, Marcos. O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na ANPED, setembro de 1998.

[199] Singer coloca isto mais nas suas falas do que nos seus escritos.

[200] Gaiger classifica os empreendimentos solidários pelas suas características tais como o número de participantes, o setor de produção ou serviços e o predomínio do gênero dos seus membros; esta última estando associada na pesquisa ao número de participantes (até 10, predomínio feminino; mais de 50 participantes, predomínio masculino). Seu comentário a respeito é o seguinte: "Alguns aspectos relacionados aos perfis não causam surpresa; sabe-se, por exemplo, que projetos de confecção são tipicamente femininos e habitualmente urbanos. Outros, no entanto, parecem menos óbvios, como o predomínio masculino dentro das cooperativas ou o caráter multifamiliar dos empreendimentos rurais". (GAIGER,1999, p. 22).

[201] Segundo Lisboa, as atividades de economia solidária são "muitas vezes, realizadas por grupos de mulheres (eis a perspectiva de gênero da EPS)". (2000, p. 53).

O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino é apontado neste texto como de aceitação geral, como ponto de convergência, além da diversidade das práticas e das interpretações.

A escolha de uma noção de economia enquanto gestão da casa teria levado a uma assimilação desta à sua administradora tradicional, a mulher? Tal noção tem, neste sentido, uma visão tradicional da mulher e de suas atribuições, mas, ao contrário do que tradicionalmente se fez nas sociedades ocidentais, ela valoriza as tarefas consideradas como femininas e os valores considerados apanágio das mulheres. Isto se apresenta como uma profunda mudança cultural, pois, como explica Michelle Zimbalist Rosaldo, "o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dêem poder e valor aos papéis e atividades dos homens". (ROSALDO, 1979, p. 15). Relembrando que a noção de economia vai ser associada à de solidariedade, outros autores tendo a mesma visão que Rosaldo, afirmam, a exemplo de Godbout e Caillé no livro *L'esprit du don* (1992, p. 54-59), que a mulher em todas as sociedades sempre encarnou o símbolo do dom. Pode-se pensar então que o lado não mercantil e solidário deste tipo de economia seria visto, pelo senso comum, como característica preferencialmente feminina. Esta afirmação não é compartilhada por todos os autores como veremos a seguir em se tratando de Stathern.

Um outro aspecto da questão feminina, o da história da luta das mulheres pelos seus direitos e pelo seu reconhecimento, também é apontado por Paul Singer como um dos fatores que favorecem a adoção de práticas autogestionárias no seio da economia solidária.

> Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual (...). Da mesma forma, um número crescente de instituições civis também estão se democratizando (...).
> Tudo isso provavelmente está por detrás do atual surto de autogestão em quase todos os campos de interação social. (SINGER, 2002, p. 22-23).

Vejamos: estamos diante de três interpretações diferentes quanto à associação entre a economia solidária e o gênero feminino. Uma seria factual, a segunda de senso comum e a terceira histórica. Segundo a primeira, há mais mulheres envolvidas na economia solidária do que homens. Só a publicação dos dados de pesquisa vai permitir a verificação desta afirmação. A partir destes dados poderíamos levantar algumas hipóteses explicativas, tais como:

- As atividades de economia solidária são, na sua maioria, atividades tradicionais e femininas, como alimentação, costura e artesanato decorativo;



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- São principalmente as mulheres que procuram formas alternativas de renda, pois devem conciliar trabalho doméstico e atividades que proporcionam renda[202].
- Os movimentos católicos são grandes fomentadores de empreendimentos econômicos solidários e têm tradicionalmente uma clientela, na sua maioria, feminina.
- Culturalmente, a mulher estaria mais preparada para trabalhar de maneira solidária.

Uma segunda interpretação insiste sobre uma "essência feminina" da economia solidária, mas desta vez invertendo o sinal, pois lhe é atribuído um valor positivo. Esta postura, presente nos textos de Arruda, é bastante discutível e não encontra respaldo na antropologia que interpreta o gênero como uma questão cultural e não de essência. Strathern, no seu livro *The gender of the gift*, afirma que o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. No caso em estudo é a economia solidária que é considerada como feminina. Segundo Heilborn, a função feminina, determinada pela especialização biológica dos corpos, ou seja, a da reprodução, é estendida a outros campos, por intermediário de mecanismos ideológicos. Assim, "seu caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino", como é o caso das tarefas domésticas e de cuidado à prole. Já que estas tarefas são desenvolvidas em geral na esfera da economia de não mercado e da economia não monetária[203], onde a solidariedade tende a ser mais importante do que a concorrência[204], esta característica vem a ser conceituada culturalmente como feminina.

Na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária o tema do feminino aparece em vários documentos. Quando associado à ecologia, ele é visto como a força que vai combater o capitalismo. "Queremos atacar o capitalismo, que degrada a natureza, sendo uma grande ameaça. O ecofeminismo é uma fortaleza para combatê-lo". A associação da mulher e do feminino com a natureza e o reforço desta associação pela afirmação do gênero feminino como defensor da natureza contida no termo ecofeminismo[205] reaviva a discussão sobre o paralelo da mulher com a natureza, do homem com a cultura ou da mulher com a paz e do homem com a guerra, que povoam um certo imaginário.

Finalmente com Singer, são lembradas as conquistas das mulheres nestas últimas décadas tais como uma democratização maior das relações sociais em geral e entre os gêneros. A economia solidária pretende incluir estes valores em sua ética. Joan Scott

---

[202] No seu site de "economía de solidaridad", Razeto escreve a este respeito: "- La situación desmedrada en que en muchos países se encuentra la mujer en el ámbito del trabajo y de la economía, dificultada de acceder y de participar de manera protagónica en las actividades y organizaciones económicas, sociales y culturales. La economía solidaria ha demostrado ser una de las formas en que la mujer y la familia encuentran nuevas y amplias posibilidades de participación, desarrollo y potenciamiento de sus búsquedas basadas en la identidad de género."

[203] A respeito da economia de não mercado e não monetária, ver o texto de LAVILLE, 1994, p. 13-73.

[204] Kofes mostrou que, mesmo nesta área, pode existir concorrência como, por exemplo, entre patroas e empregadas.

[205] Este termo aparece numa carta enviada por Euclides Mance à Rede na qual ele retoma as propostas referentes à questão de gênero expressas nos documentos de referência da RBSES e, mais especificamente, na Carta de Mendes, de junho de 2000.

lembra, no seu artigo *gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que os anarquistas europeus não somente recusavam o casamento burguês como também uma visão de mundo na qual a diferença sexual implicaria hierarquia. A própria autora termina seu texto afirmando que:

> a nova história abrirá possibilidade para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p. 95).

O livro de referência *A outra economia* foi escrito por 21 homens e 10 mulheres. Um dos seus verbetes é dedicado a *Mulheres na Economia Solidária*. Miriam NOBRE, autora do verbete, inicia escrevendo, "Este é o único verbete neste livro que tem no seu título o sujeito da ação. Talvez por ainda estarmos num momento de quebrar a invisibilidade das mulheres na economia de um modo geral e, mesmo, na economia solidária". (2003, p. 205). Ela analisa as relações sociais de gênero em suas contradições e vê o feminismo como pensamento e como movimento social organizado interpelando a economia solidária. Após citar algumas experiências ou programas com forte presença de mulheres, ela propõe temas a serem pesquisados como, por exemplo, uma análise de gênero sobre gestão e organização do trabalho de empreendimentos solidários mistos e outros somente masculinos. Nobre chama também a atenção sobre as representações sexuadas a respeito da economia solidária. Assim, a identidade do homem das classes trabalhadoras está ligada ao trabalho assalariado formal. A mulher, por sua vez, é mais identificada como mãe, esposa, dona-de-casa. Apesar destas identidades estarem se modificando, elas levam os homens a considerarem sua inserção na economia solidária como provisória, a menos que eles façam parte de uma cooperativa montada a partir de uma empresa falida, ao passo que as mulheres estão mais inclinadas a reunir-se na vizinhança em grupos de produção que agem com lógica e valores que lhe são mais familiares. Finalmente, Nobre cita uma série de questões para "reconceituar a economia, e a economia solidária a partir da teoria econômica feminista" (NOBRE, 2003, p. 207), para isto, ela retoma o texto do Canteiro Mulheres e Economia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário[206].

Mas todo este discurso sobre as pretensas tendências das mulheres à solidariedade e ao caráter feminino da economia solidária, é questionado pela pouca presença de mulheres entre os intelectuais que participam deste campo. Atualmente as mulheres são mais numerosas do que os homens nas faculdades de educação e de saúde e na quase totalidade nos cursos de nutrição, mas isto não é o caso das faculdades de economia. É sabido que isto se deve ao fato que tradicionalmente na sociedade ocidental, educação, alimentação e saúde foram o apanágio das mulheres. Constatei que os pesquisadores de destaque do campo da economia solidária são na sua maioria homens[207], que razão poderíamos atribuir a este fato? Não vou me atrever a responder, pois isto necessitaria outras pesquisas.

---

[206] Esta organização conta o Marcos Arruda entre seus fundadores.

[207] Ver a este respeito a tabela 1: Alguns autores no capítulo 6. Ver também as fotos 1, 2, 5 e 6 desta tese.

No III Fórum Social Mundial, por insistência, principalmente de Arruda, me parece, um esforço foi feito para que no painel e nas mesas do seminário internacional de economia solidária haja paridade entre homens e mulheres, mas os homens foram majoritários na mesa de relatórios deste seminário. Devemos, então, constatar que, mesmo se as mulheres são maioria no seio dos empreendimentos econômicos, entre os ativistas e os intelectuais que participam da economia solidária os homens ainda são majoritários.

## 4.5. O qualificativo popular

Apesar de palestras e textos estarem muitas vezes agrupados sob o vocábulo de economia solidária em eventos e publicações, as nomeações são diversas. Atualmente, as apelações mais freqüentes parecem ser, além de economia solidária, economia popular solidária, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. A algumas delas, muitas vezes, acrescenta-se "e autogestionário", principalmente pelos grupos mais afinados com o sindicalismo, como acabamos de ver. A seguir, analisarei os significados que o termo popular pode carregar.

O adjetivo popular está sendo empregado para designar realidades diversas e há compreensões distintas quanto ao seu significado, pois nele estão implicados interesses, valores e motivações variadas. Para entender a significação atual do adjetivo popular, deve-se fazer um rápido histórico das condições do seu uso e sentido no Brasil. A nível político, o Brasil conheceu concepções e práticas populistas desde os anos trinta do século XX e o adjetivo popular remete diretamente a elas, mas novas práticas a nível sociocultural vão ser adjetivadas de populares a partir dos anos sessenta. O populismo e as práticas populares vão ser analisados de maneira crítica; a noção de popular vai sofrer uma ressemantização e há uma multiplicação do seu uso a partir dos anos oitenta.

No Brasil, na década de sessenta, o termo era utilizado para qualificar um certo tipo de educação e de cultura. As experiências mais citadas são os Centros Populares de Cultura (CPCs), criados por organizações estudantis e artísticas, o método Paulo Freire de "educação popular"[208] e o trabalho desenvolvido pela Ação Popular (AP). Como coloca DOIMO, a leitura de Gramsci teve uma influência decisiva para a "releitura que se fez do populismo e pela reelaboração teórica sobre a cultura popular". (1995, p. 76).

A respeito do debate sobre a noção de cultura popular, gostaria de lembrar o texto bastante pertinente de Paula Montero, a saber, a introdução do seu livro *Da doença à desordem*. Em vista de "analisar a lógica da produção do discurso popular sobre a doença" (MONTERO, 1985, p. 5), a autora aborda a questão de saber como as camadas populares

[208] Carlos Brandão, referindo-se ao Movimento de Educação de Base, informa que "entregue aos cuidados de uma maioria de 'leigos cristãos', quase todos originados dos quadros inquietos e contestadores da *Ação Católica*, não faltou ao MEB a crítica de que ele foi uma instituição originalmente de 'Igreja', mas na prática dominado por intelectuais 'esquerdistas'; alguns deles depois militantes da *Ação Popular*"(1985, p. 51).

seriam capazes de produzir um sistema cultural próprio, já que elas se definem pela sua situação de exclusão em relação aos meios de produção e "dos meios de apropriação simbólica veiculados principalmente pela escola". (Idem, p. 1). Para responder a esta questão, ela examina três autores cujas posturas são bastante distintas e até opostas. O primeiro, o folclorista Sartriani ilustra a concepção dos defensores da existência de culturas populares originais e autônomas. Por sua vez, Gramsci situa a cultura popular em contraposição à cultura hegemônica, mas observa que seu caráter heteróclito e assistemático não lhe permitem opor-se como um todo à cultura hegemônica. Quanto a Bourdieu, seus escritos apontam para o fato que a cultura popular reflete sempre um reconhecimento da cultura dominante, nem que fosse pela ausência dos seus valores. Para este autor, a alienação cultural consistiria na "disparidade dos meios culturais e econômicos que cada classe tem à sua disposição para realizar a 'intenção objetiva do seu meio de vida'". (MONTERO, 1985, p. 3). Montero, no entanto, acha que a abordagem de Bourdieu é bastante limitada para entender as classes populares em países cuja sociedade não se situa ainda numa fase pós-industrial, pois nela a distância entre as classes é tão grande que dificulta consideravelmente para as classes trabalhadoras o acesso aos bens possuídos pela classe dominante. Esta busca seria mais característica das classes médias urbanas mesmo se os produtos que almejam são simples imitações. Isto não impede que a televisão desempenhe um papel importante na difusão do estilo de vida da classe hegemônica.

Montero concorda com a análise de Gramsci, segundo a qual em vez de entender a posição de subalternidade desta cultura como provocando uma dupla alienação - pelo seu conteúdo e função -, o pensamento do povo, por emanar de suas experiências de vida, fica em contradição ou simplesmente difere das opiniões e crenças da classe dominante. Isto permite uma dinâmica própria das concepções populares e uma continua recriação das mesmas. O senso comum pode ser entendido como bom senso quando corresponde às condições reais de vida do povo, o que não impede que a seu lado sobrevivam concepções reacionárias fossilizadas herdadas do passado. Esse conjunto de conhecimentos diferentes pode oferecer uma certa resistência ou até oposição à cultura hegemônica, mas isto vai depender das circunstâncias históricas.

Antes deste texto, Néstor CANCLINI no seu livro *Las culturas populares em el capitalismo,* já tinha discutido as teorias destes mesmos três autores, mas a partir de um ponto de vista um pouco diferente. Considerando que "*a partir de Gramsci lo popular conquista un nuevo lugar científico e político*", mas que suas idéias só foram desenvolvidas e aplicadas a pesquisas concretas recentemente[209], Canclini discute as teorias dos seus seguidores, a saber, Cirese e Lombardi Satriani. Ele reconhece que a aproximação da cultura com o processo de hegemonia, feita por Gramsci, foi uma contribuição fundamental como também a concepção dialética das relações sociais de Cirese, segundo a qual, "*la popularidad de cualquier fenómeno debe ser establecida por su uso y no por su origen 'como hecho y no como esencia, como posición relacional y no como substancia'*".

[209] O livro de Canclini foi escrito em 1982, temos que entender este "recentemente" a partir daquela data.

(CANCLINI, 1982, p. 69). Assim uma cultura não seria popular em si, mas bem pela relação conflituosa que seus protagonistas mantêm com a classe hegemônica. A crítica que Canclini formula em relação à orientação gramsciana e principalmente a Sartriani, no entanto, é a concepção das culturas popular e hegemônica como dois sistemas exteriores um em relação ao outro. Para CANCLINI,

> Las culturas populares (más que la cultura popular) se configuran por un proceso de apropiación desigual de los bienes económicos y culturales de una nación o etnia por parte de sus sectores subalternos, y por la comprensión, reproducción y transformación, real y simbólica, de las condiciones generales y propias de trabajo y de vida. (1982, p. 62).

Esta discussão é extremamente pertinente no que diz respeito à economia solidária, pois vários de seus autores[210] vão tratar da importância da transformação cultural neste campo e para isto se apóiam em Gramsci.

Não pretendo aqui retomar as várias análises que foram feitas das experiências de cultura popular (VALLE, 1979; CHAUÍ, 1982; BRANDÃO, 1985; PAOLO E SADER, 1986; DOIMO, 1995), mas deve-se ter presentes as mudanças de sentido que este adjetivo já teve. Podemos imaginar que a recuperação do adjetivo popular nos anos noventa para qualificar a economia solidária segue esta mesma tradição, passando pelo uso que os movimentos sociais fizeram dele. Ao nível da política partidária, o adjetivo popular serviu para qualificar uma série de novos fenômenos como a aliança entre partidos para formar a Frente Popular. Mas no que diz respeito ao uso feito pelas pastorais católicas, popular tende a significar dos pobres, ele se refere à opção feita pelos pobres.

O termo popular já fez correr muita tinta entre cientistas sociais e filósofos, pois ela é uma noção ambígua. Em 1979, Beisiegel escrevia, "O uso do adjetivo 'popular' enquanto instrumento de qualificação de uma certa cultura ou de um particular processo educativo é reconhecidamente problemático. O termo envolve alto teor de indefinição, apenas sugere, mais do que esclarece, tanto a natureza quanto a extensão dos fenômenos que procura especificar". (1979, p. 41). Para Chauí (1982, p. 43), o adjetivo popular tende a deslizar para nacional, o que encobre a contradição e a luta. Weffort, referindo-se ao populismo, o entende da mesma forma. "Importa, porém, observar que nesta ilusão de pura comunidade do povo não há, nem pode haver, contradições antagônicas entre as classes. O povo é percebido essencialmente como um conglomerado de indivíduos que comungam este puro sentimento de 'ser brasileiro'". (1980, p. 38).

Mas as mudanças ocorridas desde o final da década de setenta apresentam uma nova realidade exigindo novas categorias por parte dos cientistas sociais e, como o colocam muito bem Sader e Paoli:

> Não é, pois, por acaso, que o termo "classes populares", com toda a sua imprecisão, venha se insinuando no lugar do antigo rigor com que se pretendia

[210] Arruda, Gaiger e Tiriba referem-se explicitamente a Gramsci, ver no capitulo 6 desta tese.

> delimitar as fronteiras de cada classe (...). É que em boa parte dos movimentos sociais, o que seria sua 'composição de classe' (referida a uma posição dada na estrutura produtiva) não aparece homogênea ou nítida. A noção de classes populares está aí portanto indicando um problema não resolvido. Mas indica mais que isso: que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento. (1986, p. 59).

Esta análise é fruto duma pesquisa realizada pelos autores sobre a representação dos trabalhadores como classe social na produção das ciências sociais. Nesta, eles mostram como a produção sociológica do início da década de oitenta, ao pesquisar os trabalhadores e seus movimentos sociais questionaram profundamente o "conceito de classe social como paradigma teórico instituído e adquirido pelas ciências sociais". (SADER; PAOLI, 1986, p. 39). Houve, segundo eles, uma ruptura interpretativa com determinadas representações adquiridas sobre a sociedade brasileira, mas eles não discutem especificamente o conceito de classes populares. Contudo, observam que "o que parece estar saindo como um novo modo de entender os trabalhadores e os movimentos populares como um conjunto de pessoas e grupos que têm algo em comum" resulta da observação das várias lutas que surgiram a partir de 1978 (idem, 1986, p. 60). A noção de classes populares era mais apropriada do que, por exemplo, classe operária ou proletariado para dar conta de uma nova situação muito mais heterogênea, situada, na maioria das vezes, fora do local de produção, na qual as lutas reivindicativas dirigiam-se muito mais ao Estado do que ao Capital. Nesta nova situação, o adjetivo popular adquire, com certeza, um novo significado diametralmente oposto àquele que tinha na visão populista. Ruth Cardoso faz o mesmo exercício de dar uma explicação para o aparecimento nos escritos das ciências sociais do conceito de classes populares. Segundo a autora, o conceito veio dar conta das reações à dominação, no Brasil a partir dos anos 70, por parte de novos atores que não eram vistas como expressando estritos interesses de classe. A noção de classes populares por ser mais abrangente substituiu o conceito de proletariado apesar de ser bastante mais imprecisa. (CARDOSO, 1984, p. 223). Podemos, então, considerar que o adjetivo popular neste novo contexto perdeu o sentido que ele tinha quando associado ao Populismo, pois agora se trata de agentes sociais que irrompem no cenário político não mais como massa de manobra, mas como atores.

No entanto, como observa Alba ZALUAR[211], se falar em classes populares implica considerar o conjunto dos trabalhadores pobres como um "ator político dotado de certa autonomia no campo das disputas políticas" (1984, p. 34), e não é o que se observa. "As classes populares apresentam uma multiplicidade de atitudes e comportamentos" (Idem) como, por exemplo, durante as eleições. Segundo a autora, devido ao fato dos trabalhadores pobres apresentarem "uma certa homogeneidade nas condições de vida" e a mesma

[211] Alba Zaluar dedica o capítulo II da sua tese de doutorado intitulada *A máquina e a revolta*, a debater de que forma as teorias sociais apreenderam os pobres como objeto de pesquisa.

exclusão nos campos educacional e político, pensa-se que eles compartilham "de alternativas culturais, religiosas e políticas cuja unidade está na presença de um mesmo conjunto heterogêneo mas limitado de práticas e projetos que podem ser utilizados de modo alternado, sucessivo ou simultâneo". (Idem, p. 34-35). Os perigos situam-se, então, na passagem apressada das condições materiais de vida para as manifestações culturais, os valores morais e as práticas políticas.

O termo popular não vai ser associado unicamente à educação ou às classes, mas vai ser aplicado às frentes políticas, aos governos e, no caso aqui tratado, à economia. Voltando então, à apelação de economia popular solidária, a justificativa do uso do adjetivo popular neste caso vem do fato que se trata de uma economia praticada por pessoas das classes populares. O sentido dado a popular é semelhante ao dado por SADER e PAOLI (1986) quando afirmam que "o esforço de rigor do analista desloca-se (...) para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento" ou, como escreveu Cardoso, para dar conta de novos agentes sociais.

Doimo, Doxsey e Beling Neto (1986), no texto *Os novos movimentos sociais- teoria e prática*, observam que os protagonistas de movimentos sociais se auto-reconhecem como pertencendo ao Movimento Popular o que cria um certo mal-estar para os teóricos, o que se deve à conotação populista que estaria embutida nesta categoria. Após ter retomado a análise de Weffort sobre o conceito de classes populares, os autores afirmam que, para os movimentos sociais, classes populares significam os dominados, os oprimidos e os explorados. Então, apesar da resistência dos teóricos "à absorção deste novo significado, ele cumpre importante papel como um dos fatores geradores da identidade da base social dos movimentos sociais". (1986, p, 22). Trata-se então de uma categoria êmica de sujeitos políticos que se situam na esfera cultural e funciona como gerador e reforçador de identidades grupais. Como mostrarei a seguir é ainda com este significado que a categoria popular é hoje assimilada à economia solidária.

Tratando-se de uma economia das classes populares, onde os empreendimentos são "autônomos" no sentido de não chefiados por um patrão capitalista, os membros dos projetos alternativos poderiam dificilmente ser chamados de proletários ou de classe operária apesar de viver do seu trabalho. Parece bastante lógico que estes projetos por terem sido elaborados na década de oitenta do século XX e por estarem ligados, na maioria das vezes, aos movimentos sociais, foram chamados de populares por alguns de seus estudiosos. Assim vemos que Gaiger, desde 1995, usa este adjetivo para caracterizar esse novo fenômeno[212]. Na revista *Tempo e Presença*, ele pergunta: *As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social?* E, finalmente em 1999, no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, ele usa no título do seu artigo o termo economia popular solidária que ele vai mais adiante abreviar sob a sigla EPS. É também com esse nome que ele vai apresentar, em julho de 2000 em Dublin, na ISTR'S Fourth International Conference, *A*

[212] Reencontramos nos escritos de Gaiger, a citação do texto de Doimo, *A vez e a voz do Popular*, transparecendo um compartilhar da análise desta autora no que diz respeito à categoria popular.

*economia popular solidária no horizonte do terceiro setor*. O caderno que divulga sua "conversa" com o Conselho de Escolas de Trabalhadores do Rio de Janeiro, Nova Pesquisa e Assessoria em educação (2001), traz o mesmo nome, mas não foi batizado por ele. De fato, dependendo do público, Gaiger fala de economia solidária ou de economia popular solidária. Economia solidária é mais usado em certos meios sindicais, principalmente de São Paulo e na UNITRABALHO. Aliás, em 1996, GAIGER, insistindo sobre a necessidade de apropriação por parte dos empreendimentos de novos instrumentos, já escrevia: "A sutileza está, portanto, menos em revalorizar o popular do que em respeitar a receptividade e a desenvoltura dos beneficiários frente a propostas inovadoras, ampliando-as gradativamente com base nos resultados atingidos passo a passo". (1996, p. 120-121). Mas a categoria popular vai adquirir, no Rio Grande do Sul, um significativo especificamente político com a formação e a eleição do Governo da Frente Popular[213] de Porto Alegre em 1989.

Com a constituição da Frente Popular durante as eleições no Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (nome que lembra outras memoráveis frentes, como a francesa dos anos 30, a espanhola contra a ditadura de Franco na Espanha, ou ainda a do Chile para a eleição do Presidente Allende em 1971) redimiu-se o adjetivo popular entre os marxistas[214].

No Rio Grande do Sul, o maior articulador de experiências de ES é, sem dúvida, a Cáritas – RS, especialmente em quatro cidades, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo e Porto Alegre. Segundo Marinês Besson[215],

> começamos a nos dar por conta, além da nossa relação, de repente a gente deveria também motivar relações nossas com outras entidades que estiverem com uma coisa semelhante aí. Foi aí que em 95, por aí a gente, aqui mesmo, se desafiava a buscar entidades que atuassem com isso. De repente, formar um espaço de discussão e - eu me lembro bem - foi com o MST, a IECLB, SMIC que estava iniciando com isto, o CAMP, a gente chamou. Acabamos formando o dito Fórum das experiências aonde nasceram grandes propostas. Uma foi um grande Encontrão. (...) Isto foi realizado na UFRGS. (...) Como esse fórum já era mais amplo, entrou a COCEARGS porque representaria organizações do movimento popular, prefeitura porque representaria então o poder público e a Cáritas representando uma entidade ligada à Igreja. (BESSON, 2001).

Em 1999, o Governo da Frente Popular, na época recentemente eleito no RS, criou no seio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) o Programa Economia Popular Solidária[216], montado em março de 2001 e ratificado pelo

---

[213] O adjetivo trabalhista não poderia ser usado já que pertencia ao PDT. Em 1998, nas eleições para governador do Estado do RS, ao lado da Frente Popular (PC do B, PSB, PCB) havia a Frente Trabalhista. Ambas uniram-se no segundo turno contra a candidatura de Britto (PMDB).

[214] Para os marxista–leninistas, um outro exemplo de peso do uso do adjetivo popular seria o nome da República Popular da China.

[215] Segundo suas próprias palavras, ela é, na Cáritas - RS, "a pessoa de referência da área" de economia solidária.

[216] Familiarmente chamado de Ecopopsol.

Decreto Nº 41.062, de 21 de setembro de 2001, e, para a implementação de suas políticas, estabeleceu 14 Centros Regionais de Desenvolvimento Trabalho e Renda que assinaram convênio com a ANTEAG até fins de 2001 e depois com a COPPE do Rio de Janeiro.

Paulo Leboutte, que integrou a equipe de coordenação da ANTEAG escreveu um livro onde registrou a experiência do Programa estadual de Economia Popular Solidária. Nele o autor esclarece o significado do adjetivo popular:

> O popular, para definir um conteúdo de classe, não porque é de "pobre", de miserável, de "coitadinho", de excluído pela sociedade capitalista. Popular porque é do povo, é das pessoas desprovidas dos meios de produção, é dos trabalhadores e trabalhadoras, que compõem uma classe social bem delimitada pelo sistema capitalista. Quaisquer elaborações que não levem em conta a sociedade de classes em que vivemos não podem jamais reivindicar-se transformadora (sic). (LEBOUTTE, 2003, p. 32).

Ainda, a respeito do uso do adjetivo popular, é interessante notar a mudança de terminologia entre a publicação do Caderno de formação número 14 da Cáritas Brasileira – Regional do Rio Grande do Sul e a reedição do mesmo. Na sua primeira edição, em 10 de março de 1998 (a apresentação é de dezembro de 1997), o título é *Economia solidária e as novas relações*, por ocasião de sua reedição em julho de 2001, o título passa a ser: *Economia Popular Solidária e as novas relações.* A primeira tiragem foi de 2.500 exemplares, a segunda de um milheiro, o que mostra uma certa amplitude. Uma explicação por esta mudança poderia ser o alinhamento com o nome do Programa do governo da Frente Popular. De fato, a Cáritas integrou-se ao Conselho Estadual de Assistência Social, participando assim da construção de políticas públicas para o RS entre as quais o Programa de Economia Popular Solidária. Um documento da Cáritas Regional do RS, sem data, mas posterior a novembro de 2000, intitula-se *Sistematização da caminhada da Cáritas no Rio Grande do Sul na Economia Popular Solidária*. Parece que este documento padronizou e determinou, no seio da Cáritas, o nome Economia Popular Solidária[217]. Em 2002, a Cáritas Regional – RS explicitou o que ela entendia pelo conceito de "popular".

> Em nossa concepção, o conceito de "popular" destaca o processo de organização solidária *com* e *a partir* dos excluídos, já que os "grandes" também são solidários entre eles. No bojo do popular está uma opção político-pedagógica. Sob esta ótica, os 56,42% da população gaúcha que vive em situação de pobreza e de indigência são os alvos da EPS, buscando integrar o processo de assistência social como parte do desenvolvimento solidário. Para nós, deveria estar superada a concepção de um desenvolvimento centrado na dimensão econômica. O economicismo tem que dar lugar a uma nova visão onde todas as dimensões da vida pessoal, familiar, comunitária e social devem estar integradas.
>
> O popular, contudo, não significa desprezar a tecnologia socialmente acumulada. Também não significa produto sem qualidade, coisa pequena,

[217] Devo até reconhecer a influência direta, mas até certo ponto inconsciente, que esta nomeação exerceu sobre minha própria trajetória, já que o meu primeiro projeto de pesquisa tinha por subtítulo *Etnografia da Economia Popular Solidária na região de colonização do Rio Grande do Sul.* Foi ao deslocar meu olhar para a questão nacional que optei pelo termo genérico de economia solidária.

> isolada... A produção econômica com tecnologia adequada deve garantir a realização da pessoa-ser-solidário: a *com-cidadania*. (DIOCESE, 2002, p. 16).

Este texto ensina muito a respeito da noção de popular e de economia popular solidária tal como é oficialmente entendida pela regional sul-rio-grandense da Cáritas. Primeiro, afirma que o termo popular designa esta parte da população que é excluída economicamente vivendo em situação de pobreza e indigência. Essas categorias são definidas quantitativamente pelo Plano Estadual de Assistência Social do RS "23,02% da população vivem em situação de indigência (0 a 2 SM) e 33,42% estão em situação de pobreza (recebem de 2 a 5 SM)". (Diocese, 2002, p. 16). A economia popular solidária é vista aqui como parte integrante do processo de assistência social. Essas afirmações confirmam as críticas feitas fora e dentro do movimento pró-economia solidária segundo as quais essa proposta é reformista, uma panacéia para os males da exploração que tenta compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o que mudou é que saímos das práticas assistencialistas próprias da Igreja e de governos anteriores afirmando a necessidade de organização a partir dos próprios interessados numa dimensão político-pedagógica já antiga segundo a qual é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe. Aliás, em 2003, este ditado vai ser ampliado no *Mutirão para a superação da miséria e da fome* da CNBB. No folheto *Alimento, dom de Deus, direito de todos*, a metodologia libertadora proposta diz inspirar-se do seguinte ditado:

> Em vez de simplesmente dar o peixe, é preciso organizar o povo para que ele conquiste os instrumentos de pesca, garanta o acesso ao rio, aprenda a cuidar do rio, possa tratar os peixes, pescar juntos, festejar o resultado da pescaria e repartir os frutos com os/as participantes. (CNBB, 2003).

A referência à metodologia libertadora lembra que as ações da CNBB continuam influenciadas pela teologia da libertação que procurava "reagrupar em torno da imagem do pobre oprimido a diversidade das demandas políticas". (MONTERO, 1999, p. 52). E aqui temos mais uma pista para interpretar a insistência, de diversos agentes da economia solidária do RS, em defender que a economia solidária tem que ser popular. Para a Cáritas e as pastorais católicas o adjetivo popular é fundamental e sempre reafirmado de maneira até obstinada. Que visão haveria por traz deste adjetivo? É certo que não se trata de uma mera descrição quantitativa e estatística. A visão que passa é de uma sociedade dividida em dois blocos, o bloco popular e o bloco dos ricos ou ainda o bloco dos excluídos e o dos incluídos. Isto passa, como escreve Alba Zaluar, "a imagem da sociedade dividida entre os 'grandes', que controlam o sistema em benefício próprio, e os 'pequenos', que sofrem injustiças". (ZALUAR, 1984, p. 53). A proposta político-pedagógica não seria de integrar os excluídos no bloco dos ricos, mas de construir com eles uma sociedade diferente, pois na missão da Cáritas lê-se: "participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para

a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do Reino de Deus". (CÁRITAS, 2002).

Voltando à análise do texto da Diocese, ele contém uma crítica ao economicismo, pois este "tem que dar lugar a uma nova visão onde todas as dimensões da vida pessoal, familiar, comunitária e social devem estar integradas". Aqui, trata-se de uma proposta moral. Aliás, no que diz respeito ao consumo, existe uma proposta da Cáritas que foi incluída como o nono mandamento do *Mutirão contra a Miséria e a Fome*: "Devemos unir-nos para promover um tipo de vida simples, frugal e solidária, a fim de vencer o apego aos bens materiais e ao consumismo". Essa concepção de vida simples e frugal está também presente nos ideais da economia popular solidária divulgada por este órgão.

A afirmação da Cáritas segundo a qual ser popular não significa desprezar a tecnologia parece uma resposta a preocupações expressas por Gaiger em diferentes oportunidades. E a negação de que popular quer dizer coisa pequena, sem qualidade, responde às críticas de Singer para quem popular é coisa pobre, feita pelos pobres e para os pobres. Quanto à dimensão política revolucionária, no sentido de mudança radical de um novo modo de produção, como afirma Singer, a meu ver, está descartada. Mesmo se a Cáritas é uma das instituições que estão na origem do programa do Governo do Rio Grande do Sul como o escreveu Olívio DUTRA: "o Programa de Economia Popular Solidária não é um projeto imposto pelo Executivo, mas o reconhecimento pelo Governo de propostas formuladas por entidades representativas dos movimentos sociais como a Cáritas e o MST". (2003, p. 12). No entanto, deu para perceber que o significado de popular não tem o mesmo significado para ambos. Se a Cáritas se refere aos excluídos, para a SEDAI, popular tem um teor de classe social, pois significa os trabalhadores que não possuem os meios de produção, numa definição inspirada em Marx.

O Governo de Estado do RS organizou no salão de Atos da Reitoria da UFRGS o Seminário Internacional, intitulado *Trabalho e Economia Solidária*, entre os dias 21 a 23 de novembro de 2000, embora, numa das publicações do SEDAI, infelizmente não datada, intitulada *O desenvolvimento e a geração de emprego e renda*, o nome de um dos projetos é "Economia Popular e Solidária" e pode-se ler esta definição:

> Economia Popular e Solidária são todas as formas de organização criadas e administradas pelos próprios trabalhadores, e que tem a finalidade de gerar trabalho e renda. Exemplos disso são as cooperativas e associações de trabalhadores autogestionárias. O Rio Grande do Sul tem várias experiências bem sucedidas como cooperativas de costureiras, de recicladores de lixo, de panificação e trabalhadores que assumiram a administração de frigoríficos. (SEDAI).

Para completar esta análise, devemos dizer que em 2001 foi criado um Fórum Metropolitano de entidades de apoio à Economia Solidária, composto pela SMIC/POA, STAS/Cachoeirinha, Compras Coletivas, UNISINOS, UFRGS, CAMP, SEDAI, SESC, SDE/Cachoeirinha, Ana Terra e outros. Ou seja, o Fórum é formado por secretarias dos municípios de Porto Alegre e da área metropolitana onde a Frente Popular venceu as

eleições, por ONGs, universidades e órgãos associativos como, por exemplo, o Serviço Social do Comércio. O Fórum organizado em grupos de trabalho não tem se reunido regularmente. O que eu queria sublinhar é que, apesar do uso do nome economia popular solidária ser majoritário neste grupo, foi o de economia solidária que ficou registrado em certos documentos[218], talvez por influência da CUT, enquanto que em outros ele é nomeado de Fórum Metropolitano de Economia Popular Solidária. Esta ida e volta de uma apelação para outra apareceu também no Fórum Social Mundial. Se no primeiro Fórum, de 28 a 29 de janeiro de 2001, foi organizada a oficina *Economia Solidária e Autogestão: Novas formas de geração de Trabalho e Renda*[219], no segundo Fórum Social Mundial, há um exemplo muito concreto da rivalidade ou da convivência pacífica entre as duas apelações. A economia solidária constituía um dos cinco temas do primeiro eixo das conferências do Fórum, mas o documento divulgado nesta ocasião com os textos escritos pelas entidades organizadoras do Seminário Internacional sobre Economia Solidária, que aconteceu nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2002, tem na capa e no rodapé de todas as páginas a inscrição Economia Popular Solidária. Enfim, é importante ressaltar que no livro de referência *A outra economia*, a categoria economia popular solidária, não consta como verbete, marcando assim a rejeição desta nominação como academicamente aceitável.

É interessante observar que o *site* www.ecosol.org.br, montado na UNISINOS por Gaiger, é intitulado Economia Popular Solidária. Sendo o *site* mantido em parceria com a Cáritas e a SMIC que usam esta denominação, podemos ver neste título "política de boa vizinhança", mas é mais do que isto, pois Gaiger utiliza também esta nominação nos seus artigos científicos.

No Rio Grande do Sul é este apelido que predomina. Assim, em junho de 2004, o primeiro encontro dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários do Rio Grande do Sul, teve por nome: *I Encontro Estadual de Empreendimentos da Economia Popular Solidária*[220], um outro nome também apareceu nos cartazes alusivos ao evento, *I Encontro dos Trabalhadores da Economia Popular e Solidária do Rio Grande do Sul*. O cartaz tinha o patrocínio da Cáritas - RS, da Associação do Voluntariado e da Solidariedade - Avesol, do Fundo de Miniprojetos da Região Sul - FMP, do CAMP, de Moradia e Cidadania e da Caixa Econômica Federal. Esta última apelação se presta a interpretações diversas; a primeira é que aqui estão reunidos os empreendimentos da economia popular e os da economia solidária, ou seja, neste primeiro evento reunindo trabalhadores, o objetivo seria de ter uma abertura tal que seriam aceitos trabalhadores da economia popular mesmo que ainda não fizessem parte da economia popular solidária. A segunda interpretação

[218] Trata-se do relatório da reunião de 13/06/2001, do GT sobre crédito que se realizou na SMIC.
[219] Ver foto n. 5.
[220] O encontro aconteceu em Porto Alegre, nos dias 12 e 13 de junho de 2004 com a participação de 374 trabalhadores representando 140 empreendimentos do meio urbano e rural, dos setores da produção agrícola, da agroindústria, da pesca, da agricultura familiar, da confecção e vestuário, do artesanato, da reciclagem de resíduos sólidos, do metal-mecânico, da alimentação, da prestação de serviços e dos movimentos sociais (rurais e urbanos).

poderia ser um compromisso entre os partidários da economia popular solidária e os da economia solidária e, finalmente, poderia ser uma constatação que existem dois tipos de empreendimentos, os de economia popular solidária e outros, não populares, de economia solidária (tese do Singer). De toda maneira, posso afirmar, com toda certeza, que nesta fase de organização do Movimento, esforços são feitos para juntar, para somar forças e não para excluir. A peneira e as discussões sobre a identidade do movimento e seus limites estão sendo deixadas para uma etapa posterior.

Como comentado anteriormente, antes de se falar de economia solidária, falava-se em economia popular. Autores como Tiriba, mesmo estudando a economia solidária, continuam usando esta categoria. Adverte ela, no entanto, que não concebe "o popular como algo 'puro', 'bom' e tampouco necessariamente 'liberador'". (2001, p. 130). E acrescenta:

> Em nosso ponto de vista, o termo 'popular' não carrega uma conotação ideológica no que diz respeito à pertinência dos atores desse subsetor da economia a este ou aquele [sic] projeto de vida, de mundo e de sociedade. De qualquer maneira, como assinala Razeto, embora o termo 'popular' possa ser posto em questão, 'o que ocorre é que na América Latina não temos tanto problema para empregá-lo, pois bem sabemos o que é uma realidade popular e tampouco fechamos os olhos diante da divisão em classes sociais, das crises econômicas, das injustiças que produzem as favelas etc.' (RAZETO, 1993a, p. 36). (TIRIBA 2001, p. 132).

Aproveito esta citação de Razeto para lembrar que o termo popular é defendido por latino-americanos como o argentino Coraggio e o próprio Razeto que é chileno, ambos com grande influência no Brasil.

Franceses como Odile CASTEL (2003) interpretam o adjetivo popular da expressão economia popular solidária, como uma economia que não recebe ajuda do Estado.

> Elle est dite populaire dans les pays du Sud, car elle est réalisée par les populations elles-mêmes sans aucune intervention des pouvoirs publics. Alors qu'il n'est pas rare que, dans les pays du Nord, les activités d'économie solidaire bénéficient de politiques de soutien de la part des pouvoirs publics, ceci est très rare pour les activités d'économie populaire solidaire dans les pays du Sud.

Finalizando, no seio da economia solidária encontramos mais um uso do adjetivo popular; trata-se do cooperativismo popular, das cooperativas populares. Neste caso, o adjetivo popular indica claramente que não se trata do cooperativismo tradicional, nem do cooperativismo de fachada que esconde empresas de terceirização. No *site* da Rede de colaboração solidária foi publicada uma carta de princípios do cooperativismo popular. Nela podemos ler:

> Infelizmente, ainda hoje, parte do cooperativismo vem sendo praticado por grupos econômicos cujo o [sic] interesse principal é escapar de suas responsabilidades fiscais e trabalhistas e cuja a [sic] conseqüência imediata é o

> agravamento da crise do desemprego e precarização das relações de trabalho. (www.redesolidaria.com.br).

A crítica às falsas cooperativas é nítida. Quanto à crítica ao cooperativismo tradicional, ela é mais velada e está embutida na proposta de administração autogestionária, como se pode ler a seguir.

> Assim, o ***cooperativismo popular***, surge como alternativa baseada em valores comprometidos com outra cultura econômica e com a formação integral da cidadã e do cidadão, para que busque sua inserção no mercado de trabalho e/ou outras formas emancipadas de relações econômicas.
> Dessa forma, não admitirmos [sic] a reprodução de práticas de administração que não estejam coadunadas com os princípios de autogestão. Compreendemos autogestão como a capacidade de tomar decisões e manejar o próprio desenvolvimento, como pessoa, iniciativa e sociedade.
> Devemos sim, assumir uma conduta crítica ao capitalismo, que promove uma produção maior de bens pela simples concentração de renda, ao contrário de uma globalização possível e desejável, findada [sic] na ética, na solidariedade e na participação. (www.redesolidaria.com.br)

A questão da autogestão é fundamental para caracterizar este novo tipo de cooperativismo e é revelador de uma nova concepção de democracia e de cidadania. Este aspecto mostra uma transformação radical quanto à maneira como são tratadas as questões da fome, da miséria e da exclusão. Não se trata mais simplesmente de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais. Não basta considerar as desigualdades como simples questões econômicas, mas esta proposta engloba questões políticas, sociais e culturais.

Podemos interpretar "outra cultura econômica", acima citada, como sinônimo de socioeconomia solidária ou economia solidária, pois é consensual que a cooperativa "autêntica" é a forma ideal para os empreendimentos econômicos solidários não sendo sempre a forma de fato encontrada na realidade por causa das exigências da legislação brasileira[221]. O movimento do cooperativismo popular é anterior à nomeação da economia solidária e foi *a posteriori* que esta expressão veio a representá-lo.

Tanto a Cáritas como o Governo de Estado do RS escolheram a expressão Economia Popular Solidária (EPS) para nomear esta realidade. Tudo indica que o adjetivo popular dá um cunho mais social do que político à economia solidária, mas só um estudo mais aprofundado permitiria dizer o sentido preciso que esta apelação tem para cada uma destas entidades. Quando se trata de eventos mais científicos e internacionais, é o nome de Economia Solidária que é preferido. O nome economia solidária no Brasil esteve no início mais associado às empresas autogeridas, apoiadas por certos sindicatos. O movimento sindical, contudo, não se faz muito presente nestas feiras e encontros de experiências alternativas. Ele está presente nos eventos organizados pelos núcleos universitários da

[221] Exigência de no mínimo 20 sócios, pagamento de uma série de impostos, uma estrutura rígida, uma sede etc.

UNITRABALHO, pelos órgãos públicos ou em eventos internacionais como o Fórum Social Mundial. Por outro lado, quando o PACS do Rio de Janeiro organiza algo, mesmo que seja no RS, é o nome de socioeconomia solidária que é escolhido.

Segundo Bourdieu, no seu texto, *Les usages du "peuple"*, o uso dos termos, "povo" e "popular", é uma das apostas na luta entre intelectuais. O fato de sentir-se autorizado a falar do povo é em si mesmo uma força nas lutas internas nos diferentes campos. E acrescenta ainda que esta força está em seu grau máximo no campo político, onde este termo é ambíguo (classes populares, proletariado, nação); ela é mínima no literário e intermediária no religioso. "A maioria dos discursos que são proferidos ou são feitos em favor do 'povo' são o fato de produtores ocupando posições dominadas no campo da produção". (BOURDIEU, 1987, p. 178-179). Aqui, Bourdieu se refere principalmente à produção literária, mas certamente, devido a suas considerações anteriores, podemos estendê-la ao campo das ciências sociais. No caso da política, ele considera o uso do "popular" como rentável para aqueles que podem reivindicar uma certa proximidade com os dominados e colocar-se como detentores de um tipo de direito de preempção sobre o "povo" e, por isso, de uma missão exclusiva. Para Bourdieu, "o princípio das diferentes maneiras de se situar em relação ao povo (....) situa-se ainda e sempre na lógica da luta no seio do campo dos especialistas". (BOURDIEU, 1987, p. 181). Em virtude disto, ele recomenda ao pesquisador uma análise anterior da relação objetiva com o objeto a fim de escapar à alternativa do etnocentrismo de classe e do populismo, que é sua forma invertida.

Se o adjetivo popular é criticado, seus usuários, por sua vez, criticam o nome economia solidária. Pelo que parece, no seio do campo da economia solidária, apesar de não se poder desconhecer o fato de existir um discurso proferido em favor e em nome dos pobres, a reivindicação do adjetivo popular por assessores e intelectuais diz respeito mais a uma questão de identidade, de marcar fronteiras com os outros "não populares", por exemplo, as entidades do terceiro setor, criadas por empresas. Por ocasião da III Plenária do GT Brasileiro de Economia Solidária, reunido para a formação do Fórum Nacional de Economia Solidária (Brasília, junho de 2003), este nome e a concepção que ele abriga foram criticados por delegados do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária. Estes últimos entendem que o nome economia solidária é tão amplo que permitiria a entrada de oportunistas tais como micro-empresas com assalariados ou cooperativas tradicionais de comercialização formadas por grandes proprietários rurais. A questão em jogo está na "pureza" ideológica das entidades participantes.

### 4.6. O nome economia solidária

É preciso agora discutir o nome economia solidária não somente enquanto nome genérico e, nesse caso, semanticamente neutro, em relação a outras apelações, ou como uma apelação adotada por consenso nos eventos internacionais, mas como um termo

revestido de um determinado significado, identificando um conjunto de entidades que se alinham no essencial sobre os princípios definidos por Paul Singer.

O termo economia solidária foi divulgado por Singer e foi adotado pela CUT e pelas organizações que se originaram nos sindicatos como a ANTEAG, a ADS, os núcleos universitários da Unitrabalho do Estado de São Paulo como a USP, a UNESP, a UFSCar, e a UNITRABALHO nacional. Esta apelação aparece, geralmente, como portadora de uma certa oposição ao adjetivo popular e à sua ótica restritiva. A crítica do adjetivo popular foi feita por Singer que, desde o início, sempre usou o nome de Economia Solidária. Para ele, a questão é de saber quais os setores da população que estão incluídos na categoria popular e quais os critérios de inclusão. Por ocasião do seminário "Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia", realizado entre os dias 8 e 9 de novembro de 1999 na Universidade Católica do Salvador, Singer expressou-se da maneira seguinte: "A minha grande dificuldade conceitual,..., é a Economia Popular". (2000b, p. 143). Referindo-se à convenção de Kraychete, segundo a qual a economia dos setores populares designa "as formas de reprodução da vida que não se situam estritamente na lógica da economia capitalista" (citado por SINGER, 2000b, p. 144), Singer objeta que se trata de uma definição pela negação. "É difícil, é complicado tentar entender algo meramente pelo fato de não ser uma outra coisa; é muito vago" (idem). Para ele, a categoria setores populares tem um significado histórico. Há trinta anos que estes termos designam classes de baixa renda, o que não é a mesma coisa do que assalariados - como Coraggio o fez entender neste seminário - pois entre estes últimos encontram-se também dirigentes das grandes empresas capitalistas. A proposta de Singer é, então, em vez de falar de economia não capitalista, falar de uma economia caracterizada basicamente por princípios socialistas ou cooperativistas[222], o que não impede que universitários, por exemplo, participem desta economia. A este respeito, Singer cita sempre a cooperativa de psicólogos *Verso*, fundada por um de seus alunos do doutorado. Apesar de ser autogestionária e solidária, ela não é exatamente popular.

Para Singer, segundo comentário feito em 1998,

> A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção. (SINGER, 1998a, p. 125).

Para precisar o caráter da economia solidária seguidamente acrescenta-se-lhe o adjetivo "autogestionária". Singer sempre insistiu sobre este aspecto. Assim, um projeto de pesquisa de âmbito nacional, bem como um dos programas da UNITRABALHO, são

[222] E aqui Singer afirma a identidade dos termos, referindo-se a Marx e Lenin para provar isto.

intitulados Economia solidária e autogestionária[223]. Este acréscimo denota o afastamento de qualquer "economia solidária" patronal, paternalista ou caritativa e dá uma conotação política que tem repercussão pedagógica e cultural. Parece que, antigamente, a autogestão só era pensada como fazendo parte de práticas em vigor nos países socialistas. No dicionário francês, *Nouveau Petit Larousse* de 1968, pode-se ler no verbete autogestão, "Em alguns países socialistas, gestão de uma empresa por uma comissão de trabalhadores[224]", ou seja, quem escreveu o verbete nem imaginava que esta forma de gestão pudesse existir no sistema capitalista. Já no dicionário Houaiss da língua portuguesa, está escrito: "gerenciamento de uma empresa pelos próprios empregados que são representados por uma direção ou por um conselho gestor". O dicionário Aurélio do Século XXI, de maneira mais lacônica, define autogestão como: "Gerência de uma empresa pelos próprios trabalhadores". Todas estas definições limitam a aplicação da autogestão à empresa. Mas, segundo Albuquerque, não se trata simplesmente de uma modalidade de gestão. A autogestão possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização da ação coletiva. A autogestão tem uma dimensão social, pois "deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem". (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Seu caráter econômico se deve às relações sociais de produção que dão mais valor ao fator trabalho do que ao capital. Seu aspecto político baseia-se em sistemas de representação com valores, princípios e práticas favoráveis e criadoras de condições "para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização". (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20-21). Quanto ao aspecto técnico, ele permite pensar numa outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Para Nascimento, historicamente no Brasil, a idéia de autogestão

> esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século. O movimento trotskista defendia a autogestão, sobretudo em torno dos conselhos operários. (...) Na segunda metade dos anos 40, no clima de renovação do pós-guerra, alguns socialistas oriundos do PCB e do trotskismo, colocaram em pauta o debate da alternativa autogestionária. O principal exemplo é o do grupo reunido em torno do jornal *Vanguarda Socialista* dirigido por Mário Pedrosa, egresso do trotskismo, influenciado por Rosa Luxemburgo e pela dissidência da IV Internacional formada nos EUA. (NASCIMENTO, 2000, p. 13).

Singer fazia parte deste grupo e vai retomar a defesa da autogestão, junto aos sindicatos. A CUT, com a assessoria, entre outras, de Singer e Arruda, fez vários estudos e

[223] Atualmente, o nome é, de fato, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Economia Solidária e Autogestionária, mas isto é uma outra história que será tratada numa outra parte da tese.
[224] Tradução da autora.

organizou cursos neste sentido. Segundo os próprios dizeres da ANTEAG[225], esta foi criada para coordenar projetos de autogestão. A primeira empresa deve sua origem a alguns técnicos do DIEESE que, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de Franca - SP, iniciaram, em 1991, um trabalho pioneiro na implantação de um projeto de autogestão na empresa de Calçados Makerly. Mais recentemente, a Agência de Desenvolvimento Social – ADS, criada em 1998 por iniciativa da CUT em parceria com a Unitrabalho e o Dieese, assessora cooperativas rurais e urbana na tentativa de criar complexos cooperativados com o objetivo de implementar cadeias produtivas, constituindo um plano conjunto de produção e comercialização entre os diversos empreendimentos da cadeia de produtores, interligando os empreendimentos de forma a fortalecê-los para que possam competir no mercado com seus produtos. No seu *site* podemos ler: "Todas as atividades serão orientadas metodologicamente para a promoção de projetos coerentes com os princípios da autogestão, da economia solidária e do desenvolvimento sustentável". Esta frase chama atenção sobre o fato que não se entende a economia solidária automaticamente como autogestionária. A autogestão, ao que todas as pesquisas indicam, é a meta mais difícil de ser atingida.

## 4.7. Socioeconomia solidária

A socioeconomia é uma disciplina recente, desenvolvida por pesquisadores europeus e norte-americanos que desejavam dar conta da complexidade comportamental das diferentes práticas socioeconômicas, pois entendiam que estas não eram simples respostas de cunho instrumental e utilitarista. Por outro lado estes pesquisadores têm a intenção, não somente de descrever a realidade, mas de melhorá-la. Esta corrente, apadrinhada pela Sociedade Mundial de Socioeconomia – SASE – foi fundada por Amitai Etzioni em Harvard em 1989. Ela manteve vários congressos internacionais e tem seções em várias universidades. Segundo Guerra (2002, p. 17), a socioeconomia está vinculada ao movimento comunitarista principalmente o comunitarismo sensível que se reconhece como herdeira de Mounier e de Buber.

No primeiro caderno da coleção *Semeando socioeconomia*[226], publicado pelo PACS, resumindo o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, acontecido em Porto Alegre em agosto de 1998, podemos ler:

> A socioeconomia solidária, em suas mais diversas formas, é um modo de viver que abarca a integralidade do ser humano. Adotamos este termo porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano. O valor central da socioeconomia é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda

[225] Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária.
[226] Marcos Arruda, Sandra Quintela e Ruth Espinola Soriano compõem a equipe técnica do PACS.

> a coletividade, a socioeconomia resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado. A referência da socioeconomia é cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito. Portanto, a eficiência econômica não se deixa limitar pelos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. (A CULTURA, 2000, p. 5).

Durante a entrevista que Arruda me concedeu, ele explicou o sentido do nome socioeconomia solidária da forma seguinte.

> Ele foi criado como uma maneira da gente contrapor a noção de economia solidária à noção de economia dominante que é totalmente divorciada do social. A gente pensou: economia social não é suficiente porque você pode ter uma economia social dentro do capitalismo e as socialdemocracias tentaram isto, de uma certa maneira. Então, o projeto de economia social que eu leio nos europeus não me convence de que eles estão propondo um outro sistema; é uma maneira de reorganizar a economia dentro do sistema. Não é suficiente. Tem um outro autor muito interessante que criou o conceito de Humanoeconomia, se chama Eugen Loebl. Ele é checo. Um economista que tem um livro com este título, humanoeconomia ou como transformar a economia em instrumento na mão da gente, uma coisa assim. Um nome muito bonito. E nós paramos para pensar; humanoeconomia é muito rica, mas arrisca a deixar de fora a dimensão social e pensar na economia com um viés só individual, humano no sentido do ser humano. É preciso haver uma coisa que articula o social com o individual e que dê um toque no valor central. E foi nesta discussão que chegamos ao conceito de socioeconomia solidária. (ARRUDA, 2002b).

Apesar da ressalva segundo a qual o termo humanoeconomia correria o risco de deixar de fora a dimensão social, não é por acaso que este termo foi pensado por Arruda, pois ele exprime uma das facetas do seu pensamento, a importância dada ao indivíduo e a sua autonomia no seio da socioeconomia solidária. Entre todas, a postura de Arruda é a mais filosófica e abrangente. Ela foi adotada também pelo filósofo Euclides Mance, mentor da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, mas em data posterior ao seu livro *A revolução das redes*, publicado em início de 1999.

A postura de Arruda é muito nítida. O nome representa um projeto, um projeto distinto dos outros. O nome socioeconomia deixa claras duas coisas que são marcas características da economia solidária. Em primeiro lugar, que as atividades deste setor são muito mais abrangentes do que o aspecto econômico, envolvendo educação, cidadania, qualidade de vida etc. e, em segundo lugar, de maneira correlata, que a avaliação destes empreendimentos não pode ser feita unicamente do ponto de vista dos seus resultados financeiros. Todos os projetos e organizações de apoio à economia solidária insistem sobre vantagens não-materiais oferecidas por ela, sendo citado, em primeiro lugar, o resgate da auto-estima. Não podemos esquecer que a maioria dos empreendimentos é composta por desempregados e excluídos do mercado formal que acham nestes projetos uma forma de reinserção social e um sentido para as suas vidas. É o que justifica que grupos, cuja produção não alcança o salário mínimo mensal, continuam existindo. O convívio, a

solidariedade, o reconhecimento e uma série de condições de trabalho como a flexibilidade dos horários de trabalho, são muitas vezes considerados como valendo a pena em si mesmos. A questão social está à frente da questão econômica apesar desta ser premente.

Em 2003, na obra *A outra economia*, Arruda precisa mais uma vez o significado da noção de socioeconomia solidária. Desta vez, ele afirma que o termo é equivalente ao de economia solidária com a ressalva de dar ênfase ao sentido social. Mais adiante escreve que a "*economia solidária* é uma forma simplificada de referência à socioeconomia solidária". (ARRUDA, 2003a, p. 235). Por trás da diversidade de conceitos utilizados para dar conta da economia solidária, ele vê uma mesma procura de recuperação do sentido original do termo economia. Portanto, não haveria divergência - muito menos oposição - entre as diversas denominações, mas apenas maior precisão. Reconhecendo a diversidade das formas concretas tomadas por esta economia, ele as vê todas como "informadas por valores comuns". (Ibidem). Ele reivindica, para o conceito de socioeconomia solidária, as mesmas raízes históricas já enunciadas por Singer (2002b): as origens socialistas, marxistas, anarquistas, solidaristas, principalmente francesas e inglesas, acrescentando algumas à lista: Gramsci e contemporâneos como Landauer e Vanek.

Voltando à especificidade da expressão, afirma:

> os que adotam a expressão socioeconomia solidária propõem esta noção abrangente como a melhor para identificar o objetivo maior da atividade econômica, e acrescentam o adjetivo a partir da necessidade que sentem de identificar o valor central que identifica o conceito e informa sua prática. (ARRUDA, 2003a, p. 235).

De fato, além do PACS, o grupo que utiliza este termo é a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES. A rede, criada por Euclides André Mance[227] do Instituto de Filosofia da Libertação de Curitiba, adotou esta terminologia e, entrando na rede, "recebe" junto o sobrenome. Como a rede possui uma lista eletrônica de debates[228], ela é muito freqüentada, tendo em média umas trezentas pessoas, repartidas em todas as regiões do Brasil, recebendo diariamente uma dezena de mensagens. Nela Marcos Arruda divulga suas análises econômicas e políticas, bem como suas cartas ao Presidente Lula e ao Dirceu. A lista se divide entre os simples leitores[229], os usuários assíduos que enviam mensagens semanais, às vezes diárias, e os participantes ocasionais, geralmente novatos à procura de uma informação.

Após fazer referência aos significados dados à economia solidária pelos autores latino-americanos como Razeto, Verano Paez e Coraggio e pelo brasileiro Mance e ele

---

[227] Nesta rede, além de Mance como moderador, há a Rosemary da FASE; com Arruda, eles formam o núcleo articulador da rede.

[228] Esta lista, apesar das demandas insistentes e reiteradas de certos membros e dos seus moderadores, está repleta de mensagens que são de natureza política e de temas estranhos à economia solidária e também, muitas vezes, veicula mensagens particulares.

[229] Por exemplo, sei que Singer e Gaiger lêem as mensagens, mas quase nunca se manifestam e isto é também meu caso.

próprio, Arruda acrescenta que a socioeconomia é "um sistema alternativo ao capitalismo construindo-se através do florescimento de redes horizontais e verticais de produção e intercâmbio de bens e serviços, mediados por moedas diversas e por relações solidárias entre as partes". (ARRUDA, 2003a, p. 237).

Conseqüentemente, o PACS coordenado por Arruda, Mance do IFIL de Curitiba e Rosemary Gomes da FASE - esses dois últimos após 1999 -, empregam o termo socioeconomia solidária que também integra o nome da rede que criaram, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES. Quem se incorpora à Rede vai reproduzindo os nomes utilizados por esta. No Rio Grande do Sul, Jandir Pauli de Passo Fundo integra a rede; contudo, o Seminário organizado em agosto de 2004 naquela cidade e do qual Arruda era o palestrante de destaque, chamou-se de economia solidária e políticas públicas. Talvez, mais uma vez a expressão economia solidária pode ter sido usada como genérica, frente às duas outras presentes em Passo Fundo, Economia Popular Solidária e Socioeconomia Solidária.

## 4.8. Os nomes da economia solidária no RS[230]

Para compreender cada uma destas apelações, pretendo situá-las, a seguir, no contexto sócio-histórico onde aparecem, circulam e se transformam. Com este propósito, inicio com uma apresentação do Rio Grande do Sul, região que conheço melhor[231], berço do cooperativismo no Brasil desde o final do século XIX e destaque nacional em termos de economia popular solidária.

Na região da mata sul-rio-grandense, atualmente rural e agrícola, há uma longa tradição de associativismo e cooperativismo, além das solidariedades e sociabilidades tradicionais. Ela surgiu com a colonização européia não ibérica (alemães, austríacos, italianos, poloneses, russos etc.) do século XIX nesta região que se diferencia muito do pampa onde reinou e ainda predomina o latifúndio pastoril. Nesta região colonizada por famílias de pequenos produtores rurais, podemos distinguir algumas institucionalizações dessas sociabilidades. Assim, Lúcio Kreutz, no seu livro *O professor paroquial* sobre magistério e imigração alemã, escreve a respeito do associativismo:

> Reputo como uma das grandes habilidades manifestadas pelos jesuítas na coordenação do Projeto Católico junto aos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul a instauração de uma ampla rede de organizações econômico-sociais, recreativas e culturais, postas sob a 'primazia do espiritual'. (KREUTZ, 1991, p. 67).

[230] Para acompanhar melhor a sucessão dos eventos no RS, consultar no anexo B, a lista dos eventos de economia solidária no RS.
[231] Moro em Ijuí (RS), desde fevereiro de 1980.

Se, como comenta Kreutz, a forte tendência dos teuto-brasileiros para o associativismo foi habilmente explorada pelos jesuítas[232] para fins do Projeto Católico (a partir da década de 1870). Jean Roche, por sua vez, atribui também aos Brummer[233] (militares, mercenários) o incentivo inicial ao associativismo entre esses imigrantes. Além da tradição ligada em sua origem à influência das igrejas católica e evangélica, teríamos outras, totalmente diversas, como as de tradição anarcossindicalista, por exemplo, que intervêm entre os operários no meio urbano. Ainda menos estudadas, teríamos as práticas de economia popular entre índios e caboclos desta região de mata que foram totalmente desconsideradas senão descartadas pelo movimento modernizador que, iniciando com a chegada dos imigrantes europeus, implantou-se de maneira decisiva com a mecanização do meio rural a partir da segunda metade do século XX.

O movimento cooperativo tem suas raízes num projeto social utópico que se desenvolve no século XIX na Europa, principalmente na Inglaterra, na França e na Alemanha onde, não somente toma forma o projeto cooperativo, mas, de maneira mais ampla, o próprio projeto de um socialismo científico e de uma ciência social presos ainda a esta mesma matriz utópica. Segundo Henri Desroche, no entanto, não podemos afirmar que as práticas cooperativas sejam uma aplicação das utopias escritas, pois se caracterizaram muito mais por um distanciamento, por uma dissidência destas o que, evidentemente, ainda é uma forma de relacionar-se com elas. Sabemos que as experiências cooperativas não se limitaram à Europa, mas, rapidamente, foram implantadas nos Estados Unidos e em outras partes do planeta. O próprio Desroche, citando de memória inúmeros casos espalhados pelo mundo, refere-se aos "alemães emigrados - com seu vírus raiffeiseniano - no Rio Grande do Sul". (DESROCHE, 1976, p. 277-279). É notável que é, principalmente, entre os imigrantes alemães e seus descendentes que o movimento associacionista e cooperativo começou, desenvolveu-se e permanece. Ao passo que as diferentes tentativas feitas pela Igreja católica entre os italianos, no início da colonização, notadamente pelo padre missionário Stefano Paterno[234], não tiveram muito êxito, talvez por conta de uma certa desconfiança entre estes imigrantes.

No Rio Grande do Sul houve um crescimento constante do cooperativismo nas décadas de 1940 a 1970, principalmente agrícola e de crédito. Com o incentivo do Governo para transformar estas cooperativas em propagandistas da "revolução verde", elas foram tomando feições empresariais, ficando cada vez mais na mão de grandes e médios

---

[232] Em se falando dos Jesuítas, devem ser lembradas as Missões Jesuíticas que organizavam de maneira coletiva a vida e os trabalhos dos guaranis na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul até serem expulsos em 1760.

[233] Os Brummer eram intelectuais e políticos alemães que tinham participado em 1845 das revoluções liberais na Europa. Cerca de 1.800 foram contratados por D. Pedro II, em 1852, como lanceiros para combater Rosas, da Argentina. Após sua desmobilização, tendo um nível intelectual superior à maioria dos imigrantes alemães, fundaram jornais, como o *Deutsche Zeitung* de 1862 e trabalharam como professores.

[234] Informação recebida do Prof. Walter Frantz, Ijuí, em 25 de outubro de 1999.

empresários[235]. A partir dos anos 80, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra, da EMATER, de várias ONGs e da formação do MST, formaram-se miríades de associações nos assentamentos de reforma agrária e entre pequenos produtores rurais familiares.

A Igreja católica no RS sempre teve muita influência no meio rural, principalmente nas regiões de colonização européia não ibérica onde foram sendo criados seminários e conventos de religiosas, para onde se dirigiam filhos de agricultores familiares sem outros recursos para continuar a sua formação escolar.

Em agosto de 1996, a Cáritas - RS, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vão organizar o Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda na UFRGS. Vinte e uma entidades e organizações participaram de sua preparação durante um ano. Esse evento[236] que, a meu ver, é o embrião da organização do campo da Economia Solidária no Estado do RS, teve como observador convidado Luiz Inácio Gaiger. Durante este encontro, falou-se em organização popular e solidariedade, procurou-se a troca de experiências e divulgação dos trabalhos alternativos populares nas áreas econômicas e sociais e foram levantadas propostas para os organismos públicos e para as futuras administrações municipais. (ENCONTRÃO, 1996, p. 3). Naquele mesmo ano, a Prefeitura de Porto Alegre, administrada pela Frente Popular, criou um Setor de Economia Popular na Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio – SMIC – este teve a iniciativa de fundar o primeiro banco de Crédito Popular do Brasil com o nome de Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol.

Em outubro de 2000 aconteceu a Primeira Feira Metropolitana de Economia Popular Solidária e, em julho do mesmo ano, em Santa Maria o Primeiro Acampamento Internacional de Socioeconomia Solidária[237] e a Sétima Feira Estadual do Cooperativismo Autogestionário. Já em Passo Fundo, nos dias 16-17 de dezembro deste mesmo ano, a Cáritas da diocese de Passo Fundo e a Universidade de Passo Fundo organizaram a Primeira Feira Regional de Economia Popular Solidária e a Primeira Mostra de Biodiversidade. Todas estas feiras são anuais, mas realizam-se em geral no mesmo lugar e sempre com mais expositores.

Em maio de 2002, aconteceu em Porto Alegre a Quarta Feira Estadual de Economia Popular Solidária, sendo os organizadores a Cáritas, o Fórum Metropolitano de Economia Popular (desta vez) Solidária, a TVE-RS, a FM Cultura 107.7, o CAMP, a CPT, a Pastoral Operária, a ANTEAG, a Prefeitura municipal de Porto Alegre – Administração Popular, e o Governo do Rio Grande do Sul – Frente de Participação Popular.

---

[235] As imposições do governo a seu respeito são em parte responsáveis pelos seus grandes problemas financeiros, como no caso da COTRIJUÍ. Ver a este respeito as pesquisa de Argemiro Jacob Brum, DCS, UNIJUÍ, 2003.

[236] Ver no capítulo 2, as concepções de RABINOW (1999) e PEIRANO (2001) a respeito da noção de eventos.

[237] Arruda e Mance lançaram a Rede Global de Socioeconomia solidária durante este acampamento, junto com espanhóis, chilenos, uruguaios e colombianos.

Neste mesmo ano, em Santa Maria, realizou-se no mês de julho, como todos os anos, a (nona) Feira do Cooperativismo; seguramente tratava-se do cooperativismo autogestionário, mas desta vez o adjetivo não estava presente. O folheto avisava: "O maior evento do Cooperativismo Alternativo do RS". No evento teve lugar um tribunal para condenar o Cooperativismo tradicional! Ou seja, está se consolidando no RS uma luta aberta entre o sistema cooperativo tradicional, formado principalmente pelas cooperativas agropecuárias, e este novo cooperativismo que se apresenta como o cooperativismo autêntico. Ao contrário do que aconteceu nos anos 80, quando despontava o novo sindicalismo que desbancou o sindicalismo pelego, atrelado ao governo, desta vez, a luta não se desenvolve a partir do interior das antigas cooperativas, mas por fora e com base nas novas cooperativas. Também não há, por enquanto, uma única central que reagrupa o cooperativismo alternativo. A mais antiga central de oposição à OCERGS é a Central dos assentados do MST (COCEARGS). Devido ao problema que suscita a apelação cooperativa (pois agrupa tanto as empresas quanto os empreendimentos de economia solidária), Singer, por exemplo, propõe substituir este termo pelo de empresa autogestionária.

Durante o mesmo evento, realizou-se a primeira feira Nacional da Economia Solidária e Cooperativa, (6 e 7 de julho de 2002 em Santa Maria - RS), e foi comemorado o Centenário da primeira Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul, fundada em Nova Petrópolis (RS) pelo padre jesuíta Teodoro Amstad[238]. Na parte inferior do folheto informativo deste evento, foram mencionadas várias datas uma ao lado da outra. Além do Centenário, um selo representava os 25 anos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); em seguida, havia o símbolo da Economia Popular Solidária no RS com a inscrição "20 anos" e, finalmente, o selo do Projeto Esperança – Cooesperança de Santa Maria, tendo escrita embaixo a menção "15 anos". Naquele dia, aconteceram também a 9ª Feira Estadual do Cooperativismo, a 2ª Mostra Estadual da Biodiversidade e o primeiro Encontro dos ex-alunos do Curso de Cooperativismo da UFSM. A grande organizadora de tal conjunto de eventos foi a Irmã Lurdes Dill, membro da Coordenação Colegiada da Cáritas RS, fundadora e coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança. Os promotores eram a Diocese de Santa Maria, a Cooesperança, o Banco Esperança, da Mitra diocesana de Santa Maria, a EMATER, a ASCAR, a Cáritas Brasileira Regional do RS e a prefeitura de Santa Maria (governo municipal da Frente Popular). As organizações de apoio, em número de 56, contavam com inúmeros meios de comunicação, cooperativas, movimentos sociais, colégios, universidades e firmas comerciais, uma ONG estrangeira, MISEREOR, e uma associação uruguaia. Finalmente, o folheto proclamava: Santa Maria, capital do cooperativismo alternativo. Só neste folheto são muitos os nomes da economia solidária, mas como apresentei anteriormente, o mais usado neste meio é o de "Economia Popular Solidária". Em Santa Maria, há uns 20 anos que a irmã Lurdes Dill organiza, com o apoio

[238] Nascido na Suíça em 1851, e tendo o alemão como língua materna, Amstad veio como missionário para o Rio Grande do Sul, onde faleceu em São Leopoldo em 7 de novembro de 1938.

do bispo Dom José Ivo Lorscheiter[239], o que hoje é denominado de economia popular solidária. Como o indicam os inúmeros títulos dados ao evento que acontece todos os anos em Santa Maria, dele participam diversas correntes da economia solidária. Convém lembrar que é nos cursos de Tecnólogos em Cooperativismo e de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Santa Maria que a Coppe da UFRJ foi buscar assessoria para a criação da primeira ITCP. É também nesta cidade que Marcos Arruda e o pessoal do PACS realizaram, em julho de 2000, o primeiro acampamento internacional de socioeconomia solidária. Na feira de Santa Maria, como em outras, também encontramos, com uma freqüência cada vez maior, os produtores familiares hoje organizados pela FETRAF e os produtores agroecológicos. Ou seja, na prática todos os grupos se reúnem para reforçar-se mutuamente. Só a união permite um grande evento que hoje atrai participantes não somente dos outros estados do Brasil, mas também de vizinhos argentinos e uruguaios. Isto reforça minha tese segundo a qual no campo da economia solidária não existe só competição, mas uma necessária ajuda mútua[240].

### 4.9. Os nomes em outros estados

Foi em Criciúma, Santa Catarina, que aconteceu uma experiência seminal de autogestão. Trata-se da Cooperminas (ex-CBCA[241]), uma cooperativa autogestionária de extração de carvão. Foi lá que, em agosto de 1993, o PACS na pessoa de Lia Tiriba e outras entidades entre os quais o Sindicato dos Mineiros, articularam o primeiro seminário sobre autogestão. Esta experiência foi apresentada no primeiro Fórum Social Mundial[242] e nas publicações da ANTEAG. Em Florianópolis, houve a formação de uma Cooperativa de Consumo das Comunidades, que surgiu a partir do programa das feiras e armazéns comunitários gestados nos bairros populares. O Fundo de mini-projetos Alternativos da CNBB também se faz presente[243]. Nesta capital encontramos também a Agência de Desenvolvimento Solidário junto à Escola Sul da CUT (ADS/CUT), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, o Centro Vianey, a Ação Social Arquidiocesana - ASA, e um escritório da ANTEAG. Na UFSC, foram montados um núcleo da UNITRABALHO e uma ITCP.

---

[239] Antigo diretor da CNBB.

[240] Claro que os arranjos solidários são às vezes forçados. Quando em 2002 a chuva forte obrigou os produtores agroecológicos a abrigarem no seu espaço coberto os produtores dos miniprojetos da Cáritas (que estavam debaixo de lonas), isto não aconteceu sem alguns desentendimentos. Na Feira de EPS de Porto Alegre, em maio de 2003, cada estande já tinha que ser dividido entre vários empreendimentos, por falta de espaço. Como era previsto de antemão, isto aconteceu de maneira tranqüila.

[241] Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA.

[242] Ver foto n. 5.

[243] O Fundo de Miniprojetos é um programa gerenciado por ONG desde 1992, objetivando dar suporte financeiro a movimentos sociais e pastorais sociais. Os projetos econômicos perfazem 50% da carteira do Fundo. (Gaiger, 2000b: 13).

Nos escritos do professor Armando Lisboa da UFSC encontramos de maneira indiferente os termos economia solidária, economia popular solidária[244] e, a partir de 2001, o de socioeconomia solidária[245]. Nesta universidade, o Núcleo de Estudos em Sócio-Economia Solidária - NESSOP - também assessora empreendimentos de economia solidária e organizou, em maio de 2000, a Jornada Catarinense de Economia Popular e Solidária, junto com o CEPAGRO e com o Fundo de Mini-projetos. No meio rural, existem inúmeras formas associativas na agricultura familiar, cooperativas populares principalmente nos assentamentos do MST e uma interessante experiência de rede de cooperativas de crédito, o sistema CRESOL.

Em Curitiba, no Paraná, Euclides Mance, coordenador do Instituto de Filosofia da Liberdade - IFIL, autor do livro *A Revolução das Redes* é criador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária[246] com ramificações em vários estados brasileiros e um *site* importante e muito dinâmico na Internet, a Rede de Colaboração Solidária (www.redesolidaria.com.br), existe desde o dia 25 de outubro de 1999, e tem parceria com Marcos Arruda[247]. Este *site* abriga uma lista de debates com mais de 300 membros (298 em 09/2002). Mance, além disto, organizou uma Cooperativa de compras coletivas com produtos dos assentamentos do MST.

Nos estados de Santa Catarina e do Paraná, ocorre a circulação dos nomes economia solidária, economia popular solidária e socioeconomia solidária, de uma forma extremamente parecida com a do Rio Grande do Sul. Cláudio Nascimento, da Escola Sul da CUT, publicou o ensaio *Autogestão e economia solidária*. O lançamento do número da revista *Outros Valores*, onde o texto foi publicado, ocorreu em maio de 2000, por ocasião da *Jornada Catarinense de Economia Popular e Solidária*. Este evento foi promovido pelo Núcleo de Estudos em Sócio-Economia Solidária – NESSOP, em parceria com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO e com o Fundo de Mini-projetos da CNBB. Apenas neste acontecimento encontramos as três nomenclaturas reunidas, a economia solidária na pessoa de um sindicalista, a economia popular e solidária, título que exige um pouco mais de cuidado para ser interpretado, pois a conjunção "e" pode simplesmente indicar a amplitude do evento e não necessariamente a adoção do nome economia popular solidária e, finalmente, a apelação socioeconomia solidária para o núcleo universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Este último nome marca, sem dúvida, a ligação dos professores com Marcos Arruda e/ou com Euclides Mance e a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES.

Na Universidade Regional de Blumenau (FURB) há um núcleo muito ativo da UNITRABALHO que, fundado em 1997, criou em novembro de 1999 uma ITCP. Este núcleo organiza, desde 1999, cursos de Economia Solidária para Assessores,

---

[244] *Economia solidária: Similia, similibus curentur*, 1998; *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social*, 1998; *Os desafios da economia popular solidária*, 2000.
[245] *A socioeconomia solidária diante da grande transformação*, 2001.
[246] Desde 2002, é com a Rose Mary Gomes da FASE, moderador da Rede.
[247] Arruda é coordenador do PACS no Rio de Janeiro.

principalmente para funcionários das prefeituras de Blumenau, Gaspar, Indaial, Luiz Alves e Chapecó[248]. Segundo pesquisa desta universidade, o Estado de Santa Catarina possui 27 organizações ou redes e 3 núcleos de pesquisa a respeito da temática da economia solidária. Entre elas o CEPAGRO e o GT de socioeconomia solidária atuam como rede de Redes, no caso do GT ele reúne 17 Redes no Estado, ou seja, quase os 2/3 destas. A estrutura em rede e o nome socioeconomia solidária indicam a filiação dos empreendimentos a RBSES. Por outro lado, a ITCP/FURB criou em 2002 uma Rede de Economia Solidária que tem "como objetivo principal aplicar uma metodologia de apoio à capacitação, tendo por finalidade desenvolver a interação constante entre os empreendimentos e também a participação dos mesmos no processo de formação da Rede". (UNITRABALHO, 2002, p. 22). Aqui, é o nome economia solidária que prevalece, talvez para diferenciar-se do GT de socioeconomia solidária, talvez por influência do programa de economia solidária da UNITRABALHO cujos fundadores sempre estiveram ligados aos sindicatos, em especial à CUT, provavelmente pelas duas razões.

Desde 1996 a Secretaria Municipal de Assistência Social - SETREDE de Blumenau assessorou na sua constituição vários empreendimentos de Economia Solidária. Em Brusque SC encontramos uma experiência modelo de economia solidária a BRUSCOR[249] criada em 1986; é uma fábrica autogestionária de cordas que já ajudou a montar outras com o mesmo espírito, como a Fio Nobre, em Itajaí. Podemos também citar um trabalho de organização da população carente em Chapecó e um núcleo da UNITRABALHO na UNOESC.

Como já mencionei, por influência da CUT, da ANTEAG e, nelas, de Paul Singer, em São Paulo o termo mais comum é economia solidária ou economia solidária e autogestionária. Quanto ao Rio de Janeiro, onde a influência do PACS e do seu coordenador, Marcos Arruda, é forte, encontramos o termo socioeconomia solidária, mas nas entidades ligadas a ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro é preferido o termo cooperativismo popular.

Nos outros estados, os nomes vão sendo adotados conforme as organizações que ali propagam a economia solidária. Não é meu propósito mapear as organizações ou pessoas que divulgam a economia solidária pelo Brasil, isto está sendo feito por outros pesquisadores e ONGs[250] e, em 2004, a SENAES iniciou este trabalho a nível nacional; a meu ver, contudo, os nomes são interessantes para se observar a influência exercida por certas organizações ou intelectuais. É preciso observar que, excetuadas as organizações que trabalham há mais tempo com a economia solidária, são implantadas novas iniciativas que podem até estar ideologicamente mais distantes da proposta inicial. Penso, notadamente,

[248] As informações sobre a FURB provêm de uma entrevista realizada com a Prof. Dalila Pedrini em 2001.
[249] Sobre esta experiência ler a tese de doutorado de Dalila Pedrini. *Entre laços e nós.*
[250] A este respeito ver a pesquisa nacional da UNITRABALHO e os fichários da FASE, ou ainda o mapeamento da RBSES no site www.redesolidaria.com.br.

em iniciativas de governos como o da Bahia[251] ou, ainda, a da OCERGS no Rio Grande do Sul.

A título de exemplo, citarei algumas entidades que trabalham em vários lugares do Brasil com a economia solidária. Por ordem alfabética podemos citar, a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, a ANTEAG e a Cáritas. A ADS usa o termo economia solidária, ela tem escritórios regionais para a Região Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas. No entanto em 2004, por ocasião da formação da UNISOL/Brasil, o termo cooperativa é o que aparece no título. A justificativa dada para manter "o termo 'Cooperativas' no nome da Unisol é para explicitar o maior prestígio que se procura atribuir a esta forma de organização dos variados empreendimentos, por ser a mais democrática, simples e eficiente para os trabalhadores". (Proposta de estatuto enviado por e-mail em julho de 2004).

Quanto à ANTEAG, que trabalha para a formação de empresas autogeridas, ela usa a expressão economia solidária e autogerida; seus secretariados estão situados no Nordeste (Olinda), Sul (Porto Alegre), Minas Gerais (Belo Horizonte), Rio de Janeiro, São Paulo e Amapá (Macapá). Finalmente, a Cáritas, coordenada por Ademar Bertucci, que mantém também ligação com a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, mas usa o nome economia popular solidária. Segundo a carta de maio de 2002, enviada ao PACS por Bertucci, a Cáritas está presente e constitui fóruns/redes locais nos estados do RS, CE, MG e PB.

## 4.10. O emblema da economia solidária

Baczko, no seu estudo da formação dos imaginários sociais durante a Revolução Francesa, mostra quanto a transformação das estruturas políticas e sociais, dos modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais estimulam a produção acelerada dos sentidos. A geração de símbolos e ritos revolucionários é uma parte da produção destes imaginários.

> Os sonhos e as esperanças sociais, freqüentemente vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e andam em busca de uma linguagem e de modos de expressão que os tornam comunicáveis. Os princípios e conceitos abstractos só se transformam em idéias-força quando são capazes de se constituir como polos em torno dos quais a imaginação coletiva se organiza. (BACZKO, 1989, p. 321).

No Brasil, a emergência de novos movimentos sociais viu a criação de novos símbolos e rituais bem como a prática do que é chamado de mística. O MST foi, sem dúvida, um dos primeiros movimentos a estabelecer esses rituais, chamando-os de mística.

[251] O governo da Bahia organizou um seminário sobre a Economia Solidária e um número especial com o título, *Socioeconomia e solidariedade*: aspectos conceituais e contextuais, foi publicado na Revista: *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, jun. 2002.

No seio da economia solidária, durante o segundo e terceiro FSM, foram realizados rituais de abertura com simbolização da participação dos cinco continentes sob forma de elementos naturais, água, luz, terra, flores e frutas e a leitura de uma lenda ilustrando a necessidade da solidariedade[252]. Apareceram também certos emblemas.

Anthony Cohen sublinha que os símbolos nos oferecem, muito mais, a possibilidade de produzir sentido do que simplesmente expressar sentido (1998, p. 15), pois estes não dizem o que eles significam, mas nos oferecem a possibilidade de atribuir-lhes sentido. Se os símbolos são definidos como algo colocado no lugar de outra coisa, eles não a representam sem ambigüidade, pois se assim fosse eles seriam supérfluos e redundantes. Antes disto, eles exprimem outra coisa que permite que eles sejam assumidos e compartilhados por diversas pessoas sem que isto represente a imposição de um significado uniforme. (COHEN, A. P. 1998, p. 18).

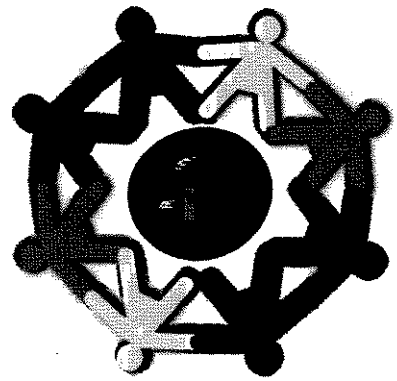
Uma categoria social como solidariedade - já vimos isto - é muito difícil de ser definida e toda tentativa é frustrante, mas seu extenso significado pode ser expresso num símbolo, pois neste cada um pode sentir a sua própria definição como contemplada. As pessoas compartilham símbolos, mas não lhes atribuem necessariamente o mesmo significado. Devido à variabilidade dos significados, só a manipulação destes símbolos mantém viva a consciência da existência de uma comunidade. A experiência de compartilhar afetivamente do engajamento num mesmo conjunto de símbolos cria a base de uma comunidade efetiva e é bem disto que se trata aqui.

No *site* da Ecosol, produzido na UNISINOS e tendo por idealizador L. I. Gaiger, encontra-se um emblema que representa a economia (popular) solidária. Com formato circular, tem no centro uma bola que poderia ser a terra e, ao seu redor, oito homenzinhos estilizados que podemos imaginar dando-se a mão[253]. Cada um tem uma cor diferente, mas todos são iguais em tamanho. Certamente representam a igualdade na diferença e a solidariedade. Não encontrei explicação escrita deste símbolo que é também usado pela Cáritas (RS), pelo CAMP e está na *homepage* da Redesolidária. Como não há nada escrito ao seu redor, ainda era neutro lingüisticamente, até que, em 2002, este logotipo figura no papel timbrado do programa Economia Popular Solidária da SEDAI com a menção "economia popular solidária", repetida três vezes, ao redor do símbolo. Como pode ser visto à seguir.

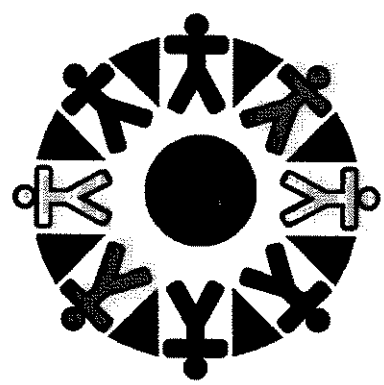
[252] Trata-se da lenda dos porcos-espinho que, passando frio, tentaram aproximar-se para se aquecer, mas nesta tentativa machucavam uns aos outros com seus espinhos.

[253] De fato, cada espaço entre eles é preenchido por um triângulo cujo ângulo mais agudo está virado para baixo. Em outubro de 2002, o desenho foi modificado. Aparece só uma parte do desenho, só que agora é nítido que se trata do globo terrestre e os "bonecos" estão se dando claramente as mãos; só três aparecem e parecem estar de saia, simbolizando a mulher.

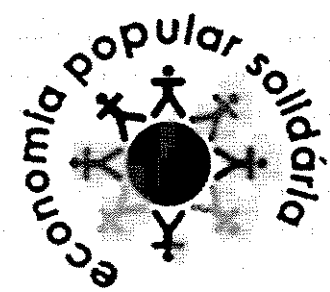
## SÍMBOLOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



1. Emblema do *site* www.ecosol.org.br (UNISINOS)



2. Emblema do *site* www.redesolidaria.com.br (RBSES)




3. Emblema do *site* www.comerciosolidariobrasil.com.br (Escola 8 de Março)

Numa publicação do PACS[254], há um desenho em preto e branco, muito parecido, representando o globo terrestre rodeado por 10 homens (?) e 5 mulheres. Podem ser identificados africanos e indígenas, além de uma maioria de brancos. As ilustrações neste caderno, publicado em junho de 2000, são de André Brito, mas não indicam de onde veio a inspiração. No mesmo ano[255], na mesma coleção, foi publicado o caderno *Construindo a rede Brasileira de Socioeconomia Solidária*. Na capa, encontram-se os mesmos personagens, mas, desta vez, ao redor de uma casa onde as janelas são constituídas por rodas dentadas, representando certamente o trabalho; na janela há flores e, saindo da casa, há sete corações expressando o amor. A ilustração é do mesmo desenhista. Todos estes emblemas devem ter a mesma fonte de inspiração. Então, apesar de os nomes serem diferentes, não podemos dizer que haja um verdadeiro corte entre eles; parecem mais diversas vertentes de uma mesma fonte.

### 4.11. Qual é seu nome mesmo?

A cristalização de certos termos e seu uso repetitivo aconteceu pouco a pouco. Assim em 1998, por exemplo, no *II Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação*, realizado na UNESP, fala-se ainda muito em economia social e nos novos sujeitos da economia social, para dar conta da especificidade da economia solidária (DAL RI, 1999, p. 18). No *Seminário Economia dos setores populares*, realizado na Universidade Católica do Salvador em 1999, é a denominação economia dos setores populares que marcou os debates, mesmo se Gaiger usou o termo economia solidária[256] e Coraggio economia do trabalho. Talvez seja o livro organizado por Singer e Souza em 2000, *A economia solidária no Brasil*, que firmou o nome economia solidária. Fixação que os diferentes fóruns sociais mundiais reforçaram e confirmaram. Finalmente, o nome foi coroado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Nacional de Economia Solidária que reúne todas as tendências e denominações.

Os nomes da economia solidária possuem, de fato, duplo significado; por um lado, evocam o ideal, a proposta de seus criadores e utilizadores; por outro, expressam uma certa realidade, evocam uma certa identidade. A expressão "economia popular solidária" lembra miniprojetos, reunindo pessoas carentes em torno de atividades de cunho artesanal de pouco valor agregado, e sustentados por ONGs e, principalmente, por igrejas. A categoria de "cooperativas populares" traz a imagem das incubadoras universitárias lideradas pela COOPPE da UFRJ. Tudo o que tem no seu nome a palavra autogestão lembra os sindicatos e a ANTEAG. A expressão economia solidária dá uma impressão de generalização, uma

[254] Semeando Socioeconomia, n. 3, Histórias de Socioeconomia Solidária, 2000.
[255] Este caderno foi publicado anteriormente, apesar de ser o número 4 da série Semeando Socioeconomia.
[256] Singer também vai usar o termo economia solidária no seu texto, mas ele insiste mais sobre a questão da autogestão.

expressão aglutinadora de milhares de experiências as mais diversas possíveis. E o nome socioeconomia solidária lembra Arruda, o PACS e a Rede Brasileira. É, então, o único nome ligado a um determinado autor ou grupo; é o único personalizado, apesar do veemente desmentido do próprio Arruda,

> Olha, Noëlle, eu acho importante te dizer isto: esse processo não é de ninguém, nós não temos autoria de nada. Também não é só dos espanhóis, também não é só dos franceses, também não é só dos latino-americanos, colombianos e argentinos. É de todo mundo ao mesmo tempo e o fato de esta idéia, qualquer que seja o nome, estar emergindo simultaneamente em diversas partes do mundo é a prova de que ela está sendo chamada pela realidade. Ela é uma imposição, uma demanda que se coloca para o mundo inteiro hoje; nós somos um grão de areia, uma gota no oceano dos que estamos buscando juntos um caminho alternativo. Não temos a menor pretensão de marca registrada.
> *Não, mas é para entender...*
> Claro, eu sei, mas eu quero te dizer isto para você não se enganar com qualquer pretensão que eu pudesse ter. Ah! Vocês criaram o termo. Não, a gente foi uma das sínteses. Foi assim: eu não me amarro ao termo de jeito nenhum. Lá no Fórum Social Mundial, eu trabalhava com o termo economia solidária, porque eu tenho uma certa posição crítica à economia popular solidária. Tenho sim, porque? Porque ela aprisiona o projeto de uma outra economia aos setores populares, e eu não acho que ela é só dos setores populares. Ela é um outro projeto de economia que pretende envolver o setor privado e o Estado, num processo gradual. Mas ela vai envolver todos os atores numa outra maneira de fazer economia ... Por isto que eu tenho recusado usar o termo popular, mas não que eu não possa trabalhar com os companheiros da EPS; de jeito nenhum. A gente colabora, vamos continuar discutindo. Quem sabe esteja eu errado e são eles que estão certos; vamos trabalhar juntos e, no caminho, a gente vai descobrir as respostas melhores. Cada um fazendo sua parte e compartilhando transparentemente na forma de diálogo e não de imposição mútua, um ao outro..., respeitando os caminhos de cada um para aprender junto das experiências que a gente vai levando. Então, talvez seja esta a resposta à tua pergunta. Socioeconomia solidária é um nome comprido, chato, complicado, mas por hora está sendo aquele que melhor representa este projeto que a gente está falando. (ARRUDA, 2002a).

Assim uma maneira de pensar as afinidades entre entidades é de prestar atenção nas categorias com as quais elas trabalham; assim ficou claro que a Cáritas, por exemplo, adotou o termo Economia Popular Solidária, caso igualmente dos governos municipais e estadual da Frente Popular do Rio Grande do Sul e de alguns intelectuais de universidades dos estados do Rio Grande do Sul (como o de Luiz Inácio Gaiger da Unisinos) e de Santa Catarina (como Armando Lisboa da UFSC) e dos professores e pesquisadores da FURB (Dalila Pedrini e os professores ligados à incubadora tecnológica de cooperativas populares), todos eles ligados de uma maneira ou outra à Igreja católica.

Pensando nos nomes usados por cada um, me parece que eles indicam mais uma identidade de grupo do que realmente o compartilhar de um sentido específico. Se Arruda concede que socioeconomia solidária é no fundo a mesma coisa que economia solidária, os nomes servem para delimitar esferas de influência e poder, mais do que compreensões específicas. Por outro lado, se os nomes definem mais ou menos a qual grupo do campo da

economia solidária as entidades e as pessoas que os usam pertencem, eles não dão garantia de expressarem noções unívocas. Pelo contrário, como comentei na introdução desta tese, eles devem ser entendidos mais como símbolos (no sentido usado por A. Cohen) do que como conceitos. Isto não impede que intelectuais tentem cunhar conceitos e tenham a seu respeito compreensões bem definidas mesmo se podem, às vezes, modificá-las ou torná-las mais precisas. Estamos numa situação de circulação entre a teoria e a prática, os conceitos e as noções, podendo um mesmo termo possuir *n* significações, mas dentro de certos limites que são seus atributos mínimos.

## 4.12. Há uma definição de Economia solidária?

Cada vez mais esforços são feitos para tentar definir melhor o que seria a Economia Solidária e também o que seriam empreendimentos de Economia Solidária. Já me referi ao livro *A outra economia* que é o primeiro dicionário sobre esta temática. Traduzido para o espanhol e para o francês com um acréscimo de novos verbetes ele é um evento importante.

**FOTO 1. Participantes da reunião de preparação do livro *A outra economia*. São Leopoldo (RS) UNISINOS, 26/04/2002.**



A partir da esquerda: Francisco Milanez, Lia Tiriba, Euclides A. Mance, Paulo P. de Albuquerque, Paulo de Jesus, Antonio D. Cattani, Ana Mercedes Sarria Icaza, Luiz Inácio Gaiger, Domingos A. Donida, Noëlle Lechat, Armando de Melo Lisboa (sentado), Marcos Arruda, Valmor Schiochet, Dárnis Corbellini.

Nele Luiz Inácio Gaiger define o que são empreendimentos econômicos solidários, Singer o que é economia solidária e Arruda o que é socioeconomia solidária. Examino estes textos no sexto capítulo consagrado à análise da produção dos três intelectuais aqui em estudo. Mas existem outros autores que fizeram este exercício.

França Filho e Laville (2004) definem, no livro *A economia solidária: uma abordagem internacional*, cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária. São eles: a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade multidimensional. Comparando estes critérios com os apontados por Gaiger e, em geral, pelos três autores estudados, percebe-se que as óticas são um pouco diferentes.

O primeiro critério é puramente descritivo e refere-se às fontes de recursos que podem ter origens diversas e combinadas num mesmo empreendimento. Trata-se da renda, oriunda do mercado como produto da venda ou da prestação de serviços, de subsídios oferecidos por poderes públicos ou entidades da sociedade civil e de dons que se originam das práticas solidárias, como o voluntariado ou a dádiva. O autor observa que existe uma tensão entre essas três fontes de recursos e, segundo ele, os empreendimentos cujos recursos provêm essencialmente das duas primeiras fontes "indicam uma tendência à descaracterização enquanto economia solidária". (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167). Uma exceção a esta primeira característica é representada pelos clubes de troca, já que eles se fundam numa relação essencialmente de reciprocidade, as outras fontes de recursos estando ausentes. Este critério é bastante discutível, já que existem exceções. Além do mais, muitas empresas do setor capitalista obtêm também recursos tanto do mercado quanto do setor público. Quanto a recursos oriundos das práticas de reciprocidade, se em princípio, eles não estão presentes, isto não impede que em pequenas empresas possa ocorrer uma ajuda ocasional de parentes e isto sem remuneração, na base da ajuda mútua.

A segunda característica diz respeito à autonomia institucional, ou seja, que o empreendimento seja independente de todo controle externo principalmente no que diz respeito à gestão o que não impede, aos olhos de França Filho e Laville, "sua interdependência em relação a outras organizações sob a forma de parcerias ou arranjos institucionais de cooperação que preservam sua autonomia". (Idem, p. 168). Mais uma vez, não vejo neste critério algo que o distinga das empresas capitalistas.

Quanto à característica da democratização dos processos decisórios, ela faz o consenso dos autores que tratam da economia solidária. Ela diz respeito às decisões tomadas coletivamente ou baseadas no princípio da participação democrática. O caráter seguinte é o da sociabilidade comunitário-pública. A expressão é inabitual e expressa uma mistura de "padrões comunitários de organizações e relações sociais com práticas profissionais" (idem). A economia solidária se caracteriza por relações sociais informais e práticas comunitárias que não podem, no entanto, fechar o grupo sobre si mesmo; Gaiger (1995c) já fazia esta advertência.

Como última característica, França Filho e Laville apontam a finalidade multidimensional, esta sim mencionada por todos os estudiosos da economia solidária. Ela indica que, ao lado dos objetivos econômicos, existem outros de ordem social, política, cultural e ou ecológica. Ou seja, o empreendimento está preocupado com questões de cidadania e de bem-estar da população como um todo. Aqui podemos ver realmente uma

diferenciação com as empresas capitalistas tradicionais e, até, com um certo cooperativismo corporativista cujas práticas são justamente criticadas pelo movimento da economia solidária.

Podemos concluir que não existe critérios e definições unânimes a respeito da economia solidária. As visões são plurais, bem como as realidades que este termo evoca.

# 5. TRAJETÓRIAS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

> *O que sempre foi considerado tecnicamente difícil, transformar* suas vidas *em nossos trabalhos, torna-se* moralmente, politicamente, *e até* epistemologicamente, *delicado. (GEERTZ, apud AZZAN JR. 1993, p. 111).*

Neste capítulo retraço a trajetória de três intelectuais, de várias gerações, e com formação acadêmica e inserção profissionais distintas. Quero compreender o que essas trajetórias nos dizem. Elas falam de diversas épocas e locais, que levavam a oportunidades e a leituras variadas da realidade e a diferentes opções de vida. A experiência do nazismo fez Singer buscar na utopia socialista uma maneira de impedir que esses fatos viessem a se reproduzir; para Arruda a trauma da tortura sob a ditadura militar levou-o à busca de uma sociedade civil mais forte numa visão teilhardiana[257].

Ambos são portadores de uma opção pedagógica de contribuir para a mudança das pessoas através do ensino, e do mundo mediante análises macro-econômicas e o engajamento partidário. Gaiger, por sua vez, parece perseguir a realização de um projeto pessoal inserido num projeto social-cristão progressista e mediante a pesquisa em ciências sociais.

A trajetória de Arruda lembra, não por acaso, o modo de ser transnacional[258] da Igreja Católica, indo de instituição em instituição, muitas vezes mais de uma ao mesmo tempo e, de preferência, em países ou até continentes distintos. Uma trajetória de destaque e de muitas articulações, geralmente como liderança ou como assessor de detentores do poder político. Singer tem uma trajetória acadêmica e política, exercendo liderança, mas sempre em São Paulo, onde conseguiu um lugar de destaque; o que não impede seu reconhecimento a nível nacional. A partir de sua entrada na universidade, a trajetória de Singer é bastante consistente e permanente. A de Arruda é extremamente dinâmica; esteve

[257] Relativa a Teilhard de Chardin, padre jesuíta francês nascido em Orcines (1881-1955). Insigne filósofo e paleontologista de mérito, autor de importantes obras de caráter científico e teológico.
[258] A este respeito, ver Montero, 1993, p. 172.

sempre atento para ocupar novos espaços, um pé no nacional outro no internacional. A trajetória de Gaiger parece prudente, mas segura, como as suas análises[259].

Singer entra no campo da economia solidária pela via de sua militância em partido político; num primeiro momento ele vê esta economia como solução para o desemprego, para a miséria, como uma medida compensatória. Depois, ao contato com outros estudiosos, vai mudar a sua maneira de pensar. Em busca da utopia socialista, pensa que ela é a resposta tão sonhada. Preocupa-se com a formação das jovens gerações; está rodeado por intelectuais que organizam seminários e encontros onde lhe será reservado lugar de destaque, ele comparece com muita simplicidade, nunca com pretensão de ser o melhor, mas porque seu nome vai dar peso ao evento. Fornece assessoria a sindicatos e às suas organizações, principalmente a CUT, mas também, desde a sua gestação, à ADS e à ANTEAG que se originaram no movimento sindical. Participa ativamente da criação e assessora o Partido dos Trabalhadores e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. Escreve, mensalmente, nos jornais, dá inúmeras entrevistas nos meios de comunicação.

Gaiger anda mais só, diretor da pesquisa na UNISINOS, é também chefe de uma equipe de investigação, mas sabe articular parcerias. No caso de assessoria, é convidado nos primeiros anos principalmente por ONGs ligadas à Igreja Católica, mas também por entidades públicas e sindicatos. Arruda, por sua vez, trabalha desde 2001 em estreita relação com Euclides Mance com quem anima a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES[260], da qual compartilha uma visão bastante transcendental e filosófica. Ele trabalha também no PACS com uma equipe composta por umas dezesseis pessoas e com Rosemary Gomes, atuante no Programa Nacional de Trabalho e Socioeconomia Solidária da FASE, e na RBSES. Realiza palestras de norte a sul do país e presta serviços de assessoria a gestores públicos, sindicatos, ONGs e entidades religiosas.

Finalmente, apesar das inúmeras diferenças, podemos notar muitas semelhanças na trajetória destes três autores. Assessoria a governos (Singer, Arruda), assessoria à CUT nacional, cursos de formação da CUT, incluída a Escola Sul (Singer, Arruda, Gaiger), cursos em universidades sobre Economia Solidária (Singer, Arruda, Gaiger), organização de livros coletivos (Singer, Gaiger). Mas só Gaiger está trabalhando diretamente com a pesquisa sistemática da realidade empírica. Finalmente, podemos ver a influência sobre eles dos autores latino-americanos José Luis Coraggio (Argentino), Luis Razeto (Chileno), Orlando Núñez (Nicaragüense) e Humberto Ortiz (Peruano)[261].

Na relação entre os três autores, é interessante notar que, apesar da notoriedade de Paul Singer, são Gaiger e Arruda que tentam influenciá-lo e modificar-lhe certas posturas

[259] Estas trajetórias seriam passíveis de uma interpretação psicanalítica, mas não tenho competência para isto e não é meu propósito. Minha busca de compreensão é outra.
[260] A rede foi lançada em junho de 2000. Ela é composta pelos empreendimentos e colaboradores do Encontro de Mendes.
[261] Ver Tabela dos autores citados no capítulo 6.

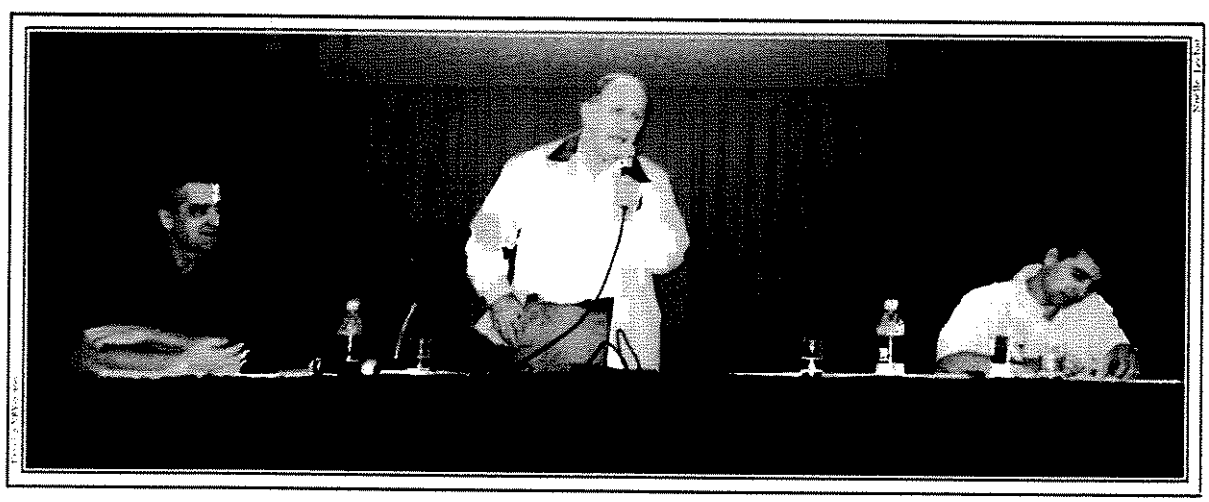
teóricas. A seguir, apresento a narração das narrativas destes três intelectuais e um pouco mais.

## 5.1. Singer: do Kibutz socialista à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Paul Singer defende uma economia solidária autogestionária. A idéia de autogestão, informa Nascimento, é muito antiga, faz parte das lutas dos operários no século XIX, a Comuna de Paris já tinha por meta a autogestão, e depois dela, houve muitas outras iniciativas neste sentido. No Brasil, "muitos intelectuais socialistas foram influenciados por *Vanguarda Socialista*, entre eles: (...), Paul Singer, (...) No mínimo, estes socialistas desenvolveram uma 'sensibilidade' às questões da autogestão" (NASCIMENTO, 2000, p. 15) que foi introduzida via trotskismo. Vamos ver, a seguir, como os princípios desta economia solidária e autogestionária aparecem muito cedo na trajetória político-ideológica de Paul Singer.

No caso específico de Paul Singer, tive a possibilidade de ouvir por duas vezes a sua estória[1] de vida e acrescentei, a estas narrativas, dados oriundos de outras fontes para retraçar a trajetória deste intelectual até o que estou chamando de campo da economia solidária. O objetivo final, o artifício utilizado e a metodologia de coleta das fontes devem ser explicitados.

**FOTO 2. Paul Singer no Seminário Economia Solidária: solução ou ilusão? Porto Alegre, 25/04/2002.**



Seminário Economia Solidária: *Solução ou ilusão?* organizado pela UFRGS, UNITRABALHO, Governo do Estado do RS. Porto Alegre, 25/04/2002.
A partir da esquerda: Antônio Cattani - UFRGS, Paul Singer - USP, Luiz Inácio Gaiger - UNISINOS.

[1] Bertaux, já em 1969, alertava para a diferença entre *récits de vie* (*life stories*) e *histoires de vie* (*life histories*). Essa discussão é também feita por Eckert (1996-97) e Kofes (1994; 2001b).

Em primeiro lugar, a estória de vida; qual é o sentido dado por Singer à sua narrativa? Para responder a esta questão, várias considerações anteriores devem ser feitas. Minha entrevista não tinha por objetivo obter uma história de vida, composta de uma trinta e poucas perguntas, ela permitia, no entanto que o entrevistado falasse livremente sobre o assunto proposto. O questionário foi construído em boa parte segundo um roteiro cronológico a partir de dados coletados anteriormente à entrevista, em boa parte tratava-se de eventos vivenciados pelos entrevistados o que levou às vezes ao ajuste ou até a perguntas específicas para cada um deles. Singer falou, quase que espontaneamente, sobre sua vida após a primeira pergunta da entrevista. A pergunta era: "*Gostaria, para iniciar esta entrevista, perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida acadêmica enquanto estudioso da economia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais e indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?*". Esta pergunta[263], levaria a esperar uma resposta de tipo autobiográfica, mas não era garantida. Foi o que aconteceu com Gaiger que deu uma resposta de estilo mais acadêmico[264].

Singer estava, se podemos nos expressar assim, na aurora de um novo período de seu ciclo de vida, prestes a fazer 70 anos[265]. Como ele mesmo informou, durante a entrevista, tinha sido avisado que no início de 2002 teria que assinar sua aposentadoria compulsória na USP; isto não iria significar a sua retirada da sala de aula ou da Incubadora, só que suas prestações iam se tornar inteiramente gratuitas. Singer se situa com certeza numa fase da vida na qual o sujeito reflete sobre seu passado, faz um balanço, tentando dar um sentido e explicações pelos rumos que ela tomou. O eixo das duas narrativas, que tive a oportunidade de escutar e recolher, foi fornecido pelo seu projeto atual, a construção de uma economia solidária. Ao ser entrevistado no quadro desta pesquisa (2001b) e no caso do seu segundo relato, no âmbito da disciplina de economia solidária III (2001c), o eixo da narrativa já estava sendo dado. E, pelo dizer do próprio Singer, ele mesmo já tinha se perguntado o que na sua vida o tinha levado a engajar-se numa proposta de economia solidária [266].

---

[263] A formulação do início da pergunta é inspirada diretamente de uma entrevista realizada com Alberto Melucci por Leonardo Avritzer e Timo Lyyra (Novos Estudos, n. 40, nov. 1994).

[264] *Resposta de Gaiger:Bom, o tema economia solidária, que é hoje bem conhecido e, digamos, até é objeto de uma concorrência aí, de uma afluência, ele é muito mais recente do que, diria assim, as pesquisas e a reflexão que a gente começou a fazer aqui na UNISINOS, que começaram em 93, 94; e isto em função de uma demanda de uma instituição que faz trabalhos importantes com projetos comunitárias que é a Cáritas aqui no estado e que queria fazer um trabalho de levantamento dos seus projetos, saber o que havia transcorrido com esses projetos comunitários que já beiravam em torno de 500 na época e dos quais muitas vezes não se tinha notícias; então, o objetivo do Cáritas era muito concreto e até, de certa forma, modesto. Mas foi a pesquisa que levou a uma linha de trabalho...*

[265] Dia 23 de março de 2002.

[266] Início da resposta do Singer à primeira pergunta: Nunca ninguém me fez esta pergunta; eu já me fiz, mas ela é de caráter um pouco psicanalítico, no sentido que você vai procurar dentro de você mesmo certas origens de certas idéias.

A estas duas narrativas paralelas, acrescentei algumas informações coletadas em teses de doutorado, em artigos e em depoimentos a respeito do campo da economia solidária.

O relato de vida de Paul Singer é o relato de experiências históricas, de parte de sua vida pública; com exceção de uma referência à sua família na sua infância e juventude, não falou de eventos da vida privada como do seu casamento ou dos seus filhos, mas nos apresenta uma trajetória que passa por várias experiências socialmente marcantes e algumas dramáticas, nas quais a solidariedade de grupo é sempre ressaltada como a solução para reorganizar a vida, como ponto de partida para uma nova experiência. Através de sua narrativa é um pouco da história da intelectualidade paulistana que vamos conhecer. Suas tomadas de posições são evidenciadas como as de um agente histórico e sua autonomia nas decisões é sublinhada, mas sempre explicada. Os atos são apresentados como resultados de uma reflexão e estão sujeitos a uma avaliação no presente.

No caso em estudo não podemos esquecer que um dos relatos foi feito em sala de aula, é o professor que fala e através da fala ensina. A diferença geracional também é importante nesta interação, pois o narrador foi ator de eventos históricos que nenhum aluno vivenciou, nem mesmo presenciou, tampouco a entrevistadora, como no caso do regime nazista ou do Movimento sionista Dror ou, ainda, o partido socialista anterior a 64, ou uma das maiores greves da história do Brasil ocorrida em São Paulo em 1953[267].

Estamos frente a uma narrativa política, de um militante e isto é importante para situar a narrativa. Bem diferentes foram as narrativas dos entrevistados por Gilberto Velho. No seu livro *Subjetividade e sociedade uma experiência de geração*, o autor intitulou um de seus capítulos de *subjetividade e política*. Nele reflete sobre como se elabora a subjetividade em função da própria percepção política. Apesar de que o grupo entrevistado por Velho, pode ter algumas semelhanças com Singer e muito mais com Arruda, pois são intelectuais das camadas médias superiores da Zona Sul do Rio, professores universitários, economistas etc. que nasceram entre os anos 40 e 55, há uma diferença fundamental situada no fato dos entrevistados de Velho não acreditarem mais na possibilidade de implementar um regime democrático no Brasil e têm uma visão muito negativa da atividade política. Os depoimentos foram realizados em 1985, época na qual tanto Singer como Arruda eram militantes do PT. Os informantes de Velho valorizam a esfera privada em detrimento da esfera pública. A análise, feita por Velho considera, então, os limites de ser sujeito no mundo. Segundo ele, "O desencontro diante do domínio do público está, obviamente relacionado com a sensação de impotência, expressão de experiências frustrantes na trajetória do universo em pauta". (VELHO, 1986, p. 86). Mas a comparação de interpretações divergentes para os mesmos fatos históricos é elucidativa. Podemos assim dizer que, ao contrário da avaliação feita por Velho das falas dos seus entrevistados, no

[267] Como escreve CARVALHO (1996/97: 136), durante um relato há mais do que informações, há comunicação que, para este autor, significa "uma relação interativa entre sujeitos capaz de provocar modificações no pensar, na produção de conhecimento, na prática dos sujeitos, e não a simples verbalização de conhecimentos, pensamentos, idéias, etc.".

meu caso, a política aparece não como antagônica aos projetos de realização e felicidade individuais, mas como componente fundamental desses projetos. Velho retira dos depoimentos a certeza de que "a identidade dos indivíduos passa, quase sempre, por uma forte vinculação a um grupo de pares que, de diversas formas, reforça certas crenças e valores". (VELHO, 1986, p. 88). A experiência que tive de participar das aulas do Singer reafirmou isto. Singer cita no seu depoimento várias vezes nominalmente seus companheiros de estudos, de trabalho, de partido, de governo, todas são pessoas notáveis.

### 5.1.1. O jornal *Vanguarda Socialista* e o Movimento Sionista Dror

Singer inicia seu relato com a perseguição dos judeus pelo nazismo, o falecimento do seu pai é mencionado, mas ele não fez nenhum comentário a este respeito[268]. Vai ser graças à luta de sua família, da sua mãe e da ajuda dos tios brasileiros que ele, e parte de sua família, vão poder sair da Áustria e vir para o Brasil em 1940. É nesse complexo de tramas que, na adolescência, devido à sua simpatia pelo Partido Socialista Brasileiro e pela sua participação no Movimento Sionista Dror, de tendência socialista, tem inicio a trajetória que vai um dia fazê-lo aportar ao campo da economia solidária.

Como ele mesmo contou nos dois depoimentos a seguir, Paul Singer entra em contato com a imprensa socialista e com colegas comunistas, desde os 15 anos. Logo depois entra para o Movimento sionista Dror.

> Em 1945, eu tinha 13 anos, foi a abertura do Getúlio. Acabou de repente a censura à imprensa, e o partido comunista reatou.(...) Meus colegas já eram comunistas, a família era do PC. Aí começamos, foi um processo de politização que veio através da escola e que desembocou... Eu comecei a freqüentar a sede do partido [socialista] para ler o jornal aos 15 anos de idade. Fui logo em seguida para o Dror.
>
> .....
>
> Minha militância vem desde os dezesseis anos. Nunca parei porque isto é meu projeto de vida. Eu voltei à economia solidária em 96, aos 64 anos de idade. Fui marxista sem adjetivo durante todo este longo período, desde que eu fui lá para o Dror até os anos 90. Claro, com críticas e revisões das coisas do Marx. Crítica ao socialismo real no livro *O que é socialismo hoje* para dar uma certa alternativa, isto deu uma certa repercussão. E depois no PT, escrevi vários documentos, o que é o socialismo para nós, o socialismo democrático, [coisas] desta natureza. (SINGER 2001c).

Da conjunção destas duas influências, os partidos de esquerda e o Movimento Sionista, temos as raízes de um ideal para uma economia solidária autogestionária. O ideal de autogestão, como já comentei "esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário" (NASCIMENTO 2000), e foi divulgada pelo jornal *Vanguarda Socialista* no

[268] A estória de Singer não é uma história íntima. De vez em quando, somos informados sobre a postura da sua família, mas as evocações são mínimas, não é este relato que ele escolheu fazer. Algumas informações mais pessoais foram dadas também por solicitação dos alunos.

qual escreviam Antônio Cândido, Paulo Emílio, Paul Singer e Sérgio Buarque de Holanda. Uma primeira rede de relações sociais se desenha, a do Partido Socialista brasileiro das décadas de 40 e 50. Uma outra rede, na qual encontramos o Paul Singer muito cedo, é o movimento juvenil sionista chamado Dror[269].

> Eu pertenci como jovem, dos 16 aos 20 anos de idade, ao movimento sionista socialista de judeus aqui no Brasil que pretendiam criar um kibutz em Israel. Eu pertencia, aqui no Brasil, a um movimento que tinha um kibutz experimental aqui em São Paulo, Hachshará, era um período que as pessoas passavam um ano tentando viver uma vida comunitária e comunista e depois acabavam indo para Israel.
>
> - *Em que ano?*
>
> Isso foi entre 48 e 52. Eu não fui para Israel, mas meus companheiros foram e criaram um kibutz que existe até hoje em Israel, Bror Chail. É o nome deste kibutz, ele existe agora. Cheguei a visitá-lo agora, recentemente. Eu saí do movimento em 52, mas acho que alguma coisa ficou no sentido de valorizar enfim... vida comunitária e democracia no trabalho, essas coisas. Porque o Kibutz é um modelo, eu diria até, muito avançado - hoje menos -, mas no passado certamente foi, de economia solidária. Depois disto, me envolvi em outras coisas. Mas sempre ficou um interesse muito grande na questão da democracia no trabalho, a democracia, digamos, na empresa, nas atividades econômicas. (SINGER, 2001b).

Segundo Pinsky[270], para os jovens judeus havia outras alternativas ao Dror, "mas, naquele momento, por causa do impacto do Holocausto e da recente criação do Estado judaico, as opções sionistas drenaram um importante contingente de jovens judeus para suas fileiras". (PINSKY, 1999, p. 32). Ela observa também que, com o tempo, muitos destes jovens passaram a militar em grupos não judaicos de esquerda. A "pedagogia" do Movimento consistia em dar autonomia para os jovens fazerem sua própria organização e formação. A este respeito Singer lembra: "Entramos em conjunto na descoberta de um mundo político e, por extensão, social e econômico e de forma totalmente autônoma. Não havia adultos para nos ensinar e enquadrar. (...) Era a primeira vez na minha vida que eu tomava parte numa organização política partidária, com princípios, programas, disciplina e tudo mais. Eu estava maravilhado". (Citado por PINSKY, 1999, p. 32).

Se o Movimento Dror tinha uma linha socialista e sionista, em contrapartida ele se colocava contra os comunistas. Pinsky informa a este respeito: "Para o Movimento, as posições da União Soviética e dos partidos comunistas contrários a Israel e o sionismo não deixavam dúvidas quanto à impossibilidade de qualquer aliança ou simpatia por eles". (PINSKY, 1999, p. 26). Segundo Singer: "Enquanto movimento político, a gente dava apoio ao partido socialista no Brasil. Mas nossa atividade básica era educação. Queríamos educar-nos para uma vida coletiva". (SINGER, 2001c).

---

[269] "A palavra dror, em hebraico, pode significar liberdade, libertação ou andorinha, o 'pássaro da liberdade', pois não sobrevive aprisionado. Dror foi também o nome escolhido para um movimento juvenil pioneiro de idéias sionistas socialistas estabelecido na Polônia no final dos anos 20 e na década de 1930" (Pinsky, 1999, p. 27).

[270] Carla S. B. Bassanezi Pinsky, *Pássaros da Liberdade*.

Paul Singer participou do Kibutz Hachshará Ein Dorot[271] (Fonte das Gerações); lá os jovens passavam um ano participando das atividades produtivas, aprendendo a viver coletivamente (sem a circulação de dinheiro, sem propriedade privada), falando hebraico e estudando o sionismo e a cultura judaica com a finalidade de preparar-se para a vida coletiva do kibutz em Israel. Hoje, Singer analisa essa fase de sua vida como sua iniciação a uma vivência socialista e solidária. "Isto foi o início da economia solidária. Não tinha este nome, mas a idéia era fazer um socialismo. Um socialismo na prática através do que chamaríamos hoje de uma cooperativa integral". (SINGER, 2001c).

Para completar sua escolaridade, ele estudou eletrotécnica. A escolha foi em parte imposta por seus familiares que temiam a formação universitária, tida como subversiva e sem muito futuro, e por influência do Movimento Dror que preferia que os jovens estudassem profissões manuais ou do tipo técnico para, supostamente, ter mais aplicação no kibutz.

No entanto, Singer não foi para Israel, decidiu ficar no Brasil e convidou os outros jovens a entrarem com ele para o Partido Socialista.

> E eu cheguei à conclusão que era melhor ficar no Brasil e lutar aqui pelo socialismo do que reunir um pequeno número de judeus em Israel. O que pesou na minha mudança de opinião é que ficou claro de que um grande número, - sei lá – oitenta porcento de judeus ficariam onde estão nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, não iriam para Israel. Então o sentido de subtrair os judeus da ameaça de haver um novo holocausto não fazia sentido indo para Israel. Tinha que lutar contra o anti-semitismo, o fascismo, o que fosse, onde você está vivendo. E eu apresentei isso ao movimento. Foi um momento fantástico. Estava tudo preparado para ir para lá. Sou secretário geral, reuni o grupo inteiro. Disse, "olha lá eu mudei de opinião. Vou ficar no Brasil, eu convido vocês, quem quiser, a entrar no partido socialista onde for, e começar uma luta pelo socialismo no Brasil". (SINGER 2001c).

### 5.1.2. O trabalho na fábrica e a organização sindical

Como Singer estudava eletrotécnica, ele começou a trabalhar na indústria metalúrgica e entrou para o sindicato dos metalúrgicos, em 1952. Ele tinha, então 20 anos, e em 1953 surgiu uma das maiores greves da história do Brasil, a greve dos 600.000[272] numa cidade como São Paulo que tinha 2 milhões de habitantes. Era uma greve de cinco categorias: metalúrgicos, tecelões, gráficos, marceneiros e vidreiros. Singer, apesar de sua idade, foi um dos líderes. Ele ficou no sindicato até os 24 anos, quando decidiu entrar na universidade e cursar economia.

> A cidade quase parou, as maiores indústrias pararam. Uma greve longa, cerca de dez semanas. Eu fui um dos líderes desta greve aos 20 anos de idade. Para mim, foi uma grande experiência. Sair do movimento juvenil meio alienado para ir para

[271] O kibutz estava situado a 16 km da cidade de Jundiaí.
[272] Ou 450.000, dependendo dos relatos.

> o Oriente Médio, para a luta operária. Mas eram as circunstâncias, era a história concreta. Eu continuei militando um tempo no sindicato, até que eu me convenci que eu queria ser economista porque estudar era importante, tinha vocação para professor. Estudava por conta própria nos fins de semana. Mas com toda a militância e trabalho oito horas, o tempo era totalmente insuficiente. (SINGER 2001c).

A militância do Singer num sindicato operário lhe deu, com certeza, além de uma experiência de vida única, o respeito e a consideração dos sindicalistas combativos do período pós-ditadura. Sabe-se que, a CUT, por exemplo, não abre facilmente suas portas a qualquer intelectual, mas Singer vai trabalhar como assessor desta central e introduzir nela a proposta da co-gestão e do cooperativismo.

### 5.1.3. O Partido Socialista

Em 1954, assim que conseguiu a naturalização, Paul Singer se filiou ao Partido Socialista que ele freqüentava há uns sete anos já. Ele ficou no partido até seu fechamento pelo regime militar em 1965.

Por ocasião da comemoração dos oitenta anos de Antonio Candido, Paul Singer fez um pronunciamento retraçando brevemente a história política do Partido Socialista do Brasil. Nesta narrativa podemos captar os valores e princípios caros ao Singer. Pensamos também que a rememoração desta história no momento político atual vem carregada de significados. Para Singer, a corrente política de esquerda criada por Antonio Candido, Febus e Paulo Emílio, em 1945, "proclamava-se como democrática e, portanto, oposta ao 'comunismo' do PCB e ao getulismo". (SINGER, 1999, p. 171). Nesta época, o movimento operário era muito influenciado pelo getulismo e suas lideranças eram geralmente simpatizantes ou filiadas ao PCB. O Partido Socialista Brasileiro era um partido pequeno com um eleitorado restrito recrutado principalmente entre estudantes e intelectuais. Mas, segundo Singer, ao longo da década de 50, os movimentos operários e camponeses passaram por uma fase de amadurecimento e lideranças importantes abandonaram os partidos populistas filiando-se ao partido socialista, o único partido de esquerda legalizado com atuação pública e com divulgação de seus posicionamentos. Em 1956, o desmascaramento dos crimes cometidos por Stalin "favoreceu partidos como o PSB, que jamais transigiu com práticas autoritárias no seio da esquerda". (SINGER, 1999, p. 174). Essa frase é um indicativo de qualidades altamente valorizadas por Singer, o antiautoritarismo e o respeito pela individualidade. Uma outra qualidade destacada por ele foi a da retidão do grupo fundador do partido socialista que era contrário a qualquer tipo de oportunismo.

Singer cita como seus mestres, em termos de educação política: Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo, Antônio Costa Corrêa. A seu respeito escreve: "As gerações que se envolveram nas lutas democráticas e sociais, a partir

dos anos 50, educaram-se politicamente por meio dos seus textos e se inspiraram em seus exemplos". (SINGER, 1999, p. 175).

Mas o PSB foi fechado em 1965, pelo regime militar. Naquela época, Singer, já professor na USP, era o secretário geral do Partido em São Paulo. Segundo suas próprias palavras, depois de fechado o partido, ficou sem atividade política. Só filiou-se novamente num partido em 1980 por ocasião da fundação do PT.

### 5.1.4. A formação universitária, o grupo do "Capital", a docência, a aposentadoria

Em 1956, Singer começa seus estudos de economia na USP. Ele milita um tempo no movimento estudantil, candidata-se ao grêmio da FEE, mas não é eleito. Ele se forma em 1959 e logo em seguida foi convidado a ser professor. Como ele mesmo explicou:

> Na época, não havia canal, você ficava por convite, era o único jeito de você ser professor universitário. (...) Não era por concurso, era por escolha. Nós tínhamos um professor que tinha posições de esquerda, o professor Mário Wagner, ele escolheu a Lenina Pomeranz e a mim, da mesma turma, para que fôssemos assistentes dele. Me tornei professor universitário em 1960. (SINGER, 2001c).

Em 1966, doutorou-se em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Em 1968, recebe o título de Livre Docente em Demografia pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP. Mas antes disto, ainda quando estava estudando, Singer integrou o grupo do "Capital". Este grupo de estudo foi uma iniciativa do Professor Artur Gianotti. Segundo Singer:

> Gianotti tinha voltado da França, estava entusiasmadíssimo com a idéia de fazer um grupo interdisciplinar para estudar "*O Capital*". Aí ele convidou o Fernando Henrique, a Ruth, Otávio Ianni, Fernando Novaes, que tinha sido meu professor de história e faltava um economista. Eu era estudante de economia, mas me convidaram e esse grupo durou 7 anos, de 1958 a 65. Depois que eu me formei, que eu virei professor, nós continuávamos a estudar "*O Capital*", Rosa Luxemburgo, vários autores. Eu traduzi *"O Capital"* para a editora Abril, junto com duas pessoas. Até que, com o golpe militar de 64, Fernando Henrique foi obrigado a se exilar, tinha uma ordem de prisão contra ele, ele não quis se deixar prender. Ele foi para o Chile, depois a Ruth também foi. O grupo continuou ainda se reunindo por algum tempo. Depois acabou. (SINGER 2001c).

O grupo do *"O Capital"* representa no Brasil um evento importante, o estudo e a tradução da mais famosa obra de Karl Marx. Trata-se certamente aqui, de um aprofundamento teórico e de uma maior divulgação das obras de Marx e de outros autores como Rosa Luxemburgo.

Graças ao livro *Cursos de introdução à economia política*, publicado em 1975 por Paul Singer, temos acesso às aulas que este proferiu em 1968[273], no Teatro de Arena, a convite de entidades estudantis da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. As aulas eram dadas aos sábados de manhã; o país estava sob o jugo da ditadura o que não impedia que professores e alunos se arriscassem para estudar. Singer não perdeu este costume de dar aula aos sábados para estudantes e trabalhadores. Na década de 90, retomou este hábito para estudar e ensinar com estes a economia solidária. A originalidade de Singer nestas aulas de economia política consistia numa exposição comparativa e crítica das correntes tanto marginalistas-keynesianas quanto marxistas. Mais uma postura que vamos reencontrar no seu atual posicionamento, em relação à economia solidária. Por enquanto, gostaria de deixar a palavra ao professor, para ele nos fazer reviver um pouco aqueles anos.

> Em 1968, houve um momento assim fantástico. Um levante estudantil e magisterial; as universidades brasileiras se levantaram de norte a sul. Fizemos uma greve a partir da morte de um estudante no Rio de Janeiro. Isto foi um estopim, na verdade estávamos tentando nos contrapor ao regime militar e, ao mesmo tempo, democratizar a universidade. O que, aliás, é uma luta que falta ainda para ser feita. Sobretudo nesta aqui. Parou a universidade inteira por meses. Os alunos e professores se reuniam para discutir aonde vai a universidade. O que é a universidade e o que queremos, tudo, os objetivos, os métodos de ensino, a relação aluno-professor, a relação de poder na universidade, o modelo de universidade etc. Foi ali que aprendi e desenvolvi com outros colegas de fazer um ensino permanente, para a vida inteira. Em vez de pensar que a universidade devia ser de 5 anos, na vida das pessoas, você devia criar um sistema escolar que estivesse se realimentando com a experiência dos seus alunos. Voltando periodicamente.
> Em 1969, então com o Ato Institucional nº 5, o grupo de pessoas com o qual eu estava muito ligado, foi aposentado. (SINGER 2001c).

### 5.1.5. O CEBRAP.

A noção de intelectual, delineada no início desta tese, deve ser aqui lembrada. O intelectual comprometido com valores universais, mas com certa autonomia de pensamento e ação em relação aos partidos e agremiações políticas. Singer faz parte de um conjunto de

[273] O Movimento Estudantil de maio de 1968, mundialmente conhecido, não aconteceu somente na França, mas também em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, na Alemanha, na Bélgica, e também no Brasil. É certo que aqui, devido à ditadura militar, este movimento tomou uma feição muito específica.

intelectuais que, apesar de perseguido pelo regime militar, não se exilou e nem tampouco entrou na clandestinidade. A respeito desta escolha ele mesmo se explica.

> Mas, depois de fechado o partido, fiquei sem atividade política. Tive convite, mas eu não quis ir para a luta armada. Basicamente porque eu achava que não havia nenhum apoio popular. Foi um momento complicado na vida. Uma decisão a tomar. Todo o meu grupo, meus amigos do grupo do "O Capital", meus companheiros de partido, ninguém foi para a luta armada. Nós não combinamos isto. Não era uma coisa que... Tínhamos todo um projeto de democracia, de disputar eleições etc., que estava fechado naquele momento, mas poderia se reabrir a qualquer momento e a idéia de luta armada nos parecia uma coisa de pequenos grupos muito afastados do conjunto da população. Depois era pouco democrata. Acho que foi o que mais nos motivou. Houve pessoas que estavam na luta armada, que eu conheço. Digamos que do meu círculo de gente, foram muito poucos. Estou pensando agora que talvez eu esteja velho demais para isto. Eu tinha trinta e dois, trinta e três, a luta armada pegou mesmo em 73 depois que estouraram aquele congresso da UNE em Ibiúna. É a partir daí que a luta armada realmente começou e já era nessa altura professor de trinta e tantos anos. Talvez se eu tivesse feito parte..., mas enfim, eu não fui para a luta armada e fui aposentado em 69. (SINGER 2001c).

Então, com o golpe militar, vem a repressão e Singer faz parte do grupo de professores que vai ser aposentado pelo Ato Institucional número 5. Ele e alguns outros professores decidem ficar no Brasil e fundaram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. Singer vai trabalhar neste Centro de 1969 a 1988 como economista. Somente, a partir de 1978, ele recomeça a trabalhar como professor, mas num primeiro tempo na PUC de São Paulo.

A experiência do CEBRAP vai ser para Singer muito mais do que podemos imaginar lendo as ricas publicações desta revista.

> E aí criamos o CEBRAP, foi algo importante na minha vida. É o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que existe até hoje. Nós tínhamos decidido, "nós", significa o Fernando Henrique, o Gianotti, o Cândido Procópio e eu, depois o Otávio Ianni; tínhamos decidido não ir para o exterior, nós as pessoas aposentadas. Os militares escolheram os que eles consideravam os líderes. Eles não tentaram destruir a esquerda na universidade, senão teriam que ter aposentado muito mais gente. Eles escolheram a dedo as figuras mais prestigiosas. Para a gente foi um gradão. Muita gente ficou muito triste porque não tinha sido aposentada. Era o Artiga, era o Florestan Fernandes, eram realmente figuras queridas na universidade, estou falando aqui de São Paulo. Mas no Rio, em vários lugares do Brasil, um grande número de pessoas estava disposto a se demitir contra nossa aposentadoria. Pedimos, pelo amor de Deus, que não se demitissem. Que ia ficar muito pior a universidade. Era um espaço de resistência. Quem pudesse devia ficar, conseguimos isto. Foi uma grande vitória. Que não somente não se demitissem, mas não se fizessem demitir. Que passassem um manifesto um pouco mais ríspido e estariam na rua. Era muito difícil;... quem se lembra do ambiente do Médicis. (SINGER 2001c).

É pouco conhecida, com certeza, a forma como foi montado, organizado e vivenciado o CEBRAP. Segundo as declarações de Singer, tratar-se-ia de uma cooperativa

ou, a meu ver, de uma associação cujos sócios contribuíam para uma caixa coletiva na medida dos seus ganhos e cujas retiradas individuais seriam conforme as necessidades, independentemente do montante de sua própria contribuição. Nos anos sessenta, influenciadas por visões comunistas e/ou comunitaristas, tais coletividades existiram em vários lugares. Mais importante do que este aspecto comunitário, fruto das circunstâncias, porém, vai ser o trabalho de equipe, uma equipe interdisciplinar bastante ampla, contando até 50 membros. Em plena ditadura, esta equipe realizava estudos da realidade e os divulgava. Dada a importância das revelações, vou me permitir transcrever um longo trecho do relato feito por Paul Singer a este respeito:

> Nós criamos o CEBRAP com a ajuda da Fundação Ford. E então tivemos a grande experiência interdisciplinar. Tinha tido uma com o estudo de "*O Capital*", mas ali era a cada quinze dias, no sábado à tarde. Agora não, trabalhávamos juntos. Isto foi a coisa mais próxima à cooperativa que eu tive na minha vida. Não chamávamos de cooperativas. Éramos refugiados internos. Exilados internos no país que tinham um recurso da Ford e o resto nós tínhamos que ganhar. Quando fui convidado pelo Verso, cooperativa de psicólogos, fundada em 2001, eu me lembrei da experiência do CEBRAP. Os problemas que vocês têm, nós também tínhamos. Éramos profissionais liberais e podíamos ganhar dinheiro trabalhando. Eu podia ganhar muito mais dinheiro do que o Gianotti, por razões óbvias, que não é preciso explicar. Não que eu fosse mais brilhante do que ele, antes pelo contrário. Mas porque não tinha mercado. Depois, mais tarde abriu. Começou a se fazer a coleção de "Os Pensadores". Daí o Gianotti e todo mundo puderam trabalhar e ajudar e nós criamos esta solidariedade que Egeu (membro do Verso) falou. Criamos uma caixa comum e todo mundo ganhava a mesma coisa, quer ganhando ou não. Porque não dependia das pessoas, dependia da sua especialidade, os economistas e os demógrafos e um pouco os sociólogos tínhamos trabalho no planejamento. Um monte de coisas. Nós tínhamos a vantagem que nossos alunos estavam trabalhando e precisavam contratar. Éramos contratados pelos ex-alunos. Apesar de todas as dificuldades políticas, era proibido contratar "caçados". Havia entidades como a do Sérgio Motta, a Hidro Brasileira, que serviam de canal. Contratava a Hidro Brasileira e ia trabalhar para a Hidro Brasileira levando dinheiro para o CEBRAP. Como uma grande aventura, como vocês quiserem, enfim. Começamos a publicar sem nenhuma garantia, na época do Médicis, em 1972, nós publicávamos nossos escritos internos, mais tarde nos publicamos a revista, em editoras como a Brasiliense, a Vozes. Acho que nós exercemos mais influência do que teríamos exercido se tivéssemos ficado na universidade. Porque cada um teria ficado na sua cadeira. Claro, éramos professores com algum grau de influência, não estou negando isto. Agora juntos, fazendo seminários o tempo todo, Elza Berquó ensinando estatística, eu ensinando economia keynesiana. Fernando Henrique ensinando Weber, era uma coisa pela qual... era muita coisa interessante a trocar entre nós. Foi um momento extremamente interessante. Tinha gente mais jovem, éramos mais ou menos cinqüenta pessoas. Era realmente um centro profissional, não era um centro político. (SINGER 2001c).

Para falar um pouco desta época e acompanhar a trajetória do Singer durante estes anos, escolhi apresentar, a seguir, uma seleção de suas pesquisas e publicações. Só guardei, os temas que me pareciam mais afinados com a problemática da economia solidária. A primeira pesquisa realizada no CEBRAP diz respeito à *Força de trabalho e emprego no*

*Brasil 1920 - 1969,* publicada em 1971. A este trabalho se sucede outro, intimamente ligado ao primeiro, e realizado em colaboração com Felícia R. Madeira, intitulado *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920 – 1970,* publicado em 1973 pela Editora Brasiliense[274]. A questão em estudo é fundamentalmente a evolução do "trabalho e do emprego" a partir do processo de industrialização e correspondentes formação de uma burguesia e classe operária brasileira, a partir de 1920. Tratava-se de saber, o que representa proporcionalmente a classe trabalhadora no Brasil e sua variação entre os diferentes setores de atividades econômicas, bem como as transformações sofridas e suas conseqüências, em particular para a mão-de-obra feminina, tanto no campo como na cidade, na produção e nos serviços. Nas conclusões do estudo sobre a estrutura do emprego e trabalho feminino, podemos ver uma preocupação com um desemprego crescente, mas ainda oculto entre as mulheres que vivem nas cidades. Singer e Madeira escreveram: "As transformações trazidas pelo desenvolvimento, portanto, tiveram conseqüências contraditórias para o estatuto econômico e social da mulher". (1973, p. 41). A preocupação do Singer com as mulheres do meio popular, com a sua dupla jornada, com os obstáculos ante a conquista de sua cidadania, está nas entrelinhas desta pesquisa.

Singer publicou em 1975 a pesquisa *Urbanização e emprego no Brasil*, ainda ligada ao emprego. No mesmo ano participou da redação de um livro chamado *São Paulo, crescimento e pobreza, 1975*. Desta vez, o livro foi escrito, a pedido do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Segundo Singer, "O livro saiu em 76 e foi um livro importante, muito lido". (2001b). Neste depoimento podemos perceber a rede de relações que vão se estabelecer entre Paul Singer e a Igreja Católica progressista. Aliás, em 1978, com as primeiras manifestações da abertura política no Brasil, Singer começa a dar aula na PUC de São Paulo e, em 1980, o Cardeal solicitou novamente a escrita de um livro semelhante. O pedido foi feito ao Vinícius Caldeira Brandt: "agora mais dirigido, não ao que estava acontecendo na cidade, mas à ação da população, uma reação à crise social que já estava havendo etc.". (2001b). Singer aceitou coorientar, o livro. Fernando Henrique Cardoso, escreveu também um capítulo, enfim é uma coletânea, exatamente como o anterior, também era. Perguntei ao Singer, porque ele tinha escrito a parte sobre Movimentos Sociais – um dos primeiros textos escritos no Brasil sobre os Novos Movimentos Sociais. Para Singer, foram as circunstâncias, pois este tema não lhe era familiar, suas preocupações como economista não o predestinava a isto. Curiosamente foi o Singer que realizou a entrevista com Lula, (era a primeira vez que conversavam pessoalmente) para o artigo sobre os sindicatos, mas foi Vinícius Brandt que redigiu o artigo.

> Eu estava trabalhando na época, não me lembro direito, mas eu estava trabalhando basicamente a questão do desemprego. Eu tinha escrito já um livro chamado *A economia política do trabalho* e, eu acho que, estava bastante envolvido nisto e também no tema da globalização. Eu tenho um livro inédito,

[274] Lembro-me muito bem desta última pesquisa cujos dados eu usava em sala de aula, desde os primeiro anos de minha docência no Brasil em 1980. Para tal usava uma fotocópia do caderno 13 do CEBRAP, de 1975 que ainda possuo e consulto.

> nunca publiquei sobre os processos de crise internacionais e da transformação neoliberal. Na época estava trabalhando mais sobre isto.
> Depois da Anistia eu voltei para a USP. Ia voltar para a Higiene, mas como a Economia também me convidou, eu sou economista, eu escolhi voltar para cá. Continuava no CEBRAP, fazendo as duas coisas; era perfeitamente possível. (SINGER, 2001b).

### 5.1.6. O Partido dos Trabalhadores, a Prefeitura de São Paulo.

Singer fez parte da primeira direção nacional do PT, e isto durante mais de quatro anos. Ele participou da redação do primeiro programa do PT quando Lula foi candidato a governador e durante quatro anos foi secretário municipal de planejamento na gestão da Luiza Erundina. (1989-1992). A participação no Partido dos Trabalhadores e a participação no governo de uma prefeitura como a de São Paulo deram a Singer a possibilidade de colocar seus ideais em prática, bem como de divulgar um certo modo de ser e de pensar que vão lhe trazer muita simpatia e respeito no seio da esquerda brasileira.

> Estamos em 1980 e se dá alguma coisa fundamental na minha vida que é a fundação do PT. (...). E a partir daí uma grande parte da minha vida foi o PT. Ajudei a formar o PT, boa parte do CEBRAP, principalmente o Vinícius, o Chico de Oliveira, o Gianotti estavam presentes na fundação do PT. Eu fiz parte da primeira direção nacional do PT por vários anos, quatro anos, cinco. Fiz o primeiro programa do PT quando Lula foi candidato a governador. (SINGER 2001c).

Singer faz parte de um grupo de intelectuais socialistas que se destacam pela sua probidade e humildade. Assim no texto de Luiz Dulci *Os intelectuais e a criação do PT*, escrito por ocasião da homenagem ao Antonio Candido pelos seus 80 anos, encontram-se não somente dados a respeito do Singer, mas uma fina análise da atuação de um certo tipo de intelectuais no seio do PT, entre os quais Paul Singer. Esses textos permitem vislumbrar que as características do Singer, jeito de ser e agir, foram compartilhadas por um certo grupo de intelectuais de esquerda.

> Os intelectuais que participaram da fundação do PT, ou que nele ingressaram em seus primórdios, já eram quase todos abertamente refratários ao dogmatismo da esquerda tradicional. (...) Assumidamente esquerdistas, radicais, eram ao mesmo tempo - e o eram, em alguns casos, havia décadas - críticos severos da degeneração teórica e prática dos partidos autoproclamados revolucionários. (...) Nada mais oposto às suas convicções que um aparato partidário profissional e monolítico, acima dos sentimentos e movimentos populares, com a pretensão de governar toda e qualquer iniciativa de mudança social. (DULCI, 1999, p. 186-187).
> A maior contribuição desses intelectuais -...- foi sua própria atitude militante, sua modalidade peculiar de ser e estar no partido, de presença humana e política, naquele sentido do testemunho visceral que traduz princípios éticos em comportamentos cotidianos e convicções gerais em atos particulares os mais singelos... (DULCI, 1999, p. 188).

Mas não é somente sua atitude que chama a atenção, várias de suas publicações vão provocar um intenso debate. Assim, em 1980, Singer faz a crítica do socialismo real, no livro *O que é socialismo hoje*. Antes da queda do muro de Berlim, Singer já estava fazendo uma proposta de socialismo alternativo. E depois no PT, escreveu vários documentos, *O que é o socialismo para nós, O socialismo democrata,* textos desta natureza. Dezoito anos depois, ele publica, *Uma utopia militante: repensando o socialismo* e, em 2000, com João Machado *Economia socialista*, texto fruto dos Seminários, intitulados *Socialismo e Democracia,* realizados no mesmo ano.

Como comentei nos capítulos anteriores, foi por ocasião deste confronto com a realidade social e tendo a possibilidade de nela intervir através de políticas públicas que Paul Singer vai chegar à economia solidária. Num primeiro tempo, Singer não estava ligado às iniciativas que mais tarde vão ser consideradas como de economia solidária.

> Então, na época que eu fui secretário de Planejamento e que havia uma crise social muito forte em São Paulo, nós tentamos mobilizar a sociedade civil e eu estive muito ao lado de Luiza nisso; nós criamos o Foro de São Paulo por minha proposta e conseguimos que enfim os diferentes atores sociais de São Paulo, centrais sindicais e entidades empresariais e a gente discutiu a questão do desemprego, lá no Foro. Mas economia solidária nesta época não veio à minha cabeça. Lembro-me que na secretaria de... (chamava-se de assistência social, não, de bem-estar social, uma coisa assim), já estavam se formando coisas que hoje eu chamaria de economia solidária, inclusive uma importante cooperativa de catadores de lixo foi criada nesta época e persiste até hoje. É uma das boas realizações, mas eu não estava ciente disto. Na época, nem percebi que esta cooperativa tinha sido formada e que havia outras tentativas para enfrentar a crise social mediante criação de cooperativas ou associações comunitárias, eu me lembro de hortas comunitárias, padarias comunitárias, era mais uma ação dos mutirões e da secretaria, essa de bem-estar social. (SINGER, 2001c).

Depois, por ocasião da elaboração de uma proposta de política pública do programa partidário do Partido dos Trabalhadores (PT) para as eleições municipais de 1996, em São Paulo, Singer fez uma proposta de organização dos desempregados que recebe de Aloísio Mercadante o nome de economia solidária. Luiza Erundina não foi reeleita, mas Singer publicou a proposta na Folha de São Paulo. A construção de um pensamento sobre economia solidária se fez lentamente e com a participação de outros intelectuais. No depoimento de Paul Singer podemos observar, mais uma vez, que os campos de ação e reflexão não nascem de uma iniciativa, mas de muitas, de início sem conexão entre si.

> Isto foi muito importante, esse artigo que eu publiquei na Folha porque a economia solidária já estava em pleno andamento desde 93, promovida pelo Betinho. Só que eu não tinha a menor idéia, acredite ou não. Eu conto isto, eu não consigo acreditar em mim. Ele no Rio e eu aqui, eu assisti evidentemente a Ação pela Cidadania com o maior entusiasmo. Levei lá meu pacote de macarrão etc. Mas nunca me engajei, houve chance, ele me chamou. Eu estava ocupado com mil e outras coisas e, num certo momento, eu me lembro de ter lido, ele convocou o Movimento da Cidadania para gerar trabalho e renda. Mas nunca ficou claro de que modo gerar trabalho e renda? Aquilo ficou, o jornalista não foi muito explícito. Bom, acontece que a ANTEAG já existia, por decorrência desse

> movimento do Betinho e a incubadora do Rio já existia. Eu não sabia de nada. Eu estou falando a verdade, mas não estou acreditando nela. Em dezembro de 96 a CUT chamou um Seminário sobre economia solidária. E me convidou. (...) E estava lá um sujeito que eu nunca tinha visto na minha vida, chamado Cido Farias que se apresentou como diretor da ANTEAG e eu não tinha a mínima idéia do que a ANTEAG fosse. Ele foi descrevendo o que era ANTEAG. "Puxa, mas era isto que eu queria que acontecesse!" A ANTEAG veio falar comigo, eu dei curso para a ANTEAG, fiz parte do Conselho Nacional. Sou um grande admirador e apoiador da ANTEAG. É assim que aconteceu. Descobri a incubadora [da UFRJ]. (SINGER, 2001c).

### 5.1.7. A UNITRABALHO e a ITCP.

O primeiro grupo de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária se forma na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília em 1996 com o nome de "Organizações e Democracia" e é coordenado por Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri. Faziam parte deste grupo também Gustavo Gutierrez[275] que pesquisava desde o início da década de 80 questões ligadas à autogestão, tema de sua dissertação de mestrado, tese de doutorado e pós-doutorado[276] e a Mariza Galvão, coordenadora deste Seminário[277]. A primeira publicação do grupo, *A empresa sem patrão,* é resultado do I° Simpósio realizado em junho de 1996. Esses professores estavam participando duma iniciativa nova, uma rede de pesquisadores universitários ligados ao mundo do trabalho, chamada UNITRABALHO. Não é a primeira vez que me refiro à UNITRABALHO nesta tese, é preciso explicitar melhor os propósitos desta Rede de pesquisadores e extensionistas de universidades tanto públicas quanto particulares (neste caso confessionais ou comunitárias). A rede UNITRABALHO, como seu nome indica, está centrada no mundo do trabalho. Sua missão visa a integração entre

> a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Ela busca a síntese do saber produzido na academia com o saber dos trabalhadores, para qualificar a organização e a ação social. (www.unitrabalho.org.br).

Em 1997, Singer foi chamado para participar deste movimento de reflexão e construção da economia solidária iniciado na UNITRABALHO; ele se identificou com a proposta e se engajou nela.

---

[275] Gustavo Gutierrez é professor no Instituto de Educação Física, Departamento de Estudos do Lazer da UNICAMP desde 1997; ele foi meu primeiro informante em 16 de novembro de 2000.

[276] Tese: Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, (EAESP-FGV) 1989. Dissertação: Autogestão e Condições Modernas de Produção (PUC-SP)1983.

[277] Mariza Nunes Galvão defendeu, na Faculdade de Educação da UNICAMP em 2004, a tese de doutorado: *Os fios da esperança? Cooperação, gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores.*

> Newton Lima me telefonou e começou a me explicar o que era a UNITRABALHO que eu não conhecia nada. É impressionante como a gente desconhece coisas que acontecem ao lado da gente. Então ele explicou o que era UNITRABALHO etc. E marcamos um encontro. Fui encontrá-lo e aí ele me disse: tem dois professores que estão nesta de economia solidária, eu sei que você também está. O que você acha de fazer um programa aqui na UNITRABALHO? Eu aceitei com muito entusiasmo. Conheci os dois em seguida, o Cândido Vietiez e o Newton [Brian, profesor na UNICAMP]. Daí, começamos a fazer uma série de seminários. Isto foi o início da história. (SINGER, 2001b).

Falando do mesmo assunto em sala de aula, Singer comentou: "eu imediatamente topei, eu me entusiasmei, aquilo que eu queria inventar, já estava andando. Ninguém me segurava mais". (SINGER, 2001c).

Em novembro de 1998 realiza-se no campus de Marília o *II° Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação.* O livro *Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*[278], organizado por Neusa Dal Ri, reúne oito artigos, quatro dos quais são os textos das conferências proferidas neste segundo Simpósio. Desses Simpósios participaram representantes de entidades organizativas de empresas autogeridas e cooperativas. O grupo de pesquisa tinha contatos com o MST, com a CONCRAB, mas foi com a ANTEAG[279] que a colaboração mais avançou. Paul Singer vai ser convidado para participar deste segundo Simpósio e nesta ocasião integrou-se ao grupo de pesquisas e estudos da UNESP. Mais tarde, ele e a professora Marilena Nakato, integrante deste grupo, atuaram junto à ANTEAG, Singer no Conselho Nacional e Nakato no apoio técnico e educacional.

O grupo de estudos, iniciado em Marília, foi se ampliando. Singer recebeu toda uma literatura anglo-saxônica sobre autogestão e sobre clubes de troca no Canadá. Grupos de estudos foram criados na USP, mas também pela CUT sobre cooperativismo autogerido e no seio da UNITRABALHO. Em setembro de 1997, o grupo de estudos sobre economia solidária da UNITRABALHO vai convocar na PUC/SP um certo número de pesquisadores de todo o país. Neste, pela primeira vez, vão ser reunidos Singer e Luiz Inácio Gaiger da UNISINOS (RS). E o grupo vai se transformar num Programa de Pesquisa sobre economia solidária e autogestão da UNITRABALHO. A este respeito, Singer comentou:

> Nós não tínhamos nenhum apoio, vamos dizer, financeiro, nenhum tostão. A UNITRABALHO estava nos ajudando, dando o espaço e as ligações; nós conseguimos, em cima disso, só com as ligações, os endereços; a Unitrabalho fez uma espécie de chamamento geral, fez esta reunião na PUC, que devia ter umas 20 a 30 pessoas, vindas dos mais diferentes lugares do Brasil. A gente se conhecia naquele momento. Tinha gente do MST, tinha pessoas da ANTEAG

[278] Este livro é o primeiro no Brasil a contar o nome economia solidária no seu título, ele foi publicado em 1999 pela editora Arte Ciência, uma editora muito difícil de ser localizada a pesar de situar-se em São Paulo.

[279] A ANTEAG foi fundada em São Paulo em 1994 e seus fundadores são oriundos, em grande parte, da militância por um sindicalismo alternativo no final da década de 70 e no início da década de 80 e, em particular, da Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. Na ANTEAG destaca-se seu diretor técnico, o economista e administrador de empresas Aparecido Farias (Cido); a casa dele foi a primeira sede e naquela época os técnicos não tinham qualquer tipo de remuneração.

> (esses eu conhecia bem), tinha também este pessoal do Rio que eu não conhecia, o pessoal da FASE, o Gonçalo da Incubadora de Cooperativas lá do Rio e, então, o Gaiger vindo do Rio Grande do Sul. Eu não lembro de todos. Foi uma reunião muito interessante, em que a gente começou a estabelecer ligações mais permanentes. (SINGER, 2001b).

Em outubro de 1998, é criada na USP uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) a exemplo da ITCP da UFRJ, pioneira nesta área e que Paul Singer visitou naquele mesmo ano. O professor Gonçalo Guimarães realizou na USP um seminário sobre metodologia da incubação e expôs a experiência que havia no Rio. O Gonçalo, que era o coordenador da ITCP do Rio, ajudou a criar diretamente cada uma das novas incubadoras. Por ordem de criação foram, Rio de Janeiro na UFRJ[280], Fortaleza na UF do Ceará, Juiz de Fora (MG) na Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei (FUNREI), que é uma instituição federal, em São Paulo na USP, em Salvador na UFBA e em Recife na UFPE[281]. Desde a sua criação, Singer é o coordenador acadêmico da ITCP; foi também coordenador da Rede de ITCP para o Centro-Leste do Brasil.

> A formalização da rede de incubadoras dentro da Unitrabalho se fez em Curitiba, quando se inaugurou a Incubadora da Universidade Federal do Paraná. Então, nesta ocasião, acho que havia oito incubadoras e se criou formalmente uma rede de incubadoras com Estatuto, e com uma direção colegiada na qual eu participei; o Gonçalo, como coordenador geral, eu pelo Centro-Leste, aqui Rio/São Paulo/Minas (Juiz de Fora era a incubadora), a Marlene Poppe pelo Sul e o Osmar, do Ceará, pelo Nordeste. (SINGER, 2001c).

A Incubadora da USP está situada num galpão do Campus, de 40 a 50 estudantes ou formados participam desta e recebem uma bolsa da USP; eles estão organizados em Grupos de Estudos Pesquisas e Extensão Multidisciplinar (GEPEM) compostos por professores, funcionários e alunos. O estudo é realizado de maneira intensiva durante uma semana ou aos sábados durante três meses. Fazem parte dele cursos sobre a origem do cooperativismo, a história das mudanças nas relações de trabalho, o panorama atual do mundo do trabalho e aspectos específicos do cooperativismo como, por exemplo, sua legislação e viabilidade econômica. O curso compõe-se de vários módulos intitulados de Curso de formação em cooperativismo ou Curso de Extensão universitária e cultura em Economia Solidária. Os diversos temas trabalhados por Paul Singer nestes cursos estão diretamente em relação com a autogestão. Há, por exemplo, a autogestão no socialismo, a autogestão nas cooperativas, ou a cooperativa como luta pelo socialismo. Cada grupo de incubação é um GEPEM que assessora grupos populares. O espaço fundamental é de formação; todas as sextas-feiras os formadores se reúnem. Os diferentes projetos têm coordenadores eleitos e um coordenador geral. Em 2002, a incubadora atendia a 23 entidades reunindo mais de mil pessoas; há

[280] A primeira iniciativa foi da FIOCRUZ, para montar uma cooperativa de limpeza com trabalhadores dos morros de Manguinhos, a COOTRAM.

[281] Hoje existe uma dezena de ITCP, tanto em universidades públicas como em universidades comunitárias. O número é variável, pois algumas foram extintas enquanto novas surgem. Foi sugerido no III FSM que o Governo Federal incentivasse a criação de ITCP em todas as universidades federais.

convênios com as prefeituras de São Paulo e de Guarulhos. O trabalho da incubadora é, na sua essência, uma formação para a autogestão na qual inserem-se capacitações mais técnicas como contabilidade, administração e legislação cooperativa.

A partir de 1999, Paul Singer ministra uma disciplina no programa de pós-graduação da FEA intitulada Economia Solidária como resposta à crise do trabalho. Nos anos seguintes, ela terá o nome de Economia Solidária II e III[282] e contará com muitos ouvintes, a começar pelos alunos da graduação que participam da ITCP. A partir desta época, as trajetórias de Singer, Arruda e Gaiger vão cruzar-se e culminar no Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária/FSM. Reservo a análise destes caminhos cruzados para o fim deste capítulo. Gostaria de encerrar a trajetória do Paul Singer com um depoimento do mesmo.

> Esses últimos cinco anos foram muito emocionantes. Estou realizando um pouco o que escrevi no *O que é socialismo hoje*. Estou tentando pensar numa nova proposta socialista. É por isto que esse livro [El Manifiesto Asociativo y Autogestionario] é muito próximo ao que estou pensando e acho fascinante que Orlando Núñez, que eu não sei quem é, mas me contam que é o principal teórico dos sandinistas, é um pensador revolucionário importante; pelo caminho dele escreve uma coisa como esta. Quem sabe, em outros lugares também tem mais pessoas fazendo uma trajetória destas? Há hoje um movimento mundial de economia solidária, estou absolutamente convencido. Vai provavelmente ser polarizado enquanto movimento mundial pelo Fórum Social Mundial. (SINGER, 2001c).

Pelo menos uns três depoimentos de Singer, registrados logo acima, expressam a importância que o projeto de economia solidária representa para ele nesta época de sua vida. Sua nomeação como Secretário Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no governo Lula em 2003 vem confirmar e coroar seu empenho pela construção de uma economia solidária autogestionária no Brasil.

Já se discutiu muito para saber se a história é linear ou circular. A meu ver, não é nem uma coisa nem outra, mas a figura da espiral pode servir de metáfora no caso da trajetória de Paul Singer. A espiral forma mola, é dinâmica, vai ocupando novos espaços, mas sua trajetória está ancorada numa base que dá a energia e a direção. O movimento foi dado desde o início; o projeto de Paul Singer é socialista, comunitário e libertário; ele se modifica em função das condições políticas do país, mas o espírito do projeto permanece.

[282] Acompanhei estas aulas durante o segundo semestre de 2001.

## 5.2. Arruda: da Nicarágua sandinista à socioeconomia solidária.

**FOTO 3. MARCOS ARRUDA**




Seminário de Economia Solidária no II Fórum Social Mundial, PUC, Porto Alegre, 26/01/2002. Brandindo a *Agenda Libertária,* caderno do PACS.

A entrevista que Marcos Arruda me concedeu no PACS, ONG da qual é fundador e coordenador, teve a duração de três horas, tendo sido interrompida apenas por um pequeno intervalo. Consegui uma longa história de vida, desta vez a partir de certas perguntas às quais com muita gentileza Arruda respondeu longamente. Dos três intelectuais foi o último a ser entrevistado[283], e a data da entrevista foi planejada com sete meses de antecedência, e duas mudanças de data. A vida de Marcos Arruda é extremamente movimentada e se caracteriza pela participação em muitas entidades ao mesmo tempo. Talvez a maneira de eu fazer as perguntas tenha provocado esse excesso de informações, mas isto não deixa de fazer parte do seu jeito de ser. Devido à simultaneidade de suas atuações, ficou difícil de traçar uma trajetória em termos de instituições; para explicitá-la, veio à mente a imagem de uma teia que se amplia cada vez mais.

### 5.2.1. Uma infância católica e conservadora

Marcos Penna Sattamini de Arruda nasceu numa família tradicional e conservadora do Rio de Janeiro. Fez o primário no Colégio Coração Eucarístico mantido por freiras belgas e depois disto realizou o secundário no Colégio Santo Antônio Maria Zacharrias, junto a padres italianos que, segundo as próprias palavras de Arruda, eram "muito atrasados, muito conservadores". Os dois colégios estavam situados no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Em seguida, tendo decidido de ser padre, contra a vontade de sua mãe, foi para um seminário menor em Nova Friburgo. Esta decisão, muito conforme ao espírito do tempo, ele explicou: "meus pais tinham se separado e isso era o grande desastre da minha vida e a maneira que eu tinha que ajudar a salvar suas almas em perigo era me sacrificar[284], então daí eu fui ser padre e me privar de tudo que era bom na vida (risos)". (ARRUDA, 2002a). Lá, ele estudou letras clássicas, como seu pai que era professor de latim e grego. Mas, devido à insistência e ao desafio de sua mãe, fez um concurso e ganhou uma bolsa para estudar um ano nos Estados-Unidos onde ela trabalhava como intérprete simultânea. Não foi ainda o momento da virada, como ele mesmo explicou.

> Não tive nenhum grande avanço de consciência social, ao contrário tive uma lavagem cerebral americana e voltei mais reacionário do que nunca. Já tinha uma herança da família; daí voltei ainda mais anticomunista do que nunca de lá. Mas foi humanamente uma linda experiência e me abriu os horizontes para o que é que eram os Estados Unidos, uma outra cultura, um outro povo que a gente tomava como um espelho do que nós queríamos ser em última instância e também serviu como lastro para uma crise que veio, alguns anos depois quando

[283] Com as entrevistas anteriores, aprendi a elaborar melhor minhas perguntas.

[284] Como escreve Edgard Morin, "Na universal e milenar tradição, o herói, ..., redentor e mártir, fica sobre si (sic), às vezes até a morte, a infelicidade e o sofrimento. Ele expia as faltas do outro, o pecado original de sua família ... A grande tradição precisa não só de castigo dos maus, mas do sacrifício dos inocentes, dos puros, dos generosos" (MORIN, Cultura de Massas no século XX. O espírito do tempo – I. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 93).

saí do seminário, já com quatro anos de letras clássicas, desde 56 até 60. (ARRUDA, 2002a).

### 5.2.2. A universidade, o golpe militar, a militância e a tortura

Após quatro anos de Seminário, Arruda desistiu da sua opção pelo sacerdócio e começou a estudar geologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A conscientização, pelos problemas sociais e políticos, veio com a defesa da profissão e das riquezas minerais do Brasil. A organização que o levou a refletir foi a JUC da qual fez parte desde 1961.

Singer ouviu falar pela primeira vez em democracia no colégio em 1945 por ocasião da abertura do Getúlio Vargas. Arruda viu-se confrontado com os princípios democráticos quando Jânio Quadros renunciou e que, pela constituição, o Jango devia tomar posse. Naquela época, parte do exército e reacionários, entre os quais seus familiares, foram contra a posse do Jango.

> Neste momento rompi com a minha família que continuou golpista, pró Carlos Lacerda, pró-golpe militar, anti-Getúlio, anti-Jango e anti-sindicalismo e tudo mais. E eu tive que dizer, eu não posso conscientemente aceitar o caminho do golpe. Aí comecei a fazer campanha pela constituição e pela liberdade do Brasil e tal. E aí comecei a ver, caramba, a miséria, a pobreza não são um dado da história; eles cresceram às custas de políticas, de decisões políticas, da maneira como se organiza o país. Só aí, com vinte anos de idade, foi que eu comecei a abrir os olhos, entender e me comprometer com uma luta social. De modo que isto foi o divisor de águas, foi a entrada para a universidade, a saída do seminário, aonde cheguei até, em 59, a rezar contra o comunismo em Cuba e pela liberdade. Em 61, eu estava num outro caminho. Neste outro caminho se incluiu uma crítica radical do que eram os Estados Unidos no mundo. (ARRUDA, 2002a).

Arruda se forma em 64, no ano do golpe militar. Mas devido à sua atuação como fundador e presidente da executiva nacional da associação dos estudantes de geologia, estava marcado e teve muita dificuldade em encontrar emprego. Perseguido pela polícia em 1966, teve que ir para São Paulo onde lecionou numa escola secundária, o Colégio Santa Cruz, e dava também aulas particulares. Sem conseguir trabalho como geólogo, trabalhou na revista *Realidade* da Editora Abril e terminou indo para a fábrica. Perguntado sobre as razões que o levou a trabalhar como operário, Arruda respondeu:

> Porque eu era alfabetizador de operários; então, à parte meu trabalho profissional, eu estava sempre trabalhando com operários e pessoas da periferia, ajudando a alfabetizar usando a metodologia do Paulo Freire. (...) Tinha conexão com o meu trabalho na JUC e depois como uma pessoa próxima da Ação Popular (AP), que na época buscava organizar politicamente aquilo que antes era mais um trabalho de apostolado, um trabalho um pouco ligado à religião, a Igreja como JUC - Juventude Universitária Católica. Aí eu vou dar um salto porque eu fui preso, passei nove meses na prisão. Depois que saí, então procurei caminhos para permanecer no Brasil e fui obrigado, forçado a ir embora. (ARRUDA, 2002a).

Com a ditadura militar, boa parte da juventude ligada à Igreja católica vai radicalizar suas posições políticas. Como falamos no capítulo quatro sobre *Os Nomes da Economia Solidária*, a Ação Popular tinha entre seus membros intelectuais "esquerdistas" originários da Ação Católica. É nessas circunstâncias que Arruda vai ser preso e barbaramente torturado durante nove meses. Deixado quase morto, foi salvo pelas intervenções de sua avó materna e de sua mãe junto a militares de alta patente[285] e denúncias a organismos internacionais.

### 5.2.3. Da formação como economista nos EUA, ao Instituto de Paulo Freire e as assessorias na África e Nicarágua

Em maio de 1971, ameaçado de ser novamente preso, Marcos Arruda se muda para os USA onde cursa economia e realiza mestrado. Em 1976, foi convidado para trabalhar com a equipe do Paulo Freire em Genebra no Instituto de Ação Cultural. Chegou ao Instituto um convite da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que acabavam de se libertar do colonialismo português, para construir um programa de educação de jovens. Marcos Arruda, participou da equipe que realizou assessoria aos Ministérios da educação durante quatro anos naqueles países. Segundo a sua avaliação, foi neste período que entrou em contato com o desafio de repensar a economia.

> Não se tratava mais daquela solução fácil de que tudo devia vir do Estado. Então que o grande objetivo era tomar o poder. Uma vez tomado o Estado, tudo se resolvia por si. Eu percebi que agora que nós éramos Estado, "nós", entre aspas, éramos consultor do governo e tínhamos o poder de formular políticas e de construir na prática essas políticas através dos quadros locais. Apareceu bem claro que o desafio vai bem além do Estado; de que quem leva para prática a política de desenvolvimento tem que ser a população. Ela é o sujeito principal. O Estado é um estimulador, um financiador, um orquestrador, mas é a sociedade que é determinante. Então, eu cheguei a esta primeira grande lição da minha vida política, social. O grande sujeito de uma reconstrução humanizadora da economia é a sociedade civil. (ARRUDA, 2002a).

Em 1978, Marcos Arruda foi convidado pelo Conselho Mundial das Igrejas em Genebra para trabalhar como responsável do programa de Empresas transnacionais. Este trabalho era muito mais como consultor econômico do que como educador e durou até 1982. Mas, em 1979, no seu primeiro ano no Conselho, ele realizou uma visita à Nicarágua recém libertada.

> Era novembro de 79 e o triunfo da revolução foi em junho-julho de 79. Então, cheguei bem no momento que o padre Fernando Cardenal, que tinha sido escolhido como grande organizador da campanha nacional de alfabetização do

[285] O relato do seqüestro, da prisão e das torturas sofridas por Marcos Arruda, foi publicado pela sua mãe no ano de 2000. SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer? Nunca mais...* Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2000.

> governo sandinista, que ao mesmo tempo era presidente da juventude sandinista da frente (...) tinha organizado (...) uma reunião entre cubanos, nicaragüenses e eu, trazendo a experiência da Guiné, Cabo Verde, Brasil, para a gente discutir uma estratégia de administração. Essa foi a minha primeira ocasião de começar uma assessoria ao governo da Nicarágua que durou 10 anos ao todo. (ARRUDA, 2002a).

Nos primeiros anos da revolução sandinista, a Igreja católica, na figura de alguns padres progressistas, como o padre Cardenal, teve um espaço importante. O cônego belga François Houtart realizou também várias missões na Nicarágua o que levou certos nicaragüenses a realizarem estudos superiores na Universidade Católica de Lovaina - UCL. É preciso observar que Luiz Inácio Gaiger vai fazer parte de uma missão latino-americana que vai visitar a Nicarágua com o incentivo de Marcos Arruda. Hoje, no campo brasileiro da economia solidária, além de Gaiger, antigo orientando de Houtart, encontramos também Ana Mercedes Sarria Icaza, nicaragüense e ex-aluna da UCL[286].

Marcos publicou alguns artigos sobre estas experiências, alguns deles publicados na Revista Vozes, durante a década de 1980.

### 5.2.4. Do IBASE ao PRIES/PACS, enquanto era professor do IESAE da FGV

Em 1982, Marcos Arruda volta ao Brasil, e vai trabalhar no IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas[287] - que ele, segundo suas próprias palavras, ajudou a montar junto com o Betinho[288] e o Carlos Afonso. Só que Herbert de Souza tinha voltado em 80 e o Carlos Afonso em 81. Arruda ficou por quatro anos no IBASE sem por isto abandonar a assessoria ao governo sandinista. Segundo ele, a experiência da Nicarágua, foi decisiva para enveredar no caminho da construção de uma economia solidária. É evidente que seus estudos, seus trabalhos e toda a sua vivência anterior, foram indispensáveis para que esta nova experiência tomasse a importância que teve. Transcrevo, a seguir, a fala de Arruda sobre esta questão.

> Agora vem a resposta mais objetiva e imediata à sua pergunta. Foi aí que eu fui diretamente conscientizado sobre o caminho de uma economia solidária como eixo central da reconstrução de um país. E eixo central de um desenvolvimento autogestionário deste país. Porque eu digo isto? Porque eu fui obrigado a encontrar saídas criativas para o desafio da educação. (...). Nós criamos, uma equipe multiministerial que iria pensar o desenvolvimento do país em todos os

[286] Estes dois pesquisadores estão na mesma equipe de pesquisa e integram o corpo professoral da UNISINOS, universidade mantida pela Companhia de Jesus.

[287] Segundo o *site* do IBASE, este foi "criado em 1981 por exilados políticos que retornavam ao país, o objetivo inicial do Ibase foi democratizar a informação" (www.ibase.org.br).

[288] Segundo informe colhido no *site* do IBASE, "a JEC logo se politizou e se transformou na JUC - Juventude Universitária Católica -, na qual o pacato mineiro [Herbert de Souza] iniciou sua trajetória de liderança nacional, viajando pelo Brasil com o Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE - União Nacional dos Estudantes -, convocando assembléias estudantis em inúmeras faculdades ou disputando a direção da entidade com a Ação Popular (AP) que, na época, dominava o movimento estudantil".

> seus campos. Incluindo o campo educativo, a partir não da lógica do governo, a lógica de olhar pro conjunto de cima para baixo, mas a partir da lógica das realidades locais, das regiões e, portanto, mobilizando gente das regiões. Indo às regiões fazer pesquisas nas comunidades, na região para mapear as demandas, as necessidades, os recursos disponíveis, humanos e materiais e os desafios, obstáculos, dificuldades que se colocavam em cada região para o desenvolvimento próprio da região e, ao mesmo tempo, solidário com as outras regiões. (...) Então esse é o grande desafio que eu aprendi lá e foi aí que vieram as experiências de cooperativas como tão importantes. Porque? Porque a Nicarágua criou três setores econômicos, o Estatal, o privado, que já existia, e o de propriedade social. Hoje, na Colômbia, no Equador, você tem o setor de economia solidária, já na Constituição, já na legislação. Na Nicarágua era do setor de propriedade social, que era diferente da propriedade privada e da propriedade estatal. Eram os trabalhadores, donos e gestores dos empreendimentos.
>
> Então, eu passei a descobrir essa realidade, esse setor de propriedade social; percebi que estava aí um veio importantíssimo para a gente reconstruir a economia; não mais no Estado, nem no setor privado. Era o que eu precisava, o que estava me faltando para eu fechar a equação de um novo projeto, de uma economia autogestionária. Fui descobrindo toda a experiência do cooperativismo. Então, foi esse o momento, o tempo que me abriu para esta perspectiva e abriu com uma riqueza especial. Não foi uma descoberta de livro, não foi intelectual, foi emocional e foi de terreno. (ARRUDA, 2002a).

Esta última frase, além de confirmar a sensibilidade de Arruda, mostra a profundidade e a amplitude da mudança provocada. Arruda como economista adquiriu uma visão macro das questões do desenvolvimento socioeconômico, mas sua experiência de terreno, local e ao mesmo tempo nacional, como educador e administrador de políticas públicas, lhe deu uma visão mais humana e mais completa do processo. Essa dupla capacidade é, sem dúvida, uma característica que vai lhe abrir o leque de suas realizações profissionais.

Arruda não vai permanecer muitos anos no IBASE, pois um desentendimento entre ele e Herbert de Souza faz que ele se demita, criando então sua própria ONG. Quando faltavam dois meses para deixar o IBASE, ele foi procurado por um amigo argentino que vivia em Paris e queria parceiros para criar um Instituto que faria pesquisas macroeconômicas no Cone Sul. Era preciso uma entidade que servisse de guarda chuva para acolher o novo instituto que seria descentralizado em quatro países, Argentina, Chile, Brasil e Uruguai. Este Instituto demorou a organizar-se e Arruda já tinha montado o PACS. Houve uma discussão a respeito do termo 'políticas alternativas', pois segundo Arruda o novo instituto não poderia limitar-se a pesquisar unicamente, ele teria que responder às demandas dos movimentos sociais e estes precisavam também de alternativas. Então ficou combinado que o PACS seria a parte brasileira do PRIES Cone Sul - *Programa Regional de Investigaciones Económicas y Sociales del Cono Sur*. Este Programa se desmanchou a partir de 1992[289], por divergências ideológicas e pela ida à Europa de alguns de seus membros.

[289] 1992 é a data que Arruda citou durante a entrevista, mas no artigo Economia do coração (2000g) é a ano de 1995 que é citado.

O PACS/PRIES foi montado com a ajuda financeira da Fundação para o Progresso Humano, situada em Paris. Além de trabalhar no IBASE, Arruda vai ser professor de filosofia da educação no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getulio Vargas de 1983 até 1992. Dez anos exatamente como professor. Na época, existia uma grande liberdade de ensinar no campo da educação popular, mas em 1992, o Instituto foi fechado. Segundo suas palavras, ele ajudou "a formar uma quantidade de educador que hoje estão em postos importantes aí pelo Brasil afora, inclusive em governos municipais e tudo mais". (2002a).

Durante a década de 80, Arruda deu assessoria para os movimentos católicos e ecumênicos no Brasil inteiro. É nestas ocasiões que Arruda e Gaiger vão se encontrar pela primeira vez, como relatou este último.

> Então eu o conheci nestes eventos do CECA, antes até de eu ser quadro, enfim, assessor do CECA. Já tinha notícias dele por ele ter sido também uma pessoa importante no IBASE; no IBASE antes, o Betinho mesmo, Humberto Souza, mais tarde o Cândido Grzybowski, que veio a assumir depois a direção do IBASE, essas pessoas tinham bastante relacionamento com o CECA. Marcos era da equipe de base, depois houve uma cisão e ele saiu do IBASE, mas o vínculo com ele permaneceu e até se intensificou posteriormente. O Marcos também foi o estimulador de viagens, de missões para América Central, para a Nicarágua. Ele trabalhou na assessoria lá ao governo sandinista. Eu fui também chefe de uma delegação para a América Central na época, e ele tinha sido antes uma pessoa importante para o CECA neste trabalho. Tudo isto fez com que a gente foi estreitando relações. (GAIGER, 2001c).

A assessoria de Arruda estende-se também aos sindicatos. Ele tinha sido sócio fundador do Instituto Cajamar[290], onde volta a dar cursos. Este Instituto, desde 86, foi muito importante na formação de toda uma geração de sindicalistas que começaram a pensar a questão econômica também e principalmente a questão da metodologia da práxis. A assessoria de Arruda se estende à CUT, inclusive a escola Sul da CUT.

Uma outra questão importante para entender as redes de relações e as estratégias é a questão do partido político. Arruda, apesar de ter participado na Bélgica e na França de reuniões preparatórias à formação do Partido dos Trabalhadores, não vai se filiar imediatamente. A razão invocada foi seu pertencimento ao IBASE, um movimento amplo e apartidário. Mas podemos pensar que o trauma provocado pelo sectarismo dos partidos marxistas e pela repressão sofrida podem explicar também uma certa cautela. Assim, Arruda só filiou-se ao PT em 1987 como ele mesmo explicou:

> Então entrei por essa via, participei dos debates e só não pude ser um dos fundadores porque eu estava no Conselho Mundial de Igrejas, morando no exterior, não daria para estar fazendo isto aqui no Brasil. Quando voltei, passei a colaborar com o PT, mas não entrei para o PT formalmente. As razões eram porque eu estava no IBASE que procurava fazer um trabalho muito aberto. Não podia ser do PT, eu achava, e estar colaborando com o governo do PDT, fazer a campanha do Brizola. Não, não ajudei a fazer a campanha, na verdade em 82 eu

[290] Instituto criado em 1986.

> fiz a campanha do PT, mas tentei ajudar numa frente com o PDT e, afinal das contas, até 86 quando eu saí (...) do IBASE e criei o PACS, eu não me sentia livre junto com o Betinho, trabalhando com o Betinho, de ser militante do PT. Foi em 87 que eu virei militante do PT e até hoje. Eu sempre tive o trabalho de garantir ao PT um perfil de partido de massas não dogmático, não de quadros, aberto que procura ser uma alternativa de organização para todo mundo, que busca um caminho plural e aberto no Brasil. Portanto, um partido bem diferente do que conheci e ajudei a fazer no passado. E eu estou lutando até hoje nesta perspectiva. Trabalho como economista do PT e crítico do que está sendo discutido no programa do governo. (ARRUDA, 2002a).

Se Arruda se declara hoje não confessional, ele tem uma preocupação declarada, no entanto, com a espiritualidade; e suas ligações com o mundo católico vão continuar extremamente estreitas, como o demonstra a trajetória de sua vida. Em 1989, Frei Beto organiza o grupo *Fé e Política* do qual Arruda faz parte até hoje. Segundo este:

> Em 1989, vários de nós, católicos, protestantes, e não confessionais, como eu, nos reunimos e decidimos criar um Movimento aberto, não confessional que acolhesse todo mundo que gostaria de pensar e compartilhar a busca de articular a política com a fé, a política com a espiritualidade. Qual é a dimensão política da minha espiritualidade e como é que eu vejo a política a partir da minha espiritualidade? São as duas coisas articuladas. Como é que eu, como pessoa de fé, não posso fazer outra coisa senão ter um compromisso político? (ARRUDA, 2002a).

### 5.2.5 Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária

No final da década de oitenta, o PACS produz análises sobre vários temas como o da Dívida e do Ajuste, do Comércio Internacional, tudo isto com a questão ambiental envolvida. Na preparação do Fórum Rio 92, é o tema do desenvolvimento sustentável, visto pelo ângulo do socioeconômico que se torna dominante. Segundo Arruda, o PACS teve "uma participação intensíssima no Fórum Social sobre o Desenvolvimento Sustentável".
Por ocasião deste Fórum, a trajetória de Arruda vai se modificar, pois nesta ocasião estabeleceu contatos internacionais e aceitou o convite de trabalhar como coordenador de uma rede internacional de organizações sociais sobre o Banco Mundial situada em Genebra, e ficou de 92 até 95, dois anos e meio nessa função. Continuou ligado ao PACS, mas sem uma atividade cotidiana e nem mesmo intensa, pois vivia na Suíça, onde moram os familiares de sua esposa. Antes de voltar ao Brasil, passou um mês e meio no norte da Espanha. Parece que esta experiência foi decisiva para sua opção pelo trabalho no campo da socioeconomia solidária.

> e aí eu tenho um momento, que foi muito importante para mim, o de ter passado um mês e meio trabalhando na Espanha fazendo palestras pelo país inteiro. Em três grandes regiões do país e, principalmente, aprendendo a experiência espanhola de cooperativismo, debatendo com o pessoal, aprendendo os erros e os acertos, os limites. (ARRUDA, 2002a).

Segundo Arruda, foi só depois de sua volta ao Brasil que a ONG por ele coordenada, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS encampou realmente a proposta de socioeconomia solidária.

> Então foi essencialmente a partir de 95/96 que o PACS se tornou um ator direto do processo de construção desta economia solidária. Não mais apenas como projeto de empreendimentos cooperativos e associativos, mas como um projeto de uma outra economia que é também uma outra política e uma outra cultura. Um projeto integral de uma nova sociedade que tem uma dimensão econômica marcante. (ARRUDA, 2002a).

É preciso dizer, no entanto, que o PACS, já realizava antes disto um trabalho junto à Federação dos Trabalhadores da Mineração com o qual levou a efeito um seminário sobre a autogestão, em 1993, em Criciúma - Santa Catarina. O encontro foi nesta região, porque no final da década de 80 houve um conflito muito grave naquele lugar. Os mineiros da CBCA chegaram a ocupar a mina de carvão, envolvendo seus corpos com dinamite, ameaçando explodir tudo se o governo não aceitasse que a cooperativa dos trabalhadores pudesse administrar a massa falida. Naquela época, Arruda estava na Europa. No PACS, Sérgio Schlesinger, que era o coordenador geral da ONG, Lia Tiriba[291] e o economista Reinaldo Gonçalves trabalhavam a questão da autogestão e todos participaram do Seminário.

A respeito deste evento, Arruda fez a declaração a seguir:

> O mais importante é que esse foi o encontro gerador do que hoje é a ANTEAG. E nós estivemos na origem da ANTEAG porque nós, que estávamos trabalhando com a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Mineração, ajudamos a organizar esse encontro com essa Federação. E os hospedeiros eram os trabalhadores do carvão em Criciúma. (ARRUDA, 2002a).

Por sua vez Singer, ao expressar-se a respeito do surgimento da ANTEAG escreveu, "a reação começou pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que teve na ANTEAG um dos desdobramentos mais significativos". (SINGER, 2000a, p. 40). É claro que é comum uma entidade ou iniciativa ter vários pais, principalmente quando ela é bem sucedida.

A Fundação para o Progresso Humano (FPH) vai apoiar a criação de uma rede "informal" constituída por pessoas, instituições e movimentos que, procuram mudanças para agir sobre o futuro[292], a *Aliança por um Mundo Responsável e Solidário*. A adesão a esta rede passa pela assinatura da Plataforma da Aliança que foi redigida em 1993. No fim de 2002, a Aliança contava com a participação de milhares de pessoas vivendo em mais de 115 países. Os membros se organizam no quadro de canteiros temáticos onde formam grupos de reflexão e de elaboração de propostas. Existem grupos geoculturais,

[291] Os dados me foram fornecidos por Lia Tiriba. Mais informações podem ser encontradas no I Jornal da Autogestão, publicado pelo PACS com a Federação dos Metalúrgicos.
[292] Esta definição é inspirada pelo folheto distribuído, em francês, pela Aliança no III FSM.

socioprofissionais e temáticos agrupados em quatro "pólos": valores e cultura, governança[293] e cidadania, humanidade e biosfera e socioeconomia solidária. Este último pólo (chamado também no Brasil de canteiro), em meados de 97, tem Arruda como animador global a convite da FPH. O PACS faz parte da Aliança e uma parte de sua equipe está mais diretamente ligada à animação deste canteiro que se subdivide, por sua vez, em 15 temáticas[294]. Desde 2001, funcionam sob forma de fóruns eletrônicos, reunindo umas 600 pessoas, e organizaram quinze encontros nos quais foram redigidos cadernos de propostas para o século XXI, divulgados no FSM de Porto Alegre. O pólo participou da organização dos eventos de economia solidária nos Fóruns Social Europeu e Mundial, onde seus participantes ocuparam várias mesas de debates, painéis e seminários. Arruda realiza várias vezes por ano viagens internacionais, algumas delas ligadas à sua responsabilidade com a Aliança.

Em 1997, frente à impossibilidade de tornar-se professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, apesar do convite, devido ao fato de não possuir graduação ou mestrado em educação, Arruda decide fazer um doutorado nesta área. Ele teve a possibilidade de obter um doutorado de notável saber, mas preferiu realizar um doutorado convencional. As razões invocadas para isso foram que, além de não querer passar por privilegiado, conseguiu, desta maneira, uma bolsa CAPES durante quase quatro anos.

Em maio de 2001, obteve o título de doutor em educação pela Universidade Federal Fluminense. A tese de mais de quinhentas páginas está dividida em três partes, um pouco como sua formação ao longo de sua vida. A primeira parte é filosófica e tem por tema central o homem[295], a segunda é econômica e a terceira trata da educação todas elas estão interligadas e a tese está sendo publicada pela Editora Vozes, na forma de três livros. O primeiro livro deveria ter tido por título *A formação do ser humano integral: economia solidária e o futuro do trabalho*[296], e o segundo livro vai provavelmente se chamar *A formação do ser humano integral: educação da práxis e o futuro do trabalho.* Os autores citados na tese são muitos, mas alguns podem ser destacados, conforme depoimento do próprio autor. Entre os contemporâneos

---

[293] A governança é um antigo conceito retomado, no final da década de 80 pelo Banco Mundial para designar: o conjunto das condições políticas, envolvendo ao mesmo tempo a legitimidade do funcionamento político, as relações com a administração e as relações entre este pólo dirigente e o resto da sociedade (em particular os empreendedores).

[294] As 15 temáticas para 2003 são: Visão de uma socioeconomia solidária integrada; Valorização plural da riqueza e indicadores sócio-econômicos; Projetos integrados de economia solidária; Ferramentas pedagógicas para uma economia solidária; Regulação e instituições internacionais; Economia Estado e Territórios; Responsabilidade social dos atores econômicos; Produção, tecnologia e investimento; Finanças solidárias; Rumo a uma finança durável; Moeda social; Comércio justo e consumo ético; Comércio internacional; Dívida ecológica e justiça ambiental; Mulheres e economia.

[295] A primeira parte já foi publicada pela Editora Vozes com o título, *Humanizar o infra-humano*. A formação do ser humano integral: Homo Evolutivo, Práxis e Economia Solidária.

[296] Como mencionado na nota anterior o título mudou.

> que são companheiros, [temos] Orlando Núñez, da Nicarágua, o Paul Singer, o José Luis Coraggio, o Luís Inácio Gaiger, o Jean Louis Laville, a Lia Tiriba (...), o Euclides Mance. Todos nós que temos escritos, temos nos ajudado mutuamente, neste sentido. Há os autores do cooperativismo, mais antigos, que são vários e que têm feitos históricos, têm produzido livros muito ricos, publicações na Espanha, na França, na Itália. E, depois, há os autores que eu chamaria de subsidiários dessa abordagem, que eu uso na minha tese; por exemplo, Teilhard de Chardin, Rudolf Steiner, Sri Aurobindo, Karl Marx, o Gramsci, são esses autores, o Humberto Maturana, o Francisco Varela, são os autores que tenho usado mais para essa parte filosófica e científica. (ARRUDA, 2002a).

Entre os contemporâneos, destacam-se os latino-americanos geralmente encontrados na literatura brasileira de economia solidária; desta vez não há citação de Luís Razeto, apesar da bibliografia final da sua tese conter uma obra dele. Entre os brasileiros, além de Singer e Gaiger[297], aparecem o Mance, fiel companheiro na Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e a Lia Tiriba, do Rio de Janeiro, que se formou no IESAE da FGV e trabalhou por algum tempo no PACS. Em outro momento da entrevista, Arruda coloca que no Brasil quem realmente faz pesquisa em economia solidária são Gaiger e Tiriba.

O PACS cita, no seu Balanço geral de 2000 (p. 21), como sendo seus parceiros bilaterais a CUT, a CNBB, o CLAI, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), a ABONG, alguns sindicatos e federações e, como parceiros multilaterais no contexto das redes o Rebrip, a Aliança Social Intercontinental. Nesta mesma revista, em vários outros lugares, são citadas inúmeras outras parcerias. Entre as entidades mais conhecidas listamos: Capina, CEDAC, FASE, Secretarias do Município do Rio de Janeiro, diversas Secretarias de Educação e de Governo de outros municípios, CASA-RS, UFRJ, UNISINOS, UFSC, UNITRABALHO, Cáritas RS, Fundação para o Progresso Humano, Christian Aid, Ação Quaresmal Suíça, Trocaire[298], Fundação Samuel Rubin, CCFD (França), Fundação Ford. Em 2004, encontramos também como entidades de apoio: SCIAF (Escócia), E-Changer (Suíça), DKA (Áustria) e o Instituto Marista de Solidariedade (Brasil).

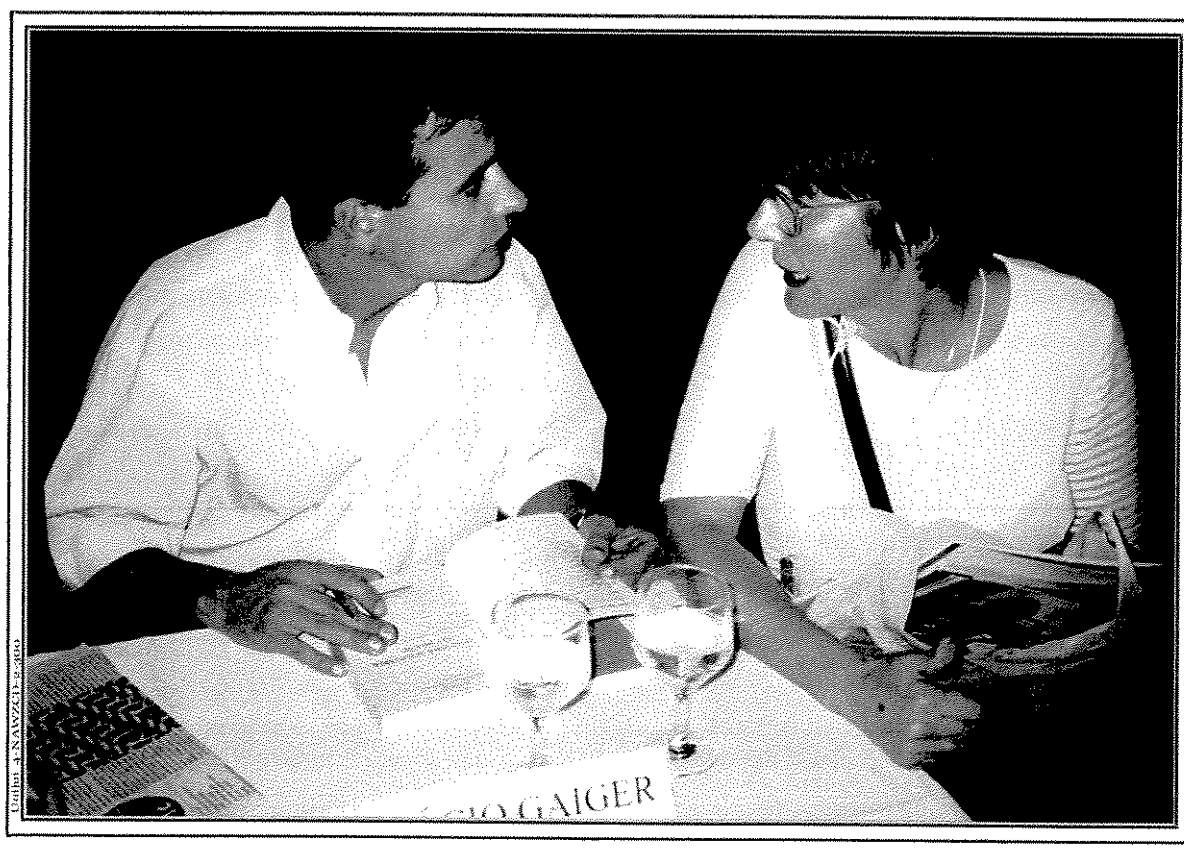
[297] Apesar de ter sido citado, nenhum livro do Gaiger figura nas referências bibliográficas da tese.

[298] Organização católica irlandesa de apoio a projetos de desenvolvimentos, membro da Cáritas Internacional e de CIDSE.

## 5.3. Gaiger : das pastorais à economia popular solidária

Como comentado no início deste capítulo, a trajetória de Gaiger, a partir dos dados colhidos na entrevista, é quase totalmente acadêmica. Sobre sua vida antes de sua entrada na universidade, sobre a sua família, ele não falou nada. Luiz Inácio Germany Gaiger nasceu no final da década de cinqüenta, sua juventude se desenrolou sob a ditadura militar, mas numa família católica progressista. Seu pai, Dr. Celso L. F. Gaiger foi o primeiro presidente leigo do Centro de Evangelização e Catequese[299] (CECA) na década de oitenta. Um de seus irmãos é um brilhante advogado da causa indígena em Brasília.

**Foto 4 . LUIZ INÁCIO GAIGER**



Sessão de autógrafos do livro: *A economia solidária no Brasil* durante o Seminário Internacional, Trabalho e economia solidária. Porto Alegre – UFRGS, 22/11/2000, também na foto a autora da tese.

[299] Hoje, o nome é Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, o CECA é uma entidade civil de cunho religioso. No início da década de 90, seus programas formativos estavam organizados em dois campos: o teológico – pastoral e o dos movimentos sociais e populares. O CECA realiza principalmente cursos e assessorias e coordena o programa do Fundo de Miniprojetos.

Luiz Inácio entrou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde cursou um ano de engenharia, no final da década de 70; depois disto, fez um segundo vestibular para área de humanas, segundo ele, "sem saber bem se seria minha área profissional, acabou sendo depois" e cursou história formando-se em 1981. Naquela época, ele participou do movimento estudantil e do movimento de jovens. Uma organização em particular vai marcar a trajetória dele, trata-se do Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – CECA, onde ele realiza cursos de formação. Como ele mesmo comentou, neste curso formaram-se outras pessoas que hoje têm uma certa visibilidade social, política, e que eram seus colegas naquela época. Entre essas pessoas segundo a sua fala havia Paulo Ferreira, que foi secretário geral do Partido dos Trabalhadores no Estado do RS em 2001 e candidato à presidência do Estado, Silvino Heck, que foi deputado estadual e em 2001 era da diretiva do PT, bem como Leo Voigt, presidente da Fundação Mário Sirotsky sobrinho e Ricardo Balestreri, que foi quadro e presidente da Anistia brasileira e da Anistia internacional seção brasileira. É também no CECA que ele conheceu Marcos Arruda, como um instrutor e, mais tarde, foram colegas.

No ano de 1980, o Rio Grande do Sul foi agitado pelas ocupações de terra e pela formação de um gigantesco acampamento em beira de estrada na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta[300]. Este movimento de início teve por organizador o pároco de Ronda Alta, o Padre Arnildo e, depois, a Comissão Pastoral da Terra. Gaiger vai fazer parte de um Comitê de Apoio aos Acampados[301]. Este movimento mobilizou organizações não somente de todo o Brasil, mas também a nível internacional e, em particular, da França. Foi certamente um momento rico em contatos e formação de laços com intelectuais atuando com Movimentos Sociais e em especial organizações ligadas a grupos progressistas de igrejas. A situação levou também à reflexão sobre o papel dos agentes de pastoral frente aos movimentos sociais e, principalmente, frente ao Movimento Sem Terra em formação. O tema de sua pesquisa de mestrado dizia respeito à ação desenvolvida pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra junto ao MST do RS. É com esta problemática de sociologia religiosa que Luiz Inácio vai começar sua carreira de pesquisador, mas situando-a no seio da temática dominante nas ciências sociais nos anos oitenta, a dos novos Movimentos Sociais.

De 1983 a 84, Gaiger realiza um curso de especialização na Universidade Católica de Lovaina – UCL, na Bélgica a pedido do CECA e, de 1984 a 86, inicia um mestrado em sociologia da religião, sob a orientação do Dr. François Houtart.

O objetivo desta pós-graduação era qualificar-se para atuar no CECA, onde trabalhou de 1986 a 1988 como assessor na área de análise social. Naquela época, começou também a dar aulas na UNISINOS. No segundo semestre de 88, retorna à Bélgica para realizar o doutorado com o mesmo orientador. De volta ao Brasil em 1991, Luiz Inácio

---

[300] Ler a este respeito, LECHAT, Noëlle. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), p. 39-43.

[301] Este comitê lançou, em maio de 1981, o primeiro boletim "Sem Terra". Uma antiga aluna do curso de religião ministrado por Gaiger, no Colégio Sevigné de Porto Alegre, mantido por religiosas beneditinas, relatou que ele convidou as alunas a solidarizar-se com os Sem-Terra. Ele atuou também, na Pastoral da Juventude do Estado.

entra como professor em tempo integral na UNISINOS. Neste mesmo ano filia-se ao Partido dos Trabalhadores, mas não vai ser um militante "de carteirinha". Como ele mesmo revelou, sua participação é, na verdade, sazonal. Somente em épocas de campanha, se envolve um pouco mais. Fez uma escolha pela carreira acadêmica e de pesquisador, como ele mesmo explica:

> Mas eu, por falta de tempo, (...) não tenho condições de ser um bom pesquisador e um bom militante e, ainda aqui, ser um bom gestor na Universidade. Então, eu tive que optar. Acho que optar não significa uma coisa excludente, totalmente excludente nem definitiva, mas eu acho que uma contribuição que eu posso dar é aquela que advém de uma análise mais sistemática, mais metódica, que chamamos de pesquisa, porque acho que há um menor número de pessoas que faria isto, pois se exigem certas condições pessoais que são restritas, enquanto que o trabalho de mobilização social, de liderança política e ideológica requer um outro perfil. (GAIGER, 2001c).

Em termos institucionais, Luiz Inácio continua até hoje na UNISINOS, onde é professor com dedicação exclusiva desde 1994; nesse mesmo ano será relator da Comissão da Reforma Curricular. A partir de 1995, ele faz parte da coordenação e direção do Centro de Documentação e Pesquisa - CEDOPE. Foi também Coordenador do Fórum Universidade e Alternativas Sociais. Mas sua carreira acadêmica alcança um novo patamar a partir do ano de 1996, quando se torna professor titular com dedicação exclusiva na UNISINOS. Em 1997, obteve uma bolsa e foi realizar pós-doutorado na Bélgica. Desde 2000, é Diretor de Pesquisa, junto à Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa da UNISINOS. Como pesquisador balcão CNPq, ele dispõe de uma equipe de pesquisa significativa e não só com professores e alunos, mas também com membros das entidades associadas à pesquisa.

Um fato muito importante para a trajetória de Gaiger na economia solidária vai ser sua participação no seminário nacional de economia solidária da UNITRABALHO[302] como representante da região sul. Até então, somente faziam parte do GT da UNITRABALHO representantes de universidades e do mundo do trabalho dos estados de SP, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Participavam também alguns pesquisadores convidados a título individual. Nesta condição participava Dalila Pedrini, doutoranda em Serviço Social da USP de SP. Mais tarde, integraram-se ao grupo Valmor Schiochet[303] da FURB (como Dalila) e Armando Lisboa da UFSC. Esses três pesquisadores sugeriram, então, que o GT fosse ampliado com a participação de membros de outros estados e apresentaram o nome do pesquisador Luiz Inácio Gaiger da UNISINOS/RS. Por sua vez, como ele mesmo colocou na sua entrevista, Gaiger não conhecia pessoalmente nenhum dos integrantes a não ser Dalila Pedrini[304], da FURB.

---

[302] Para mais detalhes ver o capítulo 6 sobre as produções intelectuais.

[303] Valmor Schiochet integra desde a sua fundação a equipe da SENAES no MTE.

[304] Não cheguei a investigar como se conheciam, mas sem dúvida o fato de os dois estarem ligados a movimentos da Igreja católica pode ser a explicação.

O primeiro seminário nacional foi extremamente polêmico. Ocorreu nele talvez um dos primeiros confrontos a nível nacional para saber que tipo de experiências podem ou não fazer parte da economia solidária. O grupo de São Paulo associava a economia solidária às experiências de empresas autogestionárias ligadas à CUT ou às cooperativas do MST; não aceitava o que ele qualificava – e aqui vai minha interpretação a partir de entrevistas realizadas em *off* – de economia de pobres, organizada pela Igreja numa visão reformista. Tratava-se, no fundo, de uma crítica à corrente que até hoje usa o termo de economia popular solidária e que é dominante no RS[305]. Essa corrente liderada pela Cáritas brasileira foi também incorporada pelas políticas públicas do governo de Estado do RS (gestão 1999-2002, da Frente Popular liderada pelo PT).

A respeito de sua entrada no GT de economia solidária, Gaiger comentou que, a partir daquele momento, ele pôde acompanhar a discussão da UNITRABALHO. Segundo ele, não estava muito claro se o objetivo seria fazer um projeto de pesquisa ou um grupo de discussão teórica, um grupo de troca de idéias, quando evoluiu para a idéia de fazer um projeto; este passou por duas, três versões e Gaiger se dispôs a colaborar para redigir e ajudar numa série de questões de natureza conceitual e metodológica. Num certo momento, ele assumiu o cargo de relator das discussões do grupo e acabou sendo o redator do projeto que passou por uma nova reformulação. Finalmente, foi convidado a assumir a coordenação do projeto, segundo ele, por falta de disposição dos outros membros. "Foi até uma coisa assim: Fulano? Não, não posso; sicrano? Não, também não quero, e aí que acabou que..., acho que eu não seria o candidato natural a assumir naquele momento esta tarefa, mas acabou sendo assim". (GAIGER, 2001c). O projeto se torna um programa da UNITRABALHO e, num primeiro tempo, tem ainda o nome do Professor Paul Singer como coordenador, junto com Luiz Inácio Gaiger. Em 2002, por ocasião de um projeto financiado pela ONG holandesa NOVIB, a equipe de coordenação nacional deste programa se reforça com Farid Eid (UFSCar), Jorge Lorenzetti (UFSC) coordenador de Relações Internacionais da UNITRABALHO, Francisco J. C. Mazzeu (UNESP) Diretor Executivo da UNITRABALHO, além de Luiz Inácio Gaiger que continua como coordenador nacional da pesquisa *Significado e tendências da economia solidária no Brasil*. Ele representou também a UNITRABALHO no GT brasileiro de Economia Solidária. Pela importância das pessoas da equipe, podemos imaginar que este programa se tornou preponderante no seio da UNITRABALHO.

Em novembro de 1997, Gaiger participou do *I Congreso Internacional sobre Economía Social y Solidaria y Descentralización Comunal na Universidade Nacional* – Mar del Plata, na Argentina, com a palestra "*A economia solidária: uma reflexão desde o*

[305] Um exemplo muito concreto da rivalidade entre as duas apelações pode ser percebido no documento divulgado no II Fórum Social Mundial com os textos escritos pelas entidades organizadoras do Seminário Internacional sobre Economia Solidária ocorrido durante o Fórum nos dias 01 e 02 de fevereiro. A economia solidária constituía um dos cinco temas do primeiro eixo das conferências do Fórum, mas o documento tem na capa e no rodapé de todas as páginas a inscrição Economia Popular Solidária.

*Brasil*". Assim, a partir de 97, os resultados da pesquisa coordenada por Gaiger e sua análise, vão ser conhecidos a nível nacional e internacional.

A partir de 2001, Gaiger fará parte de todos os GTs de Economia Solidária que organizaram os Seminários de Economia Solidária nos diversos Fóruns Sociais Mundiais (2001, 2002, 2003) e das Plenárias Nacionais do Fórum de Economia Solidária como representante da UNITRABALHO. (2003, 2004).

Em 2003, Gaiger integra o corpo professoral da *Maestría en Economía Social* (MAES) do Instituto Del Conurbano de la Universidad de General Sarmiento cujo diretor acadêmico é José Luis Coraggio. Ele também faz parte da *Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria*[306] – RILESS, criada por Coraggio e cujo Comitê organizador ele integra com este e com Jean-Louis Laville. A rede prevê sua extensão ao FLASCO, à UNITRABALHO e ao EMES. A rede tem por função construir um espaço de produção científica cooperativa e de reflexão coletiva sobre os desafios que colocam as práticas da nova economia. Ela se propõe a manter um contato permanente e colocar-se ao serviço das redes de ativistas em vista de uma outra economia na América Latina. Em 2004, Gaiger integra a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária e participa do Painel *O desafio da pesquisa e da atividade profissional em economia solidária*, organizado por esta associação em 28 de agosto de 2004 na UNICAMP.

A trajetória de Gaiger em termos de reconhecimento faz-se, por enquanto, a partir da participação em colóquios, em publicações, em formação de redes de pesquisadores tanto a nível nacional quanto internacional. Ele se aproxima principalmente, como acabamos de ver, de Luis Coraggio e de Jean-Louis Laville.

### 5.4. O cruzamento das trajetórias, os eventos e a formação do campo

As trajetórias iniciam em épocas e locais distintos e em meios sociais muito diferentes. A trajetória de Paul Singer começa no seio de uma família de imigrantes austro-judaicos radicada em São Paulo, a de Marcos Arruda, numa família conservadora e tradicional do Rio de Janeiro e a de Luiz Inácio numa família progressista e católica do Sul do Brasil. Suas entradas na vida adulta também foram diversas, mas caracterizadas por escolhas marcantes. Paul Singer viveu num kibutz e escolheu uma profissão técnica, apesar de seu desejo de cursar uma faculdade; Marcos Arruda trabalhou e militou na fábrica quando já era geólogo formado; Luiz Inácio Gaiger apoiou o MST e realizou um mestrado na Bélgica para voltar a trabalhar para uma ONG. Claro que, neste último caso, a escolha

[306] Esta red es un proyecto conjunto de la Maestría en Economía Social (MAES) y URBARED, del Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), del Grupo de Investigación sobre Economía Solidaria de la Cátedra UNESCO/UNISINOS, y del Programa de Posgrado en Economía Social (PES)/FLACSO-Ecuador. Se alojará en el servidor de URBARED, un emprendimiento conjunto del Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento y el Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacioal Autónoma de México (UNAM).

não foi tão extrema. Há um compromisso destes três intelectuais que aponta também para uma crítica à ordem vigente, ao sistema em vigor. Há uma rejeição de uma solução individual em proveito de uma busca de solução coletiva. Os ideais de juventude reaparecem ou, dependendo do caso, se prolongam com a economia solidária, com a diferença que, desta vez, eles podem continuar sendo o que eles gostam de ser, professor, consultor, pesquisador e podem ficar nas instituições das quais já faziam parte.

As redes de relações sociais ao redor da economia solidária vão ter suportes sólidos vários, como as universidades, os sindicatos, principalmente a CUT, a Cáritas e os meios progressistas da Igreja católica, no seio dos quais há ativistas de várias correntes petistas. A seguir, vou tentar desenhar a formação destes laços.

Em 1995, quando Luiz Inácio Gaiger apresentou suas análises, primeiro no sétimo Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e, depois, no momento da publicação do livro síntese *Formas de combate e de resistência à pobreza,* nem Singer, nem Arruda participaram destes dois eventos. No entanto, já se iniciava entre as linhas um debate com Singer. Na apresentação do livro, Gaiger escreveu: "O cenário dos anos 90, por certo, não condiz com a imagem de uma *sociedade em movimento* rumo a um patamar superior de civilidade...". (1996, p. 7). Estes termos em itálico lembram o título do livro de Singer e Brandt, publicado em 1980, *São Paulo, o povo em movimento*; texto, aliás, já citado por Gaiger em 1994 na sua avaliação dos miniprojetos do PACs.

Entre os integrantes do livro, Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn são sociólogas que trabalhavam há tempo com os movimentos sociais e continuaram nesta linha. Os outros autores são ligados à Cáritas ou, como no caso de Léo Voigt, são antigos colegas do Gaiger. Entre eles encontramos, como pessoa de destaque na economia solidária hoje, Ademar Bertucci, coordenador da Cáritas nacional e integrante a este título do GT brasileiro de Economia Solidária, pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária[307] (isto em inícios de 2003).

Como já foi contado acima, Singer começou a estudar a economia solidária a convite da UNITRABALHO e, em especial, de um grupo de professores da UNESP. Em setembro de 1997, o grupo de estudos da UNITRABALHO sobre economia solidária vai convocar na PUC/SP um certo número de pesquisadores de todo o país. Os convites, pelo menos na região sul foram feitos por sugestão dos participantes. Assim Dalila Pedrini da FURB (Blumenau, SC) participava na qualidade de doutoranda da PUC – SP e tinha sido convidada por Cláudio Nascimento que participava enquanto membro da CUT-SP. Mais tarde, eles convidaram Valmor Schiochet e Armando Lisboa da UFSC e, finalmente, sugeriram a incorporação ao grupo de um maior número de integrantes entre os quais Luiz Inácio Gaiger. É a partir da UNITRABALHO que Singer e Gaiger vão se conhecer e fazer parcerias na coordenação do grupo e que Singer vai ouvir falar de Marcos Arruda.

[307] Ver foto n. 6.

> Nós aqui do Sul, sugerimos que o GT fosse integrado também por membros de outros estados porque, até então, somente faziam parte os estados de SP, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Naquela ocasião, eu ainda morava em SP, não representava SC no GT. Assim, a partir daquele seminário, a região Sul passou a ser representada pelo Prof. Luiz Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS, sendo que seu nome foi indicado pela nossa equipe de SC que participou do referido seminário. (PEDRINI, 2001).

Pelos relatos que me fez um dos integrantes do grupo[308], esta reunião foi muito polêmica e levou à ruptura do grupo. De um lado, "os paulistas" com uma visão da economia solidária mais empresarial onde a autogestão é uma forma alternativa num mundo competitivo. É a linha mais espanhola. Por outro, a linha cristã de combate à miséria, tachada pelos primeiros de assistencialista. Percebe-se, por trás da postura que vê nas empresas autogeridas a ponta de lança e o modelo para a economia solidária, uma análise marxista segundo a qual a classe operária assume o papel de vanguarda e que suas lutas são fundamentais, enquanto que a dos trabalhadores que não foram forjados nas lutas sindicais só podem levar a combates secundários. Pelo relato deste informante, Gaiger, que participava pela primeira vez, mostrou-se resoluto e incisivo. Mais tarde, no entanto, o professor Singer procurou os diversos integrantes e propôs manter o grupo apesar das divergências.

Podemos perceber então que não foi fácil reunir as diversas concepções de economia solidária. Havia e continuam existindo divergências a respeito do tipo de economia solidária que deve ser construído, em função do objetivo procurado. Poderíamos situar estas propostas num continuum que iria da criação de renda e trabalho, simplesmente para uma parte significativa da população marginalizada até a proposta de um novo modo de produção que se apresente como uma alternativa ao capitalismo. Quanto à sua efetivação, as opções são múltiplas; para uns, tratar-se-ia de uma economia fechada e paralela à economia capitalista, enquanto para outros seria uma economia que poderia pretender entrar em concorrência contra esta e até substituir seu modo de produção, ou ainda, seria uma economia mista inserida e em relação com o mercado capitalista, mas com características distintas.

Quais destas fórmulas são teoricamente sustentáveis, quais estão ocorrendo na realidade e quais são desejadas, são algumas das questões debatidas entre os intelectuais. No sexto capítulo veremos os argumentos teóricos que Gaiger avança sobre estas questões ao longo de suas publicações. Assim, ele vai criticar a postura que defende que a economia solidária seja um projeto que pode substituir o sistema capitalista o que não impede que, em

[308] A entrevista me foi concedida em "off". Por esta razão não revelarei o nome do informante. Nos relatos que recolhi dos outros participantes, essa briga foi omitida. Insisti, no entanto, sobre o fato e recebi de Gaiger a resposta seguinte: "diria que essas pessoas que brigam dentro deste campo, brigariam se fosse em outro campo. Não é porque é economia solidária que brigam, é porque têm uma propensão ou dificuldade de estabelecerem acordos e convergirem nas suas instituições". Singer, por sua vez, respondeu: "Hoje, infelizmente, não existe só polêmica, existem divergências políticas a respeito disto".

julho de 2003, ele a considera; "como ensaio de um novo projeto de sociedade, calcado na democratização da economia e na cidadania". (Gaiger, 2003c).

Há outras divergências em relação às qualidades exigidas para considerar que um empreendimento faça parte ou não do campo da economia solidária, como no caso das cooperativas tradicionais ou de trabalho, estas criadas mais recentemente. Arruda, apesar de mostrar-se muito crítico a respeito de certas posturas políticas é bastante flexível nos seus contatos com estes ramos do cooperativismo para os quais realiza palestras e assessorias.

Voltando ao primeiro programa nacional de pesquisa elaborado pela UNITRABALHO, após o encontro conflituoso entre os pesquisadores, pode-se dizer que seu título *Programa de Pesquisa sobre economia solidária e autogestão* mostra a hegemonia do grupo que naquele momento se concentrava a redor do princípio da autogestão. Além de problemas de relacionamento pessoal, outra divisão no seio do campo da economia solidária, e mais especificamente no seio das universidades, foi provocada pela reunião num único programa[309] da Rede de Incubadoras[310] e do grupo de pesquisa de economia solidária, já que ela interferiu na autonomia da Rede, criada antes do GT e, principalmente, pela ingerência nos projetos de financiamento internacional[311]. Os antagonismos foram tantos que, desde 2003, a UNITRABALHO não reconhece mais a Rede de ITCP como parceira e criou uma nova sigla para as Incubadoras de Empreendimentos Solidários ligadas aos núcleos da UNITRABALHO, a ponto de colocar em situação muito delicada as ITCPs, já constituídas há mais tempo com esse nome e que desejam ficar ligadas à UNITRABALHO.

A realização efetiva de uma pesquisa nacional para mapear a economia solidária pode ter sido um fator de estreitamento dos contatos e de ampliação das equipes de pesquisa nas diversas universidades ligadas à UNITRABALHO, mas a publicação dos resultados, em 2004, não esconde que, apesar de um planejamento unificador, cada grupo de pesquisa trabalhou de maneira autônoma a partir dos seus referências teóricos e metodológicos. Os dados apresentados formam uma verdadeira colcha de retalhos. Iniciada em 1999, esta pesquisa contou com a participação de universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina[312], São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, e o Distrito Federal; parece que havia previsão de incluir os estados do Pará e do Amazonas, mas ela não se efetivou.

Uma terceira iniciativa de aproximação dos pesquisadores da UNITRABALHO teve lugar em 2002. Antonio Cattani e Luiz Inácio Gaiger, membros da regional sul, tomaram a iniciativa de reunir intelectuais para pensar, elaborar e realizar um livro de referência sobre

[309] O programa passou a chamar-se: Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Economia Solidária e Autogestionária

[310] A primeira Incubadora de cooperativas populares foi criada na COPPE da UFRJ com assessoria da UFSM (RS).

[311] A Rede de Incubadoras, por não possuir estatuto jurídico, teve que pedir à UNITRABALHO, de realizar o pedido de financiamento; houve um remanejo do projeto, a pedido dos financiadores, mas sem consulta à Rede.

[312] Na região Sul, participam da pesquisa a UNISINOS e a FURB, duas universidades particulares.

*A outra economia*. Para preparação desta obra foram organizados dois encontros de dois dias, um dos quais de palestras e grupos de trabalho[313], o outro reservado às discussões dos autores. Todos os participantes puderam dar suas sugestões sobre os verbetes que deveriam constar e, em seguida, esta lista foi estabelecida em conjunto e os verbetes distribuídos entre os participantes ou foram dadas sugestões de convite para que outros intelectuais os redigissem[314]. Caso existissem vários especialistas no assunto, a elaboração foi conjunta. Tudo isto levou a novos contatos e conhecimento mútuo entre pelo menos dezenove dos trinta autores[315]. Além de professores universitários, participaram membros do governo do RS, e de ONGs. Uma vez elaborados, os verbetes circularam de maneira espontânea entre alguns participantes para sugestões e críticas.

Atualmente, a economia solidária é um dos quatro programas prioritários da UNITRABALHO. Os pesquisadores se reúnem, regional e nacionalmente, em seminários anuais[316] para debater suas pesquisas e atividades de extensão. E é a título de entidade nacional de apoio à economia solidária que ela participou do GT Brasileiro de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Esta rede, presente em quase todos os estados brasileiros[317], tem contribuído, sem dúvida, para o sucesso da economia solidária como tema de estudos e pesquisas no seio das universidades de norte a sul do país.

Voltando, no entanto, a agosto de 1993, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Federação dos Sindicatos de Trabalhadores da Mineração articularam, por iniciativa de Lia Tiriba, o primeiro seminário sobre autogestão em Criciumal intitulado "*Autogestão, realização de um sonho*[318]". Deste encontro participou também a recém-nascida ANTEAG. Esta entidade teve o apoio de diversas organizações. Segundo o diretor técnico do DIEESE, Sérgio Mendonça,

> o DIEESE foi fonte de modelo institucional para a Anteag, (...). O formato estrutural do DIEESE teve forte influência tanto na direção técnica, quanto na linha política. Além de assistir tecnicamente a gestão das empresas assumidas pelos trabalhadores, o órgão inspirou a abertura de escritórios regionais da

[313] O primeiro aconteceu em Porto Alegre em abril de 2002, o segundo na UNISINOS em novembro do mesmo ano.

[314] Na foto nº 1, na parede atrás dos autores do livro reunidos na UNISINOS, podem ser vistos os cartazes com os verbetes escolhidos.

[315] Entre os 30 autores do dicionário encontram-se Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Inácio Gaiger, a autora desta tese (esses dois últimos trabalhando no RS), bem como dois pesquisadores da UFRGS, seis professores da UNISINOS, outra professora da UNIJUÍ (RS) e dois integrantes da SEDAI (RS), ou seja, quase a metade deles é gaúcha (13). Os demais são das universidades federais de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro (UFF, UFRJ), Minas Gerais, Pernambuco (UFRPE), da FURB (SC), dois autores peruanos, um argentino, uma chilena vivendo na França e uma brasileira vivendo na Argentina. Os estrangeiros, bem como Singer não estiveram presentes. Os que se fizeram presentes a esta reunião podem ser vistos na foto nº 1.

[316] Por exemplo, Região Sul RS, SC, PR.

[317] Em 2004, noventa universidades brasileiras estavam filiadas à UNITRABALHO e ela possuía Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários em 22 estados da Federação.

[318] Para Paulo Leboutte, no seu livro Economia Popular Solidária e Políticas Públicas, o evento teria acontecido em 1992 com a participação da ANTEAG. A data, no entanto não é correta pois a ANTEAG só existe como tal a partir de 1994.

> Anteag, buscando atuar junto à educação, no sentido de estimular uma nova cultura no trabalhador – a de comandar empresas. (MENDONÇA, 2000, p. 49).

De início, a ANTEAG teve a ajuda da Ação pela Cidadania e, principalmente, do Betinho que realizou o primeiro contato com a Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho. Destes contatos, resultou o projeto de formação dos dirigentes das empresas, o Master Business of Administration em autogestão, que foi ministrado em São Paulo. Também foi assinado o convênio com a UNITRABALHO para realização de um curso de autogestão em 10 módulos em 1997. No seio do governo várias pessoas trouxeram seu apoio, como Ana Peliano da então Comunidade Solidária que, depois, tornou-se conselheira da ANTEAG. O apoio financeiro da FINEP foi fundamental para a sobrevivência da organização. Esta instituição liberou o financiamento do custeio do corpo técnico, permitindo que a ANTEAG construísse seu modelo de assessoria às empresas autogestionárias. Como já foi mencionado, Paul Singer tornou-se conselheiro da ANTEAG substituindo o Betinho "no processo de reflexão, nos debates e nos conflitos que necessariamente envolvem nosso cotidiano". (ANTEAG, 2000, p. 138-139).

A ANTEAG vem ampliando suas atividades nas diversas regiões do país, organizando trabalhadores através da constituição de empreendimentos coletivos que possam tanto garantir os que estão na iminência do desemprego quanto criar perspectivas concretas de inclusão no mercado dos que foram excluídos e marginalizados. Em 2000, já assessorava 140 projetos e 30 mil postos de trabalho tinham sido recriados. O primeiro governo estadual a contratar seus serviços foi o do Rio Grande do Sul, com um convênio assinado em 15 de dezembro de 1999, que terminaria no final de 2001. Segundo seu técnico responsável no RS[319], o convênio foi encerrado[320] para a "realização de convênios também com instituições do próprio Estado". (LEBOUTTE, 2003, p. 48). De fato, vão se envolver no programa universidades, sindicatos e ONGs, embora a coordenação seja confiada à ITCP da COPPE/UFRJ, que já vinha assessorando a SEDAI neste campo desde o início do governo. Em 2002, a ANTEAG tinha escritórios no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Amapá.

Um outro suporte para a proliferação de iniciativas de economia solidária foi a CUT. No dia 1º de agosto 1997, no Seminário da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) ligados à CUT, chegaram dez propostas apresentadas pelos trabalhadores e comentadas por Paul Singer, Aloísio Mercadante, Marilena Nakato e Marcos Arruda. Mais tarde, a CNM definirá o tipo de trabalho associativo: as USPs (Unidades Solidárias de Produção). Se Singer tinha ouvido falar de Marcos Arruda e, por ocasião de uma passagem no Rio, foi visitar o PACS para conhecê-lo, desta vez eles vão trabalhar juntos.

---

[319] Paul Leboutte, que estava até 1999 na direção dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas e Afins de Triunfo –SINDIPOLO- e na direção da CUT Regional Metropolitana de Porto Alegre, integrou, desde o início do convênio, a equipe de coordenação da ANTEAG. Após o fim do contrato, integrou por sua vez a ITCP da COPPE/UFRJ.

[320] A prática da ANTEAG concerne às empresas urbanas; no caso de assessoria a cooperativas ou associações rurais, observou-se que sua metodologia não estava satisfatoriamente adaptada.

A CUT passou a criar sua própria entidade de apoio à economia solidária, a ADS/CUT, da qual Singer também foi assessor.

O primeiro evento importante para a formação do campo da economia solidária foi o Seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, organizado na Universidade Católica de Salvador, na Bahia e teve lugar antes mesmo do primeiro Fórum Social Mundial. É a primeira vez que o tema da economia solidária constituiu o assunto central de um seminário acadêmico no país. Intelectuais conceituados como Francisco de Oliveira e Paul Singer figuraram entre os palestrantes, mas também e pela primeira vez estiveram com eles Gaiger e Arruda, com suas especificidades e divergências. Deste encontro participaram também outros autores entre os quais José Luis Coraggio, José Luís Fiori, Luiz Alberto Gómez de Souza e Gabriel Kraychete[321]. Este último era um dos organizadores do evento e do livro que, com o mesmo título, reuniu os textos das intervenções[322]. O encontro consistiu numa das atividades do programa de pesquisa e extensão denominado "economia dos setores populares". O Seminário reuniu cerca de 120 pessoas procedentes de 10 estados. O público variado era composto não somente de professores e alunos, mas também de representantes de grupos populares e ONGs, entre as quais a Cooperação e Apoio a Projeto de Inspiração Alternativa – CAPINA do Rio de Janeiro, o CERIS Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, órgãos governamentais e agências de cooperação. As questões debatidas depois de cada palestra foram elas também publicadas. Pelo número de estados representados, pela diversidade dos agentes e pela natureza dos debates, podemos avaliar que se tratou de um evento importante para a formação de laços entre participantes e suas entidades. Reunir pesquisadores e ativistas na academia é uma iniciativa notável e indica o quanto este campo tem suas lógicas e especificidades próprias. O fato de o Seminário não ter acontecido nem em São Paulo, nem no Rio, nem mesmo em Porto Alegre exige reflexão; ocorreu, contudo em meio católico, o que reforça minha análise da importância da Igreja católica progressista como um dos fios da trama que sustenta o campo da economia solidária. O Seminário trata dos setores populares, alvos das atenções da Igreja como já comentamos no capítulo sobre os nomes. A presença de Coraggio, um pesquisador argentino, é também um indicativo dos laços entre latino-americanos na questão da economia solidária.

Esse título dualista "entre a realidade e a utopia" vai reaparecer em outros eventos como em 2002 em Porto Alegre: *Economia solidária, solução ou ilusão?* E, alguns meses depois, mas com outro tipo de dualidade, *Economia solidária, teoria e prática.* Esses dois eventos, já mencionados anteriormente, foram organizados pela UNITRABALHO.

---

[321] A ausência de Lia Tiriba, especialista nesta questão é, sem dúvida, explicada pela sua estada na Espanha naquela época para a realização de um doutorado.

[322] Em 07/08/2002 na cidade de Salvador da Bahia, Marcos Arruda, Paul Singer, José Luis Coraggio, Gabriel Kraychete e Jean Louis Laville participaram também do Seminário Internacional sobre *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*, realizado na Fundação Luis Eduardo Magalhães. Palestras e entrevistas foram publicadas na revista Bahia Análises & Dados, v. 12, n. 1, 2002.

Um segundo evento que tratou de reunir o campo foi a obra *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, organizada por Paul Singer e André de Souza[323], na qual mais uma vez os três autores estiveram reunidos; além disso, ela contém análises de experiências práticas. Desta vez, é apresentado publicamente com toda a sua diversidade o conjunto do campo da economia solidária. Além do prólogo e da exposição da tese de Singer sobre a economia solidária como modo de produção e distribuição, o livro está dividido em sete partes. Nas duas primeiras há relatos ou análise de experiências de cooperativas industriais e de empreendimentos autogestionários como as do MST ou de sindicatos. A terceira apresenta agências de fomento da economia solidária como as incubadoras universitárias e o projeto da CUT; a quarta, sistemas de crédito solidário, a quinta, projetos comunitários, a sexta, experiências alternativas de comércio, habitação e crédito e a sétima, organizações econômicas fundamentadas em princípios éticos, mas que não fazem necessariamente parte da economia solidária, como a Economia de Comunhão.

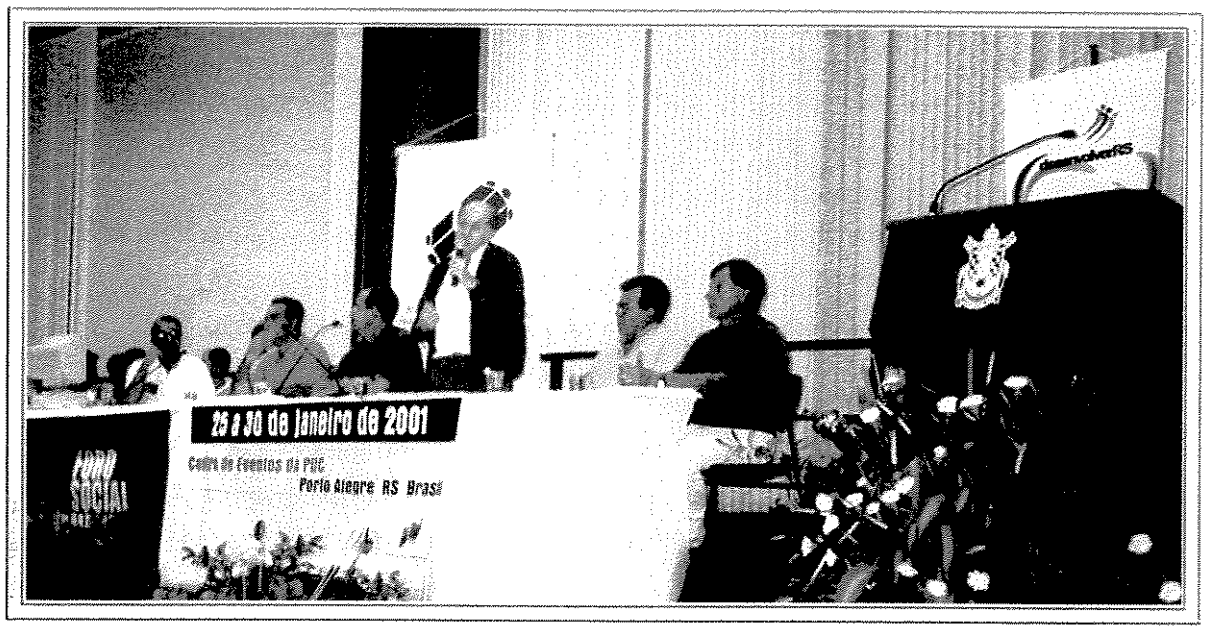
O livro teve seu lançamento em novembro de 2000 por ocasião do Seminário Internacional – *Trabalho e Economia Solidária: políticas públicas para o desenvolvimento*, organizado pelo Governo do Estado do RS em Porto Alegre[324]. Participaram dele representantes do Ministério francês das Questões Sociais, do Trabalho e da Solidariedade, o diretor do DIEESE, representantes dos poderes públicos da Toscana (Itália), o representante da COLACOT, o diretor da ANTEAG, representantes das federações de cooperativas da França e da Espanha, do Canada, a ADS/CUT, a Cáritas, uma representante da Rede de socioeconomia solidária, representantes do BNDES, do Banrisul, da FINEP e do Governo de Porto Alegre. Vários convênios foram assinados na ocasião com entidades internacionais. Além do lançamento do livro organizado por SINGER, houve também o lançamento[325] do livro de Euclides Mance *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Este segundo Seminário Internacional organizado pelo Governo da Frente Popular do Rio Grande do Sul, representou um passo importante para a consolidação das relações internacionais na área da economia solidária e foi sem dúvida uma etapa preparatória ao Seminário de Economia Solidária que ia acontecer dois meses depois durante o Primeiro Fórum Social Mundial.

Finalmente, quero lembrar os eventos de economia solidária que ocorreram por ocasião dos três primeiros Fóruns Sociais Mundiais. No primeiro deles, realizou-se a oficina *Economia Popular Solidária e Autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda*, com a duração de dois dias (28 e 29/01/2001), sendo que a participação foi de 1.500 pessoas, número limitado por falta de espaço físico. Nesta oficina foram apresentadas experiências e agentes da economia solidária da França e do Brasil, tais como a experiência da Cooperminas (SC), da ANTEAG, da ADS/CUT, da Rede de ITCP, da USP, da Cáritas

[323] Na época, André de Souza era mestrando em sociologia na USP, integrante do NUPES e autor da idéia da coletânea.
[324] O evento aconteceu no Salão da Reitoria da UFRGS. Ver foto n. 4.
[325] De fato, o livro já estava em circulação há quase um ano.

Diocesana, da Prefeitura Municipal de Belém (PA), da SEDAI (Governo do RS) e da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho da França. Houve também o lançamento da Rede Global para intercâmbio entre diferentes redes e organizações nacionais e internacionais.

**FOTO 5. Paul Singer palestrando na Oficina de Economia Solidária durante o I FSM, PUC, Porto Alegre, 29/01/2001.**




A partir da esquerda: Cido Farias - ANTEAG; Marines Besson – Cáritas (não aparece); Edmilson Brito Rodrigues: Prefeito de Belém do Pará; Paul Singer – USP; Remígio Todeschini, ADS/CUT Nacional; Valério Preis da Cooperminas.

Resultou também do I Fórum a criação do Grupo de Trabalho (GT) brasileiro de economia solidária reunindo entidades nacionais (ANTEAG, ADS/CUT, FASE, Cáritas, PACS, IBASE, e CONCRAB, com apoio do Governo Estadual do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre). Este GT preparou as atividades para o II FSM, onde a economia solidária já fez parte do eixo1 – Produção de Riqueza e Reprodução Social -, e um conjunto de textos preparatórios foi divulgado pela internet e distribuído sob a forma de caderno durante o Seminário[326]. Este foi dividido em quatro eixos, 1. Economia solidária e autogestão como radicalização da democracia, 2. Contribuições da economia solidária e da autogestão a projetos nacionais de desenvolvimento sustentável, 3. Por uma cultura do trabalho e desenvolvimento humano, e 4. Redes de economia solidária e sustentabilidade.

[326] O caderno tem 82 páginas e textos produzidos por todas as entidades organizadoras menos da CONCRAB, que não participou do Seminário. A explicação dada foi que o MST estava priorizando outros temas no Fórum Social Mundial.

Este mesmo Grupo cresceu, incorporando-se a ele a Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Micro-Crédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares, o PACS, a RBSES, a Rede Universitária de ITCP, a UNITRABALHO, e promoveu, em dezembro de 2002 em São Paulo, o Encontro Nacional de Economia Solidária para elaborar propostas de Políticas Públicas para o futuro governo do Presidente Lula. O GT da Economia Solidária enviou então, no mesmo mês, uma carta ao futuro Presidente com diversas propostas de políticas públicas em prol da economia solidária e sugeriu a criação de uma Secretaria. A proposta foi acatada e Lula convidou o professor Paul Singer para montar e coordenar a Secretaria de Economia Solidária, recém-criada no Ministério do Trabalho e Emprego. Isto foi uma vitória do Movimento, pois a Presidência só havia previsto a criação de um setor de economia solidária no BNDES.

No III FSM, no teatro da PUC, pequeno para receber todo o público desejoso de participar, foi lançado o movimento pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária para que a interlocução da sociedade civil com esta Secretaria fosse a mais representativa possível e em vista de unir os diversos empreendimentos de economia solidária e os órgãos de apoio a estas iniciativas tais como organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, igrejas, sindicatos, universidades, gestores públicos e instituições operadoras com micro-créditos.

As atividades ligadas à economia solidária foram muito numerosas e diversas neste Fórum. Além de um painel e de um seminário internacional formado por quatro mesas redondas, mais de 123 oficinas de economia solidária, e uma feira de economia solidária reuniram milhares de pessoas de quatro continentes, principalmente da América Latina, mas também do Canadá e dos EUA, da Europa, de africanos de língua francesa e inglesa, e alguns orientais. Certas atividades se desenvolveram durante todo o Fórum inspiradas pela economia solidária como, por exemplo, o acampamento da juventude que foi organizado de maneira autogestionária. As praças de alimentação do Estádio Beira Rio, e a feira de artesanato e confecções tiveram a participação dos empreendimentos populares da economia solidária bem como lhes foram confiados pela organização do Fórum a fabricação das camisetas, das bolsas e a impressão do material entregue aos delegados.

**FOTO 6. Lançamento do movimento pró-Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Porto Alegre – Teatro da PUC, 26/01/2003.**




A partir da esquerda: Marcos Arruda – RBSES; Egeu Gómez Esteves - ADS/CUT; Luiz Inácio Gaiger - UNITRABALHO; Luigi Verardo - ANTEAG; Ademar Bertucci - Cáritas; Sônia Kruppa - Rede de ITCP; Paul Singer (de pé) - SENAES; Rosemary Gomes - FASE; João Roberto Lopes - Alzira Medeiros - Fórum dos Gestores de Políticas Públicas; Sérgio Kapron - SEDAI (gestão 99/2002).

Os fóruns foram eventos fundamentais para a formação do campo da economia solidária, mas nada aconteceria nestes momentos-chave sem as centenas de contatos, encontros, atividades conjuntas que aconteceram entre um fórum e outro. Os FSMs são momentos densos e ricos de contatos durante os quais firmam-se acordos e o resultado do trabalho anterior é mostrado publicamente. Isto não quer dizer que as coisas se realizem sempre como certas entidades o desejam, nem com a velocidade almejada. Assim, no terceiro FSM não foi possível constituir nem o Fórum Mundial de Economia Solidária, nem tornar oficial o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. No primeiro caso, as conversas demonstraram que as organizações a nível internacional não falam ainda totalmente a mesma linguagem. A nível nacional, algumas divergências impediram a oficialização do Fórum nacional e a tarefa ficou marcada para junho de 2003. Contudo, está se configurando uma estruturação do campo e a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária vai, sem dúvida, facilitar esse processo. Com a Secretaria, podemos esperar uma coordenação a nível nacional das iniciativas de fomento da economia solidária dentro de um marco maior e muito mais integrado a outras ações nas áreas de educação, tecnologias

alternativas, saúde, ecologia[327]. A SENAES vai dar um impulso aos fóruns de economia solidária e à organização dos trabalhadores desta economia com a realização em 2003 e 2004 de uma série de eventos estaduais e nacionais subvencionados e graças a um mapeamento a nível nacional de todos os empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento da sociedade civil para a constituição de um banco de dados. Esta última iniciativa conta com a participação de Luiz Inácio Gaiger que trabalha há alguns anos, entre outras coisas, na organização de pesquisas com o objetivo de orientar a elaboração de políticas públicas. Uma outra ajuda diz respeito a financiamentos públicos da FINEP e da Fundação Banco do Brasil às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e às incubadoras de economia solidária.

[327] A Rede UNITRABALHO, solicitou financiamento para suas incubadoras de economia solidária no Brasil inteiro, a fim de realizar apoio e fomento para associações e cooperativas formadas por participantes das políticas sociais do governo (Fome Zero, Alfabetização, famílias dos programas Bolsa-Escola e Primeiro Emprego), entre outros. Convênios para financiamentos foram assinados com a FINEP e a Fundação Banco do Brasil no segundo semestre de 2004. A Rede de ITCPs também introduziu solicitações e os recursos foram repartidos entre as duas redes (ITCP e UNITRABALHO).

# 6. O DITO DE TRÊS INTELECTUAIS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Il est impossible de bien décrire un phénomène culturel, (...) sans tenir compte de l'idée que s'en font ceux qui y participent; or on n'observe pas les idées, on les comprend intuitivement, et on ne les décrit pas, on les interprète. (DAN SPERBER, 1982, p.15)*

No capítulo anterior esbocei a trajetória de vida pessoal, acadêmica e militante de três intelectuais até eles chegarem ao estudo, à pesquisa e à divulgação de certas práticas reunidas sob os termos de economia solidária. No terceiro capítulo, pintei o quadro socioeconômico e político das décadas de oitenta e noventa, época durante a qual foi pouco a pouco se formando o campo da economia solidária. Relatei diversas ações em vista da produção de renda e trabalho para populações carentes ou excluídas e certas experiências de ocupação de fábricas, formação de associações e cooperativas no meio rural e urbano de norte ao sul do Brasil. Mostrei, após, os significados atribuídos aos diversos nomes e adjetivos com os quais esses projetos e essas realidades foram designados, sua circulação e as diversas entidades e pessoas que os veiculam e divulgam. A trama que sustenta a economia solidária está montada. Este sexto capítulo é dedicado mais especificamente à análise da produção dos três intelectuais escolhidos para assim completar a interpretação do conjunto de coisas feitas e ditas. Com certeza, os escritos vão tornar a trama mais evidente, clareando diversos aspectos da construção deste campo, de suas tensões, debates e também de sua solidariedade.

Não passou desapercebido o fato de intelectuais criarem uma nova terminologia para o que chamei genericamente de economia solidária, pois o objetivo era justamente ser notado, chamar a atenção e "reunir as tropas". A título de exemplo, apresento a citação do economista Armando de Melo Lisboa, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que enfatiza o papel e, até, a missão dos intelectuais na construção de uma economia popular solidária.

> Constatar a relevância das quase incontáveis experiências econômicas associativas, que pululam com freqüência no plano municipal, não deve levar a ficar restrito a um culto do localismo, mas nos desafia a pensar seu significado mais amplo. Como as iniciativas surgem a partir do local e do micro-econômico (o que é imposto pela própria urgência dos problemas da sobrevivência), um dos principais desafios é o de gestar uma visão/utopia global (desafio utópico); caso contrário, se elas se prenderem ao localismo das pequenas soluções isoladas, entregar-se-á às forças neoliberais o governo do mundo. (...) Face ao atual império do Mercado desumanizado, como construir um outro Mercado, socializado? Diante do vácuo gerado pelo não cumprimento das promessas das velhas ideologias, as experiências solidárias alternativas estão desafiadas a assumirem um protagonismo maior, a demonstrarem que uma outra humanidade é possível. (LISBOA, 2000, p. 51) (...)
> Entretanto, no momento se coloca o desafio de conjugar estes caminhos (do comércio justo, de moeda social e das redes da EPS[328]): esta é uma forte possibilidade em debate e já em construção. (LISBOA, 2000, p. 52).

Se foi a partir de 1996 que as categorias de economia solidária ou de solidariedade começaram a aparecer nos escritos de brasileiros, a realidade à qual os autores se referem com estas categorias é bem anterior, recebendo as mais diversas apelações na época do seu surgimento, como já mencionei anteriormente.

O presente capítulo acompanha Luis Inácio Gaiger, Marcos Arruda e Paul Singer nos seus itinerários intelectuais em busca da construção das noções de economia popular solidária, socioeconomia solidária e economia solidária para sua efetivação e compreensão. Este estudo é necessário para a compreensão do campo da economia solidária como um conjunto de concepções, de relações e de práticas. É preciso também observar o contexto que dá significado e inteligibilidade ao discurso destes intelectuais, compreender como estes intelectuais constroem seus significados, representam seus sistemas de valores e emitem publicamente um código simbólico sobre a realidade na qual estão envolvidos.

## 6.1. Produção de Paul Singer

Paul Singer foi fundador e coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP -, da USP, de 1998 a 2002. Se por vezes ele evita a palavra cooperativismo por causa do seu desgaste, vê porém a economia solidária como um cooperativismo autogestionário. Ao nomear o conjunto de experiências de economia solidária, ele pretende diferenciar suas práticas de práticas anteriores, implicitamente do cooperativismo empresarial que degenerou, abandonando sua proposta anticapitalista. Portanto, não se trata de "fundar" do nada, novas práticas sociais e, conseqüentemente, um novo discurso, mas de dialogar com as práticas anteriores fazendo-lhes a crítica e ao fazê-lo, errando e acertando, criar algo novo que seja ao mesmo tempo a continuidade de um projeto de sociedade socialista, mas num novo contexto e com novos agentes. A produção

[328] Economia Popular Solidária.

intelectual de Paul Singer a respeito da economia solidária vai sofrer mudanças importantes à medida que ele amplia seu conhecimento da realidade brasileira e que o debate se acirra.

### 6.1.1. Exclusão social e economia solidária

Um dos seus primeiros textos sobre a economia solidária foi publicado na revista *Proposta* da FASE , sob o título, *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. (1997). Este texto trata didaticamente da questão do emprego e dos seus incentivadores, mostrando num primeiro momento que tanto o Estado quanto a empresa capitalista estão, na fase atual, restringindo drasticamente os postos de trabalho e que os únicos fornecedores de emprego são os autônomos situados em nichos de riscos ou de pouca lucratividade. Como tal eles tampouco podem absorver a grande massa dos desempregados. A partir de uma análise econômica e política, ele alerta sobre a necessidade de quebrar o isolamento social dos desempregados e das iniciativas coletivas de produção.

> Cada posto de trabalho, (...), exige uma acumulação prévia de 'capital' no sentido vulgar de meios de produção e de subsistência (...) e dinheiro para se sustentar até que o trabalho renda o suficiente para promover o sustento do trabalhador e seus dependentes. (...). O isolamento social e a falta de organizações de suporte à auto-acumulação explicam a grande e crescente proporção de pessoas aptas e desejosas de trabalhar que ficam relegadas ao limbo do 'desemprego'". (SINGER, 1997, p. 7).

A solução proposta então por Singer é a da associação solidária de várias pequenas ou micro-empresas como "formas de quebrar o isolamento da pequena e micro-empresa e oferecer-lhe a possibilidade de cooperação e intercâmbio, que aumentam suas probabilidades de êxito". (SINGER, 1997, p. 10). É esta nova forma de organização econômica[329] que, naquele artigo, o Singer chama de economia solidária. Esta visão vai ser criticada por Euclides Mance (1999) e Marcos Arruda (2002a) entre outros, pois nada assegura que as relações de produção no seio destas unidades não sejam de exploração. Aliás o próprio Singer, no livro *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, admite a possibilidade de alguns empreendedores possuírem assalariados, bem como a possibilidade de a economia solidária receber o apoio das entidades empresariais progressistas. (1998a, p. 123).

Quanto à questão do mercado, para a compra e venda dos produtos destas empresas, Singer propõe a experiência canadense dos LETS (Local Employment and Trading System), inventado no início dos anos oitenta, em British Columbia. Este sistema reagrupa produtores locais que trocam entre eles seus produtos mediante crédito mútuo. Esses LETS existem em vários países de língua inglesa. Após explicação de como funcionam, Singer

[329] Esta proposta foi implantada pelo governo petista do RS na gestão 1999-2002, com o nome de redes de cooperações solidárias.

levanta alguns problemas como a possível permanência por longos períodos de saldos negativos e positivos, sobre os quais atualmente os Lets não cobram nem pagam juros. (1997, p. 11).

Outro tema ligado ao anterior que já faz parte das preocupações de Singer é a moeda social. Singer deu aulas de economia na USP sobre bancos e finanças, é uma questão que ele domina muito bem. Suas leituras são principalmente anglo-saxônicas e assim ele divulga também na revista da FASE, além dos LETS, outras experiências em que a moeda comunitária é o papel-moeda. Uma das mais interessantes é a de Paul Glover, que emite uma moeda social chamada Ithaca, no estado de Nova York (onde se encontra a Universidade Cornell). No livro *Globalização e desemprego*, Singer propõe uma moeda própria a ser usada entre os cooperados brasileiros que poderia ser chamada de "Sol" (de solidariedade). Sabe-se que, logo depois, estabeleceram-se no Brasil feiras de trocas usando moeda social. Uma das experiências iniciou no Rio de Janeiro com a participação de Marcos Arruda e do PACS.

Neste primeiro escrito[330], a proposta da economia solidária fica ainda no plano socioeconômico, o de buscar uma solução para a exclusão social. Singer tinha elaborado um programa de combate ao desemprego para o programa da então candidata Luisa Erundina à prefeitura de São Paulo, mas esta não foi eleita. É neste contexto histórico que devemos ler o parágrafo seguinte:

> A luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas formas de economia solidária. Mas, antes, será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social. (SINGER, 1997, p. 11).

A questão da visibilidade e do apoio da sociedade civil à economia solidária é a tarefa prioritária, tarefa que ele vai cumprir realizando palestras, cursos e publicações referentes ao tema; e isto, até início de 2003, quando vai se tornar o Secretário nacional da economia solidária no Ministério do Trabalho.

Há, no entanto, uma ressalva quanto à possibilidade destas experiências econômicas interagirem com a luta política e, como prova disto, Singer cita as empresas autogeridas formadoras da ANTEAG que, assessorada por ele desde 1996, escolheu também um modelo anglo-saxão para sua organização. Trata-se dos ESOPs (Employee stock ownership plans – Planos de participação dos empregados no capital das empresas). (SINGER, 1997, p. 11).

[330] De fato, é o segundo escrito, pois em 1996 Singer publicou na *Folha de São Paulo* um artigo sobre o desemprego e a economia solidária.

### 6.1.2. O socialismo autogestionário

Um outro traço constante nas análises de Singer é a referência histórica ao movimento cooperativo do século XIX. Para ele, a economia solidária é uma retomada dos ideais cooperativos que nasceram na Inglaterra no início do capitalismo industrial em reação à pobreza, desemprego e exploração. Em 1998, no seu livro *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*, a segunda, a terceira e o início da quarta partes são dedicadas à análise da formação da sociedade capitalista e às formas de resistência da classe trabalhadora inglesa a seus ditames. Uma das formas de resistência apresentadas por ele, ao lado ou conjuntamente com a organização dos sindicatos e com a militância partidária, é o cooperativismo. A história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, para o autor, "demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas ... que, ..., devem ser denominadas socialistas". (1998b, p. 112).

Analisando a época presente, e escrevendo sobre as ocupações de fábricas e de fazendas, ele as define como "formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias". (SINGER, 1998b, p. 181). Ele sublinha então que, isoladas, estas formas são de "pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário - sindicatos e partidos - apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo". (Ibidem, p. 182). O apoio social à economia solidária nestes primeiros anos é visto como essencialmente sindical e partidário. Não estão sendo citados como apoio nem os movimentos sociais, nem a Igreja, nem as ONGs progressistas, nem tampouco as universidades[331], mas é almejado o financiamento público. "Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar". (SINGER, 1998b, p. 182).

Neste livro é anunciada a possibilidade de um novo modo de produção, "este capaz de competir com o modo de produção capitalista". (Ibidem). Esta mesma afirmação já tinha sido feita no livro *Globalização e desemprego*: "Se estas formas organizacionais [da economia solidária] forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista –, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção". (SINGER, 1998a, p. 125). Esta análise se estende às cooperativas que Singer considera "sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo". (SINGER, 1998b, p. 122). Quanto às cooperativas do movimento kibutziano israelense, ele as considera "ainda mais coletivistas". (SINGER, 1997, p. 9). Uma outra

[331] Em 1998, ele escrevia no livro *Globalização e desemprego*, no entanto: "Seria importante que a cooperativa de economia solidária contasse desde o início com apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares". (SINGER, 1998a, p. 123).

lição é que "não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção". (1998b, p. 112).

A questão central, finalmente, é repensar o projeto socialista, conceber uma nova forma de socialismo aprendendo com os erros do socialismo real. Na maioria dos seus escritos, Singer trata desta questão e as formas autogestionárias de produção são vistas como um elemento importante para a preparação de um novo modo de produção que seria "capaz de competir com o modo de produção capitalista". (1998b, p. 182). A economia solidária é, então, vislumbrada como a formação de um novo modo de produção socialista, mas um tanto diferente do socialismo real que vigorou até agora. Para Singer, é preciso admitir que é necessário conservar o mercado, regulado e dirigido por entidades extra-mercado, mas isto depende da radicalização da experiência democrática. A experiência, segundo ele, comprovou que "o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição no mercado". (1998a, p. 73). Nestas condições, não se pode esperar a ausência total de exclusão, já que as pessoas terão a possibilidade de escolha e que existiria uma certa competição. No entanto, esta exclusão social deverá ser minimizada e as desigualdades econômicas corrigidas de maneira regular. Sua postura a respeito da manutenção do mercado numa sociedade socialista, como relato a seguir, sofreu muitas críticas no seio do PT.

Com a perspectiva de que as cooperativas autogestionárias são "instituições anticapitalistas[332]", consideradas "sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo", a preocupação teórica de Singer é de examinar que "conseqüências seu eventual desenvolvimento poderia produzir". (1998b, p. 114).

No primeiro semestre do ano 2000, Paul Singer como expositor e João Machado como debatedor, participaram do Seminário Socialismo e Democracia promovido pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT. Nesta ocasião, o tema foi Economia socialista[333]. Na exposição, muitas das questões tratadas na *Utopia militante* foram retomadas, a crítica da visão clássica do socialismo, a questão do mercado, da liberdade do trabalhador, do cooperativismo, da autogestão versus centralização planejada e dos implantes socialistas no capitalismo. Já, no ano anterior, no Seminário da Bahia, Singer disse que o socialismo está sendo ensaiado no Brasil, mas em condições difíceis, e que, no entanto, ele não perde esperanças.

> Acho que há razões - científicas, teóricas - de peso, que nos permitem ter esperanças racionais. Isso é mais do que ativismo social. Acho que tem um significado maior, desde que ligado à luta política, desde que ligado às mudanças nas políticas econômicas. Mas (...) [todas essas lutas], são todas, a meu ver, lutas pelo socialismo. (2000b, p. 159).

---

[332] Singer justifica esta apelação dizendo: "Os princípios do cooperativismo são opostos aos do capitalismo, porque elas [cooperativas] invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e os seus trabalhadores". (1998b, p. 122).

[333] O debate foi publicado sob o título *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jun. 2000d.

Mas antes disto, a grande preocupação consiste em analisar as lições que devem ser tiradas da experiência histórica do cooperativismo. É necessário estabelecer "um corpo teórico que explique por que determinadas cooperativas puderam crescer e se multiplicar, enquanto outras cooperativas enfrentam dificuldades muito grandes". (1998b, p. 125-126).

Referindo-se a Marx, e apoiando-se num texto de *O Capital,* Singer afirma que este "reconhece tanto na cooperativa operária quanto na sociedade anônima 'formas de transição' do capitalismo ao socialismo". (1998b, p. 129). No entanto, mostra a fragilidade desta forma de transição, pois se ela supera positivamente a contradição entre capital e trabalho, ela enfrenta "problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios". (1998b, p. 129). Um dos problemas enfrentados pelos cooperados é de ordem cultural. Singer sublinha a necessidade de uma educação cooperativa, pois "o desejo de participar, que é a forma concreta do anseio pela desalienação, normalmente não é despertado e é freqüentemente reprimido quando se manifesta". (1998b, p. 130). "O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente". (1998b, p. 131). Já em 1997, numa entrevista concedida a Fernando Haddad, ele dizia: "o problema não é criar um fundo para dar direitos aos trabalhadores de mandarem na empresa; é criar uma consciência nos trabalhadores para que eles queiram mandar na empresa". (1998, p. 116).

Abordando esta questão no Seminário, *Economia dos setores populares*, Singer criticou as escolas que foram criadas para formar assalariados, pois nestas, "as pessoas são muito disciplinadas, muito condicionadas a receber diretrizes e muito pouco condicionadas a tomar iniciativas, a serem críticas etc". (2000a, p. 160). E ele comenta: "isto é muito ruim para nós que queremos fazer economia solidária". (Ibidem). Por outro lado, Singer afirma que as formas de organização solidária são espontâneas devido à crise dos empregos enfrentada pelos trabalhadores. "Estamos levando valores que, a meu ver, são absolutamente naturais para a condição a que o capitalismo reduziu uma parcela extremamente importante da classe trabalhadora. Por isso, eu acredito que nossa proposta tem validade". (2000b, p. 153). Então a associação é um valor compartilhado pela classe que vive do seu trabalho, mas os princípios do cooperativismo não são comuns e devem ser ensinados. Este tema vai ser retomado seguidamente e o fato de Singer ter organizado na USP uma ITCP está ligado de maneira dialética a esta discussão. A prática vai alimentando a teoria e vice-versa.

Durante o ano de 1999, falando para o movimento sindical e em específico para a CUT, Singer insiste para que o novo cooperativismo seja aceito pelos sindicatos e para que estes se identifiquem com sua causa[334]. Ele afirma que este novo cooperativismo "constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais

[334] No ano seguinte, ele comenta: "A CUT está nesta batalha. Houve enormes incompreensões e muita resistência dentro da Cut, mas foram superadas. Hoje a Cut está montando uma Agência de Desenvolvimento Solidário. (...) Quer dizer, o próprio sindicato está incubando cooperativas". (2000b, p. 154).

pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social". (1999a). Ele revela que sua origem no país se deve em grande medida às novas formas de luta do sindicalismo mais combativo, à retomada das empresas falidas pelos seus próprios trabalhadores e isto já desde os anos 80. Mas tudo está para ser inventado, os cooperados aprendem com acertos e erros. Hoje algumas destas cooperativas autogeridas formaram uma entidade de fomento e de apoio, trata-se da ANTEAG. Singer mostra como este movimento é favorável para a classe trabalhadora e para seus sindicatos e que estes devem além de divulgar a economia solidária, abrir suas portas para a sindicalização dos cooperados.

> Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas. Os sindicatos têm uma importante contribuição que já é uma realidade para a difusão do novo cooperativismo. Ampliar esta contribuição é urgente para reforçar o combate comum ao neo-liberalismo, à perda de emprego formal e dos direitos conquistados. (SINGER, 1999a, p. 28).

Singer faz parte agora da UNITRABALHO, como foi visto no capítulo das trajetórias,; ele tomou conhecimento das outras formas de economia solidária existentes no Brasil e ele as divulga. Além de falar nas empresas autogeridas, se refere também às pequenas e médias associações ou cooperativas de produção ou de comercialização sustentadas pela Cáritas, chamados PACs, às cooperativas agropecuárias formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, às cooperativas de serviços formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, às cooperativas de serviços de diversos tamanhos, boa parte agrupada nas Federações de Cooperativas de Trabalho estaduais. Ele exprime o desejo de que venha a se formar "uma frente político-parlamentar de apoio ao novo cooperativismo no Brasil". (SINGER, 1999a. p. 23-28). O tema da diversidade das experiências é seguidamente reafirmado e há uma crítica aos grupos políticos fechados. Referindo-se às experiências feitas pelas incubadoras universitárias, pela ANTEAG ou pelas secretarias municipais, ele diz no encontro de Salvador da Bahia: "para mim, a proposta da economia solidária é para todos, não é para uma minoria seleta que pelo seu exemplo, exclusivamente, vai ajudar a transformar a humanidade". (SINGER, 2000b, p. 150).

Se o problema da falta de cultura cooperativa no Brasil dificulta a formação de empreendimentos solidários, um problema em sentido inverso aparece quando a cooperativa autogestionária cresce demais e é bem sucedida. Neste caso, ela pode perder seu ideal e transformar-se numa empresa capitalista. "Devo dizer que a história das grandes empresas cooperativistas levanta temores. Estou pensando muito na experiência de Mandragón[335]. (...) Ela ainda mantém formalmente todos os princípios, mas os vive gradativamente menos". (SINGER, 2000b, p. 148).

Se Singer fala seguidamente em cooperativismo, isto não quer dizer que seja o termo teoricamente mais apropriado para falar da atual economia solidária. Primeiro porque,

[335] Singer faz referência ao grande Complexo Cooperativo de Mondragón, criado em 1956, no país basco espanhol, e ainda em funcionamento.

como já comentado em outros capítulos, há falsas cooperativas que usurpam este título para não pagar os direitos trabalhistas, mas que no fundo são verdadeiras empresas capitalistas, e segundo, porque muitas cooperativas no Brasil traíram o ideal cooperativo. Singer admite que "a palavra 'cooperativa', em nosso país, é muito controversa... Então, só para não perder tempo, vamos falar em empresas autogestionárias". (2000b, p. 151).

Nos anos seguintes, as mesmas questões são retomadas. No seu livro *Introdução à economia solidária* (2002b), ele fala em reinvenção da economia solidária enquanto que no livro organizado por Boaventura de Souza Santos (2002a), Singer fala em ressurreição da economia solidária no Brasil. Este reviver é sempre apresentado como uma nova fase do ideal cooperativista do século XIX. Na *Introdução*, a obra de Owen e dos seus seguidores é novamente analisada e um capítulo inteiro é dedicado às diferentes formas de cooperativas, citando exemplos concretos de experiências cooperativas no passado e no presente no mundo inteiro.

### 6.1.3. Um evento: o livro organizado por Singer

Um livro que se tornou um marco na história da economia solidária é a *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Dividida em sete partes, trata-se de uma coletânea de textos escritos por teóricos e práticos da economia solidária. A primeira trata de relatos de cooperativas industriais, a segunda de empreendimentos autogestionários, a terceira de agências de fomento à economia solidária, a quarta de sistemas de crédito solidário, a quinta de redes de projetos comunitários, a sexta de experiências alternativas de comércio, habitação e crédito e a última de organizações econômicas com atuação fundamentada em princípios éticos. Pela primeira vez, no Brasil, uma publicação apresenta de maneira concreta, mas também teórica, as diversas facetas do que começa a ser chamado de economia solidária. Não se trata mais de um debate sobre as propostas e desafios (Singer), sobre o sentido e as possibilidades (Gaiger) da economia solidária como no seminário da Bahia. Trata-se de afirmar a existência da economia solidária e refletir sobre contribuições, limites e obstáculos encontrados nas experiências atuais e nas entidades de apoio para o fomento de uma nova economia. Paul Singer introduz o livro com um texto teórico intitulado, *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. Seu argumento é que "a economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)". (SINGER, 2000c, p. 13). Neste texto, o novo modo de cooperação não é mais chamado de cooperativo, mas solidário. Sua unidade típica, entretanto, seria a cooperativa de produção. É admitido que à primeira vista este modo de produção parece um híbrido de capitalismo e de pequena produção de mercadorias, "mas [que] na realidade ele constitui uma síntese que supera ambos". (Ibidem). Singer analisa as bases ideológicas da economia solidária, suas formas

degeneradas e, finalmente, a questão da competência necessária para administrar uma empresa e sua suposta incompatibilidade com as práticas de autogestão. O artigo termina com um pequeno histórico da formação do campo[336] da economia solidária no Brasil.

Singer não vê a economia solidária como a criação intelectual de alguém, apesar de reconhecer as contribuições dadas pelos socialistas utópicos do século XIX, mas como um "processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo". (Ibidem). A crítica do capitalismo se realiza em primeiro lugar na empresa onde reina a ditadura do capital. A economia solidária condena "o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona aos donos dos meios de produção". (2000c, p. 14). Em segundo lugar, ela condena a "crescente desigualdade entre a classe capitalista, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e a classe trabalhadora, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho... (Ibidem). Além disto, a tendência do capitalismo atualmente é "de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora". (Ibidem). Ele conclui que é um projeto que há dois séculos os "trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando" (ibidem), ou seja, o que ele mesmo está fazendo. Estes trabalhadores pertencem a duas classes, aquela que depende da venda dos seus produtos e aquela que depende da venda da sua força de trabalho. Eles se associam de forma solidária para produzir, comprar e vender ou consumir. Resta a questão de saber se a solidariedade é fruto de um cálculo racional ou de uma consciência de classe. Não são todos que procedem assim, pois a miséria "não torna suas vítimas *imanentemente* solidárias". (SINGER, 2000c, p. 15). Há muita solidariedade entre os pobres, mas esta se limita em geral aos mais próximos.

Em seguida, Singer retoma algumas das críticas feitas por socialistas e comunistas que afirmam a impossibilidade das cooperativas de produção de estarem fadadas a fracassar ou degenerar. Ele se estende a refutar os argumentos de Rosa Luxemburg, pois estes reaparecem hoje a respeito da economia solidária e, principalmente, aquele segundo o qual o cooperativismo não pode eliminar o capitalismo. Os argumentos de Singer são que, para poder eliminar o capitalismo, é preciso em primeiro lugar que os trabalhadores sejam capazes de praticar a autogestão, e que isto se aprende praticando-a; em segundo lugar, que a economia solidária melhora de muito as condições de trabalho dos trabalhadores e, em terceiro, que o surgimento e o desenvolvimento desta fortalece a luta dos trabalhadores assalariados, pois diminui o desemprego.

Singer questiona também em que medida as cooperativas existentes no mundo de hoje podem ou não ser consideradas como economia solidária. Não há dados para poder dar uma resposta, mas os princípios gerais do cooperativismo continuam sendo proclamados pela Aliança Cooperativa Internacional, o que permite esperar que a maioria das cooperativas se mantenha fiel a eles.

---

[336] O termo campo não aparece no texto de Singer.

Após isto, Singer examina o argumento segundo o qual trabalhadores não teriam a competência de administrar uma empresa, pois isto é uma ciência que se ensina nas universidades. Na opinião dele é uma arte e não uma ciência, pois se trata de um exercício de liderança. A liderança é seguidamente contestada nas empresas e existem conflitos não somente internos, mas com os concorrentes, os clientes, os fornecedores etc. Numa empresa solidária a autogestão é um processo administrativo diferenciado. Os conflitos devem ser abertos e resolvidos de maneira coletiva.

De fato, para administrar é preciso possuir experiência. Na empresa autogerida, diz Singer, a situação é bem diferente. Os participantes são ou ex-operários, ou companheiros de lutas sindicais ou de movimentos sociais; o objetivo não é a busca de lucro, mas se trata de uma "luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica". (SINGER, 2000c, p. 21). Todo novo empreendimento solidário precisa de um apoio externo e de uma preparação dos seus associados antes do seu inicio. É preciso realizar cursos de cooperativismo, preparação profissional e organizar o grupo politicamente. Além disso, Singer acrescenta que a contratação de especialista é imprescindível e que sua ausência nos empreendimentos solidários já foi diagnosticada como responsável pela debilidade dos mesmos.

Na tentativa de descrever a economia solidária, Singer lista todos os tipos de cooperativas e associações que dela podem fazer parte, inclusive aquelas que, mediante modificações, poderiam também integrá-la. Visto a diversidade dos ramos onde ela aparece, Singer levanta a hipótese que poderia estar presente em todos os ramos de atividade. Mas, para isto, é preciso bases de sustentação, tais como: "fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais". (SINGER, 2000c, p. 23). Enquanto as unidades da economia solidária se encontram isoladas, permanecem extremamente fragilizadas. Já existem, no mundo, complexos integrados de empreendimentos solidários como no país Basco, no Quebec ou no norte da Itália, o que prova que isto é possível. Mas a construção de um setor integrado é indispensável para a sobrevivência destes empreendimentos como solidários. Quanto à necessidade de um apoio governamental a este setor, Singer não se define. Ele lembra que governos socialdemocratas na Europa estatizaram setores importantes da economia, mas guardando o modelo capitalista de gestão, e nunca houve apoio à autogestão. Para que a economia solidária continue fiel a seus princípios, é necessário que salvaguarde sua democracia interna e sua autonomia externa, ou seja, uma intervenção direta de autoridades governamentais talvez não seja recomendável. Esta discussão feita por Singer em 2000, toma toda sua importância a partir de 2003 quando ele mesmo, no governo federal, coordena uma secretaria de economia solidária. Sua preocupação vai ser de reforçar as bases da economia solidária e estabelecer uma base permanente de interlocução com a sociedade civil, na forma dos fóruns estaduais e nacional de economia solidária.

O texto termina por um histórico recente e um mapeamento da economia solidária no Brasil. Mais uma vez, Singer cita as diversas experiências, partindo desta vez, das experiências de empresas autogeridas da década de 80. A meu ver, este mapeamento do campo é muito importante para criar um sentimento de pertencimento a algo maior, para formar uma nova identidade que ultrapassa as identidades particulares. Mais uma vez, nomear, citar, é fazer existir, é dar vida a um conjunto que, de outra maneira, só existiria sob forma de fragmentos idiossincráticos. É aqui que a importância de Singer como intelectual do campo da economia solidária toma toda sua importância. Ele é aquele que reúne, oferece perspectivas, mas também que aponta as dificuldades e as fraquezas e, junto com elas, os remédios, mesmo se estes devem ainda ser construídos. Ele demonstrou ser um batalhador incansável nesta área à qual ele dedica toda sua energia e seu tempo. A economia solidária é a missão da fase atual de sua vida.

No segundo texto do mesmo livro que trata das incubadoras universitárias de cooperativas, a partir da ITCP da USP, Singer fala, e isto me parece ser um fato novo no Brasil, do *Movimento* pela economia solidária; ainda não é o movimento da economia solidária no sentido que este vai tomar a partir de 2003 quando reivindica do futuro governo uma secretaria própria; no entanto, a idéia está lançada. Neste artigo, Singer mais uma vez retoma o histórico da economia solidária no Brasil, só que desta vez apontando momentos decisivos de encontro entre as diversas entidades de apoio. É brevemente relatada a criação do grupo de trabalhado (GT) de Economia Solidária[337] e sua iniciativa de realização de uma primeira reunião plenária nacional onde foram convidados e compareceram, a ANTEAG, a ITCP/UFJ, o MST, a FASE e outras entidades que ele não chega a citar. Os fatos são transcritos três anos depois sem local e data exata. Mas, parece que se trata do evento que relatei na seção 3.1.7. (A UNITRABALHO e a ITCP) e 3.3. (Gaiger: das pastorais à economia popular solidária). Pelos relatos orais, que recolhi durante minhas entrevistas, poderia tratar-se da reunião nacional que cristalizou uma divergência ideológica dos participantes em dois campos. Divisão que, pouco depois, foi superada graças aos esforços do próprio Singer. Este nunca fez menção destes atritos; pelo contrário, é a aproximação das partes do movimento que é sublinhada no artigo. Foi registrado o trabalho desenvolvido com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e, pouco depois, com a CUT, culminando em 1998 com a criação da ADS. Depois disto, segue o relato da criação e da organização posterior da ITCP da USP, cujo coordenador científico é ele mesmo. O artigo termina com a narrativa da formação da rede de incubadoras universitárias e de sua filiação à UNITRABALHO integrando seu programa de economia solidária. Sabemos que as relações entre as duas entidades foram se desgastando no ano de 2001 até o rompimento da integração e o conseqüente dilema para as ITCPs

[337] O nome GT de Economia Solidária, que aqui designa um grupo de estudos e, mais tarde, de pesquisas da UNITRABALHO, vai ser utilizado a partir de 2000 para designar a associação das entidades nacionais de apoio à economia solidária que se formou para, a cada ano, organizar os seminários de economia solidária no Fórum Social Mundial. Este último GT dissolveu-se para dar lugar ao Fórum Nacional de Economia Solidária em junho de 2003, enquanto que o GT de economia solidária da UNITRABALHO continua existindo.

formadas por membros da UNITRABALHO: de que lado ficar? Sendo a separação fato consumado, a UNITRABALHO teve que procurar, em 2003, um novo nome para suas incubadoras que passaram a ser chamadas de Incubadoras de Economia Solidária[338].

É afirmada de maneira concreta uma questão de princípio, ponto de divergência entre os representantes da economia popular solidária e Singer. A USP incubou, ao lado de cooperativas formadas por pessoas humildes, cooperativas de profissionais liberais e outras de profissionais técnicos, considerando o fato como de grande avanço qualitativo.

No fim do texto, ele escreve: "A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é a contribuição brasileira para o campo em expansão da economia solidária". (2000c, p. 133). O termo campo da economia solidária tem aqui um significado mundial, pois logo a seguir é feita menção à rede pan-americana de universidades para o cooperativismo, mas ele possui o mesmo significado que lhe atribuímos nesta tese.

### 6.1.4. A contribuição científica da universidade

Por sugestão de Paul Singer, em 2001, a Universidade Federal de São Carlos publicou a tese de doutorado de Lorena Holzmann, *Operários sem patrões: gestão cooperativa e dilemas da democracia.* Ao apresentar o livro, Singer explica que esta tese, defendida em 1992 na USP, foi descoberta pelos seus alunos de ciências sociais e estudada no Seminário de economia solidária em 1997. Esta tese é, a seu ver, o início de um "filão de estudos científicos sobre as organizações solidárias" (2001a, p. 11) e uma prova concreta de que a cooperativa de produção "é muito mais do que um paliativo para a solução da crise do trabalho. Este tipo de empresa apresenta uma racionalidade diferente da sua congênere capitalista". (SINGER, 2001a, p. 12). Singer termina a apresentação com a declaração de que, além da democracia participativa, a economia solidária constitui "uma cabeça de ponte de um modo de produção que: a) está por vir e b) se destina a colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do trabalhador". (Ibidem). Desta vez, ele amplia ideologicamente a caracterização deste modo de produção que foi, segundo ele, "teorizado como socialismo, comunismo ou anarquismo". (Ibidem). Referência explícita é feita ao anarquismo[339]; nesta doutrina encontramos a rejeição do Estado e a afirmação da autogestão. Esta é uma das discussões no seio do campo, até onde pode ir a intervenção do Estado?

[338] Quando em 2003, houve a possibilidade de financiamento das incubadoras via FINEP, as duas redes fizeram solicitações. Para não caracterizar o favoritismo de uma em detrimento de outra, foi solicitado que as universidades fizessem suas solicitações individualmente e não pela UNITRABALHO ou pela Rede de ITCP.

[339] A evocação do anarquismo remete ao fato de Porto Alegre ter sido um dos centros do anarcossindicalismo no Brasil.

Boaventura de Sousa Santos organizou a publicação dos principais resultados de um projeto de pesquisa internacional[340] intitulado *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. Singer participou do segundo volume que trata dos sistemas alternativos de produção. Ele inicia seu escrito por uma breve introdução conceitual. Nela, a economia solidária é vista como uma prática antiga dos trabalhadores, iniciada como resistência ao capitalismo industrial, e que ressuscitou recentemente. Os princípios do cooperativismo são explicitados e são definidas as diferentes modalidades de produção, de consumo e de crédito. Em seguida, são explicitados, igualmente, os riscos de estas empresas deixarem de ser solidárias, assalariando seus trabalhadores e diretores, ou seja, deixando de ser autogestionadas. Por isto, se a economia solidária cresce em função das crises sociais,

> ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é do seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (SINGER, 2002a, p. 87).

Mas sempre reafirma que:

> A economia solidária constitui um modo de produção que ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses. (SINGER, 2002a, p. 86).

Uma vez esses princípios afirmados, segue-se um estudo da economia solidária no país. Os dados empíricos citados por Singer são extraídos de duas dissertações de mestrado e de uma tese de doutorado, defendidas entre 1998 e 2001[341] e de uma publicação da CONCRAB. Esses estudos de caso são geralmente inéditos e mostram as múltiplas dificuldades às quais tanto cooperativas industriais quanto agrícolas de produção estão confrontadas. No segundo caso, a falta total de uma cultura do trabalho coletivo, associada aos magros retornos econômicos nos primeiros anos, levou ao quase total abandono destas formas coletivas de produção, voltando a formas mais tradicionais de cooperativas de comercialização e de consumo. No entanto, perspectivas futuras de aceitação do coletivo são apontadas entre os jovens do MST.

Há, em seguida, a apresentação da Cáritas, da Ação da Cidadania e das incubadoras como incentivadores de iniciativas de autogestão para a superação da miséria. Para estes estudos, os dados e análises são fornecidos pelos artigos de Bertucci e Gaiger a respeito da

---

[340] As pesquisas foram realizadas em vários países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal.

[341] ODA, N., Tadashi. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção*: dilemas e alternativas à participação. Mestrado em engenharia. USP, 2001.
SIZANOSKI, Raquel. *O novo dentro do velho*. Mestrado. UFSC, 1998.
SOUZA, Maria Antônia. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do MST*. Doutorado. UNICAMP, 1999.

Cáritas, por Gohn para a Ação da cidadania[342] e pelo próprio Singer para as incubadoras universitárias. Finalmente, a evolução da postura da CUT em relação à economia solidária, suas oposições iniciais e, finalmente, a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário com seu projeto de rede de financiamento das cooperativas autogestionárias.

Na conclusão Singer afirma que o que hoje impulsiona o desenvolvimento da economia solidária não é mais somente, como nas décadas de 80 e início dos 90, o desemprego e a exclusão social, mas "a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária". (2002a, p. 126). Segundo ele, "a economia solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional". (2002a, p. 127). E, como sempre, reafirma que um novo modo de produção alternativo ao capitalismo já iniciou no Brasil, pois "passos cruciais foram dados, etapas vitais foram vencidas". (Ibidem).

## 6.2. Produção intelectual de Marcos Arruda

Nos escritos de Marcos Arruda há uma nítida influência do pensamento evolucionista. Assim na sua tese de doutorado em educação são citadas nada menos do que quinze obras de Pierre TEILHARD DE CHARDIN[343], *A origem das espécies* de Charles DARWIN, e três obras de Richard LEAKEY e Roger LEWIN. Apesar de ser geólogo e economista de formação, seus textos refletem uma grande preocupação filosófica, talvez em conseqüência de sua formação seminarística.

### 6.2.1. Radicalização da democracia e ética da cooperação solidária

Em *A nova ordem global: crise da ética e da racionalidade*, conferência pronunciada em 1994, num painel da XV Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, Arruda discute as transformações provocadas pela "globalização das relações produtivas e sociais sob a égide do mercado e do capital tornados planetários". (2000a, p. 35). Ele propõe um outro processo de organização das relações produtivas e afirma que está ocorrendo um movimento de globalização da consciência humana; sendo ambos "sinais de esperança e carregam em si a força irradiante de uma ética superior". (2000a, p. 43). Após avisar que existe "de um lado, o risco de cairmos no voluntarismo utópico, do outro o de patinarmos no conformismo fatalista, e só aparentemente pragmático" (ibidem), Arruda afirma que dentro do mundo atual "encontram-se em potencial as sementes de uma outra realidade (...).

[342] Os dados sobre a economia solidária no Brasil são retirados das coletâneas organizadas, a primeira por Gaiger (1996) e a segunda por Singer (2000c); outros dados provêm de publicações da ANTEAG.
[343] Marcos Arruda traduziu vários livros de Teilhard de Chardin publicados em português no Brasil.

[E que] cada um de nós tem (...) a co-responsabilidade de ajudá-la a vir à luz e a desabrochar". (Ibidem).

O objetivo de Arruda é a reintegração a longo prazo da "economia no ecossistema social nacional e global, convertendo-a de fim em meio de gerar bem-estar a cada um e a todos os cidadãos". (Ibidem). Isto não significa a abolição total do mercado nem o fortalecimento absoluto do Estado, mas uma participação ativa enquanto sujeitos de todos no mercado, o que implica na democratização deste Estado. (Ibidem). O mercado deve ser recriado sob o controle da sociedade civil e de um Estado democratizado, subordinando os interesses privados às prioridades do desenvolvimento humano. Para isto uma mudança cultural deve ocorrer, rompendo com os valores e a racionalidade centrada no mercado e adotando novos valores e conceitos. A partir destes, ele afirma que:

> [*o ser humano*] passa a ser visto como um ser-em-relação, consciente dos desafios comuns a enfrentar e de uma existência comum a compartilhar. *O mercado* passa a ser visto como uma relação entre agentes sociais conscientes, que deve ter seu espaço limitado pelo interesse público e precisa ser regulado a fim de servir aos objetivos maiores do desenvolvimento social e humano. (...) *O trabalho* (...) seria libertado da prisão salarial e passaria a ser valorizado, enquanto práxis comunicativa e criativa, como o núcleo do desenvolvimento humano, inaugurando não uma sociedade livre do trabalho, mas *uma sociedade do trabalho livre*. (ARRUDA, 2000a, p. 44).

Um dos objetivos é, então, "libertar o trabalho da cadeia salarial a fim de que este modo de relação vital para o desenvolvimento do ser humano cumpra plenamente a sua função relacional (ética da cooperação solidária)". (ARRUDA, 2000a, p. 45). Disto decorre uma série de exigências a nível mundial entre as quais, por exemplo:

> refrear a sobre-competitividade mundial; gerir com justiça e eqüidade os fluxos migratórios; proteger o desenvolvimento planetário sustentável; superar a hegemonia do Hemisfério Norte sobre o Sul; estabelecer em nível das relações internacionais *uma ética da co-responsabilidade, da colaboração e da solidariedade*. (ARRUDA, 2000a, p. 45).

Todas estas propostas têm por base uma fé muito forte na visão teilhardista segundo a qual

> ocorre uma sobredeterminação irreversível, que faz com que a humanidade se aglomere irresistivelmente sobre si própria, num movimento planetário ao mesmo tempo personalizante e socializante. É um movimento progressivo, que corresponde ao avanço da onda evolutiva que começou com a vitalização, se desdobrou com a hominização e individuação, e se consuma com a socialização e a globalização da consciência humana. (ARRUDA, 2000a, p. 45).

Ele termina o texto concluindo que "a única forma racional de interdependência é a que se baseia em direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez da competição, e no respeito pelos limites da natureza e pelos direitos das gerações futuras". (ARRUDA, 2000a, p. 46). Não são feitas referências a experiências históricas de

cooperativismo como em Singer, mas a uma evolução crescente nos EUA de passagem de empresas privadas para uma nova forma de propriedade social.

Trata-se de uma palestra feita para membros da OAB, em 1994, naquela época a economia solidária não existia ainda como proposta no Brasil, só havia experiências sindicais de empresas autogeridas e projetos comunitários de produção, da Cáritas. Mas as noções de socioeconomia solidária já estão presentes neste texto. A questão da subordinação da economia ao social, a libertação do trabalho assalariado, a radicalização da democracia, a ética da cooperação solidária, o respeito pelo meio ambiente e a dimensão mundial desta proposta. O mito fundante do qual Arruda é o profeta já está construído e, como todo mito, é narrado. Na seqüência dos textos posteriores este mito vai aparecer inúmeras vezes, contado e recontado. Chamo o discurso filosófico de Arruda de mito por possuir, além de uma proposta de ação que pode ser pensada como ideologia, uma visão cosmológica.

### 6.2.2. A globalização cooperativa

Na *Conferência sobre Globalização e Cidadania* do Instituto de Pesquisa da ONU para o Desenvolvimento Social em dezembro de 1996, Arruda legitima sua fala no fato desta ter por base suas práticas de trabalho local de desenvolvimento e educação integrais em diversos movimentos sociais brasileiros e internacionais, associadas à pesquisa sobre temas macroeconômicos e sociais.

No texto *Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa*[344], Arruda aponta para uma globalização cooperativa, construída por indivíduos e sociedades que se "agreguem em redes de colaboração e intercâmbio que respeitem a individualidade de cada um e conectem o singular de maneira complementar e criativa, em processos plurais, autogestionários e solidários". (2000a, p. 50). Ele argumenta que o setor privado não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos, o que provoca uma busca de identidade e de sentido para a existência humana, bem como "de formas de organizar a economia e as trocas nacionais e internacionais que promovam o ser humano". (ARRUDA, 2000b, p. 51). Faz uma crítica aos Estados centralizadores, ou seja, ao socialismo real, que tentou possuir o controle total da economia e da sociedade. Os meios propostos para a reestruturação da socioeconomia são o "associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projetos estratégicos" (ARRUDA, 2000a, p. 53) para ir construindo, do micro ao macro, uma globalização cooperativa e solidária ancorada na práxis de uma cidadania ativa e plena também no campo econômico e financeiro.

Arruda cria uma série de novos conceitos como o de empresa-comunidade humana, ecossociedade, ecoeconomia. Outros, como a noodiversidade, a noohistória, ele os toma

[344] O texto da conferência foi revisto em junho de 1999, para sua publicação em livro.

emprestados de Teilhard de Chardin, sem dúvida para marcar, no primeiro caso, a novidade de suas propostas, no segundo sua empatia com as concepções filosóficas deste autor.

Arruda insiste na necessidade de um processo educativo que eleva a consciência para a crescente autonomia do indivíduo e da coletividade. Esta formação deve ser dada usando a metodologia de Paulo Freire que "valoriza o conhecimento de cada pessoa e de cada coletividade, articula teoria e prática e orquestra a promoção da autoconsciência individual com o processo coletivo de visualizar e de construir o novo". (Ibidem, p. 54).

O autor vislumbra três estágios para a construção de uma cidadania mundial:

> Um período de oposição e persistente pressão por mudanças e melhoramento das condições opressivas da maioria trabalhadora; segundo um período de desenvolvimento da consciência de que os trabalhadores podem articular oposição, advocacia e interação no interior do mercado capitalista, com uma estratégia ativa de trabalhar coletivamente para ganhar espaços próprios na economia do capital; e terceiro, um lento, mas –se aquelas precondições forem preenchidas - seguro nascimento de uma ecossociedade cooperativa na qual a cidadania ativa se torne uma realidade para cada um... (ARRUDA, 2000a, p. 60).

O que está em jogo para ele é uma transformação cultural envolvendo mudanças de valores, de comportamentos, de modo de relações, aspirações e paixões. Se o desafio mais premente está na área socioeconômica, o principal, no entanto, está na transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Os agentes mais importantes para esta mudança são as organizações da sociedade civil. E a proposta do cooperativismo popular é apresentada "como um caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores em nível local, nacional e internacional". (ARRUDA, 2000a, p. 61).

Após analisar os males da globalização competitiva, ele apresenta a alternativa da globalização cooperativa e do autodesenvolvimento. Ela pode ser pensada de cima para baixo e de fora para dentro ou ao contrário. O primeiro caminho já foi tentado pelo socialismo real, e demonstrou "que o predomínio do Estado não corresponde necessária nem automaticamente à criação de uma ordem justa nem genuinamente socialista e democrática". (ARRUDA, 2000a, p. 67). O segundo poderia "impulsar o desenvolvimento, concebido não mais somente como crescimento econômico, mas como o desabrochar de todos os potenciais do ser individual e coletivo". (ARRUDA, 2000a, p. 69).

Seguindo a visão de Teilhard de Chardin, Arruda vê o ponto de partida do autodesenvolvimento da comunidade

> na diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é coloca-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. (ARRUDA, 2000a, p. 71).

A prática democrática teria por essência a partilha da propriedade e da gestão dos bens comunitários como essência mesma da prática democrática. Quanto ao amor, é ele que

permite "respeito e aceitação do outro, compreensão da alteridade como prolongamento e complementaridade de mim próprio (*self*), busca cotidiana de superação da tensão entre eu e o outro". (Ibidem). Neste caso, o mercado deve ser pensado como uma relação social entre seres humanos, e as empresas e instituições como comunidades humanas. Ele está confiante de que esta globalização, de caráter essencialmente cooperativo já está em gestação, e consiste no começo da organização do mundo em torno das necessidades superiores do ser humano, entre as quais ele cita o equilíbrio dinâmico entre seu lado masculino e feminino. Para ele, o masculino "tem a ver com a exterioridade, a ação, a conquista, e o feminino, com a interioridade, o cuidado e o respeito à vida e ao mistério do mundo". (ARRUDA, 2000a, p. 73). As primeiras características são estereótipos culturais, dicotomizados que lembram "a casa" e "a rua"; quanto à última característica, segundo a qual o feminino tem a ver com o respeito ao mistério do mundo, seria preciso ler Teilhard de Chardin para entender do que se trata. Na falta desta interpretação, ela fica por conta de cada um. Tratando-se de mistério, é possível fazer uma leitura do lado do sagrado e da religião. Não vou fazer aqui a crítica da visão essencialista do masculino e do feminino, pois já comentei esta questão no capítulo quarto, *Os nomes da economia solidária.*

Ao criticar o extremismo coletivista do socialismo real, Arruda acrescenta que sua crítica não se limita aos países socialistas estatistas, mas esta prática e concepções "contaminaram também as esquerdas e os movimentos sociais e populares de todos os países". (ARRUDA, 2000a, p. 75). Sua crítica é que eles ficam numa postura simplesmente de oposição e de reivindicação com vistas a conquistar o Estado.

Refere-se, em seguida, à cultura dominante no Brasil, citando como características a cultura colonizadora e escravista, colonizada e escravizada, a atitude reivindicatória e delegadora de poderes que "dá amplo espaço para a manipulação, o clientelismo, a corrupção, e que não promove pessoas, comunidades nem povos a sujeitos do seu próprio desenvolvimento". (ARRUDA, 2000a, p. 77). Para ele, a superação desta cultura, "não é apenas uma tarefa cultural, mas essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento". (ARRUDA, 2000a, p. 78).

Segundo Arruda, para gerar o ambiente propício e o empoderamento do mundo do trabalho, é preciso ocupar o espaço econômico mediante uma gradual apropriação dos bens produtivos, através da co-propriedade e da co-gestão das empresas, da constituição de novas empresas cooperativas, do desenvolvimento de competência empreendedora e profissional, da construção de um movimento cooperativo autogestionário, solidário e popular, do estabelecimento de um sólido e permanente processo de educação dos trabalhadores. Como Singer, Arruda se refere à formação de um movimento de economia solidária. É preciso também ocupar o espaço a nível político. Para tanto, o sindicato deve "ganhar o controle da economia para constituir-se na principal força política e cultural". (ARRUDA, 2000b, p. 79). No trabalho sindical é necessário incluir as famílias dos trabalhadores, incluir os trabalhadores desempregados, introduzir "questões políticas que servem de contexto para as reivindicações; e as questões de políticas macroeconômicas que

afetam diretamente os trabalhadores". (ARRUDA, 2000a, p. 80). Em colaboração com outras forças populares, é necessário estabelecer uma estratégia de luta pela democratização do Estado. E, finalmente, usando a linguagem de Gramsci, "operar uma revolução não somente política e socioeconômica, mas também uma revolução intelectual e moral". (Ibidem). Em outras palavras, ocupar o espaço informativo, comunicativo e cultural.

Na segunda parte do artigo, o autor analisa os êxitos e fracassos do cooperativismo, que apresenta vantagens sobre os demais caminhos já tentados anteriormente. De acordo com a sua análise, o cooperativismo apresentou-se sob diferentes formas em diversos países, ocorrendo a atomização do movimento, "tem-lhe faltado visão estratégica e projeto político, e não apenas econômico". (ARRUDA, 2000a, p. 85). Isto se deve talvez ao fato que, situando-se nos limites permitidos pelo sistema capitalista, ele não teve a ousadia de elaborar um projeto novo de economia e de sociedade. Porisso, no Brasil está "emergindo um cooperativismo de caráter popular, que busca organizar trabalhadores ou consumidores em empresas associativas ou cooperativas autogestionárias". (Ibidem). Os elementos filosóficos que o sustentam são

> a primazia do ser humano (seja ele trabalhador, consumidor, tomador de crédito etc.); a busca do 'justo preço'; as relações solidárias e cooperativas nas transações; a proposta de abolição do trabalho assalariado; e a construção de uma ecossociedade cooperativa, gestora de um projeto próprio de desenvolvimento e capaz de estabelecer laços *ao mesmo tempo* comerciais e solidários entre si e com os outros povos. (ARRUDA, 2000a, p. 85).

Esses diferentes pontos vão ser retomados em detalhes logo mais.

Arruda, numa seção intitulada *Novas perspectivas da sociedade civil*, comenta o que ele chama de dois acontecimentos brasileiros, um no Rio Grande do Sul e o outro no Rio de Janeiro. O primeiro é a formação de um Fórum do Cooperativismo Autogestionário e Popular[345]. Formado por cooperativas de habitação e de trabalhadores rurais e urbanos, este Fórum tem por propósito aprofundar a discussão estratégica para estabelecer laços entre as cooperativas e estabelecer redes e ocupação de cadeias produtivas. Ele teve o apoio da prefeitura de Porto Alegre e de uma parte do movimento sindical sendo, no entanto, autônomo. Em 1996, o Fórum organizou um encontro do qual participaram cooperativas autogestionárias da Espanha, com as quais Arruda tinha entrado em contato no ano anterior[346] e do Uruguai. Em 1997, ele se transformou em Rede Gaúcha de Socioeconomia Solidária e participou em 1998 do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias. O segundo acontecimento citado por Arruda é a formação do Fórum para o Desenvolvimento do Cooperativismo Popular no Rio de Janeiro. Sabe-se que o PACS, coordenado pelo próprio Arruda, é membro ativo deste Fórum, assumindo até seu secretariado. Este Fórum promoveu o I° Encontro Estadual do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

---

[345] A este respeito, ver o anexo B.

[346] Ver 5.2.5 Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária.

Se o texto foi originalmente escrito em 1997, esta parte deve ter sido acrescida, pois os fatos citados são posteriores àquela data; aliás, nas referências bibliográficas são citadas três publicações de 1999. É curioso observar, no entanto, o total silêncio sobre a ANTEAG que era conhecida por Arruda, sobre a ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro que também usa o nome de "cooperativa popular" e atua na mesma cidade e sobre os projetos alternativos da Cáritas no RS, que tampouco podiam ser desconhecidos por ele. Comparando este escrito com os de Singer, que fala da ANTEAG desde 1997, da ITCP do Rio desde 98, e dos PACs da Cáritas desde 1999. Há visivelmente uma escolha restritiva e parcial dos exemplos citados, o que não condiz com o discurso de unificação, redes e fóruns.

Mais adiante no mesmo artigo, Arruda cita cooperativas autogestonárias da Espanha e dos EUA, o fundo de investimento "ético", que só trabalha com "empresas que não produzem armas, fumo ou bebidas e mantêm boas relações com os trabalhadores". (ARRUDA, 2000a, p. 88). Não fica muito claro o que vem fazer aqui o fundo de investimentos éticos. As empresas nas quais ele investe assalariam trabalhadores e, como tais, extraem deles mais-valia, o que vai no sentido contrário ao que é pregado por ele. Aliás, os exemplos norte-americanos são em geral surpreendentes, como no caso do texto de 1994, comentado acima.

Finalmente, ainda no Brasil, Arruda cita uma rede formada, em 1995, por ONGs e organizações de trabalhadores que estabeleceram uma interação sistemática com o governo brasileiro e as agências multilaterais (Banco Mundial, FMI e BID). Um dos resultados destas negociações seria a proposta feita pelo PNUD "de políticas que garantam o acesso dos setores pobres a terra e crédito". (Ibidem). Este é outro exemplo que surpreende, pois é mais parecido com a cultura reivindicativa que ele critica do que com o autodesenvolvoimento por ele proposto.

O último, oitavo ponto, trata dos desafios do cooperativismo autogestionário e solidário. "O primeiro problema comum às cooperativas é o desafio de abolir a mais valia". (ARRUDA, 2000b, p. 89). Na prática, muitas cooperativas empregam assalariados, a solução seria de incorporar a longo prazo esses trabalhadores à cooperativa como sócios.

A segunda dificuldade consiste em conceber a cooperativa como uma comunidade humana. A cooperativa deve se preocupar com o bem-estar dos seus sócios e de suas famílias, com a diminuição dos custos para elas e aumento das receitas, mas também com a educação integral de cada sócio e de seus familiares.

O terceiro desafio "é o enfrentamento da competição em mercados dominados pelas relações capitalistas de produção". (ARRUDA, 2000a, p. 91). Para poder competir com as empresas capitalistas, as cooperativas devem achar vantagens comparativas. O problema é que, às vezes, elas acabam competindo entre si em vez de se unirem para complementar-se e fortalecer-se. Segundo Arruda, para não ser aprisionado pelo jogo da competição capitalista, a cooperativa deve adotar uma ética do suficiente e da co-responsabilidade e não a racionalidade do crescimento ilimitado. Para isto, além de respeitar o meio ambiente, é

preciso desenvolver, no espaço da economia popular[347], relações comerciais e solidárias. Para construir um mercado solidário, é necessário estabelecer o justo preço e isto vai além da relação entre o capital e o trabalho, no seio da empresa.

> O objetivo da cooperação solidária é tecer redes cooperativas, nas quais prevaleçam relações cooperativas e solidárias desde o processo de produção até o de comercialização. O objetivo é também gerar espaços cooperativos cada vez mais amplos no interior do mercado capitalista. (...) As cooperativas devem convencer-se de que não podem existir sozinhas ou isoladas entre si. (ARRUDA, 2000a, p. 92-93).

O objetivo maior está em construir uma socioeconomia cooperativa e solidária, o que significa

> uma economia orientada para as necessidades da sociedade de trabalhadores, controlada por elas/eles, e cujas relações estejam fundadas na propriedade social e no controle e gestão pelos próprios trabalhadores que as constituem, desde o nível da empresa cooperativa até os níveis da comunidade nacional e global. (ARRUDA, 2000a, p. 93).

Alguns outros problemas são a legislação sobre o cooperativismo, em particular no Brasil, a questão do crédito e do financiamento e, neste caso, "a *descentralização financeira* é o caminho mais desejável, para que grupos de cooperativas e comunidades populares ganhem controle sobre a gestão e o uso da sua própria poupança e o pleno acesso ao crédito". (ARRUDA, 2000b, p. 95). Finalmente, é levantado o problema do Estado nesta perspectiva de uma sociedade cooperativa. "Trata-se de um projeto político mediante o qual a sociedade organizada venha a ocupar democraticamente a economia, o Estado e a cultura". (ARRUDA, 2000a, p. 96). O Estado teria um papel de articulador e de regulador, gerador de consensos ativos.

> Tem que haver gestão de políticas públicas com relação à socioeconomia, às finanças e ao comercio interior e exterior, mas que tenha por função orquestrar da forma mais harmônica e orgânica possível as unidades organizativas da economia social, cuja autonomia e modo autogestionário de administração devem ser respeitadas. (ARRUDA, 2000a, p. 97).

Fiz um resumo relativamente extenso deste texto, pois ele é bastante paradigmático. Este ensaio é um condensado das idéias do autor e nos dá, parece-me, um apanhado do que ele trata na sua tese de doutorado. Passamos de uma visão filosófica ontológica que trata da evolução do ser humano e de sua consciência, para os desafios que a ética cooperativa encontra numa sociedade capitalista, até uma proposta de uma ecossociedade ideal onde os trabalhadores se organizam de maneira autônoma e onde o Estado organiza o bem comum sob a vigilância ativa dos mesmos. A amplitude dos assuntos é tal que a passagem de

[347] Economia popular é o termo usado aqui. Não fica muito claro porque, de repente, as relações se constroem neste espaço do qual até agora não se falou.

considerações filosóficas de âmbito universal para exemplos concretos extremamente tênues e contraditórios nos deixa perplexos. Se algumas propostas encontram as de Singer, como, por exemplo, a transformação das cooperativas em comunidades humanas – o exemplo do kibutz no caso de Singer –, o papel do sindicato no controle da economia e da política, seu ponto de partida é bastante distinto. Singer se apóia numa tradição de lutas que se formou no século XIX, ao passo que Arruda parte de uma visão evolucionista da espécie humana, do princípio de autodesenvolvimento.

### 6.2.3. A educação da práxis

Em *O "feminino criador"*, apresentado na Reunião anual da ANPED em setembro de 1998, Arruda retoma várias questões abordadas anteriormente em *Globalização e sociedade civil.* Na parte descritiva sobre a socioeconomia solidária no RS e no RJ, temos algumas datas mais precisas, mas também algumas diferenças no nome dos eventos ou na participação de algumas entidades. Pode ser que se trate de detalhes, mas é necessário notificá-los. Se, no texto publicado em 2000, uma entidade como a ANTEG não é mais nomeada, o que isto significa? Necessidade de resumir o texto, hipótese pouco provável, já que retirar uma frase não chega a diminuir o texto de maneira significativa. Algum desentendimento, nada abertamente declarado e, mesmo se tivesse, justificaria a retirada da entidade?

A parte original deste texto trata da educação que ele denomina educação da Práxis que tem por objetivo a "construção de sujeitos – individuais e coletivos – do seu próprio desenvolvimento e educação, buscando o grau maior possível de autonomia em relação a seus mestres e a toda figura hierarquicamente superior". (ARRUDA, [1998b, p. 10], 2000a). Ela deve ser de caráter permanente, onilateral e onidimensional "desde o corpo e seus sentimentos até a mente, a psique e o espírito com seus múltiplos atributos". (Ibidem). Isto implica que cada um, agente educativo ou educando deve reconhecer o outro como sujeito e centro de criação de conhecimento e de transformação do mundo e estabelecer com ele uma articulação e integração sinergética de conhecimentos. Por outro lado, no plano político, é necessária a partilha do poder e do saber e isto desde a sala de aula até "as relações macro culturais e macro socioeconômicas". Arruda acrescenta também a "aprendizagem da complementaridade das faces masculina e feminina de si próprios e do mundo, da diversidade e unidade do concreto, da individualidade e coletividade da pessoa humana, da materialidade e espiritualidade da Matéria". (ARRUDA, [1998b, p. 11] 2000a).

Arruda afirma que este tipo de educação está florescendo num número cada vez maior de cursos e seminários de educação cooperativa. Uma das experiências mais relevantes para ele é a do MST. É certo que o MST desenvolveu várias experiências de formação de crianças nas escolas, de técnicos agrícolas ou de professores e educadores, ou mesmo de lideranças. Se há aspectos extremamente positivos, várias análises de seus

métodos trouxeram, no entanto, críticas graves no que diz respeito ao doutrinamento sofrido pelos participantes, o que é totalmente contrário ao que recomenda o próprio Arruda. No livro *Metodologias de capacitações* de SILVEIRA, MELLO e GOMES, o capítulo a respeito do *Método de Capacitação Massiva* (sic) *através de Laboratórios Organizacionais*, que foi amplamente usado pelo MST, termina com esta frase:

> A investigação realizada permite atestar que, a partir do processo de capacitação, os sinais de mudança psicossocial são nítidos e reconhecidos. Mas não inequívocos: mesmo do ponto de vista comportamental, pessoas mexidas e revolvidas, a partir de uma vivência nova e intensa, não é o mesmo que pessoas em processo de transformação autônoma e continuada. (SILVEIRA, 2000, p. 66).

Quanto às críticas de Navarro, elas são muito mais duras ainda.

> A prática política do Movimento, ao longo dos anos, obedecendo à ortodoxa preferência leninista de sua direção principal, tem sido essencialmente não-democrática, como antes enfatizado. (...) Os dirigentes não são eleitos, em nenhum momento público, mas escolhidos cuidadosamente pelos quadros mais altos, sob o critério principal da lealdade e submissão às diretrizes principais, que são obedecidas rigidamente, sob pena de perda da posição na estrutura da organização. (NAVARRO, 2002, p. 217).

E mais:

> O resultado final, em todas as regiões agrárias brasileiras, tem sido a significativa materialização de uma capacidade de mobilização empreendida pelo MST, (...), mas também a incapacidade, por outro lado, de produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida. (NAVARRO, 2002, p. 228).

Finalmente, Arruda acrescenta uma outra abordagem da Educação da práxis, complementar a esta, a educação Zen. De acordo com ela, a habilidade se espiritualiza e a tarefa do educador é ajudar seus educandos "a libertar-se de si mesmos, a identificar-se plenamente com os outros e o mundo como parceiros do conhecimento, até o ponto de 'desprender-se do próprio Eu' e adotar uma intencionalidade 'sem intenção'". (ARRUDA, [1998b, p. 12] 2000a). Estamos em plena filosofia oriental que parece aplicar-se melhor a monges budistas do que a trabalhadores de um empreendimento autogestionário às voltas com os desafios e contradições do dia-a-dia.

A conclusão deste texto traz uma metáfora de cunho bíblico, "as forças das sombras são enormes, potentes, onipresentes. (...) As forças da luz começam a fazer sentir-se com maior potência do que antes". (Ibidem). E não é um combate que a profecia anuncia, mas "num tempo não tão longo quanto se teme, as sombras ficam contaminadas pela luz e todo o ambiente se ilumina". (Ibidem). Estamos em pleno conto de fadas, e "eles viveram felizes para sempre", poderíamos acrescentar. Novamente a impressão que fica é de um grande idealismo, um sonho que embala e dá alento *envers et contre tout*.

### 6.2.4. As campanhas políticas

Em setembro de 1998, Arruda pronunciou uma palestra para o IX Congresso Luterano Latino-Americano, no Estado de Santa Catarina. Nela, sob o título de *Globalização e América Latina: oportunidades e desafios*, além da análise já conhecida sobre a globalização competitiva e a proposta de uma globalização cooperativa ou socioeconomia solidária, Arruda aborda os desafios que esta apresenta para os movimentos sociais e as Igrejas. Lembrando que as Igrejas têm responsabilidades enquanto autoridade moral frente à sociedade composta pelos explorados, pelo Estado e pelos exploradores, ele define sua missão como um projeto libertador em relação a todo tipo de opressão e alienação. Para realização desta missão, duas atitudes complementares devem ser tomadas: a profética e a diacônica.

O primeiro desafio é denunciar a injustiça e a alienação, e não basta fazê-lo em palavras, mas também em atos. Ou seja, as Igrejas devem agir em conformidade com o que elas pregam. Elas devem provar que um outro mundo é possível. Os valores pregados devem ser os da partilha e da co-responsabilidade, que estão sendo implantados aos poucos nos movimentos sociais e que as igrejas podem ajudar a desenvolver.

O segundo desafio "envolve o serviço e o apoio às causas libertadoras dos explorados, oprimidos e excluídos. Envolve a persuasão e a motivação a que os exploradores, opressores e alienadores se convertam". (ARRUDA, 2000a, p. 157). Arruda apresenta então ações políticas nas quais ele mesmo está implicado, a saber, a Campanha Jubileu 2000, a Campanha contra o Acordo Multilateral de Investimento e o Acordo do Brasil com o FMI. O tema da conversão pela persuasão vai no mesmo sentido que a metáfora das "sombras [que] ficam contaminadas pela luz". Novamente é uma proposta bastante voluntarista, que contrasta com as análises marxistas às quais Arruda, às vezes, se refere.

Arruda comenta a Campanha Jubileu 2000, coordenada no Brasil pelo CONIC-CNBB-CESE. Trata-se de uma reivindicação junto aos Bancos, governos e credores para anular ou pelo menos renegociar as dívidas interna e externa; trata-se de uma moratória soberana. A campanha visa também a redistribuição das terras, a supressão de relações de trabalho opressivas e a participação dos trabalhadores na organização da produção. O movimento se inspirou numa tradição judaica segundo a qual nos Jubileus cancelavam-se as dívidas, libertavam-se os escravos para permitir a todos de recomeçar suas vidas com dignidade.

A Segunda Campanha visa a regulação dos fluxos internacionais de investimentos, impedindo que estes tenham liberdade absoluta para circular sem o menor controle dos governos nacionais.

A última Campanha é contra a assinatura de acordos com o FMI, pois este recomenda cortes de gastos internos principalmente na área social a fim de cumprir os compromissos de pagamento da dívida externa. Este tipo de política leva à recessão, ao desemprego

crescente, à falência de empresas, à descapitalização interna e à perda da soberania nas questões macroeconômicas.

O texto foi escrito em 1998; depois disto, Arruda se envolveu em outras campanhas como contra a ALCA, e a Campanha do Jubileu teve continuidade recolhendo assinaturas no Brasil inteiro. Estas campanhas são sempre coordenadas pela CNBB, mas também pelos sindicatos e diversos movimentos sociais e ONGs, entre as quais o PACS.

### 6.2.5. O desenvolvimento comunitário autogestionário

O texto intitulado *Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário* é um ensaio que foi escrito em dezembro de 1998 para a Rede de Ação Comunitária da Irlanda. Nele, Arruda comenta que governos e agências multilaterais tiveram como meta o desenvolvimento comunitário para atenuar os efeitos desastrosos das reformas neoliberais sobre a força de trabalho.

> A persistência de desigualdade, porém, convenceu a muitos de que as comunidades locais devem comprometer-se na solução de alguns de seus problemas de sobrevivência, que o mercado é incapaz de resolver. Fundos do Estado são necessários, mas o objetivo principal é envolver as comunidades na superação dos seus problemas socioeconômicos, deixando os setores mais rentáveis para o grande capital privado e evitando a instabilidade social. (ARRUDA, 2000a, p. 162).

O desafio proposto por ele é então "reinventar a economia de forma que ela se adapte aos seres humanos que somos: seres amorosos". (Ibidem).

Ele define o termo comunidade como "conjunto de pessoas que compartilham um projeto em comum, valores, ideais e práxis em comum" (ibidem), mas acrescenta que um destes valores consiste em desenvolver esses laços também com outras comunidades. O desenvolvimento emancipatório seria aquele que permite construir relações solidárias dentro e com as outras comunidades.

Após afirmar que nem o capitalismo liberal, nem o capitalismo estatista, ou mesmo socialdemocrata, que redistribuem parte do excedente, são conciliáveis com a cooperação (pois no capitalismo, o capital compete com o trabalho), o autor retoma o tema da globalização cooperativa, como em textos anteriores, e explica que crescimento e desenvolvimento, não são a mesma coisa. Segundo sua visão, após atingido um crescimento econômico considerado suficiente para satisfazer as necessidades básicas, nós deveríamos preocupar-nos com o desabrochar das qualidades e potenciais superiores dos seres humanos. Por esta razão, o desenvolvimento de comunidade "não pode ser visto isoladamente do desenvolvimento de outras comunidades, da nação e da espécie humana". (ARRUDA, 2000a, p. 165). A postura de mostrar que é possível estabelecer relações

econômicas não redutíveis às dimensões estatais e mercantis aproxima-o do pensamento crítico da escola antiutilitarista do M.A.U.S.S., apesar dele nunca se referir a ela.

O desenvolvimento de comunidade exige o seu empoderamento e, para ter democracia plena, é necessário que os trabalhadores tenham "o controle e a gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho; acesso aos mercados, ao crédito, a uma ocupação útil, em suma, a todos os direitos socioeconômicos". (ARRUDA, 2000a, p. 166). Os principais agentes de desenvolvimento devem ser os próprios interessados e suas comunidades. A ajuda exterior deve ser um simples complemento dos recursos próprios de cada sujeito. A cooperação a nível local deve ser articulada em rede com as solidariedades cooperativas de troca de bens, serviços, idéias, energias no espaço regional, nacional e internacional.

Arruda reafirma que só a educação e o empoderamento permitem o autodesenvolvimento. Para isto é necessário vencer a cultura da dependência e da delegação de responsabilidades. Como motivar as pessoas e suas comunidades para responsabilizar-se pelo seu próprio desenvolvimento? Há uma série de obstáculos objetivos e subjetivos, sendo estes talvez os mais difíceis de serem superados. Entre os primeiros, a fragmentação de interesses, a falta de recursos, a falta de agências intermediárias e o controle social. Entre os subjetivos, "o medo, o individualismo enraizado, a falta de auto-estima, a falta de confiança nos outros, a falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente, a falta de uma identidade coletiva enquanto comunidade". (ARRUDA, 2000a, p. 168). Para motivar as pessoas e suas comunidades, segundo ele, é preciso, respeitando as especificidades culturais de cada lugar, diálogo e ações concretas, para aprender na prática a compartilhar idéias, a realizar escolhas e atividades.

As reflexões de Arruda sobre a importância de uma identidade compartilhada pelo grupo para seu autodesenvolvimento foram confirmadas pelas observações de diversos teóricos da economia solidária como Defourny e Gaiger, que citam exemplos de empreendimentos bem sucedidos onde existe um ideal compartilhado seja ele religioso, étnico[348], de gênero ou ainda onde estas diversas características estão reunidas.

Arruda argumenta, em seguida, que, se a exclusão social é um fenômeno intrínseco ao capitalismo, tentar a inclusão social via reinserção no mercado de trabalho assalariado dos excluídos não é uma solução durável. Só a emancipação do trabalho humano permitirá a superação da exclusão. O autor tem uma postura essencialmente normativa, muito menos investigativa do que Singer ou Gaiger, não se pergunta como as coisas estão se desenvolvendo em tais e tais circunstâncias ou porque elas assim acontecem, mas afirma como as coisas devem acontecer ou como devemos agir.

Sua caminhada é uma caminhada pedagógica, faz propostas, mas tudo parece simples e exeqüível. Assim, ensina que, para desenvolver uma comunidade, é preciso num primeiro momento mapear as necessidades e os recursos disponíveis; colocando-as lado a lado, percebe-se que a maioria das necessidades pode ser satisfeita na própria comunidade

[348] O caso de Mondragón, no país basco, é um exemplo de identidade étnica.

mediante trocas, com ou sem a mediação de dinheiro, ou ainda, criando uma moeda própria. Se fundos externos são geralmente necessários num primeiro momento, é importante que fontes locais de financiamento sejam mobilizadas para reduzir a dependência em relação àqueles.

O ensaio afirma então a existência de experiências em que os trabalhadores reorganizaram "a produção, as finanças, o crédito, o comércio, o consumo e os serviços na base da cooperação e da solidariedade". (ARRUDA, 2000a, p. 170). E que a formação de redes cooperativas traz a seus parceiros uma percepção do todo no qual eles estão inseridos e de necessidades que vão além dos bens materiais. Assim, em cada comunidade é possível organizar formas cooperativas de trabalho que proporcionam renda e trabalho, devolvendo auto-estima e confiança a seus participantes. Na medida em que vão tomando o controle de sua economia, tornam-se capazes de lidar com agências externas e grandes firmas, gerando tudo isto um sentimento de identidade e devolvendo "o ethos da solidariedade e da reciprocidade". (Ibidem, p. 171).

Quanto à questão do Estado, Arruda não vê problemas no fato de os governos, a nível municipal, estadual ou nacional, tomarem a iniciativa, contanto que o objetivo não seja alienador (tornar os trabalhadores mais competitivos ou reinseri-los no trabalho assalariado). O Estado precisa catalisar recursos e conselho à medida que a comunidade os solicita para que esta possa superar sua dependência e desenvolver de maneira crescente a autogestão cooperativa. Somente assim as comunidades deixarão de esperar uma ajuda paternalista e assistencialista tradicional.

Arruda distingue as comunidades, que ele chama de "naturais", das verdadeiras. Para falar em comunidade, é preciso uma "decisão consciente dos seus membros de dividir entre si a responsabilidade pelo seu destino comum". (Ibidem, p. 173). Ou seja, deve existir um processo intencional e um certo contrato firmado entre seus membros para realizar determinadas tarefas em co-responsabilidade. Como foi mencionado anteriormente, é a metodologia da práxis que é proposta e explicada. Ela articula prática e teoria, ação e conhecimento. O texto detalha os vários passos desta metodologia, que consiste em estabelecer objetivos gerais, pesquisar e mapear o terreno e os participantes, definir objetivos específicos, planejar ações, realizá-las, avaliar os resultados e retomar o processo.

O ensaio termina fazendo considerações a respeito de uma filosofia do conflito, decorrente da diversidade da realidade humana e que deve ser estudado para entender suas raízes e fatores determinantes e para definir a forma de se lidar com ele. Sua superação leva a uma unidade criativa. Arruda apresenta, em seguida, um diagrama representando conjuntos de opostos, situando de um lado os aspectos individuais e de outro os sociais. O segredo do sucesso, para ele, é caminhar entre os dois, conectando os dois aspectos, articulando de maneira dinâmica os dois pólos[349].

[349] Essa apresentação binária de opostos e a procura de um intermediário lembram a questão do mito, que abordarei mais adiante.

O maior obstáculo ao desenvolvimento cooperativo é o ambiente competitivo, que tem por base "um conceito de ser humano como indivíduo absoluto e abstrato, retirado de qualquer contexto e afirmado como um ser isolado. O mesmo conceito é estendido aos coletivos humanos". (Ibidem, p. 181). Nesta perspectiva, os outros são vistos como inimigos contra quem devemos competir e lutar a fim de não sermos destruídos.

A respeito dos valores que fundamentam a cooperação, o autor volta a reafirmar que suas características são qualidades do feminino. Mais uma vez, também, ele expressa sua esperança no processo evolutivo natural do cosmos e da humanidade conforme visão de Teilhard de Chardin e de Sri Aurobindo, um sábio indiano. Em cada texto, ele reafirma o "mito de origem"[350] e fazendo dele um guia para o futuro. Quando nota que, além deste processo evolutivo natural, existem áreas potenciais de desenvolvimento que pertencem ao âmbito da consciência e da responsabilidade humana, podemos pensar nos rituais de atualização do mito, que o reafirmam.

### 6.2.6. A cultura da socioeconomia solidária

Os textos produzidos após *Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário*, quando tratam da cooperação e da socioeconomia solidária ou amorosa, vão retomando as mesmas idéias. Passamos, então, ao texto *A cultura da socioeconomia solidária,* publicado em 2000 no segundo caderno da série *Semeando socioeconomia solidária: construindo a democracia econômica.* Ele foi dado como leitura preparatória ao encontro brasileiro de socioeconomia solidária, realizado em Mendes, Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano. O discurso é bastante similar aos anteriores, só que dá mais ênfase à cultura entendida por Arruda como "conjunto dos valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação característicos de um determinado estágio de evolução de uma sociedade". (2000b, p. 9). Nesta visão evolucionista, o autor vai fazer referência à velha e à nova cultura, a primeira sendo o berço e a matriz da outra. Ele faz também referências ao biólogo chileno Maturana, segundo o qual a competição é anti-social e "a origem antropológica do *Homo Sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação, e a cooperação só pode se dar como uma atividade espontânea através da aceitação mútua, isto é, através do amor". (MATURANA, apud ARRUDA, 2000b, p. 10).

É na questão da economia amorosa que Arruda vê o encontro entre a cultura e a economia. Ele faz aqui a conhecida distinção[351] estabelecida por Aristóteles entre a economia crematística, atividade de acumular riqueza material, e a oikonomos ou administração e gestão da casa. Esta última é, para ele, a visão da cultura humanista, a economia dedicada ao bem estar social e humano. Os valores da cultura da solidariedade

[350] Chamo aqui de mito de origem à visão evolucionista que ele desenvolve nos seus textos.
[351] Tratei esta questão no capítulo sobre *Os nomes da economia solidária.*

são também mencionados, a saber, a reciprocidade, a cooperação, a compaixão, o respeito pela diversidade, a complementaridade, a comunidade e o amor.

### 6.2.7. A visão utópica da socioeconomia solidária

Como Singer e Gaiger, Arruda participa do *Seminário sobre Economia dos Setores Populares* na Universidade Católica do Salvador. Através do tema *Um novo humanismo para uma nova economia*, a missão é "levar cada um a se conectar com seu próprio sentimento a respeito de quem somos, do que estamos fazendo nesta existência terrena, para onde tendemos enquanto espécie e o que, portanto significa o mundo que nós temos hoje". (ARRUDA, 2000c, p. 199). Uma tal afirmação deixa-nos pensativos e coloca o autor numa categoria muito especial de intelectual. Com o propósito de discutir qual é a natureza do ser humano, ele fez a proposta de "nos situarmos no campo da utopia que seria o referencial". (Ibidem). Para realizar um projeto de Socioeconomia Solidária, temos que mudar o paradigma dominante de ver o mundo. Não é só com o cérebro que devemos pensar e trabalhar, mas também com o coração, devemos ter a fé de que podemos fazer de forma diferente.

A respeito da prática e do concreto, ele colocou que preferia não começar pelo empírico e se justificou a partir da concepção de concreto de Marx. No objeto empírico que observamos há muito mais do que vemos. Há uma concepção anterior, um trabalho prático, matérias primas, relações de trabalho etc. Da mesma forma, a definição de ser humano "vai ser um lastro sobre o qual vamos construir um conceito de Socioeconomia Solidária". (Ibidem, p. 202).

Critica, portanto, a visão neoliberal de indivíduo que faz deste um absoluto ao redor do qual tudo gira, tema que vai ser retomado no verbete sobre socioeconomia solidária. Também aborda o tema das duas concepções de economia segundo Aristóteles, questões que comentei no capítulo quatro sobre os nomes da economia solidária (*4.2. Economia*). Arruda volta a falar de noodiversidade que se refere a uma visão multicêntrica do mundo e afirma a necessidade de "retomar a visão do ser humano a partir da diversidade". (ARRUDA, 2000c, p. 203). Ou seja, sair da visão do "eu sem nós", bem como do "nós sem eu" e buscar uma concepção do "eu e nós".

Partindo de Marx e Teilhard de Chardin, ele propõe uma nova concepção de economia, discute a análise que aquele faz do trabalho alienado e sublinha que a superação da alienação não se resume à emancipação do trabalho, mas comporta a superação de várias alienações. A primeira, é superar a "alienação em relação à complexidade que nós somos" (ibidem, p. 204), isto é, o homem deve educar-se, fazer um trabalho sobre ele mesmo; a segunda diz respeito à nossa relação com a natureza, a começar por "nosso corpo que é pura natureza", devemos restabelecer uma relação harmoniosa com ela. Tendo isto em vista, "a discussão sobre outros modelos e modos de produção é fundamental". (Ibidem, p.

206). A terceira refere-se à relação com a sociedade, com as gerações passadas, presentes e futuras. O reconhecimento da necessidade da sustentabilidade das atividades socioeconômicas na hora do seu planejamento revela esta preocupação. E finalmente ele, citando novamente Marx, considera a superação da relação com o outro, a relação interpessoal. Que relações estabelecemos com o outro? Elas são de respeito, de acolhida ou de agressão, de violência, de negação? Segundo o autor, para pensar a socioeconomia solidária, é preciso estudar e trabalhar esses quatro tipos de relação alienada. Isto pode parecer utopia, mas comenta ele, não podemos ficar na aparência das coisas. A realidade à qual se refere é "uma realidade muito mais complexa, que tem dentro, escondido, um potencial de ser alguma coisa muito maior do que só isso a que foi reduzida". (ARRUDA, 2000c, p.207). Isto é, neste caso a utopia seria a realidade que potencialmente pode acontecer mais cedo ou mais tarde.

Para a sua visão utópica, Arruda se embasa de maneira substancial em Teilhard de Chardin e, no Seminário da Bahia, ele desenvolve quatro tendências identificadas por este na evolução da humanidade. A "primeira tendência evolutiva da humanidade é a da personalização, a crescente individuação". (Ibidem, p. 208). Apesar de reconhecer que, desde que o homem apareceu na terra, ele começou a construir coletivos e que estes disputaram espaços, tanto com a natureza como entre si (e Arruda situa entre esses coletivos, as classes sociais), e entende que a individuação é uma tendência e que ela é positiva. Mesmo que se constate a contínua luta dos egos contra os outros, o autor fica confiante que, no terceiro milênio, "está se abrindo espaço para um salto de consciência no sentido de a gente incorporar o outro e a outra". (Ibidem). A segunda tendência seria a da crescente socialização por força da constante redução do espaço na terra, que só oferece duas possibilidades, ou as pessoas aprendem a conviver ou a espécie desaparecerá. A terceira tendência seria a da crescente espiritualização. Ela estaria inscrita na própria matéria e, como prova disto, cita o fato que nossa sociedade está entrando na era do conhecimento e saindo da era do trabalho manual. A quarta tendência seria a da tendência à crescente *amorização*, termo criado por Teilhard de Chardin para falar da natureza humana enquanto ser amoroso, o que significa para ele "a integração daquele outro como parte essencial do meu mundo. A percepção de que o outro está em mim e é, ao mesmo tempo, um prolongamento de mim". (Ibidem, p. 209).

Tudo isto justifica para Arruda a necessidade de "uma solidariedade consciente, construída como parte de um projeto teleológico". (Ibidem, p. 210). Embora estejamos no domínio das hipóteses, ele lembra que estes pressupostos constituem seu ponto de partida para discutir a socioeconomia solidária, não sem antes comentar as concepções de sociedade no mundo utópico de Thomas More.

Finalmente, ele volta à situação atual citando, para complementar as experiências estudadas por Gaiger[352], algumas práticas realizadas no Rio de Janeiro como o PACS, a

[352] Este artigo é a palestra pronunciada na Universidade Católica do Salvador da Bahia, logo após a fala de Gaiger.

ONG que ele criou ao sair do IBASE, o Fórum de Cooperativismo Popular - FCP, a Incubadora de Cooperativas da UFRJ e uma rede de cooperativas assessoradas pela FASE. Ele frisa que sua vivência não se limita àquela cidade, mas que se articula nos vários níveis do Brasil, da América Latina e do mundo. O Fórum, constituído por umas duzentas organizações do Estado do RJ, é dividido em cinco Grupos de Trabalho (GT), sendo que o mais importante é o de comercialização, com o objetivo de formar uma cooperativa. Um dos seus desafios é como desenvolver uma dupla estratégia, uma de comercialização no interior do mercado capitalista, a outra para comercializar com as outras cooperativas e associações. Isto exige um trabalho teórico-prático. Em resumo, a questão é construir um projeto de socioeconomia com uma lógica diferente no seio do sistema capitalista. Por isto, o Grupo de Trabalho em Educação é muito importante para pensar a solidariedade dentro de todo o sistema cooperativo e não somente dentro de cada empreendimento. Existem ainda outros GTs de Crédito Cooperativo, de Comunicação e Informação, de Legislação e de Apoio Jurídico.

Para Arruda, o sistema oficial do cooperativismo brasileiro, OCB e OC's estaduais, vê a economia solidária como uma ameaça a seu próprio sistema de inserção no capitalismo e, por esta razão, o diálogo com essas centrais é difícil. Parece-me que as razões são mais de ordem política e que o medo não seja do modelo alternativo em si, mas da perda de poder por parte de seus dirigentes caso nasça um outro sistema cooperativo que eles consideram concorrente. Quanto ao projeto de socioeconomia solidária, neste evento o autor o qualificou de "projeto de uma nova sociedade, de um novo modo de produção, a longo prazo". (ARRUDA, 2000c, p. 214). Temos aqui uma convergência de pontos de vista com Singer e um distanciamento de Gaiger. Mas Arruda não aprofunda a questão, nem chega a fazer algum comentário a respeito.

Como Gaiger, Arruda constata a profunda fragmentação existente no seio do mundo cooperativo e associacionista e propõe, como remédio, observar o sucesso das igrejas evangélicas e carismáticas, concluindo que: "está faltando para a grande massa da população descobrir que esse é o momento histórico de tomar nas mãos a oportunidade de emancipar o nosso trabalho". (Ibidem).

A postura do autor é típica do militante cujo projeto pessoal se identifica com o projeto coletivo da associação à qual pertence[353] e que deseja estimular a participação das outras pessoas para a ação coletiva. Wautier, estudando as organizações associativas como fonte de identidade para seus membros, cita Patrice Mann para o qual esta identidade é induzida por manipulação.

> O engajamento, a manutenção ou a reativação da ação coletiva utiliza [sic] 'manipulações simbólicas' por parte dos líderes, para minimizar os 'custos percebidos' da ação e maximizar os 'benefícios esperados' pelos membros da

[353] Aliás, é o próprio projeto pessoal de Arruda, a meu ver, que foi incorporado no PACS sem, no entanto, desconsiderar que projeto pessoal e projeto social mantêm sempre uma relação dialética entre si.

> ação coletiva. Como? Através da ideologia subjacente, através do argumento da construção de si mesmo na identidade coletiva. (WAUTIER, 2001, p. 48).

Em nome dos dirigentes populares, Arruda faz uma autocrítica em relação à demonização que foi feita da globalização. Entre as tendências presentes na globalização há uma, derivada das demais, a informática,. que permite uma imensa economia de tempo, mas até agora, ela foi mal vista pelos sindicatos, principalmente pela CUT e pelos sindicatos a ela filiados. Segundo ele, esta questão vai fazer objeto de um debate na Escola Sul da CUT.

Voltando às experiências concretas, o autor as situa dentro de três vertentes. A nível micro, tratar-se-ia do desenvolvimento de um cooperativismo solidário e ele indica o exemplo bem sucedido da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Catalunha que congrega mais de cento e cinqüenta cooperativas de produção de bens e de serviços, uma articulação e uma representação políticas. Na segunda situam-se as redes de trocas solidárias que já existem em muitos países do mundo e permitem às "comunidades de pessoas que vivem em lugares comuns (...) compartilhar entre si necessidades e demandas por um lado, recursos e oferta por outro". (ARRUDA, 2000c, p. 217). Para facilitar as trocas, muitas vezes, são criadas moedas sociais. Uma terceira tendência, macro, a nível mundial, onde ele cita a *Aliança por um mundo responsável e solidário*, dentro da qual existe um pólo, uma rede de Socioeconomia Solidária[354]. Ela procura uma articulação global de troca de experiências e de elaboração de propostas e é, ao mesmo tempo, um instrumento de conexão para uma ação comum.

### 6.2.8. O PACS e as relações internacionais

Já falamos do livro *A economia solidária no Brasil*, organizado por Paul Singer e André de Souza no qual Arruda colaborou com o artigo *Economia a partir do coração*, com Sandra Quintela, economista pós-graduada em cooperativismo pela UNISINOS que trabalha com ele no PACS. Após reafirmar a possibilidade de uma economia amorosa, o artigo apresenta o histórico das atividades do PACS, especialmente aquelas de socioeconomia solidária. A reflexão do PACS tinha por o eixo no início a questão de saber em que medida as políticas macroeconômicas influenciam o desenvolvimento socioeconômico dos povos e regiões e que poderiam ser elaboradas outras políticas para promover esse desenvolvimento. Esses estudos levaram a uma crítica do desenvolvimento "de fora para dentro" e "de cima para baixo" e a proposta de um desenvolvimento "de dentro para fora". A partir disto, o PACS iniciou ao mesmo tempo um trabalho de "desenvolvimento integral de comunidades rurais e urbanas e de cooperativas e associações autogestionárias de trabalhadores". (ARRUDA; QUINTELA, 2000d, p. 319). Os objetivos

[354] Sobre a Aliança, ver no capítulo *Trajetórias* a seção 5.2.5 Da Rio 92 à Suíça, o PACS e o início da socioeconomia solidária.

do PACS são descritos como de "emancipação do trabalho humano, desalienação da consciência humana e desenvolvimento integral dos potenciais materiais e espirituais do ser humano e da humanidade". Os objetivos são tão ambiciosos que fico tentada a interpretar as diversas místicas trabalhadas no PACS (que não foram evocadas nestes textos, mas que presenciei no Seminário Internacional de Economia Solidária do II Fórum Social Mundial) como rituais de atualização do "mito".

Arruda e Quintela desenvolvem então o que eles entendem por desenvolvimento integral e reafirmam que, além das necessidades materiais, a noção de desenvolvimento inclui "as dimensões emocional, mental, psíquica e espiritual do ser humano, como indivíduo e coletividade". (Ibidem, p. 319). Eles criticam então o desenvolvimento no contexto do capitalismo, pois este "está centrado na ilusão que o crescimento econômico pode ser ilimitado" (ibidem, p. 320) e que traz felicidade para todos, quando de fato, tem sido motivo de frustrações para a maioria dos trabalhadores e trouxe destruição para o meio ambiente. Vindo do Norte para o Sul, é imposto por empresas transnacionais que se apropriam ou tentam controlar os recursos naturais e culturais dos países do Sul mediante a homogeneização dos modos de vida de suas populações. Para os autores, o desenvolvimento deve ser obra dos próprios sujeitos, ser um autodesenvolvimento, pois o agente externo só pode contribuir de forma complementar. Iniciado a nível micro, as comunidades devem construir redes de cooperação respeitando as diferenças e estas, por sua vez, ir criando uma globalização que busca conformar unanimidades na diversidade. Esta proposta é apresentada como sendo a do PACS: unanimidades na diversidade "não apenas no plano conceitual, mas também no das políticas e das práticas". (Ibidem, p. 321).

É enunciado, então, um relato das ações desta ONG no plano intermediário e macro, mas, são novamente e incansavelmente considerações filosóficas e críticas que são enunciadas em primeiro lugar. Fica-se sabendo que a prioridade é dada ao trabalho educativo para a autogestão e a solidariedade, e também ao trabalho organizativo na busca da formação de redes de apoio mútuo inclusive comerciais, em nível local, nacional e internacional. Há um esforço também na área do crédito e da poupança, que devem ser controlados pelos próprios interessados. Estudos são feitos para definir uma *economia do suficiente*. Essas ações e pensamentos são desenvolvidos e transmitidos no Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que nasceu em 1995 e realizou seu primeiro Encontro Estadual em outubro de 1996. Seus objetivos são:

> a construção de um mercado solidário, (...) contribuir para a construção de um movimento aberto e não dogmático, que una (...) em uma rede de solidariedade capaz de contribuir para a superação de nossas carências de informação, formação e financiamento; - Desenvolver experiências inovadoras de controle e gestão da produção de bens e serviços, distribuição, comércio, crédito, educação, comunicação etc; - Influir na legislação do cooperativismo por meio de ações junto ao Congresso nacional. (ARRUDA; QUINTELA, 2000d, p. 324).

O Fórum está dividido em cinco grupos de trabalho, cada um com uma série de atividades que vão desde a publicação de um jornal, a montagem de um *site* na Internet até

oficinas de viabilidade econômica para formação de uma outra cultura econômica e gerencial, passando pela montagem de banco de dados e pela organização de feiras e de uma rede de trocas solidárias.

Alguns desafios estão listados no texto, como a necessidade de "alimentar a mística, o entusiasmo e a articulação" dos trabalhadores, combinar a eficiência do grupo com a eficiência da rede, preservar a autonomia dos trabalhadores na construção do coletivo, romper o isolamento dos grupos populares, e, finalmente, criar uma nova cultura que não seja a da reprodução das formas econômicas capitalistas". (Ibidem, p. 326).

Para os autores, a realização das ações do Fórum se insere no projeto político e cultural de socioeconomia solidária, e de globalização cooperativa. Para realizá-lo, são enunciados dois aspectos fundamentais: "colaborar no planejamento participativo de uma estratégia de ação orientada para a ocupação gradual da economia de mercado (...) contribuir para a evolução gradual destas cooperativas e associações autônomas em direção a autênticas comunidades humanas". (Ibidem, p. 327). Há também objetivos complementares como o de "pressionar os centros de poder político e econômico em favor de políticas e de relações que contribuam para criar um ambiente propício ao desenvolvimento das redes de socioeconomia" (ibidem) e educar para uma profunda mudança cultural a fim de "construir os novos sujeitos capazes de gerar novas instituições e novas relações societárias e humanas". (Ibidem).

O texto continua dando as linhas gerais de ação: trabalhar pela consolidação do FCP e pela sua articulação com outras redes nacionais e do exterior e trabalhar pela sensibilização das

> organizações sindicais, sociais e eclesiais para os desafios da globalização e a necessidade de uma reorientação estratégica dos movimentos sindical e social, no sentido de adotarem um projeto de transformação em três dimensões: socioeconômica, política e cultural. (ARRUDA; QUINTELA, 2000d, p. 127-128).

A nível macro, os autores apresentam o Pólo de Socioeconomia solidária da *Aliança por um Mundo Responsável e Solidário*, fundado em 1997, com o apoio de duas instituições uma francesa e a outra franco-suíça. O texto inicia por uma análise dos diversos desequilíbrios provocados de maneira global pela extensão do comércio de mercadorias a territórios cada vez mais vastos, formando um sistema que exige reações coerentes e globais. Neste sentido, o Pólo chama atores econômicos a juntarem-se para construir uma economia a serviço do ser humano. São apresentados os objetivos principais do Pólo: a criação de alianças em torno de temas e desafios, a criação de uma rede a todos os níveis para superação dos desequilíbrios e a difusão das reflexões e experiências inovadoras. O objetivo de participação e de criação de alianças é especificado em termos de atividades genéricas como,

> encontrar-se; relacionar-se com os outros atores do pólo (...); construir uma agenda coletiva (...); tomar conhecimento e difundir as reflexões e práticas dos aliados do PSES (...); compartilhar sua experiência (...); participar de encontros (...);" redigir fichas temáticas e artigos; "elaborar coletivamente uma síntese de propostas". (ARRUDA; QUINTELA, 2000d, p. 330-331).

ARRUDA e QUINTELA concluem que os desafios são enormes, mas que se conseguiu avançar na busca da transformação deste "mundo em um lugar genuinamente humanizado e aconchegante de se viver" (ibidem) e isto graças às inúmeras parcerias construídas.

As longas enumerações de princípios, objetivos e linhas gerais de ação em todos os níveis, micro, meso e macro, levam a uma reflexão sobre a relação entre palavras e ações. Na introdução do livro *O dito e o feito*, Mariza PEIRANO observa que "a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque *o dito é também feito*". (2002, p. 11). Embora concorde com esta afirmação, devo dizer que a fala – escrita, no caso – de Arruda e Quintela, que deveria tratar do feito[355], me deixa novamente perplexa. Só posso dizer que os textos de Arruda não entram no detalhe de como aplicam seus princípios no concreto, quais são as táticas de aplicação e, sobretudo, o que a prática no seio deste campo de ação ensinou. Quais as lições, quais as dúvidas, o que não deu certo? Quase nenhum balanço é feito[356], nem do passado nem do presente. Qual é a relação entre o dito e o feito? Não sabemos. Algumas iniciativas são citadas, mas qual é a continuidade destas? Fi preciso reformular as propostas? Apareceram perspectivas não previstas? Tantas perguntas sem respostas.

### 6.2.9. A definição dos conceitos

Na obra *A outra economia*, de 2003, Arruda tem dois verbetes. Já comentei a respeito do primeiro no capítulo sobre os nomes da economia solidária, nas seções *4.3. Os termos solidariedade e solidária* e *4.7. Socioeconomia solidária*. Neste verbete ele apresenta os diversos nomes como uma "reconceitualização da economia a partir de outros paradigmas, tais como a centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado de relação socioeconômica, em vez da competição,...". (ARRUDA, 2003a, p. 232). De acordo com Arruda, a emergência dos conceitos é justificada por duas razões, uma prática e a outra teórica. Em primeiro lugar, eles surgem "de práticas de relações econômicas e sociais que propiciam no curto prazo a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diversas partes do mundo". (Ibidem, p. 234). Em segundo lugar, surgem "da necessidade de distinguir as abordagens econômicas alternativas das práticas da economia capitalista". (Ibidem).

Ele faz também uma análise da solidariedade no contexto da complexidade, argumentando que, mesmo no sistema capitalista, "toda relação econômica implica

[355] O livro inicia com esta frase: "Esta coletânea reúne relatos de diversas experiências de apoio e de trabalho em empreendimentos de economia solidária no Brasil". (SINGER; SOUZA, 2000c, p. 7).

[356] No artigo *Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa e* no verbete sobre *Trabalho emancipado*, uma causa para o fracasso do Cooperativismo, a nível mundial, em termos de mudança de sociedade, é rapidamente evocada, mas não se trata de um estudo elaborado.

confiança e expectativa de que o sujeito que compra não está sendo enganado pelo sujeito que vende". (Ibidem, p. 233). Quanto à questão da liberdade, na doutrina liberal, trata-se de "um eufemismo, dado que o império do indivíduo, seja ele ego-pessoa ou egos coletivos (empresa, grupo social, etnia, nação etc.), implica na negação da individualidade do outro, na negação da alteridade". (Ibidem, p. 234). O conceito de indivíduo na concepção liberal é abstrato e anistórico. Ele o exemplifica com a famosa frase de Margaret Thatcher: "A sociedade não existe, a única realidade é o indivíduo". (Apud ARRUDA, 2003a, p. 234).

Arruda comenta também o termo pouco usado nos escritos brasileiros[357] de economia social que, para ele, pode ter dois sentidos, um indicando a existência de um setor da economia voltado para o social e, neste caso se trata de um enclave solidário no seio da economia capitalista que só tem duas saídas, ou ser eliminado ou ser absorvido pela economia dominante. O segundo sentido seria idêntico ao do termo socioeconomia. O termo foi usado com este sentido pelo grupo de pesquisa da UNESP de Marília[358] e, recentemente, pela UNISOL. Este termo é geralmente usado no Brasil para referir-se a políticas públicas para a saúde, a educação e a habitação, enquanto que na literatura francesa, canadense francófona e, em especial, belga, ele designa o cooperativismo, as associações, os serviços de proximidade e as "mutualidades"[359].

É eloquente a referência que Arruda faz a autores latino-americanos contemporâneos que usam termos similares ao de socioeconomia solidária, dos quais ele resume algumas posições sem fazer comentários. Cita Razeto como sendo o primeiro autor a utilizar a expressão economia de solidariedade na América Latina e isto desde 1985[360]. Lembro que, segundo minhas pesquisas, foi o próprio Razeto que tornou este termo conhecido no Brasil graças a um artigo publicado no livro *Educação comunitária e economia popular*, organizado por Gadotti e Gutiérrez.

Arruda sublinha o vigoroso conteúdo ético que Razeto dá ao conceito, bem como "a importância da democratização da economia e a complementaridade entre o que seriam os três setores essenciais da economia solidária: o de intercâmbios, o regulado e o solidário". (ARRUDA, 2003a, p. 236). Outro autor citado é o colombiano Verano Paez da COLACOT[361]. A respeito dele, Arruda sublinha seus objetivos estratégicos de

> estabelecer o sistema nacional de organização produtiva através de empresas solidárias de trabalho (...); criar fontes de trabalho produtivo através de empresas solidárias de trabalho associado na produção de bens e serviços em todas as áreas

[357] Como relatei na seção *4.7. Socioeconomia solidária*, Arruda já tinha comentado esta questão na entrevista que me concedeu. Nesta ocasião ele foi um pouco mais crítico em relação ao uso que os europeus fazem do conceito de Economia Social.

[358] As pesquisas deste grupo foram publicadas em: DAL RI, Neusa (Org.). *Economia Solidária*: O desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999.

[359] Sobre esta questão, ver LECHAT, 2002.

[360] Pelo que me consta, o termo já aparece em 1984. Ver a este respeito no primeiro capítulo desta tese o ponto 1.2. Economia solidária.

[361] Esta Confederação Latino-americana de Cooperativas está também na origem do primeiro projeto nominalmente chamado de economia solidária no Brasil como relatado no capítulo inicial desta tese.

> e atividades da economia nacional; democratizar a propriedade, a economia e o poder mediante o fortalecimento de um forte setor da economia solidária, na perspectiva da construção do *Estado Social de Direito*. (PAEZ, apud ARRUDA, 2003a, p. 236).

O autor seguinte é José Luis Coraggio, diretor acadêmico do Mestrado em Economia Social Instituto Conurbano da Universidade Nacional de General Sarmiento, na Argentina[362]. Ele vislumbra uma passagem da economia popular, com base nas unidades domésticas, para a economia do trabalho que ele define como "a realização da reprodução ampliada da vida de todos e a priorização do acesso de todos ao trabalho como condição da qualidade de vida e não como mera objetivação instrumentada ao serviço da acumulação". (CORAGGIO, apud ARRUDA, ibidem, p. 236). A transformação duma economia na outra se faria mediante programas de consolidação e extensão de redes de difusão de informação, de intercambio, de pesquisa, capacitação e promoção a partir do Estado e da sociedade para realimentar os desenvolvimentos parciais e as diversas iniciativas autônomas.

A seguir vem Euclides Mance, brasileiro e parceiro de Arruda na RBSES. Para Mance, é a colaboração solidária que permitiria a organização de sociedades pós-capitalistas. A estratégia consiste em conectar em rede unidades de produção e de consumo solidários permitindo o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural autônoma das sociedades onde se implantam.

Arruda termina sua lista de autores citando a si mesmo e confirmando sua convergência com as idéias de Paez e Mance. O conceito de socioeconomia solidária é definido "como um sistema alternativo ao capitalismo, construindo-se através do florescimento de redes horizontais e verticais de produção e intercâmbio de bens e serviços, mediados por moedas diversas e por relações solidárias entre as partes". (ARRUDA, 2003a, p. 237). Tal sistema promoveria relações não somente econômicas e técnicas, mas também afetivas, formando uma cultura e socioeconomia solidárias.

> Esse sistema iria ocupando sempre espaços mais amplos, e constituindo uma economia do trabalho emancipado e do *melhor-viver* para todos em desenvolvimento no interior mesmo da economia comandada pelo capital, escapando aos poucos ao seu controle até eventualmente substituí-lo. (ARRUDA, 2003a, p. 238).

Parece que Arruda se tornou mais prudente em relação à sua afirmação feita no Seminário da Bahia onde qualificou a socioeconomia solidária de "projeto de uma nova sociedade, de um novo modo de produção"; atualmente isto permanece como uma possibilidade eventual.

Para Arruda, a possibilidade do ser humano realizar sua *vocação histórica e ontológica* depende de uma profunda transformação do paradigma civilizatório. Isto consiste numa "nova concepção do sentido do ser humano, [num]a subordinação da atividade econômica e da tecnologia aos objetivos maiores do desenvolvimento humano e social, e [num]a radical democratização do Estado e das relações de poder e conhecimento entre este e a sociedade". (Ibidem).

Mais uma vez, Arruda vai explicar os diferentes aspectos da socioeconomia solidária. O primeiro é o trabalho emancipado e não o ócio. Nesta economia, os trabalhadores de

[362] Este mestrado é novo (criado em 2003) e conta entre seus professores Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger e Luis Razeto.

qualquer regime, - privado, público ou associado -, seriam os protagonistas. Essa economia teria por base as ações a partir de baixo e enfrentaria as outras economias, a capitalista e a estatal, sendo que teria como objetivo o desenvolvimento humano e social. Ela seria também respeitosa do planeta enquanto ecossistema. Seria uma economia do suficiente, atendendo às necessidades básicas de todos e visando à qualidade de vida dentro de uma filosofia anticonsumista. Uma economia do valor de uso e não do valor de troca. Esta economia daria prioridade aos serviços de higiene, saneamento, saúde e educação com uma tecnologia simples, de baixo custo com uma gestão e financiamento, em boa parte das próprias comunidades. Este tipo de economia estaria então a serviço das necessidades dos cidadãos e da sociedade. Esta socioeconomia planetarizada geraria uma globalização cooperativa e solidária. Voltamos às reiteradas proposições feitas nos textos anteriormente comentados.

O verbete termina tratando de questões de atualidade. Arruda faz observar que se o cooperativismo progrediu no mundo e envolve quase um sexto da população, ele não chegou a oferecer uma alternativa sistêmica ao capitalismo por ter se confinado ao espaço das associações sem propor uma luta para um projeto macroeconômico e sociopolítico capaz de superar o sistema capitalista. Em seguida, cita Mance que enuncia uma série de práticas solidárias que vão desde as empresas autogestionadas, o comércio justo, a agricultura ecológica, os sistemas locais de troca, a economia de comunhão, os bancos do povo e, até, o software livre, entre outras. A esta lista Arruda acrescenta as incubadoras universitárias, as ações do movimento sindical e, em particular, da CUT, bem como as redes de economia solidária de nível local, estadual, nacional e internacional entre as quais a rede latino-americana e a rede global de socioeconomia solidária. Diante da aparente fragmentação de todas estas experiências, Arruda sublinha que dois fatores contribuíram para colocá-las em contato e melhorar sua coerência, as redes eletrônicas e o Fórum Social Mundial. As primeiras facilitaram a divulgação das propostas e, até, as trocas comerciais levando a interações entre as redes. Quanto ao Fórum, permitiu não somente o encontro entre ativistas e intelectuais, mas também a realização de conferências, seminários e grupos de trabalho internacionais.

Atualmente, vários governos reconheceram a economia solidária, a Colômbia e o Equador, a França durante o mandato de Lionel Jospin[363]; Arruda termina anunciando os concertos com o recém-eleito Governo Lula no Brasil, para implantar políticas públicas de economia solidária que tornam possível a sua organização de modo autônomo.

O último texto que pretendo analisar é o do verbete *Trabalho emancipado*. Arruda estuda não somente a evolução do conceito, mas também as condições históricas que lhe dão sustentação, pois "só faz sentido discutir o trabalho de modo contextualizado". (ARRUDA, 2003a, p. 264). O conceito evoluiu em função da prática do trabalho nos diversos sistemas produtivos. No sistema capitalista, houve várias interpretações; assim, autores da economia clássica iniciaram vendo no trabalho a matriz do valor das mercadorias; em seguida, outros consideraram que eram os custos da produção que fixavam o valor dos bens, e que o salário era fixado pelo valor dos bens essenciais para a reprodução do trabalhador e de sua família.

Marx criticou estas diversas concepções, estabelecendo um novo conceito, o de mais-valia. A mais-valia é o valor produzido pelo trabalhador que não é revertido em salário, mas é expropriado em benefício do dono dos meios de produção, sob a forma de lucro ou

[363] De fato, nos dois mandatos de Mitterand.

renda da terra. Por sua vez, os economistas neoclássicos criticaram Marx e definiram o valor de uma mercadoria qualquer na base de sua utilidade, relegando o trabalho a mero fator de produção. Mas, com o advento da automação, vários autores consideraram que "o principal sujeito do processo produtivo é a ciência e a tecnologia, e não o trabalho humano". (Ibidem, p. 261).

Segundo Arruda, a visão da práxis considera o trabalho como "resultante da interação criativa entre ação e reflexão, prática produtiva e teoria da organização social para a produção e reprodução da vida". (Ibidem). A partir desta noção e da compreensão das transformações sofridas pelo mundo do trabalho chegou-se ao conceito de economia da práxis que seria sinônimo de socioeconomia solidária.

O autor desenvolve o tema do trabalho não-assalariado, voltando 2,5 milhões de anos atrás, e fala dos primatas, para referir-se depois aos !Kung de Botswana[364] e afirmar que tanto uns como outros dedicam boa parte do seu tempo ao lazer e à vida social. A perspectiva evolucionista e uma concepção a respeito dos "primitivos" como povos que teriam permanecido atrasados na escala evolutiva é flagrante, mesmo se isto não está escrito e se o seu autor pode discordar da minha interpretação! De fato Arruda não tem uma visão pejorativa destes povos, pelo contrário, ele quer com este exemplo falar do "bom selvagem" e criticar nossa sociedade a partir da comparação com esta. Mas não vou estender-me sobre este aspecto polêmico, pois a questão discutida aqui é a do trabalho cooperativo. O autor afirma que, segundo antropólogos, a unidade cooperativa dos bandos nômades era de aproximadamente 25 membros, entre os quais sete ou oito eram homens adultos, o que representaria um número ótimo para a realização de atividades cooperativas. Voltando à noção de trabalho, ele comenta que se alguns entendem que, no início da humanidade trabalho significava confronto com a natureza, para ele significa "*colaboração do Homo* com a natureza para garantir sua sobrevivência e bem-estar". (ARRUDA, 2003a, p. 261).

Continuando a evolução histórica do conceito, relata que, na antiguidade, a partir do momento em que a propriedade privada começou a existir, a noção de trabalho ficou dividida em trabalho manual e em trabalho intelectual sendo que só o último era valorizado e reservado aos proprietários. Já na cultura judaico-cristã, o trabalho foi valorizado, pois assimilado à vocação humana de imitar o criador no trabalho e no descanso[365]. Quanto à ética protestante, ela supervalorizou o trabalho fazendo decorrer deste todos os demais valores. Mas o maior impacto sobre a evolução do conceito se deve à mercantilização do trabalho que obrigou o trabalhador a aceitar quaisquer condições de trabalho e de remuneração para poder sobreviver.

Após isto, Arruda apresenta a sua concepção da noção de trabalho partindo da filosofia da práxis. Para esta, o trabalho é, genericamente, toda atividade humana de transformação da natureza a fim de satisfazer as necessidades dos homens e, neste sentido, o trabalho provoca a humanização da natureza. O trabalho pode ser organizado de maneira cooperativa e não como confrontação ou competição. Mas, observa ele, esta ação tem sua recíproca que consiste na transformação do homem pelo seu próprio trabalho. O trabalho

---

[364] Os dados sobre os !Kung são de Leakey e Lewin.

[365] Na tradição judeu-cristã, além da noção de trabalho como obra criativa que dignifica e realiza o homem, há outra visão segundo a qual o trabalho aparece como o castigo imposto por Deus a Adão: "ganharás o pão com o suor do teu rosto". De acordo com esta visão, o trabalho é um esforço físico desgastante para a transformação da natureza e para a produção de bens.

provoca, pois, dois processos, um objetivo e o outro subjetivo. Por isto, "o conceito de trabalho inclui também toda ação intencional que resulta em *subjetivação do Homo*". (Ibidem, p. 263).

Voltando aos !Kung, e ao seu modo de vida, Arruda cita Leakey e Lewin segundo os quais a economia mista (coleta e caça) deste povo é um sucesso, lhe assegura tempo para lazer e atividades sociais. O segredo do sucesso se deve "a uma economia fundada na produção de valores de uso, uma economia do suficiente". (Ibidem). Além de uma definição do trabalho como forma produtiva ou criativa de transformação do mundo e de si mesmo, Arruda acrescenta que "através do trabalho a pessoa se situa no mundo e na sociedade, atende às suas necessidades e aspirações, se produz como personalidade e identidade, se desenvolve". (Ibidem, p. 264).

Segue uma seção que faz a crítica do aviltamento e da exploração aos quais o capitalismo submete o trabalhador. Neste contexto, afirma Arruda, os sindicatos buscam reencontrar sua vocação histórica que é

> lutar por uma economia centrada no trabalho humano e não no capital, uma economia genuinamente democrática, na qual o trabalho se emancipa das cadeias do assalariamento e da submissão. Isto implica a edificação de um projeto de construção de cada trabalhador/a e comunidade de trabalhadores como sujeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento (...); um projeto ao mesmo tempo socioeconômico, político, cultural e ambiental, cuja fonte de valor e de identidade seja o trabalho emancipado, e cujo objetivo seja compartilhar sempre mais amplamente o tempo disponível obtidos com os ganhos da produtividade...(ARRUDA, 2003a, p. 265).

Para realizar seus objetivos, o movimento sindical brasileiro está promovendo cursos de formação em cooperativismo e luta pelo reconhecimento legal da economia solidária, luta por um sistema de incentivo ao auto-emprego e por investimento público na educação cooperativa, na formação para a autogestão e o associativismo. A isto deve ser acrescentada a busca sindical de um "consenso em torno de um projeto cooperativo e solidário de sociedade e na construção de uma representação política unificada que fortaleça a voz e a presença do mundo do trabalho no debate público". (Ibidem, p. 265).

Para finalizar, Arruda volta à discussão teórica da emancipação do trabalho e comenta a evolução dos escritos de Marx a respeito da noção de trabalho. Se, num primeiro momento, Marx se refere ao trabalho como trabalho escravo, alienado, ligado ao sofrimento dentro do sistema capitalista, uma visão evolutiva o leva a prever que a era do trabalho manual seria substituída pela era do conhecimento. O papel histórico do capital é a criação do trabalho excedente e, para isto, este desenvolve o poder produtivo do trabalho ao ponto que um dia o trabalho humano poderá ser substituído pelo "trabalho das coisas".

Reorganizar o trabalho e a riqueza seria, escreve Arruda, "resgatar a alma humana do capital". Não bastam políticas de redistribuição da riqueza, é preciso "a partilha da propriedade e da gestão dos bens produtivos, assim como a partilha eqüitativa das tarefas e responsabilidades entre aquelas pessoas e comunidades que trabalham". (Ibidem). Parece que, como Arruda afirma e nisto concordo com ele, se o capital é desumano, não é possível resgatar "sua alma humana". A proposta de redistribuição dos bens e do trabalho significa simplesmente o fim do sistema capitalista. Estamos novamente na frente da imagem das trevas iluminadas pela luz!

Emancipar o trabalho significa, então, por um lado, "libertar o trabalho humano das amarras da mera sobrevivência material" e, por outro lado, a repartição entre todos do tempo economizado pela introdução de novas tecnologias. Além do mais, a emancipação do trabalho significa "o resgate do prazer de trabalhar, de criar, de gerar conhecimentos e de aplicá-los na transformação de nós próprios e do mundo". (Ibidem, p. 267).

Numa sociedade do trabalho emancipado, florescem os empreendimentos socioeconômicos solidários e circulam moedas comunitárias. Qual a probabilidade de um tal futuro? Arruda conjectura que na atual situação de crescente desemprego estrutural e de iniciativas de formas autônomas e autogestionárias do trabalho solidário ou acontecem rupturas sociais isoladas sem lideranças e neste cenário teria "uma escala totalitária e repressiva e o espectro da barbárie social e cultural", ou vamos ter um contexto de "expansão dos núcleos e redes de economia solidária,..., fazendo ampliar-se um ambiente propício à práxis do trabalho emancipado". (Ibidem, p. 268).

Se o texto termina com uma nota de otimismo, a emancipação do trabalho não está garantida e o pior pode ainda acontecer. Esta visão é um pouco diferente da certeza de Paul Singer para quem inevitavelmente um novo modo de produção está em gestação. É certo que Arruda, com sua postura evolucionista teilhardiana, acredita numa fase superior de desenvolvimento das capacidades humanas e da progressiva emancipação dos trabalhadores, mas ele avisa que isto talvez não seja para breve. O processo evolutivo é algo de longa duração que se percebe num ritmo de milhares de anos.

### 6.2.10. Arruda e o Governo Lula

Além destes escritos, é preciso considerar certas cartas abertas enviadas aos dirigentes do PT entre 2002 e 2003. Estas cartas enviadas via RBSES suscitaram respostas e comentários. A primeira, redigida em julho de 2002, informa Lula e Dirceu sobre a existência e a importância da economia solidária, solicitando destaque para ela no Programa de Ação do Governo. As únicas entidades de economia solidária nomeadas por Arruda nesta correspondência são a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e a ADS/CUT; como no artigo escrito em 1999, a ANTEAG, por exemplo, não é citada. Falando na primeira pessoa do plural, ele se refere à organização de Conferências, Seminários e debates durante os Fóruns Sociais Mundiais, mas não cita o GT Brasileiro, nem as entidades que o compõem. Nesta mesma correspondência, apresenta Euclides Mance e uma proposta de desenvolvimento socioeconômico nacional, com uma linha de recursos que seriam liberados pelo Governo Federal diretamente para redes municipais no campo da economia solidária.

Em outubro de 2002, escreve novamente a Lula e José Dirceu[366] expondo o trabalho do GT brasileiro de economia solidária e, em nome deste, convida-os para uma reunião.

> Trago-lhes a proposta de uma reunião do GT Brasileiro com vocês dois e quem mais desejem convidar, para discutirmos o tema e o papel que o Estado brasileiro pode desempenhar na promoção dessas atividades.

[366] Esta carta, como as seguintes, está no Anexo E.

Data: depois da vitória e antes da posse. (ARRUDA, 18/10/2002).

Esta carta, a meu ver, é da maior importância. Primeiro porque o GT se apresenta como o representante nacional do Movimento pela Economia Solidária; segundo, porque é este movimento que toma a iniciativa de convidar o futuro governo para uma reunião e, finalmente, porque Marcos Arruda aparece aqui como o porta-voz do Movimento[367].

Em dezembro de 2002, numa nova correspondência a Lula e Dirceu, desta vez para dar-lhes conselhos a respeito do encontro com o FMI no dia seguinte. O tom da carta é extremamente autoritário; não se trata de sugestões, apesar de serem apresentadas formalmente como tais, mas de recomendações que frisam com uma ordem. A postura é de um economista, muito bem informado e, ao que parece, cuja representatividade dentro do campo popular daria legitimidade para tal atitude.

Em maio 2003, ele volta a escrever ao Presidente: "algumas reflexões sobre o nosso PT e sua relação com o Estado, do qual você é o protagonista principal, e com a Sociedade Civil". (2003c)[368]. Desta vez, é da questão dos dissidentes que se trata. Estes não são citados, mas os conselhos são dados. Arruda inicia colocando a sua própria postura: "eu defendo"; "o valor fundamental a defender é a liberdade de cada um/a de SER-TER-FAZER – de desenvolver-se". (2003c). Ele coloca que o poder político emancipador deve garantir integralmente a autodeterminação dos cidadãos e a autogestão das comunidades às quais pertencem. E que o PT deve deixar de lado todas as políticas que dividem e concentrar-se naquelas que unificam. Quanto à existência de duas partes no PT, uma identificada com a sociedade política e a outra com a sociedade civil e o movimento popular, sua recomendação é que a primeira não exerça autoridade sobre a segunda. Segue depois uma longa exposição sobre o que deve ser "o poder político autêntico e emancipador".

Já em julho 2003, em carta dirigida a Lula e Genoíno, faz referência à carta anterior e sublinha que esta não teve resposta nem de Lula nem mesmo de um dos seus assessores[369]. Arruda externa seu apoio ao governo, mas um apoio crítico. «Tenho sido defensor do Governo Lula em todos os espaços em que tenho influência – palestras, cursos, debates, seminários, aulas, entrevistas no Brasil e no exterior. Mas se trata de um apoio crítico, que é o oposto de apoio alienado ou manipulado». (2003d).

As críticas são dirigidas em primeiro lugar à fala de José Genoíno na Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e as declarações publicadas no Jornal o Globo de 25/7/03. Nestas ocasiões, José Genoíno falou enquanto governo, ou seja, em nome da parte minoritária do partido, em detrimento da outra parte. Ele usou o vocabulário da direita para tratar das ocupações de terra, como se fossem invasões e

[367] Sabe-se que, depois, a posição de Marcos Arruda no GT na sua qualidade de representante do PACS tornou-se impossibilitada, pois o PACS não é uma ONG de âmbito nacional. A dificuldade foi contornada, incluindo no GT a RBSES e Arruda como seu representante.
[368] Esta carta pode ser encontrada no Anexo E.
[369] A carta se encontra no Anexo E.

referiu-se à "travessia tranqüila para o crescimento » da sociedade, como se isto fosse possível, já que uma política de eqüidade social vai contrariar os interesses dominantes. Além do mais, argumenta Arruda, uma política « crescimentista » é coisa do FMI e não deu bons resultados para quem seguiu seus conselhos. Nesta mesma fala Genoíno referiu-se às ações dos movimentos sociais como trazendo insegurança para a sociedade. Arruda rebate dizendo que é o povo sofrido que vive na insegurança e pergunta de que sociedade ele estaria falando se os movimentos sociais não fariam parte dela. E acrescenta que em vez de criticar os movimentos sociais, Genoíno deveria dirigir suas críticas ao FMI, aos grandes bancos estrangeiros e nacionais, ao capital volátil. Em seguida, tece críticas ao processo de Reforma da Seguridade Social e da Reforma Fiscal.

Arruda insiste sobre a necessidade da Reforma Agrária, da auditoria pública das dívidas financeiras, de uma política consistente para com os povos indígenas, de uma inversão de prioridades e de uma redefinição de conceitos nas negociações com o FMI. Ele recomenda também "uma ofensiva na construção de uma integração das economias, das culturas, dos conhecimentos e dos recursos comuns aos países sul-americanos" e a realização, antes do final de 2004, de um plebiscito oficial sobre a ALCA.

Além destas cartas, Arruda escreveu um comentário em resposta à correspondência em que Singer tratava da futura SENAES[370]. Nela, Arruda tece considerações a respeito da definição de economia solidária que deveria conter não somente atividades de produção, mas também de serviços. E comenta que as cooperativas de trabalho são, de fato, cooperativas de serviços, não podendo ser excluídas da economia solidária, mesmo se "muitas são manipuladas por elites burocráticas, bem sabemos, e estas será preciso sanear. Mas o campo do cooperativismo de serviços precisa ser instituído e promovido com todos os direitos" (2003). Quanto à questão da propriedade coletiva, ele observa que esta não poderia ser uma condição de pertencimento à economia solidária, pois muitas propriedades de produtores rurais familiares, são propriedades particulares e que tais produtores tampouco podem ser excluídos da economia solidária. No que tange a um sistema nacional de informações sobre os empreendimentos, propõe que o cadastro da RBSES seja o cadastro oficial. Sabemos que não será o caso, já que a SENAES implantou seu próprio sistema. Temos aqui os primeiros atritos entre o Estado e o Movimento da economia solidária em formação, o que não impede que Arruda se coloque à disposição da SENAES para colaborar na área do desenvolvimento social e humano bem como oferece sugestões "já que temos cultivado há vários anos a construção de redes continentais e globais de economia solidária e temos abundantes e ricos contatos a oferecer" (2003). Singer enviou sua proposta para duas dezenas de pessoas solicitando reações, e o fato de Gaiger não figurar entre elas não evitou uma estreita colaboração de ambos por ocasião do sistema de mapeamento da SENAES.

Vê-se nas correspondências de Arruda que ele está acostumado a tratar com ministros e responsáveis de políticas públicas por ter sido consultor para os governos de Guiné-

[370] Infelizmente não temos esta correspondência.

Bissau, Cabo Verde e Nicarágua durante vários anos. Transparece nelas, além disso, sua militância em relação às grandes questões internacionais como o FMI, a Dívida externa, a ALCA.

Apesar de certas considerações de ordem prática, sua linguagem continua sendo a de um filósofo discutindo questões que dizem respeito não somente aos cidadãos, mas a toda a "espécie humana".

### 6.2.11. O significado dos escritos e o lugar da pessoa de Arruda na economia solidária

Antes de terminar a apresentação dos escritos de Arruda relacionados com a economia solidária, quero assinalar que ele publica artigos esporádicos na revista *Mundo Jovem*. Em 1997, o título era *Globalização cooperativa e autodesenvolvimento*, em 2000, *Economia solidária: uma alternativa ao capitalismo* e, em 2002, *O desafio é a globalização cooperativa e solidária*. Esta revista se dirige à juventude católica e edita textos referentes a questões políticas ou culturais na linha da teologia da libertação. De grande divulgação, esta revista cobre todo o Brasil tornando seus redatores conhecidos de estudantes secundaristas e até universitários que buscam material de pesquisa para seus trabalhos escolares ou elementos para animar grupos de reflexão e ação. Este dado reforça também nossa interpretação segunda a qual Arruda está umbilicalmente ligado à Igreja católica, o que não impede seu trânsito junto a outras religiões e, principalmente, ao movimento ecumênico cristão.

A partir destes escritos, o que podemos dizer sobre a concepção que Arruda se faz da economia solidária e do papel que ele exerce na formação do campo? Como filósofo, dois aspectos complementares, se não contraditórios, destacam-se; primeiro, uma concepção de ser humano enquanto membro da espécie humana e, neste caso, situado no cosmos e na sua evolução; por outro lado, uma preocupação extrema quanto à autonomia deste ser humano. Ou seja, uma constante passagem do macro ao micro. Sob este aspecto, dá bases filosóficas para uma reflexão sobre uma economia social e solidária, consegue conciliar o indivíduo e o social numa proposta cooperativa autogestionária que, respeitando as diversidades, enriquece a todos. A preocupação com a autonomia individual reaparece na concepção de comunidades autônomas responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, mas que só conseguem realizar seus objetivos na organização em redes de colaboração com outras entidades e isto em nível local, regional, nacional, internacional e mundial, sem esquecer a relação harmoniosa com o meio ambiente. A fé na possibilidade de uma tal organização é dada pela compreensão do homem como um ser amoroso.

O autor aprofunda uma determinada concepção filosófica sobre a evolução do mundo e da espécie humana e aproveita o campo da economia solidária para expor suas idéias e conseguir adeptos. Não é só o tema concreto da economia solidária que o interessa, mas muitos outros como a questão da preservação do meio ambiente ou a política internacional

etc. A economia solidária veio a calhar, mas ele não se aprofunda muito nos pormenores desta realidade, passando por cima dos conflitos e contradições diárias que ela enfrenta, seu vôo é muito mais alto.

Suas falas e escritos colocam a economia solidária num quadro global de busca de uma alternativa para a sobrevivência da humanidade, o desenvolvimento das potencialidades de cada ser humano e de suas comunidades de base. A socioeconomia é apresentada como globalização cooperativa, como trabalho emancipado. Todos os ativistas e teóricos da economia solidária não aderem a esta visão filosófica, mas sem dúvida ela contribui para dar alento ao movimento. Além do mais, sem ser marxista, ela tem suas semelhanças com a visão que Marx se fazia da sociedade comunista o que permite uma certa intermediação entre visão religiosa e visão atéia. Os homens sempre precisaram de um mito ou de uma utopia para dar sentido à vida e às suas ações.

Arruda é um palestrante extremamente requisitado, de agenda sempre cheia, que não pode atender a todos os pedidos[371]. As palestras e escritos de Arruda são solicitados pelo movimento sindical, cooperativo, por organizações do terceiro setor, por igrejas, universidades, organizações profissionais e internacionais. Tendo um discurso de amplo espectro, convém a qualquer público. Além do mais é preciso dizer que se trata de uma pessoa extremamente carismática que entusiasma platéias. Estamos na frente de uma pessoa que encarna a figura do líder messiânico.

Se a rede de socioeconomia solidária da qual Arruda faz parte é um bom contato eletrônico disseminando idéias aos quatro ventos, pois a cada evento recolhe os e-mails dos participantes, ele mesmo pouco divulga as diversas iniciativas da economia solidária, excetuadas aquelas das quais participa. Mas suas atividades não se resumem à socioeconomia solidária, pelo contrário ele se envolve em campanhas pela moratória da dívida externa, contra as políticas do FMI, pela não participação da América do Sul na ALCA etc. Como vimos, ele é uma pessoa ativa no seio do Partido dos Trabalhadores como educador e economista, assessorando prefeituras, dirigindo-se, sem hesitação, diretamente a Lula para indicar a postura que este deve ter perante certas organizações ou pessoas. É um homem de reflexão e contatos, um articulador de eventos que reúnem representantes de vários movimentos e/ou entidades.

A agenda de Arruda não é feita somente de palestras, mas de participação em inúmeras reuniões nacionais e internacionais realizando atividades de consultoria e assessoria. Suas relações estão situadas principalmente na América Latina e na Europa, mas também nos Estados-Unidos bem como em organizações internacionais como a ONU. Ele foi palestrante e relator nos quatro Fóruns Sociais Mundiais. Trata-se de uma pessoa extremamente ativa em termos de relações sociais, um pouco à maneira da naveta do tecelão que corre de um lado para outro da trama do campo mundial da economia solidária e muito além. Estando lá e aqui, ele permite uma costura do movimento e realiza mediações entre redes diversas. Não é somente seu discurso que pode dar um certo ânimo ao

[371] No caso de indisponibilidade, ele sugere sempre Euclides Mance como substituto.

movimento, mas sua própria pessoa é uma peça chave na articulação das diversas entidades, redes e movimentos a nível internacional.

### 6.3. Produção intelectual de Luiz Inácio Gaiger

Em abril de 1992, Luiz Inácio Germany Gaiger começava o seu trabalho de assessoria à Cáritas Regional do RS para recadastramento e avaliação dos Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Professor[372] da UNISINOS[373] e pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa - CEDOPE[374], ele era conhecido entre as organizações católicas progressistas do Sul do Brasil, pois atuou junto a diversas pastorais[375] e ao Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA)[376]. Também foi membro do Movimento Justiça e Direitos Humanos. A Cáritas Regional visava poder contar com uma avaliação detalhada e sistematizada dos projetos alternativos comunitários que ela apoiava desde 1985, para tal dirigiu-se ao CEDOPE, onde Gaiger atuava. A "missão", que consistia na coordenação de uma ampla pesquisa foi confiada a ele, recém-doutor em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais que acabava de voltar da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) onde realizou especialização, mestrado e doutorado sob a orientação de François Houtart[377], doutor em Sociologia da Religião. Suas pesquisas, até agora, tiveram por objeto o Movimento Sem Terra e, neste, o papel dos agentes religiosos.

A partir de 1992, ele vai entrar em contato com uma realidade um tanto diferente, mas com algumas semelhanças em termos de meio social, o mundo daqueles que devem lutar para sobreviver. Desta vez, não era mais no quadro de um movimento social, mas de miniprojetos financiados pela Igreja Católica e isto tanto no campo quanto na cidade. Embora este objeto de pesquisa não seja tão midiático ou politizado como era e continua sendo o MST, ele vai permitir-lhe ensaiar um novo campo de pesquisa, buscar novas categorias, desenhar um novo quadro de análise e despontar na arena nacional.

---

[372] Desde 1991, após o doutorado.

[373] Universidade fundada e mantida pela Companhia de Jesus em São Leopoldo, região de colonização alemã situada a 30 Km de Porto Alegre.

[374] No CEDOPE, Gaiger fazia parte do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Cultura. Hoje o CEDOPE não existe mais, pois houve um remanejamento com a criação do Instituto Humanitas que engloba este antigo Centro de Pesquisa.

[375] Atuou na Pastoral da Juventude do Estado, de 79 a 81 foi professor de religião no Colégio Sévigné de Porto Alegre, mantido por religiosas beneditinas. O tema de sua pesquisa de mestrado dizia respeito à ação desenvolvida pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra junto ao MST do RS.

[376] Foi assessor na área de análise social.

[377] Na hierarquia da Igreja é cônego; assim era conhecido até na Universidade, pelo menos quando eu lá estudava no final da década de sessenta (le chanoine Houtart).

### 6.3.1. Elaboração da categoria de empreendimentos econômicos solidários

A realização desta primeira pesquisa foi encomendada e contou com a parceria da Cáritas regional (RS), ou seja, dos seus agentes diocesanos e isto é pouco comum em pesquisas acadêmicas. O trabalho do pesquisador[378], Luiz Inácio Gaiger na ocorrência, não foi cobrado pela UNISINOS à Cáritas, ela só financiava as despesas operacionais (transporte, refeições) e colocou um computador à disposição para a realização da pesquisa. Na primeira fase, a do cadastro dos 439 miniprojetos, foi aplicado um questionário pelos agentes locais da Cáritas. Os aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos e econômicos dos miniprojetos foram contemplados pelo questionário, Mas os dados econômicos tiveram que ser desconsiderados já que não foram respondidos por todos ou porque as respostas não eram aproveitáveis[379]. Parece incrível; mas a pesquisa que, para Gaiger, vai dar início aos estudos de economia solidária, teve que abandonar justamente os aspectos econômicos na sistematização das informações. Esses dados só foram pesquisados com bastante cuidado numa segunda etapa. A primeira parte da pesquisa, ou seja, o cadastramento dos PACs, já levou a uma reflexão e a um debate no Encontro Estadual da Cáritas, em setembro de 1992. Um primeiro diagnóstico foi discutido a partir do perfil dos projetos mais bem sucedidos, mais "consistentes", ou seja, que tiveram mais êxito. Observou-se também que todos os projetos não correspondiam ao ideal da Cáritas, de projetos comunitários, alternativos, transformadores e conscientizadores. Os valores estavam postos, mas a avaliação foi bem mais ampla e a partir de dados objetivos; por exemplo, com que tipo de entidades o projeto tem contato? com a Igreja, com o sindicato, com partido político, com movimentos sociais, com outros projetos? Há então uma dupla avaliação que, no entanto, vai se recobrir em boa parte. Quais projetos correspondem ao ideal da Cáritas e quais os que se sustentam economicamente?

Uma das questões levantadas foi o questionamento de uma visão homogênea dos PACs tida como imaginária e inspirada pelas formas de vida dos pequenos produtores rurais mais próximos dos ideais comunitários da Igreja Católica. De fato, os projetos implantados em meio urbano tiveram muito menos êxito.

A pesquisa teve mais duas etapas com uma seleção de 236 indivíduos aos quais foi aplicado um questionário composto de 80 perguntas para conhecer as formas de consciência dos ativistas dos PACs. Os questionários foram aplicados pelo próprio Gaiger com o auxílio de um membro da Cáritas.

---

[378] Há notícias de que, no início da pesquisa, também participava o professor Darnis Corbellini, mas ele não deu continuidade a esta atividade.

[379] "Desta fase o que nós não conseguimos aproveitar foi a parte mais relacionada a aspectos econômicos ou a resultados econômicos. Não sei se o pessoal não soube aplicar porque envolvia muitas coisas, por exemplo, quando era safra, o pessoal muitas vezes não sabia se botava por mês ou por ... Então nós tivemos que anular". (BESSON, 2001).

Os resultados desta primeira pesquisa foram publicados em 1994 no Caderno nº 10 do CEDOPE[380] sob o título *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*. Trata-se de um relatório de pesquisa com poucas referências bibliográficas e muitas análises estatísticas.

Para analisar o processo que a Cáritas ajudou a desencadear, Gaiger selecionou quatro critérios, três inspirados em Touraine e o último, o da solidariedade, inspirado na obra do sociólogo belga Guy Bajoit. É notável que este autor, que forneceu as bases para a categoria solidariedade, não mais aparece nos trabalhos posteriores do Gaiger[381], sendo substituído por Luiz Razeto, como veremos a seguir. Uma análise mais teórica desta mesma pesquisa saiu nos Cadernos do CEAS[382] na forma do artigo *Subordinação ou cidadania?* Trata-se, de fato, do texto apresentado por Gaiger, no GT *Cidadania, Conflito e Transformações Urbanas Contemporâneas* do XVIII Encontro Anual da ANPOCS em 1994.

Se o relatório de pesquisa contém resultados quantitativos e até gráficos fatoriais das respostas às perguntas do questionário, futuramente a apresentação fatorial desapareceu das análises referentes aos dados empíricos e só algumas poucas tabelas numéricas apresentaram dados coletados sobre os diferentes empreendimentos pesquisados. Para entender as transformações ocorridas na trajetória analítica de Gaiger, é preciso colocar os conceitos, o quadro referencial e a conclusão desta primeira pesquisa. Não podemos esquecer que se trata de uma pesquisa encomendada e com objetivos definidos pela Cáritas. Os grupos pesquisados guardam suas denominações originais, trata-se de Projetos Alternativos Comunitários (PACs)[383].

Para fazer a análise desses grupos, Gaiger se refere às análises brasileiras sobre Movimentos Sociais; o primeiro autor citado é Singer e seu livro *São Paulo: o povo em movimento*[384], publicado em 1980. Pura coincidência? Acho que não; o livro em questão era uma referência para quem pesquisava Movimentos Sociais na década de oitenta. Mas é a primeira vez que, nesta trajetória, posso registrar o encontro desses dois intelectuais, apesar de ser apenas um encontro pela leitura da escrita. É também pela leitura dos seus textos que Singer vai conhecer Gaiger. O encontro de Gaiger com Arruda não foi de ordem

---

[380] Número especial em co-edição com a CARITAS – RS.

[381] Isto não impede que Guy Bajoit, Doutor em Sociologia pela UCL, participe com certa freqüência de eventos realizados na UNISINOS.

[382] Revista do Centro de Estudos e Ação Social, entidade situada em Salvador da Bahia e constituída por um grupo de jesuítas e outras pessoas.

[383] O termo *projeto* faz parte do linguajar das organizações internacionais para o desenvolvimento do Terceiro Mundo; quanto ao adjetivo *alternativo*, podemos nos perguntar alternativo a quê? Trata-se de um termo vago e muito amplo que, de fato, pode servir a gregos e troianos. Um outro adjetivo, que tem o mesmo sentido e está hoje na moda, é o termo *outro*. A título de exemplo posso citar: DEBUYST, F. e WAUTELET, J.M. Projets alternatifs et démocratie. Louvain-la-Neuve: CIACO, 1987. PIRSON R. e TAYLOR J. *La scène alternative*: Radioscopie des nouvelles coopératives en Belgique francophone. Bruxelles: 22 Mars, 1985. RAZETO, Luis M. *Las empresas alternativas*. Chile, PET, 1990. « A outra economia », FSM: um outro mundo é possível.

[384] Como explico no capítulo Trajetórias, este livro tinha sido encomendado a Singer pelo Cardeal Arns.

acadêmica, mas se deveu à participação em cursos de formação, na linha da Teologia da Libertação. Eles compartilham de um mesmo mundo, o da Igreja católica progressista. Como relatei no capítulo cinco Trajetórias e o campo da economia solidária[385].

Mas Gaiger afirma no texto que, do ponto de vista sociológico, a pesquisa permite abordar algumas questões colocadas pelos estudos dos movimentos sociais. O tema geral seria o "aporte destas experiências para a constituição das camadas populares como atores coletivos e, nessa condição, como artífices de uma nova ordem social democrática". (GAIGER, 1995a, p. 18). Outro aspecto levantado por esses estudos e retomado por ele é "a dimensão culturalmente inovadora" dessas organizações populares. Citando diferentes lutas desses movimentos, como de gênero e de raça, ele acrescenta, a luta por "formas alternativas de cooperação e autogestão econômica", todas elas forjando "novos atores sociais" para "a reconstrução da sociedade civil". Reconhece que os PACs estudados não são movimentos de reivindicação e de luta frente ao Estado, como o são os movimentos sociais, mas se aproximam destes pelo seu caráter educativo que pode fazer esperar "disposições culturais novas, na direção de uma consciência e de uma prática cidadãs". (GAIGER, 1995a, p. 19). Ou seja, seria "o comunitário [que] motiva e prepara a participação social". (GAIGER, 1995a, p. 20). Mas, insiste o autor, "é sobretudo em sua articulação com outras entidades e movimentos (...), que os projetos ganham uma dinâmica diferenciada". (Idem). E aqui temos algo que singulariza seus trabalhos diante de outros estudos sobre a economia solidária. O reconhecimento da importância fundamental das organizações que dão suporte e com as quais esses empreendimentos estão vinculados. Parece-me que outros trabalhos falam da economia solidária como o conjunto dos empreendimentos e pleiteiam pela necessidade destes terem uma legislação própria, da necessidade de organizarem o consumo solidário etc., mas não faz sistematicamente a análise das relações com as entidades e ONGs que lhes dão suporte[386]. Em outras palavras, parece que o desejo de respeitar a autonomia dos empreendimentos ou movimentos, não permite ao intelectual expor estes laços fundamentais sem os quais essas experiências não sobreviveriam e algumas nem teriam nascido.

Gaiger continua analisando no artigo a consciência religiosa e a consciência política dos ativistas dos PACs; o objetivo da pesquisa encomendada pela Cáritas e os empreendimentos analisados levam a uma tal análise, mas, novamente, esse tipo de análise é original e pertinente no seio da literatura sobre economia solidária. A questão do laço religioso ou, pelo menos, de valores ético-morais de cunho religioso me parece aportar elementos importantes de análise dessas experiências. Paul Singer, nas suas falas em sala de aula, fazia referência a esse elemento integrador a partir de sua prática, sem, no entanto, analisar este aspecto nos seus escritos.

---

[385] Durante a entrevista Gaiger disse: "eu conheço Marcos Arruda desde 1980 e lá vão pedradas – há muito tempo atrás - porque ele era convidado pelo CECA para ser assessor de encontros. (GAIGER, 2001c).

[386] Observação similar pode ser feita a respeito dos estudos sobre Movimentos Sociais.

Gaiger conclui que a análise dos PACs revela que "os projetos funcionam em pequenos grupos, mas não logram disseminar-se como um trabalho promocional de massas. (...) Mesmo entre as experiências bem sucedidas, os efeitos não são uniformes; nem todos que ali estão adquirem uma nova cultura política e uma compreensão da cidadania". (GAIGER, 1995a, p. 35). As razões explicativas desta situação são, segundo ele, "os mecanismos de preservação e ampliação da pobreza [que] minam as bases deste trabalho e freiam trajetórias individuais e coletivas". (Idem).

No mês de julho do mesmo ano Gaiger publica, na revista ecumênica *Tempo e Presença*, o artigo *As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social?*, que é uma reformulação do anterior. Os projetos alternativos são apresentados como fazendo parte de um conjunto mais amplo sob o título "movimentos de base", pois o público da revista é constituído por pastorais, ONGs, Movimentos Sociais. Este movimento é visto como composto de três tipos de atividades, as questões culturais, a reapropriação dos espaços da vida cotidiana e as práticas econômicas alternativas, sob forma de autogestão e cooperação. É feita uma crítica à análise do potencial cultural destas iniciativas, visto que esta subestimou "o peso dos fatores estruturais, definidores do contexto econômico e político, e, por outro lado, tomou como evidência empírica o discurso projetivo dos próprios movimentos". (GAIGER, 1995c, p. 11). No entanto, tais experiências perduram, afirma Gaiger, e isto deve ser tomado em conta na hora em que "as forças progressistas reavaliam os seus modelos estratégicos de transformação macro-estrutural". (Idem). Para ele, o ganho destes projetos está na passagem de uma vida comunitária para uma prática cidadã vivenciada como uma "sociabilidade distinta" que modifica a visão de mundo e a compreensão da vida individual e coletiva onde a participação social torna-se um "valor intrínseco".

O artigo sublinha a fragmentação do movimento e critica a visão uniforme "da grande marcha do povo" rumo à sociedade de cidadãos. A crítica parece dirigida à análise de Paul Singer em *O povo em movimento*. Mas, apesar da "consciência fragmentada", Gaiger vê entre as experiências da Cáritas a formação de uma "unidade simbólica assente na mística comunitária". (GAIGER, 1995c, p. 13). Finalmente, o mérito destas experiências estaria no "ensaio de uma nova forma de convivência, de onde, aliás, estão emergindo formuladores e condutores das reivindicações populares" o que permite vislumbrar a implementação de políticas sociais inovadoras. E o artigo termina com uma referência à Bíblia e com um anúncio profético "os miniprojetos (...) mantendo vivos segmentos sociais a quem os anos vindouros, por isso mesmo, talvez reservem um protagonismo que até o presente lhes foi recusado". (Idem).

Um terceiro texto, de 1996 e apresentado em setembro de 1995 no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, aprofunda a análise dos resultados desta pesquisa e, desta vez, o termo "empreendimentos solidários" aparece mesmo se no título é ainda a categoria economia popular e não economia popular solidária que está sendo usada.

Na minha análise, é esse texto que permite a Gaiger de ser projetado para a cena nacional. O próprio Singer o conheceu a partir dele.

> Eu não me lembro direito, mas eu li coisas dele; eu acho que o Cândido Vietez, os dois o Newton e o Cândido começaram a me dar material. Isto para mim era importante porque tinha inventado esse negócio na minha cabeça e descobri que eu não estava inventando a pólvora, que esta idéia já existia e que havia uma prática. Então, queria me apropriar desta prática. Me lembro que eu recebi um livro chamado Combate à pobreza, que é uma coletânea importante que até hoje eu uso; ele [Gaiger] organizou, aí eu soube dele. (SINGER, 2001b).

Mas, o próprio Gaiger reconheceu que no texto não há ainda uma reflexão sobre o conceito[387]. Várias polêmicas foram levantadas, e há uma crítica à visão segundo a qual é pela multiplicação dessas pequenas células comunitárias que a sociedade gradativamente se transformará. E ele exprime a hipótese que

> tal imagem talvez se deva aos traços rurais do modelo católico de sociedade, inconciliável com a vida social contemporânea, de fronteiras móveis, (...) onde relações funcionais, atinentes à eficiência e à competência, preponderam sobre os laços pessoais. O comunitário é um ponto de partida não de chegada. (GAIGER, 1996, p. 119).

Outro debate, persistente ao longo dos anos, é o da refutação da análise política que Singer faz quanto ao futuro da Economia Solidária. Sem citá-lo, escreve: "sugerir que a economia solidária venha a ameaçar e menos ainda substituir o modo de produção capitalista. São possibilidades obviamente fora de qualquer horizonte realista". (GAIGER, 1996, p. 117). Em 2002, Gaiger elaborou uma crítica teórica a partir do próprio Marx e de textos marxistas para dar peso à sua argumentação[388].

Gaiger explicitou, em 1996, também o que são projetos alternativos que, para ele "atendem aos critérios de viabilidade, de continuidade, de ampliação e difusão, o que supõe capacitação metodológica e técnica, discernimento político e visão de médio e longo prazo". (GAIGER, 1996, p. 110). É importante observar que, ao contrário do que se poderia pensar, o alternativo aqui faz referência muito mais a uma saída da condição de miséria graças a um empreendimento de cunho empresarial do que a uma postura ideológica de alternativa ao sistema capitalista. No entanto, Gaiger levanta no texto a hipótese de que a economia solidária pode vir a tornar-se uma nova forma social de produção, segundo a definição de Godelier[389]. Na segunda pesquisa, iniciada em 1997, intitulada, *Experiências*

---

[387] "Portanto, o livro [Formas de combate e resistência à pobreza], mencionado antes, precede a pesquisa que vai trabalhar o conceito. Essa pesquisa começou em 97, foi até 98 ou 99 talvez, porque depois ela se desdobrou; a fase na qual a gente aprofundou alguns dados terminou agora; tecnicamente ela terminou no final do ano 2000". (GAIGER, 2001c).

[388] Ver no final deste capítulo, *A economia solidária diante do modo de produção capitalista.*

[389] Uma forma social de produção é "uma forma (determinada) de relações mútuas entre os homens no processo de apropriação da natureza, relações mútuas determinadas pelo lugar que os indivíduos ocupam frente às condições e aos resultados dos diferentes processos de trabalho e pelas funções que assumem nesse processo". (GAIGER, 1996, p. 116).

*de Geração de Renda: No Rumo de uma Economia Popular Solidária*, essa questão foi retomada.

O projeto da segunda pesquisa foi apresentado e discutido em abril de 1996, quando da realização do *Primeiro Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda* em Porto Alegre, reunindo experiências de geração de renda de todo o Estado do Rio Grande do Sul[390]. Criou-se ali o *Fórum de Alternativas de Organização Popular* com o objetivo de manter aberta a discussão entre as diversas entidades ligadas às experiências, manter uma instância de articulação e continuar as ações em parceria. (GAIGER, 1999a, p. 4). Entre essas entidades encontramos a Cáritas - RS, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, o CEDOPE da UNISINOS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre - SMIC, a Cooperativa Central dos Assentamentos do RS – COCEARGS e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil – IECLB.

Depois de passados quatro anos (92-96), podemos ver como, mediante instâncias da Igreja Católica, vão desenvolver-se não somente parcerias entre instituições, mas toda uma trama de relações em cima de um trabalho de pesquisa entre o pesquisador Gaiger e lideranças, em todos os níveis, locais, regionais, estaduais, da Igreja, dos movimentos sociais, das ONGs e de partidos políticos, especialmente o Partido dos Trabalhadores. Essas relações mais densas concentram-se no Rio Grande do Sul, mas a pesquisa já começava a ser divulgada em todo o Brasil e suscitava interesses práticos e teóricos. O foco da pesquisa pode, então, estender-se aos empreendimentos assessorados por esses diversos organismos. Temos certeza que Gaiger já tinha muitos destes contatos devido à sua trajetória entre as entidades ligadas à Igreja[391] e à sua pesquisa junto ao MST no Rio Grande do Sul, mas a pesquisa certamente os estreitou e permitiu a criação de novos laços.

Parece-me que uma etapa no estudo da economia popular solidária se termina e já começa uma nova. O período de 92 a 94 é preparatório para uma entrada consciente de Gaiger no campo acadêmico da Economia solidária, para a sua nomeação e para o amadurecimento das reflexões sobre esta realidade no Brasil. Os autores que vão publicar sobre esta questão ainda não se conhecem ou, pelo menos, não sabem que estão trabalhando sobre o mesmo tema e as fronteiras não estão muito delimitadas. Estão aparecendo também,

---

[390] "E observando este encontro, eu propus - estava lá até por solicitação da Cáritas, como observador – então, entre as minhas observações, eu propus um projeto que procurasse exatamente verificar as condições, as circunstâncias, os mecanismos de consolidação destes empreendimentos. Daí nasceu uma segunda pesquisa". (GAIGER, 2001c).

[391] A respeito do curso de formação do CECA, Gaiger ressaltou que: "Era um curso ligado ao movimento, movimento de jovens, dos quais saíram outras pessoas que hoje têm uma certa visibilidade social, política, colegas naquela época. Só para te dar dois ou três exemplos. O Paulo Ferreira, que hoje é secretário geral do Partido dos Trabalhadores no Estado e candidato a ser o presidente do Estado é meu colega daquela época, fizemos muitas coisas juntos. O Selvino Heck foi deputado estadual e agora é da diretiva do PT, idem. Leo Voigt, presidente da Fundação Mário Sirotsky sobrinho, é meu colega daquela época. Ricardo Balestreri foi um grande quadro e presidente da Anistia brasileira, Anistia Internacional seção brasileira, também. E assim há outros que nasceram nesta fornada e que o movimento estudantil e o movimento de jovens estavam assim em bastante movimentação". (GAIGER, 2001c).

pouco a pouco, diversas iniciativas para fortalecer e dinamizar estas experiências. Assim o Projeto Esperança da Cáritas organizou, em 1994, em Santa Maria (RS), a primeira feira estadual do cooperativismo alternativo, evento que se multiplicou nas maiores cidades do Estado e pelo Brasil afora. Em Porto Alegre, contudo, só em 1998 começaram a ser realizadas feiras com o nome de Feiras da Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul.

Penso que, para entender as preocupações do autor, poderíamos fazer um comentário sobre os títulos de suas publicações, todas elas fruto desta primeira pesquisa. A primeira publicação, que é mais um relatório de pesquisa, foi *Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS* e foi divulgada como *Cadernos CEDOPE*, n. 10 em 1994. Não aparece no título a referência à Cáritas, como em nenhum outro escrito dele, a não ser aquele publicado pela própria Cáritas. O que isto significa? Que as experiências são analisadas como representativas de uma realidade mais abrangente, que o nome Cáritas poderia ser um incômodo por anunciar em demasia o cunho católico do estudo? Porque sobrevivência? São os membros das experiências que procuram sua sobrevivência e/ou são as utopias? O elo que liga a sobrevivência à utopia aponta para uma conjunção ou a utopia é um elemento que se aplica somente a certas experiências? A utopia é da Cáritas, dos agentes das pastorais, dos sócios dos empreendimentos? É evidente que é da sobrevivência das pessoas que se trata; outros títulos vão adjetivar, falando de popular ou até mesmo de pobres. A publicação seguinte, da própria Cáritas, traz os resultados de várias pesquisas realizadas no Brasil sobre os PACs. O título não deve ser do próprio Gaiger, mas é parecido com o seu título anteriormente citado. Trata-se de *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira*. O conceito de utopia foi substituído pelo de cidadania, considerado politicamente mais correto (1995); mas o anagrama continua já que, logo depois, é publicado o texto *Subordinação ou cidadania? Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários*. Desta vez, o título publicado nos *Cadernos do CEAS* é realmente provocativo. Mas, ainda em 95, na revista *Tempo e presença*, o título é *As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social?* Aqui surge um aspecto diferente, os projetos são apresentados como uma nova forma de inclusão social.

Em 1996, como já mencionei, algo muda, uma nova categoria de análise está para nascer, ela aparece no título *Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular*? Também aqui Gaiger faz algumas afirmações numa polêmica com Clêyde Souza; os miniprojetos podem ser meios para uma causa maior se atingirem seus fins e firmarem laços com a sociedade envolvente. Não seriam uma coisa (amenizar a pobreza) ou outra (mobilização e organização popular), mas uma é a condição da outra.

A partir de 1995, ele faz parte da coordenação e direção do CEDOPE. Foi Coordenador do Fórum Universidade e Alternativas Sociais. Mas sua carreira acadêmica alcança um novo patamar a partir do ano de 96, quando se torna professor titular com dedicação exclusiva na UNISINOS.

### 6.3.2. Formação da categoria de Economia Popular Solidária

Em 18 de abril de 1997, por ocasião do Encontro Estadual de Economia Popular Solidária, é lançada a nova pesquisa coordenada por Gaiger. Desta vez, o nome *Economia Popular Solidária* aparece publicamente em todo o Rio Grande do Sul; sai dos escritos para ser falado e pronunciado na arena pública. O projeto é uma parceria entre poder público - a nível estadual (SEDAI) e da prefeitura da capital Porto Alegre (SMEC) -, universidade privada, mas comunitária[392] (UNISINOS) e uma entidade da sociedade civil (Cáritas Regional do Rio Grande do Sul). A categoria Economia Popular Solidária merece um destaque. Parece que foi neste Fórum estadual que o termo foi debatido e adotado[393] para indicar uma vontade de partir da base, da periferia e para dar a esta economia um caráter de classe.

A pesquisa tem por base um estudo de campo de 41 experiências de geração de renda, selecionadas em função de três critérios: contemplar as diferenças regionais existentes no Estado do Rio Grande do Sul, estar inseridas em diferentes espaços econômicos: rural, urbano e rurbano e ter vínculos diferenciados com a sociedade. No caso, as experiências estavam ligadas, de certa forma, à Igreja Católica (Cáritas), ao poder público (SMIC-POA) e também a um movimento social (MST-COCEARGS). Quanto aos objetivos da primeira fase,

> o primeiro consistia em identificar os fatores que levam as experiências de geração de renda a chegarem ao patamar de empreendimentos econômicos solidários. Significa dizer como elas conseguem gerar acumulação, crescimento e viabilidade a médio prazo, baseadas nos princípios de cooperação e solidariedade entre seus membros. O segundo objetivo era verificar como e em que medida a multiplicação e integração dessas experiências estaria formando uma economia popular solidária, no interior da economia de mercado e com uma lógica diferente da lógica capitalista. (GAIGER, 2001b).

Na fase seguinte, a pesquisa pretendia aprofundar a análise dos dados empíricos e das fontes bibliográficas já reunidas, visando à continuidade da produção científica e à disponibilização dos resultados para a comunidade via Internet. Mais precisamente, um primeiro objetivo era o aprofundamento de alguns temas, como o trabalho cooperativo e as relações da Economia Solidária com o terceiro setor e com a Economia de Mercado. Assim, foram visitados a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, o CEAPE Ana Terra, a Instituição

---

[392] A respeito do significado do termo universidade comunitária ler FRANTZ (2002).

[393] Segundo afirmação de Alberi Peetersen (SEDAI) que, a este respeito, colocou "Esta palavra popular significa muito para nós, latino-americanos, realmente desde a década de 60/70 que usamos esta expressão para 'trabalhos, projetos, movimentos populares, um ideal de sociedade construído de baixo pra cima, da periferia ao centro, a partir da classe trabalhadora e não da patronal'; o Popular usado por aqui pretende dar um recorte de classe para aquilo que denominamos economia solidária". (04-05-2002, capturado em www. redesolidaria.com.br/lista de debate).

Comunitária de Crédito Portosol, o Fundo de Miniprojetos gerido pelo CECA e pelo CAMP, a Fundação SEMEAR. Outro objetivo era ampliar o foco de análise da pesquisa para outros países e regiões do Brasil, procurando elucidar em que medida se configura hoje um novo segmento econômico em escala regional e mundial. Um terceiro objetivo era o da criação de uma página na Internet sobre a economia popular solidária[394]. A pesquisa levantou também suas informações através do envolvimento em atividades de assessoria, apoio e promoção de experiências de geração de renda, pois alguns dos pesquisadores[395] estavam ligados à Cáritas e à SMIC, trabalhavam diretamente na promoção de experiências. A pesquisa baseava-se também em informações obtidas nas reuniões do Fórum de Alternativas. (Projeto de pesquisa).

Em 1998, Gaiger publica na revista da UNIJUÍ *Contexto e Educação* um artigo intitulado *A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres*[396]. O termo pobre é surpreendente numa análise sociológica ainda mais de um autor que afirma ter uma formação marxista. No quarto capítulo, dedicado aos nomes da economia solidária, teci algumas considerações sobre o uso do termo pobre. A categoria deve, sem dúvida, ser analisada por cientistas sociais, como o fizeram Kofes (1976) ou Zaluar (1984), mas não poderia ser assumida de maneira apriorística como entidade sociocultural demarcada. Souza escrevia a este respeito: "Aliás, nenhum dos que fazem parte do chamado mundo dos pobres se reconhece como tal. São pobres para os outros, para os que querem exercer sua caridade e proteção. Entretanto, constroem sua identidade a partir dos valores positivos de sua vida e de seu cotidiano". (SOUZA, L. A. 2000, p. 84). Mas Gaiger comenta neste artigo, "o tema da pobreza e da erradicação da miséria voltou com urgência à agenda". Levanta, então, a questão política de saber em que medida a economia solidária pode vir a ser uma questão estratégica do ponto de vista ideológico e político, deslocando assim o foco do embate. "A política e a economia mundial apareciam divididas em dois blocos e em duas lógicas: a do mercado e a do planejamento estatal. *Estado x mercado* constituía a disjuntiva em que se dava o embate ideológico e político". (GAIGER, 1998, p. 52). Inspirando-se na análise de Laraña, Gaiger se pergunta em que medida a economia solidária poderia aparecer como uma lógica diferente das duas outras, já que essas ações eram vistas como incidindo sobre as conseqüências e não sobre as bases do modelo vigente.

> Não havia muito o que indagar sobre o potencial das experiências comunitárias, tanto mais quando delas se ocupavam programas de instituições com um papel secundário ou de discutível confiabilidade política, como a filantropia das igrejas e entidades congêneres e as ações para o desenvolvimento de inúmeras agências internacionais, para não falar do braço social do Estado. (Idem, ibidem).

[394] O nome do site é www.ecosol.org.br.

[395] Trata-se de Marinês Besson (Cáritas) e Ivan Sommer (SMIC).

[396] Esse artigo foi traduzido para o espanhol e publicado, em 1999, na Espanha na revista do Centro Internacional de Pesquisas e Informações sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa - CIRIEC.

No obstante, baseado em Razeto, ele argumenta que os empreendimentos econômicos solidários possuem um "poder irradiador e sua tendência a multiplicar vínculos permite que se vislumbre a gênese de uma economia popular solidária, nos interstícios da economia de mercado e em contraposição à sua lógica mercantilista". (Idem). E isto só é possível com o apoio do terceiro setor.

Gaiger vai mais longe ainda neste artigo, pois levanta a hipótese pela qual "a economia alternativa indicaria ser possível conceber o mercado como um sistema eficiente de trocas, despojável de sua matriz capitalista". (Idem). E ainda, abriria a possibilidade de surgimento de um mercado não capitalista. Há experiências exitosas e é preciso pesquisar as condições de sua emergência e desenvolvimento, pois para ele estas pesquisas são úteis ao debate sobre as políticas sociais para o setor. Ou seja, ele aventa neste texto várias justificativas para este tipo de investigação que lhe parece muito promissora.

Os resultados da segunda pesquisa são publicados nos cadernos do CEDOPE n. 15, em 1999, com o título *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*, onde pela primeira vez Gaiger faz referência ao texto *Micro-Projetos Econômicos Comunitários: Limites e possibilidades*, de Ildes Ferreira de Oliveira. A análise concreta feita por ela em relação aos micro-projetos econômicos de Feira de Santana (BA) é muito lúcida, honesta e extremamente rica de ensinamentos. Esta publicação de 1988 nos *Cadernos do CEAS*, mostra como a economia solidária já estava sendo analisada bem antes das categorias serem criadas e como não foram sempre seus pioneiros que se tornaram conhecidos.

Em 1999, os escritos de Gaiger saem do meio acadêmico ou religioso para chegar aos sindicatos, via CUT, talvez pelos contatos estabelecidos através da UNITRABALHO. Seu texto *Significados e tendências da economia solidária* foi publicado no livro *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*; no mesmo ano, participou do Seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* na Universidade Católica do Salvador. O evento reuniu intelectuais notórios do campo brasileiro da economia solidária, e também latino-americano, como Coraggio. O debate girou ao redor da concepção de popular. Entre os palestrantes, Gaiger é o único que coloca no título de sua palestra o termo economia solidária, mas também Arruda e, especialmente, Singer vão tratar da questão.

Ele escolheu como tema: *sentido e possibilidades da economia solidária hoje*. Pouco conhecido, ele se apresentou e situou o lugar de onde ele fala, isto é, um pesquisador com trabalho "de levantamento de dados, de visitas e análises de experiências de geração de renda" (GAIGER, 2000a, p. 167) e já há dez anos; mas, como adverte Gaiger, o segmento desta economia, que ele conheceu em primeiro lugar, era formado pelos projetos financiados pela Cáritas e isto deixou uma marca. Suas pesquisas estão situadas no "campo de discussão sobre movimentos sociais". (Ibidem). Ou seja, isto é "o viés" pelo qual ele observa "a realidade da constituição de uma nova economia popular".

Antes de abordar a viabilidade e as possibilidades da Economia Solidária, Gaiger contextualiza a sua evolução, dos anos oitenta para cá. Para ele os vinte últimos anos viram

> a gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos associativos de cunho comunitário, e, às vezes, até semifamiliar. Em seguida, surgem empreendimentos formados dentro de movimentos sociais, também de cunho comunitário, ligados à questão da reprodução da vida. Mais recentemente, além de movimentos sociais como o MST, também o sindicalismo e um conjunto muito grande de entidades têm se interessado e vêm se empenhando nesse campo de ação. (GAIGER, 2000a, p. 168).

Se essas iniciativas ficaram na sombra no início pois eram obras de entidades assistenciais ou filantrópicas, em grande parte da Igreja, a partir dos anos noventa, essa economia vem ganhando visibilidade social e até um certo peso político. A terminologia também se modificou. Em 1980, falava-se em projetos comunitários, em 1990, usa-se a expressão experiências de geração de renda. Em 2000, segundo Gaiger, as experiências das quais mais se fala são as do MST e a da ANTEAG, uma associação de empresas de autogestão e co-gestão. Um fenômeno novo é o da proliferação de cooperativas de trabalho, mas a maioria não pode ser considerada como de economia popular. Há também iniciativas interessantes na área do crédito - as cooperativas de crédito rural, o microcrédito -, iniciativas na área oficial, no Terceiro setor, nas universidades, além de "algumas iniciativas bastante promissoras de integração, de formação de redes ou instâncias de aglutinação" (GAIGER, 2000a, p. 169) e os fóruns como no RS, RJ e SP.

Mas a economia solidária, observa ele, não acontece somente aqui, ela é um fenômeno mundial. Ao voltar ao Brasil, estuda alguns dados sobre as cooperativas e mostra que há um intenso crescimento do número das cooperativas de trabalho. Entre elas há falsas cooperativas coligadas a empresas, mas também existem experiências autênticas e bem sucedidas e é destas que ele vai tratar. Ele critica então quem rejeita em bloco qualquer cooperativa de trabalho.

> Já encontrei gente de esquerda que, em artigo científico, (...) chega à conclusão de que a solução para o problema das cooperativas de trabalho é revogar aquela Lei, que diz que nas cooperativas não existe o vínculo empregatício. (...) Só que neste caso seria o legítimo 'jogar fora a criança junto com a água suja do banho'. (GAIGER, 2000a, p. 172).

Gaiger estima que, no Rio Grande do Sul, alguma coisa como 10% da população estão envolvidos com cooperativismo ou associativismo. No Brasil, de 1990 a 1998 houve uma expansão sem precedentes das cooperativas. Evolução de 43,7% no número de cooperativas e mais de 53% do número de cooperados; quanto às cooperativas de trabalho, elas tiveram um crescimento de 112%. Nestas, a media de empregados é de um para cada 21 cooperados; nas outras, um empregado para cada nove cooperados. A atividade-fim é aquela mesma que deve ser desempenhada pelo sócio. Assim, não há nem muita infraestrutura, nem muita burocracia. Elas quase suprimem as relações assalariadas e se estabelecem em torno de relações de cooperação.

Gaiger lança um novo conceito, o de empreendimentos econômicos solidários. De criação coletiva o conceito foi criado, segundo ele, para distinguir os projetos duráveis e mais autônomos dos de cunho assistencial e efêmero e foi utilizado numa pesquisa nacional da UNITRABALHO.

> Ele [o conceito] se refere a empreendimentos que têm as seguintes características: primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por outro lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante. (GAIGER, 2000a, p. 177).

Trata-se de um conceito teórico que funciona como um tipo ideal weberiano, representando um ideal que não existe concretamente, mas serve como ferramenta para analisar, contrastar, comparar casos concretos. Mas serve também como proposta, pois é assim que deveriam funcionar as empresas de economia solidária.

Ele nos leva a observar que a realidade mudou nestes vinte últimos anos e o olhar teórico que se projeta sobre esta realidade também mudou. A leitura da realidade é muito mais positiva e propositiva. Há um grau de resistência menor por parte da academia a pensar "nas perspectivas e num papel histórico relevante que este campo poderia desempenhar. (...) O próprio conceito de exclusão nasce na virada dos anos de 1980 para 1990. A exclusão passa a ser um componente estrutural do nosso modo de desenvolvimento". (200a, p. 178). As reflexões de Gaiger são em parte diferentes das de Singer e Arruda, ele se preocupa com a academia, com as mudanças de análise nas ciências sociais[397]. Deste ponto de vista minhas análises têm algo em comum com esta perspectiva, apesar de ter escolhido meu tema de pesquisa antes de ter lido este texto, mas fui certamente influenciada por ele, pois não é só aqui que ele exprime este tipo de preocupação.

Gaiger adverte igualmente face ao risco de cair numa leitura militante da realidade que leva a uma certa "euforia excessiva ou até numa certa mistificação". É preciso evitar confundir o que a gente deseja com a realidade. Quanto aos estudos mais analíticos, mais acadêmicos, ele não descarta o "risco de um certo ceticismo paralisante, gerado por algumas análises mais superficiais". (Ibidem). Por isto sua recomendação é buscar evidências empíricas manifestas, sem com isso cair num neopositivismo. A observação da realidade não basta. É preciso refletir e discutir muito para definir qual é "o potencial, o papel, a função da Economia Solidária e da sua viabilidade". (GAIGER, 2000a, p. 179).

---

[397] Sua análise não é, totalmente acatada por Laville e França Filho que consideram que, se na França a economia solidária emerge num contexto de exclusão social, isto não seria o caso no Brasil. Pois segundo estes autores, se a exclusão social "faz parte, de modo intrínseco, da formação econômica e social brasileira e constituiu-se como um elemento central do processo de desenvolvimento dessa sociedade" (2004, p. 175), ela não é um fato novo. Eles vêem antes a economia solidária no nosso país como um combate contra a pobreza e seu crescimento.

Voltando à questão dos conceitos, Gaiger observa que "o próprio conceito de Economia Solidária carrega em si algo de projeção, algo de desejo. Nós percebemos coisas que nos levam a falar de Economia Solidária. Nós idealizamos,...". (Ibidem). Novamente aparece a noção de conceito como tipo ideal, como ferramenta heurística. Mas Gaiger se mostra cauteloso, ele não quer se lançar em prognósticos como faz, por exemplo, Singer. Ele só levanta algumas hipóteses e aponta que podemos supor algumas coisas que devem ser construídas. Ou seja, Gaiger levanta neste texto uma possibilidade de colaboração entre teoria e prática.

Uma outra advertência feita por Gaiger diz respeito ao perigo de manipular um determinado conceito para usá-lo como fonte de poder. Já comentei esta questão na seção *1.5. Estrutura e sentidos da economia solidária*, bem como no capítulo quatro sobre *os nomes da economia*. No entanto, não é da luta entre os novos protagonistas da economia solidária que ele trata, mas destes com os ativistas ou intelectuais que se sentem ameaçados pela nova proposta, nas ONGs, nos sindicatos, e nas universidades. "Eu acho que é em defesa do poder anteriormente já instituído que há certas reticências quanto à Economia Solidária". (Ibidem).

Gaiger levanta a questão da viabilidade da economia solidária, o artigo é uma intervenção num seminário de reflexão sobre a economia popular. Estão presentes não somente acadêmicos, mas ativistas e o que está sendo discutido é se a economia solidária tem futuro. Seu raciocínio é o seguinte, muitos empreendimentos coletivos estão longe do ideal descrito acima, mas é preciso relativizar e avaliar dentro do contexto atual, "onde estariam esses trabalhadores (...) se não estivessem aqui?". (Ibidem, p. 180). Ele pergunta então qual é o sentido que demos às noções de viabilidade e eficiência? E responde que viabilidade indica auto-sustentação o que não é a mesma coisa do que "independência financeira, ou independência social e econômica plena, o que não existe em nenhum setor econômico". (Ibidem). Portanto, acrescenta ele, devemos pensar em políticas públicas para apoiar estes empreendimentos; além do mais, a ecosustentabilidade em termos sociais e ecológicos deve ser observada. É diferente uma empresa capitalista que, para se salvar da crise, demite seus trabalhadores e que, por outro lado, polui o ambiente, de um empreendimento cooperativo que procura dar trabalho e renda para desempregados e não agride o meio ambiente, mesmo se ele tem dificuldades econômicas. Temos que rever nossos conceitos e avaliações. A noção de eficácia não tem o mesmo sentido numa e na outra empresa. No primeiro caso o fator trabalho é um meio, no segundo ele é um fim. Gaiger, então, opta pela definição de Coraggio[398] a respeito da noção de eficácia. Para ele, a eficácia consiste na reprodução ampliada da vida e não na acumulação do capital.

No debate que vai seguir a palestra, Gaiger vai também retomar a reflexão de Coraggio sobre a relação da economia popular com a economia doméstica. Nos

[398] Como mencionei acima, José Luis Coraggio é diretor acadêmico do Mestrado em Economia Social do Instituto Conurbano da Universidade Nacional de General Sarmiento, em Buenos Aires. Luiz Inácio Gaiger também é professor neste mestrado.

empreendimentos menores, é a experiência familiar que serve de modelo. Ele alerta: "O que nós percebemos é que, quando se procura estabelecer um processo muito rápido, que desconhece este saber fazer anterior, e também as limitações e a lógica própria desse saber fazer - ... - o empreendimento pode em pouco tempo fracassar". (GAIGER, 2000a, p. 191).

Isto estabelecido, ele elabora algumas hipóteses sobre a viabilidade e a eficácia dos empreendimentos solidários, e observa que estamos frente a um dilema. Ou aceitamos que o trabalho cooperativo e solidário seja possível ou devemos admitir que a única solução para uma produção eficaz seja o do sistema de exploração capitalista.

A partir de uma investigação realizada no RS junto a 16 cooperativas, os pesquisadores observaram que estas se formaram por serem a resposta que se apresentou como a mais adequada para resolver a premente necessidade de trabalho e renda. Do estudo do conjunto destas cooperativas estabeleceram-se algumas constatações, que Gaiger apresenta como hipóteses a serem testadas. Em primeiro lugar, o grupo tem muito mais chances de sobreviver quando formado por pessoas que compartilham uma certa identidade e o grupo já existia antes da criação do empreendimento, por exemplo, se seus membros participaram de uma luta conjunta. Em segundo lugar, é necessário que haja uma unidade de interesses entre os trabalhadores, se alguns são voluntários e outros não, se nem tudo mundo trabalha parelho, por exemplo, o mesmo número de horas, isto gera diferenciações que não são propícias para a coesão do grupo.

Por outro lado, ele levanta a hipótese que o próprio fato da cooperação no trabalho torna-se "um diferencial", "propiciando fatores de eficiência, sendo então vetores específicos da viabilidade e competitividade dos EES[399]". (GAIGER, 2000a, p. 183). Além das leituras teóricas sobre estas questões, ele lista uma série de vantagens do trabalho cooperativo observadas na pesquisa como, por exemplo, a aprendizagem mútua, a rotatividade menor de pessoal, a facilidade maior em detectar e resolver problemas com o empenho de todos, promoção da justiça e da dignidade. Esse diferencial é chamado pelo autor de circulo virtuoso. Além de estímulo material, essas experiências trazem um estímulo moral que provoca uma série de atitudes positivas diminuindo os conflitos no trabalho.

Em terceiro lugar, ele analisa a racionalidade própria que se estabelece no ambiente cooperativo. Para dar conta desta realidade ele propõe um novo conceito ainda em fase de construção. Trata-se do conceito de solidarismo empreendedor[400]. Segundo esta perspectiva, faz-se "dos aspectos cooperativos a mola-mestra da eficiência econômica". (GAIGER, 2000a, p. 185). Tudo isto, sublinha Gaiger, são hipóteses e não se pode fazer generalizações, mas a realidade mostra que certos empreendimentos estão sobrevivendo há vários anos e que o nível de vida destes trabalhadores melhorou[401].

---

[399] EES: Empreendimentos econômicos solidários.

[400] Até 2003, não encontrei mais este conceito.

[401] Neste caso, trata-se de cooperativas de produção agrícola do MST e de produção industrial apoiadas pelos sindicatos.

Quanto a comparar as "vantagens" do trabalho assalariado com o trabalho associado, é muito difícil, pois benefícios sociais não são mensuráveis em dinheiro. O trabalho com carteira assinada dá uma série de benefícios financeiros, como férias, 13° salário, remuneração estável etc. O trabalho cooperativo permite que a pessoa recupere sua dignidade, sinta-se dona de si mesma. Finalmente, coloca Gaiger, os EES têm uma natureza distinta daquela que apresentam as empresas capitalistas. Isto é um ponto de partida, não se trata de relações assalariadas, não há separação entre o capital e o trabalho, nem acumulação privada. A acumulação capitalista serve para uns poucos desfrutarem da vida com qualidade, "as cooperativas teriam a possibilidade e a tendência a generalizar esses benefícios". (GAIGER, 2000a, p. 187).

Ele entra de frente num debate teórico sobre a possibilidade da economia solidária constituir um novo modo de produção que supere o modo de produção capitalista. É obvio que a crítica se dirige a SINGER e seus seguidores, mesmo se ele não é citado. Vários textos do Gaiger vão abordar o tema. Neste, ele argumenta que "modo de produção tem a ver com o estado de desenvolvimento material e humano, chamado grau de desenvolvimento das forças produtivas. (...) Acho, porém, que não é isso o que nós estamos vendo hoje e que poderíamos projetar". (Ibidem, p. 188). acrescenta, além disso, o que pode ser uma crítica a Arruda: "claro, para daqui a mil, ou cem anos, nós podemos projetar o que quisermos, o que bem entendermos. E para pensar nesta escala de tempo, nem é preciso se preocupar muito em ver o que está acontecendo hoje. Porque tudo pode ocorrer". (Ibidem). Esta polêmica, não vai ter muito eco, mas é uma questão sobre a qual Gaiger vai voltar.

Faz, no entanto, uma certa ressalva, "às vezes, também, o conceito de modo de produção é utilizado de uma forma mais descritiva, referindo-se ao processo de trabalho e à forma como as pessoas organizam o trabalho". (Ibidem). Neste caso, não se trata de modo de produção, mas de "forma social de produção" e é possível pensar que a economia solidária "estaria apontando para a possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente". (Ibidem). Mas para poder sobreviver, esta forma social de produção vai ter que conviver com o modo e a forma social de produção capitalista.

O autor faz uma pergunta instigante. Já que a economia solidária é fruto de um certo contexto que obrigou as pessoas a encontrarem uma saída para garantir sua sobrevivência, o que aconteceria o dia que a situação mudar e houver mais ofertas de emprego? A economia solidária vai desaparecer ou ela encontrará energias próprias para se consolidar? E, neste caso, a economia solidária iria conviver com o capitalismo e por quanto tempo? Para Gaiger, do ponto de vista da teoria econômica, só se pode pensar "na constituição de uma forma de produção diferenciada do ponto de vista social". (GAIGER, 2000a, p. 194). A visão futura seria, então, o desenvolvimento dos empreendimentos solidários formando uma economia popular solidária, estando esta, por sua vez, situada no seio de uma economia alternativa, ou seja, onde, por exemplo profissionais liberais se organizariam de maneira solidária e não somente as camadas populares. Neste sentido, poderíamos pensar numa economia de mercado não capitalista e isto a nível internacional.

Em resposta a uma pergunta sobre o tamanho ideal de um empreendimento solidário, ele respondeu que se trata de uma questão que deve ser considerada, mas que a pesquisa não tem ainda uma informação precisa a este respeito. Constata-se que os empreendimentos da Cáritas têm de três a vinte indivíduos, que as cooperativas tradicionais são maiores do que as de economia solidária e que as cooperativas de trabalho apesar de possuírem um número variável, não chegam ao tamanho das cooperativas agropecuárias. Quanto à legislação cooperativa, ela está em discussão no Congresso Nacional, pois apresenta uma série de entraves como, por exemplo, o número mínimo de 20 sócios. O grande problema de momento é o isolamento dos empreendimentos solidários, o desafio, coloca Gaiger, é realizar a intercooperação solidária das experiências para formar uma economia solidária. Para chegar lá são necessárias políticas públicas, do Estado, formar estruturas, criar espaços de formação política, disseminar tecnologias etc. Errado seria querer isolar-se. É preciso "traçar as estratégias e mecanismos que permitam chegar a um solidarismo horizontal e sistêmico". (GAIGER, 2000a, p. 197).

### 6.3.3. Economia solidária e terceiro setor

Outra questão importante é a relação da economia solidária com o terceiro setor, pouco estudado até hoje, Gaiger inova neste estudo. Por ocasião da Quarta Conferência Internacional da Internacional Society for Third Sector Research – ISTR, em Dublin em julho 2000, ele aborda o papel que as entidades do terceiro setor "desempenham – ou podem vir a desempenhar a médio prazo – na conformação ou no crescimento dos empreendimentos econômicos solidários". (2001b, p. 105). O texto *As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária* inicia com uma descrição panorâmica da economia solidária no Rio Grande do Sul e suas relações com entidades do Terceiro setor, atribuindo a este boa parte de seu crescimento. De antemão, Gaiger anuncia que existem dois modelos de ação deste setor. O primeiro, apoiado-se numa mística de projeto e de engajamento; o segundo, estando voltado para a "autodeterminação dos indivíduos em relação aos seus interesses". (Ibidem, p. 104). Ou seja, estamos saindo da filantropia e do assistencialismo, segundo Gaiger, e assistindo a uma partilha de valores entre as experiências populares e as entidades que as apóiam. O amadurecimento destas iniciativas inovadoras nas relações entre a economia, a sociedade e o Estado, poderia, segundo ele, contribuir para o repensar "políticas públicas com maior raio de abrangência e poder de impacto". (Ibidem).

A crise estrutural do mercado de trabalho e a política nacional recessiva obrigaram um imenso contigente de pessoas a criar suas próprias fontes de sobrevivência e, por outro lado, movimentos sociais, parte do movimento sindical e um sem número de entidades civis decidiram promover práticas de entreajuda. Gaiger sublinha o polimorfismo das soluções encontradas, mas faz um destaque a respeito das empresas autogeridas vinculadas à

ANTEAG, das cooperativas de produção e de prestação de serviços em geral e das cooperativas do MST. Além destas, há algo novo que são as instituições de micro-crédito e demais modalidades de financiamento.

A respeito do movimento cooperativo e de sua atual renovação, Gaiger expressa sua esperança na possibilidade de "conquista ou [de] correção de rota das cooperativas desvirtuadas ou criadas de modo fraudulento". (Ibidem, p. 109-110). E sublinha o engajamento do sindicalismo e da esquerda, como uma nova versão dos valores históricos do movimento operário. Neste campo aparecem também novos atores como as universidades e as fundações empresariais e articulações entre diversos setores da sociedade que estão "formando, gradativamente uma cultura da parceria". (SILVEIRA; AMARAL, apud GAIGER, 2001b, p. 110).

O autor explicita, então várias características do fenômeno chamado "economia popular solidária". Em resumo, são alternativas econômicas de socialização e autogestão para pessoas que vivem do seu trabalho e estão à margem dos sistemas convencionais de geração e de distribuição de renda. Esta economia em formação poderia formar uma economia do trabalho em oposição à economia do capital.

Uma segunda característica é que os empreendimentos "buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea". (Ibidem, p.111). Eles se diferenciam, desta forma, dos empreendimentos da economia popular que permanecem ao nível da simples sobrevivência. Eles fazem também parte da economia solidária ou alternativa, que é um "movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista, porém de acentuada tendência a encetar iniciativas concretas, direcionadas ao desenvolvimento humano integral". (LARAÑA, apud GAIGER, 2001b, p. 112).

Mas ele continua prudente, pois a economia popular solidária não está consolidada e "vários caminhos são possíveis", ela contém ambivalências e contradições. Quanto ao conceito, ele deve ser problematizado, pois recobre "um conjunto de iniciativas com motivações, origens e naturezas distintas, as quais não comportam, em si mesmas, tendências espontaneamente confluentes, que redundariam, por uma força natural de aproximação, em uma nova totalidade social". (GAIGER, 2001b, p. 113). Estamos longe das descrições normativas de Arruda, a respeito dos objetivos da socioeconomia solidária. Aqui se trata de uma análise da realidade, procurando observar certas tendências recorrentes dos fenômenos sociais, sem mais. Isto não quer dizer que Gaiger fica só no estudo empírico. Ele evoca possibilidades e até um direcionamento histórico possível.

Estudando a economia solidária ao nível do Rio Grande do Sul, Gaiger observa que este fenômeno pode ser apreendido "à luz dos circuitos interativos que se estabelecem entre os diversos agentes atuantes naquele universo". (Ibidem, p.114). Sem negar a possibilidade do caráter espontâneo de certas experiências, ele insiste sobre a influência decisiva das intervenções externas para a organização, o perfil e a articulação destes projetos alternativos.

Gaiger retoma a análise do cooperativismo no RS, depois ele analisa a obra da Cáritas Regional-RS, em seguida o MST e, finalmente, a ação da EMATER que apesar de ser uma vertente antiga do associativismo foi esquecida nos estudos dos pesquisadores. Após a breve descrição do caráter de cada uma destas intervenções em relação à economia popular solidária no campo e na cidade, ele analisa a ação do poder Público que, segundo ele, encontra-se pulverizada a nível rural e concentrada em algumas prefeituras a nível urbano. A prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio, possui várias linhas de trabalho onde se destacam as associações de reciclagem de lixo urbano, iniciativa que foi seguida por outras prefeituras, perfazendo quase 45 empreendimentos no RS, e grupos de empreendedores nos ramos do artesanato, da confecção e prestação de serviços. Outras entidades importantes são citadas como a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, vinculada à TV RBS, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – CEAPE Ana Terra – que oferece cursos de formação para negócios, assessoria e diversas linhas de crédito e isto desde 1987. E, finalmente, a Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidariedade – Portosol –, inaugurada em 1996.

Sem reproduzir aqui a análise feita pelo autor sobre cada uma destas entidades, é interessante perceber que elas não se limitam somente aos Movimentos Sociais, à Igreja ou às Prefeituras da Frente Popular, mesmo si elas cobrem boa parte do campo da Economia Solidária. A diversidade das perspectivas, dos objetivos e orientações de cada uma faz entrever o mosaico que representa os fenômenos que os cientistas chamaram de Terceiro Setor e de economia solidária, algo um tanto diferente do quadro pintado por Arruda ou mesmo por Singer. Gaiger caracteriza o momento atual como de experimento de "formatos sócio-econômicos e de mecanismo de apoio". (GAIGER, 2001b, p. 119).

Analisando a Cáritas sul-rio-grandense, que desenvolve projetos comunitários desde 1986, Gaiger define o objetivo deste programa assim: "os projetos deveriam ter uma finalidade prática – de produção econômica ou prestação de serviços – e um cunho educativo, que desenvolvesse o espírito comunitário e a consciência crítica". (Ibidem, p. 121). Muito importante para nossa análise é a frase da Cáritas escrita já em 1993, segundo esta instituição, os projetos deveriam ser alternativos, "gerando um novo modelo de relações entre capital e trabalho". (Apud GAIGER, ibidem). Está dado, o cunho político-moral da economia solidária antes mesmo de ter sido batizada com este nome. Estamos realmente frente a um dos pais da "criança". Mas isto era o projeto, como escreve Gaiger, a realização vai tomar rumos diversos, dependendo das pessoas e do lugar onde vai ser aplicada. Não se perde de um dia para outro uma cultura assistencialista e paternalista. De fato, a Cáritas trabalha em duas frentes, os projetos sociais e os projetos econômicos de produção e renda. Além do acompanhamento e formação dos grupos, a Cáritas organiza encontros, feiras, fóruns e procura parceria nestas atividades com entidades do Terceiro setor, universidades e órgãos do Poder Público. Estamos na frente de um dos construtores do campo da economia solidária.

O autor destaca na sua análise que a Cáritas está assumindo "o papel de provedora, diante da ausência do Estado ou da ineficácia de suas políticas sociais". (GAIGER, 2001b, p. 123). Levanta também a hipótese que o desenvolvimento de laços de solidariedade duradouros tornou-se possível nos projetos da Cáritas por estes organizarem grupos de vizinhos compartilhando uma vivência diária, traços culturais e condições de vida. No meio rural a estas características acrescentam-se o compartilhar de uma tradição católica ainda bastante viva. Por outro lado, a Igreja Católica tem uma experiência secular que a proteja de disputas conjeturais ou de pressões por resultados imediatos e lhe permite guardar sua autonomia ao mesmo tempo em que realize alianças.

Um ponto forte da Cáritas, além dos já citados é sua política de financiamento dos projetos que, deixando a prática assistencialista de lado, levou a busca da viabilidade econômica destes. O financiamento é flexível e adaptado a cada caso. Outrossim "os vértices que sustentam o trabalho da Cáritas" não podem ser universalizados e a amplitude de sua ação a levou a buscar junto a outras entidades uma assessoria multiespecializada, o que "traz o risco de introduzir focos de conflito e comprometer a metodologia pastoral, pedra angular desse trabalho". (GAIGER, 2001b, p. 125). Outra questão problemática para a disseminação desta metodologia é a necessária "identidade ideológica prévia dos seus beneficiários, forjada num modo particular de inserção social. (...) Como poderia ele, na ausência desse ativismo comunitarista, vincado na catolicidade, manter a sua pertinência e sua eficácia?". (GAIGER, 2001b, p. 126).

Gaiger analisa, depois, o Fundo de Miniprojetos, programa gerenciado por ONGs do sul do Brasil com o apoio de agências internacionais desde 1992, ele visa o financiamento de movimentos populares e pastorais sociais. A coordenação geral do programa cabe ao CECA[402] e no Rio Grande do Sul, o CAMP participa também da gestão do Fundo. Se sua repercussão é modesta, a análise traz informações que podem ser estendidas a outras ONGs. Se a finalidade do programa é sustentar um projeto alternativo de desenvolvimento, os grupos beneficiados têm pouca consciência disto. Além do mais, uma vez o financiamento acordado, não há acompanhamento dos grupos senão na prestação de contas e no relatório anual. E comenta:

> ao se fixar um horizonte imaginário, na ausência de metas programáveis e de indicadores de eficiência, a validação das ações empreendidas tende a ser regra comum, posto que tudo, de algum modo, contribui para a causa maior e nada pode ser inibido pelo crivo de argumentos pragmáticos. (GAIGER, 2001b, p. 129).

Desta maneira, cria-se uma certa tensão entre as agências financiadoras que exigem metas e avaliações objetivas e os promotores do Fundo. Este tipo de conflito reaparece num grande número de ONGs, que adotam objetivos de longo prazo e financiamento a fundo perdido, e certas entidades do terceiro setor. Um outro problema, parecido com aquele

[402] No capítulo sobre as trajetórias, expliquei a relação entre Gaiger e o CECA, ver, 5.3. Gaiger: das pastorais à economia popular solidária.

encontrado na Cáritas, é a limitação do público-alvo, devendo este alinhar-se previamente com as pastorais e com os movimentos sociais, eliminando outros sujeitos.

Gaiger apresenta o CEAPE Ana Terra, fundado em 1987, como uma organização prestadora de serviços, de direito privado e sem fins lucrativos, que conta com o apoio de organizações tanto internacionais como nacionais, públicas e privadas. Esta instituição foi a primeira a conceder microcrédito para grupos de mulheres de baixa renda de Porto Alegre em 1986. Além do crédito, este Centro fornece uma formação técnico-gerencial para os empreendimentos formados em geral por parentes. Esta instituição introduziu no Brasil uma modalidade nova de crédito, a fiança solidária. Os empreendimentos se associam avalizando-se mutuamente. Uma outra inovação é o crédito para iniciar um negócio, pois nas outras agências é preciso pelo menos seis meses de existência.

O CEAPE abriu Centros em outros estados e foi copiado por outras entidades. Sua metodologia comprovou que investir em pequenos empreendimentos, desde que seja oferecido um crédito e uma formação personalizada, é rentável. Como, ao contrário das entidades anteriores, o CEAPE "não se orienta por uma abordagem globalmente crítica do sistema econômico e tampouco se direciona a empreendimentos de cunho socializante" (GAIGER, 2001b, p. 134) seria tentador, escreve Gaiger, "interpretá-lo [o modelo] como simples emanação de uma visão de classe, servindo ao seu desiderato de hegemonia". (Ibidem). Contudo, a análise da linha de trabalho do Portosol não permite que se faça julgamentos precipitados do CEAPE.

O Portosol, criado pelo poder público da municipalidade de Porto Alegre, possui personalidade jurídica e uma estrutura de gestão independentes da esfera estatal. Isto faz com que os recursos não possam ser repassados a fundo perdido. Neste caso, o estudo de viabilidade dos negócios a serem financiados é decisivo; poucas são as linhas de crédito abertas e predominou nos primeiros anos o apoio a empreendimentos individuais e só depois a grupos solidários. No Portosol,

> o solidarismo aparece como possível decorrência da autodeterminação de sujeitos movidos por seus próprios interesses, não como requisito para a realização desses ou como uma dimensão imanente aos mesmos. Nada impede que a demanda a ser atendida venha de indivíduos organizados, integrados ao circuito movimentalista, mas de fato, em si, é irrelevante. (GAIGER, 2001b, p. 138).

Em outras palavras, o Portosol atende a economia popular sem exigir dos indivíduos ou dos grupos a adesão a uma certa ideologia. Aqui, como no CEAPE, respeita-se "a premissa de que o caráter público de um serviço cumpre-se na medida em que é capaz de universalizar-se". (Ibidem, p. 138). Além disso, o micro-crédito está a serviço de um novo modelo de desenvolvimento, tanto no Portosol quanto no CEAPE. No entanto, seu fundo "têm exibido capacidade ociosa, sendo visível a apatia dos diversos aparatos do Estado que poderiam canalizar a ampla demanda social não atendida". (Ibidem, p. 139). Gaiger atribui tal fato a divergências e disputas, no seio do Estado, quanto a seu papel e ao caráter das relações que deve manter com entidades não governamentais. Estas contendas levaram "a

descontinuidade na implementação das políticas de desenvolvimento complementares ao Portosol". (Ibidem).

O autor termina sua conferência falando da necessária construção do espaço público. É preciso passar de experiências modelares para programas de massas, coloca ele, e isto é possível caso as virtualidades contidas na economia popular solidária e no terceiro setor sejam exploradas.

Após dissertar sobre a ambigüidade do conceito de Terceiro setor, Gaiger reconhece que ele expressa novas tendências na formação de um amplo campo de práticas. Ele enuncia então algumas de suas características e precisa que as organizações de fomento à economia popular solidária fazem parte deste setor, enquanto que a economia solidária não o faz. A explicação dada é que "a economia solidária se assenta, primordialmente, em um conjunto de empreendimentos produtivos que visam objetivos para si, entre eles o benefício econômico" (ibidem, p. 141-142), enquanto que uma característica do Terceiro setor consiste em envolver também voluntários e não possuir finalidade de lucro. Por sua vez, se a economia solidária tem por objetivo servir o coletivo e responde a necessidades sociais, ela não exerce atividades filantrópicas.

O autor insiste que não se pode classificar tudo dentro do terceiro setor. Agora, isto não quer dizer que a economia solidária não partilha, com parte deste – principalmente as ONGs –, certos valores e práticas e, que por outro lado, ela multiplica e expande suas organizações.

Sobre as relações e as semelhanças entre a economia solidária e o Terceiro setor Gaiger acrescenta:

> Tanto as organizações do Terceiro Setor quanto as realizações da economia solidária primam por sua autonomia e pelo estabelecimento de conexões horizontais – e não piramidais. Sua atuação é descentralizada, formando um campo plural em que afinidades maiores geram articulações mais estreitas e estas, novas entidades, num processo contínuo de fusionamento e recomposição. Desse ponto de vista, formam uma realidade *à parte*, dotada de homologias estruturais e sistêmicas, bem como de vasos comunicantes, que a diferenciam do Primeiro e do Segundo Setor. (GAIGER, 2001b, p. 144).

É a partir deste modelo de divisão da sociedade em três setores[403], e não de maneira bipartida, que ele vai elaborar uma proposta de política pública para a economia popular solidária. Ele atribui a este Terceiro setor um papel de destaque, pois "este terceiro vértice é visto como fonte de sinergia das forças vivas da sociedade, cujo dinamismo redefine o papel dos demais pólos e abre novos rumos para a sociedade". (Ibidem, p. 145). Em conseqüência o centro de gravidade e o lugar social dos agentes da economia solidária devem situar-se na esfera pública não-estatal e não no Estado. Esta foi a análise da prefeitura de Porto Alegre quando criou o Portosol, por exemplo. As políticas de governo

[403] Gaiger chama esta divisão de configuração histórica triangular e cita vários autores que compartilham desta visão mesmo dando nomes diferentes a cada parte. Coraggio: economia empresarial, pública e popular; Franco: o mercado, o Estado e a sociedade civil; Nyssens: o pólo capitalista, o público e o relacional.

são tradicionalmente instáveis, precárias e descontínuas levando a uma excessiva politização da vida pública. A recomendação de Gaiger então é: "tanto melhor se os programas partidários vitoriosos valorizam a economia popular solidária, desde que não transacionem no sentido de se tornarem seu epicentro, mas visando a alimentar um sistema de fluxos dinâmicos, necessariamente inter-setorial". (Ibidem, p. 147).

Gaiger argumenta que se a economia solidária é heterogênea como as entidades que a apóiam, e assim devem ficar mesmo se é preciso encaminhar ações convergentes mais abrangentes, a ação do Estado não pode se calcar nela. O Estado

> não pode ser um mero prolongamento de grupos organizados ou de setores dotados de poder, do contrário estaria condenado a reproduzir mecanismos de distribuição seletiva dos bens públicos, desprovidos de regras universalistas e de princípios efetivamente democráticos. (GAIGER, 2001b, p. 147-148).

Para o autor, "os mais excluídos da sociedade o são também da economia popular solidária" (ib. p. 148), pois eles não correspondem aos critérios das diferentes entidades de fomento e crédito. À pergunta "como responder a essa demanda com políticas públicas", ele responde, apoiando-se nas propostas de DOIMO (1995), que é preciso "instituir políticas regulatórias que cortem transversalmente os grupos de interesse, atingindo beneficiários potenciais". (Apud GAIGER, 2001b, p. 149).

### 6.3.4. A economia solidária e os modos de produção

Singer sempre sustentou que a economia solidária vai se desenvolver como um novo modo de produção não-capitalista, no seio do modo de produção capitalista. Arruda não desenvolve o tema, mas chega a mencionar esta possibilidade. Para Gaiger, esta questão está no centro de um debate teórico e político que trava com Singer desde o início (1998 e 1999). O texto mais teórico produzido por Gaiger sobre este assunto é *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. (2002). Nele o autor

> discute o tema, retomando a teoria marxista da transição e analisando, sob esse prisma, dados de pesquisas empíricas recentes sobre os empreendimentos solidários. Delimitando a tese anterior, conclui estarmos diante da germinação de uma nova "forma social de produção", cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista. Extrai, por fim, as conseqüências teóricas e políticas desse entendimento, posto que repõe, em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo. (GAIGER, 2002, p. 1).

Ele entra no debate como quem está de fora, mas não sem tomar suas devidas precauções, já que sabe estar sendo lido pelos autores cujos textos fazem a crítica, e por fazer parte deste campo. Qualifica as argumentações e respostas à indagação "a economia solidária é um novo modo de produção" como sendo de natureza ideológica e programática.

A crítica insiste no fato desta afirmação não se constituir em hipóteses, mas por se tratar de "respostas seguras, chancelando tomadas de posição e juízos definitivos". A crítica não se restringe ao nível teórico, mas se estende às conseqüências políticas de uma tal tomada de posição.

> Interpretações ligeiras dessa importante questão podem, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranqüilizadoras, por sua aparente eficácia política (à condição, simplesmente, que estejam à esquerda das idéias dominantes e pretendam dar conta da totalidade histórica), pressa de que parecem ressentir-se os grupos de mediação, desorientados com a regressão da agenda social, a falência dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias credíveis que respaldem uma nova (ou apenas retocada) estratégia de intervenção. (GAIGER, 2002).

Para Gaiger, a fraqueza teórica da esquerda não é nova e se expressa "por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática *atual* e *real* das classes subalternas". (2002, p. 02). O texto é uma tentativa de explorar a riqueza da teoria da transição de Marx, "que a vulgarização nos meios intelectuais e militantes tratou de eliminar, fixando-a em regras gerais supra-históricas, desprovidas de qualquer capacidade heurística". (GAIGER, 2002). Para sua análise dos textos de Marx, Gaiger recorre a Godelier (1981) e a Gorender (1978). A partir de pesquisas empíricas, mostra como os empreendimentos econômicos solidários estão subsumidos à lógica do capitalismo. Primeiro por ter que se submeter à lógica da acumulação de capital e segundo por estarem

> compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal *inversa*, de uma *base* sobre uma *forma*, similarmente ao caso da economia camponesa. (GAIGER, 2002, p. 13).

Ele enuncia, então, três condições para que estes empreendimentos possam autonomizar-se do capitalismo e continuar sendo solidários: retirar-se da base técnica herdada do capitalismo ou desenvolver uma base específica de benefícios para a sua forma social de produção própria; dar prova de sua superioridade em relação aos empreendimentos capitalistas; e resistir às pressões do ambiente econômico capitalista. E acrescenta: "mas mesmo sendo preenchidos esses requisitos, isto não quer dizer que colocam em risco o sistema capitalista". Mas Gaiger vê como trunfo destes empreendimentos "a eliminação de um estamento patronal parasita, a supressão do custo das estruturas de controle e supervisão, e das recompensas por fidelidade aos funcionários do topo da hierarquia".

Na discussão do conceito de modo de produção, Gaiger apóia-se em Shanin e Gianotti para demonstrar que este conceito não serve para analisar a economia solidária pois

> formas econômicas desprovidas de uma estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente, capaz de reconstituir continuamente as relações de expropriação e acumulação de excedentes próprias daquelas formas, não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria "seus *insights* analíticos mais importantes." (SHANIN, 1980, p. 65). (GAIGER, 2002).

E, ainda, que é melhor deixar outros nomes para formas sociais de produção secundárias que vivem à sombra do modo de produção capitalista. A questão está em saber como tais formas existem e perduram, e as condições teóricas para o desenvolvimento de um processo de transição para a passagem para um novo modo de produção. Gaiger apresenta, então, diversas formas subsidiárias de produção que existiram historicamente no decorrer do capitalismo. E se estende sobre a economia camponesa enquanto caso ilustrativo "das formas sociais de produção capazes de adaptarem-se a modos de produção das quais são atípicas". Porém, lembra que "o campesinato reproduz-se a si mesmo, mas não à sociedade inteira".

Quanto à forma social de produção solidária, ela tem certas semelhanças com a economia camponesa e caracteriza-se por "uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção". O ganho desta forma de produção se deve ao fato que "o trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais". (GAIGER, 2002, p. 8). Gaiger destaca também o papel central do trabalho nestes empreendimentos que constitui seu fator preponderante, senão exclusivo. Nesta forma de produção ao contrário do capitalismo, não é o capital que emprega os trabalhadores, porém os trabalhadores que empregam o capital. Desta maneira estes não são mais descartáveis nem separados de seus meios de produção. Disto resulta que o trabalhador "ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias". (Idem). Enfim, se a crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção, a forma de trabalho associada e autogestionária aponta justamente para relações de produções inversas das capitalistas. No entanto se economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, ela "tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento". (Idem, p. 9).

Retomando os argumentos de Singer (2000, p. 18), segundo os quais estas novas relações sociais de produção permitem a aprendizagem de um novo modelo econômico e uma melhora significativa nas condições de vida, fortalecendo a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista, Gaiger conclui que se trata de uma visão a longo prazo, "o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém". (Idem, p. 9).

À luz da teoria marxista ele discute o desenvolvimento de formas sociais de produção secundárias no seio do capitalismo Nesse texto, é reafirmado o caráter popular das

experiências, "opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento". (2002, p. 01). Ou seja, aqui não é retomada a proposta de Singer que a economia solidária é uma proposta socialista para a qual deveria convergir militantes de todo tipo de profissões e condições sociais (por exemplos, engenheiros, psicólogos etc.).

Em 2003, no livro *A outra economia*, Gaiger escreveu dois artigos. *Eficiência sistêmica*, trata da capacidade dos processos e meios, utilizados por empreendimentos, de promover benefícios sociais e não meramente monetários ou econômicos, sua longevidade, sustentabilidade e efeitos benéficos para seu entorno. O segundo define o que são empreendimentos econômicos solidários.

Ele opõe eficiência capitalista, que tem por base a otimização da relação custo/benefício em favor da taxa de lucro, à eficiência da economia solidária, demonstrando as vantagens de um empreendimento econômico solidário. No sistema capitalista as decisões sobre eficiência são tomadas pelo capital que tem por lógica sua reprodução ampliada e que considera as despesas com remuneração da mão-de-obra, impostos, medidas antipoluição como perdas de capital a serem reduzidas ao máximo. Neste quadro, os benefícios sociais geradas pela empresa capitalista, são vistos sob seu aspecto utilitário e a eficiência não resolve problemas sociais ou ambientais; pelo contrário, os agrava. É preciso então, afirma Gaiger apoiando-se em Friedmann[404], denunciar a subordinação dos temas de natureza social, cultural e ética aos fins e à lógica do capital. Uma visão alternativa preocupa-se com a eficácia da ação, ou seja, os fins a serem atingidos e os meios para consegui-los. Esses fins não se limitam ao econômico, nem à simples relação cliente produtor, mas visam o bem-estar dos indivíduos e da coletividade atual e futura. Com Coraggio, ele sustenta que a eficiência deve ter por meta a "reprodução ampliada da vida", o que inclui além de um desenvolvimento durável e sustentável, acesso igualitário a um sistema de justiça, estar protegido de todo tipo de repressão e sofrimento. No lugar do atual modelo de produção e consumo, Gaiger propõe a revisão das necessidades humanas, colocando os equilíbrios psicossociais, sociais e naturais antes dos macroeconômicos.

Por outro lado, a base da eficiência dos empreendimentos da economia solidária está na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão do trabalho associado. A cooperação serve à eficiência na medida em que racionaliza o processo de trabalho com efeitos e vantagens reais que ultrapassam os atingidos pela produção individual ou da empresa capitalista. Ela permite atingir benefícios amplos não só econômicos, mas culturais e ético-morais. Não tendo que entregar a mais-valia aos acionários capitalistas nem custos de chefia e supervisão, o excedente pode ser reinvestido ou repartido entre os trabalhadores. O interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento os leva a dedicar-se com mais afinco ao trabalho, a diminuir o absenteísmo e o desperdício. O ambiente, participativo e a baixa rotatividade dos trabalhadores permitem o compartilhar da experiência, o aprendizado e a detecção das fontes de ineficiência. Tais empreendimentos

[404] FIEDMANN, J. Empowerment. The Politics of Alternative Development. Cambridge: Blackwell, 1992.

têm facilidades para organizar-se em rede, responder de maneira flexível à demanda, tomar em conta as necessidades do consumidor, poupar os recursos naturais e energéticos e favorecer um desenvolvimento local e regional. Restrições impostas por essa opção, como não despedir trabalhadores, levam estes empreendimentos a buscar soluções inovadoras e flexíveis. Estas experiências desenvolvem formas alternativas de produzir, "assentes em padrões culturais diversos, que definem de outro modo as necessidades, fogem à cultura materialista e instrumental e estabelecem outra relação entre os seres humanas e a natureza". (GAIGER, 2003a, p. 129). Este tipo de eficiência exige novos indicadores para sua avaliação e direcionamento.

Este texto pode ser considerado muito eficiente, mas ao contrário de outros artigos onde Gaiger analisa a realidade concreta dos empreendimentos, nenhuma dificuldade ou percalço é apontado. Estamos na pura teoria no sentido de uma ficção. È certo que o fato de trabalhar num empreendimento autogerido cujos trabalhadores são sócios deveria em tese melhorar o seu funcionamento; infelizmente, a prática ensina que todo trabalhador não é, pelo simples fato de fazer parte de um empreendimento solidário, esforçado, responsável, hábil e, principalmente, o que não depende do seu esforço, mas das condições objetivas, lhe falta na maioria dos casos um capital escolar e cultural que lhe permita administrar e resolver problemas de gestão dentro de um sistema concorrencial e hostil e numa época de crise.

O desenvolvimento da noção de empreendimentos econômicos solidários, último verbete que analisarei, nome tantas vezes utilizado nesta tese e que foi elaborado por Gaiger a fim de dar conta de uma multiplicidade de iniciativas que não poderiam ser contempladas como um todo por nomes anteriormente existentes como cooperativas, associações, projetos, empresas, clubes, oficinas, fábricas etc. De antemão, ele precisa que estes empreendimentos combinam atividades econômicas com ações educativas e culturais e cita as vantagens de uma tal combinação. Nestes existe uma nova racionalidade e o solidarismo que permite ganhos extra-econômicos exige a revisão da noção de eficiência, pois inclui agora vantagens como a qualidade de vida e a satisfação de objetivos ético-morais. Pelas suas articulações com agentes e organizações mediadores e entre si com vistas a objetivos tanto econômicos quanto políticos, os empreendimentos são a base dinâmica de sustentação da economia solidária. A nível histórico, ele afirma que estas experiências fazem parte das tentativas, renovas desde o século XIX, de criação de formas de produção não-capitalistas, tendo por matrizes intelectual e política os socialistas utópicos, os anarquistas, os cooperativistas, os cristãos e os socialistas e, mais recentemente, o pensamento de Teilhard de Chardin, da Teologia da Libertação e do socialismo de Castoriadis e Mariátegui, "hoje gradualmente postas em confluência". (Idem, p. 137). Não obstante suas qualidades são potencialidades que podem ou não desabrochar em função das condições objetivas e subjetivas de cada empreendimento. O conceito se revela então um instrumento de pesquisa e "evoca um direcionamento histórico possível". (GAIGER, 2003a, p. 136).

Referindo-se à extrema heterogeneidade das experiências de economia solidária, o autor as classifica como tendo duas origens distintas. Umas expressam "uma inflexão da economia popular de base doméstica e familiar", outras "uma reconversão da experiência operária do trabalho, por meio da socialização dos meios de produção e da democratização do poder econômico". (GAIGER, 2003a, p. 137). A heterogeneidade se manifesta também nos contextos onde aparecem. Alguns, como a Nicarágua, apresentam um país essencialmente rural de fraca penetração capitalista enquanto que outros, como o Canadá, nascem da crise do Estado-Providência e da reestruturação produtiva do capitalismo. A economia solidária anuncia o advento de uma nova frente de lutas dos movimentos sociais e uma nova agenda para os governos.

Quanto às circunstâncias que conjuntamente propiciam o nascimento desta economia, Gaiger cita: a) a tradição de práticas associativas propiciando laços de um passado comum e uma identidade de trabalho; b) a presença de organizações populares fortes com lideranças ativas; c) a diminuição das oportunidades de renda e emprego; d) o apoio de entidades dotadas de instrumentos pedagógicos e permitindo acesso a recursos financeiros e técnicos que elevem estas experiências da simples sobrevivência para o crescimento e a expansão; e) o reconhecimento da legitimidade destas demandas e da relevância do projeto por uma ampla parte dos movimentos sociais e das instituições políticas.

Ele faz uma revisão bibliográfica da caracterização dos empreendimentos por parte de alguns autores como Nyssens (1996), Verano (2001), Camacho (1996) e Capri (1997), mas se estende sobre a análise de Razeto que estaria na origem da expressão empreendimentos econômicos solidários e isto desde 1989. Este autor ao estudar no Chile os *pobladores* das periferias urbanas, observou que alguns grupos de ajuda mútua logravam melhorias econômicas e de qualidade de vida graças à cooperação, à solidariedade e à autonomia. Estes empreendimentos davam à economia popular um caráter de resistência. Razeto analisou a relação entre o solidarismo e o empreendedorismo e identificou, o que ele chamou de fator "C", segundo o qual o grupo que se organiza de maneira cooperativa e cordial adquire um melhor rendimento e eficiência "devido a uma série de economias de escala, economias de associação e externalidades, implicadas na ação comunal e comunitária". (RAZETO apud GAIGER, 2003a, p. 138). A partir deste estudo, Gaiger desenvolveu suas próprias investigações que revelaram que:

> O fator trabalho é passível de ser levado ao seu pleno rendimento como *trabalho associado*, na medida em que a própria comunidade de trabalho funciona como determinante da racionalidade econômica, sem entrar em conflito com a sua natureza social e de autogestão, produzindo efeitos tangíveis e vantagens efetivas, em ambas as pontas. (2003a, p. 139).

Após esta afirmação ele retomou as oito características interdependentes próprias aos empreendimentos, conforme análise relatada acima no item 6.3.2. *Formação da categoria de Economia Popular Solidária.* O texto levanta as particularidades destes empreendimentos, suas diferenças em relação à lógica capitalista e sublinha o quanto as

relações de produção que neles se estabelecem são antagônicas à forma de produção assalariada. O autor sublinha a urgência do estudo e da luta em favor destes empreendimentos frente à afirmação da inevitabilidade do sistema capitalista e ao "descrédito irreversível da alternativa sistêmica, oferecida pelas economias socialistas centralizadas no último século". (GAIGER, 2003a, p. 140).

O artigo termina com considerações de ordem epistemológica sobre os riscos de reificação ou de assimilação prescritiva do conceito, devido ao fato que é necessário "lidar com práticas e tomadas de posição valorizadas segundo critérios ideológicos" e de interpenetrações possíveis "entre o discurso científico analítico e o discurso político e pragmático". (Idem, p. 141). Existe um real perigo que uma abordagem militante opere uma seleção valorativa dos fatos alimentando um raciocínio circular, reiterativo. A isto acrescenta-se o risco de que o conceito seja entendido como expressando a realidade e um devir histórico predeterminado e que análises menos otimistas sejam avaliadas como uma desaprovação ou uma discordância ideológica.

A recomendação então para o intelectual é, conforme Bourdieu, tomar consciência, do lugar que este ocupa no campo político, cultural e científico e do risco de incorrer em senso comum. Enfim, Gaiger explicita que este conceito deve ser empregado como um tipo ideal, conforme foi explicado na parte 6.3.2. *Formação da categoria de Economia Popular Solidária*, deste capítulo. O que permite a busca de conexões causais internas a estes empreendimentos e sua identificação como uma classe específica. Três etapas foram percorridas nesta busca. Primeiro a colocação deste conceito no seio de uma teoria acerca das formas de produção o que levou a identificá-lo como uma categoria de forma social de produção; em seguida, a definir suas características básicas e, finalmente, a formular a "hipótese de que no trabalho associado está o cerne desta forma" e que sua racionalidade própria é, ao mesmo tempo, "solidária e empreendedora". (GAIGER, 2003a, p. 142).

### 6.4. Quem cita quem?

Estudando a formação do campo da economia solidária no Brasil, é importante alargar um pouco a reflexão para outros autores além dos escolhidos. Estabeleci então uma tabela em que aparecem seis autores brasileiros com publicações sobre economia solidária e acrescentei a mim mesma, pois faço também parte deste campo. Como escreveu Roberto Cardoso de Oliveira a respeito da antropologia interpretativa ou hermenêutica, a história vira historicidade, pois a história dos pesquisados cruza com a do pesquisador e a deste, por sua vez, vai integrar-se na história deles. Assim o leitor poderá entrever as influências intelectuais sofridas neste campo e as relações intelectuais mais intensas.

Como seria fastidioso citar absolutamente todos os autores que cada um citou, escolhi, entre os citados por Gaiger, Singer e Arruda, aqueles que teriam a ver com o tema da economia solidária. Singer é extremamente parcimonioso nas suas citações que, quando ocorrem, são geralmente de autores ingleses, ao contrário de Gaiger, que cita muitos

autores. Isto pode ser explicado por duas razões. Primeiro, pelo estilo de escrita. Singer e outros autores conceituados fazem poucas citações já que têm habilidade em repensar os autores lidos. Por outro lado, podemos pensar num estilo mais ensaístico, ou mais político do que acadêmico. Quanto a Arruda, não era possível citar as dez páginas de bibliografia de sua tese de doutorado e já comentei sobre os autores por ele citados nas páginas anteriores; portanto, só retomei autores já citados por intelectuais constando no quadro ou muito significativos para ele. É interessante observar que ele nunca cita Gaiger, mesmo quando cita uma obra coordenada por ele. Neste caso, a entrada é pelo CEDOPE e a Cáritas. (ARRUDA, 2000a, p. 143).

TABELA 1. ALGUNS AUTORES e suas citações entre 1996 e 2003

| | ARRUDA | GAIGER | LISBOA | LECHAT | MANCE | SINGER | TIRIBA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **AUTORES CITADOS** | | | | | | | |
| Ricardo ANTUNES p/3 | | 2000, 2003 | 2001 | | | | 1997, 2001 |
| Marcos ARRUDA p/3 | 1996; 1998; 2000, 2001, 2003 | 1999, 2000, 2002 | | 2002 | | | 1999, 2001 |
| François BAUDREL p/3 | 2001, | 2002 | 2003 | | | | |
| BEAUDRIL-LARD, Jean p/1 | 1996, 2001 2003 | | | | | | |
| Pierre BOURDIEU p/3 | 2001, | 1996; 2000 | | 2002 | | | |
| CAPRA, Fritjof p/2 | 1996, 2001 | | | | 2002 | | |
| G. H. D. COLE p/1 | | | | | | 2002, 2003 | |
| J. CORAGGIO p/5 | 1994,1996, 2001, 2003 | 2000, 2002 | 1999, 2000, 2001 | | 2002 | | 1997, 1999, 2000, 2001 2003 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEFOURNY p/2 | | 1998; 1999; 2000, 2002; 2003 | | 2002 | | | |
| Henri DESROCHE p/3 | | 1998; 1999 | 2000 | 2001 | | | |
| Moacir GADOTTI p/2 | | 1998; 1999 | | | | | 2001 |
| Luis Inácio GAIGER p/2 | | 1996;199 81999; 2000;200 1 2002;200 3 | | 2001, 2002 | | 2002 | |
| Maurice GODELIER p/3 | | 1996;199 8 1999 ; 2002 | 2000 | 2001 | | | |
| André GORZ p/1 | 1996 2003 | | | | | | |
| Antonio GRAMSCI p/3 | 1996, 2001, | 2003 | | | | | 1997, 1999, 2000, 2001 |
| GUATTARI, Félix p/2 | 2001 | | | | 2002, 2003 | | |
| A. HIRSCHMAN p/4 | | 2003 | 1999 | 2003 | | | 1997, 1999, 2001 |
| KEYNES p/1 | | | 2000 | | | | |
| Jean Louis LAVILLE p/4 | 2001, 2003 | 1998; 1999, 2000, 2002 | | 2001, 2002 | | | 2003 |
| N. LECHAT p/0 | | | | 2003 | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A. LISBOA p/4 | | 1998; 1999, 2000 | 1999, 2001 | 2002 | 2003 | | 2003 |
| Rosa LUXEM-BURGO p/2 | 1996 | | | | | 2000 | |
| MANCE p/5 | 2001, 2003 | 2000, 2001; 2002 | 2000 | 2002 | 1999, 2000, 2001, 2002 | 2002 | |
| Karl MARX p/4 | 1998, 2000, 2001, 2000 | 1996, 2001; 2002 | | | 1999, 2000, 2002 | | 1997, 1999, 2001, 2003 |
| Orlando NUÑEZ Nicarágua p/4 | 1996 | 1998; 1999 | | 2002 | | | 1999, 2000, 2001, 2003 |
| POLANYI 5x | 2001, | | 1999, 2000, 2003 | 2003 | | 2002 | 2001 |
| B. POTTER 1x | | | | | | 2003 | |
| Luis RAZETO MIGIÁRO (Chile) 5x | 1996, 2001, 2003 | 1996; 1998; 1999; 2000, 2002; 2003 | 1999, 2001, 2003 | 2001, 2002 | | | 1997, 1999, 2000, 2001, 2003 |
| Boaventura de Souza SANTOS 3x | | 2002; 2003 | 1999, 2001, 2003 | | 2003 | | |
| Caio SILVEIRA - 3 x | | 1996; 1998; 1999, 2000 | 1999 | | | | 2001 |
| SINGER 6x | 1996, 1999, | 1999, 2002 | 1999, 2003 | 2001, 2002 | 1999, 2000, 2001, 2002 | 2000 | 1999, 2001 |
| TEILHARD DE CHARDIN 1x | 1994, 1996, 1998, 2000, 2001 | | | | | | |
| TIRIBA 2x | | 1999, 2000, 2002 | 2001 | | | | 1997, 1999,2000, 2001 2003 |
| VERANO PAEZ 2x | 2001, 2003 | | | | 2002 | | |

Como podemos constatar, o único autor citado sem exceção por todos é Singer. O mais mencionado (19 vezes), é Luis Razeto, e só não o foi por Singer. Vêm em seguida[405], José Luis Coraggio (15 vezes), Paul Singer e Karl Marx (14 vezes). Euclides Mance (8 vezes) e Karl Polanyi (7 vezes), mas estes foram citados por cinco autores diferentes. Jean-Louis Laville (9 vezes), Armando Lisboa e Orlando Nuñez (8 vezes) e A. Hirschman (6 vezes) foram citados por quatro autores. Marcos Arruda (6 vezes), François Baudrel (3 vezes), Pierre Bourdieu (4 vezes), Henri Desroche (4 vezes), Maurice Godelier (6 vezes), Antonio Gramsci (7 vezes), Boaventura de Sousa Santos (6 vezes) e Caio Silveira (5 vezes), mas citados por três autores.

Em outras palavras, dos três autores paradigmáticos escolhidos para esta tese, só os textos do Singer são realmente referência para todos; Arruda é citado por Gaiger, Tiriba e por mim; quanto a Gaiger, ele só foi citado por ele mesmo, por Singer em 2002 e por mim. O fato de Singer citar Gaiger denota, mais uma vez, a vontade deste intelectual de conciliar o campo, unir a todos. A citação feita no capítulo *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*, publicado no livro de Boaventura de Sousa Santos, *Produzir para viver*, se refere a uma avaliação deste autor do trabalho efetuado pela Cáritas no Rio Grande do Sul em termos de Projetos Alternativos[406]. De todos os escritos de Singer este é o que tem o maior número de citações, pois relata diversas experiências de economia solidária a partir de pesquisas feitas por outros.

Apesar de Gaiger ter muitas publicações tratando especificamente de economia solidária, ele não é citado por seus pares. Tal fato merece análise. Pode-se pensar que, ao contrário de Singer e Mance, ele não tem nenhum livro publicado sobre esta questão, ou que seus textos estão mais colados à realidade empírica, ou seja, são análises a partir de pesquisas de campo e que, geralmente, citações se referem ao pensamento do autor... Realmente, é intrigante o descompasso entre o grande número de escritos e conferências proferidas por ele e a ausência das citações correspondentes.

Podemos observar que, dos cinco autores mais citados, quatro são contemporâneos e latino-americanos, seguidos por Marx.

Relacionando os atores entre si, é preciso lembrar que Mance e Arruda fazem parceria, e autores como Félix Guattari e Fritjof Capra são citados apenas por eles. Com exceção de Lisboa e de Souza Santos, todos os citados por Mance o são também por Arruda. Quanto a Tiriba, os autores que ela cita também são citados por Gaiger e o fato é

---

[405] Para estabelecer o ranking, considerei em primeiro lugar o número de pessoas que citaram o autor, desconsiderando o próprio. Em seguida, contei o número de vezes que o autor foi citado. Por exemplo, SINGER citado por seis pessoas, 15 vezes; RAZETO citado por cinco pessoas, 18 vezes. De fato não é bem de vezes que se trata, mas da soma dos anos durante os quais o autor foi citado pelos outros, mesmo se foi citado mais de uma vez naquele ano pelo mesmo autor.

[406] A citação é tirada do livro *Formas de combate e de resistência à pobreza*, publicado em 1996. No entanto, a referência bibliográfica no fim do capítulo é do artigo que Gaiger publicou no livro organizado por Singer em 2000, *Economia solidária no Brasil*.

digno de menção. Ambos publicaram artigos em *Contexto e Educação*, revista da UNIJUÍ[407].

Arruda, Tiriba e Gaiger são os únicos a citar ao mesmo tempo Marx e Gramsci. Singer faz referência aos conceitos marxistas sem citá-lo. Mance apenas cita Marx.

### 6.5. *A outra economia*: uma obra de referência

Antonio Cattani já organizou várias publicações coletivas e um dicionário sobre o trabalho e a tecnologia. Numa conversa informal, um ex-orientado do Mestrado em Sociologia sugeriu que se fizesse um dicionário de economia solidária. Algum tempo depois, Cattani e Gaiger reuniram na UNISINOS um coletivo da UNITRABALHO para elaborar uma obra conjunta de referência intitulada *A outra economia.* Para seus promotores, a justificativa desta publicação seria dada pela necessidade sentida por "práticos" e por acadêmicos em clarear essas noções, precisar seu alcance, seus conteúdos, as controvérsias existentes, enfim mapear o campo do conhecimento. Esta obra, gestada em 2002, foi objeto de um processo de articulação em rede e de seminários presenciais dos quais participei. Foi elaborada e discutida de maneira democrática[408] uma lista de verbetes e os participantes se propuseram para a redação de um ou mais verbetes. Em caso de dois membros terem optado pelo mesmo verbete, a responsabilidade pela redação foi conjunta, e às vezes outra pessoa era proposta para sua redação permanecendo o proponente como o responsável pela comunicação com o redator. Assim, verifica-se mais uma vez que certas nomeações permanecem relacionadas com determinados autores: economia solidária, Singer; socioeconomia solidária, Arruda; economia popular, Tiriba; economia do trabalho, Coraggio; empreendimentos econômicos solidários, Gaiger; Redes de colaboração solidária, Mance; socialismo autogestionário, Nascimento; Moeda social, Heloisa Primavera[409]. Alguns verbetes circularam entre os membros antes de sua redação final, solicitando críticas e sugestões. Cattani fazia a crítica final e foi o responsável pela editoração, e organização da tradução e da edição em língua espanhola (2004), e de uma versão francesa ligeiramente modificada que também está prevista. O pagamento foi feito em obras, mais ou menos duas por verbete. Foi uma tentativa explícita de produção solidária e autogestionária. O livro reflete as várias tendências, noções e concepções de economia solidária. Só não há o verbete para economia popular solidária; há um sobre economia popular e outro sobre economia solidária. O termo economia popular solidária aparece, mas sem verbete próprio, o que demonstra que não ultrapassou o estágio de uma realidade empírica.

---

[407] Universidade onde trabalho.
[408] Na foto 1, vê-se a lista dos verbetes em cartazes na parede.
[409] Meu nome ficou associado à economia moral.

### 6.6. Autores e projetos

A economia solidária é um misto de realidade e de utopia. Como os escritos de Arruda, Gaiger e Singer contribuíram para construí-la? Fiz um relato bastante extenso e pormenorizado dos textos dos três autores, indo até à saturação; está na hora da interpretação. Os trabalhos de Arruda nos dão um projeto de vida, um discurso que, fora o lado dramático e apocalíptico da ocorrência de catástrofes que antecedem o fim da ordem vigente segundo a tradição milenarista, anuncia a instauração de uma era de justiça e felicidade. Singer retoma a proposta do socialismo, mas de um socialismo democrático humanizado e autogestionário; Gaiger fez da economia solidária sua especialidade científica, um filão de estudos científicos, para retomar a expressão de Singer.

Podemos estabelecer algumas comparações "relativizadoras". Singer e Arruda são propagandistas, missionários e gurus[410] da economia solidária em seus respectivos meios de atuação. Seus primeiros pronunciamentos sobre economia ou socioeconomia solidária foram divulgados em jornais de grande circulação, revistas de ONGs ou em palestras. Gaiger, por sua vez, publicou relatório de pesquisa. Singer e Arruda têm uma atuação direta junto ao PT e falam de um projeto político utópico, de uma "utopia militante". Eles vislumbram um novo modo de produção socialista ou cooperativista e falam em novos sujeitos sociais. Gaiger não se enquadra neste perfil, sendo antes um pesquisador acadêmico; suas análises dizem respeito aos empreendimentos econômicos solidários, às respectivas entidades de apoio situadas no terceiro setor e à ação do Estado no campo.

Gaiger tornou-se um especialista da economia solidária brasileira e realiza o mapeamento do campo com seus empreendimentos e entidades de apoio, apontando para suas possibilidades, desafios e fragilidades. Seus textos nos falam a partir de um outro olhar. Ele é mais influenciado por autores francófonos do que os outros autores. Enquanto Singer, e principalmente Arruda, falam de generalidades, e de um futuro utópico, Gaiger fala das experiências concretas que visitou e estudou, sem tom profético, apesar de estar muito otimista e esperançoso. Singer parte de uma análise histórica, Arruda nos projeta no futuro, Gaiger fica no presente. Claro que esta afirmação é uma generalização abusiva, pois Singer vislumbra um novo modo de produção, um "novo" socialismo, ele também analisa as situações e as correntes de pensamento atuais, mas a sua contribuição mais específica é a análise das experiências de outros países nos séculos XIX e XX. Apesar de ter visitado vários empreendimentos autogestionários, Singer trabalha a partir de pesquisas realizadas por outros cientistas sociais. Arruda, mesmo assessorando o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, feiras, clubes de troca e muitas outras experiências associativas e cooperativas, não analisa essas experiências; no máximo, cita uma ou outra.

---

[410] Retomo aqui a expressão do diretor da ANTEAG ao referir-se a Singer, durante o Primeiro Fórum Social Mundial, como o "nosso guru".

Para autores como França Filho e Laville, "a economia solidária constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, ao invés de uma nova forma de economia". (2004, p. 187). São autores úteis para pensar os intelectuais aqui estudados, pois trazem uma visão bastante distinta apesar de citar suas obras. Sem dúvida, o estudo da economia solidária na França e a participação de Jean-Louis Laville como co-autor permitiram a França Filho um certo recuo. Seu referencial teórico mostra por contraste a influência marxista de todos os autores citados na tabela acima.

Retomando a questão da relação entre o dito e o feito, o conceito de representação, tal como propõe De Coppet em seu artigo *Comparison, a universal for anthropology,* pode ajudar a pensar a produção destes intelectuais em relação ao movimento da economia solidária. De fato, os autores estudados fazem uma representação da economia solidária e não seria correto estabelecer uma fronteira rígida entre as falas, os escritos e a realidade neles tratada. Ao longo dos capítulos vimos o quanto essas representações da realidade ajudaram na constituição e a transformação desta realidade, a tal ponto que em certos momentos estas representações aparecem como sendo a própria realidade. É nisto que consiste, em parte, a participação destes intelectuais na construção do campo da economia solidária no Brasil e na sua transformação num movimento social. Segundo De Coppet, devemos entender a noção de representação como re-presentação,

> ou seja, quando uma coisa é colocada no lugar da outra não apenas para substituí-la, mas para recriá-la ativamente dentro de uma ordenação do universo, quando constitui uma totalização. Compreendida desta forma, a representação não implica na separação entre sujeito e mundo exterior, ou entre consciência e objeto do conhecimento, característica de uma tradição ocidental de pensamento que tem por base a supremacia do indivíduo. Esta definição também resgata o aspecto (cri)ativo da representação, evitando a separação entre símbolo e prática. (ARAÚJO, D. 2002).

Para o autor, a representação comporta uma ação criativa que evita a separação entre símbolo e prática. Ao iniciar a tese, defini a noção de comunidade como um compartilhar de símbolos. Os intelectuais paradigmáticos estudados por mim, cada um ao seu estilo, são criadores de símbolos, trabalhando ativamente para a transformação do campo da economia solidária numa comunidade simbolicamente significativa, tendo seus representantes no seio do governo Lula e fazendo parte de um conjunto de redes internacionais senão mundiais.

O que Anthony P. Cohen escreve a respeito dos indivíduos aplica-se aos intelectuais do campo da economia solidária. As pessoas mapeiam suas identidades sociais e encontram suas orientações sociais no seio das relações que lhes estão simbolicamente mais próximas, muito mais do que em função de um sentido abstrato de sociedade. (COHEN, 1998, p. 27). Elas substituem simbolicamente suas marcas sociais por outras que consideram representá-las melhor e contribuem criativamente para isto. Por isto elas "fazem" a comunidade. O fato de saber se agem como comunidade, num sentido mais restrito, é menos uma questão de determinismo estrutural do que de administração de fronteiras, comenta Cohen. A

questão das fronteiras está muito presente na definição da economia solidária. Seria esta somente popular? Quais cooperativas não podem ser consideradas como fazendo parte desta economia?...

Outro aspecto tratado por A. P. Cohen que nos interessa para a discussão presente é a questão da conformidade. Segundo uma visão tradicional, a comunidade deveria ser composta de pessoas agindo da mesma forma. Tal visão denota uma ênfase exagerada na *forma* e uma atenção inadequada ou negligenciada da *substância* ou do significado do comportamento. Esta postura considera as pessoas como passivas em relação à cultura, mas pesquisas e etnografias comprovaram desde sempre não ser isto exato. Não é pelo fato de os membros de uma comunidade compartilharem uma mesma religião, opiniões políticas etc. que ela será culturalmente homogênea. Da mesma forma, ativistas, intelectuais, praticantes da economia solidária diferem culturalmente na sua cosmovisão de uma futura economia solidária, bem como no significado que atribuem a seus comportamentos o que não os impede de se sentirem como fazendo parte de um mesmo movimento.

# 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Behaviour does not 'contain' meaning intrinsically; rather, it is found to be meaningful by act of interpretation: we 'make sense' of what we observe. The sense is 'ours', and may or may not coincide with that intended by those whose behaviour it was. (A. P. COHEN, 1998, p. 17).*

No início desta pesquisa, tratava-se de desvendar e compreender o processo de construção e legitimação de um campo emergente de interações sociais, que se tornou objeto de estudo acadêmico. O método etnográfico me propiciou resgatar sentidos e tramas seguindo a circulação de categorias e a trajetória de três intelectuais. Estive narrando alguns eventos que deram a entender como o campo da economia solidária foi se construindo, procurando identificar os processos que facultaram a aquisição por parte dele de uma certa identidade, as tendências que o atravessam e os símbolos que o unem.

Relendo a tese, observei o quanto ela deve a Bourdieu e a A. P. Cohen. Uma certa identificação com as preocupações do primeiro inspirou-me muitas reflexões e permitiu-me estabelecer um diálogo crítico. Graças ao segundo, do qual só utilizei um texto, instaurei o debate, sua magistral conciliação da interpretação individual com o compartilhar de um pertencimento de ordem social me trouxe a solução de um velho e eterno dilema, o da reunião do social e do indivíduo sem que um chegue a abolir o outro, a compreensão do indivíduo social, tema esse dos mais atuais[411]. Sem eles esta tese não teria a argumentação que teve.

A noção de campo de Barnes que flexibiliza o conceito de Bourdieu me possibilitou o mapeamento do objeto de pesquisa, fazer os recortes empíricos, ordenar as múltiplas experiências de geração de renda e trabalho, entidades e organizações, vendo como se relacionam umas com as outras, sem perder o sentido que lhes é atribuído. Foi a atenção dada aos três agentes tomados como trajetórias significativas e, principalmente, não

[411] Assim, por exemplo, o XVII Congresso Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa, que aconteceu em julho 2004 em Tours (França), teve por tema: *L'individu social.*

consideradas como simples deslocamento dentro do campo que permitiu vislumbrar de que maneira os sentidos vão se formando, partilhando de utopias mais abrangentes e o agenciamento das redes de relações sociais que possibilitaram a constituição do mesmo. As trajetórias dos intelectuais estudados nos remetem a grandes utopias sempre atualizadas e ressemantizadas em função das novas condições sócio-históricas como o socialismo ou o anarquismo, o humanismo cristão ou o solidarismo.

Em *Teorias dos movimentos sociais*, Ghon sublinha a importância das utopias sociais transformadoras como fatores de motivação e de mobilização das ações coletivas. Comenta a sua reconstrução nos anos noventa a partir de uma nova concepção de cidadania, não mais simplesmente enquanto categoria individual, mas coletiva. E Emir Sader[412] assevera que, desde o primeiro Fórum Social Mundial, surgiram movimentos por uma globalização solidária. É também a proposta de uma cidadania coletiva e participativa que a etnografia das trajetórias me permitiu focalizar. Ficou evidente o quanto a noção de economia solidária está prenhe de esperança numa nova sociedade onde a economia é entendida como partilha social da riqueza, do poder e do saber, na qual os trabalhadores libertados das relações capitalistas de produção administram seus empreendimentos coletivamente e de maneira autogestionária em vista de um desenvolvimento sustentável.

O caminho escolhido para apresentar os resultados da pesquisa foi o da construção de um mosaico onde cada capítulo aborda uma questão diferente, mas foi difícil evitar repetições pelo fato de tudo estar intimamente ligado. Quem entrou em contato pela primeira vez com o tema teve provavelmente um certo desconforto, já que, após um sobrevôo geral e a explicitação da metodologia usada, passei do contexto às noções, destas à trajetória de vida dos autores e aos eventos e destes para a análise dos escritos. Pode ter sido uma viagem complicada. Está na hora de juntar os diferentes aspectos abordados para uma síntese final que, evidentemente, será provisória, um momento de parada antes de uma nova caminhada.

A urdidura na qual se instala o berço da economia solidária é formada por um certo contexto político, social, econômico e teórico onde determinadas instituições como igrejas, sindicatos, partidos, universidades, ONGs e administrações públicas desempenham um papel importante. A trama é constituída por trajetórias de vida de pessoas que vão tecendo redes de relações sociais, vão costurando eventos, vão dando significados e nomes para um certo tipo de atividade de geração de trabalho e renda. O resgate de trajetórias de vida partiu das narrativas dos próprios sujeitos, feitas à luz da questão teórico-prática da economia solidária, que está podendo ser interpretada tanto como eixo simbólico quanto prático. É a partir deste filtro que fiz a leitura de suas narrativas dando seqüência e sentido às suas ações e palavras. Como as trajetórias tinham pontos de partida distintos no tempo, no espaço, e nos meios socioculturais de vida dos intelectuais estudados, foi também possível desenhar um perfil multifacetado de um certo tipo de intelectual engajado.

---

[412] Folha de São Paulo, 14/10/2004.

O campo da economia solidária tem uma dupla dimensão, estrutural e de sentido, cuja dinâmica apresento a seguir distinguindo várias fases. A fase preparatória caracteriza-se pela ausência de nominação, seu início é indefinido, mas termina em 1995. Com o aprofundamento da crise do sistema capitalista, com sua reorganização pela reestruturação produtiva, com a terceirização dos serviços e de setores de produção, com as crises financeiras, os baixos investimentos produtivos, a ausência de políticas satisfatórias de bem-estar social e o aumento da população, o contexto das décadas de oitenta e noventa levou a um aumento do desemprego, da miséria e da violência. As antigas soluções baseadas nas experiências do socialismo real mostraram-se inoperantes e até perversas; novas soluções foram sendo procuradas tanto pela esquerda como pela direita. Os financiamentos exteriores de projetos de desenvolvimento e conscientização mostraram-se mais criteriosos exigindo resultados econômicos. Todos estes fatores prepararam um terreno propício para o aparecimento de propostas que, mais tarde, foram reagrupadas sob o nome de economia solidária.

Nesta primeira fase já encontramos Luiz Inácio Gaiger como pesquisador e assessor de um dos setores constitutivos do futuro campo da economia solidária, os projetos alternativos da Cáritas. No final do período, ele apresentou no Congresso Brasileiro de Sociologia uma reflexão sobre estes projetos vislumbrando neles uma alternativa para a economia popular. Inaugurou assim a nomeação desta nova questão analítica, que vai aos poucos se diferenciar da economia popular como também o fez Tiriba (2001), embora de maneira bastante distinta. Quanto ao Instituto PACS do Rio de Janeiro, ele estava estudando e discutindo as questões da autogestão com sindicatos e com trabalhadores das empresas falidas autogeridas. Ainda em 1995, no Rio, ocorreu na UFRJ a criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Por sua vez, o professor Singer ainda não se alertara para esta nova realidade.

Neste primeiro momento, os sentidos da economia solidária eram múltiplos e imprecisos. Às vezes, ela era vista como um retorno ao comunitarismo, a formas ultrapassadas de sociabilidade e de produção e criticada por isto. Outros a interpretavam como um paliativo às mazelas do capitalismo e um substituto do Estado para as funções assistenciais que este já não cumpre. Estas visões foram rechaçadas pelos intelectuais pesquisados nesta tese. Isto não impediu a existência de tensões no seio do seu campo, pois uns a viam como uma saída para a miséria e outros como uma solução para o desemprego. Ela tornou-se sinônimo de constituição de atores populares coletivos para a construção de uma nova ordem social democrática (GAIGER, 1995), ou sinônimo de movimento autogestionário, movimento de democratização da empresa e da sociedade. (VIEITEZ, 1998). Tiriba observa a este respeito que existem interpretações as mais diversas entre os trabalhadores inseridos nestas formas associativas ou cooperativas. Para uns, a economia solidária pode significar uma "estratégia de vida", para outros, além da satisfação de suas necessidades econômicas, ela pode ser um laço com a comunidade, apesar de restrita aos

membros do grupo, ou ainda ter o significado de contrapor-se à ordem vigente na sociedade. (TIRIBA, 2001).

A fase emergente da economia solidária iniciou em 1996[413], com diversas iniciativas, a maioria delas tomadas no Estado do Rio Grande do Sul, mas também em São Paulo e no Rio de Janeiro[414], visando reunir agentes, ativistas e intelectuais. Isto não quer dizer que iniciativas de formação de empreendimentos solidários não existissem em outros lugares, mas que ali careciam de eventos aglutinadores. Umas são iniciativas da Cáritas, outras de sindicatos, outras de ONGs ou de administrações públicas. Certas entidades públicas e privadas se associam para promover fóruns, feiras e seminários[415]. Um outro tipo de iniciativa importante para a construção do campo vai ser a criação de *sites* na Internet que permitem uma inter-relação constante e dinâmica entre os interessados, a divulgação das idéias, dos produtos e dos eventos. Sua versatilidade permite satisfazer às necessidades de cada um.

Nesta fase iniciaram também as primeiras políticas públicas estabelecidas por prefeituras da Frente Popular para o fomento da economia solidária. Porto Alegre é, certamente, a prefeitura com maior destaque nacional e internacional nesta questão e as sucessivas reeleições desta Frente vão permitir a consolidação dessas políticas. Outros eventos da maior importância são as primeiras publicações brasileiras sobre a problemática da economia solidária usando esta categoria ou uma de suas variantes para identificá-la. (ARRUDA, 2000a,c,d; DAL RI, 1999; GAIGER, 1996, 1998, 1999a,b,d, 2000a,b,c; KRAYCHETE, 2000; LISBOA, 1998a,b, 2000; MANCE, 1999; SINGER; 1996, 1997, 1998a,b,c,d, 1999a,b,c,d, 2000a,b,e,f,g; TIRIBA, 1997). Criaram-se os primeiros grupos de professores pesquisadores sobre a temática da economia solidária. Na UNESP, campus de Marília, em 1996, formou-se um grupo de pesquisa com o nome de "Organizações e Democracia", coordenado por Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri, e cujo tema central trata dos desafios da autogestão em empresas e cooperativas. Segundo Arruda, é também da mesma época a definição do PACS pela economia solidária[416]. Em 1997, a formação do grupo nacional de pesquisa em economia solidária da UNITRABALHO, sob a liderança do

---

[413] Ver esquema 1, no Anexo F.

[414] É certo que a localização geográfica da autora e dos intelectuais estudados levou a que os exemplos citados viessem principalmente destes estados. Mesmo assim, acredito que foi neles que houve uma estruturação maior destas atividades, pelo menos até uma certa época.

[415] Assim, em 1996, por exemplo, foi criado em Porto Alegre o Fórum permanente de alternativas de organização popular pelas seguintes entidades: Cáritas, CAMP, CPT, CEDOPE, SMIC, COCEARGS, IECLB. Em 1998, a CUT criou, em parceria com a UNITRABALHO e o DIEESE, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a fim de construir uma rede nacional de crédito solidário formada por cooperativas locais.

[416] "Então foi essencialmente a partir de 95/96 que o PACS se tornou um ator direto do processo de construção desta economia solidária. Não mais apenas como projeto de empreendimentos cooperativos e associativos, mas como um projeto de uma outra economia que é também uma outra política e uma outra cultura. Um projeto integral de uma nova sociedade que tem uma dimensão econômica marcante". (ARRUDA, 2002a).

Professor Paul Singer, vai estabelecer as bases para abertura de um novo programa de pesquisa.

Em 1999, aconteceu um evento primordial para a formação de um debate acadêmico sobre a economia solidária. Na Universidade Católica do Salvador, o Seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* reuniu, pela primeira vez no Brasil, diversos intelectuais para discutir a economia solidária. As conferências e debates foram publicados o que permitiu que mais intelectuais se inteirassem do tema. Cada vez mais universidades e pesquisadores se interessaram pela temática, mas não se limitavam ao estudo, pois iniciativas de extensão universitária como as incubadoras tecnológicas de cooperativismo popular eram criadas e se organizavam em redes. Em 1999, o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro iniciou os primeiros cursos de viabilidade socioeconômica para a Rede de Trocas Solidárias usando moeda própria, questão já abordada anteriormente por Paul Singer. (1997). Em junho de 2000, acontecia em Mendes (RJ) o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária e, concomitantemente, a criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Este evento permitiu divulgar a proposta da socioeconomia em vários estados, como foi o caso, por exemplo, para os integrantes da experiência cearense do Banco Palmas.

Esses eventos de âmbito nacional e a nomeação destas diversas experiências de trabalho e renda numa mesma categoria ou, pelo menos, com categorias que são consideradas, até um certo ponto, coirmãs, facultam vislumbrar a emergência do campo da economia solidária no Brasil. Também surgiram algumas tensões. Em resposta às primeiras análises de Singer a respeito da nova forma de organização econômica de várias pequenas ou micro-empresas (1997), Euclides Mance e Marcos Arruda argumentaram de maneira crítica que nada assegurava as relações de produção no seio destas unidades não serem de exploração. Posteriormente, Singer corrigiu esta avaliação[417]. Uma outra tensão se situava entre os defensores de uma economia solidária dos setores populares e os que não queriam limitar esta formação social ao popular ou que, como Singer, viam essas experiências como sementes de um novo modo de produção capaz de competir com o modo de produção capitalista. A primeira tendência[418] é defendida por Kraychete, Coraggio e retomada pela Cáritas e pelos governos da Frente Popular do Rio Grande do Sul, mas contestada abertamente por Singer. Por sua vez, Gaiger considerou que a economia popular solidária se situa na interseção entre a economia popular e a economia solidária (2001a) e usou a categoria como reveladora de uma realidade empírica sem dar-lhe uma conotação valorativa. Quanto a Arruda, já vimos que ele não encampou esta denominação, mas fala, por exemplo, de cooperativas populares para diferenciá-las das cooperativas empresariais.

[417] Isto não impede que críticas neste sentido lhes sejam ainda dirigidas como, por exemplo em 2004, por Henrique Tahan Novaes.

[418] A tendência da economia popular solidária encontra sua inspiração na Teologia da Libertação que optou pelos pobres.

Em 1998, Singer iniciou uma série de análises sobre as experiências cooperativas e as propostas dos socialistas utópicos do século XIX e a economia solidária foi apresentada como o caminho para um novo socialismo. Os debates sobre a economia solidária e as ações desenvolvidas no Brasil começaram a produzir ecos a nível internacional. Franceses, espanhóis, italianos, canadenses, holandeses vieram a Porto Alegre em novembro de 2000 para debater esta nova realidade e trouxeram suas experiências e assinaram convênios. Argentinos e uruguaios também participaram cada vez mais de eventos acadêmicos sobre a temática, bem como de feiras e de fóruns. Na prática, os diversos grupos entenderam o interesse que tinham em se reunir para reforçar-se mutuamente. Só a união permite uma grande feira ou um grande evento atraindo participantes não somente de uma mesma região ou estado, mas de outros lugares e até de outros países. Conseguir financiamento para a sua realização é tanto mais fácil quanto maior for o empreendimento. Isto reforça minha tese segundo a qual no campo da economia solidária não existe só competição, mas uma necessária ajuda mútua.

A terceira fase[419] teve início em 2001 com o I FSM e a formação do GT de Economia Solidária que reuniu entidades públicas e privadas de fomento e assessoria à economia solidária em âmbito nacional, embora ainda não estivessem presentes seus trabalhadores, com exceção dos representados pela ANTEAG. Apesar de associações e cooperativas solidárias estarem se organizando em todos os cantos do Brasil com o incentivo de organizações ligadas a sindicatos, igrejas, poderes públicos, universidades e ONGs, as articulações entre entidades, entre elas e os trabalhadores, bem como entre iniciativas do interior dos estados e suas capitais eram ainda limitadas. Os primeiros anos da década de 2000 mostraram-se férteis na organização de redes e entidades de apoio, fomento e assessoria a empreendimentos solidários. Isto se explica pelo fato de que, em 1999, foi instituída legalmente a figura jurídica da OSCIP com o objetivo de facilitar, organizar e criar novas possibilidades de terceirização de serviços sociais e culturais por parte do Estado.

Aparecem, igualmente, alguns textos mais teóricos como a tese de doutorado de Arruda defendida em 2001, a tese de Tiriba, *Economia popular e cultura do trabalho*, publicada neste mesmo ano e o número temático sobre a economia solidária na *Revista de Ciências Sociais da UNISINOS*, organizado por Gaiger. Em 2002, Mance publicou *Redes de colaboração solidária. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*, obra que teve bastante aceitação[420]. Em âmbito internacional, Gaiger publicou na Revista do CIRIEC-Espanha, o artigo *La solidaridad como una alternativa económica para los pobres. (1999)*. Boaventura de Sousa Santos organizou a publicação dos principais resultados de um projeto de pesquisa intitulado *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*, em três volumes, e Singer participou do segundo, *Produzir para viver*, editado em 2002, que trata dos sistemas alternativos de produção. No texto ele expressa

[419] Ver o esquema 2, no anexo F.
[420] Ver a lista 1. Alguns autores e suas citações.

bem a relação entre as questões estruturais e de sentido quando escreve de maneira muito otimista que "a economia solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional". (2002a, p. 127). Com estes textos a economia solidária brasileira começou a ser divulgada até fora das fronteiras nacionais.

O ano de 2002 se termina por um ato político importante, a primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária reunida em São Paulo na qual foram elaboradas propostas de políticas públicas a serem apresentadas ao futuro governo Lula. Podemos considerar que este evento simboliza a formação de um movimento pró-economia solidária no país. A primeira proposta desta Plenária foi a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária que não constava dos planos do futuro governo e foi uma vitória política da economia solidária ter conseguido a sua efetivação. Com este novo passo, ela ascende a um novo patamar.

A hipótese inicial era que a economia solidária chegou a formar uma comunidade de sentido, pois a reunião numa mesma categoria analítica de iniciativas frágeis e fragmentadas revelou aos seus protagonistas a realidade de pertencerem a uma mesma comunidade. Essa comunidade de sentido não exige a presença física num mesmo espaço e tampouco deveria ser composta por pessoas agindo da mesma forma. Não se trata de conformidade, mas de compartilhar símbolos que permitam a cada um interpretá-los à sua maneira.

Se o campo da economia solidária está se configurando como uma comunidade de sentido, isto não basta para implantar um novo sistema econômico. A economia solidária precisa de uma legislação apropriada, de subsídios, de políticas públicas de apoio e de consumidores para se estruturar e se desenvolver. Para atingir tais objetivos ela necessita de transformar-se em movimento social. Na introdução da tese assinalei que não há uma só concepção para se entender o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social. Nesta fase de sua constituição, os empreendimentos da economia solidária se vêm na obrigação de mobilizar-se enquanto movimento para fazer pressão sobre o governo e para conquistar seu reconhecimento junto à sociedade civil, conquistando assim, entre outros direitos, um "público consumidor". A economia solidária está em contradição com o Estado e com o mercado capitalista, pois não está em conformidade, na maioria das vezes, com as normas da fiscalização, não pode participar de licitações públicas, não tem condições de afrontar a concorrência sem subsídios e políticas específicas e precisa conquistar espaço para seus produtos e serviços junto a entidades governamentais, não governamentais e ao mercado consumidor em geral.

Finalmente, a partir de 2003, o campo da economia solidária se estrutura de maneira piramidal partindo dos estados ou das regiões, uma reforçando a outra até a organização a nível nacional[421] e assiste-se à institucionalização de alguns dos seus setores e à multiplicação de organizações representativas que vão começar a ser cadastradas. Não se

[421] Ver os esquemas 3, 4 e 5 no anexo F.

anuncia mais que outra economia é possível, mas afirma-se que outra economia está em marcha. No campo da economia solidária, aconteceu um duplo movimento, contraditório mas correlato. Por um lado, a necessidade de criação de um interlocutor junto ao Governo federal levou à formação de uma pirâmide de fóruns regionais, estaduais e nacional obrigando o campo a estruturar-se de maneira unitária e, por outro, a possibilidade de financiamento, de renda e de trabalho para os assessores, a formação de uma pletora de novas organizações de assessoria e de redes de economia solidária entre as quais há concorrência pelos recursos. Além disto, a reunião de todas as tendências num único fórum acirrou contradições latentes, como a de definir o nome do fórum[422] (luta semântica, um embate pelo marco conceitual).

Em junho de 2003, aconteceu em Brasília o Primeiro Fórum Nacional de Economia Solidária. Na mesma data Singer tomou posse como Secretário Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. Mas esta Secretaria não alcançou ainda o reconhecimento esperado no seio do governo. Em agosto de 2004[423], o não comparecimento do Presidente Lula no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores da Economia Solidária[424] causou uma grande decepção e motivou manifestações de descontentamento por parte do Movimento[425]. Isto reforçou a tese segundo a qual a economia solidária deve aprender a caminhar com suas próprias pernas, senão corre o risco de morrer[426]. Com a organização dos Estados, tem-se uma descentralização dos locais de eventos, mas ao mesmo tempo uma nova centralização, desta vez em Brasília.

Termino a pesquisa no momento em que o campo da economia solidária no país dá um passo importante. As diversas experiências esparsas, as múltiplas entidades de apoio estão formando um movimento social com um interlocutor privilegiado na Secretaria Nacional de Economia Solidária, que está tentando mapear em âmbito nacional seus empreendimentos e entidades de apoio[427], em parceria com os fóruns de economia solidária e universidades. O que parecia uma questão meramente socioeconômica pode vir a se transformar numa questão política, embora a economia solidária não seja prioritária para a

---

[422] Dois nomes coexistem: Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária.

[423] O evento, previsto inicialmente para o mês de julho, teve sua data transferida por causa da viagem do Presidente à África.

[424] Preparado primeiramente por encontros estaduais, o I Encontro reuniu 2.300 delegados que pediram ao Presidente Lula uma política nacional para as empresas de trabalhadores sem patrão, afirmando: "somos um índice do PIB e não apenas um índice do desemprego" (Carta ao Presidente Lula).

[425] Ver o artigo de Nelson Breve na Carta Maior de 13/08/2004.

[426] Ademar Bertucci observou um lado positivo da decepção. "Isso é bom para nos conscientizarmos de que nós dependemos só das nossas pernas, se dependermos do presidente não vamos a lugar nenhum" (Carta Maior).

[427] Entre os primeiros projetos da SENAES consta a elaboração de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária com o cadastramento eletrônico de todos os empreendimentos deste tipo de economia e das respectivas entidades de apoio e fomento. Para a realização desta iniciativa a SENAES teve que contar não somente com a infraestrutura das Delegacias Regionais do Trabalho, mas principalmente com a colaboração das universidades e entidades de apoio, participantes dos fóruns estaduais e regionais de cada Estado. Entre os organizadores da pesquisa encontramos Luiz Inácio Gaiger e Gabriel Kraychete.

maioria das prefeituras, dos movimentos sociais ou ONGs. Quando ela existe, está integrada em políticas mais amplas. São pouquíssimos os lugares onde ela é uma prioridade. Em geral, constitui mais um apêndice do que o carro-chefe da política. Os últimos eventos demonstram que se o reconhecimento e a legitimação do movimento ainda não é um fato consumado, ele é fundamental para sua sobrevivência. Por outro lado, o impacto de uma possível retomada da economia e do emprego formal sobre a economia solidária representa uma incógnita. Quanto a uma mudança de governo a nível federal nas próximas eleições, isto seria, sem dúvida, muito prejudicial para a sua consolidação, podendo contudo reforçar seu caráter de movimento social caso isso venha a ocorrer.

A respeito da relação entre os empreendimentos da economia solidária com o Estado, é preciso lembrar o princípio da autogestão que faz a unanimidade do campo, mesmo se sua aplicação está longe de se verificar em todos os casos. Este princípio, caro a Singer como demonstrado acima, tensiona a relação entre os empreendimentos da economia solidária e as entidades de apoio e assessoria, quer de âmbito privado ou público. Desde o início, os intelectuais da economia solidária levantaram esta questão. Singer (2000) afirmou que a economia solidária, para continuar fiel a seus princípios, deve necessariamente salvaguardar sua democracia interna e sua autonomia externa, ou seja, ele põe em questão uma intervenção direta de autoridades governamentais. A questão da autonomia e da autogestão, tantas vezes repetida e sublinhada como princípio fundamental da economia solidária, na maioria das vezes está ameaçada pela relação umbilical entre os mediadores e os empreendimentos.

Ao analisar os dados das pesquisas realizadas em âmbito nacional, Gaiger afirma que "a presença do agente externo representa de certo modo uma variável a mais" (2004, p. 381) para a formação ou para o êxito dos empreendimentos solidários, mas não é o fator fundamental. São as convicções formadas pelos protagonistas nas suas trajetórias de vida e os laços de solidariedade criados no convívio de inúmeras lutas comunitárias ou operárias que conferem aos empreendimentos solidários sua força positiva. Fatores negativos, como a ausência de trabalho e renda, reforçam a constituição destes empreendimentos, mas nunca foram suficientes por si sós. Confrontando esta análise com os dados da presente etnografia, parece que o fator suplementar representado pela intervenção dos intelectuais, principalmente em sua versão mediadora, introduz uma tensão no campo da economia solidária. Ativistas muito otimistas, tomando seus desejos por realidades, podem criar falsas expectativas. Ocorre também que certos intelectuais assumem a representação dos trabalhadores da economia solidária subtraindo-lhes a possibilidade de participar do processo político e de crescer no exercício do próprio empoderamento.

É preciso reconhecer, todavia, que é através das entidades de apoio e fomento que as redes de relações sociais se estabelecem entre empreendimentos, que os sentidos podem ser repassados, compartilhados, questionados e reformulados. Da mesma forma que as empresas capitalistas não se sustentam sem os subsídios e a infraestrutura oferecidos pelo Estado, necessitando do suporte científico e tecnológico dos especialistas e de suas

instituições e dos idealizadores do sistema, a economia solidária também precisa do lastro representado pelos outros agentes da economia solidária (ativistas, mediadores, educadores, especialistas, idealizadores, pesquisadores e analistas).

Outras tensões estão presentes neste campo como aquelas que se manifestam entre os gêneros. O imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. Assim, vários intelectuais insistem sobre o caráter feminino da economia solidária, uns a partir da constatação empírica que neste setor as mulheres são mais numerosas (GAIGER, 1999; LISBOA, 2000), outros resgatando o aspecto combativo das mulheres que buscam sua sobrevivência e a de seus filhos nestas atividades (Singer), ou ainda como Arruda (1998) que entende que "a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado". (GT, 2002, p. 10).

De fato, no entanto, observa-se que se os trabalhadores dos empreendimentos solidários, nascidos de relações de vizinhança, são na sua maioria do gênero feminino e, reproduzindo os padrões socioculturais de divisão do trabalho, eles se dedicam ao artesanato, à produção de alimentos ou à confecção. Então, nas associações informais de trabalhadores, as mulheres são maioria; nas cooperativas rurais, já que a família é a unidade de produção, a proporção entre homens e mulheres equilibra-se, o que por si só não garante a igualdade de participação; mas nos empreendimentos oriundos de empresas falidas, principalmente do ramo metalúrgico, são os homens que predominam. Apesar da afirmação dos princípios de igualdade, autogestão e democracia participativa, as pesquisas demonstraram que os homens predominam nos cargos de gestão em bom número de empreendimentos.

Em relação aos intelectuais do campo, observa-se que a maioria dos estudiosos da economia solidária é do gênero masculino, apesar desta tendência estar se amenizando entre os pesquisadores[428]. Assim os membros do GT Brasileiro na II Plenária Nacional da Economia Solidária considerados representativos do conjunto do movimento, contavam com oito homens e somente três mulheres[429]. Da mesma forma que em qualquer outro grupo, é notável que as mulheres apareçam sempre em segundo plano, apesar das afirmações de que a economia solidária é "feminina".

No início da pesquisa, questionava sobre qual o papel dos intelectuais no processo de construção deste campo e do seu significado, quais as categorias por eles utilizadas e os sentidos que elas vão adquirir na prática. Parti da tese de que todas as categorias estão marcadas pela historicidade e de que o sentido a elas atribuído se modifica com a transformação das análises e das realidades investigadas. Por isso, a reflexão sobre o seu uso e a sua circulação é importante. Vimos que a categoria economia solidária usada no Brasil tem provavelmente uma origem latino-americana como tradução de economía de solidaridad. Em 1993, Razeto considerava que este conceito já fazia parte da cultura latino-

[428] Na pesquisa da UNITRABALHO, publicada em 2004, os artigos são escritos por dez pesquisadores do gênero masculino e oito do gênero feminino.
[429] Ver a foto 6, no capítulo 5.

americana, embora tivesse causado surpresa ao usá-lo uma década antes. A categoria, por si só, está longe de explicitar o que ela pretende representar necessitando quase de um modo de utilização; em parte por esta razão ela veio muitas vezes adjetivada por Singer como autogestionária e pela Cáritas, entre outros, como popular.

A categoria representou inicialmente um projeto que pouco a pouco foi sendo reconhecido e adotado por seus protagonistas, com exceção talvez do Movimento Sem Terra que não encampou a noção como bandeira de luta apesar de suas cooperativas e associações sempre terem sido reconhecidas como tal e seus produtos serem comercializados nas feiras e cestas da economia solidária. Os intelectuais, além de dizer o que eles entendem por economia solidária, tiveram que precisar o que ela não é, criando assim uma noção especificamente brasileira.

Gaiger (2001a, 2001b), Singer e Arruda (2003) estabeleceram limites e superposições entre economia solidária e terceiro setor, deixando pairar certas dúvidas. A economia solidária seria formada unicamente pelos empreendimentos produtivos, de serviços, de crédito autogestionário e de consumo, ao passo que as entidades de apoio, fomento e assessoria seriam entidades de mediação? Na prática estes organismos atuam como *in/between*, ao mesmo tempo externas e pertencentes à economia solidária. Como prova disto, temos que a quase totalidade do GT de economia solidária na primeira plenária era formado por estes e no primeiro Fórum Nacional de Economia Solidária, seus delegados representaram um terço dos participantes. A minha equação deste problema foi de considerá-los como fazendo parte do campo da economia solidária (o conceito de Barnes o permite) e da comunidade de sentido, mas não da categoria de economia solidária. Esta remete à organização de produtores, consumidores, poupadores, que privilegiam relações cooperativas autogestionárias e solidárias na produção de bens e serviços, na sua comercialização e financiamento em vista de um desenvolvimento justo e sustentável alternativo ao modelo capitalista neoliberal. Outra maneira de solucionar a questão seria usar a categoria de economia social e solidária, pois neste caso, as entidades de apoio e fomento podem ser consideradas como economia social. Mas isto é um outro assunto de que não tratei nesta tese.

As denominações continuam plurais, mesmo que cartas de princípios, estatutos, livro de referências e outros instrumentos tentem estabelecer normas e consenso ao redor de certos valores e princípios fundamentais. A nominação da secretaria nacional obriga, até pela força do órgão, a um certo consenso ao redor do termo economia solidária[430], mas como termo genérico apenas, pois as demais denominações apontam para correntes e organizações. O nome socioeconomia deixa claras duas coisas que são marcas características da economia solidária. A primeira, que as atividades deste setor são muito mais abrangentes do que o aspecto econômico e envolvem educação, cidadania, qualidade

[430] Segundo Gaiger, a "*economia solidária* é a denominação hoje aceita para designar uma realidade compósita, que abrange realidades sociais que evoluíram por razões e caminhos em geral independentes". (2003c).

de vida etc.; a segunda, de maneira correlata, que a avaliação destes empreendimentos não pode ser feita unicamente do ponto de vista dos seus resultados financeiros. Todos os projetos e organizações de apoio à economia solidária insistem nas vantagens não-materiais por ela oferecidas, citando, em primeiro lugar, o resgate da auto-estima. Não podemos esquecer que a maioria dos empreendimentos é composta de desempregados e excluídos do mercado formal, que encontram em tais projetos uma forma de reinserção social e um sentido para as suas vidas. É o que justifica o fato de continuarem existindo grupos cuja renda da produção não alcança o salário mínimo mensal. Questões como o convívio, a solidariedade, o reconhecimento, uma série de condições de trabalho, a flexibilidade nos horários de trabalho, entre outras, são consideradas muitas vezes como valendo a pena por si mesmas. A questão social está à frente da questão econômica apesar desta ser premente. Vimos também que, recentemente, reaparece o termo economia social acoplado ao de economia solidária, o que mereceria um complemento de investigação[431].

Qual seria o papel da academia na construção do campo da economia solidária? A universidade traz uma visão e uma possibilidade de organização que estão acima das diversas instituições, é mais universal que cada uma das entidades de apoio e fomento à economia solidária. Além do mais, traz uma análise conjuntural e estrutural que fazem falta aos empreendimentos além de uma assessoria técnica e científica nos mais diversos campos do saber. Para avançar na construção da economia solidária é preciso que os empreendimentos transcendam os limites da sua dinâmica de produção, de sua comunidade local, de seus particularismos, quebrando seu isolamento e abrindo-se para perspectivas de mudança estrutural na lógica das relações de trabalho e de mercado e de construção coletiva de alternativas ao modelo vigente[432]. Os intelectuais e suas entidades entre as quais as universidades podem ajudar de maneira decisiva nesta questão. As iniciativas da incubação, oriundas das universidades, à medida que trabalham de maneira integrada questões de ordem pedagógica, política e pragmática com os empreendimentos, dão-lhes a possibilidade de dar este salto do particular ao geral. O conhecimento da universidade, colocado a serviço e em confronto com a realidade dos empreendimentos, oferece-lhes a possibilidade de construir soluções inovadoras, integradas e viáveis para o conjunto da economia solidária.

O fato de existir, na maioria dos estados brasileiros, uma rede interuniversitária ligada ao mundo do trabalho e uma rede de incubadoras universitárias de cooperativas populares, foi e continua sendo de extrema importância para a unidade do campo, malgrado as divergências entre elas. A universidade é um lugar de encontro para os ativistas das

[431] Em 2004, por iniciativa da ADS/CUT, foi fundada a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil - UNISOL. Seus fundamentos, inscritos nos seus estatutos, consistem no "compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira com base nos valores da democracia e da justiça social".

[432] Segundo Gaiger: "A ausência de integração, que hoje se reivindica em grau sistêmico, em verdade é uma marca de origem dessas diferentes experiências. Nos dias atuais, à medida que os diferentes segmentos e agentes da economia solidária permanecerem reiterando os seus particularismos, aquelas experiências ficarão cativas de divisões alheias ao seu conteúdo social e às suas necessidades de expressão política". (2003c).

diferentes entidades de apoio à economia solidária e é lá que eles confrontam suas análises e trocam experiências por ocasião de cursos, seminários e palestras.

Pensando nos intelectuais estudados, teria a Cáritas tomado consciência de sua força de organização sem as pesquisas de Luiz Inácio Gaiger? Ao mesmo tempo, o envolvimento com a pesquisa não teria sido o elemento favorecedor para que os empreendimentos se visualizassem como parte de um todo? Teria a CUT sustentado a proposta da economia solidária e criado a ADS sem a assessoria de Paul Singer, Marcos Arruda e outros intelectuais? Existiria hoje uma Secretaria Nacional de Economia Solidária sem essa comunidade intelectual? Longe de querer atribuir o mérito destas realizações só aos intelectuais, penso porém que cabe um papel especial ao intelectual coletivo do qual fala Bourdieu em *Contrafogos*.

Os intelectuais, em geral, trouxeram para o campo de economia solidária a consciência de sua existência, uma certa forma de identidade simbólica, um espaço para a discussão e a reflexão a respeito de seus percalços, desafios e possibilidades. Esta construção se realiza na troca entre intelectuais que atuam dentro e fora da universidade, dentro e fora do Brasil e no encontro direto com os trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária por ocasião da pesquisa, da formação e da assessoria.

A economia solidária não se limita a um simples tema de pesquisa e de reflexão, mas abriga também sonhos e esperanças muito além de uma solução para o desemprego e a exclusão. A elaboração de um quadro teórico e de categorias de análise por parte de Gaiger, a inserção da economia solidária numa trajetória histórica que vem desde as experiências cooperativistas dos operários e utopistas do século XIX até desembocar futuramente num novo modo de produção socialista, segundo Singer e, finalmente, a colocação da economia solidária num quadro global de busca de uma alternativa para a sobrevivência da humanidade, o desenvolvimento das potencialidades de cada ser humano e de suas comunidades de base, segundo Arruda, apontam para algo diferente do que simplesmente diagnosticar uma volta à economia plural (Laville), a uma imbricação da economia com o social (Polanyi, Laville) e ao crescimento de um setor de interligação entre o Estado e o mercado. Autores como Singer e Arruda anunciam um novo modo de produção, recriam a esperança numa sociedade solidária e socialista. Suas intervenções escritas e orais oferecem um suporte moral, um alento e um ideal para o movimento da economia solidária situando-o num quadro global de busca de uma alternativa para a sobrevivência da humanidade, para o desenvolvimento das potencialidades de cada ser humano e de suas comunidades.

Vimos que laços estão sendo tecidos pelos pesquisadores, preferencialmente com intelectuais latino-americanos com os quais criou-se uma Rede de Pesquisadores (RILESS), mas também com pesquisadores franceses e europeus (CRIDA, EMES, CIRIEC), não deixando de criar sua própria associação (ABPES). Grande parte das pessoas engajadas no movimento da economia solidária, além de procurar desenvolver "um campo autenticamente democrático de atuação política, com ênfase na *autogestão*", está

procurando também "formar uma nova área do conhecimento científico, genuinamente multidisciplinar" (SOUZA, 2004). Segundo as palavras do secretário executivo da ABPES:

> Torná-la [a economia solidária] uma **legítima área do conhecimento**, reconhecida pela sociedade abrangente e, portanto, digna de **maior aparato institucional**, é um grande desafio. A economia solidária pode e deve **ganhar espaço nas esferas de educação, ciência e tecnologia**. Trata-se de **institucionalizar** a produção e a disseminação de um conhecimento comprometido com a geração de trabalho e renda de forma autogestionária, sobretudo para os mais pobres da sociedade brasileira. Isso implica em **disputar a opinião pública** do país com base em argumentos sólidos. Será preciso portanto construir coletivamente essa argumentação, a partir de estudos e pesquisas metodologicamente formulados. Rigor científico não significa necessariamente ausência de comprometimento político, tampouco engajamento não deve ser considerado como sinônimo de limitação analítica.
>
> Em 5 de dezembro de 2003, por ocasião de um seminário em homenagem ao professor Paul Singer, aconteceu em São Paulo uma reunião em que essas idéias foram discutidas pela primeira vez. Em 27 de março de 2004, também em São Paulo, acontecerá a segunda reunião desse projeto que ensaia os primeiros passos. (SOUZA, 2004).

Como observado anteriormente, os intelectuais brasileiros estão tendo uma postura muito mais engajada e militante do que a dos intelectuais do "primeiro mundo". Na busca de elementos que permitissem compreender o que levou alguns intelectuais a enveredar pelos caminhos da economia solidária, apareceram motivos diferenciados: na UNESP a fé nos princípios da autogestão, na UNISINOS uma solicitação de análise dos projetos alternativos da Cáritas e uma linha de pesquisa relacionando agentes religiosos com movimentos sociais, para Singer a busca de uma nova via para o socialismo, para Arruda a volta ao ideal cooperativo, a preocupação com o desenvolvimento local e com a preservação do meio ambiente. Foi pouco a pouco que estas preocupações foram se agrupando ao redor do tema da economia solidária e que novas preocupações vieram se acrescentar às primeiras. A partir dos três intelectuais que acompanhamos ano após ano, fomos descobrindo novos temas de pesquisa e de debate, novas disciplinas e novas associações.

Os três intelectuais tiveram pontos de partida totalmente distintos, apesar de uma certa semelhança nas suas preocupações com a emancipação dos trabalhadores e com o desenvolvimento humano, forjados nas lutas sindicais e políticas ou no apoio aos novos movimentos sociais, eles compartilham do sentimento de uma certa missão social e política a cumprir. Este perfil se reencontra entre os intelectuais do campo da economia solidária. A maioria já participou de lutas populares, sindicais e/ou partidárias, em maior ou menor grau. Estes intelectuais são intelectuais engajados que já se reconhecem uns aos outros como fazendo parte da mesma luta apesar de muitos não se conhecerem pessoalmente antes. É este compartilhar de ideais e um certo otimismo na possibilidade de mudar os rumos do mundo que cimenta esta comunidade de pesquisadores, mediadores, educadores e lideranças de base. Não se deve esquecer, no entanto, como lembra Gaiger (2003c), que

estes intelectuais transferem também para a economia solidária alguns dos paradigmas políticos vigentes oriundos em sua maioria de outras frentes de militância e ação institucional, transformando-a em campo de disputas entre frações e organizações mediadoras.

Uma das indagações iniciais foi a respeito dos processos que permitiram a aquisição de uma certa identidade por parte do campo da economia solidária. Um deles consistiu em dizer concretamente quem faz parte da economia solidária, mérito de Singer. Desde o início e em várias ocasiões ele citava as diversas experiências e entidades que deram origem ao campo da economia solidária; depois, deu-lhes a palavra numa publicação (2000), em seguida, reuniu numa mesma mesa representantes das diferentes tendências e, desde o início da formação do grupo de estudo sobre economia solidária da UNITRABALHO, apoiou a proposta da confecção de um catálogo de todas as associações e cooperativas autogestionárias e solidárias. Esta iniciativa está se materializando no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Por outro lado, a fato dos entrevistadores irem até cada empreendimento para a realização de uma longa entrevista forçará a auto-identificação ou a rejeição do rótulo de economia solidária. Nomear e mapear são processos muito importantes para integrar as partes do campo, para criar um sentimento de pertencimento a algo maior, para formar uma nova identidade que ultrapassa as identidades particulares, percebidas tanto interna como externamente. Nomear, citar é fazer existir, é dar vida a um conjunto que, de outra maneira, só existiria sob forma de fragmentos idiossincráticos. Singer teve um papel muito importante neste processo, embora não seja o único evidentemente.

É interessante observar que, por ocasião da convocação para a preparação da III Plenária Nacional da Economia Solidária, uma das questões em pauta em todas as reuniões estaduais foi a questão da identidade. De maneira explícita, foi solicitado que os participantes dos fóruns estaduais discutissem como "dar rosto, cara e voz a um novo 'sujeito social' representativo dos/das trabalhadores/as desse setor próprio da atividade humana: a economia solidária". (GT de Economia Solidária, 2003b). O primeiro tema para debate era: "A identidade do Movimento da Economia Solidária (carta de princípios) e o papel do Fórum Brasileiro como catalisador dessa identidade". Ou seja, a definição da identidade e do seu dinamizador, talvez seu "guardião". Em junho de 2004, no I Encontro Gaúcho de Trabalhadores da Economia Popular e Solidária, novamente o tema da identidade foi colocado para todos os participantes: "Quem somos e porque nos identificamos como Economia Popular Solidária?".

No decorrer da pesquisa os três intelectuais estudados revelaram-se como focos de irradiação de relações sociais e de sentido, fato crucial para a formação e a sedimentação da identidade do campo da economia solidária. Cada um trouxe uma marca específica e complementar em relação aos dois outros de tal forma que, com a ausência de um deles, o campo não seria o que ele é. Singer exerce em todo o campo da economia solidária uma liderança inegável tanto junto aos sindicatos, às universidades, aos movimentos sociais, às

ONGs, como com relação às organizações ligadas às igrejas, apesar de nunca participado delas, o que inclui até os que não compartilham de sua tese sobre o novo modo de produção. A sua posição atual de Secretário Nacional faz dele a ponte entre o Movimento da Economia Solidária e o Governo Federal. Quanto a Arruda, ele exerce uma liderança numa parte do Movimento e realiza a intermediação com as Entidades Internacionais e Estrangeiras. Já Gaiger, em sua qualidade de coordenador de pesquisas há mais de uma década inicialmente em âmbito estadual e hoje nacional, e por sua participação em redes internacionais de pesquisa, tornou-se um experto nesta questão.

Há outros intelectuais do campo, intimamente ligados a estes, e que também fazem a ligação com as redes, as entidades e os empreendimentos[433]. Em outras palavras, há uma teia de relações com uma série de mediadores que amarram os contatos com outros níveis. Gaiger sempre trabalhou com uma equipe de pesquisa. Alguns de seus integrantes foram membros das entidades parceiras e tinham trânsito em muitas outras entidades. Hoje, atua com pesquisadores de várias universidades de norte a sul do Brasil e do exterior. Eles desvendam, repertoriam e analisam a realidade apontando os nós de estrangulamento e as deficiências e sugerem caminhos. Arruda faz parceria com os diversos agentes da Rede Brasileira de Socioeconomia solidária e com mais dezesseis redes promotoras de economia solidária a nível internacional[434], além dos contatos com integrantes da Rede Social Mundial. Ele dá alma ao negócio, entusiasma, sugere um lugar e uma missão para esta economia no seio da humanidade e do cosmos. Ele tece as relações a nível nacional e internacional. Singer é aquele que reúne, oferece perspectivas, mas também que aponta as dificuldades e as fraquezas e, junto com elas, os remédios, mesmo que estes ainda devam ser elaborados. Ele demonstrou ser um batalhador incansável nesta área à qual ele dedica toda sua energia e seu tempo. A economia solidária é a missão da fase atual de sua vida. Muito conhecido, para ele fluem as demandas, e transformou-se num dos referenciais mais importantes da economia solidária no Brasil.

Retomando os pontos de partida dos intelectuais estudados, observam-se diversas vias de acesso à economia solidária. Por um lado, a centralidade do trabalho e da autogestão, uma luta pela emancipação do trabalho, pela abolição das relações capitalistas de produção e todo o debate para definir se isto é possível no seio da sociedade atual; por outro, a questão da libertação dos oprimidos, das lutas sociais em busca de um pleno desenvolvimento humano. Há um certo cruzamento destas duas vertentes, uma partindo de uma reinterpretação das análises marxistas sobre a relação capital-trabalho, a outra das análises dos novos movimentos sociais. Tudo isto é atravessado por ideais socialistas e

[433] Ver a este respeito os esquemas 1, 2, 3 do Anexo F.

[434] Groupe d'économie solidaire du Québec (GESQ); Mouvement pour une Economie Solidaire (MES) ; Pôle de Socio-Économie Solidaire de l'Alliance (PSES) ; Red Española de ES (REAS); Grupo Red de ES de Peru (GRESP); Plateforme Française pour un Engagement Citoyen dans l'Économie (PFECE); Red de Trueque Solidario (RTS); Dinâmica de Taller Permanente sobre a economia dos setores populares urbanos da América Latina e o desenvolvimento (TP); Red Chilena de Economia Solidaria (RCES); Réseau intercontinental de promotion de l'économie sociale solidaire (RIPESS); Feminist Gift Economy Network (FGEN); Frères des Hommes; Fames; NEWS; CRM: Coalición Rural México; Finansol.

social-cristãos. Há outra vertente de pesquisa que poderia ter levado à economia solidária, a dos estudos sobre o cooperativismo. No entanto, seus especialistas demonstraram uma certa restrição em assumir este tema como linha de estudos. Isto não impediu que novos pesquisadores tomassem atualmente esta via de acesso. Finalmente, há também a abordagem econômica e outras ligadas a ela, como os estudos sobre o desemprego.

Uma contradição que perpassa o campo da economia solidária e transparece nos escritos é a relação entre o coletivo e o individual. O socialismo real e a teoria marxista deixaram suas marcas sobre vários mediadores e intelectuais. Isto faz com que haja uma certa prudência quanto a medidas autoritárias, disciplina de grupo e padronização. Por outro lado, os valores da economia solidária que preconizam a propriedade coletiva, a igualdade de ganhos, a solidariedade, a equidade, o respeito da diferença podem vir a ser empecilhos para a realização de interesses individuais ou familiares. O caminho para a superação desta contradição está na autogestão, na auto-sustentação, no resgate da auto-estima[435]. No primeiro caso, as pessoas participam do coletivo enquanto indivíduos sociais. No segundo, a auto-estima, dimensão mais psicológica e individual, embora também intersubjetiva e realça a ação do indivíduo resgatando-o enquanto pessoa que na economia solidária cumpre uma função social e, portanto, ocupa um lugar na sociedade. Entende-se que a valorização da pessoa e as vantagens de ordem afetiva e moral compensam eventuais perdas econômicas.

Arruda insiste na autoconsciência. Temos aí a marca do humanismo cristão. O que está em jogo na proposta é uma transformação cultural envolvendo mudança de valores, de comportamentos, de formas de relações, aspirações e paixões. Se o mais premente dos desafios está na área socioeconômica, o principal, no entanto, situa-se na transformação política, cultural, filosófica e espiritual. Para Arruda, os agentes mais importantes para tal mudança são as organizações da sociedade civil, e a proposta do cooperativismo popular é apresentada "como um caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores em nível local, nacional e internacional". (2000b, p. 61).

A questão da autogestão é fundamental para caracterizar este novo tipo de cooperativismo e é revelador de uma nova concepção de democracia e de cidadania. Tal aspecto mostra uma transformação radical quanto à maneira como são tratadas as questões da fome, da miséria e da exclusão. Não é o caso de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo e a hierarquização das relações sociais. Não basta considerar as desigualdades como simples questões econômicas, mas esta proposta engloba questões políticas, sociais e culturais.

Esta me parece ser a comunidade de sentido que está em construção no seio do campo da economia solidária brasileira e, provavelmente, latino-americana.

Os intelectuais deram ânimo, vida e unidade a este conjunto polimorfo, fragmentado, de múltipla roupagem, composto por realidades sociais de origem e trajetórias independentes, outrora sem muitas perspectivas e sem projeção na cena nacional. Eles

[435] A questão da auto-estima merece com certeza uma discussão específica que, no entanto, não farei aqui.

formularam um campo que foi se estruturando na medida em que lhe atribuíram um sentido. Este sentido, ligado às utopias que as trajetórias de vida nos deram a conhecer, foi se fortalecendo ao longo dos anos e reavivando-se em cada evento. As utopias e as concepções ligadas à economia solidária circularam das universidades e dos organismos mediadores onde foram elaboradas para os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. Ao verem suas expectativas sendo expressas, os trabalhadores foram se identificando com estes ideais, o que não impede que cada um os interpretasse dentro do seu próprio referencial ideológico. Os encontros foram se multiplicando entre intelectuais e protagonistas da economia solidária até que, finalmente em 2004, encontros a nível estadual e nacional reuniram estes trabalhadores em eventos próprios.

Acredito que as características citadas acima são especificidades brasileiras em relação aos estudos sobre economia solidária em outros países. Como comentado nesta tese, na França, por exemplo, a economia solidária não seria vista como uma nova forma de economia, mas como "uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não-mercantil e não-monetária". (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 187).

Fragmentação e unificação são tendências em tensão neste campo, o que explica a importância das redes e dos fóruns como instâncias horizontais não hierárquicas onde a individualidade de cada entidade é salvaguardada. Trata-se de um equilíbrio frágil. A unidade é dada pela oposição a um inimigo comum, o neoliberalismo, pelo compartilhamento de uma esperança: "uma outra economia é possível". Dependendo do ponto de vista, pode-se insistir sobre um ou outro aspecto[436]. De quem faz parte ou apóia a economia solidária espera-se que compartilhe certos valores como a justiça social, a cidadania ativa, a solidariedade e o respeito à natureza e que lute por uma economia em busca da socialização da riqueza, privilegiando as necessidades sociais sobre o lucro dos monopólios, o valor de uso sobre o valor de troca. Entendo que se espere uma postura ética dos trabalhadores e mediadores e que eles compartilhem uma concepção moral da economia.

Os intelectuais da economia solidária trazem a marca de um compromisso com uma economia moral e isto nos remete ao intelectual coletivo, "ele próprio capaz de definir os objetos e os fins de sua reflexão e de sua ação em suma autônomo", nas palavras de Bourdieu. (2003, p. 39). Ele pode "opor uma crítica propriamente científica à autoridade com pretensões científicas dos experts, sobretudo econômicos". (Idem). É interessante observar que, segundo Otávio Velho, a questão dos valores estaria sempre presente entres os cientistas sociais brasileiros, pois existe

> algum tipo de compromisso valorativo que permita nos reconhecermos mutuamente como integrantes da mesma 'humanidade' de cientistas sociais e que por vezes causa, quando da discussão com colegas estrangeiros, maior

[436] Na banca de qualificação, Maria da Glória GOHN observava que o que unia os três intelectuais analisados era muito mais importante do que suas divergências.

> dificuldade de entendimento do que costumamos admitir. (VELHO, 1992, p. 100).

Tal preocupação valorativa permite reconhecer o caráter fundamentalmente ético deste empreendimento. E é essa busca de um consenso, "de um terreno moral comum" a partir da diferença que permite um verdadeiro diálogo. (VELHO, 1992, p. 101). Penso que isto se aplica também, e até com mais força, aos intelectuais do campo da economia solidária. Neste particular entro em contradição com a visão de Helenice Rodrigues da Silva[437]. Partindo de um modelo de intelectual europeu ocidental com consciência moral e consciência crítica, embora inadequado e ultrapassado no entender dela, a pesquisadora analisa o papel do intelectual brasileiro e chega à conclusão que este, destituído de tradição de engajamento, "aparentemente não reivindica uma função ética (de consciência moral) [e] parece aproximar-se do modelo americano" (2003). Concordando com Miceli, a autora afirma que o poder exerce uma atração irresistível sobre os intelectuais brasileiros e tende a corromper sua liberdade de pensar e de agir.

Cohen propõe que a comunidade não seja vista como um mecanismo de integração, mas como um dispositivo de agregação. (1998, p. 20). Ou seja, o que os membros do campo da economia solidária têm em comum não é sua uniformidade. Não há um mimetismo de comportamentos ou de idéias, mas fronteiras comuns dentro das quais pode proliferar uma diversidade de compreensões a respeito da economia solidária. O sucesso desta comunidade é de ter conseguido reunir num movimento unificado concepções divergentes que não chegam a ameaçar a aparente coerência que ela expressa para a sociedade. Para definir uma comunidade o importante é que seus membros, apesar de reconhecerem importantes diferenças entre si, sintam-se mais próximos uns dos outros do que com pessoas externas à comunidade e isto se deve ao fato que, embora possam atribuir significados diferenciados para os símbolos da economia solidária, eles os compartilham.

[437] Autora do livro: *Fragmentos da história intelectual* – entre questionamentos e perspectivas, Campinas, Papirus, 2002.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003. p. 20-26.

_____. Cooperativas de trabalho: mudanças das relações de produção? **São Paulo em Perspectiva**. v. 12, n. 1, p. 61-69, 1998.

ALVAREZ, Sonia E. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ANTEAG. **Autogestão, construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. 2. ed. São Paulo: Espalhafato Comunicação e Produção, 2000.

ARAÚJO, Daniela. **O conceito de representação e sua contribuição para um estudo antropológico da bulimia nervosa**. Campinas: UNICAMP, trabalho apresentado no Seminário Marcel Mauss, Mestrado em Antropologia Social, abr. 2002. (digitado).

ARRUDA, Marcos. A Nova Ordem Mundial: Crise de Ética e de Racionalidade. In: BOFF, Leonardo e _____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 34-48.

_____. Globalização e Sociedade Civil - Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa. In: BOFF, Leonardo; _____. _____. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 49-102.

_____. O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na ANPED, set. 1998 e In: BOFF, Leonardo; _____. _____. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 119-143.

_____. Globalização e América Latina: oportunidades e desafios. In: BOFF, Leonardo; _____. _____. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 144-158.

_____. Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário. In: BOFF, Leonardo; _____. _____. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 159-185.

_____. A Cultura da Socioeconomia Solidária, ficha DPH/PACS, Rio de Janeiro, 2000b.

_____. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETE Gabriel et alii (Orgs). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000c, p. 199-223.

_____; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000d. p. 317- 332.

_____. **Educação para que trabalho? Trabalho para que ser humano?** Reflexões sobre educação e trabalho, seu significado e seu futuro. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Entrevista concedida**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2002a.

_____. **Carta aberta a Lula e Dirceu**. 27 jul. 2002b. Enviada por e-mail.

_____. **Carta aberta a Lula e Dirceu**. 18 out. 2002c. Enviada por e-mail.

_____. **Carta a Paul Singer**. 16 jan. 2003.

_____. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 232 – 242.

_____. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 260-268.

_____. **Carta a Lula e Dirceu**. Fev. 2003b. Enviada por e-mail.

_____. **Carta aberta a Lula e Dirceu**. 11 maio 2003c. Enviada por e-mail.

_____. **Carta aberta a Lula e Genoíno**. 29 jul. 2003d. Enviada por e-mail.

AZZAN Jr., Celso. Antropologia e sociedade no Quebec da Revolução Tranqüila: notas sobre o processo de formação da antropologia quebequense de língua francesa. **Canadart**, Revue du NEC-UNEB. v. 8, nov. 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 5, Imprensa Nacional. Casa da moeda, 1989. p. 296-314.

BAIERLE, Sérgio G. A explosão da experiência. Emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, S. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 185-217.

BALANÇO GERAL DE 2000. Conheça o PACS e suas atividades. Rio de Janeiro: PACS, 2001.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: Feldman-Bianco, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas** – Métodos. Parte II, São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 159-191.

BEISIEGEL, Celso Rui. Cultura do povo e educação popular. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. (Orgs.). **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez e Moraes: EDUC, 1979. p. 40-55.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 69, p. 197-225, juil./déc. 1980.

BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. da. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACSs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
BESSON, Marinês. **Entrevista concedida pela responsável da economia popular solidária na Cáritas - RS**, Porto Alegre, 23 ago. 2001.
BOISSEVIN, Jeremy. Apresentando "amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas** – Métodos. Parte II, São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 195-223.
BONELLI, Maria da Gloria. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais**: as ciências sociais no sistema das profissões. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Livraria Francisco Alves Editora, 1976.
BOUDON R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000 [1982].
BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. **Les Temps Modernes**. Paris, v. 22, n. 246, p. 865-906, nov. 1966.
_____. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
_____. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 62/63, p. 69-72, juin 1986.
_____. Les usages du "peuple". In: **Choses dites**. Paris: Éditions de minuit, 1987. p. 178-184.
_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
_____. Por uma ciência das obras. In: _____. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 53-73.
_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 17-58.
_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 59-73.
_____. Por um conhecimento engajado. In: _____. **Contrafogos 2**: Por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 26-45.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Lições da Nicarágua**. Campinas: Papirus, 1984.
_____. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: Encontro Nacional de Economia. **Anais...** Belém: ANPEC, v. 3, p. 2059-2074, 1999.
CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo,. v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998.
_____; Laville Jean-Louis. Présentation. **La revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 11, 1° sem. 1998b. p. 5-20.



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CAMP. **Economia Popular Solidária**: Pesquisa/Ação. Porto Alegre: Avangraf, 2002.
CANCLINI, Nestor. **Las culturas populares en el capitalismo**. México: Editorial Nueva Imagen, 1982.
CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 215-239.
CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Brasília: UNB, 1995.
_____. **Sistematização da caminhada da Cáritas do Rio Grande do Sul na Economia Popular Solidária**. Porto Alegre, 2002.
CARTA de princípios do cooperativismo popular. Disponível em: <http//www.redesolidaria.com.br>.
CARVALHO, Cíntia Ávila de. **Os psiconautas do Atlântico Sul**: uma etnografia da psicanálise. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
CARVALHO Júnior, Francisco. Narrativa política e história oral. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciência Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 19/20, n. 1/2, p. 135-142, 1996-1997.
CASTEL, Odile. **La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud**. Communication aux Troisièmes Rencontres du Réseau Inter-Universitaire d'Économie Sociale et Solidaire. " *L'innovation en économie solidaire* ", Toulouse, France, mars, 2003. (digitado).
CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
CASTELLS, Emanuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
CATTANI, Antonio. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
A CHAMADA economia popular em debate. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 153, p. 59-69, set./out. 1994.
CHANIAL, Philippe. La délicate essence de la démocratie: solidarité, don et association. Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif. **La revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 11, p. 28-43. 1° sem. 1998.
_____; LAVILLE, J. L. L'économie solidaire: une question politique. **Mouvement**. L'économie sociale solidaire. Un projet politique. Paris, n. 19, jan./fév. 2002.
CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: **Writing Culture**. Seminar held in Santa Fe, N. M., Apr. 1984. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 1-26.
CNBB. **BRASIL: Alternativas e Protagonistas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
_____. **Alimento, dom de Deus, direito de todos**. 2003. (folheto)
COHEN, Anthony P. **The symbolic construction of community**. 6. ed. London: Routledge, 1998.

CONSTRUINDO a Socioeconomia solidária do espaço local ao global. Rio de Janeiro: PACS/CASA, 2000. (Série semeando socioeconomia solidária, n. 1).
COPPET, Daniel de. Comparison, a universal for anthropology: from 're-presentation' to the comparison of hierarchies of values. In: KUPER, A. (Ed.). **Conceptualizing Society**. Londres: Routledge, 1992. p. 59-74.
CORRAGIO, José Luis. La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado. **Revista Ciências Sociais – Unisinos**. São Leopoldo, v. 37 n. 159, p. 235-258, 2001.
CORRÊA, Mariza. **Historia da antropologia no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Vértice, 1987.
A CULTURA da Socioeconomia Solidária. In: **Socioeconomia solidária: construindo democracia econômica**. Rio de Janeiro: PACS, out. 2000. (Série semeando socioeconomia solidária n. 2). p. 09-11.
CUT. **Capacitação de conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego**: A experiência da CUT de 1998 a 1999. Florianópolis: Rocha Gráfica Editora, 2000.
DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ, S. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 61-102.
DAL RI, Neusa (Org.). **Economia Solidária**: O Desafio da Democratização das Relações de Trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999.
DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. Petrópolis: Vozes, 1981.
DEFOURNY, Jacques. **Entrevista concedida pelo Diretor do Centre d'Études Sociales**. Liège, Bélgica, 15 jun. 2001.
_____. **Économie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999.
_____; MONZÓN J. L. **Économie Sociale: the Third Sector**: entre économie capitaliste et économie publique. Bruxelles: De Boeck, 1992.
_____; DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: _____. **Économie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 11-24.
DESROCHE, Henri. **Le projet coopératif**. Paris: Éd. Ouvrières, 1976.
DICIONÁRIO eletrônico Aurélio Século XXI, versão 3.0, Editora Nova Fronteira, nov. 1999.
DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0, Editora Objetiva Ltda., dez. 2001.
DICTIONNAIRE Encyclopédique Nouveau Petit Larousse. Paris: Librairie Larousse, 1968.
DIOCESE DE SANTA MARIA. Projeto Esperança/Cooesperança: uma experiência que deu certo. In: TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Parte integrante do livro, 27 p.
DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará , 1995.

_____ et al. Os novos movimentos sociais – teoria e prática. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 8-35, 1986.
DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flavio (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**, S.Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 186-196.
DURKHEIM, E; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectives. In: MAUSS, M. **Le sens commun. Œuvres**. v. 2. Paris: Éd. de Minuit, 1969. p. 13-89.
DUTRA, Olívio. Na contramão da globalização neoliberal. In: LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003. p. 11-12.
ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciência Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 19/20, n. ½, p. 21-44, 1996-1997.
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. Pesquisa/Ação. Regiões: Alto da Serra – Grande Porto Alegre – Sul/RS. Porto Alegre: CAMP, 2002.
ENCONTRÃO de experiências alternativas de organização popular e geração de renda. Porto Alegre, [s. n.] 1996.
ENTREVISTA de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. **Novos Estudos**, n. 40, p. 152-166, nov. 1994.
ERRÁZURIZ, Josefina. Presentación. In: RAZETO L. M. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Santiago: Vivarium, 1993. p. 5-7.
FERNANDES, Rubem. **Privado, porém público**; o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Alternativa concreta de radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável: Economia Popular Solidária. Porto Alegre: SEDAI, 2002.
FOURNIER, Marcel. Para escrever a biografia de Marcel Mauss. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 5-13, 2003.
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
FRANTZ, Walter. **Entrevista concedida**. Ijuí, 25 out. 1999.
_____. Universidade Comunitária. In: _____; SILVA, Enio da. **As funções sociais da universidade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 15-102.
GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**: quadro de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1987.
_____. Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos CEDOPE** - Série Movimentos Sociais e Cultura, São Leopoldo (RS), n. 10, 1994.
_____. Subordinação ou cidadania? Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 157, p. 17-36, 1995a.

_____. **A segurança alimentar no contexto das lutas pela terra no RS**. São Leopoldo: Centro de Documentação e Pesquisa - UNISINOS, 1995b.

_____. As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? **Tempo e Presença**, São Paulo, n. 282, p. 11-13, 1995c.

_____. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

_____. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, Ijuí, RS, n. 50, p. 47-71, 1998.

_____. (Coord.); BESSON, Marinês; LARA, Fernando Maccari; SOMMER, Ivan et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos Cedope**: movimentos sociais e cultura. São Leopoldo: UNISINOS, n. 15, 1999a.

_____. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999b.

_____. La solidaridad como una alternativa económica para los pobres. **Ciriec** - España, n. 31, p. 187-205, 1999c.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária**: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999d. p. 29-42.

_____. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel et alii (Orgs). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000a. p. 167-198

_____. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. Dublin: ITR'S Fourth international conference, jul. 2000b. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br>.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000c. p. 267-286.

_____. **Economia popular solidária**. Uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de trabalhadores. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa e Assessoria em educação. 2001a.

_____. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Ciências Sociais UNISINOS**. São Leopoldo: UNISINOS, p. 103-151, 2001b.

_____. **Entrevista concedida**. São Leopoldo (RS), 21 ago. 2001c.

_____. (Coord.) **Projeto de pesquisa**, 2001d. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br>.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br> Acesso em: 07 de março 2002.

_____. Projeto de pesquisa: Experiências de geração de renda: No Rumo de uma Economia Popular Solidária. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br>.

_____. Eficiência sistêmica. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 125-130.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 135-143.
_____. L'économie solidaire au Brésil. **Recherches - Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 21, p. 80-96, 2003b.
_____. A economia solidária frente a novos horizontes, julho 2003c. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br>.
_____. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
_____. **O saber local**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas** – Métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987. Parte II, p. 227-267.
GODBOUT, Jacques; CAILLÉ Alain. **L'esprit du don**. Paris: La Découverte, 1992.
GOHN, Maria da Glória. A ação da cidadania contra a miséria e pela vida. In: GAIGER, L. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 23-57.
_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
_____. **Os Sem-Terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997b.
_____. Cultura política, mídia e o novo associativismo no terceiro setor. IX Congresso brasileiro de Sociologia. In: **IX Congresso Brasileiro De Sociologia** - A Sociologia para o Século XXI, Porto Alegre - RS. 1999.
GOLDMAN Márcio. **Razão e diferença sobre Lévy-Bruhl**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.
GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Etnografia e Antropologia: algumas definições**. Campinas: Unicamp, 2001. (digitado).
GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
GRUPO DE TRABALHO ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA/ FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2005. **Carta conceitual**. Jun. 2004. (via e-mail).
GT - BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM. **Alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável**. Porto Alegre, 2002.
GT - BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM. **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE// Grafthaly, 2003a.
GT - BRASILEIRO de Economia Solidária.**TEXTOS para preparação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Mar. 2003b. (via e-mail).
GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Econômica, 1988.
GUERRA, Pablo. **Socioeconomía de la solidaridad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2002.

GUGLIANO, Alfredo A. A cidade como um novo espaço para a construção da cidadania. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 4, n. 3, p. 87-100, nov. 1998.
_____. Alternativas de participação dos cidadãos na gestão pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 141-156, jun. 2002.
GUTIÉRREZ, Carlos Rojas. O programa Nacional de Solidariedade: fatos e idéias em torno de um esforço. **Estudos Avançados**. v. 6, n. 16, p. 133-155, 1992.
HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.
HEILBORN, M. L. **Conversa de portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca**. 1984 Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.
HESS, David. Etnography and the development of Science and Technology Studies. **Sage Handbook of Ethnography**. Stanford: Stanford University Press, 2000. p. 234-245.
HEGNER, Friedhard. Solidarity and hierarchies. In: KAUFMANN et alii (Orgs). **Guindance, control and evaluation in the public sector**. Berlin: de Guyter, 1986. p.407-429.
HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão**. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: UFSCar, 2001.
HOUTART, François. A economia solidária em seu contexto global. **Ciências Sociais Unisinos.** São Leopoldo (RS), v.37, n. 159, p. 11-25, jul./dez. 2001.
INSTITUTO Nacional do Desenvolvimento Agrário. **LEBRET. Necessidade de incorporar a população ao desenvolvimento**, 1967.
THE JOHNS HOPKINS Comparative Nonprofits Sector Projet. **Global Civil Society**: Dimension of the Nonprofit sector. Baltimore: MD, 1999.
KOFES, Suely. **Entre nós, os pobres, eles, os negros**. 1976. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFICH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.
_____. **Mulher, mulheres**. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001a.
_____. **Experiências sociais**, interpretações individuais. Cadernos Pagu, 1994.
_____. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras. 2001b.
KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: _____. LARA, Francisco; COSTA Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.
KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.
LABURTH-TOLRA, P.; WARNIER, J.P. A etnologia atual. In: **Etnologia – Antropologia**. 2. ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 19-29.
LANDIM, L. SCALON, M. C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

_____. et al. Brasil. In: THE JOHNS HOPKINS Comparative Nonprofits Sector Projet. **Global Civil Society**: Dimension of the Nonprofit sector. Baltimore: MD, 1999. p. 373-392.
LANNA, Marcos. As aldeias: nas aldeias e fora delas. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 41, p. 177-185, mar. 1995.
LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo, Brasiliense, 1991.
LARAÑA, Y. Economía alternativa en el sistema capitalista. **Revista de Fomento Social**, Córdoba, n. 51, p. 319-340, 1996.
LARRAECHEA, Ignacio e NYSSENS, Marthe. L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire au Chili. In: LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. p. 177-222.
LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
LAVILLE, Jean-Louis (Dir.) **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
LAVILLE, Jean-Louis ; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY et al. **Économie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 217-238.
LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e Políticas Públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.
LECHAT, N. Economia moral. In: CATTANI, Antonio, D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 96-100.
_____. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Revista Civitas**. Organizações e Movimentos sociais. Porto Alegre, Editora PUCRS, v.2, n. 1, p. 123-140, jun. 2002.
_____. Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 59-102, jul./dez. 2001.
_____. O paradigma da dádiva e as Cooperativas de trabalho. In: III REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 1999, UNaM. 1999. v. 1, p. 66.
_____. Desemprego, subemprego e discriminação étnica em Ijuí. In: ZARTH, Paulo Afonso. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí - RS, 1998, p. 143-192.
_____ ; SCHIOCHET, Valmor. Economia da dádiva. In: CATTANI, Antonio, D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 84-87.
LÉVESQUE, Benoît, MALO, Marie-Claire et GIRARD, Jean-Pierre. L'ancienne et la nouvelle économie sociale. In: DEFOURNY et al. **Économie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 195-216.
LÉVI-STRAUSS, C. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologie e Anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
_____. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958.
LISBOA, Armando de Melo. Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano. 2003. (digitado).

_____. A socioeconomia solidária diante da grande transformação, 2001.
_____. Os desafios da economia popular solidária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 189, p. 51-67, out. 2000.
_____. Economia solidária: Similia, similibus curentur, 1998a. Disponível em: <http//www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lisboa1.htm>.
_____. Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social, 1998b.
LOPEZ, Immaculada. A união faz a força. **Revista Problemas Brasileiros**, n. 342, p. 25-29, nov./dez. 2000.
MAGNANI, José Guilherme C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo L. (Orgs). **O corpo e o lúdico**. Campinas, SP: Autores Associados, C. P-G. de Ed. Fís., UNICAMP, 2000. p 26-33.
_____. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: Cardoso, Ruth (Org.) **A aventura antropológica**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 127-140.
MALINOWSKI, Bronislaw K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
_____. Redes de Colaboração Solidária & Tecnologia da Informação. Curitiba, dez 2000. Disponível em: <http//www.redesolidaria.com.br>.
_____. **Governo Lula e Economia Solidária** – Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda e Erradicação da Fome. Curitiba, 30 março de 2003. Disponível em: <http//www.redesolidaria.com.br>.
MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986a.
_____. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986b. p. 77-131.
MARCELO, João. As políticas públicas de emprego no Brasil: rumo a uma nova institucionalidade. In: **GOVERNO FEDERAL - Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT** 024/99 - CUT. Capacitação de conselheiros das comissões de trabalho e emprego. Florianópolis: MTE/SEFOR/CODEFAT 024/99 - CUT, 2000. p. 21-66.
MARCUS, George E. Etnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Etnography. **Annual Review of Anthropology**, 24: p. 95-117, 1995.
_____. **Ethnography through Thick and Thin**. New Jersey: Princeton University Press. 1998.
MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.
MAUSS, Marcel. **Manuel d'ethnographie**. Paris: Payot, 1967.
_____. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. **Sociologia e Antropologia**. Vol. I, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

_____. **Oeuvres**. Paris: Les Éditions de Minuit, Volume I, 1969.

MELUCCI Alberto. **L'Invenzione del presente**. Movimenti sociali nelle società complesse. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1991.

MENDONÇA, Katia. Faoro e o encontro entre ética e política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p. 93-108, 1999.

MENDONÇA, Sérgio. Influência técnica e política. In: ANTEAG. **Autogestão, construindo uma nova cultura nas relações de trabalho.** 2. ed. São Paulo: Espalhafato Comunicação e Produção, 2000. p. 49.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção da identidade da antropologia na área de saúde: o caso brasileiro. In: ALVES, Paulo César e RABELO, Miriam C. (Org.). **Antropologia da saúde**: traçando identidades e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998. p. 29-46.

MIRES, Fernando. La sociedad de redes (o las redes de la sociedad). **Chasqui,** n. 67, Quito, CIESPAL, set. 1999.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem**: a magia na Umbanda. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. Questões para uma etnografia numa sociedade mundial. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 171-177, n. 36, jul. 1993.

_____. Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo. In: DAYRELL, Y. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 39-61.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX**. O espírito do tempo – I. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORRISSON, Christian. **What institucional framework for the informal setor**? Paris: OCDE, Development Center, Policy brief, n. 10, 1995.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e economia solidária. **Outros valores** Cadernos da cidade do futuro. Florianópolis. v.1, n. 2, 2000.

NAVARRO, Zander. "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

_____. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 261-282.

NEUTZLING, Inácio. Sem emprego ... Por quê? **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 35, n. 156, p. 151-170, 1999.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio, D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 205-211.

NÚÑEZ, Orlando. Os caminhos da revolução e a economia solidária. **Proposta**, São Paulo, n. 75, dez/fev. 1997/1998.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Micro-Projetos Econômicos Comunitários: Limites e possibilidades. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 115, p. 34-52, maio/jun. 1988.
_____ et al. **APAEB: Uma história de fibra, luta e subsistência**. Feira de Santana: APAEB, 1993.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
_____. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
ORFEUIL, Henri Rouillé d'. Economia Cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.
ORTIZ, Renato. Cultura, comunicação e massa. In: _____. **Um outro território**. Ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água. 1995. p. 91-122.
PEDRINI, Dalila. **Entrevista concedida pela Coordenadora da ITCP/FURB as estagiárias de serviço social**. Blumenau (SC), 2001.
_____. **Entre laços e nós**. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP, 1998.
PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 1999.
PINSKY, Carla S. B. Bassanezi. **Pássaros da Liberdade**: Jovens judeus sionistas socialistas: rapazes e moças do Movimento Dror. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
_____. Globalização e desemprego. São Paulo: **Linha direta PT**, edição 544, jun. 2002.
POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. São Paulo: Campus, 1980.
PONTES, Heloisa. **Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas**. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 1986.
QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512.
RABINOW, Paul. **French DNA: trouble in purgatory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
RAZETO, L. M. **Modelos organizativos de talleres laborales**. Chile: Programa de Economía del Trabajo - PET, 1990.
_____. **Las empresas alternativas**. Santiago, Chile: PET, Jul. 1990.
_____. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Santiago, Chile: PET, 1994.
_____. **Economía popular de solidaridad**: Identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago: Área Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile, 1986.
_____. **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. Santiago, Chile: PET, [1982], 1991.

_____. Libro segundo de **Economía de solidaridad y mercado democrático**. Critica de la economía, mercado democrático y crecimiento. Santiago, Chile: PET, 1994.
_____. Pueden juntarse la economía y la solidaridad? p. 11-18. In: _____. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Santiago: Vivarium, 1993.
_____. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**. n. 75, p. 91-99, dez. 1996/fev. 1997.
_____. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.
REDFIELD, Robert. **The Little Community and Peasant Society and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
ROJAS, Carlos Gutiérrez. O programa Nacional de Solidariedade: fatos e idéias em torno de um esforço. São Paulo, **Estudos Avançados**, v. 6, n. 16, p. 133-155, 1992.
ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Coord). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1979.
SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth R. **A aventura antropológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-68.
SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
SÁNCHEZ-MARCO, Francisco. Problemática y orientación de la ética económica en una sociedad pluralista. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). **Economia e Ética**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SARRIA, Ana Mercedes; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI Antonio D. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003. p. 101-109.
SATTAMINI, Lina Penna. **Esquecer? Nunca mais...** Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2000.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**, um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984.
_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
_____. A ação cidadã no combate à pobreza. In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 13-22.
_____; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEDAI. **O desenvolvimento e a geração de emprego e renda**. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, s.d.
SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. **Lua Nova**, n. 25, p. 103-130, 1992.
_____. A economia da vida e da morte. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, 1993.
SENAES. **Termo de referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SNIES)**. Brasília, mar. 2004.
SHORE, Cris. Comunidade. In: OUTHWAITE, W e BOTTOMORE T. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 115-117.
SIGAUD, Lygia As vicissitudes do "Ensaio sobre o dom". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 89-124, 1999.
SILVEIRA, Caio Márcio (Org.). **Trabalho e Renda**: ações institucionais de fomento no Brasil. Rio de janeiro: FASE, 1995.
_____ ; MELLO, Ricardo; GOMES, Rosemary (Orgs). **Metodologias de capacitação: CEFE, GESPAR e capacitação massiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2000.
SILVA, Helenice Rodrigues. O intelectual, entre mitos e realidades. **Revista espaço acadêmico**, n. 29, nov. 2003.
SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, São Paulo, v. 26, n. 72, p. 6-13, 1997.
_____. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: HADDAD, Fernando (Org.). **Desorganizando o consenso**. Nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 101-116.
_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998a.
_____. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998b.
_____. Prefácio. A crise do trabalho e a economia solidária. In: ANTEAG. **Empresa social e globalização:** Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 1998c.
_____. Crise do trabalho e economia solidária. **Seminário de tropicologia**, V Reunião ordinária, Recife, 22 set. 1998d. Disponível em: <http//www.apipucos.fundaj.gov.br/docs/tropico/semi/trop98-5.html>.
_____. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: **CUT BRASIL**. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999a. p. 23-28. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/unitrab>.
_____. "Os meus mestres" In: Flavio Aguiar (Org.) **Antonio Candido: pensamento e militância**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 170-175.
_____. Desafios à solidariedade e A cooperativa é uma empresa socialista. In: **Sindicalismo e Cooperativismo. A economia solidária em debate.** SP: UNITRABALHO, 1999d. p. 63-76 e 79-91.

_____. Anteag, uma invenção brasileira. In: ANTEAG, **Autogestão. Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. 2. ed. São Paulo, Espalhafato Comunicação e Produção, 2000a. p. 40-41.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Kraychete Gabriel et alii (Orgs) **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000b. p. 143-165.

_____; SOUZA, André R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000c.

_____; Machado João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000d.

_____. Apresentação. In: HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão**. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: UFSCar, 2001a. p. 9-12.

_____. **Entrevista concedida**. São Paulo, 02 out. 2001b.

_____. **Depoimentos feitos na aula de economia solidária III** da FEE USP. São Paulo, 20 nov. 2001c.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-129.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002b.

_____. Economia solidária. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 116-125.

_____. Prefácio. In: BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. da. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACSs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b. p. 5-10.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas**, Revista de historia intelectual, Universidad Nacional de Quilmes, n. 4, p. 149-191, 2000.

SMITH, Adams. **A riqueza das nações.** São Paulo: Brasil, 1958.

SOBOTTKA, Emil A. Organizações civis. Buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". **Civitas**: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, v. 2. n. 1, p.81-96, jun. 2002.

LA SOLIDARITÉ en question(s). **RECMA**, Paris, v. 80, n. 279, p. 2, jan. 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, André R. **Carta** a respeito da fundação da ABPES. USP, março de 2004.

SOUZA, Clêyde de. Projetos econômicos. Ponto de fissão entre agências e organizações do movimento popular? **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 120, p. 44-54, mar./abr. 1989.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Um país dinâmico, um pensamento claudicante. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 77-90, 2000.

_____. Movimentos sociais no Brasil: resenha temática.
**Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 116, p. 69-78, 1987.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. **Questões de identidade em narrativas amazônicas**: a noção de estranhamento em Milton Hatoum. Belo Horizonte. Texto apresentado no Congresso Brasileiro de Literatura comparada. Jul. 2002. (digitado).
SPERBER, Dan. **Le savoir des anthropologues**. Paris: Hermann, 1982.
STEIL, Carlos Alberto. Estado, Movimentos sociais e ONGs: a Guerra-Fria e a globalização como cenários de compreensão da realidade social. **Humanas**. Porto Alegre, v. 24, n. 1/2, p. 09-16, 2001.
STRATHERN. M. **The gender of the gift**: Problems with women and problems with society in Melanesia. London: The University of California Press, Ltd., 1988.
TAROT, Camille. **De Durkheim à Mauss, l'invention du symbolique**. Paris: La découverte, 1999.
TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Novas questões sociais mundiais, projetos sociais e culturais e a planificação emancipatória. **Humanas**. Porto Alegre, v. 24, n. 1/2, p. 163-185, 2001.
TESCH, Walter. Identidade e desenvolvimento da economia social. IN: DAL RI, Neusa (Org.) **Economia Solidária**: O Desafio da Democratização das Relações de Trabalho. São Paulo: Artes e Ciência, 1999. p. 43-54.
TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Polis**, São Paulo, n. 44, p. 43-54, 1994.
TIRIBA, Lia. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva con estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 11, n. 46, p. 07-34, abr./jun. 1997.
_____. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões: os sindicalistas entram em campo. **Movimento**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 27-45, set. 2001.
_____. **Economia Popular e cultura do trabalho**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2001.
UNITRABALHO. **Economia solidária e autogestionária**. Projeto de pesquisa, 1999. (digitado)
_____. VI Encontro Regional Sul da UNITRABALHO. **Caderno de resumos**. Curitiba: UNITRABALHO, 29-31/08/2002.
TEXTOS para a preparação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Maio de 2003. Recebido via e-mail da RBSES. Disponível em: <http//www.ecosol.org.br >.
TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. **El Trimestre Económico**, México, v. 54, n. 3, p. 513-536, jul./sep. 1987.
THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonzalo (Org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate**. São Paulo: UNITRABALHO, 1999. p. 37-62.
_____. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa**, São Paulo, n.10, p. 10-11, jan. 2000.

VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. (Orgs.). **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez e Moraes; EDUC, 1979.
VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
VELHO, Otávio. De novo, os valores? In: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque (Orgs.). **Roberto Cardoso de Oliveira: homenagem**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1992. p. 99-108.
VIEITEZ, Cândido GIRALDEZ et al. Autogestão e cogestão: instrumental necessário. In: ANTEAG. **Empresa social e globalização.** Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 1998.
VOIGT, Léo. Elementos introdutórios sobre o Terceiro Setor no Brasil. **Humanas**. Porto Alegre, v. 24, n. 1/2, p. 71-82, 2001.
WAUTIER, Anne Marie. **A construção identitária e o trabalho nas organizações asociativas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.
_____. Economia social na França. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003. p. 109-116.
WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1987.
WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. 2. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980.
WINOCK, Michel. **O Século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
YÚDICE, Georges. A globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: ALVAREZ, S. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 427-464.
ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 29-47, out. 1997.
_____. **A máquina e a revolta**: As organizações vicinais e o significado da pobreza. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

# ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ETNOGRAFIA DE INTELECTUAIS BRASILEIROS

OBJETIVO PRINCIPAL:

Compreender o que levou os intelectuais pesquisados a participar da revelação e da construção do campo da economia solidária através de um conjunto de atividades que podemos classificar como pesquisa, ensino, assessoria e militância.

Entender seus pressupostos, as transformações e influências recíprocas das suas teses; ver com quem estão dialogando, tanto a nível intelectual como prático, no Brasil e no exterior. Quais as instituições que estão sustentando esta proposta, quais as organizações de pesquisa, assessoria e produção que estes intelectuais fizeram brotar ou influenciaram.

Situar esses intelectuais em termos de correntes ideológicas e teóricas.

METAS GERAIS

1. Traçar a trajetória temática e teórica do entrevistado.
2. Estabelecer a relação entre atividades acadêmicas e vida militante.
3. Situar o entrevistado no campo da economia solidária no Brasil e a nível mundial.

A) Metas quanto à produção escrita:

Após levantamento de todos os trabalhos escritos (livros, artigos, apostilas, palestras) relativos ao tema em estudo (até 2003):

1. Estabelecer os autores citados e suas posturas em relação a estes autores. Nas obras coletivas, si se trata do organizador, ver os autores convidados para participar da coletânea. Si se trata de um dos participantes, quem o convidou.
2. Identificar cronologicamente, os conceitos utilizados e suas recíprocas definições bem como o contexto no qual estão inseridos. Ver as modificações, substituições e/ou precisões trazidas e os fatores que provocaram essas transformações.

3. Repertoriar os temas, problemáticas abordadas e o enfoque. Comparar com temas e problemáticas de outros autores.

B) Metas quanto à trajetória acadêmica e de vida

1. A partir do curriculum vitae, estabelecer a trajetória da formação escolar, graduação, pós-graduação, em que área e onde foram realizadas. A partir da entrevista, saber quais as influências teóricas marcantes, como foram feitas as escolhas.
2. A partir do curriculum vitae e da entrevista: Levantamento da carreira profissional, docência, pesquisa e assessoria a organizações externas. Participação e/ou organização de Grupos de pesquisa, Congressos, Fóruns, Seminários, Encontros, relacionados com a economia solidária a nível nacional e internacional. Organização e/ou participação em cursos regulares ou alternativos de economia solidária.
3. A partir da entrevista, estabelecer a trajetória militante a nível nacional e internacional, em movimentos, associações, ONGs, sindicatos e partidos, com as respectivas responsabilidades e atividades e a carreira política (responsabilidades a nível de município, cidade, região, estado, país).

C) Metas quanto aos ideais, visão de mundo e propostas para o futuro imediato e ao longo prazo.

1. Ver quais são seus projetos futuros, em relação à economia solidária, participação em congressos internacionais, grupos de pesquisa; em relação à carreira acadêmica.

D) Outros aspectos: relações de poder, lutas internas, contradições, dúvidas, etc.

ROTEIRO DE ENTREVISTA de L. I. GAIGER (21/08/2001):

*- A entrevista se divide em duas partes: uma parte vai tratar da vida e obra do entrevistado, a outra de seu parecer sobre a produção dos intelectuais no Brasil a respeito da economia solidária.*
*- Usarei o termo economia solidária como termo genérico, que o entrevistado poderá interpretar da maneira ampla usando seu próprio referencial conceitual.*

1. Gostaria, para iniciar esta entrevista, perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida acadêmica enquanto estudioso da economia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais e indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?

2. Você poderia indicar sua participação em movimentos sociais, associações, ONGs, sindicatos e partidos, com as respectivas responsabilidades e atividades e responsabilidades a nível de município, cidade, região, estado, país.

3. Talvez seja possível extrair as principais influências teóricas que você sofreu durante a sua formação acadêmica e, principalmente, na fase atual de suas pesquisa sobre economia solidária.

4. Em 1996, quando você organiza em coletâneas os trabalhos apresentados na mesa redonda do 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, na apresentação você escreve: "A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os *empreendimentos solidários*, que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária" (GAIGER, 1996, p. 11). Você é pioneiro ou um dos pioneiros no Brasil na questão da economia solidária. Da onde veio este insight?

5. A origem do seu projeto de pesquisa remete ao ano de 1996, quando foi realizado na cidade de Porto Alegre o Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular, reunindo experiências de geração de renda de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Quem teve a iniciativa deste Encontrão? Como foi a continuidade do Fórum Permanente?

6. Em dezembro de 1996, Marcos Arruda apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Neste texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que "reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional" (ARRUDA, 1996; p. 27). Você já o conhecia? E o PACS, também o conhecia?

7. Em agosto de 1998 aconteceu em Porto Alegre o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias organizado pelo PACS; você foi informado a respeito e participou dele?

8. Em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian, da UNICAMP e Paul Singer da USP; depois você foi

convidado a participar. Você poderia comentar algo sobre a formação deste grupo a nível nacional?

9. Deste grupo saiu o projeto Economia solidária e autogestionária da UNITRABALHO, coordenado por Paul Singer e depois você assumiu o projeto que hoje se chama Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil. Como foi isto?

10. Para a realização da pesquisa sobre Experiências de Geração de Renda: No Rumo de uma Economia Popular Solidária, você realizou uma parceria entre quatro instituições, uma universitária, uma ligada à Igreja católica e duas do governo do Estado; pode colocar como isto se efetivou?

11. Você coordena atualmente a pesquisa nacional da UNITRABALHO/CUT e a pesquisa UNISINOS/Cáritas/SMIC/SEDAI. São pesquisas que partem dos mesmos pressupostos ou existem diferenças? Em que medida a pesquisa nacional influencia a pesquisa regional e vice-versa?

12. A este mesmo programa foi acrescida a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, o que criou uma certa polêmica. Como você avalia a junção num mesmo programa da pesquisa e da extensão?

13. Na UNISINOS existe uma ITCP? No caso afirmativo, como ela está organizada em termos administrativos; qual é ligação dela com a UNITRABALHO e com a sua equipe de pesquisa?

14. Quais suas atividades passadas e atuais em termos de ensino, pesquisa e extensão, ligadas à economia solidária?

15. Você está na origem da formação de cursos de economia solidária, da formação de redes? E a que nível?

16. Você se apresentaria como um pesquisador-militante, como um militante-pesquisador ou estas coisas devem permanecer distintas?

17. Como você avalia as análises sobre economia solidária hoje no Brasil? Quais são os autores brasileiros que estão contribuindo para definição da temática?

18. Quais são, no Brasil, as maiores fraquezas destes estudos? Você teria uma sugestão para a melhoria dos estudos neste campo?

19. Como você avalia a relação pesquisa, ensino e extensão neste campo?

20. A nível internacional, fala-se muito mais em termos de economia social ou de terceiro setor; por que, a seu ver, no Brasil a economia solidária e o terceiro setor foram abordados como coisas distintas?

21. Quais as tendências teóricas que você identifica a nível internacional sobre esta questão? Com qual você mais se identifica?

22. Você gostaria de fazer alguns comentários suplementares?

ROTEIRO DE ENTREVISTA de P. SINGER (02/10/2001):

*- A entrevista se divide em duas partes: uma parte vai tratar da sua vida e obra, a outra vai solicitar seu parecer sobre a produção dos intelectuais no Brasil e no exterior a respeito da economia solidária.*
*- Após a digitação destas entrevistas enviar-lhe-ei o conteúdo.*

1. Gostaria, para iniciar esta entrevista, de perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida acadêmica enquanto estudioso da economia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais e indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?

2. Você nasceu em Viena, sua origem judaico-austríaca teve alguma importância quanto à sua visão de mundo?

3. Em que circunstâncias sua família veio para o Brasil?

4. Aqui no Brasil, que escolas você freqüentou?

5. Você começou trabalhando; não foi diretamente para a universidade. Você poderia falar como foi isto?

6. Qual foi a influência de seus familiares nesta trajetória?

7. Você poderia indicar sua participação em movimentos sociais, associações, ONGs, sindicatos e partidos, com as respectivas responsabilidades e atividades e responsabilidades.

8. Nos anos 80 você escrevia sobre Movimentos sociais, e depois como foi a sua trajetória temática até chegar à da economia solidária?

9. Talvez seja possível extrair as principais influências teóricas que você sofreu durante a sua formação permanente e, principalmente, na fase atual de suas pesquisa sobre economia solidária.

10. Em julho de 1996, você formulava publicamente o conceito de economia solidária na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego.* De onde veio este *insight*?

11. No mesmo ano a economia solidária constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo. Foi por sugestão sua?

12. Em dezembro de 1996, Marcos Arruda apresentou o texto *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Neste texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que "reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional" (ARRUDA, 1996, p. 27). Você já o conhecia? E o PACS, também o conhecia?

13. Em agosto de 1998, teve lugar em Porto Alegre o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, organizado pelo PACS; você foi informado, pensou em participar dele?

14. Em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e você da USP; depois vocês convidaram outros pesquisadores a participar, entre eles o Luis Inácio Gaiger. Quem sugeriu o nome dele? Você já tinha lido seus textos sobre empreendimentos solidários?

15. Você poderia comentar algo sobre a formação deste grupo a nível nacional?

16. Deste grupo saiu o projeto Economia solidária e autogestionária da UNITRABALHO, coordenado por você e depois o Luís Inácio assumiu a coordenação do projeto que hoje se chama Significado e Tendências da Economia Solidária no Brasil. Como foi isto?

17. A este mesmo programa foi acrescida a Rede Universitária de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares, o que criou uma certa polêmica. Como você avalia a junção num mesmo programa da pesquisa e da extensão?

18. Na USP, você é coordenador técnico da ITCP. Como ela está organizada? De que forma você participa desta atividade? Qual é a importância deste tipo de extensão?

19. Quais suas atividades passadas e atuais em termos de ensino, orientador de tese, pesquisa e extensão ligadas com a economia solidária?

20. Você está na origem da formação de cursos de economia solidária e da formação de redes? Poderias comentar a este respeito? Poderia explicar os seus planos futuros?

21. Você se apresentaria como um pesquisador-militante, um professor-militante, como um militante-pesquisador ou professor ou estas coisas devem permanecer distintas?

**Segunda Parte**

22. No livro *A economia solidária no Brasil*, que você organizou com André, você apresenta a economia solidária como "modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo". Esta afirmação recebeu várias críticas. Você ainda sustenta esta proposta?

23. O Gaiger por exemplo fala numa nova forma social de produção, o que você acha disto?

24. Como você avalia as análises sobre economia solidária hoje no Brasil? Quais são os autores brasileiros que estão contribuindo para definição da temática?

25. Quais são, no Brasil, as maiores fraquezas destes estudos? Você teria uma sugestão para a melhoria dos estudos neste campo?

26. Como você avalia a pesquisa, o ensino e a extensão neste campo?

27. A nível internacional, fala-se muito mais em termos de economia social ou de terceiro setor; por que, a seu ver, no Brasil a economia solidária e o terceiro setor foram abordados como coisas distintas?

28. Quais as tendências teóricas que você identifica a nível internacional sobre esta questão? Com qual você mais se identifica?

29. Você gostaria de fazer alguns comentários suplementares?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA M. ARRUDA (24/04/2002):**

*- A entrevista se divide em três partes: uma parte vai tratar da sua vida, uma outra das atividades do PACS, e a última de seu parecer sobre a produção dos intelectuais no Brasil a respeito da economia solidária.*

- *Usarei o termo economia solidária como termo genérico, que você poderá interpretar de maneira ampla usando seu próprio referencial conceitual.*

**Primeira Parte**

1. Gostaria, para iniciar esta entrevista, de perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida enquanto agente e estudioso da socioeconomia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais?

2. Você poderia indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?

3. Onde você nasceu?

4. Em que meio você passou sua infância?

5. Que tipo de educação e de formação escolar você recebeu?

6. Qual foi a influência de seus familiares nesta trajetória?

7. O que teve mais influência na sua visão de mundo atual? De que maneira?

8. Você poderia indicar sua participação em movimentos sociais, associações, ONGs, sindicatos e partidos, com as respectivas responsabilidades e atividades antes do seu exílio na Europa, durante e depois?
9. Você trabalhou no Instituto de Ação cultural com o Paulo Freire, quais eram suas atividades, quanto tempo você trabalhou neste Instituto?

10. Você é membro do Instituto Transnacional desde 75, em que consiste este Instituto e de que forma você participa dele?

11. Ao retornar ao Brasil você vai ser professor de filosofia da educação na F.G.V. até 1992. Porque você deixou a FGV?

12. Você participou desde o início (fevereiro 93) da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida? Qual foi sua atuação junto a este Movimento? Qual foi a participação do PACS?

**Segunda Parte**

13. Marcos, você trabalha há mais tempo a proposta da autogestão. Em agosto de 1993, o PACS e outras entidades articularam o primeiro seminário sobre autogestão em Criciúma (SC). Porque autogestão, porque Criciúma, quais eram as outras entidades?

14. Em 1994, o PACS e outras entidades realizaram em Porto Alegre o seminário sobre "Autogestão, realização de um sonho". Você poderia situar melhor o contexto deste evento?

15. Em 1995, houve a dissolução do PRIES, por quê? Houve mudança de rumo do PACS depois desta separação?

16. Em julho de 1996, Paul Singer divulga, na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego,* a proposta de economia solidária para o programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo. Naquela época, ou até antes, você também chegou a discutir essa proposta dentro do PT?

17. Você foi consultor para a administração petista de Porto Alegre; em que consistiu?

18. Em dezembro de 1997, em Bertioga (SP), é organizado o encontro internacional da Aliança para um Mundo Responsável e Unido, aliás Plural e Solidário. Foi nesta ocasião que o PACS criou um Canteiro de Socioeconomia Solidária?

19. Em agosto de 1998, em Porto Alegre, aconteceu o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, organizado pelo PACS; como você avalia esses diferentes encontros, suas contribuições para a sensibilização para esta proposta. Quais os meios brasileiros que mais participaram destes encontros?

20. No Rio de Janeiro há várias iniciativas em termos de economia solidária como o Fórum de Cooperativismo Popular, a Central das cooperativas populares, incubadas pela COPPE da UFRJ? Há intercâmbio de experiências? Uns e outros se conhecem?

21. Você tem muitos contatos com o exterior, com parceiros e agências de financiamento. Qual é a avaliação que estes fazem da socioeconomia solidária no Brasil?

22. Você faz parte do Instituto Transnacional. Que tipo de instituto é este? Qual a sua responsabilidade como membro deste Instituto?

23. O que é a *Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário*? Qual é a sua relação com o PACS? No site da internet parecia uma e mesma coisa.

24. Você participa do Movimento Fé e Política. Você poderia me falar um pouco sobre este Movimento?

25. Na UFRJ existe uma ITCP. O que você acha deste tipo de extensão?

**Terceira Parte**

26. Você é economista e educador; quais são os grandes temas ou questões sobre as quais você escreveu até chegar ao tema da socioeconomia solidária?

27. Como foi a construção da categoria socioeconomia solidária? quando foi realizada?

28. Quando e por que razões você decidiu fazer um doutorado em Educação?

29. Você conseguiu uma bolsa para realizar o doutorado? Você teve financiamento para a realização da pesquisa?

30. Você falou num concurso que você faria. Seria para entrar como professor numa universidade? Quais são suas motivações para entrar na universidade?

31. Quais suas atividades passadas e atuais em termos de cursos, pesquisa e assessoria ligadas à socioeconomia solidária?

32. Qual das três atividades é aquela a que você mais se dedica?

33. Em que medida o fato de ser coordenador de uma ODS (Organização de Desenvolvimento Solidário) dificulta ou auxilia a pesquisa científica e a publicação de trabalhos teóricos?

34. Você está na origem da formação de redes? Poderia comentar algo a este respeito?

35. Talvez seja possível extrair as principais influências teóricas que você sofreu durante a sua formação permanente e, principalmente, na fase atual de suas publicações sobre economia solidária.

36. Como você avalia as análises sobre economia solidária hoje no Brasil? Quais são os autores brasileiros que estão contribuindo para a definição da temática?

37. Quais são, no Brasil, as maiores fraquezas destes estudos? Você teria uma sugestão para a melhoria dos estudos neste campo?

38. Como você avalia a relação pesquisa, ensino e extensão neste campo?

39. A nível internacional, fala-se muito mais em termos de economia social ou de terceiro setor; por que, a seu ver, no Brasil a economia solidária e o terceiro setor foram abordados como coisas distintas?

40. Quais as tendências teóricas que você identifica a nível internacional sobre esta questão? Com qual você mais se identifica?

41. Você trabalhou na assessoria ao governo sandinista, você conheceu pessoalmente Orlando Nuñez? Você poderia comentar seu Manifesto autogestionário e associativo?

42. Você gostaria de fazer alguns comentários suplementares?

**ENTREVISTAS PAUL SINGER**
02/10/2001 FEA – USP Prédio 2, sala 215, 11h 30 m

*- A entrevista se divide em duas partes: uma parte vai tratar da sua vida e obra, a outra vai solicitar seu parecer sobre a produção dos intelectuais no Brasil e no exterior a respeito da economia solidária.*

1. *Para iniciar, gostaria de perguntar-lhe sobre o pano de fundo pessoal que influenciou sua vida acadêmica enquanto estudioso da economia solidária. Você poderia descrever a rota pessoal que o levou às suas posições atuais e indicar as formas específicas através das quais ela se manifesta em seu próprio trabalho?*

- Nunca ninguém me fez esta pergunta; eu já me fiz, mas ela é de caráter um pouco psicanalítico, no sentido que você vai procurar dentro de você mesmo certas origens de certas idéias. Eu pertenci como jovem, dos 16 aos 20 anos de idade, ao movimento sionista socialista de judeus aqui no Brasil que pretendiam criar um kibutz em Israel. Eu pertencia a um movimento que tinha um kibutz experimental aqui em São Paulo, Hachshará; era um período que as pessoas passavam um ano tentando viver uma vida comunitária e comunista e depois acabavam indo para Israel.

*Em que ano?*

Isso foi entre 48 e 52. Eu não fui para Israel, mas meus companheiros foram e criaram um kibutz que existe até hoje em Israel, Bror Chail. É o nome deste kibutz, ele existe agora. Cheguei a visitá-lo agora, recentemente. Eu saí do movimento em 52, mas acho que alguma coisa ficou no sentido de valorizar enfim ... vida comunitária e democracia no trabalho, essas coisas. Porque o Kibutz é um modelo, eu diria até, muito avançado - hoje menos -, mas no passado certamente foi, de economia solidária. Depois disto, me envolvi em outras coisas. Mas sempre ficou um interesse muito grande na questão da democracia no trabalho, a democracia, digamos, na empresa, nas atividades econômicas. Eu reuni ao longo da vida uma certa literatura sobre isto, que eu lia como uma coisa marginal, para falar a verdade, marginal; e meus conhecimentos sobre o cooperativismo, enfim sobre tudo isto era absolutamente superficial. Eu só voltei a isto, vamos dizer, com meu engajamento atual, em 96, ou seja, muito recentemente, faz 5 anos. Então neste longo período em que eu saí do movimento em 52 até 96, durante 44 anos, eu estava realmente engajado em outros tipos de lutas. Enfim eu era marxista e imaginava que o importante era tomar o poder para socializar os meios de produção.

2. *Você falou em Viena, sua origem judaico-austríaca teve alguma importância. Em que circunstâncias sua família veio para o Brasil?*

Viemos em função do Anschluss, que foi a anexação da Áustria pela Alemanha nazista em 38. Eu estava lá em Viena, eu tinha 6 anos de idade quando houve esta anexação e imediatamente começou uma certa perseguição aos judeus. Minha mãe foi obrigada a vender a mercearia que ela tinha herdado do meu pai. Meu pai já era falecido e a partir daí, ela procurou, junto com quem pudesse escapar, sair. O problema era de entrar em algum lugar. Os outros países não aceitavam refugiados e nós conseguimos vir ao Brasil porque uma tia minha, irmã da minha mãe, já morava no Brasil desde 25. Eles se esforçaram aqui e também uma outra tia minha se esforçou na Europa por ligações e conseguimos, afinal, o visto em 1940 e isso nos fez chegar ao Brasil.

3. *E aqui no Brasil, como foi no início?*

Bom, nós tínhamos esses parentes; então, nós moramos com meu tio, minha tia, acho que durante um ano e depois... *Aqui em São Paulo*? Aqui em São Paulo, aqui em São Paulo. Cheguei aqui em São Paulo e aqui fiquei até hoje.

4. *Você começou a ir à escola?*

Imediatamente, já estava alfabetizado, já tinha 8 anos quando cheguei aqui e, praticamente, alguns dias depois de chegar, sem saber português mesmo, eu fui para a escola. Tinha um primo um pouco mais velho do que eu - éramos colegas - então ele me ajudou muito no início. Depois me adaptei, acabei aprendendo a língua etc. Fiz toda a minha escolaridade no Brasil.

*Em que escola, você...?*

Entrei na escola em que meu primo estudava era uma escola cara e que existe até hoje. Hoje se chama Liceu Pasteur, na época se chamava Liceu franco-brasileiro. Um Liceu em que se falava francês, se ensinava francês. Mas só fiquei um ano lá; depois, quando nós saímos da casa do meu tio, minha mãe ficou junto com uma tia avó e eu, ficamos... enfim, era uma família. Ela me pôs numa escola pública, um grupo escolar, mas que ela não gostou e acabei indo para escolas particulares mais tarde, e só voltei à escola pública no ginásio Depois, para completar escolaridade, eu fiz eletrotécnica e, nessa época, eu entrei no DROR foi mais ou menos ao mesmo tempo. O Dror favorecia este movimento sionista socialista que pretendia.. ele favorecia que as pessoas estudassem profissões manuais ou do tipo técnico etc.. para, supostamente, ter mais aplicação no kibutz, porque todos nós tendíamos a ir para a Universidade.

5. *A sua família era praticante?*

Não. Não. Éramos judeus assimilados, só íamos à sinagoga nos grandes feriados.

6. *Você poderia indicar sua participação em movimentos sociais, associações, ONGs, sindicatos e partidos,... enfim, na vida militante.*

Eu, quando saí do Dror, até 52, minha grande participação foi neste movimento, do qual cheguei a ser secretário geral.
*Como se escreve DROR?* DROR, isto não é uma sigla, parece-me que significa pássaro. Existe um trabalho sobre este movimento, é uma tese; foi publicada pela Carla Pinsky, não sei se ela usa Pinsky, Bavanesa, acho que ela chama. Ela defendeu na UNICAMP. Chama-se, *Pássaros da Liberdade* o livro. Um lindo livro, muito interessante que conta toda história, um pouco minha história também, mas enfim toda minha geração Dror em São Paulo; era um movimento mundial, existe em outros países também. Mas, enfim, para responder à sua questão, quando saí do Dror em 52, eu me filiei ao sindicato dos metalúrgicos. Já trabalhava como eletrotécnico; fui, de certa forma, militante e líder dos metalúrgicos em São Paulo em 53 quando houve uma grande greve. A greve dos 600.000. Eram 5 categorias. Então, tive uma militância sindical até 56, durante 4 anos quando mudei de categoria, eu estava estudando economia. E entrei no Partido socialista em 54, quase em seguida quando me naturalizei brasileiro. Em tese não poderia participar de um partido político brasileiro. Tentei me naturalizar e quando saí, participei do Partido Socialista, do qual saí, e voltei quando foi fechado em 65, no regime militar. Eu fui o último secretário geral do Partido Socialista em São Paulo. Bom, só voltei a entrar em partidos políticos quando fundamos o PT em 80.

7. *Nos anos 80 você escrevia sobre Movimentos sociais, São Paulo em Movimento*

Ah! São Paulo em Movimento. É verdade, tem razão escrevi mesmo.

*e depois como foi a sua trajetória temática até chegar à da economia solidária?*

Acho que não tem, digamos, isso não há uma seqüência, pelo menos na minha cabeça não há. É que nós escrevemos, nós CEBRAP, eu estava no CEBRAP e nós escrevemos, a pedido do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, primeiro um livro chamado *São Paulo, crescimento e pobreza, 1975*. Tinha essa data no título e é de 75. O livro saiu em 76 e foi um livro importante, muito lido. Aí, em 1980, se não me engano, o Cardeal pediu que a gente escrevesse um livro semelhante, agora mais dirigido, não ao que estava acontecendo na cidade, mas à ação da população, uma reação à crise social que já estava havendo etc. Esse pedido foi feito ao Vinícius Caldeira Brandt. Vinícius trouxe ao CEBRAP o pedido do Cardeal e eu aceitei coorientar, fizemos junto o livro, é do Vinícius e meu. E aí, cada um de nós escreveu, acho, dois capítulos no livro, mas outras pessoas, o Fernando Henrique

Cardoso, escreveu um capítulo, enfim é uma coletânea, exatamente como o anterior também era. Eu só escrevi sobre movimentos sociais por causa disto, porque houve um pedido, e aí aprendi muito evidentemente, mas não era meu tema – porque, como sou economista - não é bem um tema normal para nós. Mas foi, foi muito bom.

*Qual era o tema*

Eu estava trabalhando na época, não me lembro direito, mas eu estava trabalhando basicamente economia do trabalho, quer dizer a questão do desemprego. Eu tinha escrito já um livro chamado A *economia política do trabalho* e, eu acho que estava bastante envolvido nisto e também no tema da globalização. Eu tenho um livro inédito, nunca publiquei sobre os processos de crise internacional e da transformação neoliberal. Na época estava trabalhando mais sobre isto.

*E de lá para cá?*

De 80 para cá? Eu trabalhei sobre uma série de temas. Na verdade sempre fiz isto, toda minha vida profissional; mas, digamos, enquanto me lembro, eu voltei à universidade nesta época. Depois da Anistia e a partir de 86, se eu não me engano, comecei a dar aula de moeda e bancos. Eu escolhi esta matéria, era um assunto com o qual eu não tinha me interessado e talvez fosse o único assunto interessante em economia no qual eu não tinha me envolvido antes. Então, para eu aprender, resolvi dar aula de moeda e bancos e até hoje estou dando este curso há 15 anos, com exceção dos 4 anos que eu passei como secretário de planejamento na gestão da Luiza Erundina. Disto saiu um livro, tenho um livro agora que se chama *Para entender o mundo financeiro* que eu publiquei no ano passado. Agora, uma parte das minhas preocupações estava na área de moedas e finanças, ao longo da década de 80. E a outra era certamente economia internacional, economia mundial. Estava lendo muito sobre isto, e fazendo seminários etc. Perdão, o grande interesse meu era o da inflação, tinha ligações tanto com a questão financeira como também com lutas que a gente chamava de conflitos distributivos etc. Na verdade essa foi a minha principal preocupação política e teórica, digamos, nos anos 80 até o Plano Real, até que o Plano Real acabou com a grande inflação no Brasil e aí, evidentemente, passei a me preocupar com outras coisas.

8. *Você estava falando de sua participação no governo de Luiza Erundina. Eu vou chegar lá. Porque você falou que a um certo momento você começou também a se falar de economia solidária...* Não! *Porque em julho de 1996, você formulava publicamente o conceito de economia solidária,* (Singer: Isso, isso) *na Folha de São Paulo.*

Isso, isso, foi em 96. Eu me lembro que estive no governo da Luiza até 92, é bem anterior. Eu pensei economia solidária, para a campanha em que a Luíza foi candidata de novo a prefeita. Lembre-se que, na época, não era possível a reeleição; quando ela era prefeita, o candidato do PT que nós apoiamos era Eduardo Suplicy que perdeu a eleição para Maluf. Depois, na eleição seguinte, ela conseguiu ser candidata. Então, na época que eu fui secretário de Planejamento e que havia uma crise social muito forte em São Paulo, nós tentamos mobilizar a sociedade civil e eu estive muito ao lado de Luíza nisso, nós criamos o Foro da Cidade por minha proposta e conseguimos que, enfim, os diferentes atores sociais de São Paulo, as centrais sindicais, as entidades empresariais participassem e a gente discutiu a questão do desemprego etc., no Foro. Mas economia solidária nesta época não veio à minha cabeça. Lembro me que, na secretaria de, chamava-se, assistência social, não, de bem estar social, uma coisa assim, já estavam se formando coisas que, hoje, eu chamaria de economia solidária; inclusive uma importante cooperativa de catadores de lixo foi criada nesta época e persiste até hoje. É uma das boas realizações, mas eu não estava ciente disto. Na época, nem percebi que esta cooperativa tinha sido formada e que havia outras tentativas para enfrentar a crise social mediante a criação de cooperativas ou de associações comunitárias; eu me lembro de hortas comunitárias, padarias comunitárias; era mais uma ação dos mutirões e da secretaria, essa de bem estar social.

9. *E em 1996 quando você escreve na Folha de São Paulo, de onde veio este insight?*

Tomando um banho de chuveiro. Eu me lembro disto. De manhã é uma boa hora, você está desperto. Eu me lembro que foi por aí que me veio a idéia. Precisamos criar uma proposta concreta de como enfrentar o desemprego na maior metrópole do país. O desemprego em massa era muito grande, da ordem de mais de 1 milhão de pessoas já, e o que se poderia fazer se a gente conquistasse a prefeitura e a idéia minha era usar a liderança da prefeita para tentar convocar os próprios desempregados e tentar, através de uma organização em massa deles, que se tentasse reinserir, mas por sua própria iniciativa, algo desta natureza. Mas isto veio, claro eu devia ter coisas no subconsciente,... coisas desde o Dror, mas não estava pensando no kibutz evidentemente.

*Mas o termo Economia solidária*?

O termo foi sugestão de Aloísio Mercadante, me lembro da reunião, ele era candidato a vice-prefeito, Luiza prefeita e ele vice e ele dirigia, vamos dizer, a comissão do programa. E foi lá que eu apresentei a idéia. Eu tinha feito um pequeno texto, apresentei oralmente, ele achou bom, gostou e disse: olha, vamos incluir assim; eu acho uma boa idéia e ele me perguntou como se chama isto que você está propondo? Bom disse, olha eu não, não tenho idéia concreta de como chamar isto. - Isto é economia solidária, (disse ele). Eu gostei, disse ótimo, então vamos chamar economia solidária. Então eu devo o nome ao Aloísio.

10. *Em dezembro de 1996, Marcos Arruda apresentou o texto* ***Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa****, para a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Neste texto ele apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que "reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional" (ARRUDA, 1996, p. 27). Você já o conhecia? E o PACS, também o conhecia?*

Não, não. Eu vim a conhecer depois. Eu fiz questão de ir lá no PACS, uma vez que eu fui ao Rio. Eu tive umas duas horas livres, então fui lá, aí eu conheci o próprio Marcos que estava lá e algumas outras pessoas, conversamos e eu comprei algumas publicações que eles tinham à venda; não me lembro em que época foi, mas deve ter sido em 97, imagino eu.

11. *Em agosto de 1998, aconteceu em Porto Alegre o Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias organizado pelo PACS; você foi informado, pensou em participar dele?*

Eu fui muito convidado, disto me lembro bem. Só que, por azar eu tinha ido para Porto Alegre um mês antes, em Santa M... não em Porto Alegre, em Santa Maria e em Porto Alegre também, depois em Santa Maria. Não sei se você sabe, mas em Santa Maria tem aquele projeto Esperança, há um conjunto grande de cooperativas e eles estavam fazendo uma feira de economia solidária. E me convidaram, eu aceitei e estive lá. Estive em Porto Alegre, fiz uma conferência em Porto Alegre e depois fomos de carro até Santa Maria. Passei alguns dias lá e depois eu voltei. E achei impossível para eu voltar... É sempre um problema de falta de tempo. Eu me escusei e não participei.

12. *Voltando um pouco atrás, em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian, da UNICAMP e você da USP.*

Isso, isso foi uma iniciativa do Newton Lima. Bom, enfim, posso dar meu depoimento sobre isto, rápido. Newton Lima me telefonou e começou a me explicar o que era a UNITRABALHO que eu não conhecia nada. É impressionante como a gente desconhece coisas que acontecem ao lado da gente. Então ele explicou o que era UNITRABALHO, etc. E marcamos um encontro. Fui encontrá-lo e aí ele me disse: tem dois professores que estão nesta de economia solidária eu sei que você também está. O que você acha de fazer um programa aqui na Unitrabalho? Eu aceitei com muito entusiasmo. Conheci os dois em

seguida, o Cândido Vieitez e o Newton, que não conhecia antes; e daí começamos a fazer uma série de seminários. Isto foi o início da história.

*13. Depois vocês convidaram outros pesquisadores a participar, entre eles o Luis Inácio Gaiger. Quem sugeriu o nome dele?*

Eu não me lembro direito, mas eu li coisas dele, eu acho que o Cândido Vieitez, os dois o Newton e o Cândido começaram a me dar material. Isto para mim era importante porque tinha inventado esse negócio na minha cabeça e descobri que eu não estava inventando a pólvora, que esta idéia já existia e que havia uma prática. Então, queria me apropriar desta prática. Lembro que eu recebi um livro chamado **Combate à pobreza**, que é uma coletânea importante que até hoje eu uso; ele organizou. Aí eu soube dele etc... Então, na primeira reunião que este programa fez na PUC, acho em 97, a gente convidou quem pôde, o pessoal da FASE, o Gonçalo da Incubadora de Cooperativas lá do Rio, enfim, MST, ANTEAG, eu já estava em contato estreito com ANTEAG...

*14. Então você poderia comentar algo sobre a formação deste grupo a nível nacional?*

É, mas nós não tínhamos nenhum apoio, vamos dizer, financeiro, nenhum tostão. A UNITRABALHO estava nos ajudando, dando espaço e as ligações; nós conseguimos, em cima disso, só com as ligações, os endereços; a Unitrabalho fez uma espécie de chamamento geral, fez esta reunião na PUC, que devia ter umas 20 a 30 pessoas, vindas dos mais diferentes lugares do Brasil. A gente se conhecia naquele momento. Tinha gente do MST, tinha as pessoas da ANTEAG, esses eu conhecia bem, tinha também este pessoal do Rio que eu não conhecia e, então, o Gaiger vindo do Rio Grande do Sul. Eu não me lembro de todos. Foi uma reunião muito interessante em que a gente começou a estabelecer ligações mais permanentes.

*15. E deste grupo saiu o projeto Economia solidária e autogestionária da UNITRABALHO,*

Não isto foi... O projeto nasce com o Newton Lima nos reunindo nós três, o Newton, o Cândido Vieitez e eu. O Cândido já tinha uma equipe, já tinha vários trabalhos, inclusive trabalhos publicados, ele fazia uma reunião-simpósio anual lá em Marília. No segundo, eu já participei, ele me convidou. Eu fui até lá. Mas eu não conhecia o Cândido. Mas quando começamos a fazer seminários, várias pessoas trabalhavam com o Cândido, participavam; o Gustavo Guttierez, um dos mais importantes, está hoje na UNICAMP, eu não me lembro, tinha uma moça também, a Dalila Perini, que fazia, nessa época, a tese dela sobre a Bruscor, passou a participar também; enfim, um seminário bem interessante sobre economia solidária.

*16. E depois a este mesmo programa foi acrescida a Rede Universitária de Incubadoras tecnológicas*

Isto já em 99.

*Como é que foi... Isto criou uma certa polêmica...*

Hoje, existe, infelizmente, não só polêmica; existem divergências políticas a respeito disto. ...demais..., que não funciona. *(Apagado)* ... as incubadoras que financiaram, foram basicamente a FINEP e o Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, abriram a possibilidade da criação de mais 4 incubadoras para que houvesse um total de 6. E aí, várias universidades se candidataram; eles acabaram escolhendo Juiz de Fora, que foi a terceira na ordem cronológica, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Então, essas 4 incubadoras receberam o mesmo apoio que o Rio e Fortaleza do Ceará tinham recebido. Então, houve 6, eles tentaram criar uma rede de 6 incubadoras que eles chamaram de (...) PRONINC. O coordenador disto era o Gonçalo. O Gonçalo, que é o coordenador da ITCP do Rio, foi aquele que ajudou a criar diretamente cada uma das novas incubadoras. Ele ia lá, dava uma espécie de Seminário sobre metodologia da incubação, a experiência que havia no Rio, etc... Acontece que, depois, continuaram surgindo novas incubadoras, porém já não mais com apoio da FINEP e do Banco do Brasil. E o Gonçalo não queria, na verdade, que a rede estivesse sob o controle das entidades financiadoras, que ele sentia então ligadas ao governo e poderiam oficializar as incubadoras, acabavam, de alguma maneira, pelo que ele dizia, sob o domínio do governo federal ou, talvez, sob o domínio da Comunidade Solidária ou coisa que o valha. Então, ele e o Newton Lima, que era o diretor executivo da Unitrabalho, fizeram a proposta de incluir a nova rede de Incubadoras na UNITRABALHO. Aí falaram comigo e achei a idéia muito boa; eu conhecia a UNITRABALHO, achei a Unitrabalho um lugar muito bom para multiplicar as incubadoras, já que ela tinha núcleos, na época, em 70, hoje são mais de 80 universidades. Então, em 99, não me lembro agora, ou em 98 ou 99, houve uma reunião na PUC, das Incubadoras que já existiam e houve uma oposição muito forte do Osmar que era o coordenador da Segunda incubadora, da incubadora do Ceará. Mas contra a oposição do Osmar, a maioria preferiu realmente entrar na UNITRABALHO e assim se fez. A formalização da rede de incubadoras dentro da Unitrabalho se fez em Curitiba, quando se inaugurou a Incubadora da Universidade Federal do Paraná. Então, nesta ocasião, acho que havia 8 incubadoras e se criou formalmente uma rede de incubadoras com Estatuto, e com uma direção colegiada na qual eu participei; o Gonçalo, como coordenador geral, eu pelo Centro-Leste aqui Rio/São Paulo/Minas, Juiz de Fora era a incubadora, a Marlene Poppe pelo Sul e o Osmar, do Ceará, pelo Nordeste ..,.(fim da gravação).

*17. Na USP, você é coordenador técnico da ITCP. Como ela está organizada? De que forma você participa desta atividade? Qual é a importância deste tipo de extensão?*

Se aprende muito com a extensão. Se aprende fazendo. A ITCP compõe-se de alunos de graduação e pós-graduação, professores e alguns técnicos. No momento ela tem duas coordenadoras eleitas, ambas cientistas sociais e indo para a pós-graduação. Eu sou coordenador acadêmico. A incubadora acompanha cerca de 15 cooperativas em diferentes estágios e está empenhada num trabalho com centenas de beneficiários de programas sociais da Prefeitura em Capão Redondo. A ITCP é importante como atividade de extensão, mas também de ensino e pesquisa.

*18. Quais suas atividades passadas e atuais em termos de ensino, orientador de tese, pesquisa e extensão ligadas com a economia solidária?*

Não tenho orientandos de momento. Estou escrevendo um livro sobre economia solidária. Um manual para divulgação.
Há um projeto de formação de um núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária que deve ser assinado antes do fim da gestão do atual Reitor. Estão incluídos, Seminários de Pesquisa, a incubadora, um curso de economia solidária como especialização multidisciplinar. Apóiam a criação do Núcleo os departamentos de psicologia, direito, ciências sociais, economia e engenharia da produção).
Vou me aposentar em março de 2002. Vou fazer 70 anos. É uma aposentadoria compulsória. Assino um papel que não vou cobrar nada da USP, mas posso continuar a trabalhar. Vou continuar ainda mais com o Núcleo. Se der certo, pode se transformar em Instituto, como o Instituto de Estudos avançados.

*19. Você está na origem da formação de cursos de economia solidária e da formação de redes? Poderia comentar a este respeito? Poderia explicar os seus planos futuros?*

Estou ajudando, com outros professores da ITCP/USP o curso de mestrado em Direito Cooperativo e Cidadania na Universidade Federal do Paraná e um curso de economia solidária na engenharia de produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acho que, graças à multiplicação de incubadoras – há hoje algo como 30 no Brasil –, a economia solidária como campo de ensino e pesquisa está começando a se expandir. O principal plano futuro é ajudar a forjar todo um setor de produção, distribuição, crédito e consumo organizado de acordo com os princípios da economia solidária. Se este setor adquirir dinâmica própria, independente da capitalista, (como é em Mondragón) a economia solidária passará a ser uma alternativa real ao capitalismo.

*20. Você se apresentaria como um pesquisador-militante, um professor-militante, como um militante-pesquisador ou professor ou estas coisas devem permanecer distintas?*

*(A partir daqui o gravador não funcionou e se trata de notas tomadas durante a entrevista e revista por Singer).*
Eu sou um pensador. Acho que estas coisas todas se completam.

*21. Talvez seja possível extrair as principais influências teóricas que você sofreu durante a sua formação permanente e, principalmente, na fase atual de suas pesquisas sobre economia solidária.*

Tenho sido influenciado pelos socialistas utópicos (principalmente Owen) e por alguns contemporâneos como Martin Buber e Orlando Nuñez.

*22. No livro A economia solidária no Brasil, que você organizou com André, você apresenta a economia solidária como "modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo". Esta afirmação recebeu várias críticas. Você ainda sustenta esta proposta?*

Sem dúvida. Mas, fora Mondragón, Quebec, Emilia-Romagna e alguns poucos outros lugares, a economia solidária é ainda muita esparsa e dependente das crises do capitalismo sendo por enquanto apenas uma alternativa virtual.
Sim, sim continuo.

*23. O Gaiger por exemplo fala numa nova forma social de produção, o que você acha disto?*

Acho que ele está dizendo o mesmo que eu.

*24. Como você avalia as análises sobre economia solidária hoje no Brasil? Quais são os autores brasileiros que estão contribuindo para definição da temática?*

A Lia Tiriba, eu fui convidado para a banca dela, foi em Madri, mas eu estava na Áustria naquele momento. Não deu. O Mance, a Dalila Pedrini. Estou curioso de ler a tese. Tem um trabalho interessante no livro que está saindo: *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*, da Fundação Perseu Ábramo. Tem um livro muito interessante, tem a palavra democracia no título. Não fala em economia solidária, mas é disto que se trata.

*E o Gaiger?*

Tenho muitas afinidades com ele.

*25. Quais são, no Brasil, as maiores fraquezas destes estudos? Você teria uma sugestão para a melhoria dos estudos neste campo?*

O que eu não concordo com o Mance (a Tiriba) e aquele grupo é a questão do consumo. Do consumo solidário. Acho que o consumo deve ser de toda a população, através do mercado. Não concordo com o popular no sentido de pobre. Como o Razeto e o Coraggio entendem, essa linha mais da Igreja. Coisa pobre para os pobres. Nós incubamos cooperativas de psicólogos, de advogados. Poderia ser de médicos. Não se pode deixar os pobres entre eles, como num gueto. Deve-se tirar os pobres de sua condição, fazer um movimento mais geral.

*26. A nível internacional, fala-se muito mais em termos de Economia Social ou de Terceiro Setor; por que, a seu ver, no Brasil a economia solidária e o terceiro setor foram abordados como coisas distintas?*

Tenho simpatia. Houve ontem um workshop sobre terceiro setor na USP, do qual eu participei, falei. Mas não é a mesma coisa, são áreas contíguas. Podemos somar forças.

*27. Quais as tendências teóricas que você identifica a nível internacional sobre esta questão? Com qual você mais se identifica?*

(Singer citou ingleses e americanos e o Buber.)

Tem um estudo muito interessante sobre Rochdale, do G.D.H. Cole.
(Citou Birchall, Stanley Maron, a Elionor Orstrom, o último livro do Boaventura de Souza Santos.)
O Gaiger me passa material dos franceses. Mas eu tenho muitas atividades, não tive muito tempo para aprofundar teoricamente.

*Muito obrigada, professor Singer.*

# ANEXO B - QUADRO CRONOLÓGICO DE EVENTOS LIGADOS À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RS

| DATA /LUGAR | TIPO de Evento | Nome | Promotores |
|---|---|---|---|
| 1985 | I Encontro Estadual | de Projetos Alternativos Comunitários. | Cáritas brasileira Regional do RS |
| 1994 Gasômetro* POA | | *Autogestão, realização de um sonho* | Pref. POA, ANTEAG, espanhóis e uruguaios. |
| 1994/ julho Santa Maria | I Feira Estadual | do Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 1995/ julho Santa Maria | II Feira Estadual | do Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 1996 Porto Alegre | Criação Banco de crédito popular | Portosol | Prefeitura de Porto Alegre |
| 1996 POA * | Fórum do Cooperativismo Autogestionário e Popular | Cooperat. habitacionais e autogestionárias da cidade e do campo do RS | Prefeitura de Porto Alegre e Movimento sindical gaúcho. |
| 1996/08/17-18, POA | Encontrão de Experiências Alternativas | de Organização Popular e Geração de Renda | Cáritas RS, CAMP, CPT. |
| 1996 Porto Alegre | Criação | Fórum permanente de alternativas de organização popular. | Cáritas, CAMP, CPT, CEDOPE, SMIC, COCEARGS, IECLB. |
| 1996/ julho Santa Maria | III Feira Estadual | do Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 1996/08 POA* | Reunião | Canteiro de Socioeconomia Solidária | Coop.brasileiro, uruguaio, espanhol |
| 1997/04/18 POA | Encontro Estadual | Economia Popular Solidária | Cáritas |
| 1997/ julho Santa Maria | IV Feira Estadual | do Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 1997 POA* | Atividade do Fórum Desmanche e criação | Organização Popular e Geração de Renda/ Rede gaúcha de socioeconomia solidária | Sindicatos e Cooperativas |
| 1998/ POA | I Feira | de Econ. Pop. Solidária | Cáritas |
| 1998/08/15/POA | 2° Encontrão Estadual | de Alternativas Populares | Cáritas |
| 1998/ julho Santa Maria | V Feira Estadual | Do Cooperativismo Alternativo | Cáritas |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1998/08 POA* | Encontro Latino de Cultura e | Socioeconomia Solidárias | PACS/CASA/CASAL, FACCTA,ECTAC |
| 1999 | Criação do Programa | Economia Popular Solidária | SEDAI |
| 1999/07 Santa Maria | VI Feira Estadual | do Cooperativismo Autogestionário | Cáritas |
| Abril 2000 POA | Encontro com 107 trabalhadores de 38 empresas, sindicatos, ONGs, Universidades. | Programa Economia Popular Solidária | SEDAI |
| 2000/07 Santa Maria | I Acampamento | Internacional de Socioeconomia Solidária | PACS e Rede Brasileira de Socioeconomia |
| 2000/07 Santa Maria | VII Feira Estadual | Cooperativismo Autogestionário | UFSM-COLACOT Cáritas |
| 2000/08 POA UFRGS | Encontro educação e crédito | Programa Economia Popular Solidária | SEDAI |
| 2000/10 POA | I Feira Metropolitana | Economia Popular Solidária | SMIC, Prefeituras, Cáritas |
| 2000/21-23/11 POA | Seminário Internacional | Trabalho e Economia Solidária | Governo do RS |
| 2000/ POA | II Feira Estadual | De Economia Popular Solidária | Cáritas, SEDAI |
| 2000/12/16-17 Passo Fundo | I Feira Regional | Economia Popular Solidária | Cáritas - UPF |
| 2001/01/28-29 POA | I Fórum Social Mundial | Economia Solidária e Autogestão | CUT, ANTEAG, Universidades |
| 2001/ 07 Santa Maria | VIII Feira Estadual | Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 2001/08/03-12 Caxias do Sul | Feira de | Economia popular solidária e agroecológica | Prefeitura Caxias do Sul e Governo do RS |
| 2001/12 Passo Fundo | II Feira Regional | Economia Popular Solidária | Cáritas - UPF |
| 2001/14/07 Sananduva | I Seminário Regional Altos da Serra | Economia Popular Solidária | Fórum do PDRA, CAMP, ANTEAG |
| 2002/01/25-30 POA | II Fórum Social Mundial : Seminário | Internacional sobre Economia Solidária | ANTEAG, Cáritas, CUT/ADS, IBASE, FASE, MST/ CONCRAB, PACS |
| 2002/04/25 | Palestras | Economia solidária, solução ou ilusão | UFRGS, UNITRABALHO, Governo do RS |
| 2002/ 05/3-5 POA | Seminário Zonal | Exclusión, desempleo alternativa EPS | Cáritas Mercosul + Chile, Arruda, Pablo Guerra |
| 2002/05 POA | IV Feira Estadual | Economia Popular Solidária | Cáritas, CAMP, CPT, ANTEAG, SMIC, SEDAI, etc. |
| 2002/13/09 Alvorada | I Feira Nacional de I Mostra Gaúcha de | Economia Solidária Empreendimentos industriais autogestion. | |
| 2002/07/07 Santa Maria | IX Feira do Cooperativismo | Cooperativismo Alternativo | Cáritas |
| 24/01/2003 FSM POA | Oficina no III FSM | A contribuição da Universidade para o fortalecimento da Economia Solidária | UNITRABALHO, ** CRIDA/CNRS/ FRANÇA |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2003/11-12 /04<br>Passo Fundo | III Feira Regional<br>III Mostra de Biodiversidade | Economia Popular Solidária | Cáritas – CETAP, CAEPS, COONALTER, EMATER/RS |
| 5–6 /07/ 2003<br>Santa Maria | X Feira Estadual | do cooperativismo alternativo | Cáritas |
| 12-13 06/ 2004 | I Encontro Estadual | de Empreendimentos da Economia Popular Solidária | CAMP, Cáritas, Fundo de Miniprojetos -Sul |
| 3–4 /07/2004<br>Santa Maria | XI Feira Estadual | do cooperativismo alternativo | Cáritas |
| 23/07/2004 POA | Reunião das entidades e Gestores públicos | de apoio à Economia Solidária e mapeamento | CAMP, Cáritas, Guayi, Prefeituras, Universidades, DRT, Escola 8 de março |
| 9/08/2004 POA | Reunião da Equipe Gestora Estadual | para a 2ª fase do mapeamento | SENAES, CAMP, Cáritas, DRT, Universidades, Escola 8 de março |
| 27/08/2004<br>Passo Fundo | Seminário Regional | Economia Solidária e Políticas Públicas | IFIBE, Cáritas –CAEPS, Fórum de EPS |
| 30/08/2004 POA | Reunião das entidades e Gestores públicos | de apoio à Economia Solidária e mapeamento | CAMP, Cáritas, Guayi, CAESP, Unijuí, DRT, Escola 8 de março |

* Entidades ligadas ao PACS e a Marcos Arruda.

**Nome da oficina: "A contribuição da Universidade para o fortalecimento da Economia Solidária".
Prof. Farid Eid – UFSCar/UNITRABALHO/Brasil. Coordenador da Oficina.
Prof. Laurent Fraisse – CRIDA/CNRS/França – Centre de Recherche sur la démocratie et l'autonomie. Tema: A experiência da Economia Solidária na França à partir do trabalho do CRIDA. Prof. Luiz Inácio Gaiger – UNISINOS/UNITRABALHO/Brasil. Tema: Experiências de Economia Solidária no Brasil.
Prof. Armando Lírio de Souza – UFPA/UNITRABALHO/Brasil. Tema: A experiência da Economia Solidária na Amazônia brasileira.

# ANEXO C - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAMPO
## E encontro com os intelectuais estudados

**1999**

• – Abril de 1999 - Universidade Católica de Pelotas - II Encontro da Regional Sul da UNITRABALHO, Luiz Inácio Gaiger.

• – 24 de junho de 1999 – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, - III Encontro da Regional Sul da UNITRABALHO, Luiz Inácio Gaiger.

• – Outubro 1999. Congresso Brasileiro de Sociologia - A Sociologia para o Século XXI, Porto Alegre - RS. Luiz Inácio Gaiger.

• – Almoço dia 16/11/2000, na UNICAMP com prof. GUTTIEREZ da UNITRABALHO, entrevista, (mais 3 contatos telefônicos, e-mail e entrega de documentos na Faculdade de Educação Física).

• – 21-23/11/2000 Seminário Internacional – Trabalho e Economia Solidária (Porto Alegre) Organizado pelo Governo de Estado. Gaiger (lançamento do livro organizado por SINGER), Mance (lançamento do livro).

**2001**

• – 25-30/01/2001 Fórum Social Mundial, Porto Alegre .- Singer – Gaiger.

• – Agosto 2001. ENCONTRO REGIONAL SUL DA UNITRABALHO, Universidade de Caxias do Sul. (Gaiger ausente)

• – 04/05/2001, Rio de Janeiro UFRJ, COPPE. Reunião dos Coordenadores da Rede de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares. (representante do Singer).

• – 20 a 24 /08/ 2001. Etnografia realizada em São Leopoldo/ Porto Alegre. Entrevistas: Gaiger, Ana Mercedes Sarria Icazza. Assisti a uma reunião de trabalho da equipe de pesquisa do professor Gaiger. Entrevista de Marinês Besson na Cáritas. Entrevistas e pesquisa no CAMP.

• – 24 /08/ 2001. Participação do Fórum Metropolitano de POA. (Encontrei Arruda com Franke da COOTRABALHO). Entrevistei Jurandir da SMIC de Porto Alegre.

• – 18/09 a 04/12/2001. Assisti uma vez por semana às aulas de Paul SINGER das 14 às 18h 30m.

• – 02/10/2001 Entrevista do Paul Singer. FEA–USP Prédio 2, sala 215, 11h 30 m.

• – 23, 24 e 25 de outubro de 2001. II Encontro Comunidade Saudável II Simpósio Ciência e Sociedade: Economia Solidária; Local do evento: UNICAMP - Campinas (SP). Evento promovido pelo IPES (Instituto de Pesquisa Especial para a Sociedade), COCEN, PREAC – UNICAMP.

• – Entrevista com Antônio Cruz na UNICAMP.

• – 27/11/2001. Entrevista André Ricardo de Souza na USP.

**2002**

• – 31/01/a 02/02/2002. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre. Singer, Gaiger, Arruda.

• – 22 e 24/04/2002: Entrevistas no PACS, Rio de Janeiro. Robson do Patrocínio, Marcos Arruda.

• – FASE 22 /04/2002: Entrevista com Rosemary Gomes na FASE, Rio de Janeiro.

• – 21 e 24/04/2002: Almoço no Rio de Janeiro com Lia Tiriba.

• – 25 de abril de 2002. Evento: Economia solidária, solução ou ilusão? Porto Alegre (RS). Evento promovido pela UFRGS, UNITRABALHO e Governo do Estado do RS. Singer, Gaiger, Arruda.

• – 26 de abril de 2002. Reunião de trabalho. Unisinos. *A outra economia*. Gaiger, Arruda.

• – II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Local do evento: UNICAMP - Campinas (SP). Singer, Gaiger.

• – 13 de junho 2002. Fórum de Economia Solidária organizado pela OCERGS. Unijuí – Ijuí. Gaiger palestrante.

• – 16 de junho de 2002. XXIII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA. Encontro com Gaiger.

• – 7-8 de julho de 2002. I Feira Nacional de Economia Popular Solidária. Santa Maria. Entrevista de membros e responsáveis de empreendimentos de economia solidária.

• – 29 a 31 de agosto de 2002. VI ENCONTRO REGIONAL SUL DA UNITRABALHO UFPR . Curitiba – PR. Gaiger, coordenador do GT.

• – 8 de novembro de 2002, Reunião de trabalho na Unisinos, *A outra economia*. Gaiger, Arruda, Singer.

**2003**

• – 24-27 janeiro de 2003. III Fórum Social Mundial. Eixo 1, Painel de Economia Solidária. Mesas do Seminário Internacional; Oficinas da RBSES e da ITCP da USP.

Reunião organizada pelo Professor Domingos A. Donida e Gaiger para formação de uma Rede de Estudos sobre a Economia Solidária com o CRIDA, Aliança - França; UNITRABALHO, UNESP e UF São Carlos, UNISINOS, Cáritas Brasil e Uruguai, Coraggio da Universidade de Sarmiento Argentina. Cátedra UNESCO; Universidade da República do Uruguai.

- 17 de maio, participação no Fórum da Região noroeste do RS de Economia Solidária.
- 01 a 03/jul. 2003, 1° Colóquio internacional trabalho e sociedade solidária, IV Encontro de estudos sobre o mundo do trabalho. UNISINOS, apresentação de trabalho.
- 7 de junho, participação no Fórum da Região noroeste do RS de Economia Solidária.
- 2 de agosto, participação no Fórum da Região noroeste do RS de Economia Solidária.
- 16-18 de setembro, 21-23 de outubro e 29-30 de outubro, Coordenação de um Curso de extensão em economia solidária na UNIJUÍ – 60 horas.
- 8 de novembro, participação no Fórum da Região Noroeste do RS de Economia Solidária.
- 26 –28 de novembro, coordenação do Colóquio Internacional: políticas públicas, pobreza e exclusão social, organizado pela Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa – AISLF e palestra: A Economia Solidária: formação de um novo protagonista sociopolítico, o trabalhador associado.
- Dezembro: Elaboração de um projeto para solicitar financiamento junto à FINEP para criação de uma incubadora de economia solidária no Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ.

**2004**

- Economia Solidária.
- A partir de abril: Implantação de uma incubadora de economia solidária na UNIJUÍ e coordenação da mesma.
- 30 de abril: visita da Feira de Economia Popular Solidária em Porto Alegre.
- 29 de maio: participação no Fórum da Região noroeste do RS de Economia Solidária.
- 12 e 13 de junho: participação no I Encontro dos Trabalhadores da Economia Popular e solidária do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.
- 13 de junho: participação na reunião das entidades de apoio à EPS em Porto Alegre.
- 2 de julho: participação na Feira Nacional de Economia Solidária em Santa Maria (RS).
- 9 de agosto: participação na reunião da Equipe Gestora Estadual – EGE do mapeamento da Economia Solidária, em Porto Alegre.
- 21 de agosto: participação no VI Fórum Regional de Economia Solidária e II Feira Municipal de Economia Popular Solidária em Panambi.

- 27 de agosto: participação no Seminário Regional Economia Solidária e Políticas Públicas organizado pelo Instituto de Filosofia Bertier – IFIBE, a CAESP, a Cáritas e o Fórum regional de EPS, em Passo Fundo. Palestrante: Marcos Arruda.
- 30 de agosto: participação na reunião da Equipe Gestora Estadual – EGE, para avaliação da primeira fase do mapeamento e preparação da segunda fase da Economia Solidária, em Porto Alegre.

**PUBLICAÇÕES a convite de algum dos intelectuais estudados.**

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia moral um conceito bom para pensar a economia solidária? **Revista de Ciências Sociais**, Unisinos - São Leopoldo, v. 37, n. 159, jul/dez, p. 59-102, 2001. Convite do Professor Gaiger.

_____. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Site www.ecosol.org.br a pedido do Professor Gaiger (o texto foi usado para iniciar uma disciplina do mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UNISINOS).

_____. Economia moral. In: CATTANI, Antonio, D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 96-100. Com a participação entre outros de Singer, Arruda e Gaiger. (Publicação da UNITRABALHO).

_____ ; SCHIOCHET, Valmor. Economia da dádiva. In: CATTANI, Antonio, D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 84-87.

# ANEXO D – LISTA DAS PUBLICAÇÕES DE ARRUDA, GAIGER, SINGER

Para melhor compreensão da produção intelectual dos autores estudados nesta tese, listei, a seguir, parte de suas publicações, principalmente aquelas que tratam da economia solidária e foram escritas entre 1994 e 2003. No que se refere a Gaiger, trata-se da maioria dos seus escritos; quanto a Arruda e, principalmente, Singer, listei apenas uma pequena parte. Como muitos livros são publicações de intervenções orais, listarei a seguir os artigos e livros na ordem cronológica da sua divulgação, seja ela oral ou escrita. A data da intervenção oral virá entre colchetes. Quando foi possível, o mês da intervenção ou da publicação é mencionado. Penso que isto é importante para acompanhar melhor o desenvolvimento das idéias de cada autor, a circulação das mesmas, bem como os diálogos e embates que podem suscitar. É certo que os escritos são sempre anteriores à sua publicação, temos que tomar isto em consideração, mas não foi possível datá-los até porque se trata de um processo, às vezes, demorado.

No anexo seguinte, publicarei também a correspondência eletrônica citada, a fim de torná-la acessível a quem desejar.

## LISTA PUBLICAÇÕES ARRUDA

1. ARRUDA, Marcos S. [1994a]. A Nova Ordem Mundial: Crise de Ética e de Racionalidade. In: BOFF, Leonardo e _____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 34-48.
2. _____. [1996]. Globalização e Sociedade Civil - Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa. In: BOFF, Leonardo e _____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 49-102.
3. _____. Capital Social o Trabajo Social. monografia, PACS, Rio de Janeiro, 1998a.

4. _____. [09/1998b]. O 'Feminino Criador': Socioeconomia Solidária e Educação. In: BOFF, Leonardo e ____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 119-143.

5._____. [09/1998c] Globalização e América Latina: oportunidades e desafios. In: BOFF, Leonardo e ____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 144-158.

6. _____. [12/1998d] Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário. In: BOFF, Leonardo e ____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 159-185.

7. _____. **Dívida E(x)terna: Para o Capital Tudo, Para o Social Migalhas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

8. _____. [1999b]. Neoliberal Financial Globalization: Capitalism's Grave Illness. In: BOFF, Leonardo e _____. **Globalização: Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p.

9. _____. [1999c]. Notas sobre Que Fazer para Alimentar a Mística dos que Estão na Vida Política. In: BOFF, Leonardo e _____. **Globalização: Desafios Sócio-econômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a. p. 194-201.

10. _____. A Cultura da Socioeconomia Solidária, ficha DPH/PACS, Rio de Janeiro, 2000b.

11. _____. [1999d]. Um novo humanismo para uma nova economia. In: Kraychete Gabriel et alii (Org.) **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000c, p. 199-223.

12. _____; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000d. p. 317- 332.

13. _____. **Educação para que trabalho?** Trabalho para que ser humano? Reflexões sobre educação e trabalho, seu significado e seu futuro. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.

14. _____. **Entrevista concedida**. Rio de Janeiro, 24 abr. 2002a.

15. _____. **Carta a Lula e Dirceu**. 27 de julho de 2002b. Enviada por e-mail.

16. _____. **Carta a Lula e Dirceu**. 18 de outubro de 2002c. Enviada por e-mail.

17. _____. **Carta a Lula e Dirceu**. 06 dezembro de 2002d. Enviada por e-mail.

18. _____. Socioeconomia solidária. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 232 – 242.

19. _____. Carta aberta à Paul Singer. 16 jan. 2003. Enviada por e-mail

19. _____. Socioeconomia solidária. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 232-242.

20. _____. **Carta aberta a Lula e Dirceu**. fevereiro de 2003b. Enviada por e-mail.

21. _____. **Carta aberta a Lula e Dirceu**. 11 de maio de 2003c. Enviada por e-mail.

22. _____. **Carta aberta a Lula e Genoíno**. 29 de julho de 2003d. Enviada por e-mail.

23. _____. **Humanizar o infra-humano**. A formação do ser humano integral: Homo Evolutivo, Práxis e Economia Solidária. Petrópolis: Vozes, 2003e.

## LISTA PUBLICAÇÕES GAIGER

1. GAIGER, L. Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos CEDOPE** - Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 10, 1994.
2. CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Brasília: UNB, 1995.
3. GAIGER, L. Subordinação ou cidadania? Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 157, p. 17-36, 1995a.
4. _____. **A segurança alimentar no contexto das lutas pela terra no RS**. São Leopoldo: Centro de Documentação e Pesquisa – UNISINOS, 1995b.
5. _____. As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? **Tempo e Presença**, n. 282, p. 11-13, 1995c.
6. ____. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.
7_____. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 50, p. 47- 71, 1998.
8. _____. (coord.); BESSON, Marinês; LARA, Fernando Maccari; SOMMER, Ivan et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos Cedope**: movimentos sociais e cultura. São Leopoldo: UNISINOS, n. 15, 1999a.
9. _____. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999b.
10. _____. La solidaridad como una alternativa económica para los pobres. **Ciriec-**España, n.31, p.187- 205, 1999c.
11. _____. Significados e tendências da economia solidária. In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária:** reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999d. p. 29-42.
12. _____. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: Kraychete Gabriel et alii (org.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000a. p. 167-198.
13. _____. **A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor**. Dublin: ITR'S Fourth international conference, [jul. 2000b]. Disponível em: <www.ecosol.org.br>.
14. _____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000c. p. 267-286.

15. _____. [2000] As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Ciências Sociais UNISINOS**. São Leopoldo: UNISINOS, p. 103-151, 2001b.
16. _____. **Economia popular solidária**. Uma conversa de Luiz Inácio Gaiger com o Conselho de Escolas de trabalhadores. Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa e Assessoria em educação. 2001a.
17. _____. Virtudes do trabalho nos Empreendimentos econômicos solidários. **Revista LatinoAmericana de Estúdios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 7, n. 13, p.191-211, 2001d.
18. _____. **Entrevista concedida.** São Leopoldo (RS), 21 ago. 2001c.
19. _____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <www.ecosol.org.br > Acesso em: 07 de março 2002.
20. _____. Projeto de pesquisa: Experiências de geração de renda: No Rumo de uma Economia Popular Solidária. Disponível em: <www.ecosol.org.br >.
21. _____. Eficiência sistêmica. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 125-130.
22. _____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003ª. p. 135-143.
23. _____. "L'économie solidaire au Brésil". **Recherches – Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 21, p. 80-96, 2003b.
24. _____. A economia solidária frente a novos horizontes. Junho 2003c. Disponível em: <www.ecosol.org.br >.
25. _____. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

## LISTA PUBLICAÇÕES SINGER

1. SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, v. 26, n. 72, p. 6-13, 1997.
2. _____. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. Teoria e Debate. n.35, jul.-ago.-set. 1997. e In: HADDAD, Fernando (Org.). **Desorganizando o consenso**. Nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 101-116.
3. _____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998a.
4. _____. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998b.
5. _____. Prefácio. A crise do trabalho e a economia solidária. In: ANTEAG. **Empresa social e globalização:** Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. São Paulo: ANTEAG, 1998c.
6. _____. Crise do trabalho e economia solidária. **Seminário de Tropicologia**, V reunião ordinária, Recife, 22 de set. de 1998d. capturado na internet dia 06/04/2000.

7. _____. "Os meus mestres" In: Flavio Aguiar (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 170-175.
8. _____. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: **CUT BRASIL**. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999a. p. 23-28. Disponível em http://www.ilea.ufrgs.br/unitrab.
9. _____. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: **CUT BRASIL**. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999b. p. 51-60.
10. _____. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes**, USP: Humanitas,1999c.
11. _____. Desafios à solidariedade e A cooperativa é uma empresa socialista. In: **Sindicalismo e Cooperativismo. A economia solidária em debate.** SP: UNITRABALHO, [1999d]. p. 63-76 e 79-91.
12. _____. Cooperativas são empresas socialistas. **Unitrabalho Informa**. n.10, jan. 2000a.
13. _____. O Brasil no limiar do terceiro milênio. **Estudos Avançados.** v. 14, n. 38, São Paulo, IEA/USP, jan/abril 2000a, p. 247-259.
14. _____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Kraychete Gabriel et alii (Orgs). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes (Capina/CESE/UCSal), 2000b. p. 143-165.
15. _____; Machado João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jun. 2000d.
16. _____. Socialismo deve radicalizar a democracia. 1 quinzena de set. 2000e.
17. SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000c. p. 11-28.
18. _____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: _____; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000e. p. 123-134.
19. _____. "Mondragón, uma experiência de cooperação autogestionária" em PONTE JR., O. de Sá (Org.) **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**, Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2000f, p. 15 a 40.
20. _____. O combate à pobreza e suas vítimas. **Valor econômico**, São Paulo, 19/03/ e 02/04/2001.
21. _____. "A economia solidária" em **Teoria e Debate**, S. Paulo, Fev. Março. Abril 2001 p. 42-44.
22. _____. "Economia solidária: possibilidades e desafios" **Proposta**, Rio de Janeiro, Fase, Março-Agosto de 2001b, p. 44-58.
23. _____. "Apresentação" de Holzmann, Lorena, **Operários sem patrões: gestão cooperativa e dilemas da democracia**, S.Carlos (SP), Editora da Universidade Federal de S. Carlos, 2001d, p. 9-12
24. _____. Entrevista com profissionais de destaque na área. Captado na web em 2001e.

25. _____. **Entrevista concedida**. São Paulo, 02 out. 2001.
26. _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver. Os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-129.
27. _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002b.
28. _____. Economia solidária. In: CATTANI Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ Editores, 2003a. p. 116-125.
29. _____. Prefácio. In: BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. da. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACSs a EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003b. p. 5-10.

# ANEXO E – CARTAS POLÍTICAS de ARRUDA

– julho de 2002 a julho de 2003 –

De: "marruda" <marruda@p...>
Data: Sáb Jul 27, 2002 8:24 pm
Assunto: A Lula e Dirceu: Sobre Economia Solidária no PAG

Lula e Dirceu,

Sentimos que nos discursos públicos que ouvimos ou lemos de vocês há uma lacuna importante, que é a referência à economia solidária (ou que outro nome vocês prefiram) como uma vertente de construção de uma economia de justiça e eqüidade em lugar da economia de injustiça e desigualdade que domina o mundo hoje.

* Em vários estados do Brasil prosperam as articulações em redes de economia solidária, integrando atividades relacionadas ao consumo ético e solidário com outras de produção de bens e serviços autogestionários, de comércio justo a nível local, nacional e até internacional, de finanças solidárias, de educação cooperativa e de comunicação dialógica. Também temos trabalhado pela construção de cadeias produtivas associativas, integrando de forma solidária empreendimentos desde o nível da produção das matérias primas até o do consumidor final.

* Em agosto devemos realizar o segundo Encontro da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, congregando cerca de 200 pessoas envolvidos nessas atividades vindas de todo o Brasil, mais algumas do exterior.

* A CUT nacional e várias federações têm avançado na promoção de iniciativas associativas e cooperativas, inclusive as da ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário) como o ECOSOL - Programa de Crédito solidário da ADS, - e os cursos promovidos pela Federação dos Metalúrgicos, entre outros.

* No Fórum Social Mundial de 2002 realizamos, em coordenação com redes de economia solidária de outros países, eventos de Economia Solidária - conferência, seminário e oficinas - dos quais participaram com grande interesse literalmente milhares de pessoas. Estaremos organizando novos eventos no FSM 2003, inclusive colaborando com o Acampamento da Juventude na sua organização como Cidade Autogestionária, um espaço em que dezenas de milhares de pessoas - sobretudo jovens - estarão vivenciando práticas e valores de economia solidária e autogestão, nos diversos campos, inclusive no ambiental.

* Colômbia e Equador já reconheceram a Economia Solidária como um setor econômico legal e legítimo, ao lado dos setores estatal e privado. A Nicarágua sandinista também havia criado o "Setor de Propriedade Social".

Abaixo, gostaria de passar-lhes novamente a mensagem escrita pelo amigo e companheiro Euclides Mance, professor de filosofia, ativista e teórico da Economia Solidária, com sugestões de políticas públicas que favorecem e promovem a economia solidária e que achamos importante incluirmos na nossa plataforma de governo e também na Campanha.

Abraços,
Marcos

---

De: Euclides Mance
02/04/02

Oi Marcos e Amigos/as.

Colaborando neste debate acho que poderíamos propor, ao projeto de desenvolvimento socio-econômico nacional, uma linha de recursos que seriam liberados pelo Governo Federal diretamente a redes municipais no campo da economia solidária. A gestão seria feita por uma espécie de conselho de desenvolvimento local (aproveitando a experiência acumulada que temos com os diversos tipos de conselhos) e a liberação de recursos seria condicionada a apresentação de um Plano de Desenvolvimento Econômico Local, integrado e sustentável, respeitando-se as condições geo-estratégicas locais, centrado na autogestão, geração de postos de trabalho e distribuição de renda.

Coloquei na área de arquivos uma versão melhor formatada das propostas apresentadas, neste campo, na última eleição em Curitiba, que a esquerda perdeu por poucos votos. Ele inclui como instrumentos de apoio às Redes de Socioeconomia Solidária Locais: Banco do Povo, Bolsa de Negócios, Rede de Comércio Solidário, Bolsa Escola, Primeiro Emprego, Recomeço, Urbanização Comunitária, Incubadoras de Empresas, Cooperativas de Prestadores de Serviços e Licitações Pulverizadas. Acho que alguma coisa daí, podemos aproveitar. O arquivo está em:
http://br.groups.yahoo.com/group/redesolidaria/files/PAG2000.zip

Devemos também resgatar em forma de política pública mecanismos de apoio a todas as nossas práticas bem sucedidas, como cartões de crédito solidário, fundos de desenvolvimento solidário, compras coletivas, redes de trocas, etc.

Seria fundamental que o Governo Federal gerasse condições de implementarmos todos os mecanismos informatizados via WEB para interconexão em rede dos empreendimentos e organizações de economia solidária, comércio eletrônico, etc.

O IBGE poderia trabalhar em um mapeamento nacional cruzando os dados regionalizados de pobreza, com os recursos geoestratégicos locais, articulado a um mapeamento dos empreendimentos de economia solidária e informal em todo o Brasil, e desse cruzamento de dados poderíamos gerar algumas dezenas prioridades de desenvolvimento tecnológico de produtos, como no caso dos derivados da castanha no norte do país, e de indução de desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável.

Temos que propor também alterações na legislação, criando uma legislação específica para a economia solidária, como um setor específico da economia nacional, como já ocorre em outros países.

Diversas organizações e pessoas que participam deste Fórum Eletrônico têm um acúmulo muito grande em torno de tudo isso.

Precisamos definir uma metodologia de como avançar neste debate, para incorporar o maior número de contribuições possíveis e aprofundá-las de maneira articulada em uma perspectiva estratégica.

Um abraço a todos/as.

Euclides Mance

A: Lula e Dirceu,
De: Marcos Arruda
Rio, 18/10/02

Companheiros:

Espero que tenham podido olhar, mesmo que brevemente, minhas três mensagens recentes.

Acrescento brevemente:

1) **CAMPANHA NA MÍDIA:** A campanha na TV pela equipe Serra está de um baixo nivel lamentavel. Acho bom que voces o deixem estrebuchando odio enquanto se concentram em falar das nossas propostas de governo e da alegria que representará para o povo a nossa vitória.

2) **POLÍTICA ECONÔMICA NA CAMPANHA**: Já as declarações do Palocci são muito preocupantes. A ideia de aceitar exigências do FMI, como a de aumentar o superavit primário e garantir a todo custo a prioridade do pagamento aos bancos sobre qualquer outra prioridade orçamentária é uma ideia suicida, pois inviabiliza qualquer projeto de crescimento com redistribuição e torna o país ingovernável. Eu até entenderia toda declaração do Palocci ou do Mantega nesse sentido, contanto que viesse com uma ressalva explícita: **toda intenção expressa pelo PT neste momento estará sujeita a revisão diante dos acontecimentos futuros e do comportamento dos diversos atores.** Isto coloca parte da responsabilidade pelos acontecimentos nas mãos dos que realmente estarão influindo neles, e não só nas do novo governo. E abre a possibilidade de tomadas de decisão mais realistas e pragmáticas para superar a crise e recolocar o país na trilha do crescimento com redistribuição.

3) Espero que voces estejam alertas para os riscos que nos esperam com a vitória:
(1) a tentativa de desestabilização pelos atores do poder econômico, sobretudo internacionais;
(2) o risco, sobre o qual tenho alertado há meses, e que agora está também mencionado por atores poderosos como Soros e Stiglitz, de um colapso financeiro do país, caso pretendamos governar para os fins que anunciamos na campanha;
(3) o risco implicado na defesa de mais autonomia para o Banco Central - uma proposta marcada por um conceito monetarista de economia, que tira do Executivo o controle sobre um instrumento chave de politica econômica;
(4) o risco de continuar a política econômica na linha do FMI, que é essencialmente recessiva: altos juros, cambio "livre", arrocho interno e investimentos orientados para gerar superávit comercial;

(5) o risco de iludir-nos que a retomada sustentável do crescimento pode se dar apenas através de aumento das exportações;
(6) o risco de não aproveitar o *momentum* da vitória eleitoral (os primeiros 6 meses são os mais propícios) para fazer algumas mudanças profundas, inclusive na estrutura fiscal e tributária do país, para viabilizar a redistribuição da renda e da riqueza e a retomada do crescimento;
(7) o risco do aprofundamento de uma conjuntura de guerra caso ocorra a invasão do Iraque, com implicações para a segurança e para a economia mundial e também brasileira.
**Sobre isto nós, economistas no Rio ligados ao PT, estaremos escrevendo a vocês assim que terminar o segundo turno.**

4) **O PROJETO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**: trabalhamos com um duplo conceito de economia solidária - um, o conjunto de iniciativas populares marcadas pela autogestão e o espírito solidário que contribuem para a sobrevivência da população, sobretudo dos excluídos do mercado capitalista; o outro, o projeto de um outro sistema econômico, voltado para o desenvolvimento social e humano, que resgata a centralidade do trabalho, saber e criatividade humanos, e que tem como modos de relação a cooperação, a reciprocidade, a complementaridade do diverso (pessoas, coletividades, regiões, nações) e a solidariedade.

No **Fórum Social Mundial 2002**, articulamos dois grupos de atores importantes: um **Grupo de Trabalho Brasileiro**, formado por redes e entidades (ADS-CUT, Cáritas, Fase, Pacs, Ibase, Coppe) mais o governo do Estado do RS, e uma **Rede de redes internacionais ativas na Economia Solidária**. Organizamos no FSM02 uma Conferência, com mais de 2000 participantes, um Seminário de um dia e meio, com cerca de 500 participantes em cada sessão, e várias Oficinas. Estamos de novo preparando iniciativas para o **FSM03**, que ocorrerá dentro de uma nova conjuntura - um novo governo nacional liderado pelo PT! É fundamental que o PT esteja consciente desta corrente de luta transformadora, que concentra seus esforços mais na criação do novo do que a desconstrução do velho. As atividades das redes envolvem toda a cadeia produtiva: consumo (ético e sustentável), produção (autogestionária), comércio (justo e equitativo), finança e crédito solidários, educação e comunicação. O objetivo é o empoderamento econômico da sociedade, a conversão de cada pessoa e comunidade do povo em sujeito ou cidadão consciente e ativo da economia. Trata-se da construção da hegemonia do mundo do trabalho através do seu empoderamento econômico. O Estado, neste projeto, tem um papel importantíssimo, mas complementar ao da própria Sociedade. Este é o projeto político-cultural da Economia Solidária. E ele se construirá num processo que já está em andamento e que visa a objetivos maiores que a Nação: uma globalização cooperativa e solidária, onde a paz reine como fruto da justiça, do respeito mútuo e da equidade.

Trago-lhes a proposta de uma reunião do GT Brasileiro com vocês dois e quem mais desejem convidar, para discutirmos o tema e o papel que o Estado brasileiro pode desempenhar na promoção dessas atividades.
Data: depois da vitória e antes da posse.

'A espera de retorno de vocês,
Um esperançoso abraço,
Marcos

Rio, 6/12/02
Presidente Lula e companheiro Dirceu

Parabéns pela maneira como vocês estão levando a construção do Pacto Social e do Ministério do novo Governo. Gostaria de trazer algumas sugestões, espero que não cheguem tarde demais para a reunião de amanhã do Pres. Lula com o FMI.

Sei que Palocci já teve uma reunião com o Horst Koehler, gostaria de ter escrito antes, mas as viagens e trabalhos não permitiram. Não nos intimidemos com o figurão nem com a megainstituição. Temos o poder e o embalo do voto popular, e precisamos usá-lo já, sobretudo já, no início do mandato, quando temos como desafio levar este imenso barco para águas menos perigosas e tumultuadas. O Brasil do FHC e do FMI virou o Titanic! Vamos mudar o Brasil de identidade e temos como fazer isto! Aqui vão algumas sugestões para a conversa de amanhã:

1. Volto a insistir na importância de o Lula dar ao FMI, desde o início, uma compreensão clara de que um novo modo de negociação estará em vigor entre o novo governo e as instituições financeiras multilaterais. A presença de pelo menos um senador ou senadora seria fundamental - é preciso que o FMI entenda que o Legislativo vai participar ativamente da política externa brasileira. Também relembro a sugestão que já fiz da presença de representante/s de entidades da sociedade, reforçando a política de transparência e participação social no governo, inclusive na política econômica externa, que hoje tem uma influência determinante na vida do nosso povo.

2. O problema da crise brasileira precisa ser reconcebido. Como médicos que só aprendem a diagnosticar e a dar remédios, sem se perguntarem sobre as causas e os fatores preventivos e curativos mais eficazes, os economistas do sistema continuam atribuindo falsamente a inflação à demanda e estão sempre punindo o poder aquisitivo da população. Isto faz que a cresça a concentração da renda e da riqueza, enquanto à tendência à crise se perpetua. Mas o Brasil tem vivido uma prolongada recessão, o poder de compra está sempre mais deprimido e os preços não param de subir. Qualquer marciano que chegasse ao Brasil logo iria entender que, com as taxas de juros altíssimas que são praticadas, mais o descontrole do câmbio, mais as vagas especulativas ligadas aos pagamentos da dívida indexada ao câmbio, os preços só podem disparar! E seria necessário atuar sobre estes fatores! Mas os monetaristas não vêem assim e só pensam na moeda, daí sobrevalorizarem o papel do Banco Central, em vez de se preocuparem com o lado da oferta, com a política cambial, com a taxa de juros que eleva à estratosfera os custos financeiros da produção e desestimula o investimento produtivo, com a sobreexposição do Brasil ao dólar, com o excessivo passivo externo... É preciso colocar claramente para o FMI que nossa

interpretação da crise e dos seus fatores é diferente da que tem vigorado, e que nossas estratégias e táticas para superar a crise serão outras.

3. Acho essencial dar ao FMI a idéia de que compreendemos como grave a situação do endividamento brasileiro - externo e interno - e que temos que tomar providências urgências para evitar um colapso financeiro no ano que vem. Isto não precisa ser dito ao público nem "aos mercados" (esta entidade que parece impessoal mas esconde caras e bolsos bem pessoais), mas certamente deve ser dita ao FMI. O passo seguinte seria iniciar a auditoria e propor a renegociação, enquanto nossas reservas ainda são suficientes para termos um razoável poder de barganha. Vocês já conhecem minha opinião, mas devo expressá-la outra vez, mesmo que seja para que se lembrem dela quando a crise estourar, caso não sejam tomadas as providências heterodoxas que são necessárias desde já.

4. O outro ponto a expressar ao H. Koehler é que temos novas prioridades para o Orçamento da União. Precisamos liberar parte dos recursos orçamentários, hoje dedicados a priori para pagar e rolar as dívidas, a fim de investir nas necessidades internas da economia e da sociedade. Temos um projeto de desenvolvimento próprio do Brasil, e temos que financiá-lo fundamentalmente com recursos gerados no País! Para isto, estamos decididos a reduzir nossa exposição aos capitais externos e, em conseqüência, nosso passivo externo. Isto não quer dizer repelir o capital transnacional. Queremos, sim, convidá-lo a ajustar-se a essas novas prioridades e investir nas áreas que estimulem a produção para o mercado interno, em primeiro, e para os externos, em segundo. Devemos dizer também que não vamos iludir-nos de que só com políticas recessivas se combate a inflação - foi assim que o Brasil praticamente estagnou nos últimos anos... e a inflação assim mesmo não foi controlada duravelmente! A última herança macroeconômica positiva do governo FHC está se desmanchando no ar, com a recessão combinada com inflação de dois dígitos! O remédio dos juros altos e do descontrole cambial são suicidas! Mais uma vez furou a meta inflacionária com o FMI. Por erros de cálculo e deontológicos e incompetência política e administrativa de Malan e equipe, e dos seus patronos do FMI! Queremos fazer o país crescer para responder às necessidades prementes e estruturais que vivem a população e a Nação. Para isto, é preciso reorientar recursos do setor financeiro para o produtivo, redistribuir renda e riqueza e reestimular o crescimento. Haverá desequilíbrio temporário da taxa de inflação, o tempo de o setor produtivo e importador adequar-se ao gradual aumento da demanda efetiva...

5. Último ponto: Lula deve dizer uma palavra de protesto contra a forma como o FMI tem tratado a Argentina. A Argentina seguiu com fidelidade os conselhos e condicionalidades do FMI e foi levada ao abismo. Como membro do FMI, o país tem direito a fazer saques para superar desequilíbrios econômico-financeiros. O FMI não devia subordinar este direito a condicionalidades que excedem em muito seu próprio mandato. O FMI não devia ser

cúmplice da morte de fome de 3 crianças argentinas por dia. O Brasil de Lula estará decidido a agir de forma solidária com o país irmão para contribuir com a superação desta crise fabricada e eticamente intolerável.

Palavra final: não menosprezem a importância de nomear como diretores executivos do Brasil no FMI, Banco Mundial e BID pessoas que representem autenticamente o projeto de desenvolvimento próprio do novo governo! São posições estrategicamente chave e merecem uma consideração muito particular. Para o bem do Brasil e dos outros países que estaremos representando nessas instituições, não entreguem estes postos a gente que participou dos governos anteriores, sobretudo os do Collor e FHC.

Abraços,
Marcos

**De:** "Marcos Arruda" <marruda@p...>
**Data:** Qui Jan 16, 2003 4:58 am
**Assunto:** MA a Paul Singer: SENAES

Lugano, 15/1/03

Caríssimo Paul,
Feliz 2003! Espero que tenha lido minhas mensagens recentes.
Gostaria de abraçá-lo pela nomeação como Secretário de Economia Solidária do Governo Lula! É uma conquista para todos nós. Estamos cheios de entusiasmo e esperança! E queremos colaborar com você para fazer da sua Secretaria uma referência nacional e internacional. Conte comigo, com o Pacs, com a RBSES.
Amanhã tomo o avião de Milão para o Rio. Estarei em Porto Alegre a partir de 20/1, até 29/1.
Agradeço o texto com sua proposta para a Secretaria e gostaria de oferecer alguns breves comentários e sugestões. Devolvo seu texto marcando em vermelho os locais em que faço comentários ou que precisam de correção ortográfica ou gramatical.

P. 1, Par.1:
* Na definição de economia solidária eu acho que devemos incluir a oferta de serviços - inclusive e sobretudo educação e comunicação solidárias. Talvez seja o caso de falar em "produção de bens e serviços", ou então falar em oferta de serviços. Isto também convém porque integra todo o universo do que se chama, a meu ver impropriamente, "cooperativas de trabalho".
* Sobre propriedade: não acho que a propriedade coletiva seja uma condição, pois devemos incluir as propriedades familiares rurais e qualquer outra relação de produção que não envolva exploração da força de trabalho. Isto merece um debate, e estou pronto a fazê-lo quando você quiser. O importante é estarmos abertos para acolher todo empreendimento que exclua a exploração do trabalho do Homo e a relação destruidora da natureza.

P. 1, Par.4:
* Achamos que Fórum Brasileiro é preferível a Nacional, dado que trabalhamos em estreita relação com Foruns internacionais.
* Esta rede eletrônica de comércio solidário não seria a da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, que se constroi no portal www.redesolidaria.com.br através de um mapeamento sistemático das iniciativas de economia solidária em

cada estado, e também noutros países?

P.2 últ. par.:

* Sescoop, creio, é a sigla correta.

P. 3:

* Cooperativas de trabalho: trabalho produtivo e tão trabalho quanto a oferta de serviços! Por isso criticamos o nome e preferimos cooperativas de serviços. As autênticas dentre elas são formadas por trabalhadores que são associados e autogestores. Muitas são manipuladas por elites burocráticas, bem sabemos, e estas será preciso sanear. Mas o campo do cooperativismo de serviços precisa ser instituído e promovido com todos os direitos. É o que pensamos na RBSES.
* De acordo que o âmbio de atuação da SENAES deve ser mais abrangente do que o Min. do Trabalho! Ela deve atuar também, entre outros, junto ao Ministério Público do Trabalho, portanto, ao Judiciário.
* De acordo com a distinção entre Economia Solidária e Terceiro Setor! Nossa luta é para promover a economia do trabalho emancipado a PRIMEIRO SETOR, não é mesmo?

P.4:

* Ainda sobre esta distinção: não seria bom mencionar que nosso objetivo estratégico é que um dia todos os trabalhadores tenham O DIREITO e a oportunidade de inserir-se à produção social DE FORMA AUTOGESTIONÁRIA E SOLIDÁRIA?
* Sobre a responsabilidade social das empresas, acho correto o conceito de que se excluem do campo da economia solidária. Um exemplo próximo de você: a FERSOL, do amigo e companheiro da Cives Michael Haradom. Mas existem as que estão em processo de transição, e é preciso dar um espaço para elas. Seu texto, neste sentido, está bom. Acho, porém, que merece menção que algumas estão em plena metamorfose e esperamos que o efeito de demonstração da economia solidária atraia cada vez mais, e que tenhamos uma estratégia para fomentar este processo.

P.5:

* Excelentes os três eixos. Acho que devem ser propostos 3 eixos e não dois. O da questão legal e jurídica tem sentido em si próprio! Temos alguns nomes a sugerir para sua consideração. O segundo eixo é muito importante para nós (e você gentilmente menciona duas de nós no seu texto), entidades que atuamos na

economia solidária com poucos recursos e um trabalho e demanda acima das nossas forças!

* Uma das atividades que acho fundamental e que não está destacada entre os eixos é a promoção e apoio a empreendimentos cooperativos e associativos de finanças solidárias - autogestionários e solidários. Sem eles os outros não se viabilizam, nem tampouco a economia solidária como sistema se constrói com pujança, eficácia e autonomia. Vejo que na P. 6, ponto 4, você reforça esta questão! Uma das pessoas que pode colaborar mais eficazmente com você neste sentido é o Idalvo Toscano, de BH.

* Colaboração com o Programa Fome Zero: você deve ter lido minha mensagem ao Pres. Lula e Dirceu, em que falo da necessidade de duas estratégias complementares para o Programa - a emergencial, de alimentar imediatamente quem tem fome; e a estrutural e estratégica, que é organizar, educar e instrumentar essa população faminta para que ela se capacite para, pouco a pouco, tornar-se produtiva, cidadã ativa. Neste sentido, acho importante você conhecer a proposta elaborada por Euclides Mance, da Rede Brasileira de SES, para a promoção de cooperativas de consumo e de produção de alimentos básicos pelas próprias pessoas e famílias que hoje vivem na miséria. A proposta quantifica os empreendimentos possíveis de serem criados em cada estado. Merece que você a conheça e a inclua nos planos da SENAES.

P. 6:

* Colaboração com o Ministério de Integração Nacional: ainda não sei se este é também o Ministério do Desenvolvimento (antes era um só, incluindo as duas dimensões). Comentei com Lula e Dirceu que este é um dos dois Ministérios estratégicos para a gestão de um Projeto de Desenvolvimento Próprio do Brasil, a meu ver; o outro é o do Planejamento. Considero que o desenvolvimento social e humano (das coletividades e das pessoas) é o verdadeiro objetivo da atividade econômica. Por isso, acho o ponto 3 da maior importância. Trabalhei neste sentido como consultor do Ministério da Educação Nacional da Nicarágua durante 10 anos de governo sandinista e estou disponível novamente para colaborar neste sentido com a Secretaria que você estará coordenando.

* O ponto 5, colaboração com o BNDES, merece também um debate aberto, pois o que este fez até agora pode ser ampliado e muito melhorado. O mesmo em relação ao Sebrae. Teríamos sugestões a oferecer.

* Ponto 6: novamente menciono o Euclides Mance, que tem feito um verdadeiro apostolado em favor das redes de colaboração solidária, com um conceito

universal e abrangente, que oferece imenso potencial de ampliação da economia solidária como sistema.
* Um ponto que talvez mereça ser acrescentado são as relações com redes internacionais e também com entidades de governo de outros países que promovem a economia solidária. Teríamos sugestões a oferecer, já que temos cultivado há vários anos a construção de redes continentais e globais de economia solidária e temos abundantes e ricos contatos a oferecer.

Um afetuoso abraço e os votos do melhor êxito!
Marcos Arruda
PACS
Av. Rio Branco, 277 s/1609
20040-009 Rio de Janeiro
(55) 21 2210 2124
pacs@p...
www.redesolidaria.com.br
www.socioeco.org
----- Original Message -----
From: Paul Singer
To: Teca Barbieri ; Sylvia Leser de Mello ; Sonia Kruppa ; Sidney Lianza ; Ricardo Abramovay ; Paulo Salles Oliveira ; Mônica Rique ; Mario Sergio Salerno ; Marina Bitelman ; Maria Paula Patrone Regules ; Marcos Arruda ; Marcia Barauna ; Maira Rocha ; Luciana Barbieri ; lenysato@u... ; João Amato ; Henrique Parra ; gediel@b... ; Fabio Bechara Sanchez ; Egeu Furtado ; Cido Faria ; Cecília ; Aguinaldo Lima ; Angela M. Schwengber ; André Ricardo de Souza
Sent: Monday, January 13, 2003 4:04 PM
Subject: SENAES

Caros companheiros

Mando em anexo minhas mais recentes elocubrações sobre o que pode ou deve vir a ser a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Reações serão bem vindas.

Com meu abraço
Paul Singer

## PT, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

### Carta ao Presidente Lula

De: Marcos Arruda Cidade do México, 11/05/03

Caríssimo companheiro Presidente Lula,

Não lhe escrevo desde fevereiro, quando lhe enviei uma mensagem sobre a interconexão indissolúvel entre o econômico e o social. Faltando um mês e meio para o fim do seu primeiro semestre de mandato, venho trazer-lhe algumas reflexões sobre o nosso PT e sua relação com o Estado, do qual você é o protagonista principal, e com a Sociedade Civil.

1. O PT é um partido vitorioso! Mas esta vitória, como qualquer outro fenômeno histórico, é passageira. Ela pode ceder lugar à queda, gradual ou súbita, se não cuidarmos diariamente de renovar o partido, suas opções, seus comportamentos frente aos objetivos que se deu, seu compromisso com a fonte das suas energias, o povo brasileiro. Quais os fatores do sucesso do PT nesses mais de 20 anos de lutas? (1) Ser um partido de massas, e não de quadros; (2) ter alta representatividade e ter conquistado a confiança da maioria da população pela sua postura ética e pela sua coerência – no geral – entre discurso e prática; (3) ter alta flexibilidade para lidar com as contradições, inclusive internas, sem abrir mão dos seus princípios, da sua visão e dos seus objetivos estratégicos; (4) ter uma hierarquia subordinada à horizontalidade da participação ativa dos seus militantes; e (5) ter conseguido construir unidade partidária respeitando a diversidade. Eis porque defendo que não haja punições extremas sem que seja feito um processo de diálogo com os/as companheiros/as que porventura tenham errado, à luz dos princípios éticos e políticos que guiam a atividade partidária.

2. O valor fundamental a defender é a liberdade de cada um/a de SER-TER-FAZER – de desenvolver-se. É, pois, superar todos os obstáculos ao direito de cada cidadã/o a esta liberdade – este é o objetivo maior do poder político emancipador. Liberdade de ser mais que corpo físico, de ser gente, de desenvolver integralmente seus potenciais, de defender e usufruir dos seus direitos, dentre os quais o primeiro é à autodeterminação e à autogestão de si próprio e das comunidades a que pertence. Ninguém pode gerir por mim a minha saúde, a minha vida e a minha morte. Este é também o objetivo maior de toda educação: a autogestão do nosso próprio desenvolvimento, individual e coletivo. Ao poder político emancipador cabe orquestrar e coordenar o processo de aprendizagem coletiva do povo para a autogestão do seu próprio desenvolvimento enquanto povo, Nação e espécie humana.

3. A liberdade começa na individualidade. Sem liberdade não há confiança em si, nem autodeterminação, nem desenvolvimento. A vontade de unidade dentro do partido deve se fundar na liberdade e não no sacrifício dela. A liberdade, no contexto individual, é feita de consciência no ato da escolha de cada passo, cada gesto e cada palavra. Esta consciência pressupõe o conhecimento não apenas do terreno sobre o qual estamos dando os passos e gestos e pronunciando as palavras, mas também das prováveis implicações e conseqüências deles a médio e longo prazo. Este é o sentido correto do termo "pragmático". A liberdade, no contexto social, é feita de diversidade e, portanto, de contradição. A construção da

unidade consiste na elaboração de um tecido feito de diversidade, no qual cada fio é responsável por si próprio, mas também pela integridade do todo. A verdadeira unidade é a convergência da diversidade. Ela não pode ser forçada nem realizada às custas da liberdade.

4. A paz não resulta da uniformidade, mas sim da união consentida das vontades. Só há paz duradoura e sustentável quando a paz resulta do diálogo, da transparência e da persuasão. Quando o interesse de uns só pode ser defendido às custas dos direitos de outros, aqueles devem ser persuadidos a abrir mão dos seus interesses. A paz dos grandes latifúndios não é a mesma paz dos trabalhadores rurais sem terra.

5. Partido quer dizer divisão, parte de um todo maior do que ele e que lhe dá sentido. Este todo é a sociedade e, no caso do PT, a grande massa dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. O PT foi criado como partido no qual convergem os interesses e aspirações das diferentes categorias de trabalhadores/as do Brasil – braçais, industriais, de serviços, domésticos, intelectuais... Nenhum deve ficar de fora. Como tal, o PT não pode se identificar com os interesses dos grandes banqueiros, grandes proprietários de terras e de imóveis, grandes especuladores, grandes privatistas, pois eles todos são grandes justamente às custas da privação que sofrem os trabalhadores em relação ao acesso à terra, aos alimentos, à habitação, aos recursos produtivos, ao trabalho, aos benefícios do Estado, enfim, aos seus direitos de plena cidadania.

6. Os interesses das classes trabalhadoras não têm o mesmo caráter que os das classes dominantes. Enquanto estes se fundam no privatismo e só servem aos que já controlam e consomem em excesso, aqueles advogam a partilha e servem ao conjunto da sociedade.

7. Que é o poder político autêntico e emancipador? É serviço ao outro, ao maior número possível de cidadãs/ãos, ao conjunto da sociedade. É o poder praticado não como mito de prestígio ou privilégio, mas como práxis de serviço e responsabilidade, como fonte permanente de estímulo do sentimento de harmonia e paz, a ser cultivado em todas as relações, interpessoais e eco-sociais. É cultivar a gestão solidária e responsável da grande casa que é a Nação, para o bem-viver sustentável de cada um e de todos os que nela habitam.

8. Só a práxis do poder como serviço pode facilitar e viabilizar a emergência de uma cultura social que ultrapasse a cultura individualista dominante, que impede a Humanidade de avançar. A cultura social existirá quando os indivíduos sentirem que existem para a comunidade, e a comunidade sentir que existe para o indivíduo; quando cada pessoa sentir que o serviço aos outros é a tarefa suprema, que tem o nome simples de amor. O social é ao mesmo tempo a transcendência do indivíduo e sua consumação.

9. O PT, portanto, deve deixar de lado e superar todas as políticas que dividem e separam os cidadãos/ãs e concentrar-se naquelas que reúnem e unificam. Políticas que concentram renda, riqueza, saber e poder dividem e separam, aprofundando as desigualdades e assimetrias do corpo social. Só as políticas de partilha da renda e da riqueza, do saber e do poder são geradoras de uma união autêntica, de espírito de corpo e de Nação, de autoconfiança e soberania enquanto povo. Fundadas na partilha e na eqüidade, a

autoconfiança e a soberania estarão permeadas pelo espírito de solidariedade e irmandade para com os outros povos, criando assim o ambiente propício para a globalização da justiça, da solidariedade e da paz verdadeira e sustentável ao longo das gerações.

10. É preciso dizer com clareza que este não é um governo do PT, mas sim um governo de coalizão multipartidária – o único viável neste momento da nossa história. Mas é preciso liderar firmemente este governo multipartidário no sentido de iniciar uma sinalização sempre mais consistente para as políticas de transformação para as quais a maioria do povo o elegeu. Internamente, o PT precisa ter coragem para aceitar a realidade de estar dividido em duas partes. Uma, identificada com a sociedade política – vocês que estão no poder do Estado. A outra, integrada e identificada com a sociedade civil. Do ponto de vista da autêntica democracia, a parte do PT que hoje está no governo, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário, não deve tentar exercer uma autoridade discricionária sobre ao conjunto do partido. Ao contrário, deve respeitar a autonomia relativa do setor partidário que está identificado com a sociedade civil e o movimento popular, para ser também coerente com o princípio da autonomia do movimento popular em relação ao governo.

11. O melhor modo, e talvez a condição incontornável para que isto se concretize é que os quadros do PT no governo não ocupem postos de direção partidária antes do fim dos seus mandatos.

12. Isto não elimina a possibilidade de que os quadros do PT no governo conquistem uma grande autoridade moral sobre o partido e a sociedade, não pelos postos partidários que ocupem, mas através da práxis do poder como serviço, como responsabilidade, como acolhimento da diversidade e como promoção da busca de unidade. Não a unidade forçada ou imposta, mas a que respeita e não sacrifica a diversidade e que consiste em acordos e contratos sociais construídos através do diálogo transparente, do conhecimento e do respeito mútuo entre as partes.

Um forte abraço solidário,

Marcos Arruda

Economista e educador do PT

Rio de Janeiro

Ao: Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores
Ao : Presidente do PT, José Genoíno
De : Marcos Arruda
Em : 29/7/03
O PT NO FIO DA NAVALHA
José Genoíno, presidente do Partido dos Trabalhadores, diz que o Brasil está no fio da navalha. Mas suas declarações, em grande parte dirigidas ao movimento social, porém feitas para um público em nada identificado com o povo trabalhador – a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) - parecem indicar que é o PT quem está no fio da navalha !
Pensemos juntos se as declarações do Genoíno, aparecidas em O Globo de 25/7/03, são coerentes com o sentido histórico do PT ou se contrariam esse caminho. Minha mensagem ao Presidente da República em maio passado, que não teve resposta nem dele nem de algum assessor, também versou sobre o tema da relação do PT com o Estado e a Sociedade Civil ; as observações que proponho aqui são complementares àquelas. Tomo por base as declarações apresentadas no jornal. Se este interpretou mal as falas do presidente Genoíno, cabe correção ou desmentido.
*« O governo Lula não é conivente com esses movimentos (sociais), nem com ações de desrespeito às leis. Mas o que eles estão fazendo deixa o clima social num nível que nos preocupa. Eles precisam entender que não vamos resolver os problemas sociais no confronto, mas na negociação. »* As falas do Genoíno, como foram transcritas pelo jornal, revelam que *ele fala como Governo e não como Partido dos Trabalhadores*. Isto não é adequado para o Presidente do Partido dos Trabalhadores, cuja maioria absoluta de militantes não ocupa postos de governo, não fazem parte da Sociedade Política, mas sim estão situados na Sociedade Civil. Genoíno faz o erro de tomar a parte pelo todo, erro grave pois ele toma a posição da menor parte, para criticar a maior parte do Partido.
*« Não concordamos com este clima de invasões, invasões, invasões, que dá insegurança à sociedade. Não é bom nem para o movimento, nem para o país, nem para as autoridades ».*
Segundo o jornal Genoíno critica os movimentos sociais e apela para que deixem de fazer «invasões». Adota o ponto-de-vista e a linguagem da grande mídia e dos latifundiários para falar das *ocupações*, legítimas em geral, daqueles que vivem sem terra no campo e sem teto na cidade. « Insegurança » de quem? Acaso a imensa população dos sem terra, sem teto, sem direitos não é também sociedade ? E que segurança têm eles na sua vida familiar cotidiana ? Comparemos o seu índice de desenvolvimento humana (IDH) com o da « República de Ipanema », com seus 174 mil habitantes e seu IDH de 0,988, superior ao da Noruega (O Globo, 17/7/03) ... Trata-se do mesmo Brasil ou de dois Brasis diferentes, o da minoria rica e o da maioria destituída de riquezas materiais e dignidade ? Elegemos o Governo Lula justamente para integrar com equidade e solidariedade esses dois Brasis numa só Nação justa e feliz!

É preciso que o governo e o PT institucional acreditem, de uma vez por todas, que a grande massa eleitora de Lula *quer* que o Governo Lula dê certo, que ele efetivamente opte pelas mudanças. E está disposta a dar seu apoio para que isto aconteça. Eu me coloco, humildemente, entre estes, e tenho sido defensor do Governo Lula em todos os espaços em que tenho influência – palestras, cursos, debates, seminários, aulas, entrevistas no Brasil e no exterior. Mas se trata de um apoio crítico, que é o oposto de apoio alienado ou manipulado.

Segundo o artigo, Genoíno disse que *o governo não perdeu o controle da situação e « poderá promover travessia tranquila para o crescimento »*. É preciso que fique claro que as críticas, pressões, ocupações e ações do movimento social não são contra o Governo Lula, mas sim a favor do projeto de mudanças ! Todos sabemos que elas não virão de mão beijada nem mesmo deste governo, que tem um caráter popular inconteste. Todos sabemos que o Governo Lula sofre contínua pressão dos grupos poderosos e privilegiados, que têm usufruído da crise permanente que aflige a maioria do povo brasileiro. Ao contrário do que diz Genoíno, sabemos que o Governo Lula não poderá promover, justamente porque até mesmo o crescimento econômico contraria interesses dominantes no modelo atual, como o dos grandes investidores e especuladores nacionais e internacionais nos mercados de capitais do nosso país. O discurso 'crescimentista' do próprio FMI é contrariado por sua prática, confirmada pelas crises dos países que seguem seus 'conselhos'. Os ajustes que tem promovido e financiado têm caráter cronicamente recessivo da economia interna dos países que os aplicam. A travessia para as mudanças não poderá ser tranquila, não porque o Governo e o povo não queiram, mas porque os poderosos não aceitarão as mudanças, sendo seu projeto o da continuidade perpétua do modelo concentrador de riqueza e privilégios.

O Governo e o PT precisam compreender que, frente a essa pressão contínua dos poderosos em favor da continuidade do modelo neoliberal de capitalismo, a única maneira que o povo tem de garantir que o projeto de mudanças se torne efetivo é criticar, pressionar, atuar enquanto Sociedade Civil, até para municiar aqueles que no Governo desejam e trabalham pelas mudanças. Será que isto não está claro para vocês ? Imaginamos que sim, e por isso nos surpreendemos que apareçam queixas e críticas ao movimento social como as que faz Genoíno nessas declarações.

Melhor faria o companheiro Genoíno se dirigisse suas críticas aos que desejam a continuidade do modelo neoliberal, e aos que produzem as políticas que estão reproduzindo este modelo num rumo cada vez mais perigoso para o país, agravador da vulnerabilidade da nossa economia e danoso para a maioria : o FMI, os grandes bancos estrangeiros e nacionais, o capital volátil etc. Os indicadores dos primeiros seis meses de governo são altamente preocupantes : e não é por falta de admoestações, avisos, prognósticos de tantos de nós, mulheres e homens empenhados na luta pela transformação socioeconômica, economistas-militantes, sociólogos, dirigentes trabalhadores e empresários etc.

Chegou a hora de o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social dizer, alto e bom som, que o Brasil precisa de (1) uma verdadeira Reforma da Seguridade Social – que faça

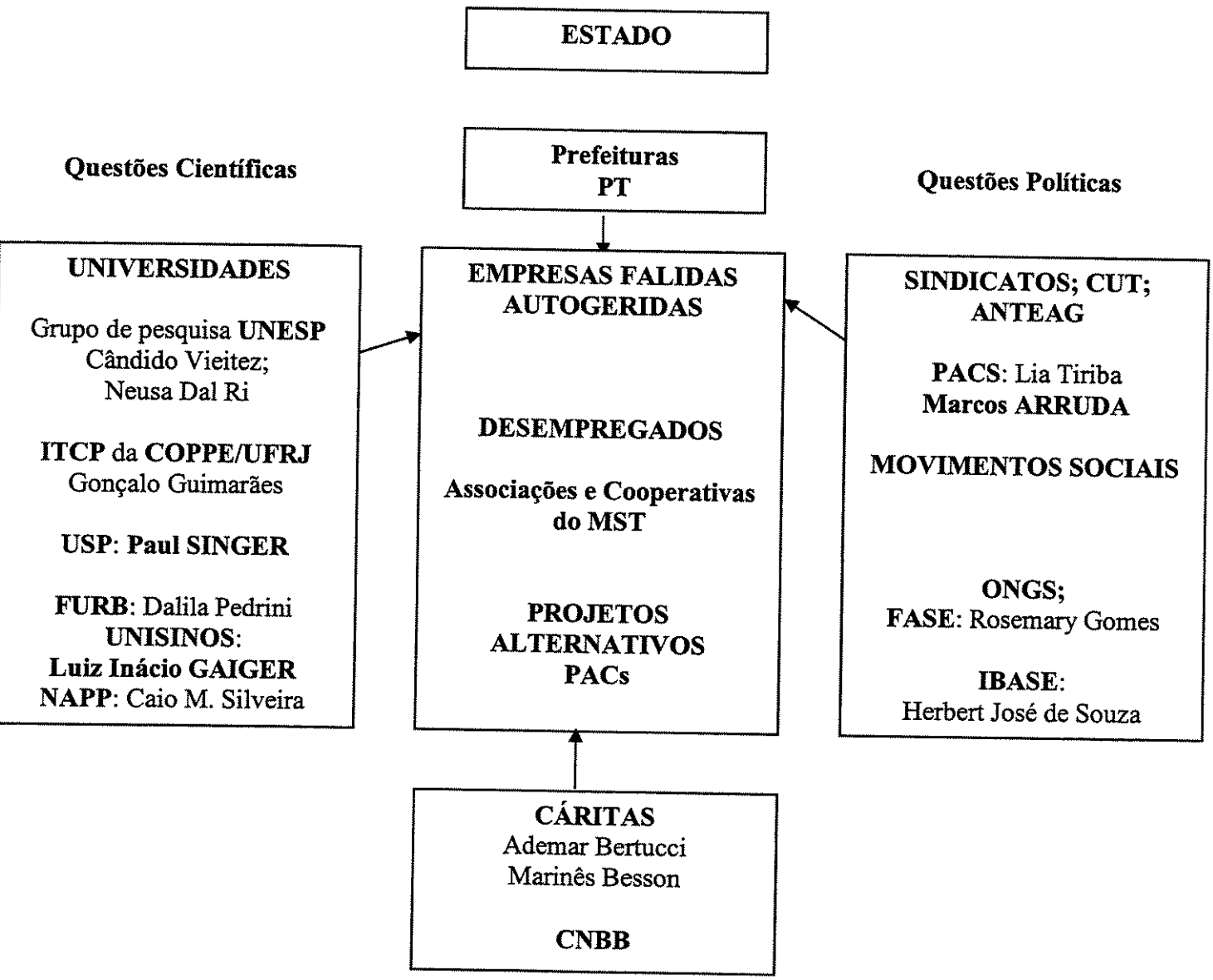
retornar o seu superávit bilionário de volta às atividades-fins para as quais está previsto na Constituição de 1988, inclusive para cobrir, com sobra, o déficit da Previdência. Que os brasileiros não nos deixemos enganar : em países de alta incidência de pobreza como o Brasil, não existe qualquer possibilidade de um sistema público universal e autofinanciado de Previdência ! E sua privatização só pode aprofundar as desigualdades e os privilégios; (2) uma verdadeira Reforma Fiscal, que envolva tanto o campo da arrecadação, i.e. o tributário, quanto o das despesas. Que esta reforma seja desenhada para tornar viável o crescimento e o desenvolvimento econômico e tecnológico, social e humano através de uma ativa redistribuição da renda e da riqueza, do saber e do poder; (3) uma verdadeira Reforma Agrária, que efetive no atual mandato Lula a inclusão sustentável, na produção agropecuária e agroindustrial, de uma parcela importante dos atuais excluídos ou subempregados do campo e das cidades ; tal reforma terá um efeito extraordinariamente dinamizador do crescimento interno da economia brasileira, incluindo a satisfação das necessidades alimentares da maioria a preços sempre mais acessíveis, o aumento do índice de segurança alimentar do país e a redução do excedente populacional dos centros urbanos ; (4) a auditoria pública das dívidas financeiras, a articulação com outros países devedores do continente visando uma negociação soberana com os credores, que tenha como referencial o objetivo de saldar as dívidas sociais e ambiental, dos quais é credora a maioria trabalhadora, os pobres e os excluídos ; (5) uma política consistente para com os povos indígenas, incluindo o imediato atendimento das reivindicações básicas desses povos, como a urgente demarcação de suas terras, o suporte socioeconômico aos seus empreendimentos e o reconhecimento na prática do seu direito de autodeterminação e dos valores da sua cultura ; (6) uma inversão de prioridades e uma redefinição de conceitos nas negociações com o FMI, que coloque como prioridade a retomada do crescimento interno, um montante significativo de investimentos e apoio político à economia solidária, a redistribuição da renda e da riqueza e o avanço na construção de uma base produtiva adequadamente distribuída no plano das regiões ; (7) uma ofensiva na construção de uma integração das economias, das culturas, dos conhecimentos e dos recursos comuns aos países sul-americanos, sem a qual qualquer acordo com os países altamente industrializados resultará desigual e nocivo aos nossos interesses e ao nosso projeto de desenvolvimento; esta ofensiva passa pela realização, antes do final de 2004, de um plebiscito oficial sobre a ALCA, que constitua uma consulta efetiva à população sobre um acordo que afetará profundamente a soberania da Nação e a vida do nosso povo.

Atenciosamente,

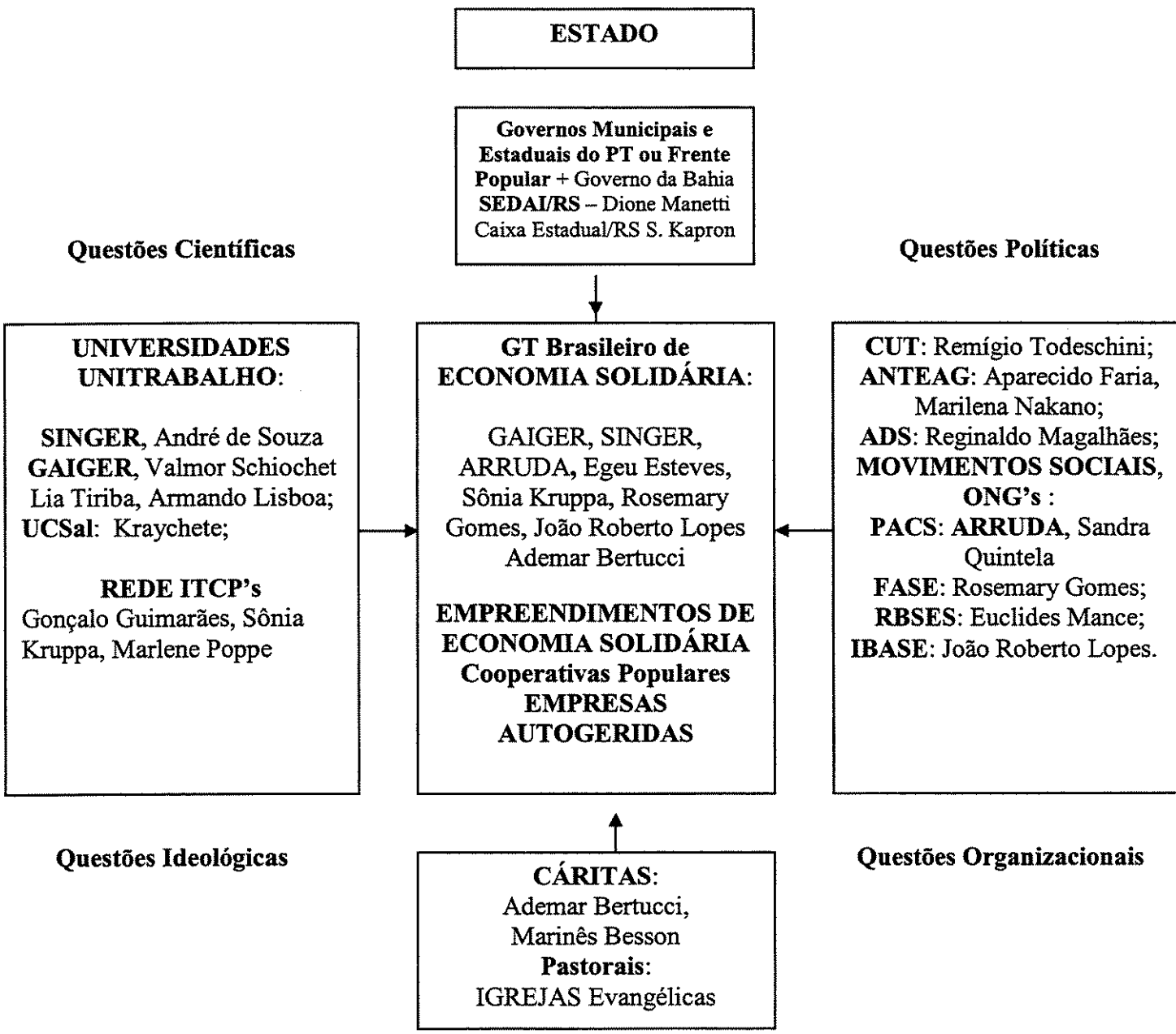
Marcos Arruda

# ANEXO F - ESQUEMAS CRONOLÓGICOS DO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

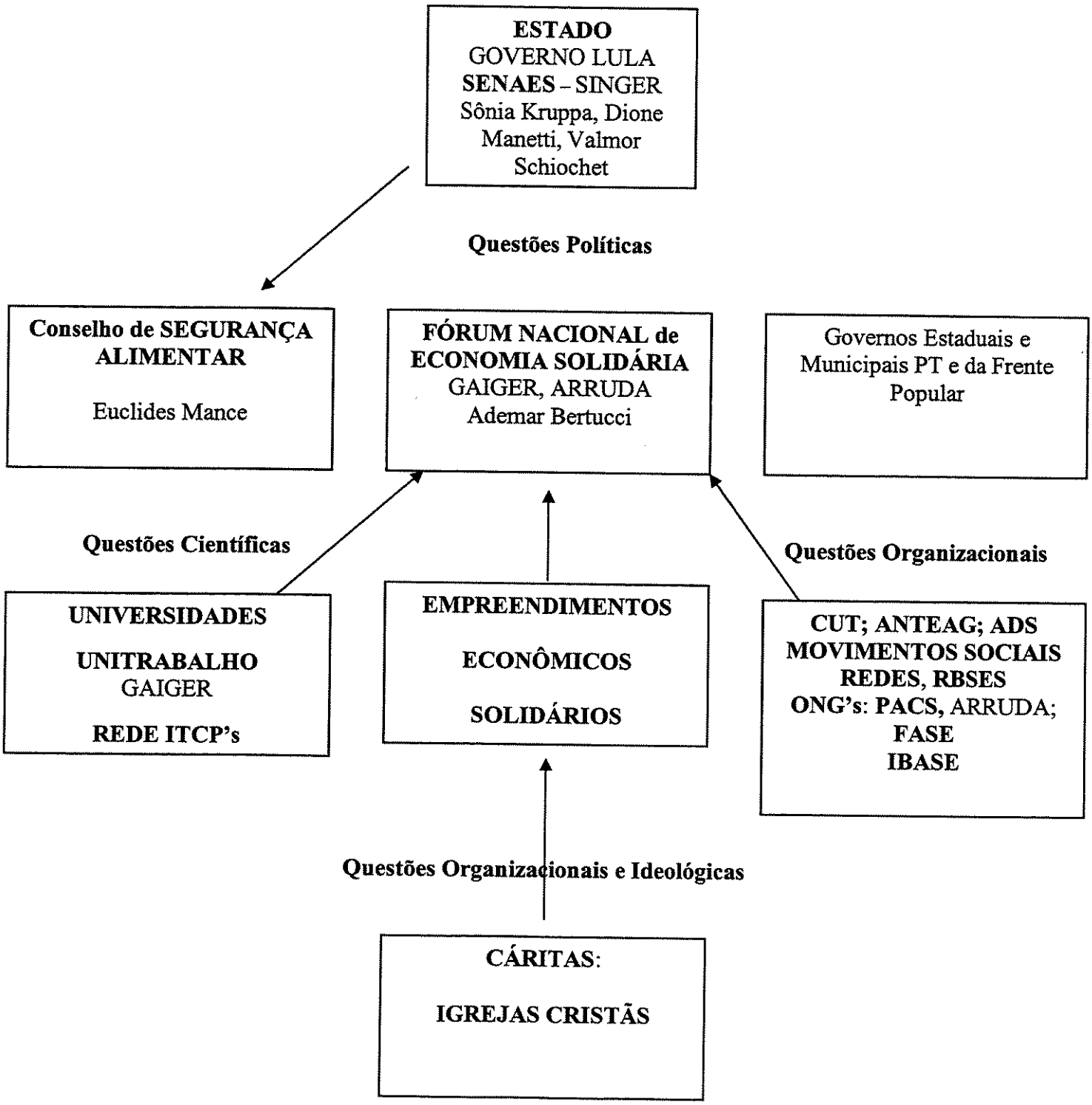
## ESQUEMA 1. Fase emergencial do campo da economia solidária no Brasil em 1996 e localização dos intelectuais estudados.



**ESQUEMA 2. Organização do campo da economia solidária no Brasil em 2001 e 2002 e localização dos intelectuais estudados.**



**ESQUEMA 3. Institucionalização do campo da economia solidária no Brasil a partir de 2003 e a localização dos intelectuais estudados.**



**ESQUEMA 4. Organização do campo da economia solidária no Brasil e sua transformação em Movimento Social**

| ESTADO<br>SENAES<br>Governos Estaduais<br>Entidades públicas de financiamento;<br>Universidades públicas | ECONOMIA<br>CAPITALISTA<br>Capital e Empresas privadas | SOCIEDADE CIVIL<br>Consumidores; Opinião pública;<br>Partidos; Sindicatos;<br>Mov. Sociais; ONGs,<br>Universidades comunitárias e confessionais |
|---|---|---|

**REINVINDICAÇÕES: junto ao Governo e busca de apoio junto à Sociedade Civil**

**Formas de Organização:**

**FEIRAS; CLUBES DE TROCA; LOJAS; (LOGOMARCA);**
**CASA DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (POA)**
CADEIAS: HORIZONTAIS E VERTICAIS
**REDES: Nacional e internacionais;**
**FÓRUNS**: metropolitanos, regionais, estaduais e nacional.

**EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

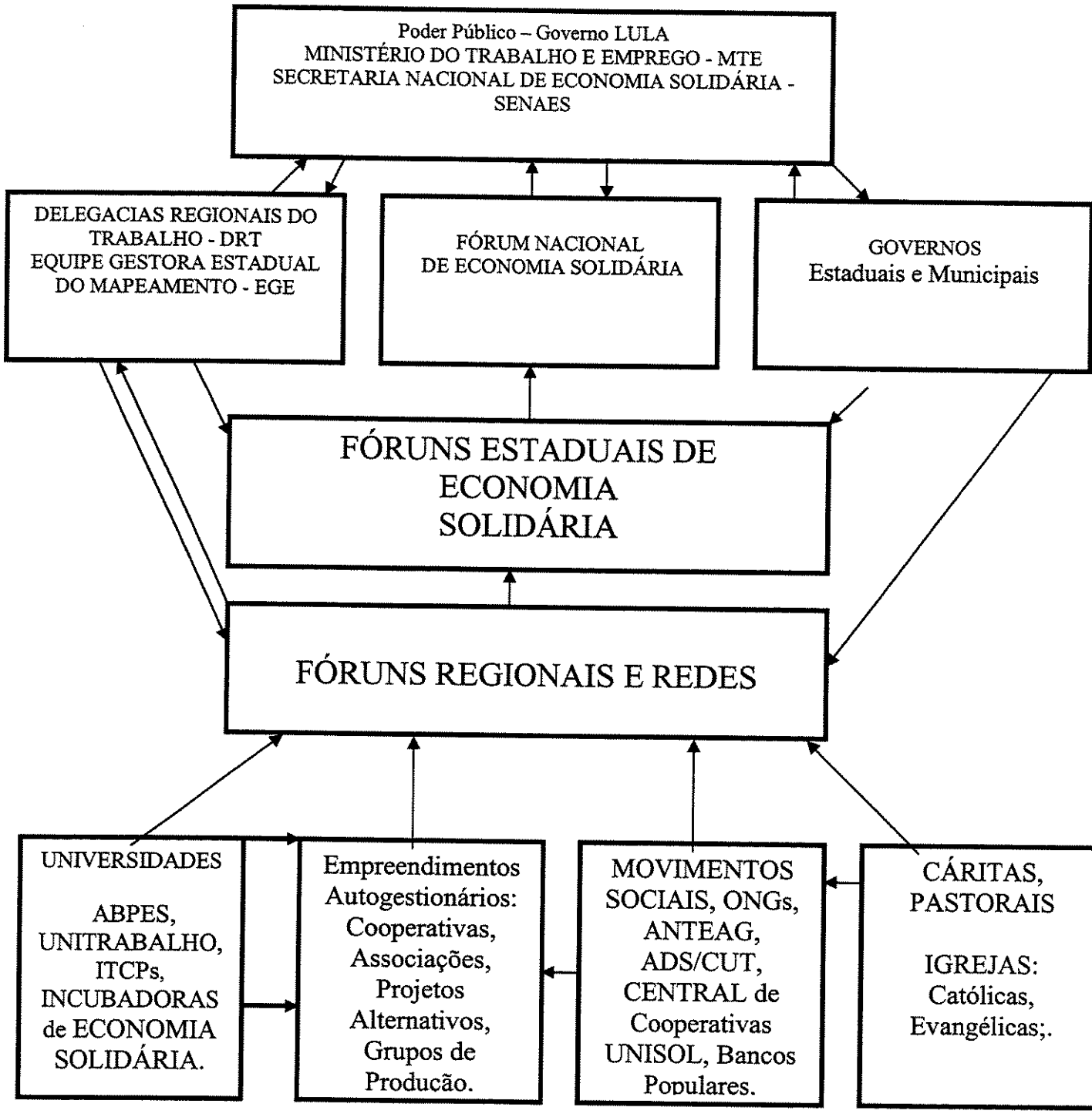
Associações; Cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito;

**Atividades das entidades de apoio:**

INCUBAGEM; FORMAÇÃO; ORGANIZAÇÃO; FINANCIAMENTO e ASSESSORIA;
EVENTOS CIENTÍFICOS; PUBLICAÇÕES; PESQUISAS;
CURSOS Universitários de pós-graduação e de extensão.

| ORGANIZAÇÕES DE APOIO | |
|---|---|
| Igrejas; ONGs; Movimentos Sociais; Sindicatos; Universidades | Gestores públicos municipais |

## ESQUEMA 5. Organização da Economia Solidária no Brasil em 2004



**Universidade Estadual de Campinas**
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

NOËLLE MARIE PAULE LECHAT

# TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

## PÁGINA DE ERRATAS

| Página | Linha | Ação a ser efetuada |
|---|---|---|
| **XIII** | **10** | Suprimir **itinerários**. Título fica: **2.1. Etnografia e trajetórias** |
| **XIII** | **19** | Leia-se: 3.3. O Terceiro Setor |
| **63** | **02** | Suprimir **itinerários**. Título fica: **2.1. Etnografia e trajetórias** |
| **63** | **08** | Suprimir **e itinerários** |
| **101** | **01** | Corrigir erro ortográfico. Fica: **No subsistema econômico**... |
| **105** | **07** | Suprimir a primeira ocorrência de **eram**. Fica: ...**quais delas eram mais**... |
| **151** | **03** | Desconsiderar a frase: **Nesta universidade,...Fundo de Mini-projetos**. |
| **163** | **11** | Substituir o artigo **a** pelo **o** diante de **trauma** |
| **167** | **03** | Colocar no plural **uma**, no final da linha: ...**composta de umas trinta**... |
| **167** | **10** | Colocar a preposição **de** antes de **perguntar-lhe** |
| **167** | **13** | Retirar a vírgula após a palavra **pergunta** |
| **167** | **14** | Retirar **de tipo** |
| **168** | **24, 25** | Retirar **que** e **pode**. Fica: **Apesar de o grupo entrevistado por Velho ter algumas semelhanças com**... |
| 177 | **32** | **Predestinava** deve ir para o plural |
| 209 | **05** | Acrescentar depois de Lopes -: IBASE; |
| 219 | **08** | Substituir **Souza** por **Sousa** |
| 231 | **25** | Ler **autodesenvolvimento** |
| 288 | **Na 1ª coluna** | Substituir o **x** por **p/** na frente dos números |
| 359 | Após a linha 9 | Acrescentar: **2000**, precedido e seguido de um espaço em branco |